

FIXO

REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE



pequenas cidades I

n.19, v.5
primavera de 2021



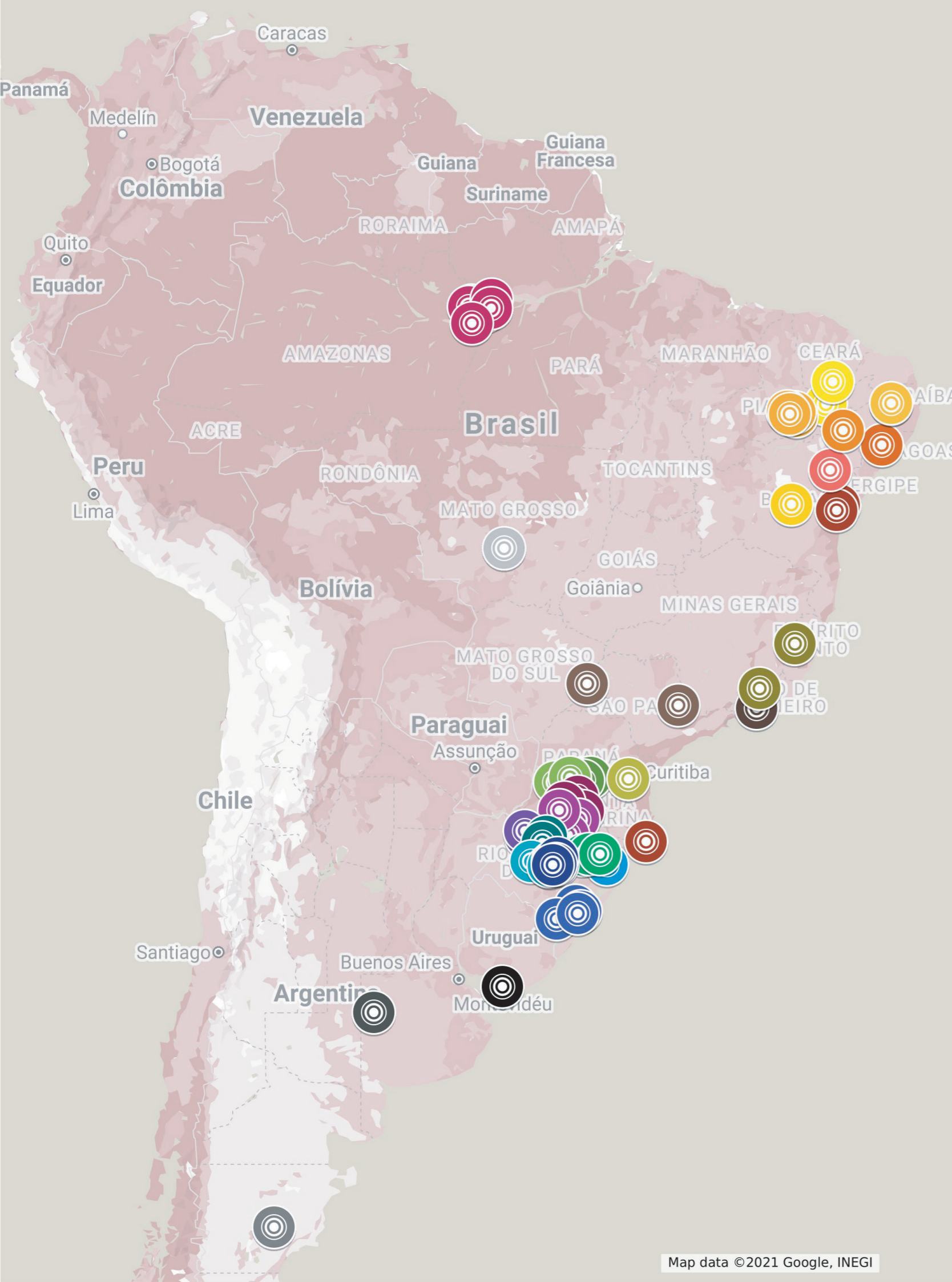


REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

pequenas cidades I

n.19, v.5
primavera de 2021





BRASIL

Região Norte

- Sub-Região do Baixo Amazonas:
 - Barreirinha
 - Boa Vista Do Ramos
 - São Sebastião do Uatumã
 - Urucará

Região Nordeste

- Recôncavo Baiano:
 - Cachoeira
 - São Felipe
- Território do Sisal/BA:
 - 18 municípios
- Estado de Alagoas:
 - Municípios com até 20 mil habitantes
- Região do Submédio do Rio São Francisco/BA:
 - Nova x Velha Rodelas
- Sertão do Piauí:
 - Conceição do Canindé
 - Jacobina do Piauí
 - Paulistana
 - Vila de Pedra Redonda
- Cariri Paraibano:
 - Cabeceiras
 - São João do Cariri
- Chapada de Diamantina/BA:
 - Lençóis
- Interior do Ceará:
 - Vila Neuma/Iguatu
- Bacurau (ficção)

Região Centro-Oeste

- Estado do Mato Grosso:
 - Municípios com até 50 mil habitantes

Região Sudeste

- Interior de São Paulo:
 - Conchal
 - Paulicéia
- Interior de Minas Gerais:
 - São João Nepomuceno
 - Vale do Rio Doce – Itueta
- Interior do Rio de Janeiro:
 - Comunidade Neylor-Barcellos/Petrópolis

Região Sul

- Centro-Sul do Paraná:
 - Foz do Jordão
 - Pinhão
 - Reserva do Iguaçu
- Sudoeste do Paraná:
 - Ampére
 - Sulina

- Região Metropolitana Curitiba/PR:
 - Lapa
- Litoral de Santa Catarina:
 - Farol de Santa Marta/Laguna
- Oeste Catarinense/SC:
 - Pinhalzinho
 - Aberlado Luz
 - Chapecó
 - Concórdia
- Região Alto Uruguai/RS:
 - Erechim
- Região Médio Alto Uruguai/RS:
 - Iraí
- Região da Produção/RS:
 - Carazinho
- Região das Missões/RS:
 - Roque Gonzales
 - São Luiz Gonzaga
- Região Noroeste/RS:
 - Jóia
 - Ijuí
- Vale do Taquari/RS:
 - Nova Brésia
- Serra Gaúcha/RS:
 - Santa Tereza
 - Caxias do Sul
- Região Metropolitana Porto Alegre/RS:
 - Parobé
- Região Central do Rio Grande do Sul:
 - Campus sede da UFSM/Santa Maria
 - Distrito de Arroio Grande/Santa Maria
 - Jaguarí
- Quarta Colônia/RS:
 - Dona Francisca
 - Faxinal do Soturno
 - Ivorá
 - Nova Palma
 - Pinhal Grande
 - São João do Polêsine
 - Silveira Martins
- Região Sul do Rio Grande do Sul:
 - Arroio do Padre
 - Herval
 - Passo dos Negros/Pelotas
 - Colônia de Pescadores Z3/Pelotas

URUGUAI

- Montevideu:
 - Complexo Habitacional José Pedro Varela

ARGENTINA

- Provincia de Buenos Aires:
 - Trenque Lauquen
- Región Patagónica:
 - Provincia del Chubut



Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11
<https://wp.ufpel.edu.br/cmasc/>
e-mail: revistapixo@gmail.com

A Revista Píxo é uma publicação conjuntos Grupos de Pesquisa (CNPq) “Cidade+Contemporaneidade”, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e “Arquitetura, Derrida e Aproximações”, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Revista digital disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>

ISSN 2526-7310

Editores Responsáveis

EDUARDO ROCHA
FERNANDO FREITAS FUÃO

Editoras Associadas

ANGELA MARIA ENDLICH
LUANA PAVAN DETONI
PAULA PEDREIRA DEL FIOLE
VANESSA FORNECK

Comitê Científico e Conselho Editorial

ADRIANA ARÁUJO PORTELLA
ADRIANA GONI MAZZITELLI
ADRIANE BORDA ALMEIDA DA SILVA
ALEXANDRE PEREIRA SANTOS
ANA MARIA ALBANI DE CARVALHO
ANA PAULA VIECELI
ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO
ANGELA MARIA ENDLICH
ANGELA RAFFIN POHLMANN
BÁRBARA DE BÁRBARA HYPOLITO
BEATRIZ DORFMAN
CARLA GONÇALVES RODRIGUES
CARLOS NIGRO
CARMEN ANITA HOFFMANN
CAROLINA CLASEN
CAROLINA CORRÊA ROCHEFORT
CAROLINA MENDONÇA FERNANDES DE BARROS
CELMA PASESE
CHRISTIANO PICCIONI TORALLES
CLÁUDIA MARIZA MATTOS BRANDÃO
CRISTHIAN MOREIRA BRUM
CRISTINE JAQUES RIBEIRO
DÉBORA SOUTO ALLEMANDDIRCE ELEONORA
NIGRO SOLIS
EDUARDA AZEVEDO GONÇALVES
EDUARDO GRALA DA CUNHA
ELIANA MARA PELLERANO KUSTER
EMANUELA DI FELICEFÁBIO BORTOLI
FERNANDA TOMIELLO
FRANCESCO CARERI
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA
GISELE SILVA PEREIRA
GUSTAVO DE OLIVEIRA NUNES
HARTMUT GÜNTHER
HAYDEÉ BEATRIZ ESCUDERO
HELENE GOMES SACCO CARBONE
IAZANA GUIZZO
IGOR GUATELLI

JOSÉ CARLOS MOTA
JOSIANE FRANKEN CORRÊA
JUAN MANUEL DIEZ TETAMANTI
JULIAN GRUB
LAURA NOVO DE AZEVEDO
LAURA RUDZEWICZ
LISANDRA FACHINELLO KREBS
LIZIANE DE OLIVEIRA JORGE
LORENA MAIA RESENDE
LUANA PAVAN DETONI
MARCELO ROBERTO GOBATO
MARC WEISS
MÁRCIO PIZARRO NORONHA
MARIA IVONE DOS SANTOS
MARKUS TOMASELLI
MAURICIO COUTO POLIDORI
PAOLA BERENSTEIN JACQUES
PAULO AFONSO RHEINGANTZ
PRISCILA PAVAN DETONI
RAFAELA BARROS DE PINHO
RAQUEL PURPER
RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO
ROBERTA ROBERTA KRAHE EDELWEISS
SHIRLEY TERRA LARA DOS SANTOS
SYLVIO ARNOLDO DICK JANTZEN
TAÍS BELTRAME DOS SANTOS
THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA
VALENTINA MACHADO
VANESSA FORNECK
VICENTE MEDINA

Equipe Técnica

PAULA PEDREIRA DEL FIOLE
VANESSA FORNECK

Suporte Técnico

LAÍS DELLINGHAUSEN PORTELA

Revisão Linguística

ANA DOS SANTOS MAIA
MARTHA HIRSCH
PIERRE MOREIRA DOS SANTOS

Diagramação

EDUARDO ROCHA

Fotos de capa

HUMBERTO LEVY DE SOUZA

apresentação

A *PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE*¹ é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual.

A revista é uma iniciativa conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) *Cidade+Contemporaneidade*, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e *Arquitetura, Derrida e Aproximações*, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A 19ª Edição temática *Pequenas Cidades I* é dirigida por Angela Maria Endlich e Luana Pavan Detoni, pesquisadoras do Grupo de Pesquisa (CNPq) *Mikripoli: Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades*.

Este primeiro volume, resultante da chamada *PEQUENAS CIDADES: CAPTURAS DIVERSAS ACERCA DESSES ESPAÇOS E EXPERIÊNCIAS DO MENOR*, apresenta um conjunto de trabalhos que reflete sobre o planejamento e a gestão das pequenas cidades/localidades. Os trabalhos expõem múltiplas apreensões acerca das cidades pequenas, alguns autores abordaram a temática como questão central de análise teórica ou metodológica, outros como recorte territorial. O volume apresenta uma importante diversidade de territórios, assim como de epistemologias abordadas.

Agradecimento aos revisores da edição: Adilar Antonio Cigolini, Adriane Borda Almeida da Silva, Ana Lucia Costa de Oliveira, Ana Paula Polidori Zechlinsk, Ana Paula Vieceli, Bárbara de Barbara Hypolito, Carolina Mesquita Clasen, Carolina Corrêa Rochefort, Celma Paese, Christiano Piccioni Toralles, Cristine Jaques Ribeiro, Débora Souto Allemand, Denis Cereja dos Santos, Emanuela Di Felice, Gisele Silva Pereira, Gustavo de Oliveira Nunes, Helene Gomes Sacco, Iazana Guizzo, Jaqueline Telma Vercezi, Juliana Carolina Teixeira, Karla Fabrícia Moroso dos Santos de Azevedo, Larissa de Mattos Alves, Lisandra Fachinello Krebs, Liziane de Oliveira Jorge, Lorena Maia Resende, Lucas Salmeron, Marcos Antonio Queiroz, Marcus Saraiva, Otávio Martins Peres, Paulo Afonso Rheingantz, Paulo Fernando Jurado da Silva, Paulo Roberto Santana Borges, Pedro Henrique Carnevalli Fernandes, Rafaela Barros de Pinho, Roberta Krahe Edelweiss, Shirley Terra Lara dos Santos, Valentina Machado, Vanessa Forneck e Viviane Martins de Souza.

Angela Maria Endlich, Luana Pavan Detoni e Eduardo Rocha
Primavera de 2021

¹ Link acesso Revista Píxo <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>>

editorial

PEQUENAS CIDADES I.....	12-17
-------------------------	-------

Angela Maria Endlich e Luana Pavan Detoni

entrevista

PLANEJAMENTO E GESTÃO EM PEQUENAS CIDADES Entrevista com José Luis Basualdo.....	20-29
---	-------

José Luis Basualdo, Angela Maria Endlich e Luana Pavan Detoni

autor convidado

SOCIOCARTOGRAMAS EN LA ENTREVISTA Instrumento para el abordaje en pequeñas localidades.....	32-47
--	-------

Juan Manuel Díez Tetamanti

artigos e ensaios

GESTÃO DO PLANEJAMENTO URBANO EM CIDADES PATRIMONIALIZADAS Reflexões e oficinas em Cachoeira/BA.....	50-63
--	-------

Wendel Henrique Baumgartner, Adriana Santana Bittencourt e Livia Fraga Celestino

A CRIAÇÃO DE NOVAS CENTRALIDADES PARA SOCIABILIDADE URBANA EM CIDADES MENORES: O CASO DE LAPA/PR.....	64-79
--	-------

Tharsila Maynardes Dallabona Fariniuk e Beatriz Portella Deda

O QUE AS CIDADES PEQUENAS PODEM ENSINAR SOBRE MOBILIDADE CICLOVIÁRIA ÀS CIDADES MÉDIAS E GRANDES? Um estudo comparativo de Foz do Iguaçu/PR.....	80-97
--	-------

Jéssica Machado Seolin e Gabriele do Rosario Landim

EXPERIÊNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO EM CIDADES PEQUENAS Análise da expansão urbana a partir dos planos diretores.....	98-123
---	--------

João Pablo dos Santos e Maria Soares de Almeida

(ENTRE)LINHAS ARQUITETÔNICAS E A CONFIGURAÇÃO DE MULTITERRITORIALIDADES Sofrimento e rejeição a partir da igreja de São João Batista (Itueta/MG)....	124-143
--	---------

Patrícia Falco Genovez e Débora Tameirão Lisboa

O DESENCANTAMENTO DA VIÚVA A cidade como estratégia de fragmentação do mundo Tuxá.....	144-165
---	---------

Jurema Moreira Cavalcanti, Diego Carvalho Corrêa, Áurea Gabriela Moura Gumes,

Bruna Andrade Silvano e Tiago Freitas de Souza

O TURISMO EM PEQUENAS CIDADES DE MINAS GERAIS Circuitos Turísticos e ICMS Turístico.....	166-183
---	---------

Arthur Zanuti Franklin, Ítalo Itamar Caixeiro Stephan e Luiz Fernando Reis

DIVERSIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS MUNICÍPIOS PARANAENSES Alternativas e oportunidades no território.....	184-205
---	---------

Lisandro Pezzi Schmidt, Mario Zasso Marin e Wellington Barbosa da Silva

CENÁRIOS E CINEMA CRIADOS PELA ESPETACULARIZAÇÃO DO CARIRI PARAIBANO.....	206-225
--	---------

José Alberto Conceição de Araújo, Vanessa Daltró Leite Medeiros

e Eliézer Rolim Filho

MAIS DE PERTO E DE DENTRO No mercado da multiculturalidade.....	226-247
--	---------

Douder Santos Santos Cruz

A VERTICALIZAÇÃO URBANA NAS PEQUENAS CIDADES DA QUARTA COLÔNIA/RS.....	248-261
---	---------

Vanessa Manfio

DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL E AS MANIFESTAÇÕES DA SEGREGAÇÃO EM CIDADES LOCAIS Análise do caso de Paulicéia/SP.....	262-285
---	---------

Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva Batista

DINÂMICAS URBANAS Expansão e segregação em São João Nepomuceno/MG.....	286-307
---	---------

Maurício Henriques Velasco e Raquel Garcia Gonçalves

POLINUCLEAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CIDADES PEQUENAS O caso de Arroio do Padre/RS.....	308-321
--	---------

*Fernanda Tomiello, Maurício Couto Polidori, Sidney Gonçalves Vieira,
Jéssica Tessmer e Marina Janelli da Silva Ruas*

ABELARDO LUZ E CHAPECÓ/SC Análise espacial comparativa do território urbanizado.....	322-345
<i>Ana Laura Vianna Villela, Vera Regina Tângari, Isadora Zanella Zardo e Lucas Santos Magro</i>	
A SUB-REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS E BOA VISTA DO RAMOS/AM Cidades Pequenas e Sistemas Territoriais.....	346-365
<i>Estevan Bartoli</i>	
A DINÂMICA DE TERRITORIALIZAÇÃO EM UMA REGIÃO URBANO-INDUSTRIAL O caso da Calçados Azaleia no município de Parobé/RS.....	366-383
<i>Rafael Bosa</i>	
PESQUISA DE GEOGRAFIA ECONÔMICA EM PEQUENAS CIDADES Uma Perspectiva Metodológica.....	384-395
<i>Bruno Saggiorato</i>	
GÊNERO, RAÇA E ALFABETIZAÇÃO EM HERVAL Análise socioespacial urbana da área urbana do município	396-411
<i>Victor Barbosa da Silva e Maurício Couto Polidori</i>	
A CIDADE E O URBANO NO BRASIL O tamanho das cidades e a criação de novos municípios, elementos para uma discussão teórica e legal.....	412-435
<i>Sidney Gonçalves Vieira</i>	
PANORAMA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE PEQUENAS CIDADES EM UM ESTADO COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DESCENTRALIZADA.....	436-451
<i>Larissa Rodrigues Turini, Victor Hugo Souza de Abreu, Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima e Felipe Resende Oliveira</i>	
DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO ECOLÓGICO E GESTÃO DA PAISAGEM PARA MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE O caso de Jaguari/RS.....	452-469
<i>Silvia Farias, Luan da Silva Klebers, Luis Guilherme Aita Pippi e Vanessa Goulart Dorneles</i>	

resenhas

GUIA DE PLANEJAMENTO URBANO PARA CIDADES PEQUENAS, DA ONU-HABITAT.....	472-479
<i>Isabella Khauam Maricatto, Gabriela Oliveira Wedekin e Bianca Ramires Soares</i>	
ESSÊNCIAS, DE JUHANI PALLASMAA Encontros fenomenológicos – de um lugar a outro.....	480-491
<i>Ana Paula de Andrea Dametto e Sidney Gonçalves Vieira</i>	

parede branca

TROCAS MIÚDAS, EXPERIÊNCIAS ALAGOANAS.....	494-507
<i>Maria Angélica da Silva, Louise Maria Martins Cerqueira e Ana Karolina Barbosa Corado Carneiro</i>	
ALÉM DAS CHARQUEADAS A comunidade do Passo dos Negros e a potência da arte.....	508-515
<i>Gabriela Pecantet Siqueira, Martha Rodrigues Ferreira e Louise Prado Alfonso</i>	
MICROPAISAGENS DO CAMPUS A UFSM como um local de afetividade e pertencimento do espaço público.....	516-523
<i>Nati de Castro Fernandes, Evelyn Abildgaard e Viviane Dal-Souto</i>	



PEQUENAS CIDADES I

Angela Maria Endlich¹ e Luana Pavan Detoni²

Quantas surpresas tivemos como editoras no percurso do preparo desta edição especial da Revista Pixo voltada a Pequenas Cidades. Inicialmente, a surpresa foi com a profícua resposta quanto às submissões, tanto quantitativa como qualitativamente. Foram aprovados 58 trabalhos para publicação resultantes desta chamada. Ao todo serão 48 artigos, três resenhas, seis paredes brancas, além de uma entrevista. Todo esse material foi organizado em duas edições subsequentes, primavera e verão. Cada número apresentará no conjunto da sua publicação 29 trabalhos.

Continuamos nos maravilhando ao longo do trabalho com a leitura das diversas contribuições, como a descoberta de materiais por meio das resenhas, das reflexões teóricas e metodológicas, dos projetos e planos propostos, enfim, com as análises que encontramos, superando muito nossas expectativas.

A temática das pequenas cidades aparece nos diferentes trabalhos, ora como questão central de análise, ora como recorte territorial. São contribuições muito diversas, com múltiplas abordagens, o que compreendemos que enriquece a publicação.

As pequenas cidades/localidades ganharão, seguramente, com essa publicação maior visibilidade e presença na pauta acadêmica, e quiçá política. As muitas localidades que oscilam entre ser ou não ser cidade, na fronteira do urbano, encontrarão aqui aportes para sua compreensão. A insuficiência de estudos leva a uma idealização ou mitificação das pequenas cidades. Elas podem ainda ser guardiãs de amenidades, de um ritmo de vida mais lento e tranquilo, bem como de uma sociabilidade mais pautada nas relações afetivas. Entretanto, muitas transformações mostram que elas são também espaços de insegurança e desigualdade. As contradições da contemporaneidade também estão presentes nelas. Desse modo, as três caóides enunciadas pelas disciplinas da arte, da ciência e da filosofia constituem formas do pensamento ou da criação segundo Deleuze e Guattari. Estas possibilitam traçar planos sobre o caos das contradições presentes nas pequenas cidades, através de ideias vitais que são atravessadas pelas forças das sensações (cinema, literatura e outras artes); das funções (estudos em arquitetura, geografia, planejamento urbano e regional, entre outras áreas do conhecimento); e dos conceitos (por exemplo de *literatura menor* e de *devir*).

O intuito anunciado na chamada de fomentar diversas capturas acerca das pequenas cidades/localidades, intervenções/ocupações nesses espaços menores foi alcançado. Destas capturas, esperamos, outras tantas despontarão.

Ao sistematizarmos em dois volumes, a 19ª e a 20ª edições da Revista Pixo, reservamos ao primeiro volume um conjunto de publicações que pensamos serem contributos mais próximos ao planejamento e gestão das pequenas cidades/localidades. Como se trata

de um amplo conjunto de trabalhos alguns se aproximam mais desse tema e outros menos.

Neste sentido, iniciamos com a entrevista ao arquiteto argentino José Luis Basualdo, docente da *Universidad Nacional del Nordeste* na Argentina, além de atuações em outras instituições. Ainda que tenha atuação em universidades, o entrevistado se apresenta como um gestor. E nessa perspectiva percebeu as lacunas existentes para o planejamento das pequenas cidades/localidades. Isso motivou a elaboração de trabalhos, a adequação de cursos e a articulação de uma rede acadêmica entre pesquisadores de diferentes países.

Como autor convidado desta edição temos o geógrafo argentino Juan Manuel Diez Tetamanti com o artigo *Sociocartogramas en la entrevista*. Neste texto, o autor, pesquisador do Conicet e professor da *Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco*, que trabalha com cartografia social e também pequenas localidades traz contribuições expressivas para estabelecer diálogo com moradores, não apenas registrando suas demandas, mas a compreensão que eles têm dos seus espaços e permite a eles que sejam protagonistas políticos de maior expressão.

Abrimos a seção de artigos e ensaios com o texto *Gestão do Planejamento Urbano em cidades patrimonializadas: Reflexões e oficinas em Cachoeira/BA*. Os autores Wendel Henrique Baumgartner, Adriana Santana Bittencourt e Lívia Fraga Celestino expõem que todas as cidades são históricas, ainda que algumas tenham poucas décadas e outras contêm centenas de anos. A diferença está no acúmulo de tempo materializado na morfologia e na paisagem urbana e os cuidados necessários que isso representa para o planejamento. Por isso, foram realizadas oficinas de preparo da população para lidar com a elaboração de um novo plano diretor. Em Cachoeira/BA, são 450 anos de história e são diversas as dificuldades, desde a necessidade de cumprimento de prazos e a necessidade de tornar efetiva participação, até a turistificação de cidades patrimonializadas, planos diretores genéricos e produzidos em massa são pontos abordados pelos autores.

Na sequência, no texto: *A criação de novas centralidades para sociabilidade urbana em cidades menores: O caso de Lapa/PR*, de Tharsila Maynardes Dallabona Fariniuk e Beatriz Portella Deda, o planejamento é enfatizado sob a ótica da vitalidade urbana, incluindo o uso misto dos espaços. Com preocupação de gerar novos espaços de convivência novas estratégias de planejamento foram traçadas e aprovadas.

Jéssica Machado Seolin e Gabriele do Rosario Landim, autoras do artigo *O que as cidades pequenas podem ensinar sobre mobilidade às cidades médias e grandes? Um estudo comparativo de Foz do Iguaçu/PR*, apresentam um debate que recai sobre a questão da mobilidade, sobretudo quanto ao cicloviário. Consideram como pequenas cidades as com até cem mil habitantes e com isso focam os desafios de Foz do Iguaçu que é uma cidade de porte médio. Tomam por referência cidades pequenas que se destacam por uma mobilidade mais adequada, em especial quanto ao livro: *Brasil que pedala* e estabelecem uma análise comparativa das diretrizes.

A experiência do planejamento urbano em cidades pequenas: Análise da expansão urbana a partir dos planos diretores de João Pablo dos Santos e Maria Soares de Almeida, são reflexões a partir de Pinhalzinho/SC que em 2012 já realizava o segundo plano diretor, o primeiro foi em 1975, diferente da maioria dos municípios brasileiros que passaram por essa experiência apenas mais recentemente. Contudo, os autores trazem uma série de questionamentos muito pertinentes acerca dos alcances do planejamento tomando por referência o município analisado.

1 Docente do Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Paraná. Mestrado e Doutorado em Geografia pela FCT/Unesp, Presidente Prudente-SP. Estágio doutoral e pós-doutoral na Universidad de Barcelona. Coordenadora da Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades – Mikripoli. Email: amendlich@uem.br.

2 Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista CAPES. Mestra em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). Membro da Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades – Mikripoli. E-mail: luanadetoni@gmail.com.

Com os dois artigos seguintes temos contemplada a triste realidade de localidades atingidas por barragens. No texto *(Entre) linhas arquitetônicas e a configuração de multiterritorialidades: Sofrimento e rejeição a partir da Igreja de São João Batista (Itueba/MG)* de Patrícia Falco Genovez e Débora Tameirão Lisboa entrevistamos como expressam as próprias autoras, uma cidade deslocada e uma sociedade desenraizada pela construção de uma hidroelétrica, contrapondo a racionalidade técnica e o campo simbólico. Os pontos que afetaram mais os moradores foram a transferência do cemitério e da igreja, este último principal ponto de análise do texto. No texto *O desencantamento da viúva: A cidade como estratégia de fragmentação do mundo Tuxá*, os autores Jurema Moreira Cavalcanti, Diego Carvalho Corrêa, Áurea Gabriela Moura Gumes, Bruna Andrade Silvão e Tiago Freitas de Souza, analisam a realidade do mundo Tuxá, profundamente transformada com o alagamento de Rodelas Velha mediante a Barragem de Itaparica, constituição de uma Nova Rodelas com aldeia urbana e integrada à cidade. O mundo urbano trouxe implicações para os Tuxá tendendo a assimilação, integração, contudo assinalam os autores a resistência e a busca de uma nova territorialidade.

O artigo *Turismo em pequenas cidades de Minas Gerais: Circuitos turísticos e ICMS turístico*, dos autores Arthur Zanuti Franklin, Ítalo Itamar Caixeiro Stephan e Luiz Fernando Reis, realiza uma análise das políticas turísticas de Minas, seus circuitos e a peculiaridade da aplicação do ICMS turístico naquele estado. Na sequência outros autores desta edição têm preocupação idêntica com questões relativas ao desenvolvimento, oportunidades de inserção econômica e, por conseguinte, geração de emprego e renda para a população.

Neste sentido, apresentamos o artigo *Diversificação e desenvolvimento de pequenos municípios paranaenses: Alternativas e oportunidades no território* de Lisandro Pezzi Schmidt, Mario Zasso Marin e Wellington Barbosa da Silva. Eles analisam quatro municípios do sul do Paraná, mediante experiência obtida com realização de diagnósticos turísticos, consideram avanços e perspectivas futuras.

Na sequência vamos a Paraíba, com artigo que articula características da cultura arquitetônica-urbanística em cidades que são cenários de cinema com questões relativas ao turismo. No texto *Cenários e cinema criados pela espetacularização do Cariri Paraibano*, os autores José Alberto Conceição de Araújo, Vanessa Daltro Leite Medeiros e Eliézer Rolim Filho analisam as cidades de Cabaceiras e São João do Cariri. Enfocam as transformações da paisagem urbana, a partir da espetacularização gerada pelo desenvolvimento do cinema no local, contraponto a cenografia e a transformação do cotidiano.

Com o texto *Mais de perto e de dentro: No mercado da multiculturalidade*, Douver Santos Santos Cruz traz preocupações similares quando aborda os mercados públicos em cidades pequenas, seus significados como pontos de encontros para os moradores, portanto dimensões fundamentais para a vitalidade urbana, sociabilidade e identidade local. Contudo, conforme tornam-se formalmente um bem cultural são patrimonializados, passam por mudanças e adequações para o turismo e são distanciados dos papéis originais e tal processo acaba por subtrair o direito à cidade.

Em seguida temos contribuições voltadas a aspectos relativos a configurações e dinâmicas urbanas de modo geral, uso do solo e diferenciações. Com Vanessa Manfio em *A verticalização urbana nas pequenas cidades da Quarta Colônia/RS* nos surpreendemos com o processo de verticalização em pequenas cidades, não comum em cidades brasileiras, por isso a realidade trazida pela autora é instigante.

No próximo artigo *Diferenciação socioespacial e as manifestações da segregação*

em cidades locais: Análise do caso de Paulicéia/SP de Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva Batista. Os autores mostram os contrastes em uma cidade com interesse turístico quanto às áreas de moradores mais pobres e os imóveis voltados ao turismo.

A questão da diferenciação social e, mais propriamente, da segregação socioespacial prossegue com *Dinâmicas urbanas: Expansão e segregação em São João Nepomuceno/MG* de Maurício Henriques Velasco e Raquel Garcia Gonçalves. Eles tratam da distribuição assimétrica dos grupos sociais no espaço, o que pode ser apreendido com a ênfase dada na morfologia urbana e a dinâmica de expansão territorial focada na diferença social.

Os autores Fernanda Tomiello, Maurício Couto Polidori, Sidney Gonçalves Vieira, Jéssica Tessmer e Marina Janelli da Silva Ruas em *Polinucleação e valorização do patrimônio cultural em cidades pequenas: O caso de Arroio do Padre/RS* sinalizam para a compreensão articulada do patrimônio cultural em cidades pequenas e a polinucleação com os espaços abertos como forma de favorecer a sua manutenção e valorização.

O texto *Abelardo Luz e Chapecó/SC: Análise espacial comparativa do território urbanizado*, de Ana Laura Vianna Villela, Vera Regina Tângari, Isadora Zanella Zardo e Lucas Santos Magro, estabelece uma análise em uma perspectiva econômica regional, tomando como referência a centralidade, mas também aspectos intraurbanos, entre uma cidade regional como Chapecó e sua área de influência, enfatizando os contrastes com o município de Abelardo Luz.

No artigo seguinte de Estevan Bartoli, a análise volta-se à região Norte do Brasil, contemplando como indica o título *A sub-região do Baixo Amazonas e Boa Vista do Ramos/AM: Cidades Pequenas e Sistemas Territoriais*. O autor analisa os papéis das localidades no contexto geográfico amazônico, destacando a mediação das sedes municipais, a centralidade das localidades e suas peculiaridades.

Voltando ao Rio Grande do Sul, o artigo *A dinâmica de territorialização em uma região urbano-industrial: O caso da Calçados Azaleia no município de Parobé/RS* de Rafael Bosa, trata de aspectos históricos da pequena cidade que é parte da Região Metropolitana de Porto Alegre e sua especialização produtiva com a industrialização coureiro-calçadista e a implantação da Calçados Azaleia, bem como processos mais recentes. O autor volta-se a referenciais de Deleuze e Guattari e procura identificar e descrever os processos desencadeados na região à luz dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Bruno Saggiorato em *Pesquisa de Geografia Econômica em Pequenas Cidades: Uma perspectiva metodológica* baseia-se em pesquisa em desenvolvimento sobre o município de Ampére no Paraná e para tanto compartilha preocupações teóricas e metodológicas para estudar uma pequena localidade acerca da sua dinâmica econômica.

No artigo *Gênero, raça e alfabetização em Herval: Análise socioespacial urbana da área urbana do município*, os autores Victor Barbosa da Silva e Maurício Couto Polidori articulam por meio de diversas variáveis representadas em mapas coropléticos as características demográficas e a questão do acesso aos serviços, mostrando a relevância dos elementos assinalados no título para a leitura da realidade local.

Sidney Gonçalves Vieira, autor do artigo *A cidade e o urbano no Brasil: O tamanho das cidades e a criação de novos municípios, elementos para uma discussão teórica e legal*, volta-se ao tema recorrente por pesquisadores de pequenas cidades/localidades que é

a relevância do enquadramento territorial, no caso brasileiro, sobretudo os municípios. Busca referenciais diversos, incluindo o Regic, aborda a Emenda Constitucional 15/1996 e os vetos na tramitação, o que deixa o Brasil até o presente sem a sistematização concluída acerca das alterações territoriais municipais.

Apreendemos a região Centro-oeste do Brasil com o artigo *Panorama do Sistema de Abastecimento de água de pequenas cidades em um estado com prestação de serviço descentralizada*. Os autores Larissa Rodrigues Turini, Victor Hugo Souza de Abreu, Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima e Felipe Resende Oliveira estudam pequenas cidades de Mato Grosso onde o Serviço de Abastecimento de Água é municipalizado em diversas cidades de até 50 mil habitantes. Eles demonstram preocupações com a fragilidade no gerenciamento do serviço.

Por fim, concluímos a seção de artigos e ensaios com o texto *Diretrizes de Planejamento Ecológico e Gestão da Paisagem para Municípios de Pequeno Porte: O caso de Jaguarí/RS*, dos autores Sílvia Farias, Luan da Silva Klebers, Luis Guilherme Aita Pippi e Vanessa Goulart Dorneles. Eles procuram trazer contribuições e propostas significativas como canteiros pluviais como forma de melhorar ambientalmente a localidade em análise.

Trazemos ainda duas resenhas. A primeira refere-se ao pertinente *Guia de planejamento urbano para pequenas cidades, da ONU-Habitat*, escrita pelas autoras Isabella Khauam Maricatto, Gabriela Oliveira Wedekin e Bianca Ramires Soares. Elas ressaltam em meio a perspectiva do planejamento estratégico a abordagem participativa, que visa integrar e construir junto com a comunidade o plano, esta auxilia na identificação e no levantamento das questões referentes ao território.

A segunda resenha é *Essências, de Juhani Pallasmaa: Encontros fenomenológicos – de um lugar a outro*, de autoria de Ana Paula de Andrea Dametto e Sidney Gonçalves Vieira. Após apresentarem uma síntese da obra os autores indicam possíveis reflexões pertinentes a pequenas localidades, como o significativo peso dos aspectos subjetivos e individuais da comunidade para possível intervenção por meio de projetos.

Para o fechamento desta edição, apresentamos três contribuições do espaço da Revista Píxo intitulado de Parede Branca. Estas nos instigam a refletir através da composição de imagens sobre as experiências, as artes e as paisagens acerca dos territórios menores: *Trocas miúdas, experiências alagoanas* de Maria Angélica da Silva, Louise Maria Martins Cerqueira e Ana Karolina Barbosa Corado Carneiro. *Além das charqueadas: A comunidade do Passo dos Negros e a potência da arte* proposta de Gabriela Pecantet Siqueira, Martha Rodrigues Ferreira e Louise Prado Alfonso. E *Micropaisagens do campus: A UFSM como um local de afetividade e pertencimento do espaço público* de Nati de Castro Fernandes, Evelyn Abildgaard e Viviane Dal-Souto.

Em meio às inúmeras dificuldades deste segundo ano de pandemia da COVID-19, não podemos deixar de registrar um agradecimento especial a todos que dedicaram o seu tempo para a realização desta edição. Agradecemos aos autores por compartilharem seus trabalhos; aos revisores pelas suas valorosas contribuições; às editoras associadas Vanessa Forneck e Paula Pedreira Del Fiol pelo trabalho incansável e aos editores responsáveis Eduardo Rocha e Fernando Fuão pelo convite e oportunidade de discussão desta temática tão cara a nós. Também agradecemos ao artista Humberto Levy Souza pelas fotografias de Antônio Prado/RS, que compõem a capa principal e das seções das edições Pequenas Cidades I e Pequenas Cidades II, observamos que as imagens capturam e anunciam dinâmicas singulares e características das pequenas cidades.

Desejamos a todos uma ótima leitura! Antecipamos nosso convite para que apreciem também a próxima edição – Pequenas Cidades II.



PLANEJAMENTO E GESTÃO EM PEQUENAS CIDADES

Entrevista com José Luis Basualdo

*PLANEAMIENTO E GESTIÓN EN
CIUDADES PEQUEÑAS*
Entrevista con José Luis Basualdo

*José Luis Basualdo¹, Angela Maria Endlich² e
Luana Pavan Detoni³*

Apresentação

José Luis Basualdo é arquiteto pela Universidade Nacional do Nordeste na Argentina. Com especialização pelo Cideu (Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano) na Espanha, e sobre mercado e política de solo urbano pela Universidade José Simeón Cañas em El Salvador. Mestre em Planejamento Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona. Docente universitário de urbanismo em duas universidades argentinas – Universidade Nacional de General Sarmiento e Universidade Nacional de Rio Negro – e no *Institute Lincoln of Land Policy* (LILP). Coordenador da Rappec (Rede Acadêmica de Planejamento para Pequenas Cidades).

Abstract

José Luis Basualdo es arquitecto de la Universidad Nacional del Nordeste en Argentina. Con especialización en Cideu (Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano) en España, y sobre mercado y política de suelo en la Universidad José Simeón Cañas en El Salvador. Maestría de Planificación Territorial y Gestión Ambiental de la Universidad de Barcelona. Docente universitario de urbanismo en dos universidades argentinas – Universidad Nacional de General Sarmiento y Universidad Nacional de Rio Negro – y en el Lincoln Institute de Políticas de Suelo (LILP). Coordinador de Rappec (Red Académica de Planeamiento para Pequeñas Ciudades).

Entrevistado | Entrevistado

José Luis Basualdo

Entrevistadoras | Entrevistadores

Angela Maria Endlich e Luana Pavan Detoni

Roteiro | Guión

Angela Maria Endlich e Luana Pavan Detoni

1 Docente da Universidade Nacional de General Sarmiento, da Universidade Nacional de Rio Negro e do Institute Lincoln of Land Policy. Coordenador da Rappec. Mestre em Planejamento Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona. Arquiteto pela Universidade Nacional do Nordeste na Argentina. E-mail: lolo_basualdo@hotmail.com.

2 Docente do Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Paraná. Mestrado e Doutorado em Geografia pela FCT/Unesp, Presidente Prudente-SP. Estágio doutoral e pós-doutoral na Universidad de Barcelona. Coordenadora da Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades – Mikripoli. Email: amendlich@uem.br.

3 Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista CAPES. Mestra em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). Membro da Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades – Mikripoli. E-mail: luanadetoni@gmail.com.

Revisão | Revisión

Angela Maria Endlich, Luana Pavan Detoni, José Luis Basualdo e Alberto Daniel Vazquez

Observações | Comentarios

A entrevista foi realizada de acordo com a língua original do entrevistado (espanhol) e das entrevistadoras (português), optamos por registrar o texto sem traduções. | La entrevista se realizó de acuerdo al idioma original del entrevistado (español) y los entrevistadores (portugués), optamos por registrar el texto sin traducciones.



Angela e Luana: Pedimos que você possa fazer sua apresentação, detalhando a trajetória de formação e de trabalho.

Basualdo: Soy José Luis Basualdo, arquitecto con estudios de posgrado en mercados de suelo, planificación territorial y docencia en arquitectura.

Trayectoria de formación: Básicamente, te cuento, soy arquitecto egresado de la facultad de arquitectura de la Universidad Nacional del Nordeste, Facultad de arquitectura y urbanismo, mas de urbanismo no se hablaba absolutamente nada, estaba muy encaminada hacia la parte de arquitecto de lote, de trabajar dentro del lote, de la casa, del edificio. Entonces después cuando empiezo a trabajar en la administración pública me di cuenta que necesitaba complementar mi formación y empecé una maestría en hábitat y vivienda en la Universidad Nacional de Rosario, que nunca terminé, nunca terminé la tesis. Después, hice una especialización en España, en Cideu, el Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano y un diplomado en la Universidad José Simeón Cañas de El Salvador sobre mercado y política de suelo. Y una maestría en Planificación Territorial y Gestión Ambiental de la Universidad de Barcelona que fue muy interesante y me ayudó mucho a reflexionar, porque se daba justamente en la

Facultad de Geografía, la que está en frente al Macba – Museo de arte contemporánea en el barrio de Raval. Eran muchos geógrafos y me interesaban mucho sus miradas. Como le contaba a Angela, he sido una persona que ha buscado las herramientas necesarias para orientar mi reflexión, la formación no ha sido un fin en sí mismo, sino siempre muy instrumental. Hay gente que hace un doctorado porque necesita ser doctor, yo hice lo que necesitaba hacer porque necesitaba gestionar. Y ahora, recién estoy pensando en la posibilidad de hacer un doctorado en Uruguay, pero porque ya hay como un camino, entonces me permitiría perfeccionar y darme tiempo para escribir.

Trayectoria laboral: Soy docente universitario de urbanismo en dos universidades argentinas: Universidad Nacional de General Sarmiento (Instituto del Conurbano), una universidad del conurbano de Buenos Aires, que está muy comprometida con lo que llamamos las primeras generaciones universitarias, o sea que forma a muchos estudiantes de familias pobres o de clase media que son primera generación de universitarios en su grupo familiar. Universidad Nacional de Río Negro, en el interior de la Patagonia, como profesor visitante extraordinario en dos materias. También es interesante porque hay muchísimas posibilidades. Son universidades que están alejadas del *mainstream* como la Universidad de Buenos Aires y de La Plata, son universidades chicas, que están comenzando y que están haciendo su camino. Están muy encaminadas hacia la parte de desarrollo territorial, las dos. Así que me pareció interesante y está todo por hacer, son jóvenes.

Además, soy docente en el *Lincoln Institute* (LILP). Fue en este ámbito donde me involucré en el tema de gestión territorial desde una mirada economicista, que pude enriquecer con las herramientas del planeamiento. A lo largo de esta reconversión laboral y disciplinar trabajé como consultor en planes de ordenamiento territorial y prospectiva en localidades de Argentina, Ecuador y Uruguay por lo que puedo afirmar que mi acercamiento a la geografía, la sociología, la ingeniería, la politología, la economía, el derecho, las ciencias ambientales y todas las múltiples disciplinas que confluyen en la construcción del corpus teórico y operativo del planeamiento territorial es puramente utilitario, acudí a las disciplinas con problemas concretos en busca de soluciones específicas. Me veo como una especie de bandolero que rapiña lo producido por otros, pero – en mi defensa – debo decir que este accionar fue acompañado de reflexiones realizadas sobre el objeto a gestionar, cada propuesta en el territorio era la oportunidad de poner a prueba esos conceptos. Creo que la labor docente – que discurrió paralelamente – fue también la ocasión de sistematizar esa experiencia y enriquecerla con la casuística aportada en cada curso. De esta manera creo que en mí el gestor prevalece por sobre el intelectual, y cada pequeña y endeble certeza de este andamiaje conceptual que estamos construyendo es un capital que atesoro a sabiendas que es un apoyo mínimo, y por momentos provisorio que me permite seguir construyendo este soporte mínimo para pensar, imaginar y gestionar las pequeñas ciudades.

Angela e Luana: Sabemos do teu interesse pelas pequenas cidades, poderia nos contar como isso começou, o que te motivou ou te levou a trabalhar com essas localidades?

Basualdo: Pasa el tiempo y me crece la certeza que uno como profesional no busca a los temas sino que en realidad son los temas los que lo buscan a uno, algo así como la obra de Pirandello *Seis personajes en busca de un autor*, en mi caso me relacioné con las pequeñas ciudades un poco por azar al ser convocado para dar un módulo de un curso sobre el tema y darme cuenta que la literatura sobre pequeñas ciudades es mas bien escasa – sobre todo en castellano ya que en portugués hay bastante mas escrito – y fue un poco como armar un corpus conceptual ensamblando piezas provenientes de distintos orígenes. En este sentido considero que las pequeñas ciudades son un objeto

de estudio mas de la geografía que del planeamiento – disciplina que mantiene una deuda con las pequeñas ciudades ya que de algún modo las invisibiliza al centrar su foco de estudio en ciudades medianas y grandes. En este sentido ese ensamble al que me refería debió adaptar categorías de las ciudades medias a la luz de la casuística de pequeñas ciudades.

Todo trabajo de Educación Docente a distancia fue para el Instituto Lincoln, básicamente. Aunque también hice algunos trabajos para la Universidad Católica de Córdoba. En el Instituto Lincoln comienza mi actividad en relación a pequeñas ciudades. En el año 2010 se les ocurrió empezar a tratar pequeñas ciudades. Llamaron a unos ocho profesores para que dicten un módulo cada uno, pero se hizo lo mismo que se hacía en los cursos comunes. No había ninguna reflexión sobre las particularidades de pequeñas ciudades.

En ese curso, me di cuenta que era un desastre lo que estábamos haciendo, porque los estudiantes nos contaban de las particularidades de sus ciudades, principalmente en mi módulo, el de planeamiento, y nos dábamos cuenta que no servían las categorías.

Después encontré un trabajo que me pareció muy bueno, de Maria Encarnação Beltrão Sposito⁴ sobre ciudades medias y la categoría que utilizaba para definir las ciudades medias me parecía muy aplicable, esa fue la puerta de entrada. Posteriormente me di cuenta que había un grande desarrollo sobre pequeñas ciudades, sobre planeamiento de pequeñas ciudades, sobre Estatuto de la Ciudad, sobre plan director de ciudades de menos de veinte mil habitantes. Me di cuenta que había un campo fértil que nosotros todavía no habíamos comenzado a trabajar. Y también me di cuenta que con Brasil teníamos formas distintas de medir pequeñas ciudades y cuando empiezo mi contacto con la gente de Geografía en Barcelona me di cuenta que cada país utilizaba categorías distintas. Entonces, parte de mi tesis fue armar una especie de cuadro resumen para ver cómo entendían diferentes geógrafos, de diferentes países, las pequeñas ciudades. Encontré que hay saltos, por ejemplo, hay saltos de 20 mil habitantes, saltos de 50 mil habitantes, saltos de complejidades que te enmarcan ciudades, a pesar que después entran otras cuestiones, la densidad, la extensión, la estructura intraurbana, pero bueno en general era eso.

Después de ese curso fallido me preguntan qué curso propondría, y propuse un curso sobre planeamiento de pequeñas ciudades que me permitió cargar todas esas reflexiones. Y desde el 2012 al 2019, hice todos los años el curso de pequeñas ciudades. Ese curso me permitió recopilar casuística de pequeñas ciudades de toda América Latina. Me di cuenta que varias hipótesis que tenía eran ciertas y otras no tanto. Fui trabajando sobre casuística, sobre intercambio, sobre casuística, casuística, casuística. A eso le agregué reflexiones propias y aportes de autores. Así se fue avanzando.

Considero que hubo dos momentos que me permitieron un salto cualitativo en esta construcción de las pequeñas ciudades, el primero es el período 2010-2019 en que dicté cursos sobre instrumentos de planeamiento para pequeñas ciudades en cursos del LILP y el segundo fue la oportunidad de escribir mi trabajo final de maestría sobre gestión territorial de pequeñas ciudades argentinas⁵. En el caso de los cursos del LILP

4 BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. O desafio metodológico da abordagem interescolar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. *Revista Cidades*, v.3, n.5, 2006, p. 143-157. Disponible em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/508>>. Acesso em: 20. jan.2021.

5 BASUALDO, José Luis. *El Planeamiento Urbano en las Pequeñas Ciudades Argentinas: una aproximación a la gestión territorial*. Máster en Planificación Territorial y Gestión Ambiental. Facultad de Geografía e Historia Universidad de Barcelona, Barcelona, 2017.

creo que se configuró un acercamiento prácticamente inductivo ya que a partir de algunos conceptos básicos – entre ellos una fuerte crítica a la mirada del planeamiento normativo – pero lo más interesante fueron los aportes que hicieron los estudiantes en forma de una profusa casuística sobre pequeñas ciudades en toda América Latina. La segunda oportunidad fue algo parecido a *parar la pelota* – si se me permite usar la expresión futbolística – y uso esa frase porque me pude permitir un tiempo para ordenar mis ideas para poder armar ese andamiaje al que me refería antes, ese tiempo de poder pensar sin estar urgido por la urgencia de producir por la gestión; paralelamente seguía con mi trabajo de consultor y fui convocado en varias oportunidades para planes de pequeñas ciudades aisladas o formando parte de microrregiones. Podría decir que ese camino se apoyó en una mecánica territorial de mirar, proponer, reflexionar y producir – no necesariamente en ese orden.

Angela e Luana: Sobre os instrumentos de planejamento para pequenas cidades, poderia detalhar um pouco sobre quais são os instrumentos na Argentina? Eles são semelhantes aos de outras cidades ou há alguma especificidade?

Basualdo: Acá en Argentina los instrumentos están todos para hacer. A ver, nosotros no tenemos una tradición, nuestros planes no son planes que estén enmarcado en una ley como la que tienen ustedes. Sino que acá se contrata un planificador, y cada planificador, cada urbanista, hace el plan con su estilo, entonces no hay comparabilidad. Un planificador hace hincapié en el desarrollo local, hay otro que hace hincapié en lo circulatorio, otro hace hincapié en el desarrollo estratégico, y otro hace hincapié en un plan regulador fuerte y ortodoxo. Sí se empezaron a unificar algunas cuestiones con el Plan Estratégico Territorial que se hizo en la década pasada. Pero, nunca encontré una unificación como la que tienen ustedes o como, por ejemplo, vi que hay en Ecuador. Que en Ecuador el Senplades es una cosa muy cerrada, donde cada plan tiene que cumplir un índice y eso permite comparar entre planes. Acá hay como una gran diversidad. Pero dicho eso, están apareciendo cosas que unifican, como por ejemplo una ley de acceso justo al hábitat que permite incrementar cuestiones de reenglobamiento parcelario, captación de plusvalías en una provincia muy grande como la de Buenos Aires que concentra casi la mitad de la población de Argentina. Y hoy, captación de plusvalías, es algo que está en el discurso y ya se sientan a conversar sin romper una mesa de negociación. Son cosas que empiezan a ser aceptadas. Están apareciendo algunas cositas, pero hay que trabajar, hay que seguir trabajando. Así que tenemos poco instrumental y un instrumental principalmente estratégico. No tanto lo que la ley permite, sino lo que la ley no prohíbe. Entonces mira, cuando la ley no te dice nada puedes hacer un convenio urbanístico, cuando la ley no te dice nada puedes hacer una asociación público-privada, cuando la ley no te dice nada puedes entregar concesiones, y hay un rango bastante grande en el cual se puede trabajar todavía. Algún día podemos tener una ley que nos enmarque, que nos permita, que nos dé una estructura, pero mientras, eso es lo que tenemos.

Creo que el gran desafío de las ciudades pequeñas es cómo manejar la construcción de legitimidad y como hacer copartícipe a la gente. O sea, una de las grandes particularidades de las ciudades pequeñas, que puede ser un problema o puede ser una ventaja, es el tema de las características que adopta la transmisión de la información. Una ciudad grande es un organismo grande, entonces hay posibilidad de mediatizar la información, aunque ahora cada vez menos porque cada vez es más rápido. Pero en la ciudad pequeña es en tiempo real. Entonces, en ciudad pequeña hay cosas que no sobreviven. En una ciudad pequeña la política no puede sobrevivir a una cuestión corrupta, la construcción de legitimidad no puede sobrevivir a prácticas extorsivas, a una polarización absoluta del aparato estatal. Nos tienen que sentar a la mesa. Y no tiene que ser una participación por evento si no por dispositivo, un dispositivo que funcione todo el tiempo y no una o dos asambleas públicas por año.

No, eso no existe en una ciudad pequeña. En una pequeña ciudad tenemos que ver cómo hacemos para hacerlos casi como cogestores del desarrollo. Entonces ese es un desafío grande. Los instrumentos habituales no reconocen eso, pues tienen un tiempo de elaboración, tienen cortes, un corte muy fuerte entre lo técnico, lo político y lo comunitario. Entonces, cada vez me convenzo más que hay que acordar grandes gestos – para qué lo ofrecemos, para qué lo hacemos, cuáles son las condiciones con lo que vamos a hacer – y después construir espacios de acuerdo para por ejemplo distribución de cargos y beneficios, viviendas sociales. En eso estamos de acuerdos y no se puede tocar. Ahora las decisiones de todos los días, de las semanas y todos los meses, nos sentamos, conversamos y lo decidimos. Hay otras cosas que no se tiene que tocar, pero tampoco hay que esperar a tener todo proyectado para empezar a hacer. La ciudad pequeña tiene un dinamismo que puede cambiar tanto, por ejemplo, cae en la bolsa de Chicago el precio del maíz y desaparecen veinte ciudades brasileñas. ¡Porque es así! No es que desaparezcan, pero sienten que los ingresos bajan así.

Angela: Sim, esta é a história do norte do Paraná com o café. Inclusive há um livro de Monteiro Lobato, com uma crônica chamada *As cidades mortas*, que tem relação com a decadência do café no mercado internacional.

Basualdo: ¡Exacto! Cuando uno tiene ciudades con un dinamismo tan grande, tanto para arriba como para abajo, uno no puede estar esperando tener *el plan* como cuando se construyó Manaus, el plan para después empezar hacer. No. Uno tiene que ir decidiendo un poco sobre la marcha. Entonces me parece que el tema es como incorporar a la ciudadanía a los actores estratégicos en los procesos de toma de decisiones, es uno de los grandes desafíos. Y hay muy poco hecho para las pequeñas ciudades.

Acerca de los instrumentos puedo dar un ejemplo. Trenque Lauquen⁶ es una ciudad de 30 a 40 mil habitantes, muy chiquitita, que tenía que expandirse, tenía que ampliarse el perímetro. Estaba muy complicada y entonces se implementó un trabajo de captación de valorización, pero bajo el paraguas de construcción por mejoras. Estamos hablando de la cuenca sojera, de la parte más conservadora del país y se articularon dos cosas: captación de valorización y empresa organizadora municipal. Y realmente se ha logrado, se generó un banco de suelo muy interesante, porque por el solo hecho de cambiar el indicador urbanístico se capturaba el 12% de los lotes urbanizados y después por obras de infraestructura se los pasaba a esos lotes, a los lotes urbanizados, se los pasaba en forma de pago por abertura de calles, esgoto, alumbrado público, agua, etc., así que hay posibilidades, pero las posibilidades que hay para las ciudades pequeñas dependen muchísimo de la capacidad de gestión en el nivel local. Pensar que en nivel nacional podemos armar un paraguas para que se implemente en nivel local... si no encontramos alguien en el nivel local que se ponga la camiseta, que milite la gestión de la pequeña ciudad, se pierde. Una ciudad grande tiene una lógica que se maneja porque ya es demasiada la cantidad de actores. En la ciudad pequeña es poner el pecho y avanzar para adelante porque se necesita mucha mirada estratégica y de cambio permanente y de construcción de legitimidad.

Angela e Luana: Em geral, os estudos sobre as cidades pequenas têm evidenciado definições variadas, neste sentido gostaríamos que você comentasse sobre os parâmetros que têm abordado e experienciado ao longo dos seus trabalhos.

6 DUARTE, Juan Ignacio; BAER, Luis. Recuperación de plusvalías a través de la contribución por mejoras en Trenque Lauquen, Provincia de Buenos Aires – Argentina. *Documento de Trabajo del Lincoln Institute of Land Policy*, 2013, 32p. Disponible em: <https://www.lincolnst.edu/sites/default/files/pubfiles/duarte-wp14jd1sp-full_0.pdf> Acceso em: 20 jan. 2021.

Basualdo: Hay una cuestión de la cual no podemos escapar, y es lo más objetivo que tenemos cuando analizamos a las ciudades con base en los datos, que es el tamaño poblacional. Esa es la primera, esa la primera puerta de entrada. Pero, dicho eso, también hay algo muy cierto y muy interesante que dice Horacio Capel⁷ cuando habla de la definición de lo urbano, donde dice que si no incorporamos la cuestión de la densidad no estamos diciendo nada. Tenemos ciudades que son casi rurales, por más grande que sea, por ejemplo: ¿En qué momento Atlanta en Estados Unidos deja de ser ciudad? ¿Puede ser una ciudad? Para mí es como una especie de archipiélago de pequeños asentamientos. Una ciudad con un millón y pico de habitantes, que tiene 180 km de diámetro. Entonces una estructura intraurbana que asegure una densidad de flujo es importante. La cobertura de servicios es importante.

Podemos decir que en principio la puerta de entrada para una ciudad es el tamaño, pero inmediatamente tenemos hablar de las otras dos cuestiones, a las que hacía alusión Maria Encarnação Beltrão Sposito, que son las funciones que cumplen en el sistema regional y en la estructura intraurbana. Pero eso siempre después que categorizamos, es un segundo paso, en el cual empezamos a usar la lupa y empezamos a entender un estudio de caso. El texto que más que ha trabajado esta cuestión, entre lo que he encontrado, ha sido el trabajo de Bellet y Llop⁸ sobre ciudades medias donde habla del diámetro de la ciudad y de otras tres o cuatro cuestiones cuando aborda el tema del plan base. Me parece que es un desafío interesante para las ciudades pequeñas, trabajar con planes base para ciudades pequeñas. Entonces, en un documento muy breve con diez o doce páginas puedes tener un compendio que te permite categorizar. Es tal la diversidad que hay en tema de casuística en ciudades que a partir de un mismo tamaño puedes tener un universo totalmente diferente. Pero más allá de la complejidad para categorizar, creo que la puerta de entrada es siempre el tamaño.

Angela e Luana: Fale um pouco sobre a criação da Red Acadêmica de Planeamento para Pequenas Cidades – Rappec, as pessoas que foram articuladas com essa iniciativa e atividades previstas.

Basualdo: La red comenzó como una especie de, que sé yo, de locura, de gente que nos dimos cuenta, que el único lugar en el que podría funcionar una red así era en la universidad, por las deudas que tienen con las ciudades pequeñas. O sea, los geógrafos, realmente tienen una mirada y han dedicado tiempo. El planeamiento no. Para el planeamiento ciudades pequeñas no existe, no existe como objeto de estudio, no se ha construido como objeto de estudio. Entonces la ciudad pequeña, hoy tiene una mirada diagnóstica que la han hecho ustedes y muy poca mirada de propuestas. Es la misma historia esa de que llegan a una ciudad pequeña y le quiere poner como una especie de *la ciudad es pequeña porque no se subió al tren de la modernidad* [...]. No, ¡no es así! hay ciudades que pueden ser pequeñas toda su vida, y está bien que sean pequeñas. O sea, me parece que no sirve de nada, que el progreso sea ampliar el perímetro urbano, capaz que no... Entonces, eso fue más o menos en el año 2017, que empezamos a pensar cómo manejar la cuestión y después paso lo que suele pasar habitualmente, la falta de fondos no nos permitió dar un salto que necesitábamos para generar algún encuentro, pero creo que ese es el próximo paso, y el año 2020 que era para hacer algo en ese sentido estuvo complicado para todo. Creo que es interesante empezar a pensarlo para que el 2021 podamos empezar a juntarnos, aunque sea

⁷ CAPEL, Horacio. La definición de lo urbano. *Scripta Vetera*. Barcelona: UB. Disponible en: <<http://www.ub.edu/geocrit/defin.htm#:~:text=La%20ciudad%20es%20definida%20como,para%20producir%20la%20cultura%20urbana>> Acceso em: 19 jan. 2021.

⁸ BELLET, C. y LLOP J. M. Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de mayo de 2004, vol. VIII, núm. 165. Disponible en: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-165.htm>> Acceso em: 19 jan. 2021.

cinco o seis personas de diferentes lugares y hacer un proyecto concreto y un artículo conjunto, una investigación conjunta, algo que sea comparativo entre tres países y empezar a funcionar. Entonces, así como decíamos que se empieza a participar participando, se empieza a hacer una red generando cosas en conjunto.

Rappec es una iniciativa de armar una red académica con foco en la gestión de pequeñas ciudades. Académica porque creemos que es un buen ámbito para producir conocimiento y hablamos de gestión como instancia de real transformación territorial de las pequeñas ciudades, que son una suerte de patito feo del territorio en la medida que la mayor parte de los esfuerzos de comprensión, análisis y gestión del territorio se centran en ciudades medianas y grandes. Después de un comienzo auspicioso – el que posibilitó un gran número de contactos entre miembros de la red – sobrevino una suerte de meseta que se continuó con este año de pandemia que complicó los contactos personales – creo que es un instrumento muy bueno para trabajar este tema y creo que el futuro inmediato nos permitirá una reinstalación del tema y un nuevo impulso para esta iniciativa.

Angela e Luana: Quais pautas você considera mais relevantes para as pequenas cidades do ponto de vista acadêmico e também da gestão?

Basualdo: En primer lugar debería decir que los aspectos que voy a resaltar serán recortados desde el punto de vista de la gestión territorial; dicho esto me gustaría resaltar tres aspectos que creo son fundamentales a la hora de gestionar una pequeña ciudad: a) el primero hace al modelo de gestión, es evidente que algunas particularidades de las pequeñas ciudades hacen inviable un planeamiento que se limite a regular a través de la normativa, una gestión virtuosa debería incorporar herramientas de promoción, participación y comunicación y reparto equitativa de cargas y beneficios (ya volveremos sobre estos últimos temas), esta gestión debería poder medir el impacto de las políticas en lapsos relativamente cortos para no esperar la foto del territorio cada 10 años y con cada Censo Nacional, pero lo más importante es que esta gestión debería configurar un dispositivo de instrumentos para poder incidir en el territorio con la mejor herramienta en forma rápida y certera; b) el segundo es ¿cómo repartimos la riqueza de las ciudades?, este modelo de gestión debería poder hacer las cuentas completas de las cargas y beneficios del proceso urbanizador para poder hacer repartir los mismos entre propietarios de suelo, Estado, Comunidad y desarrolladores, los instrumentos de captura de plusvalías son formidables para esto... pero no bastan, se debería poder dotar a los gestores de recursos (siempre insuficientes) y procedimientos ágiles (siempre farragosos); el punto c) apunta los modos de construir legitimidad en pequeñas ciudades en donde la transmisión de la información es casi en tiempo real, casi que no existe margen posible para la opacidad del accionar de cualquier actor... no podemos seguir pensando en estrategias de comunicación y participación pensadas para ciudades de mayor porte, esto presenta luces y sombras... deberíamos poder transitar las zonas iluminadas y esquivar los rincones umbríos para pensar una gestión inteligente de una pequeña ciudad.

Luana: Sobre a participação, é algo que almejamos muito, mas é muito difícil. Trabalhei em uma prefeitura em uma cidade de 27 mil habitantes e as assembleias, como um grande evento, não funcionam muito bem.

Basualdo: Hay una cuestión que es importante: cómo implementar un proceso de participación que no caiga en un desencanto. No digo mantener una especie de noviazgo eterno porque no existe en ningún tipo de relación, pero tampoco que a los dos años nos estemos mirando como si tuviéramos veinte años de casados. No podemos obligar a todo el pueblo a que se junte cinco veces por año, porque no van a venir. Van a venir la primera, la segunda, y la tercera no vienen más. Entonces hay que

apostar a la construcción de redes. Ver qué lugares tenemos para que eso se disemine. Entonces, trabajar con instrumentos como el consejo de planeamiento, algún consejo participativo, pero no llenarnos de sellos de gomas, del que viene a representar y no representa a nadie. Sino gente que realmente tome las cosas y después las trasmita. No hay fórmulas, las fórmulas se construyen.

Angela e Luana: Como você vê a relação entre o que é produzido na academia e a implementação de políticas públicas ou iniciativas de gestão que poderiam utilizar o conhecimento produzido?

Basualdo: Voy a decir algunas cosas que están lejos de ser demagógicas, la primera de ellas es que los urbanistas y planificadores deberíamos intentar comprar gafas en las ópticas donde se abastecen los geógrafos... la mirada geográfica es mucho más compleja, interesante y analítica que la mirada que podemos ejercer quienes somos urbanistas a secas... dicho esto creo que hay un momento en la gestión territorial en la que precisamos más imaginación que precisión, después de entender y analizar el territorio – labor que se le da muy bien a los geógrafos – hay un momento en que se debe poder saltar sin red, y es en este momento en donde urbanistas y arquitectos cuentan con las herramientas, la intrepidez y una dosis de inconsciencia para hacer ese salto, pero no es un salto suicida en la medida que se apoya en un trampolín construido con unos adecuados diagnósticos y análisis con el concurso de geógrafos, economistas, cientistas sociales, etc. Y esta diferencia en la capacidad para retratar y analizar una realidad y pensar en los gestos que pueden modificarla tienen que ver en la forma que construyen el conocimiento las ciencias más ortodoxas o tradicionales (geografía, economía, antropología, sociología, etc) y las que tienen un ADN más artístico (arquitectura, urbanismo, paisajismo, etc); cuando las primeras utilizan al método científico en gabinetes de la academia las segundas son deudoras del momento de iluminación en un atelier... pero creo que ambas son necesarias al momento de pensar ciudades mejores.

Angela e Luana: Gostaria de acrescentar outros pontos que considere necessário?

Basualdo: Un poco fui contando esta historia de la comunicación y la relación con la sociedad civil – sociedad civil es un término horrible, es como si una fuera militar y otra civil, es más compleja la mirada –, con actores estratégicos, tanto comunitarios como de la producción de capital, es fundamental eso. Y después apostar muy fuertemente por la generación de cuadros en el nivel local, capacitados para manejar la incertidumbre y el cambio permanente. Cuadros burocráticos que puedan conformar un núcleo duro, se me ocurre, de continuidades políticas. Que no sea esa especie del eterno recomenzar. Cada tres cuatro años se corta, empezamos y refundamos la ciudad. Hay un núcleo duro que tiene que mantener las cosas y eso solamente se puede hacer a partir de un gran acuerdo de la ciudad. Decir las líneas estratégicas son estas, básicas. Reparto equitativo, vivienda social, espacio público, bueno... esto no se negocia. Después podemos darle matices. Venga de la derecha, venga de la izquierda, venga del centro, pueden darle matices. Pero no podemos pasar esa locura esquizofrénica de la ciudad neoliberal, la ciudad populista, no hay gestión que soporte eso.

Agradezco mucho Angela y Luana las posibilidades de conversar de cosas que nos gustan.

Angela: A mim também, que bom que as pessoas estão percebendo que é necessário falar sobre essa questão. Essa aproximação sobre gestão e pesquisa é muito importante.

Luana: Essa entrevista é muito especial, sobretudo por trazer estas questões em uma

revista de Arquitetura e Urbanismo, aonde ainda estamos *engatinhando* sobre as discussões de gestão e instrumentos para pequenas cidades.

Basualdo: Parece que hay una preocupación de pasar de la figura diagnóstica de la observación no participante a un diagnóstico que tenga alguna responsabilidad con la gestión y con el cambio de la realidad, o sea a una especie, digamos, de diagnóstico militante. Entonces parece que las dos cosas son importantes, pero no podemos quedarnos en la mitad... construir un objeto de estudio y hablar sobre eso y después decir bueno es así. Me parece que tenemos que avanzar. Tampoco la acción vacía, la acción estúpida, hacer cosas sin reflexionar sobre lo que hacemos. Acá reflexionamos y no hacemos cosas y acá hacemos sin reflexionar. Tenemos que unir las dos cuestiones.



SOCIOCARTOGRAMAS EN LA ENTREVISTA

Instrumento para el abordaje en pequeñas localidades

SOCIOCARTOGRAMS IN THE INTERVIEW Instrument for the approach in small towns

Juan Manuel Diez Tetamanti¹

Resumen

Investigar en pequeñas localidades, pueblos o aldeas, nos pone ante el desafío de cuestionar críticamente nuestras producciones de territorios, concebidas en la ciudad desde la lógica académica. Esta tarea constituye también una cuestión hermenéutica; interpretar los territorios ante sus singularidades. Esto va mucho más lejos aún, si lo hacemos desde una propuesta que considere construir planos comunes e intercambios de experiencias sensibles durante la entrevista. Para este abordaje, los sociocartogramas son un instrumento acorde. Los sociocartogramas constituyen un acto performativo en la entrevista. Su característica colectiva emerge de metodologías como la de cartografía social, y desde la perspectiva de la pesquisa cartográfica. En este artículo se presenta su génesis, argumento y método de trabajo, así como se referencian algunos casos concretos de aplicación experimental.

Palabras clave: sociocartograma, metodología, pequeñas localidades, hermenéutica.

Abstract

Researching in small districts, towns or villages, puts us before the challenge of critically questioning our productions of territories, conceived in the city from the academic logic. This task is also a hermeneutical question; interpret the territories in the face of their singularities. This goes much further still, if we do it from a proposal that considers building common plans and exchanges of sensitive experiences during the interview. For this approach, sociocartograms are a suitable instrument. Sociocartograms constitute a performative act in the interview. Its collective characteristic emerges from methodologies such as social cartography, and from the perspective of cartographic research. In this article its genesis, argument and working method are presented, as well as some concrete cases of experimental application are referenced.

Keywords: sociocartogram, methodology, small towns, hermeneutics.

Introducción

Vamos a todas partes llevando a cuesta nuestro territorio. El viaje, para el investigador cartográfico es siempre un acto de ruptura. Independientemente de por qué o para qué viaje, el viaje caerá sobre su propia subjetividad, como una daga que amenaza sus esquemas territoriales locales. Un suceder de efectos que intervengan en su propia existencia, modificando así sus traducciones indeterminadamente, en un devenir de nuevos encuentros.

Ir al pueblo. Un viaje a otros territorios-mundo, siempre erráticos para nuestras producciones urbanocéntricas. Escribo desde la ciudad, en la Patagonia Argentina. Aquí es donde migré y construí una casa. Desde este enclave giran hoy mis producciones geográficas, culturales y encuentros con los otros. Aquí es donde no nací.

Ir al pueblo va más allá de un acto profesional. Es siempre una aventura. Lo es porque al salir de la ciudad, mi lugar por defecto, sé que ingresaré en un camino hacia lo inesperado.

Espero lo inesperado, lo deseo. Ante esto, creo que la noción de aventura es la que más cuadra. Por eso, cada viaje, cada salida a campo – como suelen llamarla técnicamente – es para mí una aventura. Etimológicamente, proviene del latín: *ad* (aproximación) y *ventura* (los hechos que inesperados que están por venir). Lo que implica una apertura en todo sentido a lo inesperado. Lo inesperado está vinculado con las nociones de *evento* y *tiempo*. Por esto, para cada viaje desde la ciudad al pueblo, demos tiempo para que los eventos acontezcan, nos tomen inesperadamente y nos presenten otros diseños-mundo.

Ir de un territorio a otro no se resuelve viajando. Podríamos asegurar que cómodamente lograríamos en el mundo de hoy, dar varias vueltas al planeta sin jamás estar en ningún otro lugar, más que el que nos acobia. De esto, han hablado, desde diversas perspectivas: desde la antropología Augé (1993) y Kusch (1966); desde la etnografía, Hammersley y Atkinson (1994); desde la literatura Soriano (1990); desde la filosofía Byung-Chul Han (2017); entre muchísimos otros.

No les voy a hablar aquí de ningún pueblo, porque hablo de todos. Hablo, en definitiva, de cómo hemos intentado, junto a colegas y compañeros establecer otros textos, textos no conceptuales; sensibles ante los fenómenos, para establecer así, *planos comunes de la experiencia*, que produzcan a su vez, terceros, cuartos, quintos territorios, más allá de las lógicas tradicionales académicas o románticas sobre *lo otro*.

Es así que en este artículo planteo una propuesta de un instrumento pensado desde la Geografía: el sociocartograma. Para hacerlo me enmarco en la pesquisa cartográfica según Passos, Kastrup y Tedesco (2014) y Costa (2014), que enlaza herramientas que se traman desde la Filosofía; el Arte; la Etnografía; la Semiología; la Psicología; y por supuesto desde la Geografía. Quiero invitarlos a crear, a inventar otras formas de escribir lo que investigamos. Investigar jugando, dibujando y equivocándonos; como cuando éramos muy pequeños y entrábamos a los terrenos baldíos para inspeccionar nuevos mundos.

Perdernos para encontrar

El acto de investigar lo social, y particularmente en pequeños pueblos, nos sitúa ante un problema hermenéutico, que tiene que ver concretamente con los diversos significados e interpretaciones de los fenómenos. Ante esto, resulta valioso hacer hincapié en la

¹ Investigador Adjunto. CONICET. Profesor Adjunto. UNPSJB – Argentina. Email: juan.dt@conicet.gov.ar

distinción lo que Heidegger llama interpretación del *en cuanto* apofánica del *en cuanto* hermenéutico.

La interpretación apofántica realiza una nivelación de las cosas convertidas en objeto de contemplación, sacándolas del contexto en que se las usa, o abstrayendo de la situación concreta en que se está con ellas. De esta manera se ocupa de sus propiedades generales, que formula mediante proposiciones o juicios teóricos. En cambio, el 'en cuanto' hermenéutico es un 'en cuanto' situado, que no abstrae de la dinámica concreta de la situación (MAZA, 2005, p. 129).

Es a este *en cuanto* situado al que pretendo abordar mediante una propuesta instrumental. Me interesa compartir justamente *cómo hacerlo*.

En el camino de la pesquisa social, también nos enfrentamos a los desvíos que acontecen en el proceso de investigación; esos que Careri (2014) llama como parte del *proyecto indeterminado*. Careri usa en las caminatas de *derivadas urbanas* un refrán: "Quien pierde tiempo gana espacio" y agrega: "si se quieren ganar espacios 'otros', hay que saber jugar, salir deliberadamente de un sistema funcional-productivo y entrar en otro sistema no funcional e improductivo" (CARERI, 2014, p. 164). En este sentido, en el camino de la investigación geográfica podemos permitirnos *perdernos en el bosque* en sentido heideggeriano, para encontrarnos en un otro territorio (nuevo); más allá de nuestras codificaciones y marcos seguros. Este perdernos nos facilita definitivamente *alzar la mirada* para revisar desde qué territorios interpretamos, traducimos y escribimos.

Otro asunto fundamental es la pregunta sobre nosotros y *las cosas*. Esta pregunta, no es sobre una entidad veraz de las cosas: el pueblo, la plaza, el sistema de salud, un monumento o un edificio de correo abandonado. La pregunta sobre las cosas debe plantearse para el geógrafo, en función de una salida, tal como dice Deleuze:

Los encuentros no se hacen con gente. La gente siempre cree que los encuentros se hacen con gente, y eso es terrible. Esto forma parte de la cultura: los intelectuales se encuentran entre ellos, esa marranada de los debates, toda esa, en fin – infamia. Pero los encuentros no se hacen con la gente, se hacen con cosas, vaya, se hacen con obra. Yo me encuentro con un cuadro, sí, me encuentro con un aire musical, me encuentro con una música (DELEUZE; PARNET, 1988).

La salida implica así la posibilidad de encuentro con otras ideas, con lo sensible y el producto de los otros, más allá de la preocupación sobre lo verosímil o no que esto pueda implicar. En este sentido, lo que nos moviliza es lo que las cosas producen en ese encuentro, en cuanto nuevas preguntas, desvíos, sensibilidades y rupturas territoriales.

Así, para encontrarnos perdidos, para hallar lo inesperado debemos planificar un derrotero de investigación errático y abierto a una trama diversa y múltiple.

Planificar lo inesperado

Encontrarnos con lo (y el) otro, nos sitúa en una cuestión hermenéutica, entendida como modo unitario de abordar, plantear, acceder, cuestionar y explicar la facticidad (CHILLÓN, 2018). Lo otro, implica a los otros y las cosas en ambas tensiones de concepciones de experiencia; representación e intencionalidad en términos husserianos. Esto es: para abandonar nuestro territorio cotidiano e ingresar en nuevos territorios, abordamos

un derrotero que nos permita el encuentro entre nuestro territorio de investigadores (como esquema para explicar las realidades – siempre en plural y nunca en singular – el espacio rural, los pueblos, etc.) y; ese nuevo territorio del espacio rural (que nos implica otros esquemas explicativos de las realidades, otras formas y contenidos) entrecruzados rizomáticamente con los nuestros.

En esta senda, el método de pesquisa cartográfica tiene mucho para otorgarnos, pues nos invita a salir de lo pre-modelado metodológicamente.

El comienzo del proceso de trabajo de campo puede estar dado simplemente por las preguntas que emergen, asociadas a las sensibilidades que se incorporan para acompañar ese indagar. En este sentido, llega la figura de sujeto llave con quien establecimos o intentaremos construir un plano común de interés al respecto una cuestión. Así, para lo inesperado el sujeto llave no se constituye como un conocedor de las cosas, sino como un navegante del nuevo territorio al cual ingresamos acompañando movimientos (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013).

¿Cómo planificar entonces lo inesperado? Necesitamos un dispositivo abierto. Listas vacías de nombres y tiempo para caminar, saludar y escuchar. Nuestro más preciado encuentro es con el tiempo. El tiempo se abre para cada palabra y experiencia distinta. La escucha se hace dibujo múltiple, como veremos con los sociocartogramas, y habitar el pueblo, la villa, la aldea; debe convertirse en una nueva danza a practicar.

Nuestro dispositivo tendrá antes que nada dos elementos necesarios: largos días disponibles y tiempo para andar. Este tiempo puede constituirse como un plano a diseñar sobre la propia marcha y los encuentros. Algunos mogotes podrán guiarnos la marcha, pero en un primer momento el sujeto llave, con quien estableceremos los primeros vínculos, nos acompañará a navegar el nuevo territorio, y con él iremos constituyendo una ruta errante.

Llegar, ir a ninguna parte

Recuerdo algunos viajes, motivados por plena curiosidad. Tenía el deseo de transitar cotidianamente por los pequeños pueblos de la provincia de Buenos Aires. No conocía esos sujetos llave con quienes producir un plano común². A veces el trayecto era en un ómnibus; otras a dedo, y unas pocas en una motocicleta que tuve algunos años. Claro que los viajes en ómnibus y a dedo eran muchísimo más ricos por las posibilidades de conversar en el camino. Las propias paradas de ómnibus se presentaban como una puerta de entrada o despegue a ese nuevo territorio por navegar.

Las llegadas eran muchas veces una escena de soledad. El ómnibus que se iba, era un pedazo de mi ciudad sobre ruedas que se alejaba por la ruta. Cuando el viaje era a dedo y se presentaba la oportunidad, se abría una posible lista de lugares, personas y cosas por ver y escuchar. En moto, o más adelante en algún auto, el viaje era totalmente diferente. El auto implica llevar consigo un territorio vallado. El vehículo hace de cápsula y además impone una serie de otros atributos sobre nosotros como foráneos. Ir en auto, quizá sea una de las opciones más incómodas para navegar por territorios diversos. En el auto, en definitiva, llevamos una parte de nuestra cotidianeidad en una

² El plano común (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014) se constituye a partir del argumento sobre las cosas y el mundo. En este sentido, hay un énfasis sobre la diferencia, lo singular y la experiencia. En otras palabras, los planos comunes son espacios simbólicos, donde las cosas se nos presentan de modo particular para cada sujeto. Ante esas particularidades, optamos por diferentes acciones ante ellas o en su contexto de existencia (DIEZ TETAMANTI, 2018).

especie de camarote itinerante que nos aísla.

Passos, Kastrup y Tedesco (2014) mencionan que en pesquisa cartográfica lo que importa no es “saber sobre los otros”, sino “saber con los otros”, para eso tenemos que construir un arte del llegar, para luego estar.

Estar; andar, trae a cita ese pequeño ensayo de Kusch Echar las cenizas al Río cuando dice que en Buenos Aires siempre estamos andando. “Andamos siempre, aunque estemos parados [...] Andamos de novio, andamos en el colegio, andamos en la facultad, y también andamos en el surrealismo, en el arte abstracto, o en la política. En todo andamos, aún cuando estemos parados. En el tiempo, y en el espacio y en el espíritu, andamos” (KUSCH, 2007, p. 277). Quizá para la premisa de nuestro método, en pesquisa cartográfica, ese saber con el otro pueda resolverse también andando, andando en un pliegue del territorios, en un enlace; un intermedio que dialoga sin superponerse. Derivando.

Derivar en el pueblo, tomar un café

La deriva debordiana de los situacionistas mediados de siglo XX, ha mutado en las propuestas por múltiples grupos de derivas urbanas como La Liminal, en Madrid; el colectivo Urbanismo Vivo en Buenos Aires que organiza el festival Jane’s Walks; las caminatas organizadas en Laboratorio Urbano Universidade Federal de Bahía en Brasil; y las propuestas por Careri (2014) y Nubiola (2011), por nombrar solamente algunas. La propuesta de caminar y la errancia como proyecto indeterminado, es puesta en práctica de una defensa en la ciudad, ante lo que Simmel llama actitud blasé. La deriva que como proceso cartográfico, descalquiza, desautomatiza y degusta el tiempo (CARERI, 2014), se enfatiza en la urbe.

¿Pero qué pasa en espacios más pequeños, como los pequeños pueblos, las aldeas o los parajes?

La llegada al pueblo puede constituirse sin lugares de recalada. No siempre llegamos con certezas. De hecho llegar con certezas de anclaje, espacios para reposar nuestras palabras y nuestro cuerpo sería casi un insulto como investigadores.

En los pueblos suele no haber carteles, o publicidades sobre las fondas o los lugares para estar. En ocasiones, esos espacios son reservados al conocimiento local. Una cartografía escrita en lo cotidiano del territorio de la localidad, mapea perfectamente, bares, comedores, almacenes, gomerías y kioscos, entre otros. No es necesario tampoco colocar los nombres de las calles, que en algunas localidades han sido olvidados o reemplazados por otras referencias, como puede ser la calle del árbol, la calle del tanque, la calle de tal o cual familia. El sistema de referencias es absolutamente diferente al de la ciudad: es incluso mucho más complejo y singular y compone una serie de elementos a considerar únicamente por locales. Sobre estas traducciones cartográficas locales, hablo con más profundidad en Cartografía Social, teoría y método (DIEZ TETAMANTI, 2018), pero ahora me interesa pensar cómo esta particularidad puede ayudarnos a emprender ese camino de saber con los otros.

Todo puede comenzar preguntando donde tomar un café:

- *un café, déjeme pensar... en lo de doña Eleonora, conoce?*
- *no, no tengo idea*
- *es fácil, es a la vuelta del almacén ‘5mentarios’, ese que está pintado de verde cuando entró*

— *ahh, sí, lo vi...*

— *bueno, a media cuadra a la vuelta está lo de Eleonora, es una casa, de afuera no se nota, pero ahí dan muy buen café.*

El simbólico café nos permitirá así acceder por la primera puerta, pero el rizoma ya estará desplegado y la conversación devendrá en nuestra tan necesaria desterritorialización. Habremos comenzado a desembarcar de la ciudad que llevamos puesta.

El rizoma de las puertas, construir un territorio

El desafío de este encuentro con lo inesperado. La aventura de la pesquisa cartográfica en las pequeñas localidades, implica que lentamente vayamos construyendo un nuevo territorio. Diremos, mucho mejor, nuevos y diversos territorios. Será una buena oportunidad para que desde ese café, o desde en encuentro con los sujetos llaves, avancemos en posibles intercambios, conversaciones y entrevistas.

Quiero en esto nuevamente citar a Tedesco, Sade y Caliman, cuando dicen que:

en la entrevista cartográfica no revista exclusivamente información, o sea, el contenido de lo dicho, pero si el acceso a la experiencia en dos dimensiones: de forma y de fuerza; de modo que la conversación sea acompañada como emergencia en y de la experiencia y no como una representación. Esto se torna posible, si tendemos mano a la perspectiva pragmática del lenguaje que mantiene la distinción, pero subraya la inseparabilidad entre expresión y contenido (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 303).

La relevancia de esta cita, tiene que ver con enfatizar la experiencia, antes que la información, el contenido o la representación. Esto será especialmente rico para comprender el mecanismo de trabajo con sociocartogramas, cartografías sociales y cartografías vernáculas. Justamente, para trabajar la construcción de un plano común en lugares diversos, es la experiencia sobre las cosas y los otros lo que ponderamos en la entrevista o la conversación.

Ante esto, cada puerta del pueblo, villa o aldea, abrirá un nuevo territorio. Estos territorios expondrán un mundo de experiencias diversas ante las mismas cosas. Esto es: cada puerta, cada sujeto-territorio, cada casa-territorio; cada institución-trabajo-territorio, abrirá sus codificaciones específicas ante la experiencia frente a las cosas: la plaza, la familia, el pueblo, la distancia, el tiempo. Sintéticamente: las cosas son las mismas, pero la experiencia es diversa. Volvemos aquí a la pregunta: ¿Qué hacemos cuando nos encontramos con las cosas?

¡Justamente! La pregunta es qué hacemos, y no: qué hacen (ellos, los otros). – Así, en este sentido, podremos preguntarnos: ¿y nosotros, como entrevistadores, como sujetos ingresantes a este territorio; qué hacemos?

Veamos esta cita de Bedin da Costa, cuando nos dice que la propuesta es pensar:

otros dispositivos que no son los presentados tradicionalmente por los discursos científicos; valorizando aquello que se pasa entre los intervalos e intersticios. Entendiéndolos como potencialmente creadores de realidad... ..En vez de preguntar por la esencia de las cosas, el cartógrafo pregunta por su encuentro con las cosas durante su investigación. En el lugar de “¿qué es esto que veo?” (pregunta que

remite al mundo de las esencias), pregunta “¿cómo yo estoy componiendo esto que veo?” Este segundo tipo de pregunta nos direcciona al proceso, entendiendo al cartógrafo como creador de realidad, un compositor, aquel que compone en la medida en que cartografía (COSTA, 2014, p. 70-71).

Entonces, a partir de aquí, los quiero invitar a una composición colectiva en la entrevista, donde conversemos y dibujemos; pero además establezcamos un plano bello de intercambio sobre las experiencias, despreocupándonos por perseguir la realidad y la representación, puesto que, como nos dice Costa, estaremos creando nuevas, a partir de nuestras palabras, de nuestros encuentros y nuestras producciones. Buscando justamente en la potencia de las cosas y sus posibilidades de transformar el mundo y crear nuevos devenires.

Dialogar dibujando; la práctica de una hermenéutica territorial: los sociocartogramas

En el proceso de entrevista cartográfica, por supuesto también se inscribe un desafío hermenéutico, que se vincula con la experiencia, la práctica y la interpretación de las cosas que componen nuestro territorio. En este caso diríamos, una hermenéutica de las geografías. Aliste y Nuñez (2015) avanzan, en esa línea hacia una hermenéutica de los territorios:

si nos posicionamos hacia una hermenéutica de los territorios que pueda comenzar a abrir un camino en torno a una geografía hermenéutica, deberemos acordar que el asunto es al revés, esto es, primero está el lenguaje y después la interpretación. En otras palabras, el lenguaje no vendría a ser lo expresado sino lo que nos expresa (ALISTE; NUÑEZ, 2015, p. 294).

En esta línea, De Certeau nos sitúa en problema de la enunciación ante la posición, produciendo que el caminante constituya así un:

[...] cerca y un lejos, un aquí y un allá. Debido a que los adverbios aquí y allá son precisamente, en la comunicación verbal, los indicadores de la instancia locutora, hace falta agregar que esta marca (aquí, allá) necesariamente implicada por medio del andar e indicativa de una apropiación presente del espacio mediante un ‘yo’, tiene igualmente como función implementar otro relativo a este ‘yo’ e instaurar así una articulación conjuntiva y disyuntiva de sitios (DE CERTEAU, 2008, p. 7).

Esta articulación conjuntiva y disyuntiva que menciona De Certeau es justamente la que me interesa para articular en la entrevista. Ante esto, durante la entrevista, siempre me pregunto: ¿cuando decimos lejos, cerca, allá o acá? que diferencias, dimensiones, pivotes y producciones de sentidos caen en la estas interpretaciones (tanto mías como del entrevistado).

Retomando a Costa, me pregunto ¿cómo compongo lo que veo, luego de estas palabras vertidas en la entrevista? Volviendo a Tedesco, me pregunto ¿cómo mi experiencia urbana tensiona ante los textos territoriales que emergen en la entrevista que acontece en el pequeño pueblo?

En los últimos años he trabajado desde la cartografía social, el problema de la interpretación y la producción de territorios-texto múltiples. Esto me llevó a interesantes hallazgos sobre posibilidades de movilizar las dimensiones del tiempo y el espacio, en relación, por ejemplo a conceptos como memoria; deseo; prácticas; etc. En ese camino y en el encuentro de otros modos de producción de cartografías, emergió de modo lúdico la puesta en práctica de lo que denominé sociocartogramas.

Los sociocartogramas, nacen del encuentro con la incomodidad de la entrevista. Una incomodidad que se relaciona con dos dimensiones: la primera con la hermenéutica y la traducción de subjetividades (en este caso ante la experiencia de lo rural y lo urbano). La segunda con la necesidad de ir más allá de los mapeos del laboratorio, que emergen de esa traducción. Esto es: en la entrevista, el mapa

está construido por una oralidad, que luego los geógrafos ponemos sobre un plano cartesiano asignando atributos, por supuesto reajustados forzosamente a codificaciones ajenas a esa entrevista inicial y solamente en las dimensiones espaciales.

De Certeau nos dice sobre el andar y el mapeo...

Sin duda alguna, los procesos del caminante pueden registrarse en mapas urbanos para transcribir sus huellas (aquí pesadas, allá ligeras) y sus trayectorias (pasan por aquí pero no por allá). Pero estas sinuosidades en los trazos gruesos y en los más finos de su caligrafía remiten solamente, como palabras, a la ausencia de lo que ha pasado. Las lecturas de recorridos pierden lo que ha sido: el acto mismo de pasar (DE CERTEAU, 2008, p. 6).

Es justamente en ese acto del pasar, la experiencia como acontecimiento lo que me interesa cartografiar, dibujar y producir.

Es así que desde la influencia metodológica de la pesquisa cartográfica y a partir de otras técnicas de mapeos y producciones cartográficas como el Zonage (BONIN; THINON; CLAROT; CHEYLAN; CLOUET, 2001; TOUNSI; GAMMOUDI; CLOUET, 2008; CARON; CHEYLAN, 2005), el propio Juego de Territorio Jeu de territoire (LARDON; LE BERR; BRASSAC; CARÓN; MAINGUENAU; PERÁU, 2016); el sinuoso camino por la Cartografía Social (DIEZ TETAMANTI, 2018; MONTOYA ARANGO, 2007), y las ya mencionadas derivas urbanas es que nos propusimos – con nuestro grupo de investigación – producir entrevistas dibujando y cartografiando juntos, entre entrevistado y entrevistador; como acto performativo, y con el propósito de producir intercambios hermenéuticos, explorar el territorio del otro, abriendo el nuestro.

El sociocartograma apunta entonces a producir cartografías que generen sentidos intercambiables y dialógicos sobre las experiencias de los cuerpos de entrevistados y entrevistadores, las dimensiones y las enunciaciones de los territorios.

El sociocartograma es en virtud una técnica, una práctica y un texto yuxtapuesto; pero también es un producto que implica un nuevo territorio a proponer. Este nuevo territorio nos lleva también por el camino del encuentro con las cosas, lo distinto y el otro, proponiendo otros agenciamientos, diferentes los diseñados desde el laboratorio urbanocéntrico y con perspectivas de otros devenires.

Empezar con sociocartogramas, en encuentro con lo vernáculo

No lo olvidemos: todos somos cartógrafos. Hacemos mapas desde muy pequeños, con las manos o en la arena, en una servilleta o con gestos. El mapa, el dibujo está antes, después y mientras nos movemos en la dimensión del tiempo y del espacio

En los primeros viajes a los pueblos, recuerdo encontrar sobre los muros o paredes de escuelas o centros de salud, unos mapas muy particulares. Mapas a mano alzada que a veces a fuerza de calco y siempre con la ayuda de memoria y experiencia de un territorio frecuentado, daban cuenta de una grafía propia del lugar. Allí aparecían cosas que, por supuesto, en los mapas tradicionales no. Hace unos años comenzamos a llamar a esos mapas, como vernáculos o cartografías vernáculos.

Estas cartografías vernáculos están siempre acompañadas por un texto oral u escrito, una lista o una explicación. Su condición situada y local, nos convocó a imaginarnos una entrevista donde además se dibuje, habilitando la apertura que permite el enfoque



Figura 1 - Diferentes cartografías vernáculas producidas por agentes de salud en localidades patagónicas. Fuente: Fotos del autor, 2016 y 2019.

cartográfico, para incorporar otros atributos, otras tensiones y otras dimensiones, que escapan a la cartografía tradicional.

Los sociocartogramas se iniciaron entonces, en una serie de entrevistas en pequeños pueblos, en aldeas y parajes, como una invitación a dibujar sobre lo que estamos conversando y entre entrevistado y entrevistador. Con el sociocartograma se pretende profundizar sobre las cosas a partir del dibujo, con el dibujo o hacia el dibujo. Como el esquema se inscribe en la pesquisa cartográfica, el mapa también lo hacemos con el otro, para de este modo producir un plano común y desde allí, compartir conjunciones y disyunciones espaciales.

Organizando y haciendo sociocartogramas

A diferencia del abordaje en cartografía social (DIEZ TETAMANTI, 2018), en el sociocartograma, el gran organizador es la conversación. La entrevista en un esquema cartográfico se tensiona a partir de un tema que constituye un plano común. Para reforzar esto: hablamos sobre las cosas, la experiencia sobre ellas y cómo somos afectados. En sintonía nuevamente con Tedesco, Sade y Caliman (2013), no abordamos una binarización entre contenido, experiencia y expresión. No atendemos solamente a las “informaciones” sobre las cosas, sino que acompañamos los movimientos que el entrevistado propone, guiando sin dirigir.

Así es que la entrevista acontece mientras se incorpora el dibujo, proponiendo dibujar entre ambos, entrevistado y entrevistador, las cosas que van emergiendo entre marcas, tensiones y devenires. También haremos fuerza en los anclajes (allá, acá, cerca, lejos, etc.) pivót que el entrevistado y nosotros, como entrevistadores, proponemos.

- (entrevistado) Más allá del río, cerquita del de la curva, había una estancia
- (entrevistador) ¿Pasando la arboleda?
- (entrevistado) No, antes de la arboleda, pero doblando por el caminito de tierra que sale un poco más arriba...
- (entrevistador) Ah! Entendí para el otro lado entonces... ¿Podemos dibujar esto juntos, así lo entiendo?

El sociocartograma comienza a crearse en cualquier parte del rizoma de la entrevista. Como texto yuxtapuesto a la conversación, produce otros hitos, crea esquemas

complementarios que acompañan el proceso de conversación de la entrevista.

- (entrevistado) Antes parábamos en varios parajes, demorábamos cuatro días en llegar por el camino de tierra.
- (entrevistador) No sabía que tardaban tanto, ¡ahora llegamos tan rápido!
- (entrevistado) No, antes era difícil, había nieve y crecía el río, entonces nos quedábamos en una piedra, resguardados si se hacía de noche, después del paraje Zenón Donato.
- (entrevistador) Me gustaría que dibujemos el camino y esas paradas, cómo era, porque siento que cambió mucho la manera de viajar.

Mientras transcurre la entrevista junto al sociocartograma, se irá produciendo un texto yuxtapuesto la entrevista cartográfica, a modo performativo. Definitivamente lo que hacemos cuando construimos un sociocartograma es adicionar texto y re-pivotear constantemente los anclajes de la propia experiencia (tanto desde el entrevistado, como desde el entrevistador).

En esta línea, el contexto de entrevista y la posibilidad de entramar un plano común de la experiencia, producirá nuevos e infinitos contextos y derivas, tanto en la producción de sentidos espaciales; con la construcción o territorialidades definidas y singulares.

Esto, en función de Derrida es:

En todo signo, lingüístico o no lingüístico, hablado o escrito (en el sentido ordinario de esta oposición), en una unidad pequeña o grande, puede ser citado, puesto entre comillas; por ello puede romper con todo contexto dado, engendrar al infinito nuevos contextos, de manera absolutamente no saturable. Esto no supone que la marca valga fuera de contexto, sino al contrario, que no hay más que contextos sin ningún centro de anclaje absoluto (DERRIDA, 1998, p. 361).

Abordando problemáticas espaciales con una perspectiva de multiplicidad territorial, la herramienta del sociocartograma permite hacernos otra pregunta: *¿qué hacemos (dibujamos) con lo que decimos?*

Figura 2 - El proceso de producción de sociocartogramas en durante la entrevista. Fuente: Fotos de Nadia Martínez, 2019.

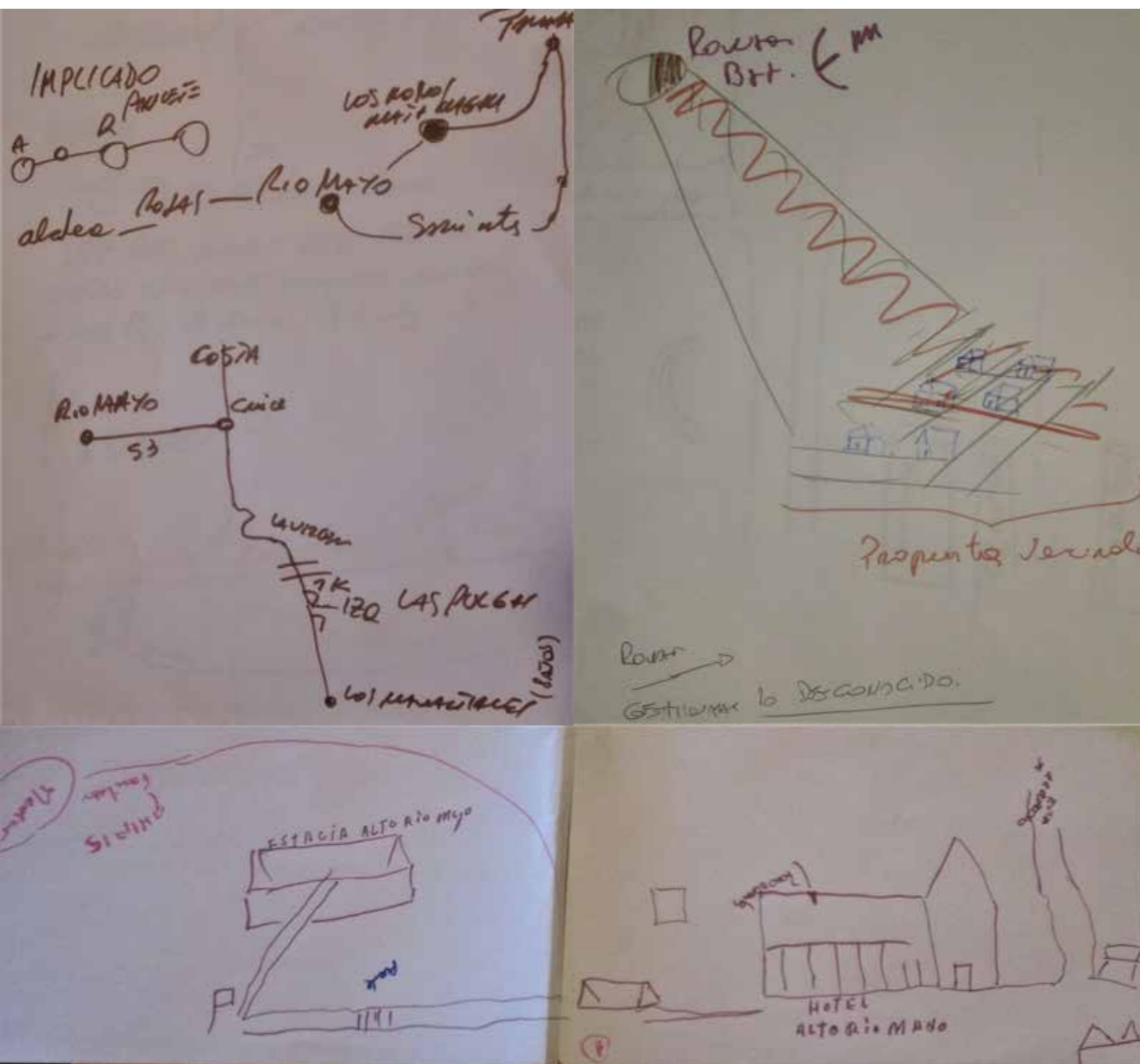


Figura 3 - Algunos sociocartogramas producidos durante las entrevistas, entre entrevistados y entrevistador. Fuente: Fotos del autor, 2019.

Sistematizando sociocartogramas, coremas y cartografía social

La entrevista finalizó, y tenemos uno o más sociocartogramas. Puede suceder que tengamos varios, algunos sueltos en hojas de distintos tamaños o hasta en pequeñas servilletas. También habremos de tener nuestras notas de entrevista y quizá la propia grabación.

Luego de ese proceso, nuestro territorio, el contexto producido sobre el pueblo, la aldea en la que estamos cambiándolo. No solamente por el contenido refutado, con certeza; sino también por los contextos, las formas y los esquemas mundo intersubjetivos, que fuimos coproduciendo con los entrevistados. El sociocartograma ahora deberá iniciar su metamorfosis.

El o los temas que planteamos como plano común, ese tema que nos envolvió en la entrevista como derrotero de los rumbos frecuentados, fue produciendo diferentes sociocartogramas, como performativos del habla en la entrevista.

La sistematización podrá ahora tomar otras formas. Para esta etapa, considero que partir de los coremas de Brunet (1987) podemos apropiarnos de una excelente herramienta para mediar la nueva traducción entre *entrevista + sociocartograma > producción de nuevos territorios*.

En este sentido, valdría aclarar que el corema aquí no sería un esquema simplificado de representación de la realidad, como se presenta en la coremática tradicional³, sino como interpretación de las experiencias y prácticas territoriales singulares.

La utilización de coremas, ampliando y creando libremente las figuras originales que propone Brunet, con el propósito de no calcar esquemas importados que puedan limitar las capacidades del proceso creativo, abriendo el círculo hermenéutico, de modo que otros territorios, sean siempre posibles de escribir. Lo que podremos hacer es traducir el texto de la entrevista, las notas, los audios y los sociocartogramas a otros nuevos textos acompañados de coremas. Estas nuevas composiciones pueden ponerse a prueba con el entrevistado, intercambiando el trabajo de interpretación que hemos hecho y desnudando el proceso hermenéutico por el que atravesamos como sujetos investigadores.

Para algunas pistas más clásicas de su abordaje sugiero consultar por supuesto al propio Brunet (1987) y a Portugal (1996).

Para finalizar y como esquema el derrotero de la entrevista cartográfica con sociocartogramas conjuga territorios, en un plano común que se componen tanto en texto de la oralidad como desde el dibujo colectivo del sociocartograma. De allí emergen nuevas oralidades, preguntas, fotografías, notas y las propias grabaciones (Figura 5). Todo en un dinámico rizoma que puede contextualizarse desde cualquiera de sus puntos, confluyendo en una reescritura del territorio que; por un lado produce nuevos textos, mapas y argumentos; y por otro, una reesquemmatización de las configuraciones territoriales de los sujetos que intervienen en la escena: entrevistado y entrevistador.

Algunos ejemplos prácticos de puesta en función del instrumento pueden verse en los textos que hemos ido produciendo en los últimos años desde nuestro grupo de trabajo: Vázquez, Schuler y Diez Tetamanti (2020); Feü, Grané y Diez Tetamanti (2019); Diez Tetamanti, Heredias y Martínez (2020); Diez Tetamanti (2020).

Así, el sociocartograma se instaura como un instrumento en la hermenéutica de la Geografía. Una Geografía de lo sensible, con un pie en la pesquisa cartográfica como método y otro en la experiencia del sujeto como productor permanente de territorios.

Conclusiones

En muchos años de trabajo en pequeñas localidades, pueblos, aldeas y parajes, he observado un problema del que poco se habla: cómo construimos interpretaciones sobre el mundo rural, sin cuestionarnos nuestra mirada urbanocéntrica. Esto sin duda

³ Según Brunet (1987) los modelos gráficos, basados en las implicaciones del concepto de corema que propone, pueden servir eficazmente para la interpretación y representación de espacios, distribuciones y dinámicas geográficas.

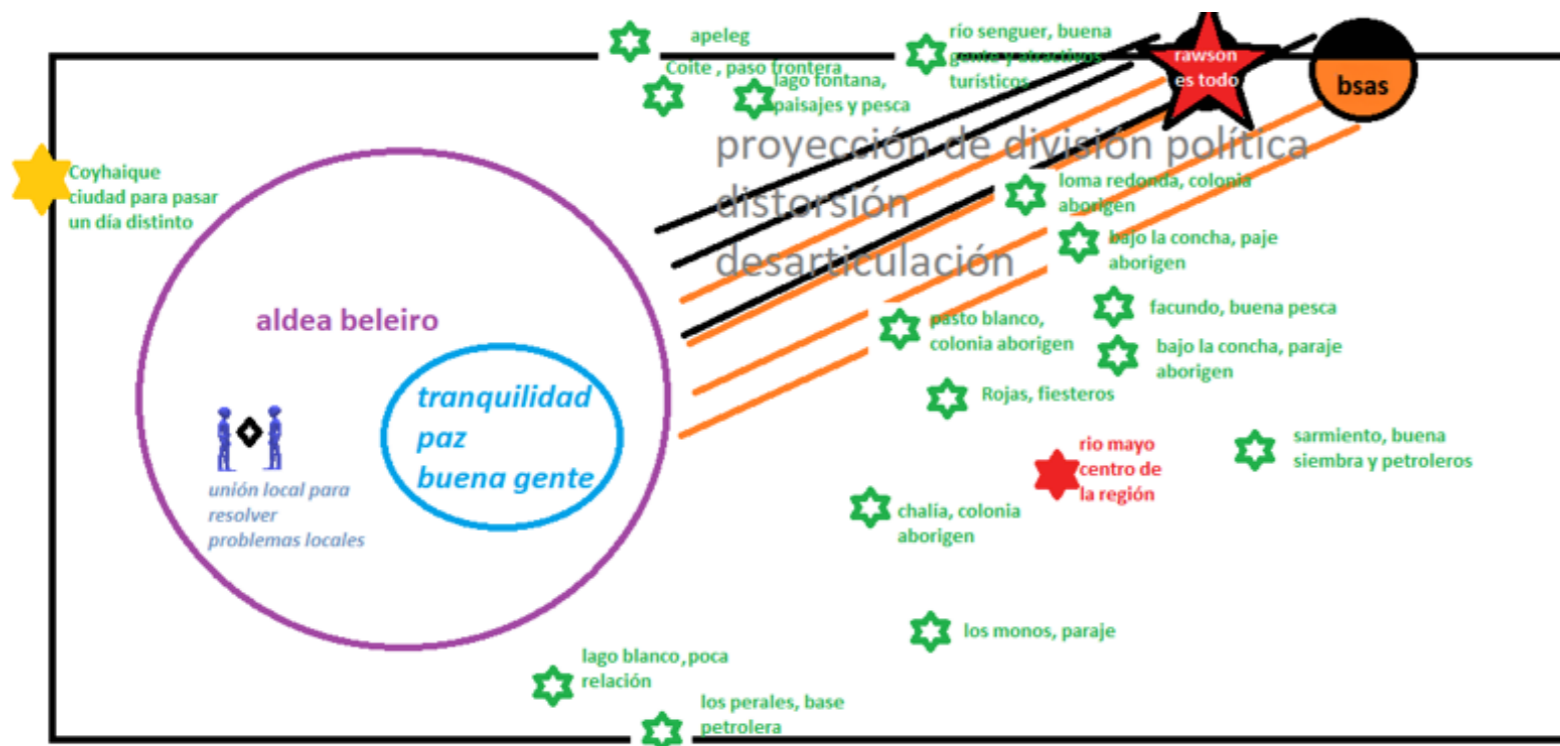


Figura 4 - Corema de traducción para entrevista y sociocartograma. Fuente: Elaboración del autor, 2019.

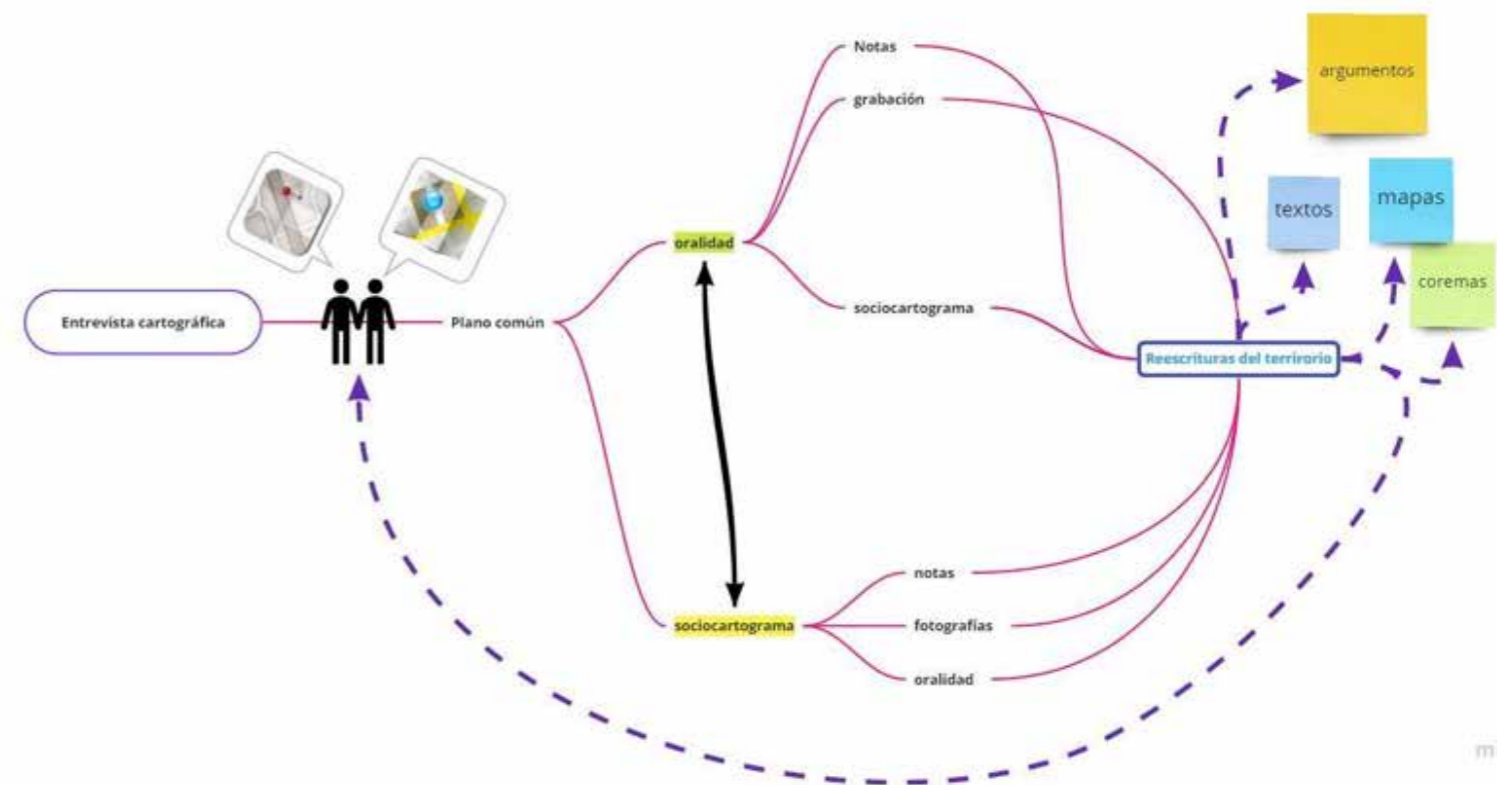
constituye un problema hermenéutico. La Geografía y el abordaje en estos espacios singulares puede plantearse este problema aplicando herramientas que abren al diálogo de perspectivas y experiencias. El enfoque de pesquisa cartográfica nos abrió, como grupo de investigación, un mundo de nuevas producciones, posibilidades de pensar y hacer. Primero con cartografía social y luego, a través de la experimentación de una variedad de métodos e instrumentos colectivos, con la incorporación de los sociocartogramas como acto performativo en la entrevista. Como toda propuesta experimental, queda mucho camino por hacer y de ningún modo, las pistas aquí planteadas están cerradas. Definitivamente quiero invitar a seguir inventando, creando y produciendo instrumentos que nos permitan poner en acción la teoría, de modo que las perspectivas de mundo puedan confluir y encontrarse.

Es indispensable que profundicemos en el encuentro con las cosas a partir del encuentro con los otros. Esto como dispositivo para poner en juego la diferencia y la singularidad. Porque hay evidencias de que las cosas son entidades, pero sus significados pueden ser completamente opuestos. Por lo tanto, si no pensamos en qué producimos, cómo obramos a partir de esos significados, qué implicancias diferentes tienen las dimensiones, dependiendo de contextos, historicidades y sensibilidades; no podremos abordar la pluralidad.

El desafío de la Geografía puede también emerger desde el abordaje de las pequeñas localidades, como desde cualquier otra diversidad; en definitiva el desafío de la Geografía hoy es también doble: hermenéutico, de interpretación, donde cabe la multiplicidad; y de producción de instrumentos para su abordaje, acudiendo al infinito acervo de la ciencia social.

Agradecimientos

Agradezco a mis compañeros de trabajo del Grupo de Investigación Geografía, Acción y Territorio, de la UNPSJB, con quienes nos aventuramos permanentemente a nuevas



miro

propuestas metodológicas. Especialmente a Magali Chanampa y José María Quintana

Este trabajo se enmarca en el PICT 2019 - 0450 *Experiencias y trayectorias de mujeres y familias de áreas rurales de Chubut, en el marco de Maternidades Seguras y Centradas en la Familia*, Línea Argentina Innovadora 2020, con apoyo financiero de la Agencia de Promoción Científica y Tecnológica de la Nación Argentina.

Referências

ALISTE, Enrique; NUÉZ, Andrés. Las fronteras del discurso geográfico: el tiempo y el espacio en la investigación social. *Chungara, Revista de Antropología Chilena*. Volumen 47, n. 2, 2015, p. 287-301. Online en: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/chungara/v47n2/aop2315.pdf>

AUGÉ, Marc. *Los "no lugares" espacios del anonimato: Una antropología de la sobremodernidad*. Barcelona: Ed GEDISA, 1993.

BONIN, Muriel; THINON, Pascal; CLAROT, Patrick; CHEYLAN, Jean-Paul; CLOUET, Yves. Territoire, zonage et modélisation graphique: recherche-action et apprentissage. En: *Géocarrefour*, vol. 76, n. 3, 2001, p. 241-252. Online en: https://www.persee.fr/doc/geoca_1627-4873_2001_num_76_3_2562

BRUNET, Roger. *La Carte, mode d'emploi*. Paris: Ed. Fayard-AECLUS, 1987.

CARERI, Francesco. *Walkscapes: El andar como práctica estética*. Barcelona: Ed. GG, 2014.

CARON, Patrick; CHEYLAN, Jean-Paul. Donner sens à l'information géographique pour accompagner les projets de territoire: cartes et représentations spatiales comme supports d'itinéraires croisés. *Revista Geocarrefour*, 2005, p. 111-122. Online en:

Figura 5 - Esquema de la entrevista cartográfica, producción del plano común entre oralidad y sociocartograma. Fuente: Elaboración del autor, 2021.

<https://journals.openedition.org/geocarrefour/1031?file=1&lang=en>

CHILLÓN, José Manuel. Los rendimientos fenomenológicos de la angustia en Heidegger. *Alpha (Osorno)*, n. 46, 2018, p. 215-232. Online en: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-22012018000100215>

CLOUET, Yves. Le zonage à dire d'acteurs. *Bois For Trop* 265, 2000, p. 45-59.

COSTA, Luciano Bedin da. Cartografía: uma outra forma de pesquisar. *Revista Digital do LAV*, 7(2), 2014, p. 66-77. Online en: <https://doi.org/10.5902/1983734815111>

DE CERTEAU, Michel. Andar en la Ciudad. En *Revista Bifurcaciones*. Inv. 2008 - 007. Online en: <http://www.bifurcaciones.cl/2008/06/andar-en-la-ciudad/>

DELEUZE, Gilles. PARNET, Claire. *O Abecedário de Gilles Deleuze*. Entrevista em vídeo. França, 1988.

DERRIDA, Jacques. Firma, acontecimiento, contexto. En: *Márgenes de la filosofía*. Madrid: Cátedra, 1998.

DIEZ TETAMANTI, Juan Manuel. Aislamiento e inclusión, invertir la experiencia: Debates sobre servicios públicos y comunicaciones en Chubut. En: ARCE, Alejandra de; SALOMÓN, Alejandra. *Una mirada histórica al bienestar rural argentino*. Buenos Aires: Ed. Teseo, 2020.

DIEZ TETAMANTI, Juan Manuel. *Cartografía Social: Teoría y Método*. Buenos Aires: Ed. Biblos, 2018.

FEÜ, Ailín Lelis; GRANÉ, Pablo Daniel; DIEZ TETAMANTI, Juan Manuel. Revisando noções de remoção / exclusão de experiências metodológicas na comunidade rural do Lago Blanco, Patagônia, Argentina. *Revista GEOINGA*. v. 11 n. 2, 2019. Online en: <https://doi.org/10.4025/geoinga.v11i2.50055>

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. *Etnografía*. Métodos de investigación. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1994.

HAN, Byung-Chul. *La expulsión de lo distinto*. Barcelona: Herder, 2017.

KUSCH, Rodolfo. *Indios, porteños y Dioses*. Buenos Aires: Ed. Stilcograf, 1966.

KUSCH, Rodolfo. *OBRAS COMPLETAS (TOMO III)*. Geocultura del Hombre Americano. Rosario: Ed. Fundación Ross, 2007.

LARDON, Sylvie; LE BERR, Florence; BRASSAC, Christian; CARÓN, Patrick; MAINGUENAU, Michel; PERÁU, Jean-Michel. *Conception collaborative d'objets géographiques*. Application aux jeux de territoire. 2016. Online en: <http://pagesperso.litislab.fr/mmainguenaud/wp-content/uploads/sites/16/2016/02/2006-RIG-SLetAl.pdf>

MAZA, Luis Mariano de la. Fundamentos de la filosofía hermenéutica: Heidegger y Gadamer. *Teología y Vida*. Vol XLVI, 2005, p. 122-138 Online en: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/tv/v46n1-2/art06.pdf>

MONTOYAARANGO, Vladimir. El mapa de lo invisible. Silencios y gramática del poder en la cartografía. *Universitas Humanística*, n. 63, 2007, p. 155-179.

NUBIOLA, Clara. *La guía de las rutas inciertas*. Barcelona: Bside Books, 2011.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; TEDESCO, Silvia. *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2014.

PORTUGAL, Juan. Modelos gráficos y coremas. Representación de la información territorial en sus componentes estructurales básicos. *Lurralde*. San Sebastián. n. 19, 1996, p. 235-253.

SORIANO, Osvaldo. *Una sombra ya pronto serás*. Buenos Aires: Ed. Alfaguara, 1990.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência no dizer. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25, n. 2, p. 299-322, maio/ago, 2013. Online en: <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922013000200006>

TOUNSI, Kamel; GAMMOUDI, Lazhar; CLOUET, Yves. Le zonage à dire d'acteurs: un outil cartographique pour la confrontation des savoirs et pouvoirs endogènes et exogènes à propos du développement local: étude de cas en Tunisie centrale. *Sécheresse*, 2008; 19 (1), p. 3-12.

VÁZQUEZ, Alberto; SCHULER, Leonardo Javier; DIEZ TETAMANTI, Juan Manuel; SALAZAR, Manuel. Vida cotidiana en una pequeña localidad del sudoeste de Chubut. Estrategias de acceso y prácticas espaciales en la Patagonia central. *Estudios Rurales*, 10 (19), 2020. Online en: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/estudios-rurales/article/view/16398>



GESTÃO DO PLANEJAMENTO URBANO EM CIDADES PATRIMONIALIZADAS Reflexões e oficinas em Cachoeira/BA

*URBAN PLANNING MANAGEMENT IN
HERITAGE CITIES
Reflections and workshops in Cachoeira/BA*

*Wendel Henrique Baumgartner¹,
Adriana Santana Bittencourt² e Livia Fraga Celestino³*

Resumo

A análise apresentada neste texto tem como pauta a discussão sobre plano diretor, patrimônio histórico e planejamento urbano na pequena cidade de Cachoeira/Bahia, tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1971. Observamos, em função da desatualização, que o Plano Diretor elaborado em 2006 não trata de atividades e ações em curso, assim como se aproxima das discussões sobre o patrimônio. Ao invés disto, as melhorias das condições de moradia ou do próprio patrimônio histórico tombado cedem lugar à exacerbação da sua vocação turística através de projetos que associam o espaço patrimonializado a um parque temático. Como a população local é o grupo menos informado sobre os processos de planejamento urbano, realizamos diversas oficinas com a comunidade para construir instrumentos teóricos e práticos que possibilitassem sua participação nas discussões que se arrastam por anos sobre um novo Plano Diretor.

Palavras-chave: planejamento urbano, plano diretor, patrimônio, cidades patrimonializadas, Cachoeira/BA.

Abstract

We present in this paper an analysis about the municipal master plan, historical monuments and urban planning in the small-sized city of Cachoeira/Bahia, institutionalized as a historical city by the Brazilian National Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN) in 1971. The outdated plan, elaborated in 2006, does not dialog with present ongoing projects neither discusses ideas about historical monuments. The improvements for housing or historical buildings are out of focus giving space to the exacerbation touristic projects with the objective to produce a thematic park. Since the local population is the less informed group about the process of urban planning, we organized workshops to build theoretical and practical tools to instrumentalize them to participate in the long running discussion about a new municipal master plan.

Keywords: urban planning, municipal master plan, historical monuments, institutionalized historical city, Cachoeira/BA.

Introdução

Propomos neste artigo uma discussão a respeito da gestão do planejamento urbano em uma pequena cidade histórica (CHOAY, 2001) relacionada à discussão de algumas teorias, ações e práticas vigentes, bem como da instrumentalização dos agentes que participam desse processo. As cidades históricas são lugares que preconizam processos de planejamento condizentes com suas particularidades, especialidades e sutilezas. A partir dessa premissa, podemos iniciar com os seguintes questionamentos: Por que destacar cidades históricas? Qual a especificidade destas cidades em relação às demais no que se refere à gestão do seu planejamento?

Cabe destacar que existe uma distinção entre cidades históricas e cidades patrimoniais (LAMPRAKOS, 2014). Todas as cidades são históricas, algumas com uma história de 20 anos e outras com 400 anos, a diferença está no acúmulo de tempo materializado na morfologia e na paisagem urbana. O que queremos discutir neste artigo é a gestão do planejamento que acontece em uma cidade histórica que foi patrimonializada, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este tombamento implica, *a priori*, em uma série de medidas específicas para se pensar uma cidade com essa especificidade. Se por um lado o tombamento ajuda a conservar o tecido urbano e os bens arquitetônicos construídos em tempos passados, por outro o conjunto específico de regulações dificultam, em muitos casos, a conexão destas cidades com o tempo presente. Cidades históricas patrimoniais em função das normas, leis e decretos poderiam tornar-se espaços museificados ou petrificados, como propõe Jeudy (2005). O congelamento do espaço em função do tempo é o ponto central da discussão.

Além do tempo acumulado na cidade, o planejamento urbano destes lugares implica uma dinâmica diferenciada no seu próprio processo de elaboração, bem como em relação a gestão do espaço urbano (GUMA, 2016). A discussão da participação popular no planejamento já é um tema difundido, apesar de sua prática ainda ser desconsiderada ou minimizada em muitos planos, e a razão está, em alguns casos, na desconexão/assincronia entre o tempo do planejamento e o tempo da ação. Para podermos participar efetivamente com profundidade é preciso tempo; é preciso conhecer as cidades, conhecer as regras, as leis e as normas; é preciso conhecer a vida do lugar. Lugares com muita história impregnada nas construções e muitos cotidianos sobrepostos no presente demandam muito tempo nos primeiros momentos do processo de planejamento para compreensão dessa complexidade temporal. É preciso calma e paciência. E isto é tudo que não se tem atualmente quando falamos de planejamento urbano no Brasil. Até superamos a ideia de que não existe planejamento, há uma certa quantidade de dinheiro para ser gasto em planejamento, mas o que não temos mais é tempo, tudo é pensado e executado para ontem. Os prazos são sempre curtos. As medidas e editais são sempre anunciados muito próximos de seus prazos de vencimento. A ausência de tempo compatível para desenvolver um plano de acordo com a especificidade de cada cidade faz cair por terra a ideia da participação popular realmente participativa, bem como anulam a importância da singularidade. Os modelos de planejamento são encaixados, adaptados e reproduzidos *ad nauseum* pelo mundo afora e muitas cidades, patrimoniais ou não, acabam por se tornarem réplicas.

Cabe aqui uma ressalva, não escreveremos sobre o mundo, escreveremos sobre um lugar, um lugar específico chamado Cachoeira, uma cidade localizada no Recôncavo Baiano, a 110km de Salvador. Um lugar com 450 anos de história ocidental patrimonializada pelo IPHAN que a consagrou Cidade Histórica, Cidade Heroica e Cidade Monumento. Depois de 30 anos do seu congelamento como monumento, em 1971, os recursos para sua renovação e recuperação chegaram em planos como o Monumenta e PAC-Cidades Históricas (Programa de Aceleração do Crescimento). Nosso objetivo geral nesse texto é discutir questões vinculadas ao planejamento urbano

1 Doutor em Geografia, Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

2 Mestre em Geografia, Professora da Rede Estadual de Educação da Bahia.

3 Mestre em Geografia, Professora da Rede Estadual de Educação da Bahia.

em uma pequena cidade patrimonializada. Como objetivos específicos buscamos compreender a patrimonialização de Cachoeira/BA; debater questões referentes à gestão do planejamento urbano na cidade; analisar as contribuições advindas dos debates ocorridos nas atividades desenvolvidas com a população de Cachoeira/BA (oficinas e estudos com grupos) a respeito do planejamento urbano, patrimonialização e demandas da população; discutir a turistificação das cidades patrimonializadas.

A base empírica: o passado e o presente de Cachoeira

Como descrever um processo de planejamento? Optamos por iniciarmos com a apresentação da base empírica de nosso estudo e isto não significa que o processo tenha começado com o estudo da realidade ou com o diagnóstico da área, presente em vários manuais de planejamento urbano como o ponto de partida. Na prática, começamos pelo conjunto teoria, empiria e técnica, pois estas três esferas não são dissociáveis, pelo menos na forma como enxergamos o processo de planejamento. Quando fomos ao campo pela primeira vez, as bases teóricas e técnicas do planejamento já haviam sido discutidas em nossas reuniões de estudos, nos cursos, nas nossas graduações ou nas nossas aulas. Já tínhamos um conhecimento prévio. Quando estudávamos a teoria já tínhamos ouvido falar de Cachoeira (Figura 1), quer seja nas aulas de história ou através de algum comentário sobre uma das diversas festas religiosas da cidade. A ideia de iniciarmos pela empiria é meramente intencional, sedutora ao leitor para conhecer o lugar que propomos estudar.

As cidades do Recôncavo Baiano foram fundadas no início do processo de ocupação do território brasileiro pela Coroa Portuguesa, configuradas como aglomerações citadinas em função dos intensos fluxos e das relações com as culturas agrícolas – fumo e cana de açúcar – destinadas à exportação e que eram desenvolvidas na região, conforme explicou Milton Santos (1959). Ainda segundo este autor (*op.cit.*), foi no Recôncavo Baiano onde se constituiu a primeira rede urbana no Brasil, impulsionada pelo papel de destaque na economia colonial e mesmo durante o período imperial.

Dentre os núcleos destacados neste processo de constituição da rede urbana do Recôncavo, Cachoeira sempre apresentou importância em diversas possibilidades de análise. Regionalmente desempenhava papel central no sistema de transporte flúvio-marítimo, em função de seu porto no baixo curso do Rio Paraguaçu, já próximo de sua foz, na Baía de Todos os Santos. Os armazéns localizados nas margens do Paraguaçu eram marcantes na paisagem urbana e simbolizavam o papel econômico da cidade como entreposto comercial entre o litoral e o sertão brasileiro. Politicamente, Cachoeira era um importante centro baiano, exercendo função primordial no processo de Independência da Bahia, tendo recebido o título de Cidade Heroica. As riquezas acumuladas pela elite colonial foram materializadas na paisagem da cidade, principalmente na arquitetura de seus casarões, sobrados e igrejas.

Os aspectos políticos e econômicos que garantiam a centralidade de Cachoeira e favoreciam sua articulação regional e nacional preenchem as formas urbanas até meados no século XX, quando transformações estruturais no sistema de transporte e na economia levam a redefinições dos papéis e funções das cidades do Recôncavo.

As mudanças na estrutura econômica e no papel de Cachoeira na rede urbana regional estão fortemente atreladas com a alteração no padrão de transporte de mercadorias, com a opção pela modalidade rodoviária em detrimento ao transporte marítimo/fluvial (realizado pelos vapores e saveiros que faziam seus percursos através da Baía de Todos os Santos e pelo Rio Paraguaçu) e ao transporte ferroviário (que tinha em Cachoeira um importante entroncamento). As rodovias que passam a ligar o litoral

ao interior (BR 324 e 101) tem seus trajetos exteriores e distantes do tecido urbano de Cachoeira, implodindo as funções articuladoras da cidade com suas congêneres regionais e estaduais.

A decadência da senhorial cidade de Cachoeira e a ascensão de Cruz das Almas, que é hoje [1952] o *chef-lieu* do Recôncavo Fumageiro, indicam, expressivamente, as fases de um processo de sucessão histórica e ecológica, para o qual, mais recentemente, outros fatores de renovação, como o caminhão e a rodovia, também contribuíram decisivamente (COSTA PINTO, 1998, p. 123).

Para completar o processo de estagnação do Recôncavo Canavieiro e Fumageiro, também na metade do século XX, ocorre a descoberta de petróleo na área do Recôncavo mais próxima de Salvador. O desenvolvimento da cadeia produtiva do petróleo, indo além da extração e passando pelo refino e pelo transporte, trouxe profundas mudanças na articulação do sistema urbano, pois toda uma rede de infraestruturas é criada para atender as exigências da indústria petrolífera, isolando as áreas tradicionais, como Cachoeira.

Em 1971, o IPHAN tomba todo o sítio de Cachoeira como Monumento Nacional (Decreto nº 68.045, de janeiro de 1971). O tombamento, cujo objetivo era garantir a preservação do acervo material urbano da cidade, também acaba por congelar Cachoeira no momento de grande declínio de suas funções urbanas e de esvaziamento de suas formas construídas, que acabam por se transformar em ruínas. Aliado a tal espaço urbano encontram-se riquezas imateriais proveniente de matrizes africanas e de sua pluralidade étnica.

É importante ressaltar que estas mesmas riquezas acumuladas não impediram que os problemas sociais e econômicos se agravassem com o passar dos séculos, principalmente mediante ao processo de decadência econômica em que a cidade se viu mergulhada por longos anos. Cachoeira possui baixos índices sociais (referentes à educação, saúde e renda) quando comparada a outros municípios da Bahia, bem como à média nacional. Segundo dados do IBGE, disponibilizados na plataforma online Cid@des⁴, o município possui população estimada em 33.567 pessoas, das quais 48,6 % vivem com rendimentos inferiores a 1/2 salário-mínimo (dado de 2010); 11,5 % estão ocupadas no mercado formal de trabalho (dado de 2018); e 51,4% não tem acesso às condições higienicamente aceitáveis de esgotamento sanitário. Em 2010, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) era 0,647 (médio), sendo Educação o pior componente do índice, com pontuação de 0,577, o que é considerado um baixo desenvolvimento. Geograficamente, em 2018, era considerada na hierarquia urbana do IBGE como um centro local, integrante de um arranjo populacional composto com os municípios de Muritiba e Governador Mangabeira, na área de influência de Feira de Santana.

Segundo Henrique (2009), para superar este processo de estagnação econômica, que perdura por algumas décadas, várias ações de desenvolvimento econômico nas escalas urbana e regional foram implementadas em Cachoeira, tais como: a instalação de um campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); o Programa de Turismo Étnico; o Monumenta; e o PAC-Cidades Históricas. Essas ações, assim como a FLICA (Festa Literária Internacional de Cachoeira), também acabaram por inserir Cachoeira na chamada economia criativa (BAUMGARTNER; ROTHFUß, 2017).

⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/>

Desta forma, sendo uma cidade histórica tombada, patrimonializada, alvo de programas governamentais de reestruturação urbana e de preservação do seu patrimônio histórico e cultural, torna-se necessária uma discussão especial sobre seu planejamento e gestão.

A base teórica: Patrimônio e planejamento urbano: uma apreciação preliminar

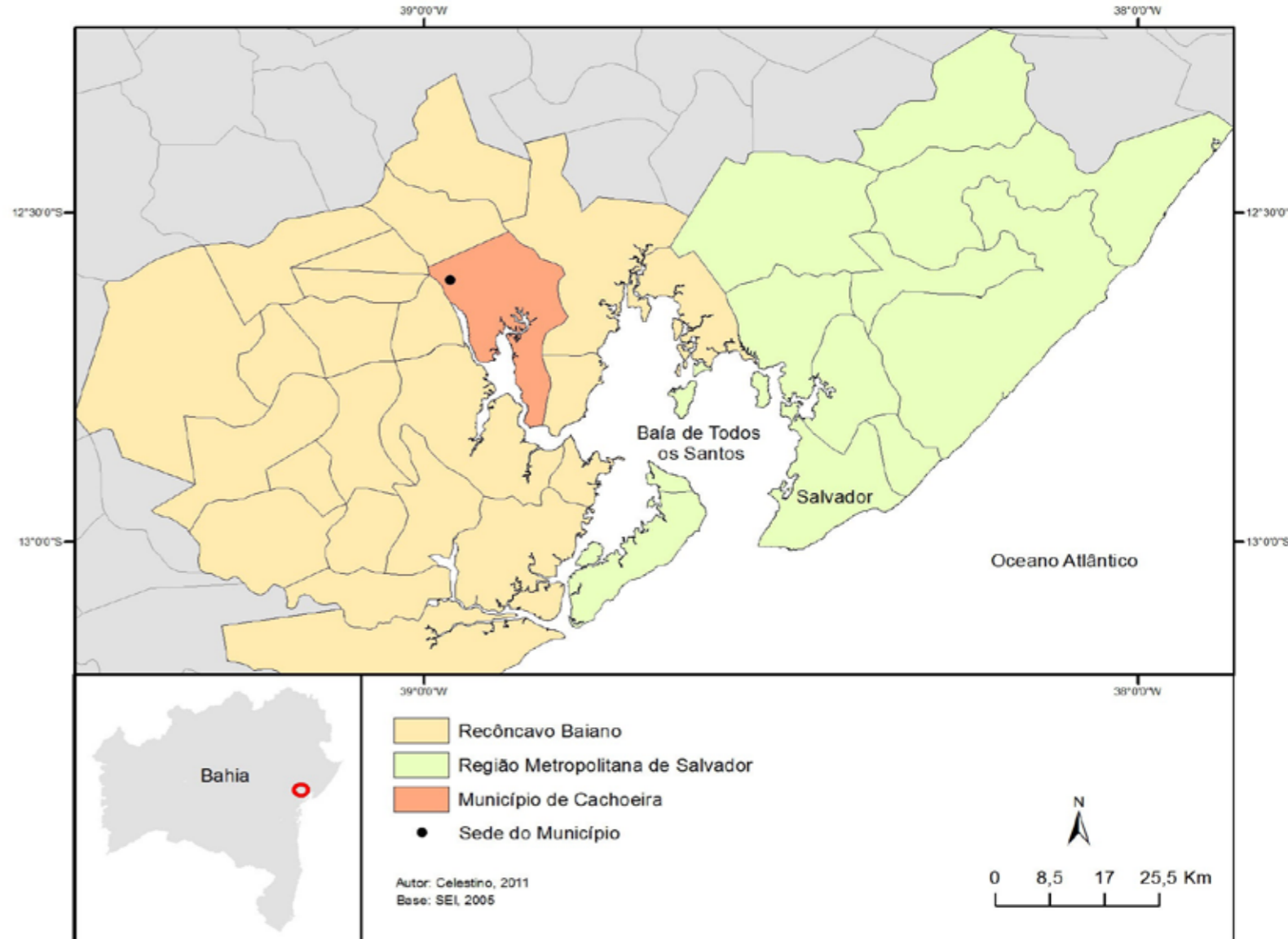
Muitos planos de renovação ou conservação de áreas patrimoniais estão relacionados à criação de uma imagem de cidade histórica que represente, material e simbolicamente, um passado mítico a ser resgatado pelas construções. Estas imagens carregam diversas representações e, notadamente, um grande poder simbólico, vinculando-as a um imaginário mundial de planos vitoriosos na renovação e conservação destas áreas consideradas patrimoniais.

Se buscarmos um aprofundamento sobre a questão dos bens patrimoniais e da própria ideia de patrimônio, Watson e Waterton (2010) salientam que a discussão trata de um processo vinculado às memórias, identidades, políticas, lugares, dissonâncias e performances, no qual a construção do patrimônio e das heranças culturais do passado são essencialmente visuais. Esse aspecto revela uma fixação no objeto/artefato ou no edifício/monumento como expressões materiais da cultura, da história, do tempo, da sociedade e dos poderes. Desta forma, a maior parte dos planos apresentados para as cidades históricas e áreas patrimoniais está focada, essencialmente, na conservação, reforma e renovação dos edifícios. Assim, o patrimônio não é um conjunto de objetos *per se*, mas um processo de construção de significados socialmente produzidos. É claro que existe uma relação de dominação no reconhecimento dos significados atribuídos aos objetos/edifícios pelos grupos sociais dominantes, tanto nos períodos de construção quanto no momento da sua patrimonialização. Não é uma coincidência que a maioria dos bens patrimoniais do Brasil se refira, como no caso de Cachoeira, às construções de origem colonial portuguesa relacionadas às elites coloniais (casas grandes, engenhos, palacetes) e notadamente religiosas (católicas, é claro).

Segundo Shirato e Webb (2010), esta opção pela materialização do patrimônio não é inocente, pois, a visibilidade é o critério central para provar sua autenticidade, valor e validade. Assim, a imagem que os planos vinculados aos espaços urbanos patrimoniais e históricos busca resgatar é da ratificação indiscutível do poder nos momentos históricos passados. Trata-se um poder mítico que também busca apagar os conflitos, as misérias e marginalização vivenciadas pelos grupos dominados que, direta e indiretamente estão vinculados a tais objetos e espaços. E com isto, antigas senzalas viram espaços de exposição de arte e pelourinhos viram o símbolo de projetos de recuperação de áreas urbanas patrimoniais do país, como em Salvador.

Especificamente em nossa área de estudo, a renovação urbana colocada em movimento pelo Programa Monumenta e PAC-Cidades Históricas é resultado desta relação entre as heranças da classe dominante e da dominação dos grupos marginais e minoritários. Todo o conjunto tombado está vinculado às heranças portuguesas e católicas e apenas um terreiro de candomblé, que está entre os primeiros do país, está protegido. O Terreiro *Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Jeje-Mahi)*, Roça do Ventura, de 1858, foi inscrito no Livro do Tombo Histórico em dezembro de 2015.

O conjunto arquitetônico reforça o mito da Heroica Cachoeira, que lutou contra os portugueses e pela sua expulsão da Bahia em 2 de julho de 1823, posteriormente a independência do restante país. Aqui temos uma grande contradição na construção material e simbólica do patrimônio de Cachoeira, uma vez que se valoriza a herança colonial nas construções ao mesmo tempo que o título conferido à cidade reforça a luta



contra o poder colonial. Conforme pontua Selby (2010), a realidade de um lugar está sujeita às várias camadas de construções que podemos criar e inventar.

Mas como superar esta visão presente nos modelos de planejamento urbano atualmente aplicados nas áreas patrimoniais? Uma possibilidade está na voz e poder dado aos grupos que efetivamente criam, usam, recriam e reusam, material e simbolicamente, o patrimônio em sua vida cotidiana, especialmente em uma pequena cidade, onde a disponibilidade de moradia está mais restrita. Endlich (2008) coloca que são inúmeras as dificuldades para uma participação efetiva, mas sem essa participação o processo de planejamento com vistas ao desenvolvimento local fica comprometido. Celestino (2016) reforça a importância das comunidades locais no processo de planejamento de uma cidade tombada e engessada por um espaço concebido cheio de normativas que criam um distanciamento burocratizante em relação ao espaço vivido. Em uma cidade pequena, a proximidade das pessoas é, ao mesmo tempo, uma potência transformativa e uma barreira em movimentos reivindicatórios em função de receios em relação a possíveis retaliações.

França *et al* (2019) reafirmam a centralidade da participação da população no processo de planejamento urbano de cidades pequenas. Entretanto, em seu estudo sobre cidades pequenas no Norte de Minas Gerais, concluem que uma parcela restrita das pessoas se acha responsável pela busca de soluções para os problemas de suas cidades. Isso também se reflete na participação da população nas discussões e elaboração de Planos Diretores das cidades pequenas.

Quando mencionamos a participação, estamos tratando de co-criação, de propostas e estratégias com os agentes que detêm os conhecimentos técnicos. Lefebvre (2001)

Figura 1 – Localização de Cachoeira no Recôncavo Baiano. Elaboração: Livia Fraga Celestino, 2011.

reflete como a questão urbana excede o círculo dos técnicos, especialistas e dos intelectuais:

Nem o arquiteto, nem o urbanista, nem o sociólogo, nem o economista, nem o filósofo ou político podem tirar do nada, por decreto, novas formas e relações. Se é necessário ser exato, o arquiteto, não mais do que o sociólogo, não tem poderes de um taumaturgo. Nem um nem outro criam relações sociais (LEFEBVRE, 2001, p. 107).

Em Cachoeira, a implantação do campus da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano) e a ação do setor turístico tem trazido novos fluxos de pessoas, de informações, de conhecimentos, de mercadorias e de capital, que produzem novas dinâmicas na cidade pequena. Na esfera municipal há uma carência direcionamento e de ações que abarquem tais mudanças, inclusive com desdobramentos das políticas de preservação introduzidas no passado recente por projetos federais, e que situem os moradores como prioridade nas suas práticas. Neste sentido, o Plano Diretor teria uma relevância realçada, ainda mais se contasse com participação efetiva da população em sua construção. As comunidades locais, especialmente em uma cidade pequena, que são as protagonistas da produção do espaço urbano, acabam tornando-se meramente coadjuvantes na construção dos planos e projetos de planejamento.

O plano: considerações sobre o plano diretor de Cachoeira/BA

Reconhecemos o Plano Diretor como importante instrumento da política urbana, presente no Estatuto da Cidade, cuja finalidade é criar estratégias para o desenvolvimento urbano compatível com a realidade e as necessidades de cada município e de propiciar que se cumpra a função social da cidade e da propriedade.

Com diversas ferramentas previstas no Estatuto da Cidade (políticas, jurídicas e administrativas), o Plano Diretor pode auxiliar no enfrentamento de diversos conflitos decorrentes das dinâmicas urbanas, tais como a especulação imobiliária ou o processo de gentrificação decorrentes da pressão no setor imobiliário com a chegada de novos moradores vinculados ao campus da UFRB, no caso de Cachoeira. Para as cidades históricas tombadas ou áreas intraurbanas patrimoniais existem ferramentas específicas de estímulo à preservação que podem ser aplicadas: isenção de IPTU, Transferência do Direito de Construir (TDC), Direito de Preempção, dentre outros benefícios fiscais que podem auxiliar na conservação urbana.

Frequentemente, os Planos Diretores estão atrelados a um determinismo físico-morfológico, com projetos essencialmente calcados no zoneamento, ou seja, no parcelamento do uso do solo, em detrimento de uma leitura do espaço urbano que leve em conta toda a complexidade de tal espaço, bem como o perfil histórico de cada lugar e os vários usos a ele atribuído. Assim, a avaliação de um Plano Diretor deve-se basear num viés crítico, buscando entender para que caminhos apontam as suas estratégias e que agentes sociais serão favorecidos com seus instrumentos e diretrizes.

No caso de Cachoeira (CACHOEIRA, 2006), constatamos um plano genérico, fruto da produção em massa de Planos Diretores encomendados, com posicionamentos no mínimo duvidosos e com o direcionamento do desenvolvimento urbano pautado, sobretudo, na supremacia da atividade econômica turística em detrimento de outros usos e na exacerbação da cidade como imagem e cenário. O atendimento às necessidades dos moradores e a leitura do espaço urbano com suas especificidades de pequena cidade patrimonial (material e imaterial) e do cuidado com a preservação foram colocados em segundo plano.

Os projetos urbanísticos e os equipamentos projetados apontam para uma cidade transformada em Parque Temático (FERNANDES, 2006), em que o espaço é colocado como palco e a população moradora como atores deste cenário, sobretudo no tocante ao turismo étnico. Por exemplo, a proposição de uma Cabana da Roda – local de apresentações das manifestações afro-brasileiras que se localizaria na orla flúvio-marítima e sedes distritais – no Plano Diretor corrobora com tal afirmação, visto que sua implementação e a utilização de tal equipamento pressupõe, de certa forma, o deslocamento dos sujeitos destas manifestações culturais para a condição de personagens para turista ver. Este projeto, por seu turno, instiga um processo mais amplo relacionado à folclorização das manifestações Afro-brasileiras.

O planejamento urbano presente no Plano Diretor reforça a promoção de uma imagem urbana, traçando estratégias de cenarização que se aplicadas implicariam numa nova racionalidade da cidade, pautada na exploração dos símbolos culturais e da utilização mercadológica destes.

No caso de Cachoeira, o Plano Diretor centrou-se na implementação de equipamentos de lazer às margens do rio Paraguaçu. Contraditoriamente, o mesmo rio que é evocado como um potencial recurso turístico permanece relegado às políticas que chegam à cidade de maneira que seu processo de recuperação ambiental permanece à margem dos atuais investimentos.

Além dos projetos para as margens do rio, outros equipamentos foram projetados para diversos espaços públicos, quer seja na cidade ou em alguns distritos, visando a potencialização e aproveitamento das suas dotações turísticas (histórica, religiosa, natural e artística). Tal iniciativa explicita o direcionamento das políticas propostas para a supremacia de um uso, da atividade turística, no que Krippendorf (2008) denominou de monocultura do turismo.

A atividade turística é colocada como principal atividade econômica no *Cluster* de Cachoeira em detrimento de outras atividades. Cabe aqui destacar que o Campus da UFRB, hoje uma alternativa econômica para a cidade em função das demandas dos professores, alunos e funcionários por serviços, moradia e alimentação, não é tratado no Plano. Isso se coloca como mais uma limitação de tal plano. Os custos sociais da dominância do turismo como motor do desenvolvimento local são muitos, pois trata-se de uma relação de troca (turista – morador) desigual, uma vez que apenas uma minoria se beneficia. Não que o turismo seja uma atividade a ser banida e compreendida apenas de forma negativa, mas a sua centralidade é problemática, pois os instrumentos do planejamento urbano municipal estão completamente direcionados para a viabilização de uma única atividade econômica.

Em Cachoeira, devido a sua condição de cidade patrimonial tombada, várias especificidades são colocadas na construção do seu Plano. Castriota (2009) em seus estudos sobre os diversos centros históricos do país, bem como sobre as políticas e instrumentos a eles empregadas, buscou elucidar as particularidades dos Planos Diretores em cidades patrimonializadas. Dentre as questões abarcadas pelo referido autor, encontra-se a dissociação entre os órgãos de preservação e os órgãos de planejamento urbano, tendo em vista que o primeiro se ancorou, por um longo tempo, num preceito de cidade como objeto estético, desvinculado da preocupação com o desenvolvimento urbano. Por outro lado, os órgãos de planejamento estariam calcados num viés essencialmente funcionalista, desconsiderando os aspectos qualitativos de tal espaço. Estes seriam, em tese, um problema comum às cidades que possuem uma maior concentração de elementos patrimoniais.

É claro que os órgãos de preservação com o passar do tempo foram assimilando novas

acepções e convenções. Dentre as novas incorporações, destaca-se a modificação do conceito de patrimônio quando o mesmo deixa de ser entendido apenas numa dimensão individualizada e pontual, ou seja, como monumento. Nestas circunstâncias, a sua acepção alarga-se para o entendimento da cidade como um patrimônio urbano como um todo. Tais modificações sugerem a complexificação das políticas públicas patrimoniais, uma vez que a sua atuação deixa de ter como foco os monumentos ou ainda áreas restritas, para ter como tônica toda a cidade.

Em Cachoeira, a atuação do IPHAN mostrou-se diferenciada, visto que junto à população civil organizada, tal órgão envolveu-se na correção de vários aspectos do plano, tais como: nos parâmetros urbanísticos das ZEIS (Zona Especial de Interesse Social); nas porcentagens de permeabilização e no tamanho dos lotes; nos parâmetros urbanísticos dos terreiros de matriz africana; na correção das delimitações das áreas de preservação rigorosa e simples da cidade, dentre outros aspectos.

Ainda seguindo o lastro no que concerne ao Plano Diretor em cidades patrimoniais, o tombamento aparece como prática antiga no cuidado dos bens culturais que carece de um mecanismo de gestão atual através da observação das áreas de preservação no Plano Diretor. Acreditamos que o ato de tombamento por si só não garante a conservação do bem tombado, mas deve também trazer consigo políticas públicas que complementem esta iniciativa de conservação. Salienta-se que nestas políticas, a preocupação com a dimensão qualitativa simbólica do espaço não deve se restringir apenas às áreas de maior importância histórica, mas se estender pela cidade, visando a melhoria do espaço urbano, dando prioridade a linguagem urbana e os usos de cada espaço.

Ao identificar as vertentes urbanísticas presentes no Plano Diretor de Cachoeira, nota-se que este possui caráter estruturalista, visto a ênfase dada à estruturação espacial e a preocupação com a implementação de projetos estratégicos, nas quais as funções aparecem separadas por zona. Tais ações levam a simplificação da complexidade do espaço mediante a esquematização do uso do solo, rigidez espacial e perda da qualidade, visto que há pouca atenção aos processos tradicionais de uso e ocupação.

A exemplo disto, consta no Plano um projeto de intervenção urbanística para a sede do distrito de Belém que propõe uma radical transformação da configuração espacial do espaço público associado a um Seminário secular, visando sua urbanização, requalificação e ocupação quase que total. Conseqüentemente, acarretaria a perda de sua característica de espaço vazio, livre de construções, através da implementação dos seguintes objetos: coreto, posto policial, centro cultural, parque infantil, quadra poliesportiva, campo de futebol e a Cabana de Roda. Infiltrado na propalada melhoria da condição de vida dos moradores, tem-se a intenção do melhoramento da dotação turística de tal localidade.

Outra questão relevante do Plano Diretor refere-se à necessidade de integração regional do município, pois de acordo com Villaça (1998), os Planos não podem se limitar às obras de remodelação física, devendo ser integrados tanto do ponto de vista interdisciplinar como espacial, articulando a cidade com a região. No caso do município em questão, o Plano não apresentou correlação com o seu entorno, em especial com São Felix – sua irmã siamesa – na outra margem do Rio Paraguaçu.

Observamos uma série de problemas nas diretrizes e estratégias do Plano Diretor de Cachoeira, que coloca a cidade ainda mais na orientação e relação mercado-produto, em detrimento das preocupações sociais e acentuando o *marketing* urbano para atrair investidores e turistas. O planejamento urbano embasado no viés esteticista, a partir da simbiose cultura e cidade, tratam o espaço urbano de modo superficial através do

culto ao embelezamento e da exacerbação da dotação turística de tal núcleo urbano. Estas ações carregam intencionalidades relacionadas à reprodução do capital por meio da exploração da cidade como um produto que está à venda.

Finalmente, reforçamos a defasagem desse Plano Diretor, em vigência desde 2006, com pequenas alterações introduzidas em 2014. Em 2015 e 2016, foram publicados planos setoriais para as áreas de Cultura e Turismo, respectivamente.

A prática: o desenvolvimento dos ciclos de oficinas

Entre 2009 e 2016 foram realizadas diversas atividades de pesquisa e oficinas na cidade de Cachoeira com intuito trabalhar questões referentes ao cotidiano e às paisagens urbanas, bem como debater e compreender a produção do espaço urbano nessa cidade pequena. No decorrer desse processo, um estudo e discussão do Plano Diretor junto aos moradores, em uma perspectiva de sua reelaboração, objetivando discutir sobre os pontos positivos e negativos do plano, bem como as possíveis soluções, se tornou necessária.

Na preparação das oficinas optamos por esmiuçar a linguagem técnica do Plano Diretor para torná-la mais acessível ao entendimento dos participantes das oficinas. Vale ressaltar que a execução das mesmas foi realizada para discutir e refletir, junto com os moradores, sobre alguns pontos críticos do planejamento, bem como da execução de medidas relacionadas ao seu atual processo de reestruturação urbana e econômica.

Cada ciclo de oficina contou com moradores, estudantes, professores, membros de associações de moradores, gestores, entre outros interessados que foram convidados a participar por meio de cartazes distribuídos pela cidade, chamadas em associações de moradores, entidades de ensino, centros administrativos, além de outros meios de comunicação. O número de participantes ficou em torno de 30 pessoas, entre os quais 57,1% não conheciam o que é um Plano Diretor e 71,4% nunca haviam participado de alguma discussão a respeito. Estes dados foram coletados a partir de um pequeno questionário aplicado na primeira oficina. Tais números apontam para alguns problemas que se tornaram notórios na divulgação e execução da oficina:

- desconhecimento da população a respeito do que seja um Plano Diretor e de que maneira as suas diretrizes e instrumentos podem auxiliar no direcionamento do desenvolvimento urbano;
- inquietação daqueles que conhecem o que seja um Plano Diretor por não terem participado efetivamente da sua feitura e, desse modo, ter a possibilidade de construir um plano condizente com a realidade e as necessidades cachoeiranas.

Além das oficinas foram realizados estudos com grupos focais, trabalhando com fotografias de diferentes pontos da cidade, tais como: do Rio Paraguaçu, dos casarões antigos, do centro comercial, das igrejas e de um bairro popular, entre outras, para a criação de murais, cujo tema central era *A cidade que temos e a cidade que queremos*. A proposta dessa atividade foi estimular a reflexão e a identificação dos problemas referentes à estas localidades, bem como em propiciar a elaboração de possíveis soluções para tais problemáticas. De maneira geral, após diversas edições das oficinas e dos trabalhos em grupos, em relação à figura do Rio Paraguaçu, por exemplo, a maior queixa relatada refere-se à poluição e pouca atenção do poder público para com o rio. A figura representando a área central da cidade, notoriamente de função comercial, também foi alvo de crítica com queixas à má organização do trânsito, pouca sinalização e calçadas em degradação. Em relação à figura dos casarões antigos

foi unânime a opinião que estes sempre precisam de conservação e representam a imagem mais difundida da cidade. A figura do bairro popular foi a que mais atraiu críticas referentes à ocupação irregular, carência de serviços de saneamento básico e energia elétrica.

Sobre as feiras livres, uma marca da cidade, a falta de higienização, organização das barracas e falta de padronização foram relatados como problemas que deveriam ser resolvidos. Com referência à UFRB foi apontada a necessidade de criação de novos cursos, além de melhoria no trânsito em frente à universidade. Após cada ciclo de discussão, os diversos grupos que passaram pelas atividades elaboraram murais ou varais com as fotos dos locais selecionados e apresentavam suas observações a respeito desses lugares, socializando as descobertas, análises e propostas. Dentre as propostas que surgiram, destacamos que para o distrito de Belém, a sugestão foi a implantação de centros educacionais no lugar das inúmeras quadras poliesportivas projetadas para espaço considerado vazio em frente ao seminário, pois traria informação, conhecimento, para além da prática esportiva. Ou seja, os participantes se mostraram favoráveis à ocupação do espaço associado ao Seminário.

Posteriormente, outros ciclos de trabalho, de caráter mais formativo, foram propostos para discussão dos conceitos básicos do Plano Diretor e do planejamento urbano, bem como os seus instrumentos. Este momento possibilitou o confronto entre a empiria da população e os princípios e diretrizes do Plano Diretor, propiciando uma reflexão sobre algumas estratégias de intervenção e gestão da cidade. A opção por trazer os esclarecimentos teóricos e técnicos somente após os primeiros ciclos de atividades práticas com cada grupo era efetivar questionamentos e incentivar a fala e reflexão sobre os lugares de vida, inserindo os moradores no processo (re)produção espacial como sujeitos sociais críticos. Com efeito, a intenção das oficinas foi justamente criar uma interlocução, isto é, uma espécie de cooperação entre a comunidade acadêmica – neste caso específica constituída por nós pesquisadores deste espaço urbano – e os moradores numa relação de troca.

Nesses encontros foram solicitados aos participantes que analisassem o mapa presente no Plano Diretor que projeta equipamentos para toda a cidade. Os participantes foram orientados a observar a viabilidade destes equipamentos em seus respectivos locais e, se de fato, estes equipamentos representam a necessidade de seus moradores. Os grupos expuseram suas críticas e sugestões a respeito das ações e equipamentos projetados para a orla flúvio-marítima e para os espaços públicos, em sua maioria incrementos turísticos (hoteleria de grande porte, por exemplo) bem como as áreas destinadas à expansão urbana. Surgiram vários elementos de estranhamento por parte da população em relação aos projetos e ações, por não condizerem com a realidade, ou com as necessidades e aspirações dos moradores locais.

Também foram discutidas as falhas e limitações do Plano Diretor de Cachoeira, no qual os presentes participaram efetivamente tecendo críticas e suas impressões sobre as estratégias trazidas no Plano. Novamente, assim como no primeiro ciclo, manifestaram suas preocupações a respeito do rio Paraguaçu, do tratamento das áreas verdes, do patrimônio local e com a ocupação de áreas de riscos, principalmente das encostas. Houve consenso na categorização do Plano como de cunho mercadológico, com grandes obras e grandes projetos urbanísticos com intuito de embelezamento da cidade em detrimento das funções sociais.

Os diversos moradores, que em algum momento participaram das atividades, também destacaram que é preciso considerar além do passado, o presente e o futuro, pois segundo os mesmos *não se pode parar no tempo*, uma vez que o movimento da cidade e da sociedade agregam e sempre modificam o espaço e a sociedade.

A grande dificuldade das oficinas foi a construção de propostas que pensassem e contemplassem a cidade como um todo, e não apenas como fragmentos identificados no *meu bairro* ou *minha rua*. Foi preciso debater, constantemente, a ideia de trazer para *minha rua* todas as coisas boas e levar para o bairro distante, *do outro*, as coisas vistas como ruins. Este obstáculo não foi plenamente superado, pois não obtivemos uma resposta positiva na superação da visão local em detrimento de uma noção de cidade, nem conseguimos trabalhar a questão do planejamento em escala municipal.

Considerações finais

Tomamos como premissas três pontos:

1. A necessidade de superação da produção de patrimônios para consumo efêmero, bem como para a ratificação de poderes de classes dominantes e colonizadores;
2. A importância de superar a museificação e a retirada dos bens patrimoniais do uso cotidiano e corriqueiro, como espaço banal, tombando e conservando-os em redomas;
3. O processo de planejamento é sempre repleto de intencionalidades. Compreendê-las, desvendá-las e explicitá-las permite entender, segundo um pensamento crítico, as relações entre sujeito e objeto, entre a sociedade e o seu entorno.

Com isso, reiteramos a importância e a responsabilidade das populações locais no processo de planejamento urbano, o que implica numa ação descentralizada em detrimento da concentração de decisões nas mãos dos governos, dos técnicos, dos acadêmicos ou das empresas. A população pode e tem o direito/dever de auxiliar na construção de caminhos para a solução de impasses, que, por conseguinte, podem possibilitar a redução das desigualdades.

O Plano Diretor, como forma de planejamento em nível local, pode orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção de espaços, além da oferta de serviços públicos que assegurem melhor condição de vida para os moradores.

Apesar do tempo de realização das oficinas e o momento atual, notamos a importância de continuarmos discutindo tais questões, uma vez que o Plano Diretor de Cachoeira continua defasado, e o novo plano permanece engavetado, enquanto a cidade tem seu rumo dirigido pelas lógicas da mercantilização cultural e turistificação do patrimônio.

Com efeito, a descentralização da prática do planejamento pode trazer intervenções importantes. Para que isto ocorra, é necessário também que se decodifique a linguagem técnica e acadêmica dos Planos Diretores e do processo de planejamentos para que a população venha a participar de maneira consciente e efetiva na construção do destino do espaço urbano em questão, uma área patrimonial em uma cidade tombada.

No momento em que a acepção de patrimônio se amplia, torna-se evidente cada vez mais a necessidade da convergência das diversas esferas administrativas (federal, estadual e municipal) no processo de planejamento patrimonial urbano. Mesmo mediante as novas reformulações dos conceitos de patrimônio e de planejamento pelos órgãos públicos responsáveis, observamos que nas cidades patrimoniais o cerne dos planos e das ações permanecem essencialmente voltados para o patrimônio de *pedra e cal*, que acaba por receber grande parcela dos investimentos.

Em uma cidade pequena, como Cachoeira, onde a ruralidade da feira e a urbanidade do campus universitário preenchem formas históricas, patrimonializadas e tombadas, o

desafio do planejamento urbano e seus instrumentos, com o Plano Diretor, é abranger essa amplitude escalar, de modos de vida e de visões de mundo e sobre o lugar. A contradição está no fato da cidade pequena possuir um espaço geográfico físico restrito, mas congrega a zona de contato entre o tempo lento e veloz, entre o espaço de encontro e o espaço de circulação, entre a organicidade e o mecanicismo da vida social, entre o espaço de vida e o espaço mercantil. Por estar entre mundos e lugares rurais e urbanos, a complexidade da cidade pequena não tem limites.

Agradecimentos

O apoio do CNPq, da CAPES e da FAPESB, através de bolsas e financiamentos de projetos de pesquisa, foi fundamental para a realização do trabalho.

Referências

BAUMGARTNER, Wendel Henrique; ROTHFUß, Eberhard. Creative Inequality in the Mid-sized University City. Socio-spatial Reflections on the Brazilian Rural – Urban Interface: The Case of Cachoeira. In: GERHARD, Ulrike, HOELSCHER, Michael; WILSON, David (Eds.). *Inequalities in Creative Cities*. Londres: Palgrave Macmillan, 2017, p.217-237.

CACHOEIRA (Prefeitura Municipal). *Lei 730/2006 – Plano diretor de desenvolvimento urbano de Cachoeira*. Cachoeira/BA, 2006.

CACHOEIRA (Prefeitura Municipal). *Lei n. 1.140 – Plano municipal de cultura (2015-2025)*. Cachoeira: Prefeitura Municipal, 2015.

CACHOEIRA (Prefeitura Municipal). *Lei n. 1.150 – Política municipal de turismo*. Cachoeira: Prefeitura Municipal, 2016.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: Conceitos, políticas, instrumentos*. Belo Horizonte: Annablume, 2009.

CELESTINO, Lívia Fraga. *A produção do espaço urbano em Cachoeira/BA: patrimônio cultural no contexto dos espaços concebidos, percebidos e vividos*. 19/09/2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFBA.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria Azevedo (ed.). *Recôncavo da Bahia. Sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998, p.101-183.

ENDLICH, Angela Maria. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 12, p. 1-35, 2008.

FERNANDES, Ana. Cidades e cultura: rompimento e promessa. In: JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein. *Corpos e cenários urbanos*. Salvador: Edufba, 2006, p. 51-64.

FRANÇA, Iara Soares, COSTA, Valéria Aparecida Moreira; FONSECA, Marcela Alves.

Planejamento urbano e participação social em pequenas cidades. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 1, p. 119-131, 2019.

GUMA, Juliana Lamana. *Planejamento e Gestão Urbanos em Cidades Pequenas: Um estudo sobre Benedito Novo e de Rio dos Cedros-SC*. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – UFRGS.

HENRIQUE, Wendel. A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: Notas preliminares de pesquisa. *Geotextos*, Salvador, v. 05, p. 89-112, 2009

JEUDY, Henri Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KRIPPENDORF, Jost. *A sociologia do turismo*. São Paulo: Editora Aleph, 2008.

LAMPRAKOS, Michele. The idea of the historic city. *Change Over Time 4.1*, Filadélfia, número especial, p. 8-38, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Imprensa Oficial, 1959.

SCHIRATO, Tony; WEBB, Jen. Inside/Outside: ways of seeing the World. In: WATERTON, Emma; WATSON, Steve (Eds.). *Culture, heritage and representation. Perspectives on visuality and the past*. Farnham, Ashgate, 2010, p. 19-37.

SELBY, Martin. People – place – past. The visitor experience of cultural heritage. In: WATERTON, Emma; WATSON, Steve (Eds.). *Culture, heritage and representation. Perspectives on visuality and the past*. Farnham, Ashgate, 2010, p. 39-55.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WATSON, Steve; WATERTON, Emma. Introduction: a visual heritage. In: WATERTON, Emma; WATSON, Steve (Eds.). *Culture, heritage and representation. Perspectives on visuality and the past*. Farnham, Ashgate, 2010, p. 01-16.

A CRIAÇÃO DE NOVAS CENTRALIDADES PARA SOCIABILIDADE URBANA EM CIDADES MENORES O caso da Lapa/PR

CREATING NEW CENTRALITIES FOR
URBAN SOCIABILITY IN SMALL CITIES
The case of Lapa/PR

Tharsila Maynardes Dallabona Fariniuk¹
e Beatriz Portella Deda²

Resumo

A promoção da sociabilidade urbana, especialmente em cidades menores, é um desafio. Nesses locais há tendências de centralização das funções urbanas. Porém, expansões urbanas e demográficas geram constantes redefinições das configurações territoriais, o que exige reinterpretação das centralidades. Esse estudo objetiva discutir a sociabilidade urbana em cidades menores a partir da criação de novas centralidades, tomando como referência o caso de Lapa-PR, peculiar por associar demandas de expansão à consolidação histórica. A pesquisa define-se como um estudo de caso exploratório. A análise iniciou o preenchimento de lacunas sobre a temática no dado recorte, e possibilitou explorar a questão da convivência urbana nos espaços públicos sob a ótica do planejamento para vitalidade urbana. Foi possível caracterizar no recorte os elementos que sugerem a necessidade de novos espaços de convivência, a partir da comparação entre o atual prognóstico e novas estratégias de planejamento aprovadas em 2020, à luz de teorias sobre centralidades urbanas.

Palavras-chave: sociabilidade urbana, cidades pequenas, centralidades urbanas, Lapa/PR.

Abstract

The promotion of urban sociability is a challenge, especially in smaller cities. There are in these places trends of centralization of urban functions. However, urban and demographic expansions generate constant redefinitions of territorial configurations, which requires a reinterpretation of centralities. This study aims to discuss urban sociability in smaller cities considering the creation of new centralities, taking as a reference the case of Lapa-PR, a peculiar case for associating expansion demands with a historical urban consolidation. This research is an exploratory case study. The analysis has started to fill in gaps on the theme in the given place, and it made possible to explore the issue of urban coexistence in public spaces from the perspective of planning for urban vitality. In this research we done a characterization of elements that suggest the need for new living spaces, considering the comparison between the current prognosis and new planning strategies approved in 2020, under the perspective of theories about urban centralities.

Keywords: urban sociability, small cities, urban centralities, Lapa/PR.

Introdução

Discutir a cidade em suas diferentes escalas constitui um desafio natural de compreensão de suas múltiplas facetas e dinâmicas e do tempo necessário de observação e análise sobre o meio, muitas vezes obliterado em detrimento do imediatismo de resolução de problemas. Além disso, cabe à reflexão a consideração de que as cidades são permeadas pelas transformações sociais, pelo comportamento dos indivíduos e por múltiplas nuances e pluralidades de convivência.

O estudo sobre a convivência urbana é determinado pelo fato de que as cidades não possuem uma lógica interna inerente, há limites sociais e geográficos permeáveis que demandam observar fragmentos e tentativas de estabelecer ligações e significados entre eles (AMIN; THRIFT, 2002; CANEVACCI, 2004). No Brasil, nos últimos 19 anos o Estatuto da Cidade, que regularizou os Art. 182 e 183 da Constituição Federal (BRASIL, 2001; FARIA, s/data), apresentou como objetivo da política urbana o desenvolvimento das funções sociais da cidade, através de diretrizes como: a garantia do direito de cidades sustentáveis, infraestrutura urbana, lazer, entre outros (BRASIL, 2001). Cidades com espaços livres e de sociabilidade interferem na qualidade de vida da população, e além dos diversos benefícios que acarretam ao respiro que causam entre as edificações, os equipamentos de recreação e lazer permitem o relacionamento e o convívio social (BARROS; VIRGILIO, 2003).

A criação de novas formas de promoção da sociabilidade urbana, especialmente em cidades menores, é um desafio. Nesses locais há uma tendência de centralização de dinâmicas e de funções de movimentação, trabalho e lazer. No entanto, conforme afirmam Sposito e Jurado da Silva (2013), a constituição da rede urbana, as funções desempenhadas pelas estruturas e a natureza dos fluxos estão em constante modificação e redefinição. Isso exige uma reinterpretação dos significados das centralidades. Além disso, a simples caracterização de cidades pequenas pelo porte da população, sem considerar suas variáveis de contexto, leva a ignorar fatores importantes e específicos de cada núcleo urbano. Essas considerações são importantes para que se entenda os papéis, as áreas de influência e a dinâmica das redes; e nesse sentido ainda há pouca literatura que estabeleça tal reflexão (FRESCA, 2010). Muitas vezes, nas cidades menores há uma mistura significativa entre as tendências e acelerações para o futuro e uma acomodação de um passado que é vivo e latente (HENRIQUE, 2010).

A cidade da Lapa, no Paraná, traduz-se, nesse contexto, em um caso interessante de análise, por apresentar características especiais no que tange à busca por incremento nos espaços de sociabilidade urbana em um contexto bastante específico. Com 48.410 habitantes (IBGE, projeção 2020), e densidade demográfica de 23,07 hab./km² (IPARDES, 2021), a cidade histórica da Lapa se estabeleceu no século XVIII como um ponto de parada para os tropeiros (IPHAN, 2014) e como local de definição de questões e conflitos relevantes – tais como o Cerco da Lapa – no século seguinte. A questão histórica da cidade – reforçada pelo tombamento federal de 14 quarteirões e 235 imóveis (IPHAN, 2014) – foi determinante na consolidação urbana e continua sendo a base do turismo local, que compõe atualmente as Rotas do Pinhão junto a outros 28 municípios paranaenses no Mapa do Turismo 2019-2021 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019). O setor turístico é um dos principais catalisadores da economia da região, e até 2019 estava representado por 53 estabelecimentos voltados exclusivamente para esse fim, sendo 17 deles equipamentos culturais (IPARDES, 2021).

No entanto, o crescimento urbano e populacional nas últimas décadas suscitou a necessidade da criação de novas centralidades para além do centro histórico – ora planejadas, ora espontâneas – ao longo do território municipal. Isso se tornou mais evidente a partir de atualizações no Plano Diretor Municipal, que ao longo dos

¹ Pós-doutora em Gestão Urbana pela PUCPR; docente da Unifacear Centro Universitário.

² Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifacear Centro Universitário.

últimos anos considerou a expansão do perímetro urbano e a transição de zonas urbanas; assim, trechos urbanos anteriormente caracterizados como zonas de uso exclusivamente residenciais (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2003) passaram a funcionar como zonas de uso misto ou eixos de comércio e serviços, em virtude de uma maior ocupação de área urbana e consequente necessidade de dinamização de usos. Da mesma forma, lotes das principais vias urbanas passaram a incorporar cada vez mais a ocupação multifamiliar de média e alta densidade (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020).

A tentativa de diversificar as dinâmicas urbanas para além do Setor Histórico Central, promovendo a qualidade de espaços de sociabilidade, leva ao questionamento da dinâmica da sociabilidade urbana em cidades de menor porte, especialmente em um caso tão particular como esse, em que há um fator histórico condicionante para todo o planejamento urbano. O paradoxo presente na questão é o de que não é possível desatrelar a imagem urbana da valorização do patrimônio existente, importante fomento econômico e cultural regional, ao mesmo tempo em que se faz necessário planejamento e a criação de atratividades nas áreas urbanas em expansão. Isso levou ao seguinte questionamento: de que forma uma cidade com tal particularidade articula a dinâmica do setor histórico com a necessidade da criação de novos espaços de sociabilidade, suscitados pela expansão urbana e adensamento populacional?

Nesse sentido, esse artigo possui como objetivo discutir a questão da sociabilidade urbana em cidades menores a partir da criação de novas centralidades, tomando como referência o caso de Lapa-PR. Além disso:

- (i) Explorar a questão da promoção da convivência urbana nos espaços públicos, sob a ótica do planejamento para vitalidade da cidade.
- (ii) Caracterizar, no recorte geográfico em questão, os elementos que sugerem a necessidade de criação de novos espaços de convivência, a partir de comparação entre o atual prognóstico e as novas estratégias de planejamento.
- (iii) Identificar, no recorte, as áreas potenciais para criação de espaços de sociabilidade, à luz da teoria de centralidades urbanas.

O tema da sociabilidade urbana no dado recorte geográfico não foi identificado em nenhuma publicação recente, em pesquisa panorâmica realizada entre os anos de 2019-2021, e se traduz em uma oportunidade relevante de estudo. A intenção da reflexão, nesse sentido, é puramente exploratória, com o intuito de iniciar o preenchimento dessas lacunas. O presente artigo é parte de um projeto de pesquisa maior que envolve um trabalho final de graduação e um trabalho de iniciação científica do curso de Arquitetura e Urbanismo.

O caráter exploratório dessa investigação levou a uma construção textual que apresenta a discussão teórica junto ao estudo de caso; por essa razão, optou-se por uma ligeira inversão na ordem tradicional de elementos metodológico-descritivos. Dessa maneira, logo na sequência apresenta-se a metodologia adotada, que precederá a revisão bibliográfica referente à sociabilidade urbana e à criação de novas centralidades, sempre à luz da teoria de planejamento urbano em menor escala. Na sequência apresenta-se as inferências realizadas sobre o recorte geográfico e, por fim, as conclusões do estudo.

Metodologia

O estudo de caso é utilizado nessa pesquisa enquanto investigação de uma situação delimitada e específica que visa identificar componentes e causas (VENTURA, 2007).

Conforme recomendações de Yin (2014), a análise considerou dois tipos de elementos presentes no fenômeno a ser estudado: os elementos mais concretos (indivíduos, estruturas, atores) e os elementos menos concretos (relações, decisões, fatores comunitários). Além disso, buscou-se seguir a definição do estudo a partir de 4 passos estabelecidos pelo autor: a) definição das questões de estudo; b) definição dos dados relevantes; c) definição do material a ser coletado; e d) definição dos critérios de análise. O quadro 1 apresenta a metodologia panorâmica segundo essas definições.

A fase de pesquisa bibliográfica-documental foi realizada entre junho de 2020 e fevereiro de 2021, por ocasião do trabalho de conclusão de curso que serve como ponto de partida para essa investigação. Foi realizada busca direcionada com as palavras-chave do estudo: sociabilidade urbana, espaço público, planejamento urbano, cidades pequenas, pesquisadas isoladas ou em conjunto, conforme operadores de pesquisa. A pesquisa foi conduzida em portais de periódicos direcionados a partir do Google Acadêmico, livros, revistas, sites de relevância científica e também a partir dos documentos oficiais da Prefeitura Municipal da Lapa. Concomitantemente a essa fase, foram elaborados os mapeamentos aqui presentes, utilizando base topográfica e imagem por satélite do recorte em questão. A análise de conteúdo, por fim, foi realizada à medida em que os dados foram sendo compilados, no período entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021. Essa ferramenta foi aplicada na pesquisa nos documentos levantados – especialmente Lei Municipal do Plano Diretor 2020 (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020). e mapeamentos – com o intuito de descompactar as informações presentes nos dados, buscando obter, de modo exploratório, mais inferências do que em uma leitura comum, a partir de unitarização de informações, classificação das mesmas, interpretação e análise (MORAES, 1999), em um processo de comparação entre o prognóstico atual e as novas estratégias de planejamento urbano.

Critérios definidos por Yin (2015)	Definições	Método de pesquisa
ITEM 1) Questões de estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Qual é a tendência de criação de áreas de sociabilidade urbana em cidades de pequeno porte? • Como as áreas de sociabilidade estão relacionadas às centralidades urbanas? • Como a Lapa – cidade de referência histórica – articula a dinâmica da centralidade histórica tombada à expansão urbana e à necessidade de novos espaços de convivência? 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa panorâmica em mecanismo de busca e periódicos científicos de significativo aporte* a partir das palavras-chave do estudo que sugeriram lacunas na literatura (relacionando tema – recorte).
ITENS 2 e 3) Dados relevantes e material a ser coletado	<ul style="list-style-type: none"> • Definições dos conceitos-chave (sociabilidade, convivência urbana); • Teoria de centralidades aplicadas a cidades de menor porte; • Dados relativos ao recorte (Dados demográficos gerais/Identificação de centralidades urbanas/equipamentos urbanos/áreas de sociabilidade e convivência). 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa bibliográfica-documental
ITEM 4) Critérios de análise	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento geográfico de centralidades e áreas de interesse; • Observação panorâmica de distâncias, deslocamentos e centralidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de mapeamento; • Análise de conteúdo

* Google Scholar, Scopus e Science Direct

Quadro 1 - Resumo dos procedimentos metodológicos, segundo recomendações de Yin (2014). Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021, com base em Yin, 2014.

Planejamento Urbano para a sociabilidade

As interações entre indivíduos, guiadas por impulsos e objetivos de *sociação* (Simmel, 2006), é determinante na vitalidade das cidades e constituem o fenômeno que Gehl (2013) chama de *cidades vivas* – locais onde se assegura que os espaços comuns cumpram sua função para com as pessoas e também estabeleçam ligações emocionais entre os indivíduos, proporcionando o convívio. Isso significa um planejamento dos espaços voltado para despertar o interesse das pessoas pela cidade, intensificando o desejo de permanecer, de se deslocar, de se movimentar, de participar ativamente da vida urbana. O planejamento que trabalha os espaços com essa dinâmica é também capaz de fomentar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de novas habilidades (Rocha *et al.*, 2019).

A falta de convivência saudável nos espaços públicos urbanos é potencialmente capaz de gerar crises de sociabilidade, pois se impede o desenvolvimento de experiências e vínculos, e como consequência natural ocorre a atração e/ou a manifestação de situações desagradáveis tais como o abandono dos espaços, a degradação, o sentimento de insegurança e a criminalidade – fatores, que, por sua vez, contribuem para acentuar as dificuldades de sociabilidade, caracterizando um ciclo nocivo (CERQUEIRA, 2013). Além disso, há a questão das assimetrias de acesso à mobilidade urbana. Peres (2019) comenta que a mobilidade é uma forma de apropriação do espaço e de associação entre indivíduos, pois ao transitar no espaço, têm-se acesso a diferentes tipos de equipamentos. Porém, a desigualdade no poder aquisitivo e outras desarmonias espaciais impedem que todos tenham o mesmo tipo de deslocamento e, sendo assim, a facilitação de meios para atravessar a cidade a pé ou como ciclista se faz necessária.

A questão do pertencimento e da apropriação do espaço pode ser considerada sob o viés epistemológico do *lugar* e do *não-lugar*. Duarte (2002) discute essa questão sob a ótica da atribuição de significados e valores ao espaço. Para o autor, a distinção entre espaços mais ou menos apropriados pelas pessoas determina o que é, de fato, um lugar, e o que não é. Lugar, nesse entendimento, é uma porção do espaço dotado de significado, impregnado de substratos culturais e reflexos de objetos e ações humanas, que refletem identidades individuais. O termo *território*, por sua vez, estaria nesse caso relacionado também a um significado do espaço, porém com elementos constituintes submetidos a determinados valores culturais compartilhados entre todos. Dessa forma, um determinado elemento urbano pode estar sob influência do território, mas não necessariamente fazendo parte dele; não necessariamente como *lugar*.

Entre as estratégias de promoção da sociabilidade urbana estão os espaços abertos de lazer – que se tornaram mais necessários após a era industrial para fomento de uma melhor qualidade de vida – e que no Brasil passaram a ser uma ideia mais fortalecida especialmente a partir dos anos 90 e 2000, com a criação de leis específicas para transformar os espaços em, além de locais de socialização, também em método de preservação do meio ambiente (CARDOSO; VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2015). A apropriação desses espaços como responsáveis pelo bem-estar dos indivíduos é indispensável (TORRES *et al.*, 2019), e devem ser pensados a partir da flexibilidade de adaptação conforme a função e o significado que os indivíduos a eles atribuem (BLOCH, 2017). Uma segunda estratégia de promoção da sociabilidade urbana – mesmo em cidades de menor porte – são os centros comunitários ou de convivência, que fomentam diversas atividades entre indivíduos e o exercício da cidadania ativa (BONFIM *et al.*, 2000; SOARES, 2019). No caso de espaços pensados exclusivamente para crianças e adolescentes, é possível ainda o estímulo a atividades sócio educacionais que permitam aos indivíduos ter assistência social, psicológica e pedagógica, bem como maior autonomia, trabalho de autoestima e personalidade, reinserção familiar e/ou comunitária e prevenção da entrada na

criminalidade (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2011; BENELLI, 2016).

É importante que o planejamento de tais espaços considere critérios de: a) proximidade, estabelecendo uma relação direta com as demandas locais e alternativas de resolução de necessidades; b) flexibilidade, permitindo alternância de dinâmicas conforme público-alvo e exigências locais; e c) participação, por meio do fomento à cidadania inteligente, em que indivíduos exercem sua criatividade na resolução dos próprios problemas (SOARES, 2019). A questão da cidadania ativamente exercida é ainda destacada por Machado (2019), que ressalta a importância desses espaços planejados como *locus* da discussão comunitária sobre as necessidades locais e métodos de resolução, o que promove a apropriação do espaço pela união da sociedade e pelo sentimento de pertencimento – o que traduz a noção de *lugar* exposta anteriormente.

A situação pandêmica da COVID 19 tem sido uma situação atípica que tornou mais perceptível as questões de planejamento (ou da falta dele) para a sociabilidade urbana e do abandono do espaço público. Em cidades turísticas, principalmente, o distanciamento causou, além do impacto econômico, também o fechamento de espaços públicos de lazer e visitação, dificultando atividades em grupo e convivência (CORTEZ *et al.*, 2020). Figueira (2020), manifesta seu pensamento sobre o pós-COVID – 19 afirmando que o retorno ao convívio será o momento de repensar sobre as ações de planejamento de modo geral, no sentido de desenvolver um novo olhar sobre as relações entre sociedade, natureza e espaço da cidade. Uma das tendências nesse momento, segundo Lira (2020 s/p.) é o início da liberação dos espaços com parcimônia e o retorno do contato com a natureza como auxiliar na prevenção de comorbidades, bem como o aproveitamento de pequenos respiros urbanos, a partir da criação de pequenos parques junto a equipamentos públicos ou, de outra forma, os chamados *parques de bolsos* ou *Pocket Parks*, implantados em vazios urbanos ligados a eixos que permitam a caminhada e o ciclismo.

Teoria das centralidades e relação com a sociabilidade urbana em cidades menores

A menção aos termos *pequena* ou *menor* para se referir a cidades, necessariamente implica em referenciar o estudo de redes e centralidades urbanas (MAIA, 2010). Ao longo do século XX diversos teóricos realizaram seus estudos a respeito de centralidades polarizações urbanas, sendo o estudo de Walter Christaller e sua Teoria das Localidades Centrais, de 1966 o mais difundido (CHRISTALLER, 1966). Nessa teoria, o autor estuda a organização hierárquica de funções urbanas e serviços, e postula como característica fundamental urbana a de servir como uma centralidade em uma região. Centralidade, nesse sentido, é entendido como um local onde há excedente de produção, de bens e serviços, em comparação a outras regiões vizinhas. Nesse entendimento, não é possível que os bens e serviços sejam fornecidos de forma igualitária em toda a extensão do território; assim, deveria haver um número mínimo de localidades centrais, de forma que o transporte cubra, com custo mínimo, o deslocamento até essas localidades e de forma que a gestão administrativa priorize determinadas áreas (CHRISTALLER, 1966; SILVA, 2010).

No entanto, ao longo do tempo essa teoria foi colocada em questionamento por sua desconsideração de questões específicas de contexto, especialmente as que se referem às desigualdades sociais, principalmente nos países em desenvolvimento. Autores como Corrêa (2006) são críticos da teoria no sentido de que ela apresenta certa inaplicabilidade atualmente, dada a sua descontextualização e desatualização em relação à situação que suscitou o estudo original, na Alemanha da metade do

século XX. Além disso, o conceito de equidade espacial ganhou cada vez mais reforço, em vias de buscar o máximo de acessibilidade à qualidade de vida e bem-estar social em todas as regiões urbanas (SILVA, 2010).

No caso de cidades menores, essa discussão toma uma ótica especialmente interessante, uma vez que há, ainda, diversas lacunas de conhecimento e análise. As centralidades urbanas de cidades menores são tratadas, ainda, na literatura, muito sob a ótica da geografia agrária e dos modos de produção que envolvem atividades agrícolas e cooperativas. Discute-se bastante a respeito dessas cidades como fornecedores de mão-de-obra e de insumos e menos sobre as suas dinâmicas internas (FRESCA, 2010). Porém, não é possível dissociar a questão da ruralidade do estudo sobre centralidades. Santos, Farinon e Oliveira (2020) comentam que é importante que o planejamento urbano considere a importância da identidade territorial própria, alimentada, também, pelo papel das áreas rurais, que além de fornecer matéria-prima e subsídios, reforçam a economia e facilitam o acesso aos insumos. Segundo os autores, o que pode ocorrer é o planejamento de tais cidades sob uma ótica muito metropolitana, que desconsidera o papel do rural e periférico e que busca compelir – não sem dificuldade – muitas variações de uso no solo urbano sem a devida efetividade que se espera dos instrumentos urbanísticos. Assim, o contexto e a realidade especial podem não se refletir nas estratégias propostas. Dessa forma, estudos sobre cidades de menor porte devem combinar fatores como planos morfológicos e planejamento de funções e usos à questão demográfica (HENRIQUE, 2010).

Batista (2018) comenta que, de forma geral, há nos municípios brasileiros de menor porte uma tendência à morfologia específica, muito voltada para a praça. Essa é uma consequência histórica da formação colonial do Brasil e da presença da igreja católica, que fez com que muitas cidades brasileiras organizassem a vida de comércio e lazer no entorno da praça e do templo central. O autor comenta que a praça central se tornou o único local referencial para encontro e interação, concentrando a economia e associando-a ao lazer e às interações sociais. Com o passar do tempo e o aumento e diversificação da população, cada vez mais se torna evidente a necessidade de criação de novos tipos de centralidades e atrativos para sociabilidade nas cidades menores – o que se evidencia pelo deslocamento da população na busca por cultura e lazer em outras localidades, muitas vezes maiores. Dados estatísticos também corroboram essa inferência, ao mostrar que em 2018 menos de 40% dos municípios brasileiros possuíam estruturas culturais de convivência urbana tais como museus, centros e bibliotecas; além disso, somente 15% possuíam uma institucionalização de tais tipos de atividades em seu planejamento urbano (MINISTÉRIO DO TURISMO/SECRETARIA DA CULTURA, 2018). A partir da consideração de que parte desse percentual está concentrado nas grandes cidades e capitais – já que essa tende a ser uma demanda natural de locais com maior concentração de pessoas – sugere-se que muitas das cidades de menor porte de fato não têm acesso a espaços de sociabilidade dessa natureza.

Centralidades em Lapa-PR e a promoção da sociabilidade

O estudo de caso aqui apresentado se estabelece sobre um território significativamente marcado por questões históricas fundamentais para o desenvolvimento da parte sul do Brasil, em especial a atividade tropeira e o Cerco da Lapa. Isso associa-se a uma configuração urbana atual marcada pelo desenvolvimento agrícola e industrial, pela atividade turística e pela existência de rotas de passagem relevantes para a porção Sul-Sudoeste da Região Metropolitana de Curitiba. A área urbana acomoda, simultaneamente, uma centralidade que abriga um dos mais conhecidos conjuntos

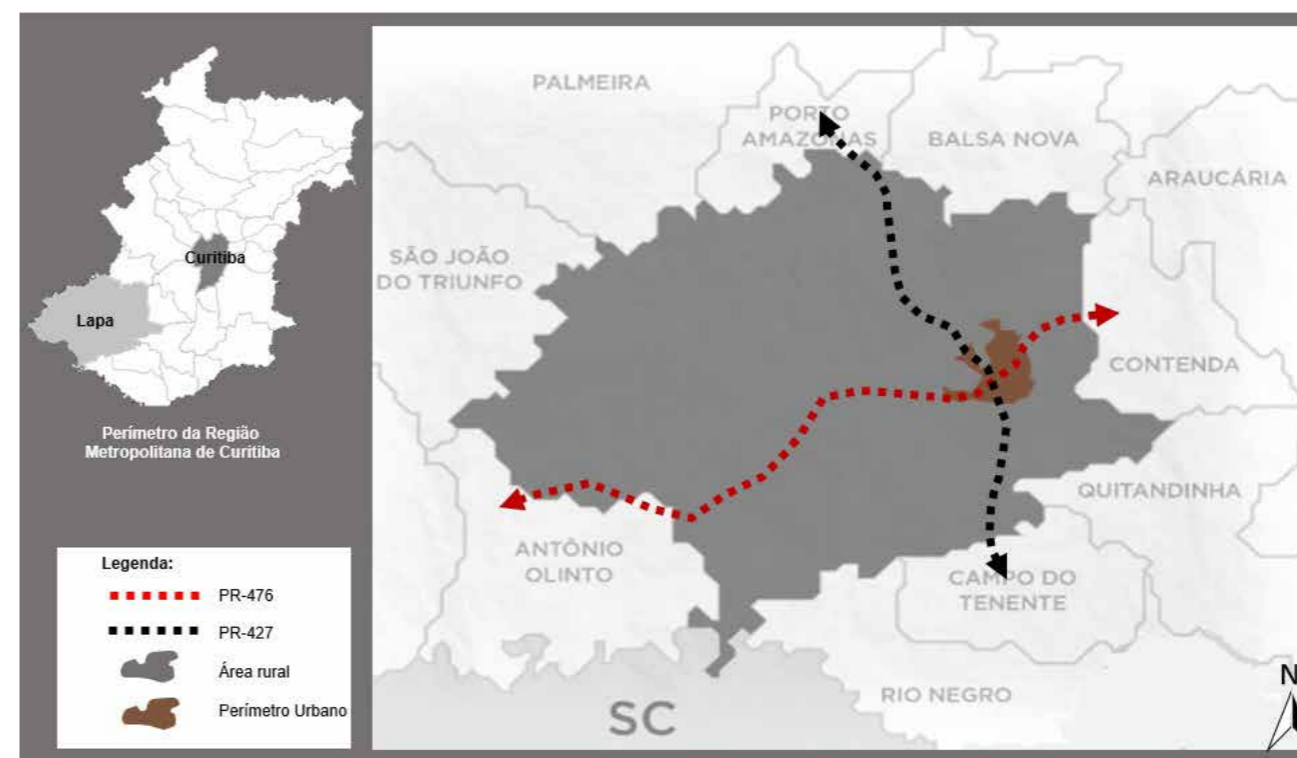


Figura 1 - Contexto Municipal da Lapa. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

históricos nacionais, e uma área mais periférica em contínua expansão e diversificação de usos.

A revisão do Plano Diretor do município da Lapa previu, em 2020, a criação de novos eixos destinados a comércio e serviços (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020). Essa é uma tentativa de incentivar a distribuição de novas centralidades e atrair polos de comércio e serviço para as áreas urbanas mais periféricas. Nas figuras 2 e 3 pode-se notar de que forma essas novas centralidades estão sendo planejadas.

A figura 2 apresenta esquematicamente a distribuição de equipamentos públicos, de serviço, de lazer, culturais e educacionais dentro do perímetro urbano. Observa-se a concentração desses equipamentos no Setor Histórico e entorno imediato, o que acompanha a consolidação histórica da mancha urbana. O crescimento populacional já exigiu a alocação de novos equipamentos urbanos nos bairros mais periféricos, porém isso ocorre ainda de modo pontual, conforme apresenta a imagem.

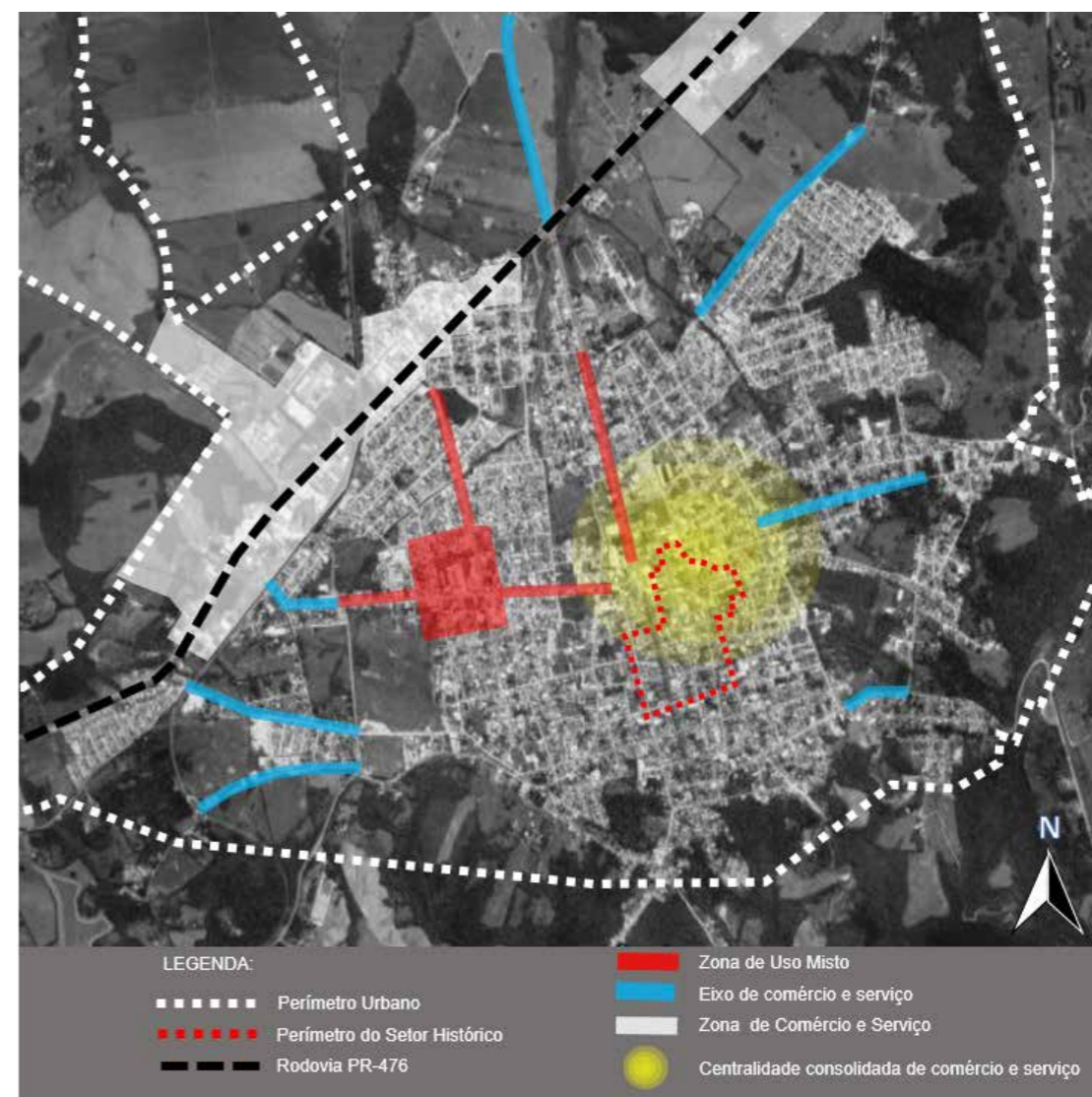
A figura 3, por sua vez, mostra as estratégias definidas no Plano Diretor Municipal de 2020. Em amarelo pode-se notar uma centralidade de comércio e serviços já consolidada que abrange boa parte do Setor Histórico e parte de quadras adjacentes – levantada por meio de observações de campo e de mapeamentos. Em vermelho está a nova Zona de Uso Misto, que abrange um conjunto de quadras na porção oeste da cidade e avenidas próximas, estabelecendo assim uma conexão com o Setor Histórico. Nesta zona são estabelecidas diretrizes para comércio e serviço central e vicinal e ocupação residencial de média e alta densidade. As linhas azuis representam vias que, na nova determinação, figuram como Eixos de Comércio e Serviço, localizados segundo direcionamentos atuais da expansão urbana e dos bairros. Pode-se notar, na imagem, que parte desses eixos estão em áreas já consolidadas e edificadas, e parte abrange trechos de vazios urbanos. As manchas brancas, situadas nas porções norte e noroeste da cidade representam as novas Zonas de Comércio e Serviço, também pensadas com o intuito de incentivar e dinamizar a ocupação naquela área do perímetro municipal. Nota-se, também, que tais zonas abrangem parte lindeira da rodovia PR-476, onde atualmente concentra-se alguma atividade industrial e serviços



de apoio rodoviário.

Os equipamentos de incentivo à sociabilidade comunitária (de lazer e culturais) são apresentados, na imagem 2, por meio dos pontos em verde e em preto, respectivamente. Em resposta à pergunta de pesquisa, e analisando as imagens, nota-se que, atualmente, existe sim uma relativa desconexão entre áreas da cidade potencialmente capazes de se consolidarem como novas centralidades urbanas – ou em processo dessa consolidação, inclusive reforçadas pelas estratégias do novo Plano Diretor – e a existência de áreas de incentivo à sociabilidade e ao lazer e à cultura que atendam as demandas populacionais a serem criadas nessas regiões. O conflito nessa dinâmica é que o adensamento populacional já se refletiu na existência de novas áreas de comércio e serviços, em locais que atualmente não necessariamente propiciam diversidade de experiências de convivência e sociabilidade por meio de espaços abertos, culturais e de lazer. O prognóstico – desconsiderando a existência das novas estratégias de planejamento – seria, portanto, a permanência da necessidade de um deslocamento mais extenso da população até as regiões mais centrais como uma das únicas alternativas de convivência diversificada da população. Essa dinâmica refletiria na ideia da permanência da praça central como propulsora dos acontecimentos nas cidades menores, postulada por Batista (2018), conforme apresentado anteriormente.

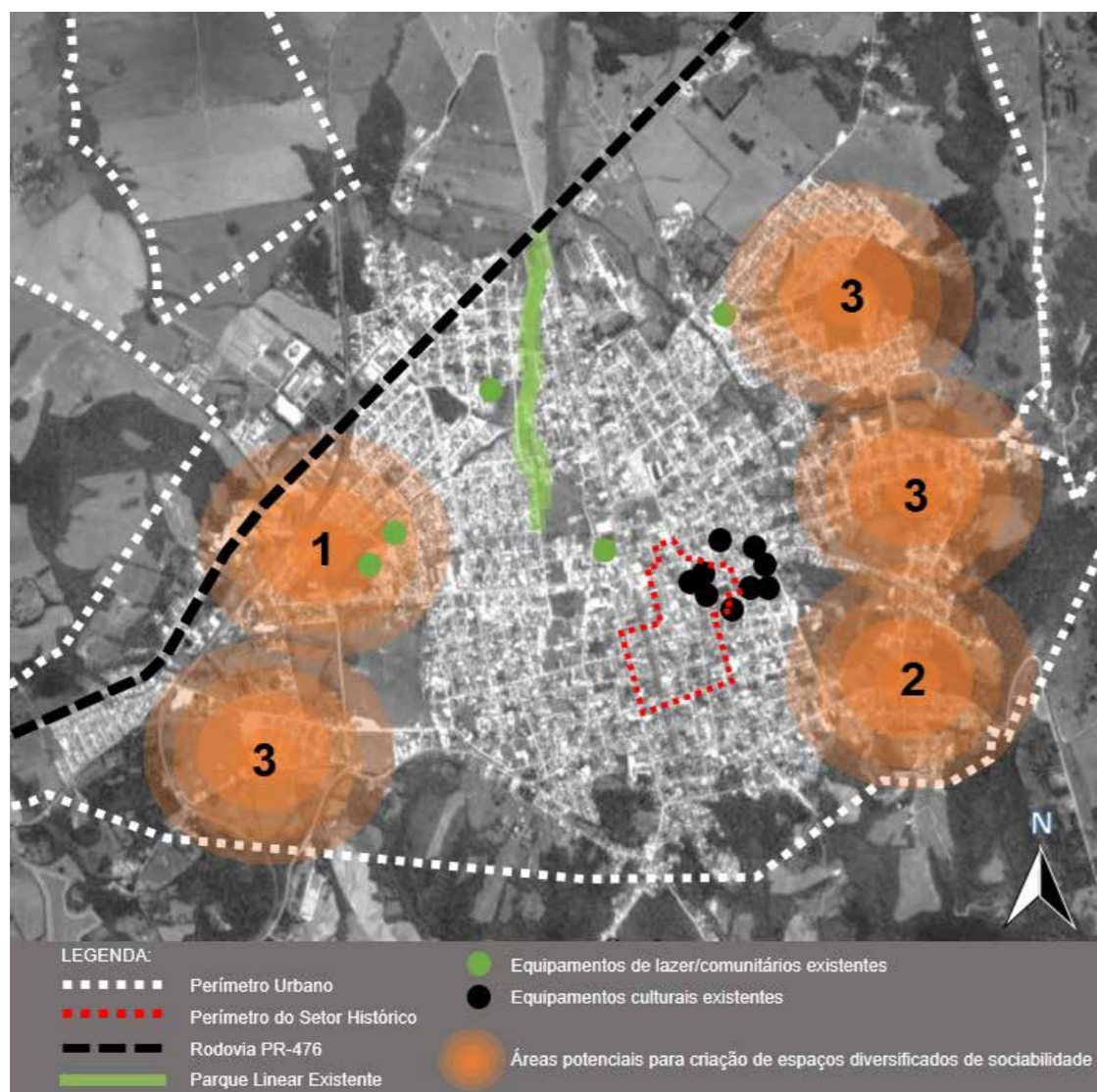
Porém, analisando as estratégias do novo Plano Diretor – mostradas na figura 3 – observa-se que o processo de planejamento urbano já identificou a necessidade de



criação de novas centralidades. Nesse caso, o que se pode pontuar é o questionamento de se essa futura configuração irá, de forma espontânea e/ou natural, atrair a implantação de equipamentos de uso comunitário, cultural e de lazer nessas áreas. É natural que, devido à relevância histórica, o setor central e seu entorno continuem figurando na cidade como região importante de concentração de atividades sociais, culturais e econômicas (no sentido da propulsão do turismo). Porém, em um município cujo crescimento ruma para um provável porte médio daqui a alguns anos, a permanência única dessa concentração poderia suscitar uma certa fragmentação urbana que não aproveita totalmente o potencial das diversas regiões da cidade. Como as propostas determinadas na revisão do Plano Diretor buscam valorizar e diversificar o uso e a ocupação mais periféricos da cidade, é importante que o processo de desenvolvimento dessas áreas considere, portanto, o oferecimento de novas possibilidades de lazer e atividades culturais que venham a adicionar diversidade às atrações turísticas mais conhecidas, o que também pode ser significativo para a economia do turismo local.

A comparação entre a situação atual e as propostas do novo plano diretor sugerem quais são os espaços urbanos mais propícios para a oferta dessas novas centralidades de incentivo à sociabilidade diversificada. Na figura 4, observa-se que esses locais potenciais localizam-se juntos aos novos eixos de adensamento propostos no Plano Diretor (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2021), considerando a tendência futura de ocupação e expansão urbana, e levam em conta, também, a existência de vazios urbanos. Os locais assinalados com os números 1 e 2 representam locais em que

Figuras 2 e 3 - Comparação esquemática das centralidades urbanas: equipamentos municipais x zonas e consolidações de comércio e serviços. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.



já foram realizados estudos exploratórios ou propositivos para equipamentos de sociabilidade, respectivamente nos anos de 2020 e 2011 – apenas em nível acadêmico (Trabalho Final de Graduação) e/ou de estudo preliminar não executado. A área 1 representa o entorno do Arroio Passo das Neves, que carece de preservação ambiental (no córrego e vegetação existentes) e que, embora possua duas estruturas de lazer subutilizadas pela população, compreende uma área de vazio urbano apropriada pela população para a travessia rápida de pedestres que se encaminham em direção à rodovia. A área 2, por sua vez, compreende parte da Zona de Transição do Setor Histórico e também direciona o indivíduo para a reserva estadual do Parque do Monge, atualmente em processo de revitalização. As áreas indicadas pelo número 3 apresentam-se como espaços de predominância residencial e próximos a elementos de interesse paisagístico, tais como áreas com significativos maciços vegetais – que figuram como potenciais respiros urbanos e variantes da paisagem – e com trechos de preservação de córregos urbanos.

Tomando como referência o caso estudado, pode-se fazer algumas inferências a respeito do papel do planejamento urbano no equilíbrio da configuração urbana de cidades menores. Em um local com tal relevância histórica, não é possível desatrelar a configuração urbana das centralidades mais antigas, porém, observa-se que as estratégias urbanísticas idealmente devem ser pautadas sobre o equilíbrio de usos e ocupação do solo, a fim de que as vocações dos espaços sejam respeitadas, ao mesmo tempo em que se cria oportunidades para a descoberta de novas vocações – a

partir da chamada *valorização da identidade territorial* postulado por Santos, Farinon e Oliveira (2020), apresentados anteriormente. Trata-se, então, de um processo de balanceamento entre incentivo e consolidação, que territorializa aspectos econômicos, sociais e de desenvolvimento. No entanto, somente a observação a médio e a longo prazo permitirá identificar se as novas estratégias a implantar são compatíveis com as demandas do contexto – abrindo espaço para adaptações e identificação de novas vocações, no processo cíclico de pesquisa e acompanhamento exigidos na ciência do planejamento urbano.

Essa discussão também tange a questão das apropriações espaciais, presente na discussão de Duarte (2002) sobre entendimentos epistemológicos de lugares ou não-lugares. A presença dos fatores históricos e do processo espontâneo de consolidação das áreas centrais pode ser tão favorável para a criação de lugares em Lapa – identitários, apropriados, significativos – quanto a presença de estruturas desenvolvida a partir do fomento dos instrumentos urbanísticos – tais quais as possíveis novas centralidades de incentivo à sociabilidade criadas em áreas de interesse residencial, ambiental e novos eixos econômicos.

Sugere-se, assim, que o processo de gestão territorial – mesmo em uma cidade de menor porte como Lapa – passa, obrigatoriamente, pelas integrações e desintegrações das redes estruturadas sobre o espaço (sejam elas de convivência, de desenvolvimento ou mesmo de identidade) – um processo que Milton Santos (2002) denomina como fator de ordenação ou desordenação territorial. O desafio, nesse caso, é a manutenção e a potencialização da vitalidade urbana (GEHL, 2013) no processo que, conforme comentado por Henrique (2010), combina o caminhar para o futuro e a acomodação com o passado.

Conclusão

O objetivo desse estudo foi discutir a questão da sociabilidade urbana em cidades menores a partir da criação de novas centralidades, tomando como referência o caso da cidade de Lapa-PR. A discussão incorre sobre o desafio da criação de novas formas de promoção da sociabilidade urbana, especialmente nas cidades menores, onde há uma tendência de centralização de funções. O caso escolhido apresentou características especiais de discussão por ser um local de relevância e de consolidação histórica que coexiste com um processo de expansão urbana. Questionou-se, assim, de que forma uma cidade com tal particularidade articula a dinâmica do setor histórico com a necessidade da criação de novos espaços de sociabilidade, suscitados pela expansão urbana e pelo adensamento populacional.

A análise, de cunho exploratório, permitiu iniciar o preenchimento de uma lacuna sobre a temática no dado recorte, e possibilitou explorar teoricamente a questão da promoção da convivência urbana nos espaços públicos, sob a ótica do planejamento para vitalidade da cidade. Além disso, foi possível caracterizar no recorte os elementos que sugerem a necessidade de criação de novos espaços de convivência, a partir da comparação entre o atual prognóstico e as novas estratégias de planejamento presentes no Plano Diretor de 2020, o que culminou na identificação de áreas potenciais para isso, à luz de teorias sobre centralidades urbanas.

Identificou-se que o Plano Diretor Municipal mais recente já prevê a distribuição de novas centralidades de comércio, serviço e adensamento residencial em pontos periféricos da cidade; porém, essa tendência atualmente não vem acompanhada da alocação de espaços de promoção da sociabilidade (tais como de cultura e lazer). Observou-se que

ainda há a concentração desse tipo de atividades no entorno imediato ao Setor Histórico (processo natural, dada a evolução urbana a partir dessa centralidade), mas que há, também, a tendência e a necessidade de dinamização desses espaços para áreas mais distantes, promovendo uma diversificação de usos urbanos em toda o perímetro. Isso suscita a necessidade de observação desse aspecto a médio e longo prazo, a fim de identificar se a indicação de novos eixos comerciais e de serviços irá criar, também, pontos de atratividade para implantação de novos equipamentos culturais e de lazer.

Discutiu-se, ainda, a importância do planejamento urbano enquanto processo de fomento e equilíbrio na configuração urbana de cidades menores, especialmente no que diz respeito à criação de novas centralidades em respeito à vocação espacial e histórica dos espaços. Nesse processo de articulação entre incentivo e consolidação, a gestão territorial é potencialmente capaz de assumir também o papel de dinamização de redes e de propulsão da apropriação espacial.

Este estudo limita-se a uma abordagem panorâmica e exploratória, cuja conclusão sugere mais pontos de questionamento e reflexão do que os existentes no início do processo. Como é natural do processo de planejamento urbano, as discussões aqui levantadas dependem da observação cíclica, e de estratégias flexíveis e adaptáveis, dadas as demandas de contexto. Dessa forma, reconhece-se aqui a necessidade de extensão desse estudo considerando outras teorias sobre centralidades urbanas e outras perspectivas sobre planejamento urbano em cidades de menor porte. Assim, em consideração à lacuna literária dessa temática, especialmente para o dado recorte, há múltiplas possibilidades para estudos futuros. Sugere-se, nesse primeiro momento, que novas pesquisas ampliem o escopo teórico aqui apresentado, considerando a possibilidade de comparações com outras cidades de contexto ou características semelhantes.

Referências

AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. *Cities: reimagining the urban*. New Jersey: Wiley, 2002.

BARROS, Miriam Vizintim Fernandes; VIRGILIO, Haroldo. *Praças: espaços verdes na cidade de Londrina*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2003.

BATISTA, Alisson. *Arquitetura social e inclusiva: a importância dos espaços públicos destinados à cultura e ao lazer em cidades de pequeno porte* (trabalho final de graduação). Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicesumar – centro universitário de Maringá, Maringá, 2018.

BENELLI, Silvio José. *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes Perspectivas contemporâneas*. 1. ed. – São Paulo : Ed. da UNESP Digital, 2016.

BLOCH, Luiz Laurent. A arquitetura do lazer: desenhar os espaços para a fruição do tempo e para a convivência social. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 4, n.1, p.43-51, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/563/382>>. Acesso em: set./2020.

BONFIM, Catarina de Jesus; SARAIVA, Maria Eugénia; CURTO, Maria João; ABRANTES, Maria de Lurdes; FERREIRA, Sofia Palacin. Centro comunitário. *Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação*, 2000. 29 p. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/documents/10152/51562/Centro_comunitario/a0a29948-aba9-446b-afc0-8561ad725e37>. Acesso em: set./2020.

BRASIL. *Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, jul./ 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10257.htm>. Acesso em: fev./2021.

CANEVACCI, Massimo. Metrópole Comunicacional. *Revista USP*, São Paulo, n.63, p. 110-125, set.-nov./2004.

CARDOSO, Sílvia Laura Costa; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. *URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, 2015 jan./abr., 7(1), 74-90. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/urbe/v7n1/2175-3369-urbe-7-1-0074.pdf>>. Acesso em: set./2020.

CERQUEIRA, Yasminie Midlej Silva Farias. *Espaço Público e Sociabilidade Urbana*. Dissertação (Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12402>>. Acesso em: set./2020.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos Sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

CORTEZ, Antônio Carlos Leal; PITANGA, Francisco José Gondim; ALMEIDA-SANTOS, Marcos Antonio; NUNES, Rodolfo Alkmin Moreira; BOTERO-ROSAS, Daniel Afonso; DANTAS, Estélio Henrique Martins. Centros de atividades físicas e promoção de saúde durante a pandemia da COVID-19. *Preprints Scielo*, 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/996/1415>>. Acesso em: set./2020.

DUARTE, Fábio. *Crise das Matrizes Espaciais*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

FARIA, Caroline. *Estatuto da Cidade*. Sem data. Disponível em: <https://www.infoescola.com/administracao/_estatuto-da-cidade/>. Acesso em: ago./2020.

FIGUEIRA, Jorge. *Palavras para la da pandemia cem lados de uma pandemia - espaço ritualizado*. Publicado em 2020. Disponível em: <<https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/>>. Acesso em: set./2020.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, v. 9, n. 20, 2010, pp. 75-81. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2736/273619430006.pdf>> Acesso em. fev/2021.

GEHL, Jean. *Cidade para pessoas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (Orgs.) *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010.

IBGE. *População*. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/lapa/panorama>>. Acesso em: ago./2020.

IPARDES. *Perfil Avançado Do Município De Lapa*. Publicado em 2021. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83750&btOk=ok>>. Acesso em: mai./2021.

IPHAN. *Lapa (PR)*. Publicado em 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/390/>>. Acesso em: fev./2021.

LIRA, Pedro. Como retornar à vida em comunidade no mundo pós-pandemia? *Archdaily*, 2020. Publicado em 06 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/938922/como-retornar-a-vida-em-comunidade-no-mundo-pos-pandemia>>. Acesso em: set./2020.

MACHADO, Bárbara Boccuto. *Integração entre escola, comunidade e espaço livre: reflexões sobre espaços comunitários em territórios vulneráveis*. 2019. 188 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Presbiteriana Mackenzie Graduação, 2019.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (Orgs.) *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO/SECRETARIA DA CULTURA. *Plano Nacional de Cultura*. 2018. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/29/>> Acesso em: fev./2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Mapa do Turismo Brasileiro 2019*. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapas.pdf> Acesso em: jun./2021.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 1999, v.22, n.37, p.7-32.

PERES, João Paulo Fonseca. *Ciclomobilidade: Uma Alternativa para a Mobilidade Urbana em Goiânia*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9585?mode=full>>. Acesso em: set./2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA. *Lei Municipal nº 1763, de 29 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Lapa. Disponível em: <https://sapl.lapa.pr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2003/886/886_texto_integral.pdf>. Acesso em: fev./2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA. *Lei Municipal nº 3710, de 20 de março de 2020*. Dispõe sobre o zoneamento de uso e Ocupação do solo do município da lapa e dá Outras providências. Disponível em: <https://sapl.lapa.pr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2020/4191/3710_2020_-_com_anexos.pdf>. Acesso em: fev./2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA. *O Parque tá on*. Publicado em 20 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://lapa.atende.net/?noticia=537#!/tipo/noticia/valor/537>> Acesso em: fev./2021.

ROCHA, Bernardo Nicholoso; COSTA, Carolina Alborno da; LAGO, Fernando Cocco; ARUDA, Jênifer Michele Pires de; ABREU, Paola Gettems; SCHUMACHER, Carolina; KRUEL, Cristina Saling; GUAZINA, Felix Miguel Nascimento; CARLESSO, Janaina Pereira Pretto. Children in the public place: contributions for a Healthy development. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. e1582595, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i2.595>>. Acesso em: 09/09/2020.

SANTOS, João Pablo dos; FARINON, Suelen Josiane; OLIVEIRA, Wagner Mazetto de. Pinhalzinho/sc e as políticas urbanas: as áreas periurbanas em cidades pequenas. *Revista Grifos*, v. 29, n. 48, p. 63-75, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22295/grifos.v29i48.5070>> Acesso em: jun./2021.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Sylvia Bandeira de Mello e. Cidades pequenas e médias: reflexões teóricas aplicadas. In: D.M.F. LOPES; W. HENRIQUE (Orgs.) *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 262-271, ago. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000200007>>. Acesso em: set./2020.

SOARES, Paula Medeiros. *Centro Comunitário Fazenda do Rio Tavares*. Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis: 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. *Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

TORRES, Vladimir Stolzenberg; PEREIRA, Karla Conceição; ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de; NECKEL, Alcindo. Espaços (públicos) livres urbanos: a importância dos parques (de lazer) urbanos. *Administração de Empresas em Revista*, v.4, n.18, ano 2019. 2019. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/2358>> Acesso em: jun./2021.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Revista SOCERJ*, v.20, n.5, pp. 383-386., set-out./2007. Disponível em: <http://www.rbconline.org.br/wp-content/uploads/a2007_v20_n05_art10.pdf> Acesso em: fev./2021.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos* (5ª ed.) São Paulo; Bookman, 2014.

O QUE AS CIDADES PEQUENAS PODEM ENSINAR SOBRE MOBILIDADE CICLOVIÁRIA ÀS CIDADES MÉDIAS E GRANDES? Um estudo comparativo de Foz do Iguaçu/PR

**WHAT CAN SMALL CITIES
TEACH ABOUT CYCLING MOBILITY
TO MEDIUM AND LARGE CITIES?
A comparative study of Foz do Iguaçu/PR**

Jéssica Machado Seolin¹ e Gabriele do Rosario Landim²

Resumo

O trabalho busca realizar uma comparação da cultura do uso da bicicleta em cidades pequenas, cidades médias e grandes e a cidade de Foz do Iguaçu (PR). A partir da análise de aspectos de implementação técnica e políticas públicas presentes em estudos e documentos de Planos de Mobilidade Urbana dessas cidades, buscamos uma análise crítica sob a ótica dos eixos Interseccionalidade; Direito à Cidade; Participação Popular; Esporte, lazer e turismo; Educação; Meio ambiente e Infraestrutura. Identificamos que as cidades de maior escala priorizam aspectos técnicos de infraestrutura como ações resolutivas para mobilidade cicloviária. As preocupações com as dimensões físicas se mostraram prioritárias às dimensões sociais nos Planos. Já nos estudos sobre as cidades pequenas, é possível perceber que o uso e manifestação popular do uso da bicicleta providencia bases para propostas mais adequadas para a busca pela diversidade, diminuição das desigualdades e o acesso das cidades e seus equipamentos.

Palavras-chave: mobilidade cicloviária, Plano de Mobilidade Urbana, cidades pequenas, bicicleta.

Abstract

This work seeks to compare the culture of bicycle use in small cities, medium and large cities and the city of Foz do Iguaçu (PR). From the analysis of aspects of technical implementation and public policies present in studies and documents of Urban Mobility Plans in these cities, we seek a critical analysis from some perspectives: intersectional; Right to the City; Popular participation; Sport, leisure and tourism; Education; Environment and Infrastructure. We identified that the larger scale cities prioritize technical aspects of infrastructure as resolute actions for cycling mobility. Concerns about the physical dimensions were shown to be a priority over the social dimensions in the Plans. In the small cities studies, the bicycle use and popular manifestation provides bases for more adequate proposals for the search for diversity, reduction of inequalities and access to cities and their equipment.

Keywords: bicycle mobility, Urban Mobility Plan, small towns, bicycle.

Introdução

Em 2012, foi sancionada a Lei Federal 12.587 que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Municípios com mais 20 mil habitantes devem elaborar planos de mobilidade fundamentados nos princípios de equidade no acesso das pessoas ao transporte público e ao uso do espaço público de circulação, desenvolvimento sustentável das cidades em suas dimensões socioeconômicas e ambientais, acessibilidade e integração dos diferentes meios de transporte, priorizando os não motorizados e o transporte público coletivo.

Os municípios brasileiros têm até abril de 2023 para elaborarem seus planos para aprovação.

A necessidade do desenvolvimento de Planos de Mobilidade Urbana que proponham diretrizes que respeitem e integrem as dinâmicas sociais, culturais e econômicas das cidades, são fundamentais para o bem-estar e qualidade de vida de seus moradores. Planejamentos que considerem políticas de mitigação dos problemas sociais urbanos podem impactar um desenvolvimento menos desigual e mais integrado ao meio ambiente.

É bastante comum encontrarmos referências ao desenvolvimento econômico e sustentável para o crescimento das cidades brasileiras em planos de planejamento urbano ou de mobilidade urbana. Precisamos inicialmente analisar o entendimento geral da ideia de *desenvolvimento* e *progresso* como motor principal de toda ciência social aplicada, uma vez que esta está contida dentro da ciência social como um produto do *sistema-mundo moderno*, cujo eurocentrismo constitui sua geocultura (WALLERSTEIN, 2003, p. 205). Não se trata aqui de discutir o eurocentrismo, mas sim de sinalizar a necessidade de não tornar os projetos de mobilidade urbana das cidades européias como modelos a serem seguidos a priori. Tomando emprestado as ideias de Wallerstein (2003, p. 219), antes de supormos que qualquer plano de mobilidade urbana destas cidades são modelos a serem seguidos, devemos questionar se os créditos alcançados pela civilização capitalista – processo cuja Europa instituiu durante o período colonizador – são realmente maiores que os débitos.

Segundo Coelho e Melgaço (2019, p. 140) o problema desta abordagem está em considerar o sentido de desenvolvimento enquanto lógica evolucionista, que parte de um estágio de pessoas, lugares e culturas primitivos para um civilizado, tendo a Europa como rumo.

Como aponta Ailton Krenak, liderança do movimento indígena brasileiro, a questão não é fugir à lógica do progresso: “é ter consciência dela e fazer as escolhas cabíveis, do tamanho do mundo que nós herdamos dos nossos ancestrais” (STP #4, 2021). Krenak considera aqui a ancestralidade de uma maneira mais realista:

O entendimento que muita gente tem da ancestralidade é mística, não é prática, não é real, não tem sentido com a produção de saberes, a produção de vida, a experiência mesma aplicada ao cotidiano. Para ela ter consequência social, tem que ser percebida como a valorização das experiências das gerações que nos antecederam. Das escolhas erradas e certas que foram feitas. Servir para a gente aprender sobre como compartilhar o mundo, entendendo que uma geração recebe da anterior o mundo que nós vivemos agora e que está embalando o mundo das futuras gerações. Tudo tem consequência. A relação de tempo presente, passado, precisam ser vividas mais do que entendidas (STP #4, 2021).

¹ Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

² Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Este é um primeiro passo para colocarmos uma camada extra de análise crítica ao estudar Planos de Mobilidade Urbana pautados majoritariamente nas agendas urbanísticas dos Objetivos para Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, utilizado com frequência nos planejamentos urbanos mais recentes ao redor do mundo.

Este é o caso do Plano de Mobilidade Urbana de Foz do Iguaçu, uma cidade de 258 mil habitantes localizada no oeste do Paraná, na região da tríplice-fronteira com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina), que será utilizada neste estudo comparativo.

Este trabalho busca apresentar e analisar diretrizes de mobilidade cicloviária de cidades pequenas brasileiras (até 100 mil habitantes) em comparação com diretrizes de mobilidade cicloviária de cidades médias (entre 100 mil e 500 mil habitantes) e grandes (acima de 500 mil habitantes) (VIEIRA; ROMA; MIYAZAKI, 2007), incluindo como foco a cidade de Foz do Iguaçu, Paraná.

Utilizamos como primeira estratégia de aproximação, buscar na comparação direta da cultura do uso de bicicleta das cidades pequenas, extrair os aspectos de implementação técnica e políticas públicas presentes em suas características. Essas bases comparativas podem acessar propostas de mobilidade que estejam mais próximas de sua interferência no Direito Urbano e Direito à Cidade. Acreditamos que as cidades pequenas, com escalas mais próximas às de áreas menos urbanizadas, estejam naturalmente mais distantes dos interesses econômicos e especulativos que dirigem e direcionam os Planejamentos Urbanos de cidades grandes, ao mesmo passo que estejam mais próximas da cultura local. Ao partirmos das cidades pequenas brasileiras, buscamos nos aproximar de um planejamento cicloviário menos eurocêntrico, realizando uma análise que busca se distanciar da visão colonizadora de desenvolvimento de grandes cidades sobre cidades pequenas ou o campo.

A lacuna do olhar interseccional nos Planos de Mobilidade Urbana

A interseccionalidade é uma *sensibilidade analítica* pensada por feministas negras que visa a inseparabilidade estrutural do racismo (raça), capitalismo (classe) e cisheteropatriarcado (gênero) (AKOTIRENE, 2018). Angela Davis (1981) nos mostra como o Estado nas Américas historicamente escravocratas se beneficiam através da manutenção das desigualdades causadas por estes três pilares.

As questões de raça, gênero e classe, embora fortemente presentes em discussões sociais que alimentam os debates em políticas públicas, quase nunca são mencionadas ou aparecem refletidas nos objetivos, metas e diretrizes dos Planos de Mobilidade Urbana no Brasil.

Uma vez que as condições de mobilidade estão associadas à ocupação e organização do território, é importante ressaltar que a urbanização ampliou as distâncias entre residência e trabalho (ROLNIK, 1995). Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982 apud NUNES; SILVA, 2019) indicam que a divisão racial do espaço desde a diáspora até os dias atuais tem sido simetricamente a mesma: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais. Como explicam Nunes e Silva (2019), a relação aqui amplia-se de raça para raça/classe porque a distribuição geográfica desigual não é somente mantida pelo racismo do Estado, que força a marginalização da população negra para as periferias ou áreas de pouco interesse urbano. É também reflexo da falta de contestação da elite branca brasileira, que historicamente ocupam os poderes institucionais, sobre as estruturas que mantêm estas desigualdades territoriais. Segundo Joice Berth (2019 apud NUNES; SILVA, 2019, p. 10): “A divisão

racial do espaço das cidades foi desenhada e articulada por mentalidades herdeiras da colonialidade e que têm se negado a rever a absorção da estrutura racista pelas políticas urbanas e habitacionais”.

Políticas públicas e transformações urbanas que priorizam a democratização da cidade precisam estruturalmente passar a considerar a interseccionalidade para que a vida de grupos historicamente discriminados possa ser transformada. Da mesma maneira, a democratização do sistema de mobilidade urbana está diretamente associada a estas diretrizes: “Os bairros com menos recursos urbanos, onde se concentra a população negra, são justamente os que contam com menos infraestrutura de transporte coletivo e capilaridade de serviços públicos (BARBOSA, 2016 apud NUNES; SILVA, 2019, p. 11).

Estas desigualdades de acesso ao transporte público e à cidade não poderão ser progressivamente solucionadas se os planejamentos de mobilidade são ainda pensados a partir do *sujeito universal* – homem cisgênero, branco e de classe média.

É sabido por qualquer ser senciente que vive o espaço urbano que as diferenças de gênero influenciam na forma como mulheres e homens ocupam a cidade.

O deslocamento cotidiano de mulheres nas cidades apresenta diferenças substanciais em relação não só aos deslocamentos masculinos, mas com as condições socialmente dadas pela sociedade à mulher. Alguns dados evidenciam como a mobilidade urbana precisa ser pensada também, e prioritariamente, sob a perspectiva interseccional.

Segundo a análise sobre o deslocamento feminino na cidade de São Paulo de 2017 (SMDU, 2020a), mulheres são a maioria nos padrões de viagem referente aos deslocamentos na cidade por motivos de escola, educação, assuntos pessoais, compras, saúde e lazer, enquanto que nos deslocamentos por motivos de trabalho, homens correspondem a 49,7% das viagens e mulheres a 39,1%. Como aponta o estudo:

Apesar das mulheres compartilharem cada vez mais com os homens o provimento da renda familiar com seu trabalho remunerado, o que se verifica é que não tem ocorrido um processo equivalente na redistribuição das responsabilidades familiares [...] cabe principalmente à mulher levar e buscar as crianças na escola, acompanhar outros integrantes da família ao médico e realizar as compras do lar (SMDU, 2020a, p. 2).

Mulheres também utilizam com mais frequência os deslocamentos realizados a pé (32,5% mulheres – 28,9% homens) e em transporte coletivo (43,5% mulheres – 34,7% homens). Entre homens prevalece o modo individual de deslocamento (23,9% mulheres – 34,8% homens) (SMDU, 2020a).

O estudo ainda apresenta indicativos de que grau de instrução, renda e presença de filhos impactam na mobilidade. Mulheres com menor faixa de renda andam mais a pé e também são maioria nas viagens de ônibus. Há um indicativo importante que reforça a necessidade da lente interseccional:

[...] de modo geral, as mulheres de maior renda possuem padrões de deslocamento mais similares ao dos homens de mesma faixa de rendimento, em especial no que diz respeito ao uso do automóvel. Já as mulheres de baixa renda têm padrão distinto aos homens de baixa renda, pois diferentemente delas, eles também utilizam transporte

individual (SMDU, 2020a, p. 8).

Já nos deslocamentos de bicicleta pela cidade de São Paulo em 2017 (SMDU, 2020b), a diferença de uso do modal por gênero é alta: 89,5% dos ciclistas são do sexo masculino e apenas 10,5% do sexo feminino. A Associação Ciclocidade (CICLOCIDADE, 2016 apud SMDU, 2020b) perguntou às mulheres o motivo do não uso da bicicleta como meio de transporte prioritário:

As principais respostas referiam-se à segurança no trânsito (risco de colisão, queda e atropelamento); segurança pessoal (risco de assalto); e malha urbana inadequada e insuficiente ao trânsito de veículos (falta de infraestrutura cicloviária, medo de compartilhar a via ou medo do trânsito) (SMDU, 2020b, p. 6).

É interessante notar que os relatórios de dados mencionados da cidade de São Paulo, embora realizem análises sob perspectiva de gênero e classe, não o fazem sob a perspectiva de raça. Este é um dos motivos que reforçam este trabalho a considerar o eixo interseccionalidade como primordial durante a análise crítica do Plano de Mobilidade Urbana de Foz do Iguaçu.

Diferentemente dos Planos e documentos legislativos, o olhar interseccional está presente em pesquisas recentes, como o estudo sobre o uso de bicicleta em onze cidades de até 100 mil habitantes reunidos no livro *O Brasil que Pedala*, de Soares e Guth (2018). Dos 2208 entrevistados, quase dois terços (64,6%) dos ciclistas se autodeclararam pardos ou negros, 34,9% declararam ser do gênero feminino e praticamente dois terços de todos os entrevistados ganham entre nenhum e dois salários mínimos. Este foi um dos poucos materiais que encontramos que abordam de maneira holística as relações complexas das urbanidades de cada local a partir das dinâmicas sócio-territoriais.

Em análise realizada para identificar como o governo federal e os governos municipais lidam com as temáticas de gênero e raça na mobilidade urbana, Nunes e Silva (2019) apontam que o documento Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) não faz nenhuma menção ou análise sobre o assunto. Da mesma maneira, ao analisarem os Planos de Mobilidade (PlanMobs) de dezesseis capitais brasileiras, apenas três dos documentos apresentam propostas que mencionam gênero e nenhum deles apresenta propostas para diminuição da desigualdade racial.

Metodologia

Algumas questões fundamentais permeiam o desenvolvimento deste trabalho. Quais são as diretrizes de uma cidade em que a bicicleta é considerada uma opção viável de transporte? Como a mobilidade urbana influencia o direito à cidade? Como as diretrizes do Plano de Mobilidade de Foz do Iguaçu podem contribuir para tornar a cidade mais acessível e menos desigual?

Realizamos um levantamento bibliográfico de cidades que utilizavam a bicicleta como meio de transporte e as diretrizes gerais adotadas para a mobilidade urbana. Identificou-se a necessidade de separar a análise pela dimensão populacional e territorial para compreender o tema a partir de diferentes escalas de cidade, sendo assim, o estudo foi dividido em dois grupos: (1) cidades pequenas e (2) cidades médias e grandes. Nas cidades pequenas o levantamento foi realizado a partir do livro *O Brasil que pedala: a cultura da bicicleta nas cidades pequenas* organizado por Soares e Guth (2018). Para o levantamento das cidades médias e grandes buscamos por cidades da região oeste

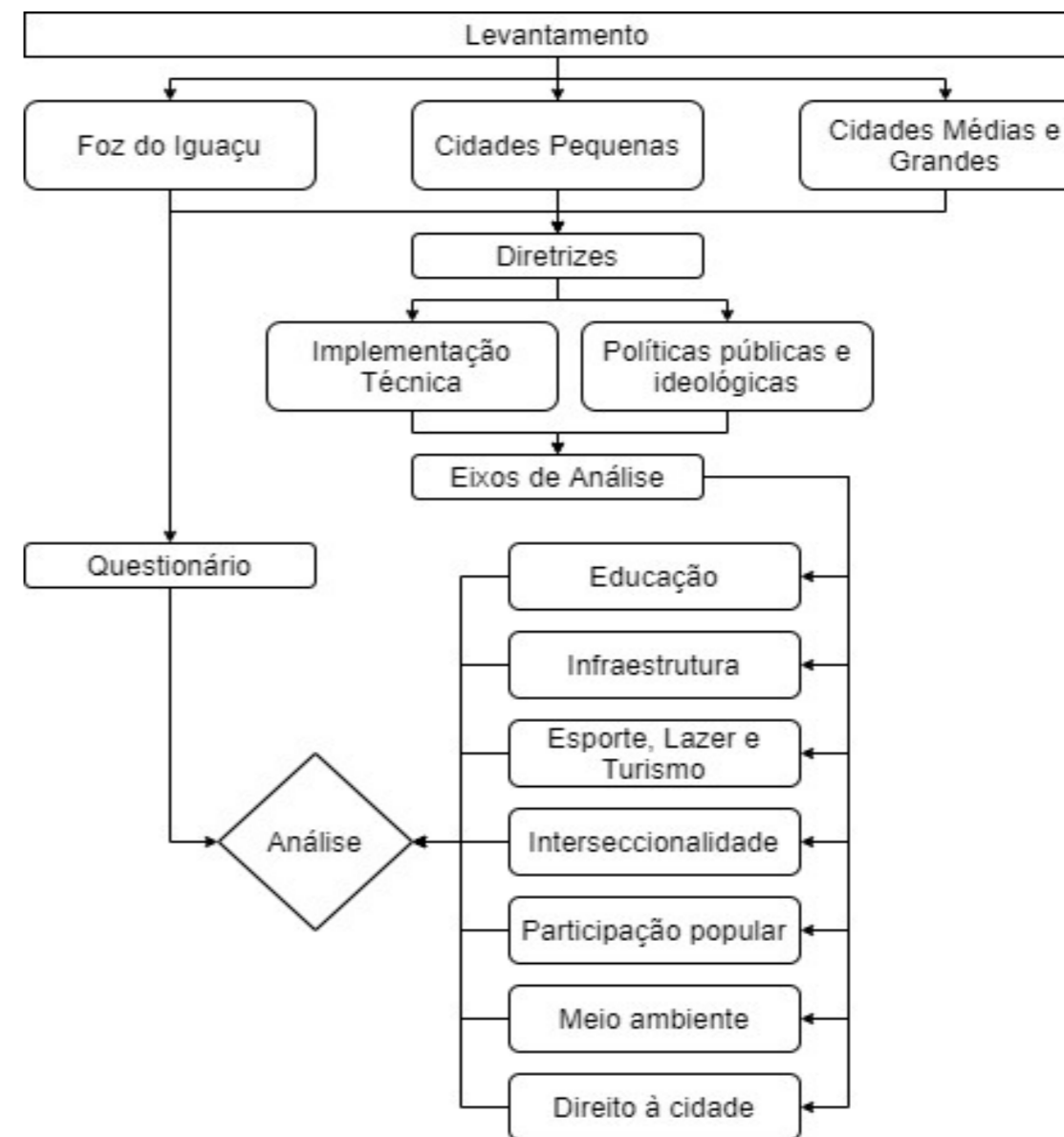


Figura 1 – Diagrama do caminho metodológico apresentado neste estudo. Fonte: elaboração própria, 2020.

do Paraná e cidades presentes na pesquisa sobre Mobilidade Urbana Sustentável de Souza (2018).

As diretrizes obtidas no levantamento também foram divididas em duas categorias de acordo com sua finalidade: (i) implementação técnica e (ii) políticas públicas. Inicialmente, a pesquisa também buscava comparar as diretrizes de cidades grandes, como São Paulo. No entanto, optamos por não incluir na análise os dados comparativos com metrópoles, por entendermos diferenças estruturais nas escalas de análise e nas etapas de projeto para implementação de infraestrutura cicloviária, em relação às cidades pequenas e médias.

Posteriormente, as diretrizes encontradas foram comparadas com as diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana de Foz do Iguaçu, e separadas por eixos considerados fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, são eles: Interseccionalidade; Direito à Cidade; Participação Popular; Esporte, lazer e turismo; Educação; Meio Ambiente; e Infraestrutura (Figura 1). Os eixos escolhidos para análise buscam articular áreas geralmente presentes nas discussões de políticas públicas urbanas. O resultado esperado é ter um quadro geral crítico comparativo que nos mostre as prioridades de temas presentes nas diretrizes de mobilidade cicloviária dos grupos de cidades.

A Mobilidade Urbana no Brasil

A transformação e crescimento das cidades influencia diretamente na sua mobilidade urbana. Desta forma, o planejamento urbano é o estudo responsável, de maneira geral, por garantir uma mobilidade justa e acessível para a população. O rápido crescimento populacional das cidades gera problemas como a segregação territorial da população de baixa renda e o espraiamento urbano, fator que pode incentivar cada vez mais o uso de meios de transporte individuais.

A mobilidade urbana deve garantir direitos básicos de acesso da população aos serviços públicos, equipamentos urbanos disponíveis e regiões comerciais, empresariais e residenciais. Dentro de seu estudo, estão inclusas todas as maneiras de se locomover pela cidade, que vão além dos transportes motorizados, como o transporte por bicicletas e o caminhar. Desta forma, é importante que os PlanMobs considerem a diversidade e integração dos meios de locomoção, a fim de promover um equilíbrio social, ambiental e econômico ao tentar garantir mais acessibilidade e equidade nas cidades (DUARTE, 2013).

Ao longo das últimas décadas, o transporte individual motorizado vem sendo priorizado nas cidades. O constante espraiamento das cidades aumentam cada vez mais as distâncias a serem percorridas pela população. Alguns outros fatores, como os incentivos ao consumo constante, a liberação de créditos financeiros, a ineficiência e precariedade de transportes públicos, a falta de incentivo e estrutura para o uso de outros meios de transportes, a constante construção de infraestrutura rodoviária, são alguns dos agravantes que geram uma imobilidade urbana centrada no automóvel, dificultando os acessos da população, principalmente das classes mais baixas. São diversos os problemas causados pelo uso massivo do automóvel, seja no aumento de congestionamentos, o crescimento disperso das cidades, a problemas relacionados à saúde, como o aumento da poluição do ar, poluição sonora, estresse, individualização, etc.

A prática do desenvolvimento urbano e mobilidade das cidades continua em desacordo com o previsto na Lei de Mobilidade Urbana brasileira de 2012, que orienta o foco do planejamento para os meios de transportes ativos e públicos, priorizando os pedestres e integrando diferentes modais.

Mobilidade ciclovias nas cidades pequenas, médias e grandes

O uso da bicicleta como modal, além de vários benefícios para a saúde, por ser um meio de transporte ativo, traz diversos benefícios sociais, conecta as pessoas e fortalece a sensação de pertencimento com a cidade. Também é um modal inclusivo e democrático por ser de valor mais baixo que outros meios de transporte e gratuito no uso diário.

Foram analisadas onze cidades presentes no livro *O Brasil que pedala: a cultura da bicicleta nas cidades pequenas*, organizado por Soares e Guth (2018), que descreve o cotidiano da população bem como a relação da mobilidade ciclovias em cada cidade.

Diferente das cidades pequenas, as cidades médias e grandes têm uma maior complexidade, devido principalmente à quantidade de pessoas. É evidente que o modal predominante é o individual motorizado, devido aos deslocamentos maiores e a comodidade no dia-a-dia.

Cidade	População*	Densidade Demográfica (hab/km²)*	Situação do PlanMob**
Mambai (GO)	8.271	7,8	Não elaborado
Antonina (PR)	19.420	21,41	Lei de Mobilidade Urbana
Tamandaré (PE)	23.100	96,66	Não elaborado
Ilha Solteira (SP)	26.540	38,42	Elaborado
Pomerode (SC)	32.334	129,28	Em elaboração
São Fidélis (RJ)	37.689	36,39	Lei de Mobilidade Urbana
Afuá (PA)	38.144	4,19	Não elaborado
Tarauacá (AC)	40.024	1,76	Não elaborado
Pedro Leopoldo (MG)	63.837	200,51	Não elaborado
Gurupi (TO)	76.755	41,8	Elaborado
Cáceres (MT)	91.271	3,61	Elaborado

* Fonte: IBGE, 2010

** As cidades que não possuem PlanMobs mas possuem Lei de Mobilidade Urbana estão sinalizadas.



Figura 2 – Mapa de localização das cidades pequenas. Fonte: elaboração própria. Base do Google Earth, 2020.

Nas cidades pequenas vemos com mais clareza a viabilidade do uso, pois as pessoas utilizam a bicicleta como meio de transporte no seu deslocamento diário com frequência. A menor distância nos deslocamentos, maior segurança urbana e o maior uso das vias e espaços públicos são fatores presentes nas cidades pequenas que contribuem para a utilização do meio. Na pesquisa realizada por Soares e Guth (2018), para 63,6% das pessoas entrevistadas das cidades pequenas mencionadas, as viagens de bicicleta não superam 20 minutos de pedalada. A média de distância não ultrapassa 7 quilômetros para atravessar essas cidades. Na cidade de Pomerode

Tabela 1 – Relação das cidades pequenas utilizadas nesta pesquisa. Fonte: elaboração própria, 2020.

Cidade	População*	Densidade Demográfica (hab/km ²)*	Situação do PlanMob
Colombo (PR)	246.540	1.076,72	Em elaboração
Foz do Iguaçu (PR)	258.248	414,58	Elaborado
Cascavel (PR)	332.333	78,99	Em elaboração
Canoas (RS)	348.208	2.470,15	Em elaboração
Maringá (PR)	430.157	733,14	Elaborado
Florianópolis (SC)	508.826	623,68	Elaborado
Uberlândia (MG)	699.097	146,78	Elaborado
Recife (PE)	1.653.461	7.039,64	Elaborado

* Fonte: IBGE, 2010



Figura 3 – Mapa de localização das cidades médias e grandes de Foz do Iguaçu. Fonte: elaboração própria. Base do Google Earth, 2020.

(SC), 15% afirmaram que sua principal viagem de bicicleta tem duração superior a 45 minutos, a cidade tem em média 10 quilômetros em sua maior extensão urbanizada. Já a cidade de Afuá (PA) possui diferenças fundamentais em suas características territoriais, a cidade cresceu a partir dos rios e está em área de várzea, portanto, suas vias são palafitas. Como o trânsito de veículos é restrito, o uso da bicicleta é uma cultura enraizada na vida diária de seus moradores. No caso de Antonina (PR), o uso da bicicleta tem raízes históricas, e figura como o principal meio de transporte da classe trabalhadora desde a primeira metade do século XX. A cidade é portuária, com a instalação de indústrias na região do Porto e sem transporte coletivo nessa época, a população habituou-se ao deslocamento de bicicleta, cultura que permanece até hoje.

Nas cidades médias e grandes a constante expansão da cidade, ampliação de vias e melhorias viárias, corroboram para o incentivo no uso do modal individual motorizado. Porém, não é somente a implementação de infraestrutura que aumenta o uso desse modal, a precariedade do transporte coletivo, bem como a falta de incentivo em modais alternativos e menos poluentes fazem com que o número de carros e motos cresça constantemente. Mesmo nas cidades pequenas nota-se muitas vezes a falta de políticas públicas de incentivo ao uso de modais alternativos, como a bicicleta, ocasionando muitas vezes o desinteresse pelo modal, o que frequentemente leva a substituição pelo transporte individual motorizado. Por exemplo, a cidade de Cáceres (MT) durante os anos de 1955 a 1957, foi a que mais comprou bicicletas no país (SOARES; GUTH, 2018). Ferreira (2005 apud SOARES; GUTH, 2018) quantificou que as bicicletas estão presentes em 97,12% das residências. No entanto, no decorrer dos anos, a população vem migrando para o uso de transporte individual motorizado. Entre 2001 e 2007, houve uma elevação de 409,03% no aumento do uso de veículos motorizados. Em 2017, o autor também identificou uma queda de 82,05% no número de deslocamentos de bicicleta em relação ao ano de 2005. Conferem a essa mudança de uso a ausência de infraestrutura para a circulação de ciclistas.

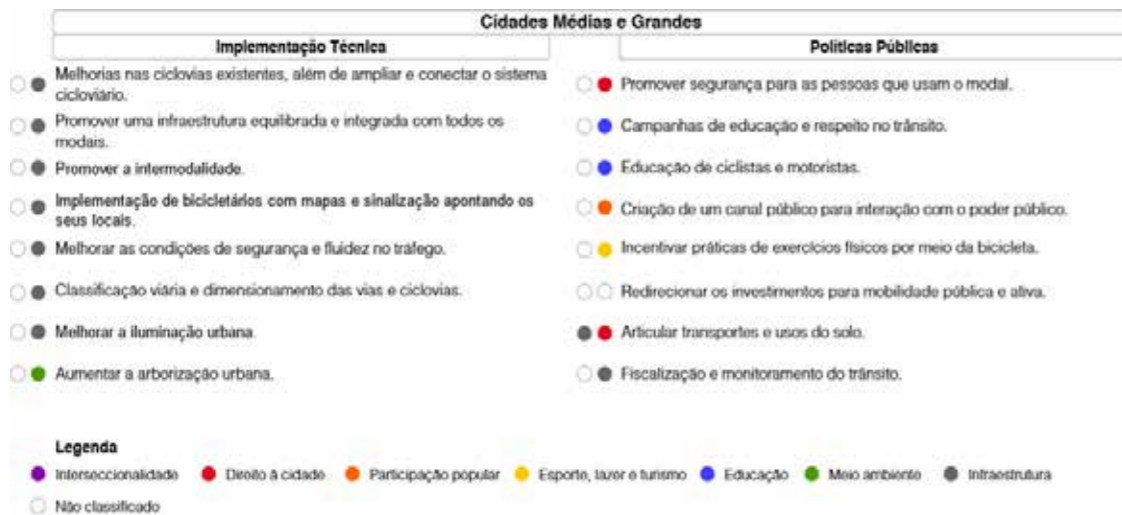
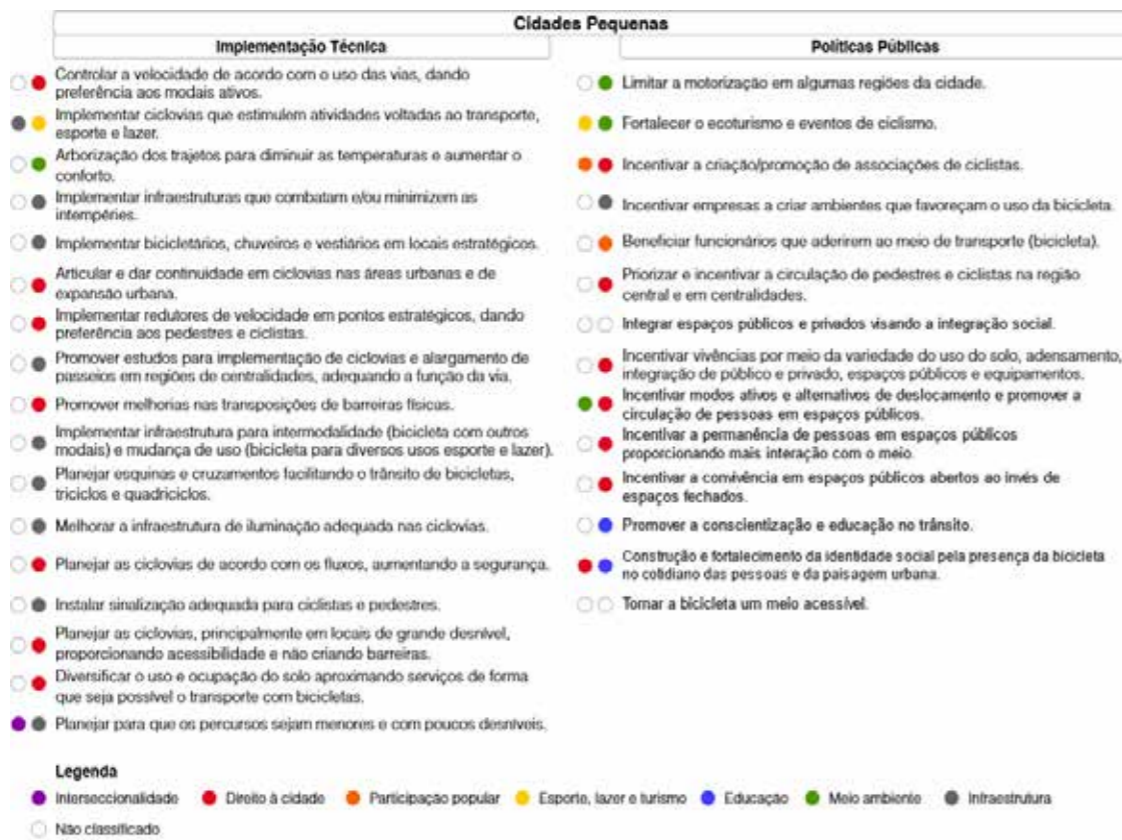
Mesmo com o constante aumento da utilização de veículos motorizados e a diminuição no uso da bicicleta, em algumas cidades o modal ciclovitário permanece forte, devido às vantagens proporcionadas por ela, como praticidade e economia. Na maioria das cidades pequenas citadas, o uso constante da bicicleta fez com que a interação entre os modais de transporte se tornasse mais amigável, nota-se mais respeito no trânsito, principalmente entre os motoristas e ciclistas. Na cidade de Tauracá (AC), por exemplo, são poucos os mecanismos de controle de velocidade de veículos nas vias, no entanto, a velocidade média fica abaixo de 30km/h. A Polícia Militar da cidade atribui esta baixa velocidade principalmente à relação de respeito que os condutores de veículos possuem com os ciclistas que ocupam as ruas. Em 2017 uma contagem volumétrica de tráfego contabilizou um volume de 74% de transporte por bicicletas (SOARES; GUTH, 2018). O inverso ocorre na análise das cidades médias e grandes, onde o ciclista é muitas vezes invisibilizado, as taxas de acidentes geralmente são maiores e há mais sensação de insegurança, seja por medos de acidentes, roubos, violência urbana ou assédio, sofridos por mulheres.

Fica evidente na análise dos textos que a relação que habitantes das cidades pequenas possuem com a bicicleta é também cultural, sua utilização faz parte do cotidiano da população, a relação com o modal passa a ser identitária. Essa relação cultural é dificilmente encontrada no dia-a-dia das cidades médias e grandes.

Sistematizamos alguns dos aspectos de implementação técnica e políticas públicas que mais aparecem mencionados no material estudado, os aspectos foram classificados a fim de tornar mais clara a análise através dos eixos, conforme figuras 4 e 5.

Podemos observar, num primeiro momento, que as cidades pequenas possuem uma variabilidade maior de propostas, tanto em implementação técnica quanto em políticas públicas. Com propostas mais plurais em eixos, é possível tentar articular uma rede de soluções que se complementam e que tentam suprir as necessidades da complexidade presente nas dinâmicas das cidades. Em contraste, as cidades médias e grandes tendem a tentar solucionar o projeto de mobilidade ciclovitária priorizando projetos de infraestrutura. A variabilidade de eixos presentes na análise decresce, assim como propostas orientadas ao direito à cidade.

Para compor esta pesquisa, analisaremos também a cidade de Foz do Iguaçu (PR) e o recente Plano de Mobilidade Urbana proposto na cidade.



O caso de Foz do Iguaçu (PR)

A história e especificidades do desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu, cidade localizada na tríplice fronteira Brasil – Paraguai – Argentina, está marcada pela construção da hidroelétrica de ITAIPU e implementação das Vilas residenciais.

O município foi criado em 1914. A região era habitada por indígenas das etnias Guarani e Kaingang. Paraguaio e argentinos também habitavam a região, atraídos pela exploração da erva mate e extração de madeira. O local também foi território de uma colônia militar, implantada em 1889, que marcou a ocupação efetiva da região por brasileiros.

No início da década de 1970, iniciou-se a construção de ITAIPU, obra que causou grande impacto no território. Uma área de aproximadamente 1,5 mil km² foi alagada. Além do

impacto ambiental direto, comunidades de povos Avá-Guarani foram desapropriados e expulsos da região (TAVARES, 2020). A população da cidade cresceu abruptamente devido às migrações de trabalhadores e operários que atuavam na obra da usina. Em 1960, havia cerca de 28.079 habitantes na cidade, vinte anos depois o número subiu para 136.352 habitantes.

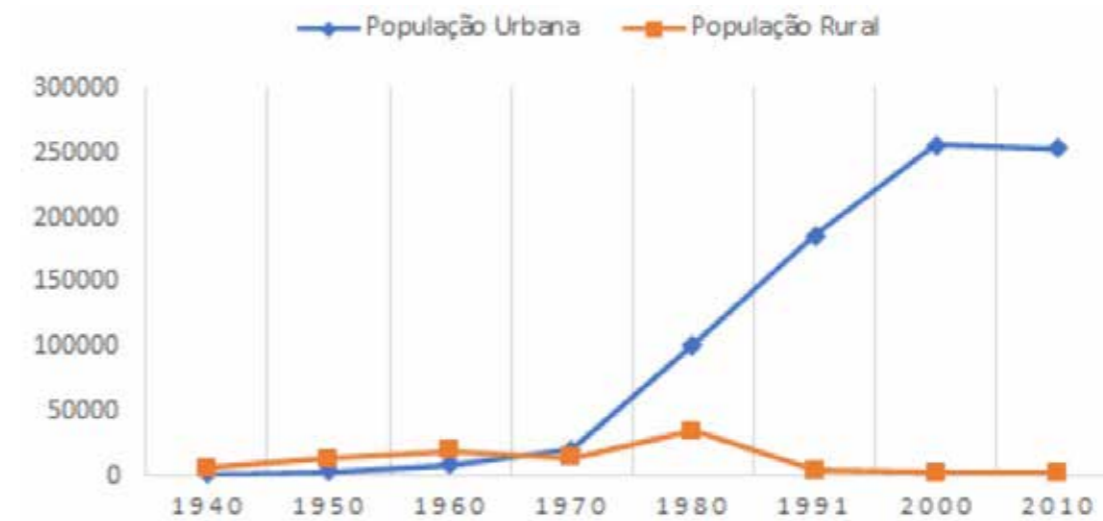


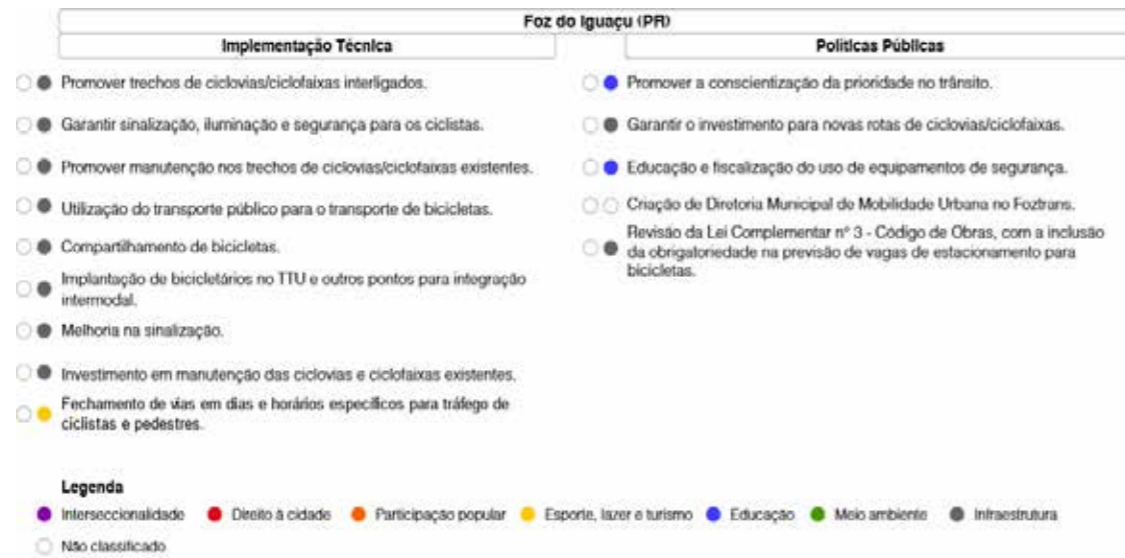
Gráfico 1 – Histórico demográfico de Foz do Iguaçu/PR (1940 a 2010). Fonte: elaboração própria. Dados: IPEADATA e IBGE, 2010.

Além das transformações ocorridas na cidade com a explosão demográfica a partir da década de 1970, a ITAIPU promoveu a urbanização da cidade através da criação das chamadas Vilas (A, B e C), áreas residenciais destinadas inicialmente à moradia dos contratados da empresa separados por classes sociais. A implantação, urbanização e projeto das residências da Vila C recebeu os trabalhadores da classe operária, conhecidos como barrageiros. A região dispunha de infraestrutura básica, residências simples e um sistema de transporte interno fornecido pela usina. A Vila A recebeu os funcionários de cargos administrativos. A área recebeu saneamento básico e alguns equipamentos públicos, como escola e hospital para atendimento dos trabalhadores. A Vila B foi implementada próxima ao Rio Paraná e pensada para receber diretores e funcionários de cargos de alto escalão. As residências são grandes e de padrão elevado. O bairro hoje é um condomínio fechado (SOUZA, 2011; CLIVE, 2019).

Desde o início do projeto de urbanização e crescimento de Foz do Iguaçu, as decisões tomadas pela ITAIPU instituíram um regime espacial que reflete problemas sociais estruturais ainda presentes na cidade.

É dever do município mitigar estes problemas a partir de políticas públicas amplamente discutidas e aparelhá-las através do planejamento urbano. Esta é a importância de realizar uma análise crítica do Plano de Mobilidade Urbana da cidade.

O Plano de Mobilidade Urbana de Foz do Iguaçu (Plano Mobi Foz), publicado em 2018, foi realizado pelo Parque Tecnológico Itaipu (PTI) em parceria com a Prefeitura da cidade. Na categoria mobilidade cicloviária, prevê a criação de novas cicloviárias e ciclofaixas interligadas espalhadas pela cidade, e a reforma das já existentes. A criação de uma malha cicloviária tem a intenção de melhorar a qualidade de deslocamento dos ciclistas, e contará com manutenção constante desses equipamentos e a utilização de novas tecnologias e ferramentas para melhorar a infraestrutura (PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU, 2018).



As diretrizes, ações prioritárias, instrumentos e metas para mobilidade cicloviária foram analisadas e sistematizadas em aspectos de implementação técnica e políticas públicas, figura 6.

O projeto conta com a previsão para obras de sinalização, iluminação e segurança destes espaços, além da conscientização da população e incentivo ao uso de bicicletas, a criação de postos de compartilhamento e, em alguns dias e horários, o fechamento de vias para a prática de ciclismo. Menciona também, a intermodalidade do uso da bicicleta com o transporte coletivo, além da implantação de bicicletários no Terminal de Transporte Urbano (TTU) e em outros pontos estratégicos de integração, e a possibilidade do transporte de bicicletas no transporte coletivo (PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU, 2018).

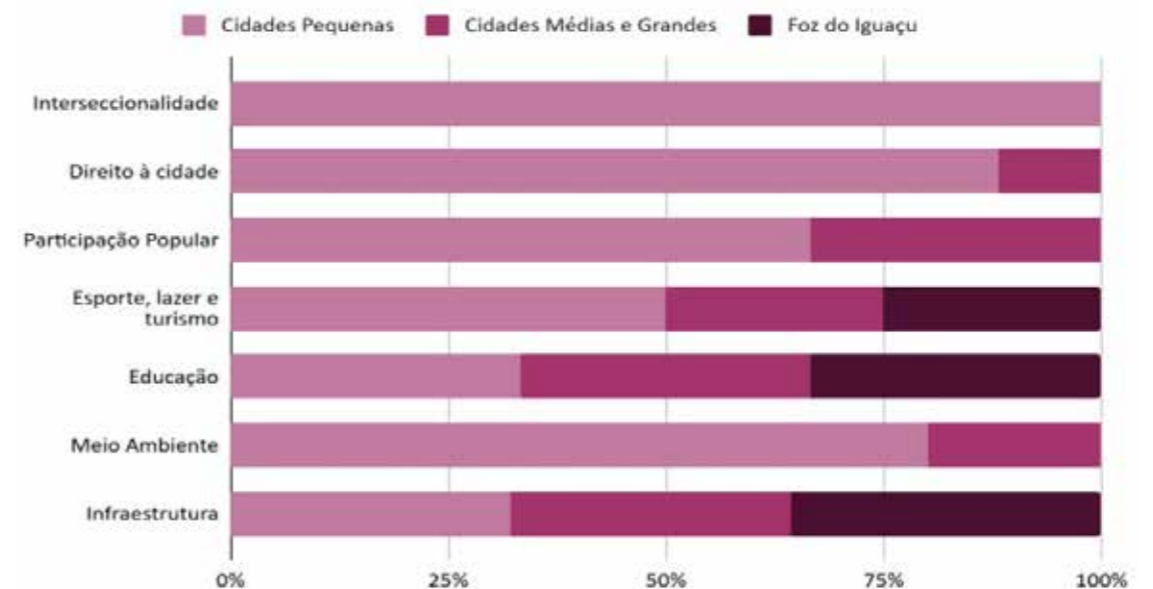
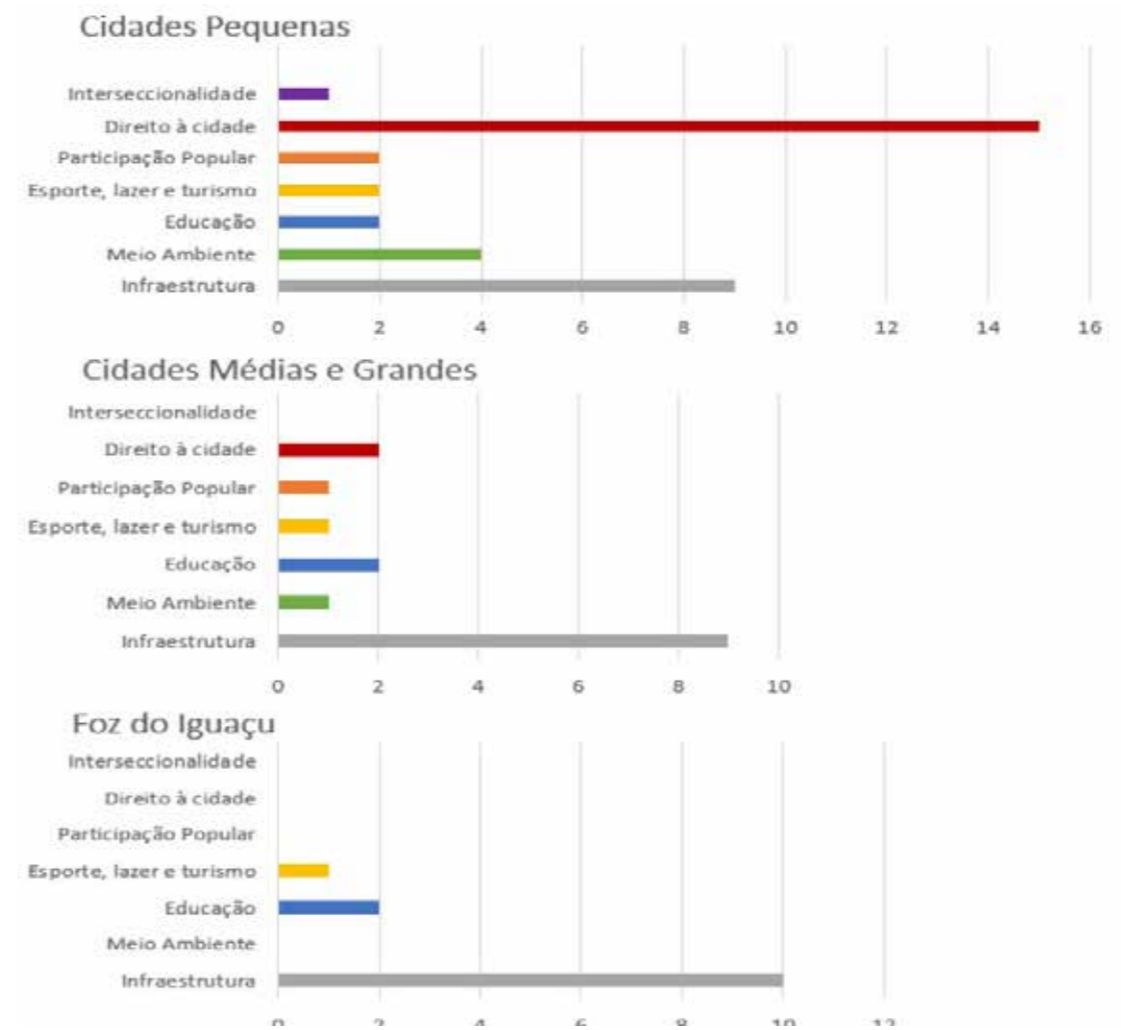
Análise comparativa das diretrizes

Ao compararmos a cultura do uso de bicicleta e diretrizes gerais de mobilidade cicloviária presentes nas cidades pequenas, cidades médias e grandes e Foz do Iguaçu (PR), sob a ótica dos eixos: Interseccionalidade; Direito à Cidade; Participação Popular; Esporte, lazer e turismo; Educação; Meio Ambiente e Infraestrutura, nota-se quão divergente é a abordagem e foco da mobilidade cicloviária em cada grupo.

Nos gráficos 2 e 3, podemos notar como cada escala de cidade aborda os eixos e quais se destacam em cada caso.

O único grupo onde todos os eixos aparecem pelo menos uma vez refletidos nos aspectos gerais de mobilidade cicloviária, é o das cidades pequenas. Aparecem em maior número, aspectos que consideramos estarem alinhados ao direito à cidade e infraestrutura cicloviária ou de equipamentos relacionados às cicloviás.

Nas cidades médias e grandes, nenhum dos aspectos se encaixou nas políticas orientadas à interseccionalidade e a maioria estão relacionadas à infraestrutura, como extensão, melhoria ou implementação de vias exclusivas para ciclistas, melhoria de iluminação pública, etc. A infraestrutura, embora importante para organizar as cidades e proporcionar estrutura física de mobilidade, não garante o seu uso. Esta precisa ser pensada em conjunto com os outros eixos. A infraestrutura é um meio facilitador para a utilização do modal, no entanto, por diversas outras características – como conformações urbanas, sociais e culturais, a população utiliza a bicicleta mesmo não



tendo cicloviás, como em Cáceres (MT) onde há quase mais bicicletas do que pessoas (SOARES; GUTH, 2018).

Em Foz do Iguaçu, dentre todas as diretrizes, metas e objetivos estipulados no Plano, a grande maioria se refere à infraestrutura, como interligação das ciclofaixas e cicloviás, sinalização, iluminação e criação de rede de compartilhamento de bicicletas. Apenas

uma ação está destinada ao eixo esporte, cultura e lazer, que prevê o fechamento de vias aos finais de semana para uso exclusivo de pedestres e ciclistas. Foram citadas no Plano ações de educação no trânsito. Em 2019, a Secretaria de Transportes em conjunto com a Prefeitura Municipal realizou a ação *Semana Municipal de Conscientização de Proteção ao Ciclista*, onde foram distribuídos coletes reflexivos, luzes para bicicletas e material impresso de divulgação em postos localizados em alguns cruzamentos centrais. A ação de conscientização estava direcionada apenas aos ciclistas e não aos condutores de veículos motorizados, e buscava “alertar aos ciclistas e a população que a bicicleta é um veículo, assim como motocicletas, automóveis, ônibus etc., e que por isso deve seguir as regras de condutas no trânsito e utilizar equipamentos de proteção” (RADIOCULTURA FOZ, 2019). Este é um exemplo de como as ações municipais estão voltadas à afirmação e perpetuação da prioridade do transporte motorizado na cidade em relação à ciclistas e pedestres.

A interseccionalidade, embora tema importante, é pouco abordado nas diretrizes das cidades pequenas, aparecendo somente em uma delas, e inexistente entre as diretrizes das cidades médias e grandes e de Foz do Iguaçu. Mesmo sendo pouco abordado nas diretrizes das cidades pequenas, o livro organizado por Soares e Guth (2018) refere-se ao assunto frequentemente, reforçando que incluir a diversidade de gênero, classe e raça nas políticas e planejamento da cidade torna a cidade mais inclusiva, proporcionando cada vez mais o direito à cidade a população. Em Ilha Solteira (SP), por exemplo, aqueles que se declararam pardos ou negros alcançam 55% dos usuários de bicicleta, enquanto brancos compõe 43%. Destes, 41% se declaram do gênero feminino e 42% declararam ter renda mensal de até dois salários mínimos (SOARES; GUTH, 2018). Como observam os autores, a realidade do uso da bicicleta supreende ao garantir mobilidade a mais mulheres, negros, universitários, idosos e pessoas de baixa renda.

Conclusão

A partir deste estudo, se evidencia que as cidades pequenas podem nos ensinar que as soluções mais integradas do uso da bicicleta partem da relação cultural com o modal, da relação que o deslocamento ativo proporciona entre as pessoas e o território.

É possível perceber uma mudança paradigmática de onde se parte ao pensar mobilidade urbana, como demandas surgidas de baixo-para-cima, ou seja, do uso e manifestação popular, ao invés de cima-para-baixo, do planejamento da mobilidade estipulado e implementado com bases puramente técnicas e descolada de seus contextos.

As cidades pequenas mostram de maneira geral a apropriação mais espontânea no uso do modal, enquanto as cidades médias, grandes e Foz do Iguaçu, parecem alinhar-se às estratégias de planejamento mais próximas da infraestrutura e engenharia de transportes (ainda que aqui não tenha sido abordada uma análise crítica de projeto destas infraestruturas a fim de analisar sua qualidade técnica, como no caso do Plano de Mobilidade de Foz). As preocupações com as dimensões físicas se mostraram prioritárias às dimensões sociais.

Aprendemos com as cidades pequenas que priorizar a integração de pessoas e o tráfego, a partir do estímulo de mecanismos de uso cultural e espontâneo do modal, pode tornar-se uma ação educativa mais efetiva de integração, tolerância e respeito à pedestres e ciclistas do que as ações tradicionais e mecânicas de educação no trânsito.

A quantidade de aspectos relacionados ao direito à cidade nos indica que as cidades precisam continuar estimulando o uso das vias mais como um espaço público, de permanência e deslocamentos que priorizem velocidades menores do que as vias como ligações de passagem e conexão entre pontos apenas de partidas e chegadas.

Para que a mobilidade urbana busque de fato ser mais acessível e sustentável é necessário priorizar a integração entre os diversos meios de transporte necessários para o deslocamento na escala e contexto urbano das cidades. O que ocorre nos planejamentos urbanos, políticas públicas e planos de mobilidade atuais, ao contrário, é a contínua política de priorização do transporte individual motorizado. É necessário continuar fortalecendo trabalhos das mais diversas áreas que questionem e impactem esta lógica de desenvolvimento, que tem nos mostrado sob a ótica das desigualdades sociais, do meio ambiente e econômica, que este caminho não é uma estratégia viável para a manutenção do bem-estar social das comunidades.

O crescimento e fortalecimento dos estudos que abordem a mobilidade sob o foco de gênero, raça, classe e outros atributos sociais dialogam diretamente com a busca pela diversidade, diminuição das desigualdades, acesso das cidades e seus equipamentos e ao direito à cidade. Os Planos de Mobilidade Urbana são documentos que precisam ser constantemente analisados e revisados. Esperamos que este estudo possa somar-se à busca de articulação com iniciativas coletivas de observatórios de cidades e com a administração pública. O direito à mobilidade é um direito básico, e tem o poder de condicionar toda a dinâmica da vida urbana.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Coordenação Djamilia Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARBOSA, Jorge Luis. O significado da mobilidade na construção democrática da cidade. In: BALBIN, Renato. KRAUSE, Cleandro. LINKE, Clarisse Cunha. (Orgs) *Cidade e Movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano*. Brasília: Ipea:ITDP, 2016. Cap. 2, p.43-56.

BERTH, Joice. *Áreas brancas e áreas negras: o redline nas cidades brasileiras*. Portal Geledés, 2019. Online. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/areas-brancas-e-areas-negras-o-redline-nas-cidades-brasileiras/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CLIVE, Adrielle Saldanha. *A espoliação urbana de Foz do Iguaçu: desigualdades socioespaciais e vulnerabilidade no bairro de Cidade Nova*. 2019. 122p. Monografia. Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

COELHO, Luana Xavier Pinto; MELGAÇO, Lorena. Raça, espaço e direito: reflexões para uma agenda decolonial no Direito Urbanístico In SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SAULE JUNIOR, Nelson; LIMA, Adriana Nogueira Vieira; FROTA, Henrique Botelho; MARTINS, Karoline Ferreira; CASIMIRO, Lígia Maria Melo de; CAFRUNE, Marcelo Eibs; LEÃO, Marcelo; FONTES, Mariana Levy Piza; IACOVINI, Rogrigo Faria; MARQUES, Sabrina Durigon. (orgs.). *O direito achado na rua: introdução crítica ao direito urbanístico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. cap.14, p. 163-171.

DAVIS, Angela. *Women, race, & class*. New York: Random House, 1981.

DUARTE, Fabio. *Planejamento Urbano*. 1ª. ed. Curitiba: Ibpx, 2013.

FERREIRA, Evaldo. *Planejamento de transporte cicloviário: O caso de Cáceres - MT*. 2005, 169p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes). Coppe/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

NUNES, Ana Carolina Almeida Santos; SILVA, Marina Pereira da. A ausência das perspectivas de gênero e raça nas políticas públicas de mobilidade urbana. In *X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO GT02 – Direito à Cidade e o combate ao racismo, machismo, lgbtphobia e outras formas de opressão*. Palmas, TO. 2019. p.137-156.

PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU. *Plano Mobi Foz: Plano de Mobilidade Urbana de Foz do Iguaçu*. 1ª. ed. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal, v. 1, 2018. Online. Disponível em: <https://www.pti.org.br/pt-br/content/plano-de-mobilidade-urbana-de-foz-est%C3%A1-dispon%C3%ADvel-em-vers%C3%A3o-online>. Acesso em: 05 jan. 2020.

RADIOCULTURA FOZ. *Semana Nacional de Trânsito promove ações para conscientização de ciclistas*. 2019. Online. Disponível em: <https://www.radioculturafoz.com.br/2019/09/19/semana-nacional-de-transito-promove-acoes-para-conscientizacao-de-ciclistas>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SMDU, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. *Mulheres e seus deslocamentos na cidade: uma análise da pesquisa Origem e Destino do Metrô – Informes Urbanos nº 44*, março de 2020a. Online. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/44_IU_mobilidade_mulheres.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

SMDU, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. *O uso da bicicleta na cidade de São Paulo: uma comparação dos resultados das pesquisas OD 2007 e 2017 – Informes Urbanos nº42*, janeiro de 2020b. Online. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/42_IU_ciclistas_2020_final.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

SOARES, André; GUTH, Daniel. *O Brasil que pedala: A cultura da bicicleta nas cidades pequenas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jaguaritica, v. 1, 2018.

SOUZA, Adelita Araujo de. *ITAIPU e a Urbanização da Zona de Fronteira do Iguaçu: Cidade e Conjuntos Habitacionais da Usina Hidrelétrica*. 2011, 192p. Dissertação, Programa de Pós-graduação na área de Urbanismo – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

SOUZA, Emanuella Alves de. *Mobilidade urbana sustentável como instrumento de garantia ao direito à cidade no município de Colombo/PR*. 2018, 231p. Trabalho de conclusão de curso, Arquitetura e Urbanismo – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

STP #4: *Para além da tecnologia com Ailton Krenak*. Entrevistado: Ailton Krenak. Entrevistadora: Cristina Ibarra. Sentipensante Podcast, 17 fev. 2021. Online. Disponível

em: <https://sentipensantepodcast.com/2021/02/18/01-stp-4-para-alem-da-tecnologia-com-ailton-krenak>. Acesso em: 26 fev. 2021.

TAVARES, Paulo. *Atlas do Desterro Oco'y-Jakutinga*. Brasília: [s.n.], v. 1, 2020.

VIEIRA, Alexandre Bergamin; ROMA, Cláudia Marques; MIYAZAKI, Vitor Koiti. Cidades Médias e Pequenas: Uma Leitura Geográfica. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 29, p. 135-156, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002. (Trad. Renato Aguiar) São Paulo: Boitempo, 2003.

A EXPERIÊNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO EM CIDADES PEQUENAS

Análise da expansão urbana a partir dos planos diretores

*THE EXPERIENCE OF URBAN PLANNING
IN SMALL CITIES
Analysis of urban expansion
based on master plans*

João Pablo dos Santos¹ e Maria Soares de Almeida²

Resumo

A carência de estudos relativos ao planejamento urbano de cidades pequenas é notória e de extrema urgência dentro da comunidade científica (ENDLICH, 2009; GUMA, 2016; MATÉ; MICHELETI; SANTIAGO, 2015; SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013). Isso porque estas abordagens contribuem para uma aproximação do poder público federal em constituir políticas referentes às particularidades destes territórios. A cidade pequena de Pinhalzinho/SC, foi elencada para este estudo justamente por possuir dois planos diretores desde sua emancipação, o que já a difere de boa parte das cidades pequenas brasileiras. Os desafios, acertos e falhas nestes documentos são expostos aqui de maneira a contribuir para a discussão de melhorias na elaboração destas legislações. Ao analisarmos a expansão urbana do estudo de caso com base nos planos diretores, questões referentes ao período em que as legislações foram elaboradas e da má utilização destes instrumentos, emergem como as principais problemáticas resultantes desta experiência.

Palavras-chave: cidades pequenas, planejamento urbano, plano diretor, política urbana.

Abstract

The lack of studies related to urban planning in small cities is notorious and extremely urgent within the scientific community (ENDLICH, 2009; GUMA, 2016; MATÉ; MICHELETI; SANTIAGO, 2015; SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013). These approaches would contribute to an approximation of the federal public power in constituting policies related to the particularities of these territories. The small city of Pinhalzinho/SC, was chosen for this study precisely because it has two master plans since its emancipation, which already differs from a good part of small Brazilian cities. The challenges, successes and failures in these documents are exposed here in order to contribute to the discussion of improvements in the drafting of these laws. When analyzing the urban expansion of the case study based on the master plans, questions regarding the period in which the legislation was drafted and the misuse of these instruments, emerge as the main problems resulting from this experience.

Keywords: small cities, urban planning, master plans, urban policies.

¹ Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS – 2020). Atualmente desenvolve pesquisas relacionadas aos temas: políticas e legislações urbanas, planejamento urbano e regional, desenho urbano, sustentabilidade urbana, rede urbana, cidades pequenas e relação rural/urbano – arq.joaopablo@gmail.com.

² Doutora em Estruturas Ambientais (USP – 2005). Professora Convidada Permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – maria.sdealmeida@gmail.com.

Introdução

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada *Instrumentos de Planejamento Urbano em Cidades Pequenas: Análise da relação rural/urbano em Pinhalzinho/SC (1961 – 2019)*³, a qual abordou a temática das cidades pequenas a partir da relação rural urbano, contribuindo na discussão sobre o planejamento urbano destes territórios.

As transformações das cidades brasileiras ocasionadas pela industrialização e posteriormente pela globalização, aceleraram o crescimento das cidades, resultando em um intenso processo de aglomeração humana. Essa concentração populacional foi percebida em diferentes escalas no país, sendo assim, esse fenômeno necessita de olhares mais cuidadosos para as particularidades de cada um destes espaços, visto que esse acontecimento pode assumir proporções distintas nas diferentes tipologias de cidades existentes no Brasil. As transformações decorrentes desta urbanização, promoveram também profundas e complexas alterações nas redes urbanas, compostas por cidades dos mais diferentes tamanhos. A face mais conhecida deste processo são as metrópoles, as quais receberam um grande número de pessoas durante estes processos, sobretudo na segunda metade do século XX. Isso resultou na sobrecarga da máquina pública devido à falta de políticas públicas adequadas e de planejamento urbano, o que conseqüentemente ocasionou na concentração de pobreza, ocupações irregulares e também da violência urbana (BERNARDELLI, 2016; ENDLICH, 2009; MARICATO, 2014).

Foi após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001 — que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição —, que os municípios brasileiros foram assegurados de uma política urbana visando um planejamento autônomo de seus territórios políticos administrativos. Os avanços a partir disso foram significativos em âmbito geral, onde diretrizes de gestão e planejamento foram apresentadas como soluções para as cidades. Dentre elas, destaca-se a definição do plano diretor como “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (BRASIL, 2001). No entanto, busca-se apontar como problemática aqui que o instrumento não garante a representatividade das diferentes tipologias urbanas, principalmente a das cidades pequenas (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013). Porém, vale ressaltar que:

No sistema urbano há, por conseguinte, tendência crescente à diferenciação e à complexificação. As cidades são cada vez mais diferentes umas das outras. Aqueles esquemas simplórios que nos acostumamos a reproduzir e enfeitam a maioria das nossas teses, artigos e livros, mostrando redes urbanas formadas com diversas categorias de cidades distinguidas em níveis hierárquicos, são coisa agradável de olhar, sem dúvida instrumento de aproximação da realidade, mas não suficiente para sua interpretação (SANTOS, 2005, p. 137).

Corroborando com a citação acima, a política urbana brasileira parece deixar lacunas, principalmente no que se refere às diferenças territoriais que o país apresenta e que podem ser observadas em municípios que compõem uma mesma rede urbana (ENDLICH, 2009). Embora façam parte do mesmo processo e da mesma realidade de

³ Dissertação desenvolvida e apresentada no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS).

urbanização, as cidades pequenas ainda são territórios pouco estudados e analisados dentro da área do planejamento urbano. No entanto, isso não significa que elas não apresentem problemáticas tão ou até mais sérias do que as das metrópoles, e que mereçam atenção e investigações necessárias. Segundo Maté, Micheletti e Santiago (2015) essa carência de estudos e metodologias aplicáveis resultam diretamente nas dificuldades de elaboração de planos diretores e legislações urbanísticas eficientes, tornando-os insuficientes e genéricos.

Dos poucos estudos existentes sobre estes instrumentos, os principais entraves apontados são questões relacionadas às áreas de expansão urbana, demarcação e reconhecimento de áreas de preservação e de recursos naturais e da inexistência de diretrizes de integração territorial — rural/urbana — (ALMEIDA; SANTOS, 2019; GUMA, 2016; MATÉ; MICHELETTI; SANTIAGO, 2015), gerando um desequilíbrio no desenvolvimento e acentuando as diferenças intraurbanas e regionais.

Este estudo justifica-se também pelo papel que estas cidades vêm desempenhando no contexto urbano brasileiro, resultado da ampliação do desenvolvimento econômico, adensamento populacional e, conseqüentemente, a expansão urbana destes territórios, trazendo novas dinâmicas espaciais que necessitam de um olhar mais atento. Segundo Endlich (2009, p. 11) “Não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana [...] esta falta de estudo também compromete uma compreensão mais ampla da rede urbana.”

Tendo em vista a relevância da temática e a problemática apresentada, este artigo tem como objetivo ilustrar a experiência do planejamento urbano em uma cidade pequena a partir da análise da expansão urbana com base nos planos diretores, tendo como estudo de caso o município de Pinhalzinho/SC, localizado no oeste do estado de Santa Catarina, região caracterizada pela predominância de cidades pequenas (FUJITA, 2015).

Procedimentos metodológicos

Apresentando como cerne da pesquisa temática das cidades pequenas e como problemática o desafio do planejamento urbano nestes locais, o trabalho busca uma maior compreensão sobre essa dinâmica. Para isso, foram definidas quatro etapas metodológicas que culminam no estudo de caso de Pinhalzinho/SC quanto aos seus planos diretores e sua expansão urbana a partir das diretrizes e regramentos destes instrumentos.

Para melhor situar o leitor, iniciamos este estudo com a análise dos principais enfoques teóricos discutidos neste estudo: a caracterização e conceituação das cidades pequenas; o planejamento urbano brasileiro e os planos diretores. Estes conceitos serviram como base para uma melhor compreensão sobre a realidade das cidades pequenas e o papel do planejamento urbano brasileiro nestes territórios, indo diretamente para a aplicação do Plano Diretor como instrumento principal.

Posteriormente, caracterizou-se e delimitou-se o objeto de estudo para o aprofundamento das análises sobre o planejamento urbano em cidades pequenas. Sendo assim, na segunda etapa da pesquisa definiu-se como estudo de caso o município de Pinhalzinho/SC. Essa escolha se deu principalmente pelo município apresentar em seu histórico de planejamento urbano dois planos diretores, os quais foram elaborados em períodos distintos: o primeiro, data o ano de 1975, momento em que era incomum se propor tais instrumentos para cidades pequenas; já o segundo, foi promulgado em 2012, período pós Estatuto da Cidade (2001). Essa característica de Pinhalzinho viabilizou

uma análise mais aprofundada sobre a temática, possibilitando novas discussões e reflexões sobre a problemática desta pesquisa.

A terceira etapa metodológica consistiu na coleta de dados demográficos, geográficos e históricos, além do levantamento cartográfico em órgãos municipais e também em bancos de dados online como o IBGE. A reunião destas informações teve como objetivo caracterizar o município e compreender sua dinâmica espacial. Em sequência, foram levantados os dados referentes aos Planos Diretores na prefeitura municipal, onde foi possível ter acesso aos documentos na íntegra, já que o plano de 1975 está apenas disponível no formato físico.

Após estes levantamentos, a pesquisa foi conduzida à quarta etapa, que consistiu em uma análise crítica dos planos diretores e do planejamento urbano proposto em uma cidade pequena, o que possibilitou atrelar a teoria à prática deste, enriquecendo as análises e os resultados deste estudo. Simultâneo a isso, ao longo do artigo foram geradas cartografias através da análise espacial SIG — Sistema de Informação Geográfica. O uso da técnica teve como objetivo neste estudo ilustrar a expansão urbana em períodos distintos a partir das diretrizes que foram estabelecidas pelos instrumentos, facilitando a discussão e análise final deste.

Cidades pequenas: considerações históricas e conceitos

As cidades pequenas atualmente somam cerca de 69% do total de municípios brasileiros (IBGE, 2010), uma porcentagem bastante considerável no contexto urbano nacional. Atualmente o Brasil possui 5.570 municípios (IBGE, 2020), e esse número expressivo é resultado de sucessivas fragmentações do território, iniciadas a partir de 1940, quando o Brasil possuía apenas 1.574 municípios. Entre o ano de 1950 e 1960 várias novas cidades surgiram, porém, em 1961 com o início do período militar este processo estagnou. Com a promulgação da Constituição Federal de 1967, os estados possuíam menos autonomia, especialmente no tocante ao plano financeiro, que ficou centralizado nas mãos da União, o que dificultava a criação de novas cidades. Terminada a ditadura militar e com a reabertura política e econômica do país, as emancipações voltaram em ritmo intenso principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. No ano de 2000, o país já contava com 5.507 municípios, esse crescimento significativo ocorreu após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual atribuiu aos Estados a competência para emancipar novos municípios. Ou seja, de 1940 a 2020 foram criados 3.996 municípios com tamanhos demográficos e territoriais diversos (IBAM, 2001).

Atualmente, sendo a maioria no contexto urbano brasileiro, os territórios menores e menos populosos encontram-se em um entrave com sua conceituação, ao iniciar por questionar quais parâmetros devem ser utilizados para distinguir as cidades entre pequenas, médias e grandes. Esses critérios diferem de país para país, sendo que podem levar em consideração tanto a densidade demográfica, como aspectos socioeconômicos, a dimensão do território e indo até questões funcionais.

Neste estudo, a definição de cidade pequena terá como base a categorização do IBGE (2010) e também de outros estudos e autores, que consideram como *cidade pequena* o território político administrativo com número populacional de até 50.000 habitantes (CORRÊA, 1999; EDLICH, 2009; MOREIRA JUNIOR, 2014; SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013).

Os estudos de Milton Santos contribuíram para uma aproximação da conceituação da terminologia correta para estes pequenos territórios, principalmente por analisar as características da urbanização brasileira como um todo e propor uma nomenclatura,

que mais tarde recebeu apoio de outros pesquisadores, tal como Moreira Junior (2014). O termo utilizado era o de *ciudades locais*, porém, neste estudo, esta terminologia não será adotada, pois segundo Santos (2005) e Moreira Junior (2014), *ciudades locais* são entendidas como sendo afastadas de centros urbanos maiores, ou seja, atendem apenas às demandas de sua população local, não mantendo uma conexão, ou ainda, pertencendo a uma rede urbana extensiva. Esta situação não condiz com objeto teórico aqui analisado (MOREIRA JUNIOR, 2014; SANTOS 2005; SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013).

Sendo assim, no presente trabalho, utilizou-se o termo *cidade pequena*, conceituada como:

[...] o nível mais básico de urbano, embora existam particularidades a serem consideradas nessa afirmação, dependendo do contexto geográfico. As cidades pequenas estão ligadas à noção de cidade e se tem, na realidade, que efetuar uma articulação espacial para se compreender a urbanização da sociedade.

[...] Na cidade pequena o urbano está presente – enquanto conteúdo – há complexidade, há vida. Por outro lado, há um pequeno número de pessoas e pequena extensão territorial se comparada aos grandes centros. Cidades dessa magnitude também abrigam funções político administrativas, residenciais, econômicas (serviços, indústrias, comércio, etc.) e sociais (educação, saúde, segurança, etc.). [...] Apresentam-se como pontos de comunicação com outros centros (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 39-40).

Sendo assim, entende-se aqui que existem particularidades a serem consideradas nas análises e interpretações sobre as cidades pequenas, conforme Sposito e Jurado da Silva (2013) afirmam. Estas particularidades vão desde o tamanho do núcleo urbano, sua dimensão rural, até a relação com a economia local e regional. Entende-se que existe complexidade nestes territórios e são até mais evidentes do que em cidades maiores, justamente por estarem em uma escala menor, tornam-se mais visíveis. Neste sentido, são cabíveis outras reflexões acerca destes territórios, principalmente relacionados ao seu planejamento.

Política e planejamento urbano brasileiro: o contexto das cidades pequenas

A formulação e regulamentação da Política Urbana no Brasil foi considerada um passo muito importante em direção ao planejamento e gestão de cidades mais justas, porém, só aconteceu após uma era de planos e tentativas concentradas apenas em metrópoles. Segundo Villaça (2001), o planejamento urbano surgiu por volta de 1875 nas grandes cidades brasileiras — berço dos principais capitais econômicos e da indústria — através dos planos de embelezamento. Esses documentos eram discutidos e elaborados como alternativa para os problemas urbanos da época. Segundo Villaça (2001), este primeiro período que vai até 1930:

[...] é marcado pelos planos de melhoramentos e embelezamento ainda herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a *burguesia* e que destruiu a forma urbana medieval (e colonial, no caso do Brasil). É o urbanismo de Versalhes, de Washington, de Haussmann e de Pereira Passos (p. 182).

Suas diretrizes englobavam algumas questões sanitárias, abertura de vias, distanciamento de casas, entre outros pontos específicos, mas principalmente,

visavam a criação de uma nova imagem para a cidade, expulsando a classe mais pobre das áreas centrais, como foi o caso do Rio de Janeiro. Esse centro passou a desempenhar o papel de acumulação e circulação de capital e o local de desfrute da classe dominante (VILLAÇA, 2001).

Após este período — que iniciou em 1930 e foi até 1960 —, já na Era Vargas, as cidades brasileiras passaram a representar a desordem frente aos modelos internacionais (VILLAÇA, 2001), devido a esse fator, este segundo período foi caracterizado pelo planejamento urbano tecnocrata e cientificista, herdado também dos europeus. É neste período que surge o Urbanismo e o Plano Diretor, mas ambos mantêm a visão elitista em foco, privilegiando apenas as áreas centrais e colocando os locais mais afastados e com menos infraestrutura como *ciudades satélites*, aumentando a pobreza e a desigualdade social (VILLAÇA, 2001).

Durante os anos 60 e ao longo do período militar inicia-se a trajetória de luta da sociedade brasileira pela reforma urbana. As modificações mais urgentes apareciam quanto à questão fundiária em si, porém, essa proposta de reforma urbana já estava presente nos estudos sociais formulados por volta de 1963, ainda durante o governo João Goulart (1961-1964) no SHRU⁴. As ações foram impedidas devido ao Golpe Militar de 1964. Durante este período, houve uma produção massiva de planos diretores elaborados pela União, o que resultou na ideia da ação ineficaz destes instrumentos, pois a população não via os problemas urbanos sendo solucionados. Esse sentimento era partilhado entre os próprios técnicos. Segundo Maricato (2014), a ineficácia dos planos tornou-se mais evidente no período de êxodo rural, quando uma grande massa de população saiu do campo, mais especificamente das cidades pequenas, em busca de oportunidades nos grandes centros. Esse fato ocorreu principalmente pela fase industrial que o Brasil estava passando, o que impactou direto na dinâmica do campo, principalmente com o surgimento dos complexos agroindustriais (CAI's), que passaram a substituir as atividades do setor primário antigas e modernizaram todos os processos, afetando a estrutura fundiária, gerando maior concentração de propriedades e diminuindo o número de pequenos proprietários (CORRÊA, 2011). Os trabalhadores se viram obrigados a saírem destas cidades pequenas e irem em busca de melhores condições nas metrópoles.

Essa nova leva populacional resultou em uma demanda muito maior por infraestrutura básica, tal como transporte, saúde e habitação, piorando ainda mais a situação preexistente das cidades (MARICATO, 2014; VILLAÇA, 2001). Além do caso das metrópoles, foi a partir de 1960 que o estado passou a incluir e a considerar outros polos de crescimento nas novas políticas governamentais. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, o PND I⁵ em 1971 e na sequência o PND II⁶ em 1974 foram criados com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento de regiões não-metropolitanas. Segundo Corrêa (2011), um dos principais investimentos foi na expansão das rodovias no país, já que as redes ferroviárias eram eminentemente regionais, articuladas em torno das metrópoles. Esse investimento auxiliou no desenvolvimento de cidades localizadas no interior dos estados. Neste período, as cidades de porte médio foram consideradas as “barreiras receptoras contra as correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos” (CORRÊA, 2007, p. 27). Ou seja, a estratégia era de que estas

4 O SHRU (Seminário de Habitação e Reforma Urbana) foi realizado e patrocinado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB e também pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Estado – IPASE, os quais discutiam as diversas temáticas sobre a questão urbana e habitacional no Brasil, visando a elaboração e execução de melhorias nas questões de habitação e planejamento urbano em si (BONDUKI; KOURY, 2007).

5 Lei 5.727 de 04 de novembro de 1971.

6 Lei 6.151 de 04 de dezembro de 1974.

localidades abrigassem uma parcela da população que estava migrando das cidades pequenas para as metrópoles.

Os debates sobre as questões urbanas foram retomados entre os anos 80 e 90, e reforçaram a necessidade de uma reforma urbana. As discussões iniciaram de forma lenta e gradual, após anos de dominação militar do Estado (MARICATO, 2014, p. 27 - 28). Foi em 1988 que a nova Constituição foi promulgada, e pela primeira vez na história em seu conteúdo continha um capítulo destinado à Política Urbana, no capítulo II, com os artigos 182 e 183, criados a fim de definir os principais limites à propriedade urbana. O documento deixou claro em seu texto que o papel do poder público municipal era de garantir aos cidadãos os direitos básicos: saneamento, moradia, mobilidade e lazer social. Porém, estes artigos só foram regulamentados em 2001 pela Lei Federal nº 10.527, o Estatuto da Cidade. Considerado um valioso instrumento para a gestão das cidades, o documento passou a ser utilizado como um poderoso artefato que, por diversas vezes, impossibilitou que os interesses particulares se sobressaíssem aos de interesse público, contribuindo na atuação dos setores públicos que trabalham em prol da sociedade civil e do direito público, tal como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

A mesma Lei estabeleceu o Plano Diretor Participativo como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana para as cidades a partir de 20.000 habitantes e/ou pertencentes a regiões metropolitanas, áreas de interesse turístico e áreas de influência de empreendimentos de grande impacto ambiental (SOARES, 2008). O instrumento passou a corresponder às regras básicas de uso e ocupação do solo dos municípios, ao orientar e regular a ação dos agentes sociais e econômicos, tomando como base a escala territorial — rural e urbano (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). Outra atribuição importante foi em relação à integração de políticas setoriais dos municípios, como por exemplo o plano de mobilidade e habitação, que passam a fazer parte do documento com o objetivo de unir esses setores em prol de um melhor planejamento territorial conjunto (Figura 1). Além disso, a elaboração destes planos setoriais está diretamente relacionada ao acesso destes municípios a verbas públicas para execução de obras, que em sua maioria, só podem ser acessadas com a apresentação destes planos.

O Estatuto da Cidade (2001) possibilitou a participação e a discussão das questões urbanas de territórios além das metrópoles, trazendo em pauta o planejamento urbano para cidades menores, com a tentativa de integrá-las a uma política de abrangência nacional (MATÉ; MICHELETI; SANTIAGO, 2015). Porém, ao mesmo tempo, a

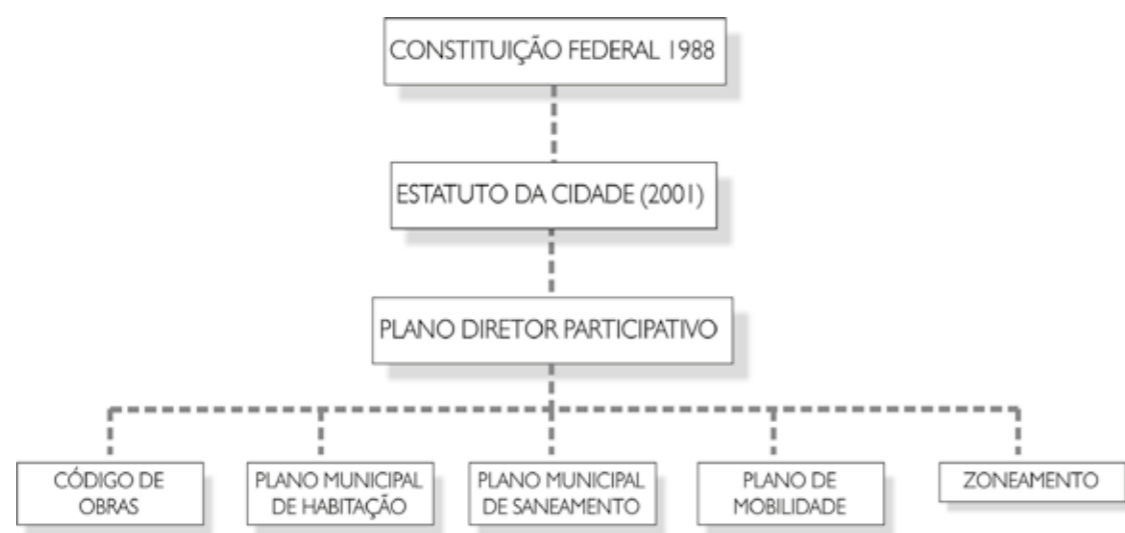


Figura 1 – Estrutura do plano diretor participativo pós CF 1988. Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

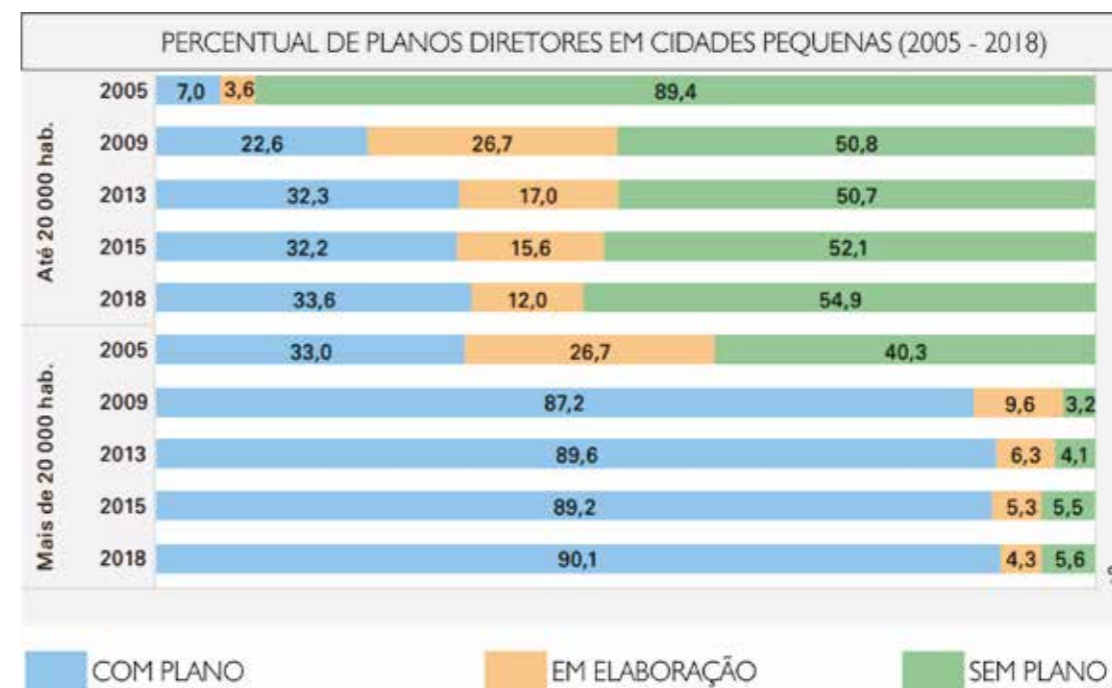


Gráfico 1 – Percentual de Planos Diretores em cidades pequenas (2005 – 2018). Fonte: IBGE (2005 – 2018). Organizado pelos autores (2021).

legislação não engloba e não representa todas as cidades brasileiras, visto que não abrange aquelas com menos de 20.000 habitantes, que poderiam ser munidas de tal instrumento. Além disso, a elaboração dos Planos Diretores está diretamente relacionada ao acesso destes municípios a verbas públicas, conforme abordado no gráfico 1.

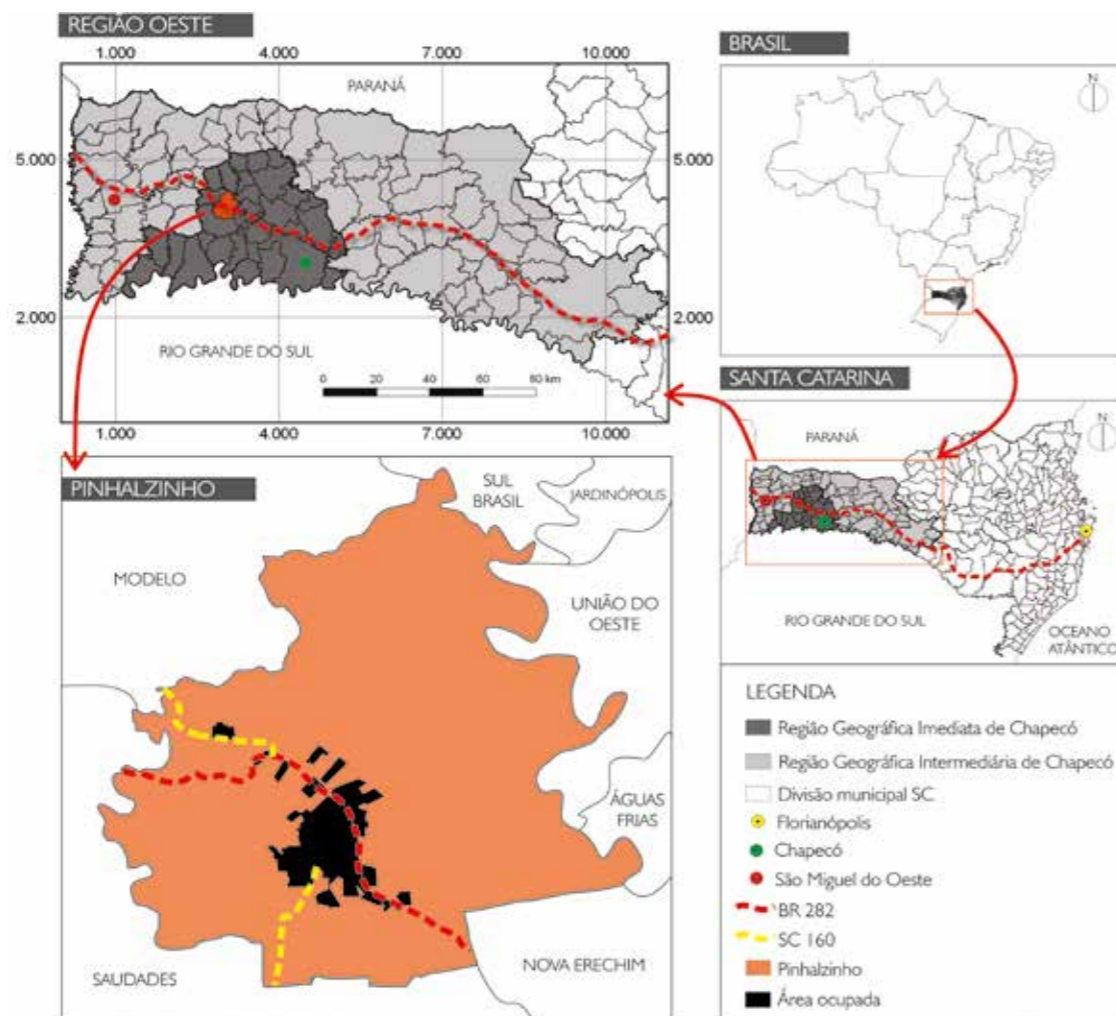
Segundo dados do Munic (2018), os municípios que contam com Planos Diretores, são, em sua maioria, os que contêm a maior classe de tamanho da população, somando cerca de 97,4% para cidades com mais de 500.000 hab., e 99,6% na faixa de 100.000 até 500.000. No caso das cidades pequenas (Gráfico 01), é possível perceber que houve um aumento considerável no número de Planos Diretores para cidades com até 20.000 hab. no ano de 2005 a 2009, e também de 2009 a 2013, sendo que a partir daí a porcentagem se mantém próxima a 33%. As que possuíam mais de 20.000 habitantes, ou seja, as cidades que tinham a obrigatoriedade de elaborar o Plano Diretor, apresentam um grande salto de 2005 (33%) se comparado a 2009 (87,2), quase 55%.

Através destes dados, é possível perceber que os Planos Diretores se fazem presentes na maioria das cidades brasileiras, porém, nas cidades pequenas com até 20.000 habitantes sua expressividade é menor se comparada com centros urbanos maiores. Essa constatação é um tanto quanto esperada, visto que, estas não têm a obrigatoriedade de elaborar o documento, eximindo o poder público municipal de tal responsabilidade.

Porém, nos atemos aqui aos questionamentos e dúvidas que permeiam este estudo referente aos municípios que, mesmo não tendo a obrigatoriedade, possuem plano diretor. A experiência do planejamento urbano é positiva? O documento elaborado permitiu que a cidade tivesse acesso a outras verbas federais para execução dos planos setoriais? Como ocorre a expansão urbana destas cidades a partir das diretrizes destes documentos? A seguir analisaremos o planejamento urbano e os planos diretores do estudo de caso de Pinhalzinho, Santa Catarina.

Estudo de caso: breve histórico sobre a ocupação, economia e desenvolvimento de Pinhalzinho/SC

O município de Pinhalzinho (Figura 2) é um dos municípios que compõem a região

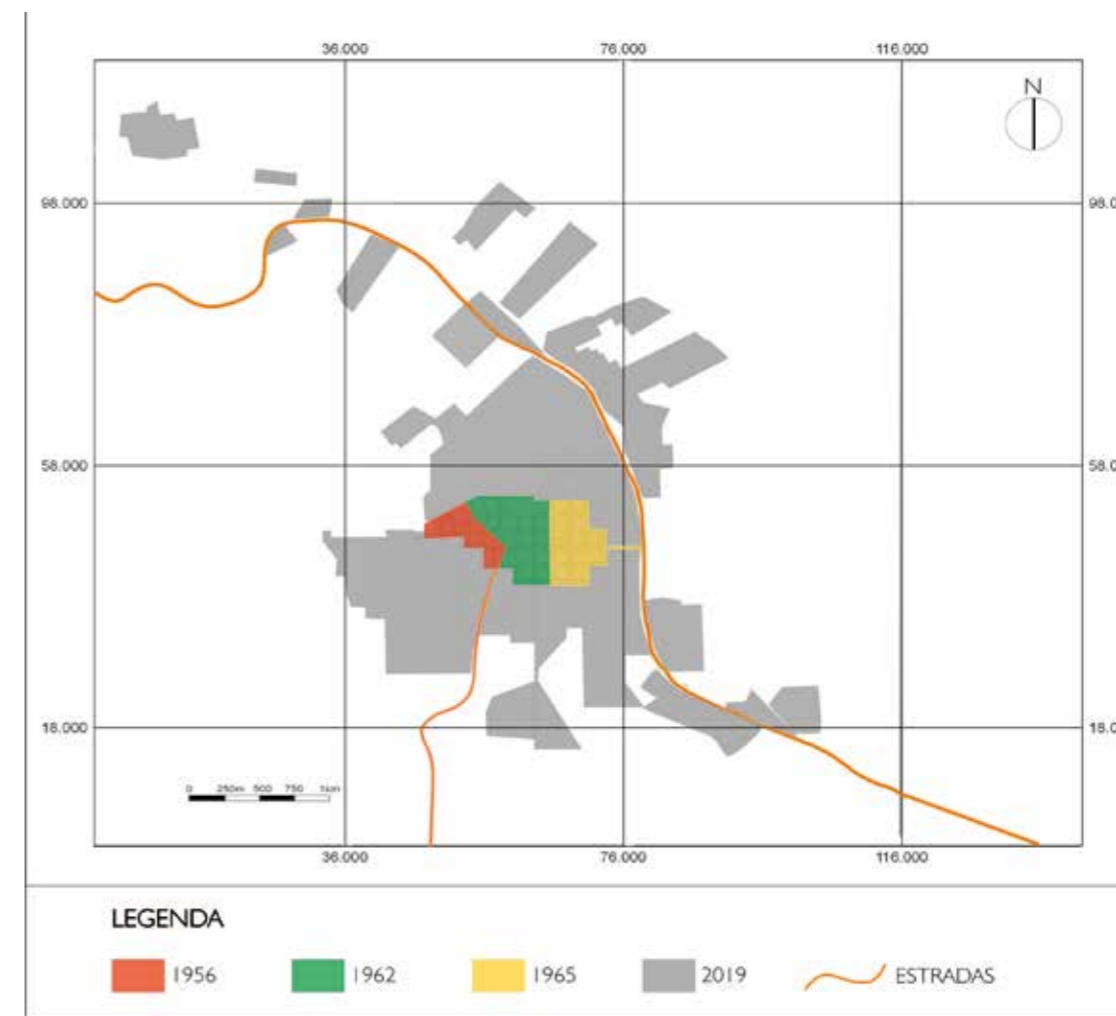


oeste do estado de Santa Catarina, agora Região Geográfica Imediata de Chapecó — RGI_{MC}, a qual pertence a Região Geográfica Intermediária de Chapecó — RGI_{MC}, segundo o IBGE (2017)⁷. Seu território compreende a área de 128,5 km², com população de 16.332 (IBGE, 2010), sendo 83,36% desse total residente em área urbana e com estimativa de 20.712 habitantes em 2020 (IBGE, 2020), sendo considerada uma cidade pequena.

Conforme é possível observar na figura 3, Pinhalzinho possui uma posição geográfica estratégica, localizando-se no centro da região Oeste e entre dois principais polos de desenvolvimento da região: Chapecó (à 50 km) e São Miguel do Oeste (à 74 km). O município tem como limítrofes apenas cidades pequenas: ao Norte, Modelo e Sul Brasil, ao Sul e Oeste Saudades e à Leste as cidades de Nova Erechim, União do Oeste e Águas Frias/SC. A malha urbana municipal é cortada por rodovias federal e estadual — BR 282 e SC 160, conectando Pinhalzinho com o restante do estado de Santa Catarina e também à Região Sul e a Argentina, o que facilita o escoamento da produção bem como a exploração do turismo regional (PMP, 2017).

O município foi emancipado em 1961, porém, sua ocupação data os anos de 1930 e 1940, com a vinda de tropeiros do Rio Grande do Sul, que buscavam terras férteis para plantio e também para extração de madeira, a qual encontraram nas proximidades de onde atualmente localiza-se Pinhalzinho (BEN *et al.*, 2011).

⁷ Segundo o IBGE (2017), devido à mudança significativa na rede urbana brasileira ocorrida nas últimas 3 décadas, houve a necessidade de se rever as classificações regionais. Foram criadas então as *Regiões Geográficas Intermediárias* que passam a ser a nova nomenclatura para *Mesorregiões*, já as *Microrregiões* são substituídas pelas *Regiões Geográficas Imediatas*. É importante ressaltar que “esta nova forma de enxergar o território não altera ou substitui a divisão político-administrativa do território em municípios, Unidades da Federação e Grandes Regiões” (IBGE, 2017, n.p).



Pinhalzinho e região tiveram sua economia inicialmente baseada na agricultura, por volta de 1935, e foi o pontapé inicial do desenvolvimento econômico dos municípios da região oeste (BEN *et al.*, 2011). O comércio iniciou suas atividades mais tardar no mesmo ano. A ocupação territorial do município acompanhou a localização das atividades econômicas, onde deu início ao núcleo urbano, localizado nas áreas com as cotas mais baixas (em vermelho na Figura 3), por estarem próximas aos córregos existentes, facilitando assim o acesso à água para a agricultura e a criação de animais (ECKERT, 2002). Nas áreas mais altas (em amarelo e verde na Figura 3) foram sendo formadas as áreas de comércio e serviços juntamente com habitações, por serem consideradas também mais planas (ECKERT, 2002).

Por volta de 1940 iniciou-se também a exploração da madeira com a instalação de serrarias⁸, primeira atividade industrial do município e responsável por *limpar a área*, possibilitando assim, a expansão das atividades agrícolas, criação de animais e posteriormente do setor comercial e industrial (BEN *et al.*, 2011). A instalação dessas empresas ocorreu até 1970 e resultou nas primeiras transformações significativas na paisagem do município (BEN *et al.*, 2011). Eckert (2002) relata que até meados de 1950 o parcelamento e divisão dos lotes era feito de maneira aleatória, ou seja, não seguia nenhum padrão. Quem estabelecia essa ordem e controlava esta dinâmica eram os moradores mais influentes das terras, em particular, os primeiros empresários (ECKERT, 2002).

Outras atividades comerciais e industriais foram surgindo com o passar dos anos, como: as olarias, fábricas de cerâmicas, fábricas de móveis e outras empresas que

⁸ A atividade madeireira deixou de ser tão relevante para a economia por volta de 1970, quando houve a promulgação das leis ambientais e a proibição da extração desenfreada de matéria prima (ECKERT, 2002; BEN *et al.*, 2011).



são atuantes até hoje no município.

É possível perceber que Pinhalzinho foi diversificando sua economia logo após ser emancipada, tendo a agricultura e pecuária como atividades iniciais, posteriormente surgindo o comércio, a indústria e o setor de serviços. Atualmente, o setor de serviços aparece com maior destaque econômico, seguido pela agricultura, e com o crescimento eminente do setor industrial, que vem ganhando cada vez mais expressividade nas arrecadações, empregando munícipes e um público das cidades próximas também (IBGE, 2010; MATÉ, 2016).

Ao analisarmos o Gráfico 2 referente a evolução da população, podemos perceber o reflexo da modernização da agricultura e a influência das agroindústrias próximas com a diminuição drástica no número de habitantes na área rural a partir de 1980. É possível perceber que Pinhalzinho manteve um crescimento populacional considerável com o passar dos anos, com destaque para o período de 1980 a 2010⁹, com crescimento de 64,07% em sua população total. Esta migração para a área urbana também é resultado da diversificação econômica citada anteriormente, principalmente pela modernização da agricultura e a inserção de novas indústrias e o desenvolvimento do comércio.

Esse desenvolvimento acarretou na expansão urbana com o aumento da população e na diversidade de usos do solo no município, principalmente pelas novas indústrias e comércios que foram se instalando. A partir disso é possível perceber que a cidade começou a apresentar certas *complexidades* e novas demandas. As primeiras noções sobre planejamento urbano foram surgindo alguns anos após a emancipação do município, conforme veremos a seguir.

O Plano Diretor Físico Territorial de 1975 — PDFT

Após diversas mudanças espaciais resultantes da ação dos agentes econômicos no território do município, foi no ano de 1975 que o primeiro¹⁰ documento completo em

⁹ No período de 2000 a 2010, Pinhalzinho teve o maior crescimento populacional do oeste catarinense, com 32,09%, ficando à frente inclusive de Chapecó, que apresentou uma taxa de 24,87% (ALBA *et al.*, 2015, p. 51).

¹⁰ Anterior ao primeiro Plano Diretor, a Lei nº 60 de 8 de maio de 1964 o Código de Posturas, apontou

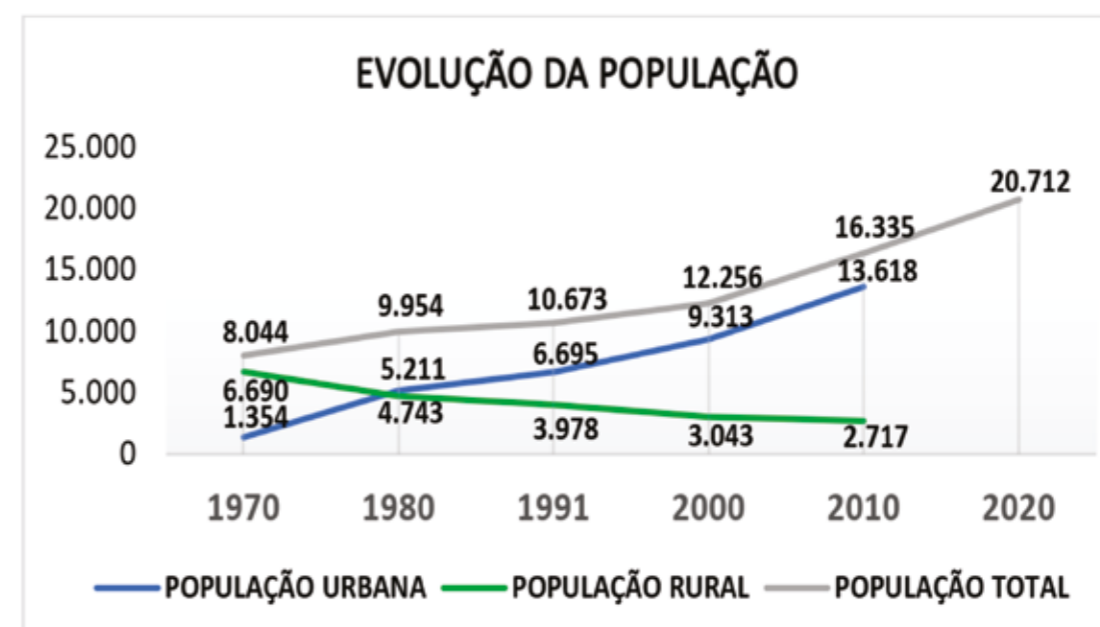


Gráfico 2 – População rural, urbana e total (1970 – 2020). Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2020).

termos de levantamento de dados e informações sobre Pinhalzinho foi promulgado. Esse fato ocorreu alguns anos após a construção da BR 282 — rodovia federal que corta o município e conecta o oeste catarinense à área litorânea do estado — e, conseqüentemente, resultou na valorização das áreas lindeiras à rodovia. Esta conectividade incentivou a instalação de indústrias ao longo do trecho localizado em Pinhalzinho, principalmente pela facilidade em escoar mercadoria para outras regiões do estado.

Ao observar essa demanda de expansão e desenvolvimento, o poder municipal contratou a empresa PLANEPAR de Curitiba/PR para a elaboração do seu Plano Diretor Físico Territorial — Lei nº 0315/75. O instrumento foi elaborado por técnicos da empresa e aprovado pelo poder municipal, passando a legislar sobre o território pinhalense no mesmo ano. Conforme citado anteriormente, o documento era até então o instrumento mais completo em termos de dados e informações territoriais do município. Um exemplo disso foi a divisão do plano em dois capítulos: Capítulo I — Caracterização do município; Capítulo II — Físico territorial. O documento traçou diretrizes para o desenvolvimento municipal, como: controle de expansão da malha urbana, zoneamento com usos distintos, áreas de preservação, entre outros. Além disso, abordava também questões de infraestrutura urbana pública, como: implantação de praças e parques nas áreas de expansão, arborização, iluminação pública, sistema viário, mobilidade urbana, entre outras (PDFT, 1975).

Tendo sido elaborado na época ativa do SERFHAU e promulgado um ano depois de sua extinção¹¹, o plano que foi encomendado pelo poder público municipal, possui características próprias do movimento modernista, inspirados pela ideologia positivista-cientificista, que, segundo Nygaard (2005, p. 110) são baseadas na ideia de que:

[...] as necessidades humanas são poucas e não-diversas, o que

as primeiras diretrizes sobre o ordenamento territorial de Pinhalzinho. A lei teve como objetivo principal descrever as zonas do município - as áreas até então divididas em lotes eram consideradas como a área urbana e as demais em suburbanas e rurais-, e estabeleceu brevemente alguns padrões, como a largura de avenidas e ruas, por exemplo.

¹¹ O Serfhau foi extinto no ano de 1974, porém realizou diversas produções muito importantes e significativas no campo do planejamento, auxiliando na elaboração de planos diretores e estudos, cadastros técnicos, pesquisas, banco de dados de interesse municipal, criou e aperfeiçoou metodologias, etc (NYGAARD, 2005).

resultou em espaços urbanos simples e com pouca diversidade, a suposição de que a organização racional dos espaços e a implantação de equipamentos garantiria uma maior segurança e bem estar aos habitantes, e uma das mais importantes, a racionalidade política refletida na racionalidade técnica, onde acreditava-se que para elaborar um plano diretor, eram somente necessários técnicos e especialistas.

Esse caráter ideológico da época é facilmente identificado no decorrer dos textos do PDFT, onde por diversas vezes os técnicos chamam o instrumento de *plano de evolução*, colocam a ideia de planejar como um antídoto da cidade e um remédio contra a desordem (PDFT, 1975). O documento ainda aborda que serão identificados todos os *trunfos* de Pinhalzinho para que o município tenha um futuro promissor (PDFT, 1975, p. 55-57). Além disso, o plano deixa claro que sua prioridade é conduzir a produção com melhor eficiência e:

[...] trazer para Pinhalzinho os elementos que não produz, contará o Município com as principais condições, que tornarão o Município capaz de abrir novas fronteiras rumo à sua condição de evolução, descritas pelas indústrias e pelo comércio que daqui pra frente encontrarão o resguardo necessário para a sua instalação (PDFT, 1975, vol. II, p. 56).

Foi neste documento que o zoneamento passou a existir no município de forma regulamentada, dividindo então a área urbana existente e áreas lindeiras em zonas distintas. O zoneamento proposto no PDFT (1975) considerou a predominância das ocupações preexistentes para delimitar os futuros usos permitidos dentro do perímetro urbano¹². Ao analisarmos o mapa do zoneamento proposto (Figura 5), é possível perceber claramente o caráter modernista citado anteriormente, baseado na ideia de que a cidade deveria suprir as necessidades básicas dos seres humanos, “[...] as chaves do urbanismo estão nas quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular” (LE CORBUSIER, 1993). As áreas foram separadas em zonas (Ver Figura 5), sendo estas: zona comercial, zona residencial, zona industrial, zona de recreação e zona de preservação ecológica. Essa setorização espacial para o uso do solo estabelecida pela Carta de Atenas (1933), visa a melhoria da qualidade de vida da população e a limitação da expansão urbana, a fim de evitar problemas futuros. Porém, conforme Nygaard (2005) aponta, esse tipo de planejamento urbano tem uma leitura homogênea do território. Ou seja, não identifica possíveis áreas vulneráveis e sem infraestrutura, ou propõe soluções e/ou projetos distintos para as diferentes áreas do município.

Outra característica apontada por Le Corbusier (1993) sobre o planejamento urbano influenciado pelo movimento modernista, era referente a proximidade dos locais de trabalho com os de moradia, a fim de evitar grandes deslocamentos para os trabalhadores, resultando em menor custo de infraestrutura de transporte para o poder público municipal. Essa característica é facilmente visível na delimitação do zoneamento de Pinhalzinho ao observarmos a Figura 5, onde as ZR's, ZI's e ZC encontram-se próximas.

É possível perceber a partir da cartografia que neste período o núcleo urbano havia

¹² O primeiro traçado do perímetro urbano foi delimitado pela Lei Municipal nº 142 em 1969, e tinha como objetivo demarcar as áreas rurais e as urbanas no município. Essa demanda surgiu principalmente após a promulgação da Lei Federal nº 5.172 que dispõe sobre o Código Tributário Brasileiro, o qual passa a cobrar o IPTU nas áreas urbanas e o ITR na zona rural.

expandido principalmente para a área norte do município, devido a abertura da Avenida Brasília que corta o município de norte a sul. Essa expansão justifica-se também pela migração campo-cidade ocorrida a partir de 1970 (Ver Gráfico 2), período em que se inicia o processo de êxodo rural, e também, devido a construção da BR 282, instalada em 1968. A obra da rodovia demandou a contratação de operários que trabalharam nas obras e que posteriormente acabaram se instalando definitivamente no município (ECKERT, 2002). A ocupação urbana representada na Figura 3 demonstra a modificação dos eixos de expansão urbana causados pela construção da rodovia federal e da Avenida Brasília no território do município. É possível perceber áreas próximas à BR 282 sendo ocupadas, principalmente se compararmos com a malha urbana de 1965 na Figura 3.

A área central do município já era consolidada nesta época, e foi delimitada no plano como ZR-1 — Zona Residencial 01. O local em questão abrigava construções mistas — geralmente com comércios no térreo e residências no primeiro pavimento, além de outros equipamentos como creches e bancos. Como área de expansão residencial, a PLANEPAR delimitou a porção norte como ZER — Zona de Expansão Residencial, ficando às margens da BR 282 e da ZPE.

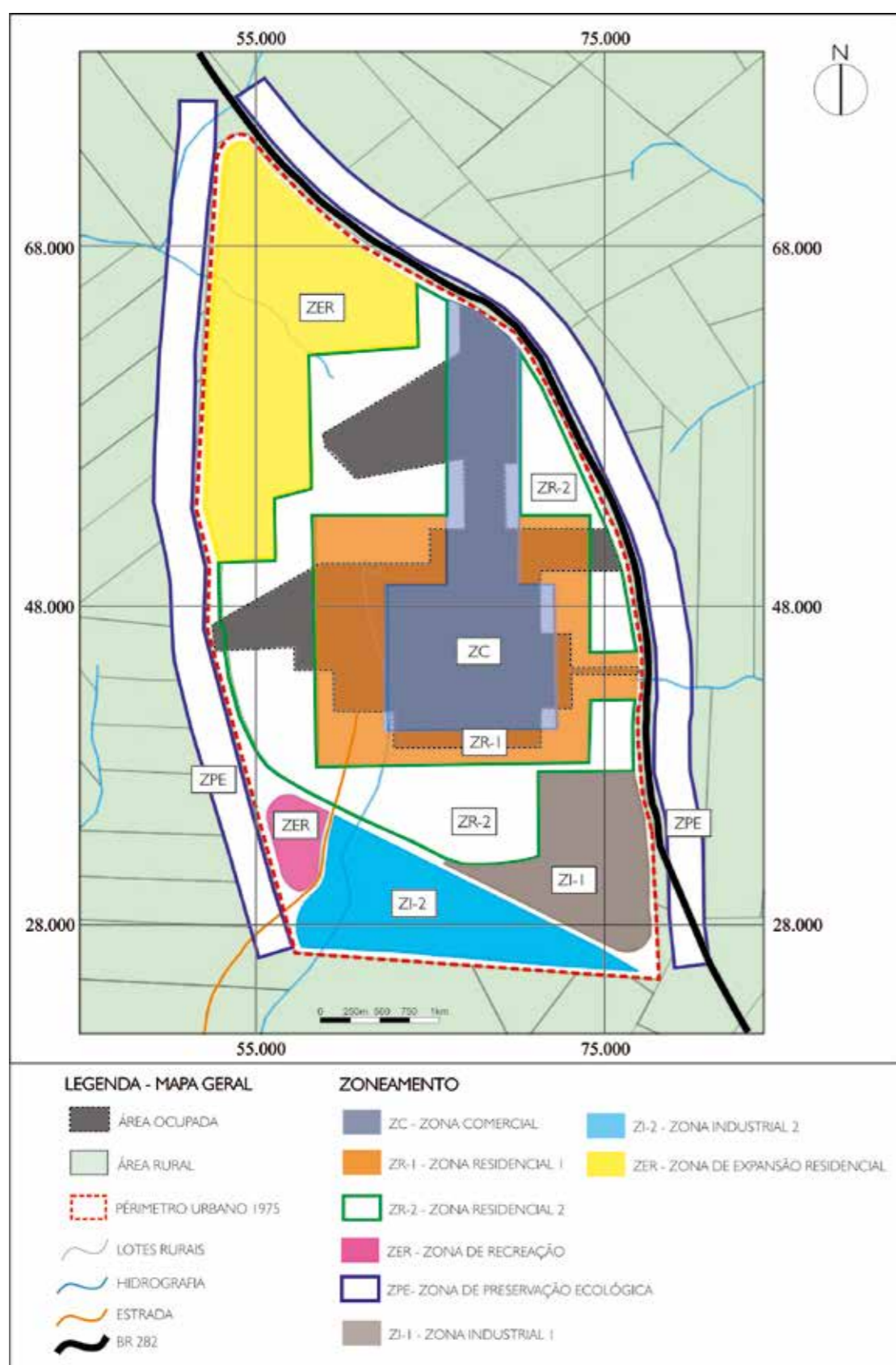
Além disso, a ZC — Zona Comercial foi delimitada no centro do município e seguiu por todo o trajeto da Av. Brasília sentido norte, indo ao encontro com a BR 282. É interessante observar esse trecho do documento ao abordar sobre a zona comercial: “[...] E nestes locais, prever áreas de estacionamento e circulação de pedestres. Atender aos municípios próximos de Saudades, Modelo e Nova Erechim” (PDFT, 1975). Ou seja, o documento já incorporava em seu texto a ideia do município de Pinhalzinho como um micro polo regional dos municípios menores que o cercavam.

As zonas industriais — ZI-1 e ZI-2 — foram demarcadas na área sul do município onde o uso já era predominante, mas a partir do plano passou a contar com uma nova delimitação para futuras instalações, dotada de infraestrutura adequada para receber as novas empresas. Após analisar as delimitações e diretrizes do PDFT como um todo, é possível identificar dois objetivos principais da legislação para o município. O primeiro baseia-se na ideia de tornar Pinhalzinho um micro polo regional, utilizando como meio suas condicionantes geográficas — principalmente sua localização na região — e a recente instalação da BR 282. O segundo objetivo identificado foi o de diminuir a área de expansão urbana disponível, e para isso, o artifício usado pelos técnicos foi o de propor a diminuição do perímetro urbano (ver Figura 6), que:

[...] apresenta uma área muito extensa, além do desejável para o perfeito desenvolvimento do município, o que torna impossível, uma perfeita distribuição de equipamentos urbanos dentro desta área (PDFT, 1975, p. 33).

Ou seja, a diminuição da área urbana tinha como finalidade concentrar os investimentos públicos para um máximo aproveitamento dos equipamentos e da infraestrutura. O documento propunha a redução do perímetro urbano em 58%, passando de 10,60 km² para 4,47 km². Além disso, os técnicos usaram as *bordas* — leste e oeste — do território como áreas de contenção desta expansão, delimitando-as no zoneamento como Zonas de Preservação Ecológica — ZPE. Essa demarcação foi feita também com o objetivo de proteger parte dos recursos naturais da área rural do município, tal como as nascentes e a mata nativa, resguardadas no recente Código Florestal Brasileiro, Lei Federal nº 4771 de 1965 (PDFT, 1975).

Destacamos aqui a importância da elaboração e existência do PDFT de 1975, principalmente pelo fato de que não era comum cidades tão pequenas como



Pinhalzinho contam com um instrumento completo para ordenar seu planejamento urbano. Porém, vale ressaltar aqui que os levantamentos e estudos abordados neste plano se quer foram considerados para a concepção do Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho — PDPMP de 2012.

O PDFT de 1975 regu o território por 37 anos, e neste período o município manteve o ritmo de desenvolvimento e expansão. Segundo a Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2010), houve um aumento populacional ocorrido com a permanência dos operários que trabalharam na construção da BR 282 no município, e que, em sua maioria, eram pessoas com baixo poder aquisitivo. Com a demarcação das novas áreas residenciais feitas pelo PDFT em 1975, houve um aumento no preço dos lotes e imóveis localizados

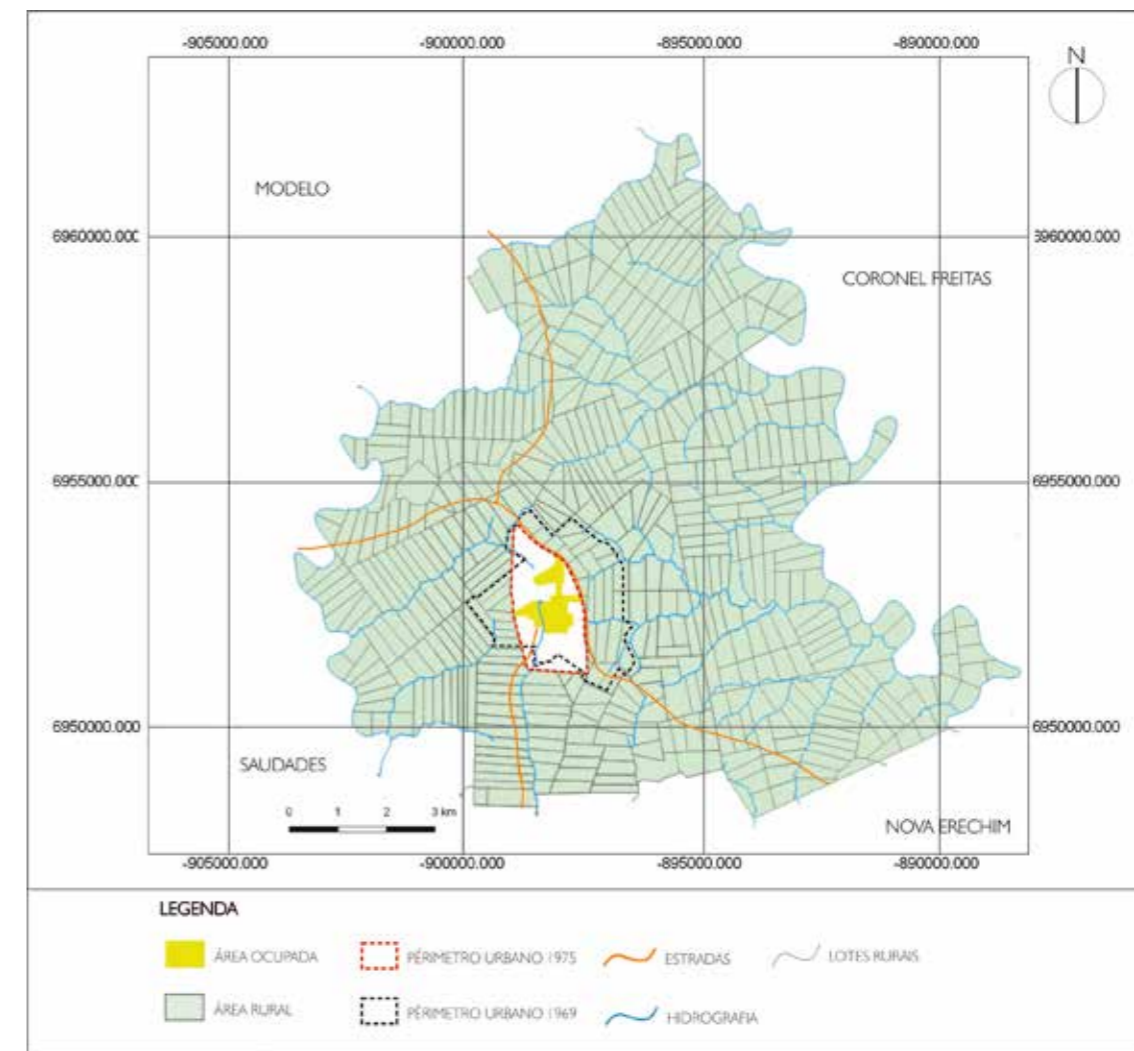


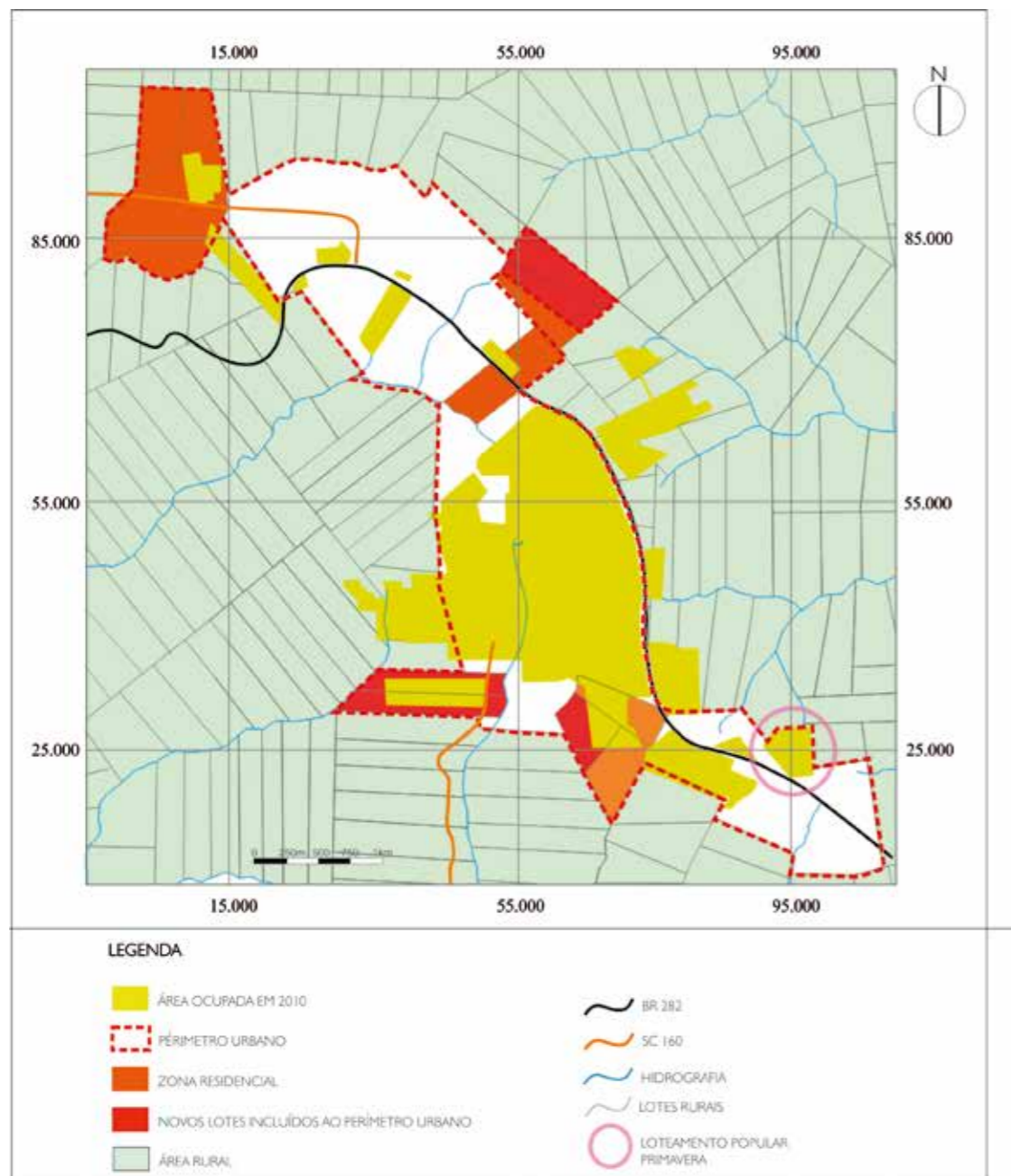
Figura 6 – Mapa da proposta de diminuição do perímetro urbano (1969 e 1975). Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (1969 e 1975).

próximos à área central consolidada de Pinhalzinho (BEN *et al.*, 2011). Essas novas áreas demarcadas foram sendo ocupadas por uma parcela da população com maior poder aquisitivo. Foi a partir dessa situação que a dinâmica espacial de Pinhalzinho tomou outro rumo. Sem condições de obterem um lote ou imóvel nas áreas previamente demarcadas no perímetro urbano, essa população mais vulnerável iniciou a ocupação da porção leste do município, do outro lado da BR 282, ou seja, fora dos limites do perímetro delimitado. O local onde atualmente localiza-se o Bairro Jardim Maria Terezinha, era desprovido de infraestrutura urbana como água e luz, além de estar longe de outros equipamentos públicos, como o hospital.

Além desse fato, nesses 37 anos, ocorreram sucessivas promulgações de leis que inseriram novos lotes rurais à zona urbana e modificaram o zoneamento. Porém, não houve a regularização dessas novas ocupações da área leste. Segundo Souza (2001), a não inclusão de áreas vulneráveis ao perímetro urbano parte do princípio de que, o poder municipal se isenta da obrigatoriedade de fornecer infraestrutura pública ao local, como posto de saúde, escolas e creches. Temos a Figura 7, que apresenta a situação urbana do município no ano de 2012 — onde a última alteração foi feita.

Outra justificativa para não inserção dessas ocupações ao perímetro seria que após a promulgação da Lei nº 6.766 de 1979 (Lei Lehmann), o parcelamento do solo para fins urbanos só poderia ser admitido em zonas de expansão urbana definidas pelo Plano Diretor, sendo que o parcelamento fora do perímetro deveria ser aprovado pelo INCRA. A aprovação também não foi apresentada ao órgão e a área permaneceu aquém de políticas públicas e de infraestruturas necessárias até o ano de 2012, quando o Plano Diretor Participativo foi promulgado, conforme será abordado a seguir.

Figura 7 – Mapa de espacialização da alteração dos zoneamentos e perímetro urbano em 2012. Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (1975 e 1995).



O Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho — PDPMP (Lei nº 144 de 28 de dezembro de 2012)

Com a alteração da dinâmica de expansão urbana e as diversas áreas que foram sendo anexadas ao perímetro urbano, a cidade avançou sobre a área rural do município e novas relações territoriais foram se configurando. O PDFT de 1975 já não dava mais conta da realidade que se apresentava e, muitas de suas diretrizes não foram seguidas, principalmente no que tange a expansão urbana. Porém, em 2012 foi promulgado o Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho — PDPMP. O plano foi elaborado a partir de recursos técnicos e financeiros da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó¹³, pois o município fazia parte da área de impacto ambiental do empreendimento. Sendo assim, conforme abordado anteriormente, a garantia de elaboração do instrumento de planejamento estava pautada na Lei do Estatuto da Cidade (2001), que determinava o desenvolvimento de planos diretores para áreas de influência de empreendimentos de grande impacto ambiental.

O instituto Goio-En foi contratado no ano de 2009 para iniciar os levantamentos

¹³ A usina foi construída a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Tendo sido construído entre 2006 e 2012 no Rio Uruguai, a usina localiza-se nos municípios de Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS) na divisa dos estados.

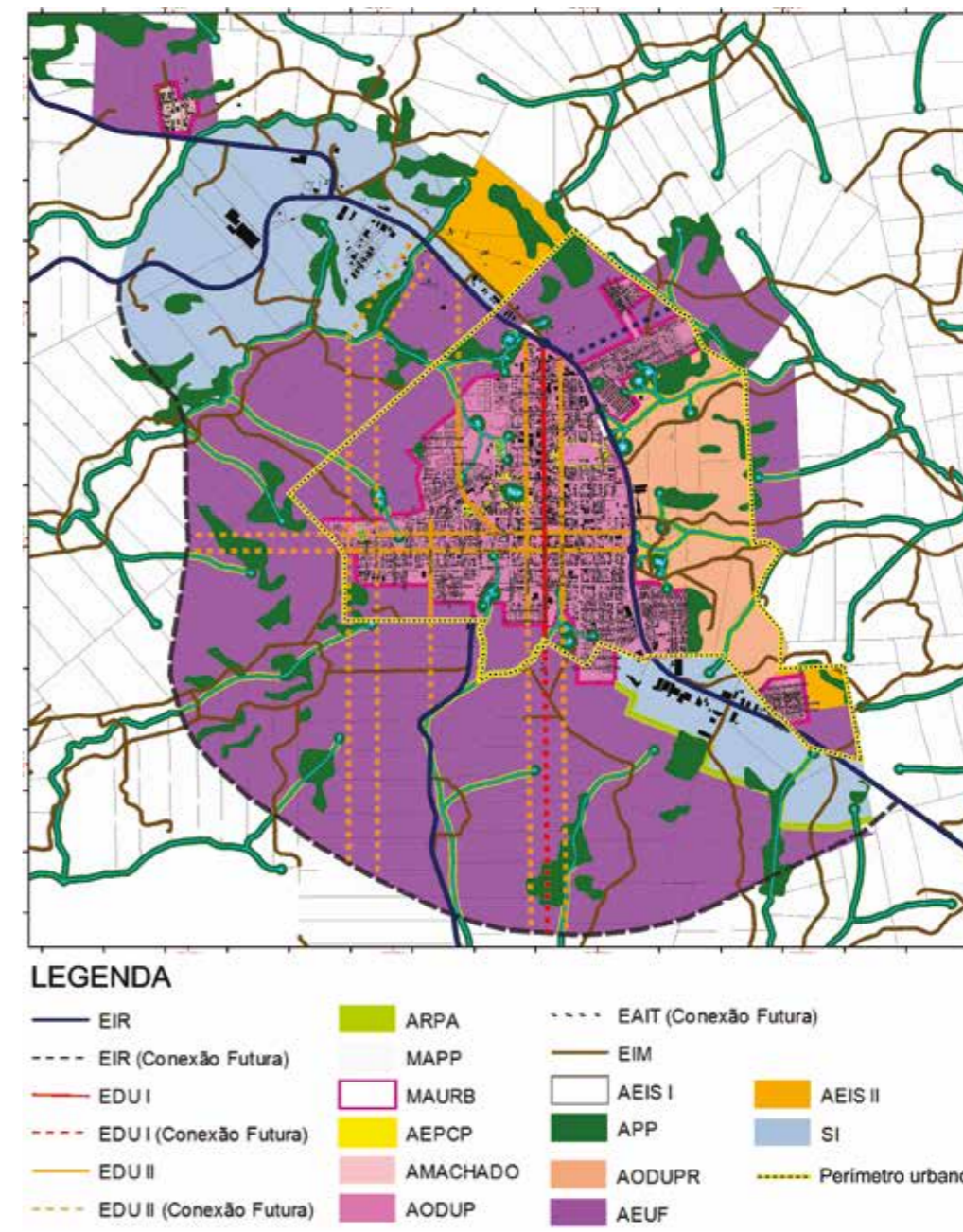


Figura 8 – Mapa das macroáreas do território municipal de Pinhalzinho (2012). Fonte: Cartografia Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, 2012. Alterado por SANTOS, J.P. 2021.

e, posteriormente, elaborar as diretrizes e delimitações do Plano Diretor. Foram levantados dados referentes a ocupação, usos, gabaritos, etc. Além disso, destaca-se que para a elaboração do plano diretor, era exigida a participação popular, tal como o Estatuto da Cidade — EC (2001) previa. Diversas audiências foram sendo feitas durante o período de 2009 a 2012 e a população era notificada via rádio e jornais. A participação mais efetiva foi dos representantes dos bairros, eleitos pelos moradores, que levavam as demandas e questões específicas de cada localidade. Além disso, outros instrumentos previstos pelo EC (2001) incorporaram o novo plano, destes, destacamos aqui a inserção do território como escala de planejamento — áreas rurais e urbanas —, as ZEIS — Zonas Especiais de Interesse Social e EIV — Estudo de Impacto de Vizinhança.

O instrumento de planejamento assume logo nos primeiros textos o objetivo de *ordenar o desenvolvimento de Pinhalzinho à nível territorial*, conforme estabelecido pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho 2001), sendo “[...] o instrumento de ordenação e indução do desenvolvimento do município, guiando-se pelos princípios de integração sócio territorial nas áreas urbanas e rurais” (PDPMP, 2012, p. 20), a fim de garantir as funções sociais das propriedades rurais e urbanas.

Quanto à expansão urbana, o documento apresentou diretrizes que visavam controlar e corrigir as distorções do crescimento urbano e os efeitos negativos no território,

causados pela inserção de lotes rurais à área urbana conforme abordado anteriormente. Isso aconteceria, segundo o PDPMP (2012) através da gestão democrática e de ações públicas efetivas quanto ao uso e ocupação do solo, garantindo também a preservação ambiental e ordenamento territorial.

As áreas delimitadas para expansão, foram divididas em duas: *AODUP (Área de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária)* — trata-se da área urbana consolidada, provida de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, com edificações de uso comercial, residencial e serviços. A macroárea possui o caráter de expansão urbana pois incentiva o uso dos vazios urbanos que não cumprem com a função social da propriedade dentro da área central do município (PDPMP, 2012). *AODUPR (Área de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária Restrita)* — Possui as mesmas especificações da AODUP, porém, com restrição de uso e ocupação, principalmente por abrigar nascentes e lajeados que abastecem o município. Qualificar os assentamentos existentes, minimizando os impactos ambientais e promovendo a regularização urbanística e fundiária, prevendo índices de ocupação mais restritos (PDPMP, 2012). *AEUF (Área de Expansão Urbana Futura)* — Localizada lindeira à área urbana consolidada e com uma área de 15,37 km², possui concentração de atividades de produção primária, manutenção de remanescentes vegetais e potencial de urbanização futura. Com essa área, objetiva-se garantir o uso do solo urbano adequado às atividades urbanas, garantindo a ligação viária e paisagística entre as áreas existentes. Respeitar os remanescentes vegetais para a futura utilização coletiva dos assentamentos, permitir o desenvolvimento de atividades da produção primária, desde que não gerem incomodidades. Para o parcelamento desta área, deverá ser traçado um círculo de 1500 m de raio centrado na gleba a ser parcelada e dentro desta delimitação, pelo menos 20% dos lotes urbanos vizinhos devem estar ocupados, caso contrário, deve esperar que se cumpra esta porcentagem. Caso aprovada, a área passa a integrar a AODUP automaticamente. Além dessas áreas, o plano ainda delimita os setores industriais — SI na área norte e sul, locais voltados para instalação de empreendimentos industriais e outras atividades econômicas, ressaltando a facilidade de escoamento de produção pela BR 282 e a conexão com a área urbana de Pinhalzinho. As AEIS (I e II) — Áreas Especiais de Interesse Social também são entendidas aqui como áreas de expansão, principalmente por encontrarem-se desconexas da malha urbana existente. Estas áreas tem como objetivo a produção de Habitações de Interesse Social — HIS, de modo a ampliar a oferta de terra para produção de moradia digna para população de baixa renda, promovendo a regularização fundiária de assentamentos ocupados de forma irregular, fornecendo também equipamentos públicos urbanos e comunitários para essa população (PDPMP, 2012).

Além disso, vale ressaltar que houve uma diminuição do perímetro urbano, ocasionada pela retirada das áreas industriais, passando de 10,06 km² para 9,38 km². Porém, parte da AEUF foi incorporada à área urbana, juntamente com toda a extensão da AODUPR. É possível perceber a partir disso que tanto o poder público de Pinhalzinho quanto o corpo técnico do instituto Goio-En, traçaram diretrizes para um grande desenvolvimento do município, principalmente se nos atermos à dimensão das áreas destinadas à expansão urbana. A razão disso se deu pelo *boom* demográfico e econômico que o município teve a partir de 2000, o que pode ter motivado os técnicos a pensarem na possibilidade de Pinhalzinho prosseguir com seu desenvolvimento.

Pinhalzinho pós Plano Diretor: as novas dinâmicas espaciais

Após a promulgação do PDPMP, o município passou por modificações no seu padrão de ocupação urbana. Isso se deve principalmente pela movimentação e diversificação da economia, que promoveu o desenvolvimento do município em diversos setores e

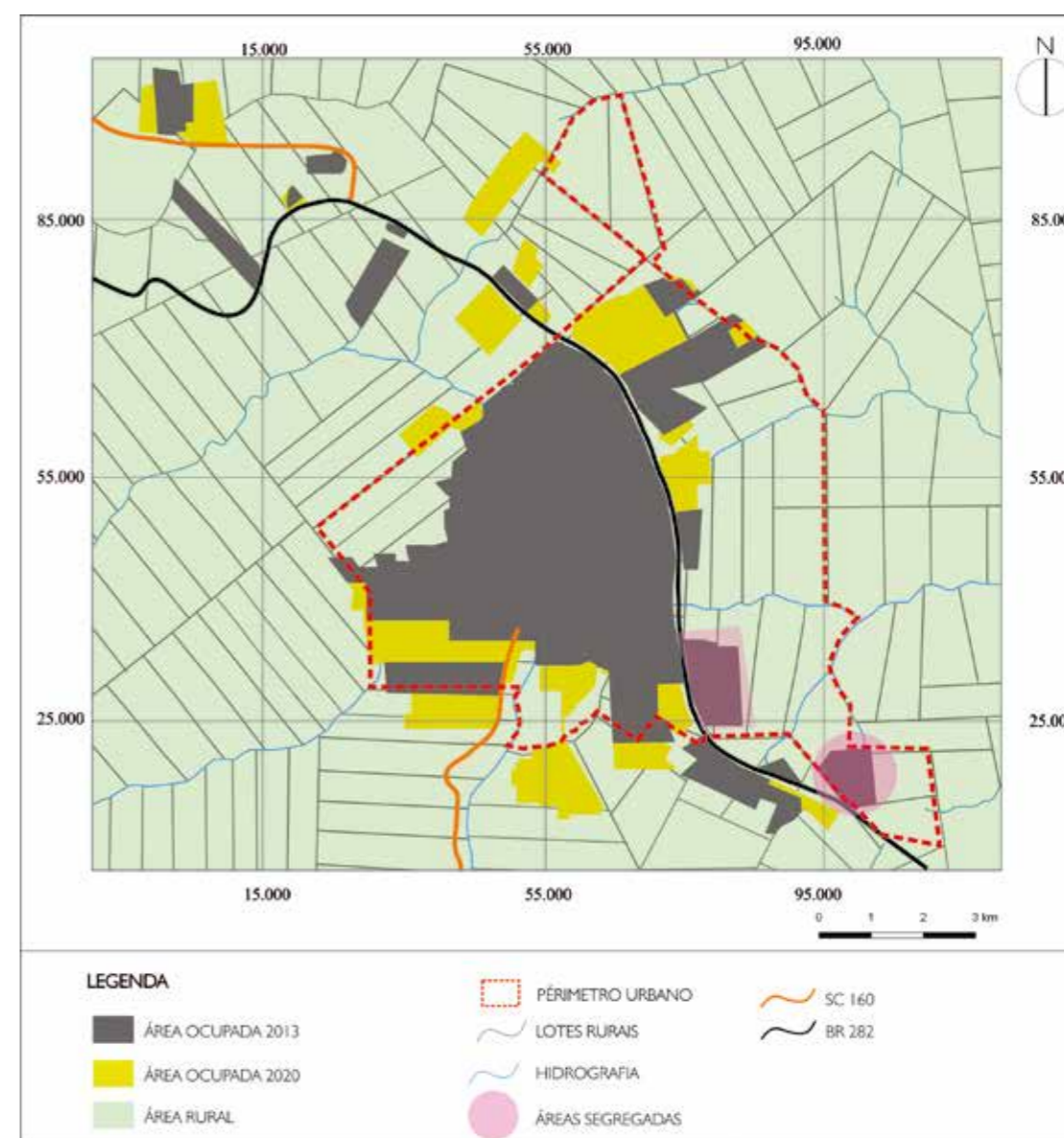


Figura 9 – Ocupação urbana em Pinhalzinho em relação ao território (2013 – 2019). Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (2010 e 2020).

gerou novos empregos, principalmente com a instalação de universidades e novas indústrias. Sendo assim, a expansão urbana continuou ocorrendo, e, mesmo com o respaldo de um plano desenvolvido a nível territorial, algumas inconformidades podem ser apontadas aqui. Na Figura 9 ao lado, é possível observar essa modificação no território de Pinhalzinho, ao compararmos a área ocupada em 2013 com a de 2020.

Houve uma intensa expansão no eixo norte-sul do município, e algumas novas ocupações na área leste. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2019), cerca de 12 loteamentos foram aprovados do ano de 2012 a 2019, sendo que nem todos foram executados. A área ocupada subiu de 5,14 km² em 2013 para 7,74 km² em 2019, somando um aumento de 2,60 km² na área urbana do município. Esses novos loteamentos, conforme delimitações do PDPMP (2012), passaram a integrar a AODUP e conseqüentemente, a seguir os regramentos referentes a esta área. Porém, alguns destes loteamentos encontram-se fora do perímetro e desconexos da área urbana existente, conforme demonstra a Figura 9.

Alguns loteamentos residenciais aparecem também na área leste da BR 282, porém, desde a aprovação do plano, a conexão destas novas áreas com as já existentes não ocorreu de maneira efetiva, como é possível observar no Figura 9 nos locais demarcados como *áreas segregadas*. Esses locais são atualmente os bairros com as populações mais carentes do município, com destaque para o Loteamento de Interesse Social Primavera — localizado mais ao sul, quase no fim do traçado do perímetro. Essa dinâmica espacial reafirma o que Villaça (2001) aponta, ao afirmar que a segregação urbana é altamente intrínseca ao crescimento e desenvolvimento das cidades brasileiras. No caso de Pinhalzinho, sendo uma cidade pequena, é considerado um



Figuras 10 e 11 – Expansão urbana na área sul do município. Fonte: Santos, J.P. (2019). Fonte: Santos, J.P. (2019).

novo paradigma quanto a essa discussão, que infelizmente começa a se manifestar muito cedo e de maneira clara no território, tornando a malha urbana descontínua e segregacionista. Esse fato é observado também no setor sul (Figuras 10 e 11), onde alguns loteamentos estão situados em meio a áreas predominantemente rurais e de produção primária.

Já na porção norte, percebe-se que além da área urbana, houve ainda a expansão do setor industrial, o qual foi recebendo grandes investimentos em infraestrutura ao longo dos anos, principalmente pela conexão com outras cidades e a facilidade de escoamento de mercadorias pela BR 282. Às margens da SC 160 também vem se formando um núcleo urbano desconexo, com áreas mistas residenciais e de comércio, mas principalmente loteamentos industriais.

Considerações finais

É importante destacar no contexto das cidades pequenas que, planos diretores elaborados para estes municípios, principalmente os que possuem menos de 20 mil habitantes, são casos isolados no cenário brasileiro, sendo assim, estudos com este viés são de grande valia para a comunidade científica. A experiência do planejamento urbano no estudo de caso aqui abordado foi considerada rica, visto que o primeiro plano diretor foi promulgado apenas 6 anos após a emancipação do município. Sendo assim, entende-se que Pinhalzinho contava com um planejamento desde o início da sua história.

Ao analisarmos o PDFT de 1975, primeiramente nos atemos a leitura genérica e até utópica do território feita pelos técnicos, principalmente ao não identificar e enfrentar as diferenças e vulnerabilidades intraurbanas do município, sobretudo as de cunho social. Isso ocorreu pelo fato de o plano diretor ter sido *encomendado*, resultando na elaboração de diretrizes e zonas que eram discrepantes em relação à realidade do município, principalmente pelos usos do solo terem sido estabelecidos a partir dos moldes do movimento modernista.

Por outro lado, algumas ações que constavam no plano faziam jus às necessidades do município, como a diminuição da área de abrangência do perímetro urbano a fim de evitar possíveis distorções na expansão da malha urbana do município. Porém, essas delimitações não foram suficientes para controlar esse espraiamento do território.

Diversas áreas desconexas do tecido urbano existente surgiram após a promulgação deste instrumento. Bairros despontaram a partir das ocupações informais que iniciaram neste período. A partir dessas distorções no território, e as sucessivas leis que foram surgindo posterior ao plano, que alteraram os zoneamentos e incluíram lotes rurais no perímetro, foi possível perceber a falta de aplicação efetiva deste plano. Parte deste descumprimento na época foi resultado da ausência de um corpo técnico municipal capaz de administrar o crescimento urbano e aplicar a legislação urbanística no território.

Anos depois, pós Constituição Federal (1988) e Estatuto da Cidade (2001), o paradigma do planejamento urbano e das políticas públicas havia mudado no Brasil. Porém, vale ressaltar que não houve nenhuma ação por parte do Estado quanto ao planejamento e gestão de cidades com menos de 20 mil habitantes. O descaso com as cidades pequenas se perpetuou mesmo depois de muitas conquistas e avanços quanto a criação de políticas urbanas para as cidades brasileiras.

Ao final de 2012, com a promulgação do novo Plano Diretor Participativo, o município de Pinhalzinho passou a contar com instrumento completo e apoiado em um denso levantamento do território municipal. O documento trouxe pontos positivos incorporados ao município, mas também deixou alguns questionamentos referentes algumas diretrizes estabelecidas. Uma das principais problemáticas apontadas foi a delimitação da área de expansão urbana, onde grande parte da área prevista (AEUF) encontrase fora dos limites do perímetro urbano. Isso porque, a maioria dessas áreas possui características predominantemente rurais, com a presença de pequenas propriedades e produção primária ativa. Mesmo com o uso destinado à urbanização futura com a aprovação de novos loteamentos, o documento apenas aponta que essas novas áreas integrarão a AODUP, nada comenta se de fato, pertencerão à área urbana — inseridas dentro do perímetro urbano. Neste sentido, não se sabe ao certo o porquê de, por exemplo, a AODUPR ter sido totalmente inserida dentro do perímetro, sendo que a área delimitada pelo zoneamento possuía características semelhantes à AEUF. Grande parte da AEUF faz divisa com a malha urbana existente, o que facilitaria a continuidade da mesma e possibilitaria o acesso aos equipamentos públicos a à rede de infraestrutura já existente.

Quanto à expansão urbana pós Plano, mesmo após a aprovação e passando a pertencer a AODUP, os novos loteamentos residenciais, em conformidade com o próprio plano, não foram inseridos dentro da área do perímetro urbano. Nota-se também a falta de

estudos quanto às conexões entre os novos loteamentos e a área urbana consolidada. Há ainda a dificuldade de acesso desses novos moradores aos equipamentos públicos, que, em sua maioria, estão localizados na área urbana preexistente.

Ao analisarmos os dois planos diretores elaborados para Pinhalzinho, é possível perceber que existe certa dificuldade na construção destes documentos para cidades pequenas. Isso se dá principalmente pela falta de políticas específicas para estes territórios e também de dados oficiais e atualizados, pois são realidades pouco exploradas em estudos e levantamentos de órgãos nacionais. Há também de se responsabilizar o descaso por parte do próprio poder público municipal em não propor parcerias e incentivos com Universidades e outros órgãos, a fim de elaborar projetos e possíveis estudos para o município. Na maioria das cidades pequenas não existe a presença de algum órgão com a função de lidar com algum planejamento urbano. Os técnicos — arquitetos e urbanistas ou engenheiros civis — em sua maioria, sequer dão conta da aprovação de projetos de construção. Ou seja, existe pouca experiência em administrar o crescimento e traçar diretrizes a fim de mitigar os problemas resultantes do crescimento urbano destas cidades.

Percebe-se também a necessidade de se qualificar o processo de planejamento em municípios menores, pois existem sinais visíveis de que a forma de crescimento destas realidades potencializa graves problemas relativos ao meio ambiente, à qualidade de vida, à mobilidade e à identidade local. A segregação urbana se apresentou nesse estudo como sendo uma das principais resultantes da má gestão no planejamento urbano de Pinhalzinho. Comprovou-se a partir deste estudo que este problema existe nas cidades pequenas, mesmo as com planejamento. Os problemas urbanos perduraram, vão se tornando cada vez mais latentes e evidentes, não importando o tamanho populacional ou territorial, as problemáticas e desafios existem na escala em que se apresentam, e todos demandam e necessitam de um olhar mais criterioso na busca por soluções.

Referências

ALBA, Rosa Salete; MAIA, Claudio Machado; SANTOS, João Pablo dos; OTSUSCHI, Cristina; VILLELA, Ana Laura Vianna. Dinâmica Populacional no Oeste Catarinense: Indicadores de Crescimento Populacional dos Maiores Municípios. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (org). *Oeste de Santa Catarina: Território, ambiente e paisagem*. Chapecó: UFFS, 2015.

ALMEIDA, Maria Soares; SANTOS, João Pablo dos. (Des)articulação entre políticas urbanas em uma cidade pequena: O caso de Pinhalzinho/SC. In: XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal/RN. *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=923>>. Acesso em: janeiro de 2021.

BEN, Fernanda; FROZZA, Ires; SCATOLIN, Leocadia Pavan.; FERRARI, Luiz Fernando; RODRIGUES, Marcio Luiz; PUHL, Vanderlei José. *Retratos, memórias e fragmentos da história de Pinhalzinho/SC*. Pinhalzinho, Schaefer, 2011. 236 p.

BERNARDELLI, Maria Lucia Falconi da Hora. O caráter urbano de pequenas cidades da região canavieira de Catanduva – SP. In: SPÓSITO, M. E. B. WHITACKER, A. M. (Org.) *Cidade e Campo relações e contradições entre urbano e rural*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 33 - 52.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. *Das Reformas de Base ao BNH: as propostas do seminário de habitação e reforma urbana*. In: XII Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Florianópolis. Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis: ANPUR, 2007. Acesso em: janeiro de 2021.

BRASIL. Código Florestal. *Lei nº 4.471 de 15 de setembro de 1965*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm. Acesso em: janeiro de 2021.

BRASIL. *Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979*. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm. Acesso em: agosto de 2019.

BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF. Senado Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: abril de 2019.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

CORBUSIER, Le. *A Carta de Atenas*. 1ª ed. São Paulo – SP. EDUSP, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 1ª Ed. São Paulo: Ática, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o Conceito de Cidade Média. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Cidades Médias: espaços em transição*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. *As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural*. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso em: janeiro de 2021.

ECKERT, Ivo. *Bonito, Pinhal, Pinhalzinho: a saga dos pioneiros*. Florianópolis, 2002. 214 p.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo, Editora da Unesp, 2009. 360 p.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Arthur Magon (Org.) *Cidade e Campo relações e contradições entre urbano e rural*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 11 - 32.

FUJITA, Camila. Dinâmica Urbana e Regional no Oeste Catarinense: Uma Análise do Papel de Chapecó e Outras Cinco Cidades Influentes na Rede Urbana. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (org). *Oeste de Santa Catarina: Território, ambiente e paisagem*. Chapecó: UFFS, 2015.

GUMA, Juliana Lamana. *Planejamento e Gestão Urbanos em Cidades Pequenas Um estudo sobre Benedito Novo e de Rio dos Cedros-SC*. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – PROPUR/UFRGS.

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Criação de Municípios*. 2001. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br>>. Acesso em: janeiro de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE atualiza dados geográficos de estados e municípios brasileiros. Estimativa Populacional no Brasil e Unidades da

Federação 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf. Acesso em: janeiro de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE atualiza dados geográficos de estados e municípios brasileiros. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias>. Acesso em: janeiro de 2021.

IBGE. Censo 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: < www.ibge.gov.br>. Acesso em: janeiro de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE divulga nova divisão territorial com foco nas articulações regionais*. 2017. Disponível: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/10515-ibge-divulga-nova-divisao-territorial-com-foco-nas-articulacoes-regionais>>. Acesso em: dezembro de 2020.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. 3. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MATÉ, Cláudia; MICHELETI, Talita; SANTIAGO, Alina Gonçalves. CIDADES DE PEQUENO PORTE EM SANTA CATARINA: uma reflexão sobre planejamento territorial. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v.3, n.2, p. 28 - 47, mai/ago, 2015.

MATÉ, Cláudia. *A cidade pequena através de seu sistema de espaços livres – O caso de Pinhalzinho/SC*. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – PósARQ/UFSC., Florianópolis – Santa Catarina, 2016.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. *As Cidades Pequenas Na Região Metropolitana de Campinas - Sp: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do espaço*. Tese De Doutorado. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2014.

MUNIC, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=284068>. Acesso em: janeiro de 2021.

NYGAARD, Paul Dieter. *Planos Diretores de Cidades: discutindo sua base doutrinária*. 1ª ed. Porto Alegre – RS. UFRGS Editora, 2005.

PINHALZINHO (Município). Lei n.º 142 de 1969. *Perímetro Urbano*. Pinhalzinho, SC, 1969. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/p/pinhalzinho>>. Acesso em: outubro de 2020.

PINHALZINHO (Município). Lei n.º 0315/1975. *Plano Diretor Físico-Territorial*. Pinhalzinho, SC, 1975. Acervo da Prefeitura.

PINHALZINHO (Município). Lei n.º 1.078/1995. *Redefinição do Zoneamento Urbano*. Pinhalzinho, SC, 1995. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/p/pinhalzinho/lei-ordinaria/1995/107/1078/lei-ordinaria-n-1078-1995-redefine-zoneamento-urbano-define-zonas-industriais-cria-distritos-industriais-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: outubro de 2020.

PINHALZINHO (Município). *Relatório Técnico Comunitário Etapa II e III: subsídio para elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP) do Município de Pinhalzinho*. Pinhalzinho, SC, 2010.

PINHALZINHO (Município). Lei n.º 2.279/2012. *Dispõe sobre inclusão de lotes rurais ao perímetro urbano, e dá outras providências*. Pinhalzinho, SC, 2012.

PINHALZINHO (Município). Lei Complementar nº 0144. *Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho e dá Outras Providências*. Pinhalzinho, SC, 2012. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-pinhalzinho-sc>>. Acesso em: novembro de 2019.

SANTOS, João Pablo dos. *INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: Análise da relação rural/urbano em Pinhalzinho/SC (1961 – 2019)*. 2020. 325 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – PROPUR/UFRGS.

SANTOS, Milton. *A urbanização Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2005, 174 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: Uma Introdução ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. 1 ed. Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil, 2001, 558 p.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Planos diretores em municípios de pequeno porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares. *Revista Formação*, Presidente Prudente, SP, v. 2, N. 15. p.13-24, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. *Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas E Transformações Socioespaciais*. Jundiaí, Paco Editorial: 2013. 148 p.

VILLAÇA, Flávio. *O espaço intra-urbano no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: FAPESP, 2001.

(ENTRE)LINHAS ARQUITETÔNICAS E A CONFIGURAÇÃO DE MULTITERRITORIALIDADES

Sufrimento e rejeição a partir da igreja de São João Batista (Itueta/MG)

(BETWEEN) THE ARCHITECTONIC LINES
AND THE MULTITERRITORIALITIES CONFIGURATION
*Suffering and rejection from the
Saint John the Baptist church (Itueta/MG)*

Patrícia Falco Genovez¹ e Débora Tameirão Lisboa²

Resumo

A erradicação de uma cidade, qualquer que seja o motivo, é traumática. A cidade de Itueta (Vale do Rio Doce) foi deslocada, em 2005, para uma nova cidade planejada devido à construção de uma hidrelétrica. O estudo deste processo complexo é multidimensional e requer o aporte de diversas disciplinas: história, arquitetura-urbanismo, semiótica etc. O objeto em pauta aqui é a demolição de um antigo templo, a construção de um novo (em novo estilo) e a rejeição do mesmo pela comunidade. O resultado foi a construção de um novo templo seguindo exatamente o modelo do anterior. Inúmeras questões surgem em função disso: o peso da cultura, o valor dos recursos simbólicos intrínsecos aos elementos arquitetônicos, as multiterritorialidades, conflitos e tensões, etc. E por fim, não deixa de ser também uma denúncia contra as soluções técnicas e desumanas comuns nestes procedimentos tecnocráticos.

Palavras-chave: erradicação de cidades, arquitetura e cultura, sofrimento urbano, tensão urbana.

Abstract

A city uprooting, whatever are the motives is always dramatic. Itueta city on the Rio Doce valley (Brazil) in 2015, due a hydroelectric plant build up had to move to a new city just built in order to replace the old one. The study of this complex process needs the approach of several disciplines: history, architecture and urbanism, semiotics and so on. The thematic focus here is the demolishing of an old Catholic temple and the construction of a new one (in a new style) followed by the rejection of this new one by

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1993), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1996), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2003) e pós-doutorado em Teoria e Metodologia da História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Atualmente é professora titular da Universidade Vale do Rio Doce nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Publicidade e Propaganda, Design Gráfico, Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território. Pesquisadora do Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT-UNIVALE). Tem experiência na área de formação histórica do território (multi)territorialidades, memória, patrimônio cultural e semiótica social.

² Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Vale do Rio Doce (2008). Especialista em Gestão de Negócios Imobiliários pela Faculdade Educacional da Lapa (2016). Mestre em Gestão Integrada do Território, na linha Território, Migração e Cultura (nas temáticas Cultura, Sociedade e a Formação Histórica do Território e Estudos sobre memória social, história, cultura e/ou manifestações artísticas). Tem experiência na área de Engenharia Civil, com ênfase em Construção Civil.

members of community. The outcome of all this is that the community plainly built up a new temple following exactly the model of the old one. This phenomenon arises some questions about: the weight of culture, the value of symbolic resources, territorialization processes, conflicts and social tensions for example. At last, but not at least, all these movements are also a complaint against some technical and merciless solutions present in this kind of technological procedures.

Keywords: city uprooting, architecture and culture, urban suffering, urban tension.

Introdução

Essa pesquisa busca compreender o sofrimento vivenciado pelos moradores de Itueta (MG) imersos no processo de erradicação de sua cidade em meio a transferência para uma cidade planejada, por ocasião da construção da barragem da usina hidrelétrica de Aimorés – no Rio Doce – em 2005. A transferência e, conseqüente erradicação, de uma cidade com seus moradores é um fenômeno sociocultural complexo, por isso, escolheu-se analisar apenas um dos vários traumas – dentre os que ainda estão latentes – e que surgiu por ocasião do deslocamento forçado dos ituetenses para a Nova Itueta. Elegemos para tanto, o percurso da igreja matriz de São João Batista.

Qual a importância de se pesquisar Itueta e os percursos de sua igreja matriz católica? A compreensão dessa experiência complexa vivenciada por seus moradores, quando do deslocamento da cidade, requer uma abordagem cuja sensibilidade constitua um conhecimento capaz de agregar contribuições da arquitetura, geografia, história e semiótica. Além do mais, um estudo deste tipo mostra, ainda que indiciariamente, o impacto dos grandes empreendimentos hidrelétricos que se espalham pelo Brasil afora e, em especial, no Vale do Rio Doce. Impactos nem sempre totalmente positivos sobre as pessoas, suas vidas e seus *espaços vitais*. De um modo geral, o sofrimento só pode ser compreendido indiretamente pelas ações e reações de quem sofre. Para imergir nessa temática um pouco mais precisamos conhecer, num primeiro momento, essa pequena cidade do sertão do rio Doce, em Minas Gerais.

Itueta, cidade pertencente às Regiões Geográficas Intermediária de Governador Valadares e Imediata de Aimorés-Resplendor, no estado de Minas Gerais, surgiu no início do século XX. Está localizada próxima à divisa com o estado de Minas Gerais com o Espírito Santo, tem área aproximada de 45 km², população estimada de 6.120 habitantes (IBGE, 2017). Foi uma típica cidade pequena do interior mineiro que surgiu e cresceu de modo orgânico, isto é, sem um planejamento prévio. Este crescimento lento e de um certo modo autônomo, gerou elementos urbanísticos e arquitetônicos próprios que foram desconsiderados pelo Consórcio responsável pelo seu deslocamento forçado e posterior erradicação da antiga Itueta. A pequena cidade pareceu inelegível ao Consórcio e foi enquadrada de modo genérico, sem seus mistérios e colorido urbano, sem a sua rede invisível que a tornava um território existencial para os ituetenses (SCOTT, 1998). Assim, podemos até dizer que Itueta foi translúcida para seus moradores e apenas uma cidade como qualquer outra para os de fora até o momento em que teve sua história marcada pelo deslocamento forçado, em função da construção da hidrelétrica de Aimorés (MG). Este longo processo iniciado em 1990, se consolidou em 2005 e impactou sua população de muitas maneiras, tanto material quanto imaterialmente. Por outro lado, apesar do fenômeno da migração e do deslocamento serem ubíquos, devemos concordar com Weil “que os exilados não esquecem seu país – e aqueles que o esquecem, estão perdidos – e o seu coração está irresistivelmente voltado para a pátria [...]” (WEIL, [1949] 2001, p. 188). O mesmo ocorre com os atuais moradores da Nova Itueta.

A igreja matriz católica da paróquia de São João Batista ilustra alguns aspectos desse



Igreja de São João Batista
(antiga Itueta)

Igreja de São João Batista
(entregue pelo consórcio na nova Itueta)

Igreja de São João Batista
(em construção por iniciativa da comunidade na nova Itueta)

Figura 1 – Igreja de São João Batista (experiências arquitetônicas distintas). Fonte: Acervo das autoras, 2020.

impacto da erradicação citada anteriormente. Nos termos de Scott (1998), podemos dizer que para os moradores a igreja era algo familiar, e para os *planejadores* do Consórcio simplesmente um entrave a ser *simplificado*. Com o deslocamento da população, as dimensões temporo-espaciais arquitetônicas da matriz se desdobraram em três momentos diferentes (Figura 1): 1) aquele relativo ao templo e tempo da antiga Itueta e que fora demolido – mas permanece na memória de todos –, 2) o relativo à construção de uma nova igreja pelo Consórcio e sua entrega à comunidade na nova Itueta – e que fora rejeitada pela população católica – e, 3) aquele novo tempo-espço em que a própria comunidade decidiu construir ao lado do templo rejeitado, uma *nova* igreja.

Essas três igrejas (a da memória, a do Consórcio e a da comunidade) fornecem elementos significativos para se compreender as implicações dos símbolos considerados sagrados pela população de Itueta e suas implicações na constituição das multiterritorialidades dessa comunidade. Esse conceito surge como alternativa à noção de desterritorialização. Ou seja, considera-se que o deslocamento da antiga Itueta não gerou uma desterritorialização da antiga igreja de São João Batista, mas uma multiterritorialidade que emerge de um processo dinâmico e complexo que “inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2007, p. 20). Esse conceito considera, a partir de Deleuze e Guattari (1995), a desterritorialização um mito, visto que ela só pode ocorrer de modo indissociável à sua contraface da (re)territorialização.

Para se alcançar tal entendimento, esta reflexão organiza-se da seguinte maneira: um breve histórico da cidade de Itueta e de seu deslocamento forçado, a configuração das igrejas de São João Batista e uma análise comparativa, expressando indiciariamente a constituição das multiterritorialidades indicadas. Nesse sentido, o uso da semiótica

social será essencial para desenvolver as análises dos três templos. A semiótica social fornecerá também alguns elementos para articular tanto a construção física (arquitetônica) quanto a sua sustentação simbólica configurada pela população (significação).

Breve histórico de Itueta e de seu deslocamento forçado

Para o desenvolvimento dessa análise parte-se dos estudos sobre a cidade de Itueta (MG) publicados tanto em meios eletrônico como físico. A pesquisa eletrônica se deu através de *sites* de publicações acadêmicas. Não existem muitas pesquisas sobre a cidade, os trabalhos encontrados datam do início do processo do deslocamento forçado e, a maioria deles, desenvolvidos no programa de mestrado em Gestão Integrado Território da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Os autores apresentam elementos referentes ao contexto histórico, assim como à nova conjuntura diante do sofrimento enfrentado pelos ituetenses com o deslocamento e erradicação da antiga cidade.

A formação da cidade é datada por Santos e Biavati (2015), nos anos 1920, associando os desbravadores vindos da Zona da Mata Mineira – interessados na madeira de lei e na atividade agropecuária – e os imigrantes europeus (italianos e germânicos) que chegaram na época da Primeira Guerra Mundial. Segundo esses autores, a chegada da ferrovia Vitória-Minas trouxe desenvolvimento a esse contexto de tal modo que, em 1948, a cidade de Itueta alcançou sua emancipação. Sua posição geográfica favoreceu seu desenvolvimento territorial, sendo esse o fator principal para a instalação de uma estação ferroviária. Nesse aspecto, pode-se observar como a mudança de local da cidade afetou os pilares de sustentação da gênese desse núcleo social, alterando não só a localização geográfica, que envolve a relação com o entorno e com a paisagem, mas, também, a estruturação econômico-social que envolvia a estação ferroviária, que não existe na Nova Itueta.

Santos e Biavati (2105) entendem que a identidade cultural de Itueta se fortaleceu em função das festas comunitárias que aconteciam praticamente todo mês e apontam como fato determinante para a redução do crescimento da cidade o esgotamento dos recursos naturais, base da economia até a década de 1960. Os autores então, tomam como marco na história da cidade a construção da usina Hidrelétrica de Aimorés e o que eles chamam de *realocação compulsória* e *mudança indesejada* de toda a cidade (SANTOS; BIAVATI, 2015).

Genovez *et al.* (2012) detalham a formação histórica do município e distinguem três núcleos comunitários: os primeiros grupos de moradores, formados por brasileiros vindos da Zona da Mata mineira; os imigrantes e descendentes de alemães e pomeranos, concentrados na margem esquerda do rio Doce; e os imigrantes e descendentes de italianos. Esses núcleos formaram comunidades, constituídas pela reunião de algumas famílias em função das atividades econômicas e de uma liderança, assim “configurando um traço de tipo tradicionalista nas relações sociais” (GENOVEZ *et al.*, 2012, p. 11). Depois de anos de afastamento essas comunidades iniciaram uma aproximação a partir de 1950. Os autores afirmam que as festas e a educação foram importantes para o processo de formação de redes sociais mais coesas. Elas deram um significado ao território, assim como o transformaram, chegando ao ponto em que gerou uma unidade entre as comunidades, mesmo diante da manutenção dos traços culturais e religiosos voltadas para suas origens. Os autores abordam também a rede de poder constituído ao longo do processo de deslocamento da cidade, “os personagens que se sobressaem: a comunidade com seus núcleos, a Igreja (o padre), a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores e, finalmente, o Consórcio” (GENOVEZ *et al.*, 2012, p. 13). No aspecto

religioso, as narrativas dos moradores indicam a configuração de um espaço religioso atravessado por territorialidades que expressam não só responsabilidades de diversos grupos da comunidade como a liderança, praticamente inquestionável, do pároco. Foi a decisão isolada desse pároco, quando da transferência para a Nova Itueteta, que causou indignação às várias territorialidades que circulavam naquele espaço sagrado da igreja de São João Batista (GENOVEZ *et al.*, 2012).

Nicoli e Siqueira (2011) também contribuem para entender a relação dos ituetenses com a religião e com os templos católicos. Destacam-se desde os costumes que eram pautados pela tradução católica, como orações em família aos domingos, as festividades do padroeiro comemoradas em comunidade, com realce para a demonstração de fé e devoção desta comunidade através da construção de diversas capelas – *capitello* (italiano) – homenageando santos populares. As autoras ainda apontam que “estas capelas se transformaram em grandes e bonitas igrejas nas diversas localidades da Microrregião de Aimorés” (NICOLI; SIQUEIRA, 2011, p. 35).

Entretanto, este levantamento bibliográfico aponta algumas lacunas que ainda não foram estudadas sobre as cidades, que se mostram como objetos de pesquisa de diversas áreas do conhecimento. Faltam estudos aprofundados em áreas importantes como a saúde, economia, biologia e também quanto à arquitetura e ao urbanismo. Nos estudos desenvolvidos sobre Itueteta até aqui, no tocante à arquitetura ou urbanismo, foi feito um estudo – exatamente sobre as igrejas – mas não se aprofundou nas territorialidades percebidas e expressas através da arquitetura. Santos (2017) elaborou análises de elementos e ornamentos externos e internos das igrejas, considerando as representações de identidade da população através da arquitetura, mas o trabalho tem uma vertente disciplinar, com apontamentos voltados especificamente para aspectos estilísticos arquitetônicos. Existem muitos pontos em que estes aspectos podem ser investigados dentro da análise territorial, ganhando mais profundidade nas questões humanas e subjetivas, enriquecendo o olhar interdisciplinar sobre a questão.

No caso específico da Nova Itueteta as subjetividades deste contexto tão complexo, como as mudanças no traçado urbano e na paisagem, foram percebidas em função do deslocamento forçado, da padronização das edificações públicas e, principalmente, das moradias entregues pelo Consórcio. A avaliação pós-ocupação de uma cidade inteiramente reconstruída no seu aspecto físico, as referências e conflitos culturais e sociais atrelados aos cemitérios (antigo e novo) da cidade e o objeto de estudo desta pesquisa, as edificações da igreja católica e suas implicações subjetivas, merecem ainda atenção e estudos mais aprofundados.

Um dos momentos marcantes desse processo histórico de formação territorial de Itueteta é, exatamente, o seu deslocamento, ou melhor, desenraizamento. Para entender quão ampla é a questão, o *Forced Migration Online* (FMO)³ tem seis diferentes definições de migrantes forçados: Refugiados, Deslocados internamente, Refugiados internacionais, Deslocados por desastres ou meio ambiente, Deslocados do Desenvolvimento, Pessoas traficadas, Migrantes contrabandeados. Nesse caso, os moradores de Itueteta se encaixariam nos *Deslocados do Desenvolvimento*, mas, diante do que é observado no local e na bibliografia consultada, esse termo não se aproxima do sentimento e a percepção dos ituetenses sobre o que viveram e ainda vivem. Eles se sentem desenraizados, arrastados por um movimento forçado de deslocamento (deslocamento compulsório).

³ *Forced Migration Online* (FMO) é uma página de acesso *online* de conteúdo sobre migração forçada coordenada pelo Centro de Estudos sobre Refugiados, no Departamento de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Oxford (EUA).

O termo adotado se justifica por compreender que esta expressão tem uma conotação subjetiva intangível que remete a algo fora do lugar, desencaixado, inadequado. Entendemos que os demais termos são aceitáveis ao tratar o tema, mas a abordagem desta pesquisa vai além de uma mudança de local. Enfim, trataremos de aspectos imateriais vividos por uma população que não fez uma escolha pela mudança, ou seja, foram deslocados forçosamente.

Ao tratar sobre deslocamento forçado em sua tese, Magalhães (2007) usa um título que, além de expor sua linha de pensamento, deixa claro as conclusões da autora ao analisar a questão: *Lamento e Dor*. Seu trabalho tem duas perspectivas de análise: o deslocamento compulsório, que é uma forma de deslocamento forçado, como problema público e como problema teórico e, posteriormente, enfatizando a questão humana, entra no contexto do lamento e da dor. Magalhães entende por *deslocamento compulsório* o processo onde, determinados grupos sociais, são obrigados a deixar ou transferir-se de suas terras ou casas, sem ter poder de deliberar sobre esse fato e onde se verifica um sofrimento social:

uma construção coletiva que, por um lado, se exprime na constituição de atores, na construção de uma memória e de uma narrativa sobre um acontecimento. E que, por outro lado, produz efeitos sobre os interesses e as práticas políticas (MAGALHÃES, 2007, p. 15).

O diagnóstico encontrado na visão pública sobre a questão é que “este lamento é transformado em um discurso estéril e repetitivo, traduzido em perdas econômicas. [...] que subsume o sofrimento, transformando-o em lista de coisas e bens materiais perdidos, inundados” (MAGALHÃES, 2007, p. 261). Uma das conclusões deste trabalho é a desestruturação causada por tal questão social e a importância do sofrimento provocado nessa sociedade, levando a um cenário imprevisível, compulsório e irreversível, transformando-o na ação e no sentido do sofrimento social, não podendo ser tratado como pano de fundo na questão.

As mudanças naturais na sociedade trazem incertezas que, para Castel (2003), somadas a situações de vulnerabilidade são causas do sofrimento social. O autor entende que a questão da vulnerabilidade é central ao tratar o tema do sofrimento social. Nesta mesma linha de pensamento, Werlang e Mendes (2013) afirmam que:

O sofrimento social não é apenas *um sofrimento*, mas um sofrimento que se instala/esconde nas zonas de precariedade, nas zonas sociais de fragilidade e cuja ação implica na perda ou possibilidade de perda dos objetos sociais: saúde, trabalho, desejos, sonhos, vínculos sociais, ou seja, o todo da vida composto pelo concreto e pelo subjetivo que permite viver a cada dia, a vida psíquica, a vida interior composta pela subjetividade (WERLANG; MENDES, 2013, p. 766).

Este aspecto subjetivo ligado ao sofrimento social é uma das maneiras de abordar o deslocamento forçado em consequência da construção de barragens hidrelétricas. Alguns estudos, a sua maioria desenvolvidos dentro da área da engenharia, trata o tema em uma abordagem mais pragmática e voltada para a produção de energia de baixo custo, limpa e renovável. São aspectos a serem considerados, mas não podem continuar sendo tratados de maneira isolada à subjetividade da vida humana, nem tão pouco, como prioridades. Vainer (1993, 1995, 2000, 2003, 2008) Barbosa *et al.* (2012), Giongo *et al.* (2016), Vignatti *et al.* (2016), Giongo (2017), Marques (2018) abordam o aspecto do sofrimento causado pela migração forçada em função da instalação de barragens hidrelétricas:

Essas obras vêm contribuindo para a naturalização do sofrimento das populações atingidas, através do discurso oficial do *mal necessário* para que o país possa ter benefícios e se desenvolver economicamente. Mas, para que isso aconteça, a vida de milhares de pessoas sem condições de defesa acaba sendo sacrificada, e elas experimentam as consequências negativas do crescimento econômico do país em suas próprias vidas (MARQUES, 2018, p. 30).

Sobre Itueta, foram encontradas bibliografias e relatos ligando o deslocamento da cidade ao sofrimento social indicado por Magalhães (2007). Analisando o cenário social da cidade, pode-se entender que o deslocamento forçado da população instaurou na comunidade a sensação de vulnerabilidade como a tratada por Castel (2003) e trouxe a fragilidade para o cotidiano de uma comunidade que, ao sair do seu território original, perdeu alguns objetos sociais significativos (WERLANG; MENDES, 2013). Em muitos trabalhos reunidos na pesquisa bibliográfica sobre a cidade, essa visão do sofrimento foi apontada. Santos e Siqueira (2015) destacam ainda a influência da memória e do espaço vivido nessa conjuntura, relatando que o desaparecimento de um território ou a redução da cidade à *planta baixa*, não o elimina da memória das pessoas que o construíram e foram marcadas e remarcadas por estes espaços vividos.

Para o arquiteto Juhani Pallasmaa (2017) a identidade cultural é um terreno insubstituível da nossa humanidade, é como uma sensação de possuir raízes e de pertencer. Segundo o autor as edificações antigas materializam as instituições sociais e históricas, fazendo compreender a evolução cultural. Assim, nos enraizamos de forma confortável no contínuo fluxo da cultura e do tempo. Por isso, todo tipo de deslocamento deve ser questionado de maneira coerente e fundamentada e, caso seja implantado, deve ocorrer de forma a gerar um impacto menos doloroso à comunidade que será deslocada, reduzindo a possibilidade de implantar condutas inapropriadas ao aspecto humano envolvido, especialmente aqueles que se relacionavam aos aspectos arquitetônicos e, em específico, aos símbolos sagrados, como no caso da Igreja de São João Batista, tratado a seguir.

A configuração das Igrejas de São João Batista a partir da Semiótica Social

A semiótica social trabalha com o conceito de *recurso semiótico*, que são os artefatos, de variados tipos, usados para comunicar a partir de significados e percepções entendidos dentro de um dado contexto. Não se trata, portanto, de uma teoria ou de um campo de estudo isolado, ela acontece a partir de uma aplicação em determinado campo social, ou seja, ela reivindica a imersão de quem a utiliza, já que não é apenas a aplicação dos conceitos e métodos, destacando assim a sua essencialidade interdisciplinar, unindo-se impreterivelmente ao campo social (VAN LEEUWEN, 2005).

Dessa forma, a aplicação da semiótica social no contexto de Itueta parte do entendimento do que já foi exposto até aqui sobre todo o cenário social instalado a partir do desenraizamento dos ituetenses. A semiótica social só pode ser aplicada a partir da compreensão da formação histórica do território inicial e suas tessituras sociais, da importância dada pela própria população ao templo que foi demolido, das circunstâncias do deslocamento forçado e da entrega de um templo com características arquitetônicas muito diferentes daquelas que a população entende como sagradas.

Para a elaboração do inventário dos símbolos sagrados encontrados, na arquitetura sacra das igrejas focaremos cinco elementos: a) segregação (dois ou mais elementos ocupam universos visuais inteiramente diferentes, e isto indica que eles devam ser vistos como pertencentes a ordens diferentes); b) separação (dois ou mais elementos estão

separados por espaços vazios e, isto quer dizer, que podem ser vistos como similares em alguns aspectos e diferentes em outros. Ou seja, há desconexão entre elementos com um espaço livre entre eles, criando uma espécie de zona de amortecimento ou uma terra de ninguém entre eles); c) permanência (possibilidade de flexibilizar ou dinamizar enquadramentos favorecendo a estadia no espaço. Além disso, pode ser entendido externamente, como uma construção duradoura); d) permeabilidade (apesar de um fechamento total ser possível, a maior parte das paredes tem portas e janelas que permitem a permeabilidade. É a capacidade do olhar, da luz, do vento, da pessoa entrar no ambiente); e) rima (dois elementos – ainda que separados – têm similaridades e diferenças pelo uso de cores e materiais, por exemplo. É a composição harmônica do ambiente, ou a ausência dessa característica) (VAN LEEUWEN, 2005). São esses elementos que nortearão a apreciação de cada igreja, intrinsecamente relacionados ao seu contexto social.

A antiga Itueta era tipicamente uma pequena cidade mineira do interior. Todos os moradores se conheciam, o convívio era harmonioso, as pessoas conversavam nas calçadas e na praça. O sino da igreja matriz anunciava as horas e o seu alto falante funcionava como uma rádio que só comunicava notícias locais. Na parte central, em um ponto mais elevado que as casas e os comércios do centro da cidade, ficava a igreja católica matriz da paróquia São João Batista. Ponto de referência não só como forma de orientação ou especificamente para a sua comunidade de frequentadores, o templo era, para toda a comunidade ituetense, um símbolo de respeito, reunião social e uma expressão de sacralidade independente da crença (COSTA, 2011). A bibliografia consultada indica uma ligação muito grande de todos os moradores com o templo da igreja católica. Isso se deve a uma série de fatores, mas dentro do cenário estudado, identificamos dois pontos elementares: o pertencimento e a identificação.

O templo da antiga Itueta foi construído pelos próprios moradores, seja de forma direta, trabalhando na construção física do edifício, ou de maneira indireta, promovendo ações para arrecadar fundos para a construção. A comunidade se envolveu desde o começo e ao longo dos anos foi melhorando aos poucos a igreja por dentro e por fora. Costa (2011) colheu muitas entrevistas de moradores e constatou que eles tinham a igreja como uma referência para a cidade, um cartão postal, um centro do estreito convívio social. Podemos entender que eles se sentiam pertencentes a este espaço e acolhidos, bem como fica claro, pela naturalidade com que ali transitavam, o apego ao lugar demonstrado por todos. Eles sentiam a igreja como algo deles, ou seja, assim como a igreja pertencia a eles, eles também pertenciam à igreja, tendo em vista que participaram de sua construção e desenvolvimento.

Costa (2011, p. 156) relata que “as pessoas a viam como uma construção muito bela e como o lugar que se caracterizava para além das celebrações e liturgias católicas, sendo, portanto, um espaço de convívio social da comunidade em geral”. Ela trazia elementos arquitetônicos que, como era de se esperar, são tradicionais na região, são marcas internas e externas de uma referência de beleza e de sacralidade.

A igreja tinha como componente principal da fachada a torre central, onde havia o sino. Todavia, existem outros elementos que compõem a imagem que os ituetenses identificam como *igreja católica*. Os arcos ogivais, os óculos, os pináculos, o telhado aparente na torre, os tímpanos, cornija e cimbalha, todos esses detalhes compõem a fachada com minúcias e ornamentos, apontando para o alto, onde há um arremate muito simbólico com a cruz. Os vários ornamentos usados na fachada trazem um aspecto artesanal à edificação, no sentido de algo mais trabalhado e feito com carinho e cuidado, como um bordado ou uma confeitaria, desenvolvido por mãos de artesãos que se orgulhavam do trabalho final. Este edifício religioso tem a marca de quem a edificou, a comunidade.

A partir dos elementos semióticos considerados, foi possível identificar no caso da igreja da antiga Itueta que: a) Segregação: a escadaria é o ponto de segregação da igreja com o plano acima, ocupado pela cidade, demonstrando a dicotomia sagrado x profano e demonstrando que os dois planos – igreja e cidade – pertencem a ordens distintas; b) Separação: observamos que o telhado aparente da torre separa a cruz dos demais elementos da fachada, são, portanto, elementos similares, mas que se diferem em importância. A cruz vista como sinal do Cristo crucificado, um dos símbolos mais fortes do cristianismo, é destacado no alto da torre; c) Permanência: há uma continuidade espacial vinculada ao padrão local das igrejas; d) Permeabilidade: as paredes têm janelas e porta que permitem a entrada de luz e ventilação e o observador externo pode perceber movimentação dentro da edificação, caso haja; e) Rima/contraste: através dos arcos ogivais a janela sineira e as demais janelas da fachada se assemelham, assim como a cor branca une cornija, cimbalhas e os pilares, os destacando na fachada, criando um detalhe que quebra a monotonia visual.

De modo mais detalhado, as linhas da fachada são de predominância vertical, tendo como destaque as janelas, a torre e os pináculos quase como setas que apontam para o alto. Trazendo para uma leitura de significados, estes elementos se dispõem de uma maneira como se apontassem o céu e o buscasse ao mesmo tempo, entrando assim numa sensível simbiose entre a forma e a crença. O interior da igreja da antiga Itueta traz alguns dos elementos que são encontrados no exterior, os arcos ogivais, óculos, pináculos e cimbalhas. Além disso, existem outros ornamentos, típicos do ambiente interno da arquitetura sacra como altares menores, estações da via sacra nas paredes, retábulo e o piso em ladrilho. A repetição dos elementos externos no interior da igreja demonstra como estas formas são simbólicas para a comunidade de Itueta. Além disso, pode-se entender que esses, somados ainda a outros ornamentos, geram uma composição rica em detalhes.

Todos os estudos sobre a cidade da antiga Itueta mostram que seus moradores tinham aquele templo como referência de beleza e de união social. Ele era um dos pontos centrais física e culturalmente para aquela comunidade. Sendo assim, pode-se compreender que aquele templo teve uma existência para além das fronteiras da religião, tornou-se um símbolo muito forte também para os ituetenses não católicos. Ou seja, aquela arquitetura se tornou uma referência sociocultural de um templo religioso.

É interessante entender que a igreja da antiga Itueta, a princípio, pode ser analisada de forma isolada, mas as duas igrejas na Nova Itueta estão dentro de um mesmo enquadramento visual (uma ao lado da outra), por isso mesmo que alguns elementos quando analisados de forma mais aproximada, ainda sim, fazem parte de um cenário complexo contendo as duas edificações religiosas, como será tratado no item a seguir.

A mudança da população para a nova cidade deu-se em circunstâncias conflituosas, onde a maior delas está ligada diretamente à igreja católica da cidade. O novo templo não só desagradou à comunidade, como foi rejeitado por muitos ituetenses. Para corroborar com este ponto, além do fato da população ter construído um outro templo, há elementos que demonstram o sentimento de desagrado da população, após a mudança da cidade. Fato relatado em entrevistas onde:

os relatos de indignação com a construção do templo da igreja na nova cidade, levou a um afastamento de muitas pessoas do convívio comunitário. [...] entrevistados, que chegaram a comentar que a igreja da nova cidade não conseguiu mais juntar as pessoas como se dava com a antiga (COSTA, 2011, p. 156).

O atual volume externo da igreja entregue pelo Consórcio é, a princípio, um templo

cristão moderno como tantos outros. Mas, é exatamente essa a principal questão: o contexto cultural e identitário no qual este templo foi inserido. A arquitetura escolhida para a edificação já não tem muitos elementos e referências da Igreja Católica, inclusive, a cruz que é vista atualmente na entrada do templo, foi colocada lá um tempo após o final da obra. Isso foi necessário para deixar claro que aquela é uma edificação religiosa cristã.

Os mesmos referenciais semióticos que foram aplicados à igreja da memória, podem investigar agora a igreja entregue pelo Consórcio, ainda observando-a de forma isolada: a) Segregação: não há segregação ao observar a igreja. Apesar de ficar em um plano acima do nível da rua, a escada fica na lateral (de frente para o outro templo) e o acesso é feito através de um pátio de entrada; b) Separação: a fachada do edifício se caracteriza por ter uma *linha contínua* em sua forma, não provocando essa separação; c) Permanência: como estudamos o contexto da edificação, apuramos que a cruz que se destaca na fachada foi inserida pela comunidade após a entrega pelo Consórcio, sendo assim pode-se entender que a própria comunidade não assimila este elemento como um elemento permanente da edificação, e sim, algo provisório; d) Permeabilidade: as paredes externas frontais da igreja não têm janelas, tem porta única que promove acesso lateral, a porta é bem alta e se abre em duas folhas. A ausência de janelas e porta frontal provoca a sensação de enclausuramento, dessa forma a edificação, dentro do contexto social em que foi inserida, traz mais semelhanças à uma edificação carcerária que a um edifício religioso; e) Rima/contraste: o volume do templo do Consórcio é todo em um mesmo material, pedra São Tomé cortada em quadrados, havendo contraste com a cruz de madeira inserida pela comunidade e com delicados frisos metálicos que seguem a forma das paredes frontais, mas não se constituem como símbolos exatamente por não terem destaque no conjunto. O volume da igreja tem forma arredondada na frente, que apesar de ter curva uniforme, promove certo movimento. Sem muitos elementos fixos contrastando, a fachada do templo se torna pouco expressiva, principalmente se analisadas as referências culturais da comunidade a que se destina.

Os elementos semióticos implicam numa arquitetura proposta intencionalmente com menos ornamentos e elementos. Mas, essa falta de referências visuais dos símbolos que os moradores, além de considerarem belos, tinham como sinal de sacralidade, fez com que a edificação deixasse de ter a importância e significância primordial para sua aceitação como templo religioso pelos seus frequentadores. Na igreja do Consórcio a comunidade não consegue se sentir verdadeiramente em um espaço sagrado. A forma da igreja do consórcio é horizontal e arredondada; não há a verticalidade tão marcante que havia na fachada da antiga igreja, não existe mais a referência de entrada. O portal de acesso ao interior do templo novo fica de maneira que todos entrem lateralmente, tornando o acesso menos convidativo e assim, simbolicamente, torna o edifício menos acessível à comunidade.

O acabamento em único material e cor trazem à fachada ainda mais monotonia e um aspecto comercial ou empresarial, sem traços culturais e referências etnográficas. O prédio tem características modernas, negando ornamentos e priorizando o funcionalismo, numa distorção muitas vezes provocada pelo movimento modernista durante o século XX, que trazia o ideal de *limpeza visual*. Todos esses elementos, ou ausência deles, acabaram por retirar daquele espaço as características que o faziam ser reconhecido como sagrado, transformando-o em objeto sem significado, principalmente para quem se destinava.

Assim como a fachada, o interior do templo traz também as ideias difundidas pelo modernismo. Com poucos ornamentos, a igreja tem um ambiente visualmente mais *limpo*, ou seja, com menos detalhes e faz vasto uso da cor branca. Atente-se para



a existência de *óculos*, que não estão presentes na fachada principal da edificação. Observamos também consolos e, ao fundo do presbitério, tem-se uma parede com cor diferente onde fica o *crucificado*. O ambiente tem o formato de um leque, incomum aos costumes da região e o forro ondulado é igualmente atípico.

Ao estudar arquitetura religiosa, Lima (2012) indica uma mudança na tradição judaico-cristã no início da idade moderna quando a arquitetura sacra deixa de ser desenvolvida exclusivamente por cristão praticantes, passando a ser elaborada, na maioria das vezes, por artistas ou arquitetos, alheios à prática religiosa, gerando templos com apelo visual, mas desvinculados da mistagogia⁴ católica. O teólogo ressalta casos mais graves quando o arquiteto, além de não ter o olhar religioso, tem pouca sensibilidade artística.

Compreende-se então que, pelo menos no ponto de vista dos ituetenses, a igreja do Consórcio se encaixa como um desses casos graves, lembrando o estudo produzido por Lima (2012), já que traz poucas referências simbólicas. Ela não contém os elementos considerados belos pela comunidade a que se destina. Não há vínculos de familiaridade. Não se liga à identidade das pessoas, assim, não conecta as pessoas a um determinado espaço sagrado, numa efetiva territorialização. Ao invés disso, traz referências estranhas à arquitetura conhecida pela comunidade, criando um novo ambiente, concomitante àquele presente na memória dos moradores de Itueta.

A familiaridade da comunidade com o antigo edifício e a memória social é que são determinantes para então, revelar a necessidade de ter uma edificação semelhante àquela que foi demolida, justamente, em função da falta de aceitação do edifício

⁴ Ato de iniciar e instruir (alguém) nos mistérios de uma religião.

novo, que é, sem referências, sem raiz, sem territorialidade, portanto, sem identidade. A rejeição ao templo entregue pelo Consórcio fica muito mais evidente quando a comunidade decide construir uma nova igreja (Figura 2). Um espaço que servisse de referência para toda cidade como templo religioso e para os católicos como espaço sacro.

O templo, ainda em construção pela comunidade, não tem todos os materiais de revestimento e não recebeu pintura. Mesmo assim, consideramos pertinente analisar a imagem que se tem no momento: a) Segregação: a escadaria aparece aqui também como o ponto de segregação da igreja com o plano abaixo, a cidade, distinguindo o espaço sagrado do profano; b) Separação: observamos que além do telhado aparente da torre, há também um grampo separando a cruz dos demais elementos da fachada. A cruz fica em evidência, concedendo assim ainda mais força a este símbolo; c) Permanência: neste caso, a própria condição de construção inacabada remete a uma situação transitória, no contexto da cidade, este quadro temporário é motivo de expectativa e tem sua evolução acompanhada por toda a comunidade, d) Permeabilidade: as janelas e porta tem grande destaque na fachada, além disso permitem a entrada de luz, ventilação e o olhar do observador externo, estes elementos são destacados por cimalkas que enfatizam os arcos ogivais e dão mais representatividade às aberturas; e) Rima/contraste: em função da ausência de cores e materiais, por enquanto, os arcos ogivais presentes nas janelas sineiras, na porta e nas demais janelas da fachada promovem uniformidade entre elementos, além dos pináculos se assemelharem com a torre e com cimalkas em formato triangulares localizadas acima da porta e da janela cinera.

Para completar a análise semiótica destas imagens, deve-se então entendê-las como uma mensagem, uma representação de algo que pode ser traduzido ou lido com as significâncias sociais do contexto. Serão tratadas aqui, neste artigo, como palavras de um texto, um discurso. Como os discursos são construídos a partir de algum aspecto da realidade, eles se desenvolvem dentro de um contexto social específico e podem se dar a partir de amplos contextos com dimensões globais ou pequenos, como um ambiente familiar, por exemplo (VAN LEEWEN, 2005).

Os elementos semióticos indicam novamente a torre do sino imponente sobre a paisagem, localizada no centro de uma fachada simétrica formada, principalmente, por linhas que apontam para o céu e assim, verticalizam o olhar de quem a observa. A igreja está novamente no alto de uma escadaria, com um pátio de entrada que antecede a portada, mas essa passagem é mais exuberante que da igreja antiga, assim como as janelas e todas as aberturas com o arremate superior em arcos ogivais. A torre tem a cruz no topo e o telhado aparente, porém, o acabamento entre estes dois elementos é feito com uma grampa, ornamento que não existia na igreja antiga.

A igreja da comunidade se impõe sobre a edificação a seu lado em altura, tamanho, forma, janelas, portada, ornamentos e símbolos, nos pontos de vista quantitativo e qualitativo da questão. Ressaltamos que a igreja do Consórcio não tem em sua fachada janelas, óculos, pináculos, cimalkas e os demais elementos que a comunidade valoriza. Além disso, a proporção de altura entre as duas edificações é aproximadamente de um para três, ou seja, a igreja da comunidade é três vezes mais alta que o templo entregue pelo consórcio. De todas as maneiras possíveis, a edificação ainda inacabada busca inferiorizar a igreja construída pelo Consórcio e este *recado* vai se evidenciando quanto mais o observador se aproxima dos prédios.

Analisando a arquitetura dentro de um contexto hierárquico, entende-se que as dimensões são uma maneira de determinar a importância ou a relevância, ou seja, uma edificação que quer demonstrar ser mais relevante que a outra se coloca mais alta

e maior, mas não são só estes os aspectos que provocam sensações no observador de uma edificação. No caso de Itueta, pode-se observar na igreja da comunidade como a quantidade de janelas e ornamentos, por exemplo, são tão imponentes quanto suas dimensões, principalmente, quando as comparamos com a edificação do templo entregue pelo Consórcio. Hierarquicamente, a igreja da comunidade se apresenta imperativamente sobre o templo ao seu lado que parece estar encolhido diante de outro com tanto vigor.

Outra semelhança encontrada entre as igrejas idealizadas pela comunidade das cidades de Itueta, são as linhas verticais da volumetria. Do mesmo modo como apontamos na igreja da memória, podemos fazer a mesma análise pragmática dos traços predominantemente verticais e das linhas usadas para compor a fachada que não têm o mesmo sentido. Assim como na igreja da antiga Itueta, essa linguagem remete a um direcionamento ao alto, tanto do olhar do observador quanto da crença do fiel, unindo a forma ao significado, indicando a volumetria arquitetônica em análise como um símbolo sagrado validado como tal e estimado pela população. Dentro desta compreensão afirmamos a arquitetura sacra destas igrejas, em seu conjunto, como recurso semiótico.

Esta nova edificação possui volumetria, elementos e ornamentos semelhantes à igreja da antiga Itueta. Todavia, o templo que a comunidade se propõe a construir é, na verdade, uma imponente demonstração de negação à edificação entregue pelo Consórcio. Na comparação da proporção, visualmente, é possível identificar que o novo templo se ergue como uma fortaleza diante da pequena construção da igreja do consórcio. Essa sensação se acentua também em função das linhas predominantemente horizontais do edifício rejeitado pela comunidade.

O interior da igreja da comunidade não será analisado neste trabalho por ainda estar incompleto, faltando muitos acabamentos que comprometeriam uma análise minimamente próxima à investigação feita nos demais templos estudados.

A constituição da multiterritorialidade a partir da arquitetura

A partir deste cenário pode-se entender que ao buscar elementos, ornamentos e formatos, da igreja antiga, resgatando a memória e a identidade da comunidade, a arquitetura da igreja em construção, revela concretamente a presença do território da antiga Itueta, ao mesmo tempo em que as proporções e a quantidade de ornamentos se contrapõem ao território do consórcio, exposto pelo templo sem significado para a comunidade. Vê-se assim, os vários territórios presentes: Itueta antiga, consórcio e Nova Itueta, coexistindo e influenciando na vivência das pessoas que se relacionam com eles. Assim, as multiterritorialidades transparecem através da arquitetura sacra da igreja católica da matriz da paróquia São João Batista de Itueta.

Numa leitura dos elementos externos tem-se alguns pontos que se destacam: a diferença de estilos arquitetônicos entre as duas igrejas da Nova Itueta, a semelhança da igreja da comunidade com a matriz da Itueta antiga; assim como, a exuberância do templo em construção em contraponto à igreja do Consórcio. O discurso da disparidade é também a busca pelas identidades dos ituetenses. É a comunidade, com uma igreja nos moldes da antiga, expressando a rejeição ao templo entregue pelo Consórcio. Esse discurso externaliza a rejeição ao modo como o Consórcio propôs a territorialização de um espaço arquitetônico com dimensões sagradas, usando de referências simbólicas que a comunidade não reconhece enquanto tais e acaba por se tornar uma edificação que se liga mais a uma ideia comercial que religiosa. Por isso, a comunidade entende o templo do Consórcio como algo mais ligado ao profano que ao sagrado, afastando

também o sentimento da familiaridade com esse espaço.

A semelhança da igreja da comunidade com a igreja antiga pode ser entendida como um discurso de identidade, um reforço à tradição cultural daquela população. A comunidade expressa, assim, sua maneira de territorializar um dado espaço arquitetônico, buscando estabelecer algum tipo de pertencimento através dos seus símbolos, marcando tal espaço com sua cultura e identidade.

A leitura que se evidencia mais interessante dentro deste contexto complexo, é o vigor que a igreja da comunidade demonstra ter em comparação com a igreja do Consórcio. Além da altura, existem as janelas, portas, cimalhas, torre, pináculos, tudo em busca de uma suntuosidade identitária. A igreja da comunidade é vigorosa e ofusca o templo do Consórcio como se o achatasse, como se esmagasse junto a tentativa de imposição territorial do consórcio.

Ainda mais interessante é quando se entende que esta igreja embora inacabada, é também mais vivaz que a sua referência, a igreja da memória. O novo templo da comunidade, não replica pura e simplesmente a igreja da antiga Itueta, é como se ele fosse a evolução da igreja que atualmente só existe na memória, como uma homenagem, uma exaltação àquele símbolo da cultura, da sacralidade, da arquitetura e das identidades daquela comunidade.

Trazendo as ponderações de Haesbaert (2007) para o contexto do objeto de estudo, a identificação simbólica com o espaço e o grande valor que os símbolos têm para a comunidade, indicam uma identidade social, com um vínculo estreito com a arquitetura. Mais do que a sua localização (quer seja na Itueta antiga, quer seja na nova), os templos têm valor simbólico e são parte fundamental para os processos de territorialização da população da cidade. Obviamente fazem parte da realidade concreta (objeto físico), mas também do campo das ideias, já que seus símbolos são de grande valor para a comunidade e demonstram identificação, da mesma maneira que interferem na constituição das multiterritorialidades.

Dessa forma, é possível compreender que o deslocamento forçado da cidade, não trouxe aos seus moradores a chamada desterritorialização. Já que a Itueta antiga se mostra presente e imponente através das memórias e da necessidade dos símbolos. Nesse sentido, pode-se entender a constituição das multiterritorialidades, tratada por Haesbaert (2004), como um movimento complexo de territorialização, onde há a vivência constante e concomitante de diversos territórios.

Assim, na Nova Itueta a necessidade de memória transforma os símbolos que existiam na antiga igreja como elementos essenciais, que estarão presentes (em que pese a sua releitura) dentro do novo espaço. Pode-se dizer que o passado se torna atual, sem se desvincular do novo contexto que se apresenta. A nova e a antiga Itueta estão presentes na vivência dessas pessoas, expondo a multiterritorialização conceituada por Haesbaert (2004; 2007). Essa multiterritorialização é tão forte que uma nova arquitetura religiosa, com estilo diferenciado, não foi aceita pela população. Era necessário ter os símbolos que a antiga igreja tinha. Por isso, se fez indispensável construir um novo edifício religioso que remetesse ao antigo território, que, claramente, não foi desterritorializado.

A relação entre o território, as territorialidades e a religião são estudadas pela Geografia Cultural já há algum tempo a partir da influência de autores como Tuan (1980) e Bonnemaion (2002). A partir da década de 1990 começaram a surgir estudos brasileiros sobre a Geografia da Religião, a partir da nova Geografia Cultural. Destes estudos mais recentes se destacam Gil Filho (2007) e Rosendahl (2013). Esta última, em muitos trabalhos, aprofunda as análises das territorialidades da religião católica e

tem sua abordagem de pesquisa apoiada na dicotomia sagrado-profano. Rosendahl (2013) tem seu olhar voltado para as representações espaciais visíveis da religião, buscando conciliá-las com os aspectos místicos do tema. Gil Filho (2007) estuda as questões mais subjetivas do assunto, com caráter fenomenológico. Suas pesquisas buscam compreender os sentidos das ações religiosas.

Para Rosendahl (2013), se entendermos o território religioso como reflexo de um espaço vivido no cotidiano da fé, pode-se compreender o fortalecimento das relações e os fluxos instalados no espaço, gerando assim uma identidade religiosa e um sentimento de pertencimento de um determinado grupo religioso. A geógrafa aponta a indissociabilidade entre território e identidade e afirma que “o território favorece o exercício da fé e da identidade religiosa do devoto” (ROSENDAHL, 2013, p. 108).

Analisando a relação entre a prática religiosa e os lugares, Rosendahl (2013, p. 112) interpreta que “a religião imprime uma marca na paisagem por meio da cultura” para discorrer que a ocupação humana dos espaços e o uso de símbolos, criam espaços simbólicos e transformam aquele espaço em lugar, ligando o conceito de lugar sagrado com o significado cultural do indivíduo ou grupo religioso. Desta forma, cada comunidade religiosa tem seu modo de vivenciar o lugar, de forma a constituir um ponto fixo em que reencontra suas lembranças (ROSENDAHL, 2001, 2005, 2013):

A experiência da fé, em termos geográficos, deve ser explorada no lugar em que ela ocorre este lugar está impregnado de simbolismo e não foi meramente descoberto, fundado ou construído, mas reivindicado, possuído e operado por uma comunidade religiosa (ROSENDAHL, 2013, p. 112).

Buscando uma análise com vértice voltado para as questões subjetivas que envolvem a religião e seus símbolos inseridos no território, como já foi dito neste trabalho, Pereira e Gil Filho (2012) se apoiam nas ideias de Cassirer (1994), que compreende o homem enquanto um ser simbólico. Desta forma, supera-se a vida biológica e passa-se de uma vida em um universo de fatos para um universo simbólico. Assim, Gil Filho defende que:

A religião é parte deste universo pleno de significados que faz parte indissociável da experiência humana. Sendo assim, o homem não está somente diante da realidade imediata, mas à medida que sua prática simbólica se realiza ele busca os significados da existência. O homem é o protagonista deste conhecimento simbólico e desta prática social da religião (GIL FILHO, 2007, p. 210).

A Geografia Cultural através da Geografia da Religião estuda, portanto, a relação que as pessoas desenvolvem com os lugares sagrados. Tuan (1980), afirma que as pessoas criam e mantêm ligações emocionais por meio das edificações ou lugares sagrados. Rosendahl (2005) por sua vez, entende que territorialidade religiosa é o conjunto de práticas realizadas por instituições ou grupos com intenção de controlar um território, onde o poder do sagrado transmite a identidade de uma determinada fé e um sentimento de propriedade mútuo, sendo essas territorialidades fortalecidas pelas experiências religiosas que o grupo mantém no lugar. Assim, a autora compreende que é pelo território que se estabelece a relação simbólica que existe entre cultura e espaço. A geógrafa ainda afirma que a religião imprime marcas que identificam e delimitam um dado território religioso.

Enfim, com base nos estudos de Rosendahl (2001, 2005, 2013), Gil filho (2007) e Haesbaert (2004; 2007) e os relacionando com o panorama encontrado em Itueta, pode-se entender que ao mudar as marcas e símbolos da edificação religiosa entregue

à comunidade católica, o Consórcio entra em conflito com a identidade católica já configurada e com a relação simbólica existente entre o espaço sagrado e a cultura daquela comunidade. Essa circunstância surge a partir da ausência de pertencimento, gerada em função da dificuldade de apropriação. Não ocorre uma territorialização de fato da igreja construída pelo Consórcio, tão pouco ocorre uma desvinculação da igreja da Itueta antiga, fato que gera sofrimento e dor à população. Essa *precarização* territorial se expressa no esforço comunitário dos católicos em iniciar a construção de uma *nova* igreja ao lado daquela entregue pelo Consórcio. Nesse sentido, vislumbra-se uma espécie de *empilhamento* de territorialidades (multiterritorialidade). São múltiplas territorialidades que se expressam e se articulam a um *território sagrado* composto por infindáveis níveis de significação.

Considerações finais

Da integração dos conceitos e disciplinas proposta neste artigo emerge uma perspectiva interdisciplinar capaz de lançar, sobre o objeto em análise, algumas luzes que escapam de uma disciplinaridade pautada somente na arquitetura. Em outras palavras, a complexidade que envolve o deslocamento de Itueta e, em específico, seus templos católicos, exige um olhar inovador ao tirar a arquitetura de seu lugar comum. A dor e a angústia dos ituetenses extrapolam um entendimento meramente arquitetônico e nos coloca frente a questões históricas, religiosas, territoriais, psicológicas e semióticas. A Geografia da Religião com sua abordagem do território como plural e subjetivo, a Arquitetura Sacra com os símbolos sagrados e seus significados, e a História da população através de sua memória coletiva se tornam intrínsecos ao cenário da pequena cidade que fora deslocada. Inúmeros fenômenos ao mesmo tempo, dão conta de uma situação de luto pela grande perda não só de objetos concretos, mas também de relações e de objetos simbólicos. Para muitos, a erradicação apresentou-se como um grande velório que em muitos casos ainda não terminou; o defunto continua sendo velado (CAZAROTTO; GENOVEZ, 2015). Por isso, ainda que não tenha sido foco neste ensaio, e não seja fácil de ser avaliado, a dimensão psicológica – o sofrimento – não deveria ser deixada de lado em análises de casos semelhantes.

Os aspectos arquitetônicos analisados nos três templos mostram a abrupta ruptura que a população viveu. Não se verifica no templo edificado pelo Consórcio uma ligação ou mesmo a preocupação de se manter um vínculo com a comunidade. Não há uma referência visual de continuidade histórica necessária na formação de identidade. Pallasmaa (2017) afirma que esse sentido histórico é que traz a possibilidade da existência de significados culturais coletivos e propósitos sociais. Com a promessa de entregar um templo mais *moderno* para a população o Consórcio entregou uma edificação que forçava a população a conviver com um espaço que não é reconhecido como sagrado e não agradou visual e sentimentalmente àquela população.

A *nova* igreja construída pelos moradores coloca em paralelo no tempo-espaço a Itueta antiga e o templo católico original, demonstrando a presença deste território vivo na memória da população. São, portanto, diferentes territórios coexistindo através da memória coletiva. Pallasmaa (2017) faz a ligação do sentimento de enraizamento com a arquitetura, argumentando que os lugares antigos são importantes principalmente porque são capazes de estruturar e modificar nossas experiências de mundo. Além disso, enriquecem nosso mundo sensorial e empírico, enraizando as pessoas no curso do tempo e oferecendo sensação de proteção e segurança. Dessa forma, a arquitetura carregada de significados permite ao indivíduo se sentir como ser corpóreo e espiritualmente completo. Isto posto, a arquitetura entregue aos ituetenses pelo Consórcio não atendeu aos anseios culturais, espirituais e visuais da população; não desenvolveu raízes por desconsiderar as experiências de mundo daquela população e,

por fim, o templo não lhes proporcionou a proteção espiritual desejada.

Ao se visitar o contexto da nova Itueta, articulando-o aos conceitos estudados, nota-se a antiga cidade presente na memória coletiva, ao se perceber a busca pelos costumes, a intenção de tornar o espaço mais familiarizado, a clara necessidade de ter a identidade impregnada no espaço sacro através da arquitetura. Por todos esses elementos, constata-se a configuração tensa de uma multiterritorialidade: a antiga Itueta, o território do Consórcio e a nova cidade, fundidos num único espaço proposto pela própria comunidade através da igreja de São João Batista, erguida ao lado do templo entregue pelo consórcio. A arquitetura sacra conseguiu trazer à tona os múltiplos territórios existentes em Itueta por carregar os símbolos assimilados e identificados pela população, por ser capaz de demonstrar a fé, a cultura religiosa, a memória e o pertencimento tanto em sua forma concreta quanto através do imaterial, servindo de instrumento de territorialização para aquela comunidade.

Pallasmaa (2017) entende que o significado arquitetônico é sempre contextual, relacional e ligado ao tempo, que só articulando o passado às grandes obras se consegue atingir densidade e profundidade. Os produtos da novidade superficial são frágeis, incompreensíveis e carentes de significados. Os templos católicos da paróquia São João Batista da antiga e da nova Itueta, são exemplos práticos dessa afirmação. Ao negar a história e o contexto da antiga Itueta, o Consórcio produziu um templo que foi imediatamente descartado pela população que não vê significado algum naquela edificação pelo fato de não apresentar os símbolos em sintonia com sua referência cultural.

O templo construído pela comunidade não é uma réplica da antiga igreja. Ele é maior, apresenta técnica, ornamentos e elementos externos e internos mais elaborados e mais atuais. Tem referências claras ao templo demolido e cumpre uma função de oposição ao templo do consórcio. É uma demonstração de como a comunidade rejeita o Consórcio e quer colocar sua identidade na nova cidade. Em outras palavras, a arquitetura usada no templo da comunidade é a representação da identidade, demonstrando a familiaridade da comunidade local com o espaço. Não é uma cópia do templo antigo. Trata-se de uma contraposição do templo que está ao lado cuja evocação externa remete mais a uma empresa que a um espaço sagrado.

Isso posto, pode-se afirmar que a linguagem condiciona conceitos e as maneiras de usar o espaço, ou seja, a geometria de nossa linguagem articula nosso ser-no-mundo e, assim, ela define o território pessoal. Para Pallasmaa (2017, p. 24) “é frustrante ser forçado a viver em um espaço que não possa ser reconhecido e marcado como um território pessoal”. Em Itueta, esses conceitos são evidentes. A ausência dos símbolos religiosos e da arquitetura considerada sacra pelos ituetenses na nova edificação, mas presentes na memória coletiva da população, colaborou com a formação de múltiplos territórios e provocou a frustração da comunidade carente das referências de identidade e pertencimento.

A memória coletiva em Itueta mostra ter *raízes culturais* sedimentadas na história. Pallasmaa (2017) trata este aspecto como um *senso histórico*, cuja dimensão mental internalizada é capaz de vincular o arquiteto e o artista com a continuidade da cultura, tida como coluna vertebral de sua linguagem e eloquência. Desta forma, pode-se afirmar que os múltiplos territórios e a arquitetura se tornam consubstâncias através de um contexto permeado de significados histórico-culturais que fazem parte de uma memória coletiva intrinsecamente vinculada ao passado, mas em contínua transformação. O discurso que é possível aduzir diante das duas edificações das igrejas católicas da nova Itueta é evidente: a comunidade e sua história, seus costumes e crenças, sua cultura e identidade, são maiores, mais fortes e mais poderosos que o Consórcio,

seu dinheiro, suas esquematizações de custos e as suas articulações políticas. A imposição de um templo completamente diferente do que existia na antiga Itueta não foi suficiente para calar um povo que sofre com uma mudança brusca e completa do território, mas que luta para territorializar verdadeiramente o novo espaço. A experiência de Itueta é um alerta para que a arquitetura não se torne protagonista de futuros *crimes antropológicos* ao contribuir para um desenraizamento desumano e insensível. E como dizia Simone Weil: o povo que esquece seu país torna-se um povo perdido; e no caso de Itueta, é um povo em permanente velório, revivendo continuamente seu sofrimento e a dor de sua perda, sem chegar a elaborá-la.

Referências

BARBOSA, Eduardo Macedo; BARATA, Martha Macedo de Lima; HACON, Sandra de Souza. A saúde no licenciamento ambiental: uma proposta metodológica para a avaliação dos impactos da indústria de petróleo e gás. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 299-310, fev. 2012.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.). *Geografia cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p. 83-131.

CASSIRER, Ernst. *Ensaio Sobre o Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASTEL, Robert. Des individus sans supports. In: CHÂTEI, Vivianne; SOULET, Marc-Henry. *Agir en situation de vulnérabilité*. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2003. p. 51-62.

CAZAROTTO, José Luiz; GENOVEZ, Patrícia Falco. Itueta-MG e a singularidade de seus tempos e espaços. *Anthropos* (Fribourg), v. 110, p. 99-119, 2015.

COSTA, Priscila Rosa Bandeira da. *O sentido diferenciado do deslocamento compulsório da população de Itueta, MG*. 2011. 265 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. (vol. 2) Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, v. 2.

GENOVEZ, Patrícia Falco; VALADARES, Vagner Bravos; SANTOS, Thiago Martins. Entre as fronteiras do poder, do cotidiano e da narrativa: a experiência da realocação da 'Nova' Itueta. *Clio*, Recife, v. 2, n. 30, online, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24389/19747> Acesso em: 10 mar. 2016.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia da Religião: Reconstruções Teóricas sob o idealismo crítico. In: KOZEL, Salette; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sílvio Fausto (org.). *Da percepção e Cognição à Representação: Reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista*. São Paulo: Terceira Imagem; Curitiba: NEER, 2007. p. 207-222.

GIONGO, Carmem Regina. *"Futuro roubado": banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental na construção de hidrelétricas*. 2017. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GIONGO, Carmem Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa; WERLANG, Rosângela. Refugiados do desenvolvimento: a naturalização do sofrimento das populações atingidas pelas hidrelétricas. *Revista Estudos Brasileños*, Salamanca, v.3, n.4. p. 1-114, 2016.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades, Itueta*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/itueta/panorama>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LIMA, Marco Antônio Moraes. *Igreja, ícone da trindade espaço litúrgico, imago ecclesiae*. 2012. 266 f. Tese (Doutorado) - Curso de Teologia, FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2012.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. *Lamento e Dor*. Uma análise sócio-anropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém, 2007. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belpem, 2007.

MARQUES, Gabriela da Silva; GIONGO, Carmem Regina; CRUZ, Francieli Katiúça Teixeira da; MENDES, Jussara Maria Rosa. Deslocamento forçado e saúde mental: o caso da hidrelétrica de Itá. *Revista de Estudos Sociais*, Bogotá (Colômbia), n. 66, p.30-41, nov. 2018.

NICOLI, Sandra; SIQUEIRA, Sueli. Território de imigração italiana e emigração de seus descendentes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL - TERRITÓRIOS, PODERES, IDENTIDADES. 3., 2011. Vitória. *Anais eletrônicos [...]*. Vitória: UFES, v. 1, p. 1-12.

PALLASMAA, Juhani. *Habitar*. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

PEREIRA, Clevisson Junior; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia da religião e espaço sagrado: diferenças entre as noções de lócus material e conformação simbólica. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 6, n. 1, p.35-50, abr. 2012.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia Cultural: Uma antologia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. v. 2.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, Política e Religião. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001. p. 9-38.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 12928 - 12942.

SANTOS, Paulo Ricardo Lima dos. *Espaço sagrado e espaço simbólico na edificação da igreja São João Batista, em nova Itueta, MG*. 2017. 95 f. Monografia (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Vale do Rio Doce, Governador

Valadares-MG, 2017.

SANTOS, Thiago Martins; BIAVATI, Nádia Dolores Fernandes. Discursos sobre o território de Itueta frente à realocação compulsória: Análise discursiva da produção literária de um ituetense. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 31, n. 1, p.109-123, jun. 2015.

SCOTT, James Campbell. *Seeing like a State: How certain schemes to improve human conditions have failed*. Durham: Yale University Press, 1998.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia - Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “Atingido”: Uma Revisão do Debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Ed.). *Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa: Ed. UFV, 2008. p. 39-62.

VAINER, Carlos Bernardo. Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Travessia*, São Paulo, v. 13, n.36, p. 15-32, 2000.

VAINER, Carlos Bernardo. O caso dos atingidos por barragens. In: CARVALHO, Isabel; SCOTTO, Gabriela (org.). *Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais*. Rio de Janeiro: IBASE, 1995, v. 1, p. 39-74.

VAINER, Carlos Bernardo. *O conceito de atingido: uma revisão de debates e diretrizes*. Rio de Janeiro: Prelo. 2003.

VAINER, Carlos Bernardo. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, George Martine (org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 183-207.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAN LEEUWEN, Theo. *Introducing social semiotics*. London: Routledge, 2005.

VIGNATTI, Marcilei Andrea; SCHEIBE, Luiz Fernando; BUSATO, Maria Assunta. Projetos hidrelétricos em Santa Catarina. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 87, p.165-176, ago. 2016.

WEIL, Simone. *O Enraizamento*. Bauru: EDUSC, 2001.

WERLANG, Rosângela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. *Serviço. Social & Sociedade*, São Paulo, n.116, p.743-768, 2013.

O DESENCANTAMENTO DA VIÚVA A cidade como estratégia de fragmentação do mundo Tuxá

*THE DISENCHANTMENT OF THE VIÚVA
The city as a strategie of the
Tuxá world fragmentation*

*Jurema Moreira Cavalcanti¹, Diego Carvalho Corrêa²,
Áurea Gabriela Moura Gumes³, Bruna Andrade Silvã⁴
e Tiago Freitas de Souza⁵*

Resumo

Este artigo analisa a pequena cidade e os mundos urbanos como uma estratégia de desencantamento do mundo indígena Tuxá. Aqui nos apropriamos de conceitos diversos para operar uma interpretação possível da cidade como um significante que impacta no modo de ver e viver dos Tuxá em Rodelas, interior baiano. O alagamento de Rodelas Velha e a constituição de uma Nova Rodelas com uma nova aldeia urbana, integrada à cidade, operacionalizou um esforço de afastamento dos indígenas do regime dos encantados. Empenho pela assimilação/integração, revitalizados permanentemente por agentes dentro do Estado ao longo de processos históricos no Brasil, subsidiaram nosso exame, nos permitindo apontar estruturas discursivas e ações políticas sustentadas no desenvolvimento e progresso, que agenciaram, na década de 1980, a construção da barragem de Itaparica e alguns de seus impactos sobre os indígenas. Ainda que vencedor, não obliterou os Tuxá, que resistem e se reafirmam numa nova territorialidade. Palavras-chave: desencantamento, cidade, urbano, Tuxá, indígenas.

Abstract

This article analyzes the small city and urban worlds as a strategy to disenchant the indigenous Tuxá world. We appropriate different concepts to operate an interpretation of the city as a signifier that impacts the way of seeing and living of the Tuxá in Rodelas, in the countryside of Bahia. The flooding of the city and the construction of an integrated new Rodelas and new indian urban village, operated an attempt of distancing the indigenous from the regime dos encantados. Efforts for assimilation/integration, permanently revitalized by agents within the State throughout historical processes in Brazil, subsidized our examination, allowing us to point out discursive structures and political actions sustained on development and progress, which agenciated, in the

1 Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Barreiras. Líder do grupo de pesquisa Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo (EAAU/IFBA).

2 Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Barreiras.

3 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Barreiras. Membro do grupo de pesquisa Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo (EAAU/IFBA). Bolsista PIBIC IFBA (2020/2021).

4 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Barreiras. Membro do grupo de pesquisa Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo (EAAU/IFBA).

5 Graduando em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Barreiras. Membro do grupo de pesquisa Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo (EAAU/IFBA). Bolsista PIBIC-Af IFBA (2020/2021).

1980s, the construction of the Itaparica dam and some of its impacts on the indigenous. Although victorious, it didn't completely suppress the Tuxá, who resist and reaffirm themselves in a new territoriality.

Keywords: disenchantment, city, urban, Tuxá, indigenous.

Os esforços (estratégias) para o desencantamento do mundo e a missão da assimilação urbana: catequizar para civilizar, civilizar para integrar e assimilar para desenvolver

Neste breve esforço de interpretação⁶ e análise das relações que interferiram e danificaram sistemas simbólicos próprios,⁷ modos de ver e viver o mundo, tomamos como tarefa compreender um pouco mais de perto, ainda que de longe, transformações urbanas que tiveram, como consequência, mudanças significativas nos mundos Tuxá.

Aqui optamos por analisar ações políticas operacionalizadas a partir de estruturas discursivas balizadas por noções de progresso e desenvolvimento nacional e suas implicações tendo como centralidade a cidade e o urbanismo/urbanização como signifiante e estratégia, para isso atravessamos um pouco pela história do Brasil e por fenômenos, processos e acontecimentos relevantes para nossa análise. O fizemos, mais especificamente, focando entre povos Tuxá do território da aldeia mãe, situada no município de Rodelas-BA, na região do submédio do rio São Francisco – área urbana que se desenvolveu nos anos 20 e 30 do século XX, no entorno da aldeia Tuxá; consolidada como município, nos anos 1960 e alagada, nos anos 1980, com a construção da Barragem de Itaparica, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), tendo sido reconstruída na borda do lago, numa cota estipulada pela engenharia, que a deixava à salvo de novas enchentes.

São complexas as relações que definem as cidades, seus desenvolvimentos e peculiaridades. Neste primeiro momento, analisamos as implicações de uma forma de produzir as cidades, em particular uma pequena cidade como Rodelas e as imbricações que desencadearam uma fragmentação do território e territorialidade Tuxá. Além disso, operamos um breve apanhado histórico para demonstrar como formas de constituir a relação com estes indígenas, foram revitalizadas, retroalimentadas ao longo de vasto período até a construção da Nova Rodelas. O povo Tuxá foi reterritorializado tendo como consequência uma desmistificação, desencantamento do antigo território, apresentando dificuldades para retomada de algumas práticas de encantamento e *arregimação*.

Tais questões nos direcionaram para uma narrativa de um único tópico, que aqui não queremos encerrar, para demonstrar que o caso específico de Rodelas seguiu referências que não incorporaram indígenas em sua totalidade, uma vez que o primeiro momento do alagamento teve como consequência a produção de uma cidade não-

6 Este artigo é fruto e resultado parcial do projeto: *Curso de extensão indígenas e contextos urbanos e do projeto de pesquisa: Do alagamento da aldeia ao (re)encantamento dos territórios: (re)urbanização indígena em Rodelas-Bahia*, que contaram com apoio financeiro do IFBA na concessão de bolsas de iniciação científica e se vinculam ao grupo de pesquisa Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo (EAAU/IFBA/CNPq).

7 "Se 'a imigração das ideias', como diz Marx, raramente se faz sem dano, é porque ela separa as produções culturais do sistema de referências teóricas em relação às quais as ideias se definiram, consciente ou inconscientemente, quer dizer, do campo de produção balizado por nomes próprios ou por conceitos em – ismo para cuja definição elas contribuem menos do que ele as define" (BOURDIEU, 1989, p. 07). Formas e conteúdos exógenos, modos de ver e viver o mundo externos, danificam estruturas simbólicas Tuxá, abalando o mundo mágico, encantado, bem como a recepção e apropriação destas e seus signos pelos indígenas, ressignificam sistemas exógenos que passarão a compor parte da cultura deste povo.

indígena ou pouco indígena, com pretensos esforços dissimulados de assimilação, projetando uma visão ainda colonialista sobre este povo.

Não são raras as dificuldades pelas quais passaram e passam os Tuxá, sobretudo e atualmente como consequência de processos desencadeados a partir da construção da barragem, quando os indígenas tiveram a aldeia e sua última Ilha, da Viúva, à época em posse da comunidade, alagada por águas do rio São Francisco, o que resultou na perda da terra sagrada e de cultivo, e na transferência da nova aldeia (aldeia mãe) para uma área anexa à cidade.

As tensões e conflitos gerados pela definição estatal de instalação das hidrelétricas na região da aldeia, não se processou sem resistências, negações, pressões e negociações que geraram termos estabelecidos entre indígenas e a CHESF, nos quais, a última garantiu cumprir um conjunto de ações pacificadoras, dentre elas a entrega de terras férteis em um prazo máximo de seis meses após a inundação ainda que:

[...] durante toda a negociação com a empresa, nunca se discutiu a respeito da perda de todas ilhas que compunham o nosso território tradicional, de modo que todo o trâmite se deu nos termos de uma compensação voltada apenas para a aldeia e a Ilha da Viúva. Por anos a negociação se arrastou e em 1998, por fim, a responsabilidade de aquisição de nossas terras passou da CHESF à FUNAI, através de um Termo de Ajustamento de Conduta (CRUZ, 2017, p. 62).

A construção da Barragem produziu diversas irregularidades como a descrita, pressionando o povo Tuxá à conflitos políticos internos que tiveram como consequência a sua divisão em três grupos: um que se estabeleceu em Nova Rodelas,⁸ outro que se dirigiu à cidade de Ibotirama, ambas localizadas na Bahia, e o terceiro migrou para Inajá no estado de Pernambuco. O descaso e as incoerências, somados à incapacidade de outros órgãos do Estado para assegurar compromissos da empresa continuam após trinta anos do remanejamento Tuxá, onde aqueles que optaram por permanecer em Rodelas, na aldeia mãe, seguem sem receber as terras acordadas durante as negociações com a CHESF.⁹

As disputas por terra entre os Tuxá e processos de expropriação e conversão de seu povo em proletários – para o modo de produzir predominante – não é recente e teve suas nuances durante períodos diversos: desde a colonização portuguesa, vinculados às incursões holandesas em Pernambuco, e os conflitos daí derivados até o presente momento. Esforços e estratégias de assimilação, eliminação, mestiçagem, foram e ainda são recorrentes e têm em comum a desumanização, a raça e a racialização como signo e, o racismo, como seu derivado. A cidade então aparece como uma saída de sobrevivência e como nova oportunidade para manutenção da vida. No entanto, o meio de vida urbano/citadino nos quais os Tuxá foram inseridos, não lhes ofereceu protagonismo, os colocando à margem de decisões no processo de alagamento de suas terras originárias, potencializando a difusão do trabalho explorado e a superioridade de uns sobre outros, numa articulação de elementos que, aparentemente dispersos, tem sua unidade e coesão.

⁸ Aqui nos referimos à reconstrução de Rodelas após a inundação, conhecida entre os Tuxá por Nova Rodelas (CRUZ, 2017).

⁹ Um exame acurado sobre os melindres dentro do Estado, órgãos como a FUNAI, SUDENE, dentre outros operadores de poder político e construção de hegemonia, grupos dirigentes, aparelhos privados e públicos poderiam ser de grande valor para uma compreensão mais ampla dos caminhos, sujeitos e pormenores que adiaram e adiam a execução do acordo de terras.

Apontamos para uma cidade e um urbano que se vinculam à noção de progresso e desenvolvimento e constroem uma dualidade que revitaliza e retroalimenta a representação dos povos indígenas como o passado, atrasado, entre outros significantes extensamente difundidos que se caracterizaram muitas vezes como um comentário,

[...] discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que o retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por se dizer (FOUCAULT, 1996, p. 22).

E aqui estendemos e situamos o signo da raça e o racismo, a noção de superioridade e a permanente revitalização da noção de integração, assimilação, desaparecimento dos povos indígenas que se articulam constantemente e são para todo efeito prático, um sistema de organização e processos de controle com continuidades, descontinuidades e atualizações. Desde o início da colonização e escravização indígena, passando pelo Império brasileiro e (re)atualizada na república, em regimes ditatoriais e experimentações democráticas, a assimilação/integração era vista como objetivo permanente e finalidade que extingiria (e poderá extinguir?) a identidade étnica de povos originários e seus herdeiros e herdeiras. O capital, a cidade, o progresso, a civilização moderna como fim último, são expressões de uma cosmologia que se centra na homogeneização da nação Brasileira e ganha contornos peculiares através do tempo.¹⁰

Diante de um fim último da humanidade, um telos, situado em aspectos descritos, temos um processo de desencantamento do mundo mágico Tuxá, ou, ao menos um esforço constante e generalizado, que aos poucos e a partir de tecnologias diversas de poder, vão constituindo estratégias, sendo essas:

[...] o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ele postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a de uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica e científica foi construída segundo este modelo estratégico (CERTEAU, 1998, p. 46).

Partimos dos encantados como signos que representam o movimento do fazer e desfazer da vida. O encantamento vem desse lugar, da potência da vida em se fazer de outro jeito, a partir da resignificação do território (físico e existencial) articulado com os encantados – energia espiritual necessária para o devir indígena. O alagamento do rio e da aldeia provoca o desencantamento do mundo até então conhecido pelos Tuxá. Engole o rio, a Ilha da Viúva, a aldeia e a cidade de Rodelas; leva consigo os territórios onde a vida se fazia do jeito próprio ali constituído, para se fazer promessa em outro espaço, cuja segurança de não mais alagar era garantida e a possibilidade de alinhamento com o progresso que chegava à região aproximava indígenas e não-indígenas de um anunciado futuro próspero, ainda mais urbano, que se ajustava com o desenvolvimento do país. Mas esse desenvolvimento pouco se orientava no sentido de respeito à diversidade e pluralidade Tuxá, preservação de seus modos de ver e viver e, em sentido amplo, materiais, imateriais, econômicos, religiosos, suas instituições sociais específicas, aspectos políticos e cosmológicos, por exemplo.

¹⁰ Para uma leitura importante de relações de longa duração com povos indígenas Tuxá, dentre outras ver Salomão (2006) e Almeida (2011).

O desencantamento emerge a partir de um modelo predominante de modos de produzir a vida em sua totalidade. Estamos nos referindo obviamente ao capitalismo e suas singularidades distribuídas em variados espaços e tempos, mas que mantém sua coesão a partir da reprodução do capital. Diante de atualizações como a emergência da cidade de Rodelas Velha no entorno da aldeia Tuxá em 1962, ou o alagamento na década de 1980, ou nas primeiras missões do século XVII, temos um constante esforço e produção de uma ordem na qual os indígenas são pressionados à perda da terra, proletarização e formas precarizadas de trabalho e alteração de suas cosmologias.¹¹ Daí resultam estratégias de dominação, táticas de resistência e negociação da manutenção de culturas, hábitos, identidades étnicas, produção do espaço, etc.

Uma das repercussões de uma mentalidade alterada, de um *ethos* que emergiu e se tornou totalizante está o desencantamento do mundo mágico. Um fenômeno que vai na contramão dos sentidos simbólicos construídos por comunidades, civilizações, sociedades autóctones, povos originários. O processo de colonização e sua consequente colonialidade corroboram para supressão, ou ao menos diligência, desses modos de operacionalizar o mundo.

Desmagificar, desencantar, é retirar o conteúdo mágico e substituí-lo por uma racionalidade diferente, baseada noutra ética que não destes povos, orientada por outras vocações. Estes processos de desencantamento teriam, para Weber, início nas profecias antigas judaicas e na ciência helênica que “repudiava como superstição e sacrilégio todos os meios mágicos de busca da salvação” (WEBER, 2004, p. 96) e teve no puritanismo sua conclusão. Por outro lado, e encontrando com a ética protestante, ainda que o catolicismo tivesse seus elementos de racionalização de desencantamento, a ciência convergiu com processos de desmagificação.

A intelectualização e a racionalização crescentes não equivalem, portanto, a um conhecimento geral acerca das condições em que vivemos. Significam, antes, que sabemos ou acreditamos, que, a qualquer instante, *poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos dominar tudo, por meio da previsão. Equivale isso despojar de magia o mundo. Para nós não mais se trata, como para o selvagem que acredita na existência daqueles poderes, de apelar a meios mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, mas de recorrer à técnica e à previsão. Tal é a significação essencial da intelectualização* (WEBER, 2011, p. 25).

Os percursos, múltiplos e diversos, que processos como estes materializaram no Brasil é de largo conhecimento. Colonização, missões religiosas, progresso, desenvolvimento, expropriação da terra – e sua transformação em mercadoria –, desenvolvimento, higiene, racismo e eugenia, urbanismo, proletarização, dentre outros, inclui-se o trabalho compulsório, forçado, e a escravização, que somada às ocupações estrangeiras europeias, desde seus anos iniciais, renderam aos povos indígenas, originários, o signo de *negro da terra*.¹² Tal definição dada pela suposta condição de inferioridade, subjugação, escravização, embrutecimento e exclusão das populações indígenas dentro do mundo colonial, promoveu uma racialização a partir de

¹¹ Sobre as primeiras missões e as várias que se desencadearam entre os Tuxá e o aparecimento do município, ver Salomão (2006).

¹² Em seu livro, Monteiro (1994) identificou na documentação o apelido de negro da terra para indígenas, como no trecho: “[...] reservando-se para a vasta maioria da população indígena a sugestiva denominação de ‘negro da terra’” (MONTEIRO, 1994, p. 155).

outros parâmetros e produziram condições de existência que interferem diretamente no desencantamento.

De fato, a história é testemunha de que várias tragédias ocasionadas pelos colonizadores aconteceram na vida dos povos originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. Não que esses povos não conhecessem guerra, doença e outros males. A diferença é que nos anos da colonização portuguesa eles faziam parte de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo, ou seja, um projeto político dos europeus, que os povos indígenas não conheciam e não podiam adivinhar qual fosse. Eles não eram capazes de entender a lógica das disputas territoriais como parte de um projeto político civilizatório, de caráter mundial e centralizador, uma vez que só conheciam as experiências dos conflitos territoriais intertribais e interlocais (LUCIANO, 2006, p. 17).

Estes esforços foram coordenados e tinham suas finalidades assim como as suas atualizações constantes, bem definidas. Se aqui tomarmos a descrição de Mbembe, compreenderíamos que o Negro é “Produto de uma máquina social e técnica indissociável do capitalismo. Da sua emergência e globalização, este nome foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação” (MBEMBE, 2014, p. 19). Diante da significação de Mbembe (2014) associada à de negros e negras da terra indicada por Monteiro (1994), teremos uma compreensão da experiência generalizada às quais estes diversos povos estiveram, e estão, submetidos. Se analisarmos as aproximações a partir dos esforços de materializar as raças por uma série de mobilizações, relações de poder, Estado, dispositivos e instituições vinculados ao aparelho econômico operacionalizados por grupos para este fim, nos encontraremos um pouco mais próximos e próximas da apreensão e compreensão de histórias de indígenas no Brasil e na América, bem como de negros e negras, sem perder as dimensões de suas particularidades.

Podemos remeter ao período colonial brasileiro para retomar algumas estratégias adotadas pelo Império Português na regulação do uso da mão de obra indígena, quando toda uma legislação será configurada e atualizada de acordo com o desejo de agrupar, doutrinar e *civilizar* os povos indígenas na medida em que estas ações poderiam configurar uma mão de obra apta ao trabalho necessário aos negócios da Colônia/ Império/ Nação.

Com o propósito primeiro de agrupar e dominar, as ordens religiosas tiveram papel fundamental como doutrinadoras espirituais; em seguida, com o objetivo de transformar o *selvagem* através de referências do mundo europeu, aumentou-se a interferência do Estado e dos demais colonos sobre os agrupamentos indígenas. Para o primeiro momento, a condução foi materializada através da implantação dos aldeamentos missionários, regularizados a partir do final da primeira metade do século XVI e organizados por distintas ordens religiosas: jesuítas, franciscanos, capuchinhos e outras.

Com a intenção de impedir as práticas culturais heréticas e, na medida em que se verificou que os indígenas conciliavam a nova religião com os seus próprios costumes, os aldeamentos passaram a exercer um controle administrativo sobre os aldeados. Esse controle estendido para o campo administrativo da vida, extrapolando os limites da doutrina espiritual, garantia a dimensão necessária para o aproveitamento da mão de obra dos povos aldeados sob administração dos religiosos, que assim agrupados,

atendiam às demandas provenientes de diferentes instâncias: dos missionários, do governador da colônia e dos colonos locais (SANTOS, 2014; PARAÍSO, 2014). Obviamente que essas ações não produziam um movimento de mão única, e povos indígenas se utilizaram dos aldeamentos e missões para sua sobrevivência, resistência e proteção, bem como, estes espaços fizeram emergir novas etnias, a partir do contato intercultural diverso. Ainda que esta não fosse a finalidade:

O aldeamento, em si, a disposição das casas, a posição central assumida pela igreja (normalmente, tendo à frente um cruzeiro e uma enorme praça), a divisão da rotina diária entre as atividades produtivas e de aprendizado, tudo isso, para além dos conteúdos doutrinários e culturais transmitidos pelos missionários, contribuía para introduzir novos hábitos, novas concepções de tempo, espaço, moradia, família, trabalho, produção e sobrevivência (SANTOS, 2014, p. 38).

Noutro momento, inúmeros alvarás, leis e decretos surgiram para estabelecer limites de controle dos missionários sobre os povos indígenas, de forma a que esses pudessem servir mais livremente aos interesses do governo e dos colonos locais. A publicação desse conjunto de documentos determina o fim do projeto de catequese, como meio de controle e dominação indígena e introduz o projeto *civilizatório*¹³ como meio de inserção dos indígenas na sociedade (SANTOS, 2014). Esta transição é importante porque simboliza o deslocamento da catequese, como política concentradora de mão de obra, para a sua expansão necessária aos negócios da colônia.

Importantes mudanças deste período ocorreram no rol das reformas pombalinas implementadas em meados do século XVIII. A sua importância se deve sobretudo, à reafirmação da liberdade indígena (concedida em 1609, mas pouco praticada desde então) que ampliava as possibilidades de uso de sua mão de obra pelo governador e pelos colonos; e à transformação dos aldeamentos em vilas, que reduzia o poder exercido pelos missionários e concedia aos índios a propriedade destas terras.¹⁴ Tais ações, pretendiam estreitar as relações dos povos, até então aldeados, com os colonos, de forma a incorporá-los à sociedade local.

A publicação das novas determinações, em 1758, modificou o sistema de colonização vigente, ao substituir o *sistema dos jesuítas* – e acrescentaríamos de capuchinhos, por exemplo – por outro comandado pelo Estado e pelos colonos, tendo como principais ações a abertura dos aldeamentos transformando-os em vilas. As ações decorrentes dessa mudança permitiriam o acesso de pessoas de fora (colonos), cuja presença reforçaria a mudança de costumes e a miscigenação; o estabelecimento de uma administração civil sobre os índios e deles sobre si mesmos, diminuindo o poder da igreja e intensificando a necessidade de reorganizar as relações de trabalho e produção; e a integração social que pressupunha um processo continuado de *desindianização* em direção à civilização.

Estas modificações reafirmaram a mudança que se processava naquele momento. Não

13 Embora a ideia de *tornar civil* já fosse conhecida desde o século XVI, o termo civilização e suas variações surgem apenas no século XVIII. Além do mais, a associação feita entre os termos *polido* e *civilizado* ganha força por remeter a uma diferenciação entre o habitante da cidade, que conhece “os preceitos civis” e “vive de acordo com eles” (SANTOS, 2014, p. 218) e o camponês (morador do campo) ou selvagem (vinculado a um estágio natural anterior à civilização).

14 A lei de 1.700 garantia a doação e demarcação de “uma légua de terra em quadra” (SANTOS, 2014, p. 64) para cada aldeia com o objetivo de garantir a sustentação dos indígenas, até então aldeados, mas poucas terras de fato foram demarcadas, por conflitos de interesses com colonos que não queriam abrir mão de suas posses para cessão aos indígenas.

é que a catequese não fosse mais necessária como processo de controle e dominação indígena, mas ela perdia sua centralidade na medida em que se estabelecia um sistema civil baseado no poder do rei e dos donos de terras, a proposta de fundo girava sobre a ideia de inserir “os índios como trabalhadores livres na economia regional” (SANTOS, 2014, p. 81). Assim, a nova ordem do processo de colonização não excluía a presença religiosa, mas a tirava do lugar prestigiado de importância anterior.

Para alcançar os objetivos propostos seria necessário implementar uma mudança no modo de viver indígena que “incorria na transformação do espaço e das pessoas à semelhança do reino, visava destribalizar e aculturar os índios [...] criando um ‘extrato camponês ameríndio’ integrado na economia de mercado como assalariado” (DOMINGUES, 2000, p. 68-78, apud MARCIS, 2016, p. 74). Como forma de integrá-los ao mercado, seria necessário cumprir a distribuição de terras aos povos aldeados (o que, como se sabe, nunca se efetivou completamente) para que praticassem a agricultura, o extrativismo e comercializassem os excedentes, de forma a transformá-los em camponeses.

No entanto, apesar do discurso que pretendia equiparar os povos indígenas aos demais colonos e inseri-los na prática comercial, partia-se do princípio de que eram racionalmente inferiores e incapazes de entender os meandros dos trâmites comerciais, portanto, deveriam vender apenas sob a supervisão dos diretores das vilas que receberiam os valores cobrados pelos produtos e depois os dividiria entre todos, de acordo com as necessidades de cada um, o que sob a justificativa de impedir que fossem explorados pelos comerciantes, acabassem explorados pelos diretores¹⁵ (MARCIS, 2016).

Em relação aos e às Tuxá:

[...] apesar de o primeiro registro oficial do encontro com os índios Rodela ser de 1646 e a fundação da primeira missão em 1671, antes de 1639, quando o índio Rodela ficou conhecido na guerra contra os holandeses, esses índios já deveriam ter tido algum tipo de contato com o colonizador (SALOMÃO, 2006, p. 25).

E o que se verificou a partir da implantação das legislações do século XVIII, foi que na região, hoje definida por Nordeste, com a transformação das aldeias em vilas, poucas terras foram de fato demarcadas e, progressivamente, os povos, antes aldeados, foram sendo expulsos ou obrigados a arrendar as terras que faziam parte dos antigos aldeamentos.

O que sucedeu aos povos e culturas indígenas do Nordeste? As populações indígenas que hoje habitam o Nordeste provêm das culturas autóctones que foram envolvidas em dois processos de territorialização com características bem distintas: um verificado na segunda metade do século XVII e nas primeiras décadas do XVIII, associado às missões religiosas; o outro ocorrido neste século e articulado com a agência indigenista oficial (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

15 A presença dos diretores foi instituída como necessária a partir da publicação do Diretório dos Índios, publicado em 3 de maio de 1757. Desde a publicação da lei que estabelecia a administração dos índios por parte do governo, percebeu-se que a distância estabelecida entre administradores e administrados, não permitia o controle efetivo dos segundos, entendidos como incapazes de administrar suas vidas por conta própria, para solucionar a questão, foram inseridos tutores nas vilas, incorporados na figura dos diretores.

Sem o controle dos jesuítas e *livres* para trabalharem para outros, dentro de um sistema exploratório, grande parte dos povos indígenas foram gradativamente deslocando-se para lugares poucos habitados/explorados ou acabaram integrando-se à organização econômica local, mas restringidos socialmente e mal remunerados pelos regionais que os empregavam.

Abordar essas questões é importante, pois a formação da cidade velha de Rodelas se desenvolve a partir da ocupação Tuxá nas proximidades da igreja. A aldeia se consolida como núcleo urbano, ao qual, são sucessivamente anexadas as casas dos não-índios, posicionadas a partir da igreja, seguindo rio abaixo, enquanto as moradias Tuxá se localizavam da igreja, rio acima. Tem-se com esse referencial espacial, uma mudança no papel simbólico da Igreja que, nas palavras de Ricardo Salomão (2006), passa de “instituição que teria como objetivo ‘instruir’ os índios para sua integração na sociedade não-indígena” à “marco da divisão entre a aldeia e a casa dos brancos e morenos” (p. 66).

Aquele modo de lidar com as populações que *resistiam ao processo civilizatório* perdurou até o início da República (1889) quando, ainda neste período, a assistência dada pelo Estado aos indígenas, era representada, quase exclusivamente, pelos missionários católicos – situação que foi modificada pela publicação da Constituição de 1891 que implementou o projeto laico. A criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1918, acabou por formalizar a ação do Estado sobre os povos indígenas, tendo como proposta de fundo “transformar o índio, civilizá-lo, ‘melhorá-lo’” (PIMENTEL, 2013, n.p); ora tratando-os como tutelados, ora entendendo-os como indivíduos autônomos. Em ambos os casos, partia-se do princípio que, cedo ou tarde, deixariam de ser indígenas e se incorporariam à sociedade brasileira.

Nestes sentidos, a cidade se constituiu como um espaço (território) centralizador de realização dos projetos de integração, civilização, progresso, desenvolvimento, proletarização, ciência, conflitos, tecnologia e também embranquecimento, disciplinarização, controle e a *assimilação* de povos, emanador de territorialização. Na ditadura civil/militar brasileira, tivemos o crescimento da concentração populacional urbana superando a rural, uma nova condição e conseqüentemente a cidade cada vez mais centralizadora. Para Mumford (1991):

[...] a cidade pode ser descrita como uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização e suficientemente condensada para adquirir a quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permita encontrar um lugar que sirva de abrigo às necessidades mutáveis e as formas mais complexas de uma sociedade crescente e de sua herança social acumulada (p. 38-39).

E esta, em sentido amplo, representou a expressão em que a aldeia voltada pra si, para a reprodução da vida e da subsistência, “cedeu lugar à ‘civilização’ urbana, essa peculiar combinação de criatividade e controle, de expressão e repressão, de tensão e libertação” (MUMFORD, 1991, p. 38), re-organizando e direcionando a vida coletiva a partir de outros parâmetros que envolveria a expropriação, exploração, uma ampliação da divisão do trabalho e suas assimetrias, hierarquias e dominação estrutural de pequenos grupos sobre grupos maiores e novas estruturas de poder.

Após o golpe que instituiu a ditadura civil/militar, em 1964, também houve uma significativa mudança de postura dentro do Estado, em relação aos povos indígenas. Neste momento, embora o ideal de civilização ainda estivesse nos bastidores das

políticas indigenistas, as práticas do SPI (1918 a 1967) e da Funai – Fundação Nacional do Índio – (1967 a 1988¹⁶), respondiam aos direcionamentos político econômicos que se articulavam ao paradigma de desenvolvimento.

Assim, o papel do SPI e, posteriormente, da Funai foi, pelo menos até a publicação da Constituição de 1988, exercer tutela sobre os povos indígenas, integrá-los progressivamente à sociedade e ajudar na demarcação de suas terras, desde que estas ações não interferissem no desenvolvimento dos projetos socioeconômicos do país. É deste modo que, como demonstra Elias Bigio (2007), cada uma destas instituições estará vinculada aos ministérios que promovem as políticas de desenvolvimento.

[...] teremos o SPI vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no período de 1910-1930, ao Ministério do Trabalho no período de 1930-1934, ao Ministério da Guerra no período de 1934-1939 e novamente ao Ministério da Agricultura de 1940 até sua extinção em 1967. Já a Funai, de 1967 a 1990 [...], esteve vinculada ao Ministério do Interior, que era responsável pela política desenvolvimentista dos governos militares (BIGIO, 2007, p. 15).

Temos em processos não lineares a atualização constante de formas organizativas, de um lado a tutela e a integração/assimilação por novas instituições e dispositivos, de outro a aldeia, que reaparece como aquela a ser interdita, contingência a ser evitada, acaso a ser controlado, absorvida e superada pela cidade, pela civilização e a atualização do progresso e desenvolvimentismo articulado na SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).¹⁷

A barragem de Itaparica foi um projeto desenvolvimentista da SUDENE, que por sua vez se alinha com o discurso dominante que defende e propaga o progresso e o desenvolvimento como medida de todas as coisas. Toma-se como referência o Sudeste para tirar o Nordeste do atraso que lhe caracteriza, crescem as indústrias e a demanda por energia, novas barragens são justificadas como necessárias e, embora sabedores dos desastres sociais que provocam, o Estado propõe compensações às populações impactadas como se fosse possível reparar perdas que são irreparáveis, porque não é apenas o solo produtivo que deixa de existir, mas toda uma vida simbólica que desaparece.

Aqui não pretendemos apontar uma teoria geral da cidade, mas muito mais algumas características históricas que as marcam. E se em Rodelas tivemos a constituição de uma cidade velha nas bordas de uma aldeia, o alagamento sem dúvidas produziu uma nova cidade sobre uma aldeia antiga e novamente a colocou às margens, mas agora da inundação. Também não podemos apresentar Rodelas e as suas relações com a aldeia Tuxá como sendo exclusiva a emergência de uma cidade nas proximidades ou sobre uma aldeia, pois, “Uma cidade é, sem dúvidas, antes de tudo, uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como é um tecido de relações sociais” (PESAVENTO, 2002, p. 32), e este fenômeno sobre aldeias não é raro neste país, aliás, generalizar isso seria muito menos perigoso do ponto de vista dos acontecimentos históricos. Ainda em acordo com Pesavento, “mas o que importa na produção de seu imaginário social, é a atribuição de sentido, que lhe é dado, de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam” (2002, p. 32), seria sobre isso o que nos dedicamos neste estudo e análise: Tuxá e os mundos urbanos e suas renovações,

¹⁶ Embora a atuação da Funai permaneça até os dias de hoje, é importante assinalar que a publicação da Constituição Federal de 1988 modificou a sua forma de atuação.

¹⁷ Ver Silva (2018).

novas e velhas cidades. Contudo, acrescentaríamos que este imaginário vai além de habitantes das fronteiras urbanas da cidade e chegam onde puderem chegar, assim como a própria autora aponta, noutro momento de seu texto, como nos chega ao país um imaginário de Paris, por exemplo.

A comunidade Tuxá vem passando por um longo período de luta por suas terras, territorialidade, mas este processo é tão longo e com vários momentos distintos, que indicamos um retorno ao período de colonização que permitiu inúmeros delitos e mesmo crueldades, muitas vezes não compreendidas como criminosas pelos protagonistas, mas que foram cometidas contra os povos originários, principalmente através da expropriação de seus bens, de suas terras e da sua própria integridade, porém, nesse texto, vamos nos ater aos apontamentos e relações já introduzidas.

No decorrer do tempo, sucederam diversas mudanças políticas e ainda mesmo com a implantação da República, tensões e violências contra indígenas se perpetuaram até os dias atuais, ações empregadas por grupos privados e pelo Estado, distribuíram e distribuem discursos de que os indígenas não se constituem como indivíduos completos, mercedores de direitos e de um tratamento digno, dissimulando a Constituição, fazendo com que os povos indígenas passem por processos permanentes de reafirmação para assegurar sua existência e indianidade.

A edificação da Barragem de Itaparica, determinou a perda de um conjunto de territórios Tuxá.

Com a inundação parcial do território, todas as ilhas que existiam naquela região ficaram de baixo das águas do rio São Francisco. Ilhas como: ilha do Peixinho, ilha do Sabonete, ilha Cambaingá, ilha do Cupim, ilha Tucum, ilha da Porta, ilha da Cobra, ilha do Rodrigues, ilha do Coité, ilha de Surubabel, ilha do Coitezinho, ilha do Fubá, ilha do Serrote e ilha do Urubu; que constituíam nosso território original (VIEIRA, 2017, p. 38).

Novamente os Tuxá se deslocam (diáspora) cedendo terras agora ao Estado, pressionados e sem grandes alternativas, crenes em acordos e com a promessa de desenvolvimento do Nordeste, a aldeia foi submersa nas águas represadas pelo concreto. A Velha Rodelas e as ilhas, entre elas a da Viúva, se tornam distantes. Os impactos incalculáveis, são ao menos apontados:

[...] nós índios Tuxá, passamos a conviver em um novo estilo de vida, além de presenciarmos as mudanças geradas na dinâmica do rio naquela região, sem contar a grande mudança do espaço, que passou a não ter quase nenhuma referência ao antigo. De rio de águas correntes, nós índios passamos a presenciar um “novo rio”, um rio de águas calmas. A área de mata ciliar, que constituía as margens baiana e pernambucana, foi toda alagada, levando consigo a maioria das plantas que utilizávamos no nosso cotidiano, tais como a ingazeira e o jatobazeiro, que passaram a não existir nas margens do rio. Com a desestruturação do ambiente, os peixes passaram a ser pescados em menor frequência, gerando um desequilíbrio ecológico na região do sub-médio São Francisco, pois alguns tipos de peixes, que compunham nossa base alimentar, basicamente sumiram naquele trecho do rio (VIEIRA, 2017, p. 38).

A perda de parte do território em que os índios Tuxá viviam há bastante tempo,¹⁸ proporcionou uma nova vida, trouxe questões imensuráveis e irreparáveis, tanto políticas – como a divisão das lideranças do seu povo –, quanto a perda da vinculação com parte de um passado e com o seu espaço simbólico e ritualístico. E aqui temos um processo de desencantamento, pois dentre as ilhas, a Viúva situava-se entre os mais importantes territórios do regime do índio, da *arregimação*,¹⁹ da manifestação e consulta aos encantados e ao mundo oculto, cujos rituais foram impactados com Nova Rodelas e a nova aldeia.

A prática do particular, que era sempre realizado na Ilha da Viúva, passou a ser realizado na nova cidade dentro da aldeia, na “casinha” que foi construída afastada das casas para esse propósito. Com o passar dos anos e o aumento populacional, as casas da aldeia foram se aproximando da “casinha”, fazendo com que essa não mais servisse para as práticas rituais. Meu povo teve, com isso, que procurar novamente outro lugar para a prática ritual, se afastando das habitações. A proximidade com a cidade e o trânsito de pessoas de fora para dentro da aldeia são problemas que têm afetado diretamente nossa ciência, causando inseguranças dentre as pessoas na prática de nossas *obrigações* (CRUZ, 2017, p. 127-128).

A implantação desses grandes projetos, traz consigo vários tipos de violências praticadas pelo Estado contra os povos indígenas, entre elas o deslocamento compulsório e a agressão ao patrimônio histórico e cultural desses povos são as mais nocivas. São projetos que invadem terras indígenas, afetando a vida de inúmeros indivíduos, provocando a desestruturação interna do grupo, como coletividade [...] (ALMEIDA, 2011, p. 8).

Notamos o quanto os Tuxá passaram por processos dolorosos de perdas de terra e descuidos por parte de dirigentes de Estado, governantes e órgãos públicos, somados à imprensa e outras instituições privadas. Ainda que de forma não linear, a perseguição constantemente renovada a partir de novas ações políticas danificaram parte da estrutura simbólica deles, e aqui retomamos o desencantamento em sua acepção Tuxá, associada à *arregimação* - conceito próprio que define a prática desta nação - e operamos a análise associando ao desenvolvimento do conceito de desencantamento utilizado por Weber difundido pelos ocidentais através da racionalização do mundo.

As implicações das ações da CHESF e suas consequências na cidade, a transferência das famílias atingidas, estendia uma renda prevista para os indígenas, Verba de Manutenção Temporária (VTM), que seria paga até que fosse finalizado o processo de instalação em suas terras e os indígenas conseguissem produzir seu próprio sustento. No entanto, esse subsídio muitas vezes foi insuficiente para o amparo das famílias, que não tiveram como produzir o seu sustento.

Mesmo com a formação de uma nova aldeia na fronteira da cidade, como uma espécie

18 Não temos um cálculo exato do território e suas dimensões através do tempo e suas perdas. Mas nos séculos que se seguiram aos conflitos entre antepassados dos Tuxá e este grupo, ocorreram sucessivas perdas, aqui nos concentramos nessa última, de grande impacto.

19 Regime dos encantados. Importante destacar que a *arregimação* sofreu um hiato em razão dos alagamentos. Os indígenas, por um período, acreditaram que não haveria mais, da forma que era realizada anteriormente, a consulta aos encantados em espaços pedidos, devido aos processos que ocorreram. Sandro Hawati Jurum Tuxá, comentou durante a realização do curso de extensão: indígenas e contextos urbanos, em fevereiro de 2021, que chegaram a ficar mais de uma década sem praticar alguns ritos.

de bairro desta, não se restitui o conjunto do que foi acordado, nem tampouco a possibilidade de continuidade de um conjunto anterior de modos de viver Tuxá, pois o impacto do alagamento, da migração e perda da Viúva eram sentidos e pressionavam o povo a uma nova conformação, e mesmo, a transformação de seus ritos, formas de reprodução econômica, materiais e, obviamente, de seu corpo coletivo e individual que eram objetos de novos modelos arquitetônicos, urbanos e disciplinares. Mais fácil de controlar seria a assimilação pelo mecanismo da cidade? Certo era que “Não existiam cercas na ilha da Viúva, e a solidariedade entre os índios era muito maior do que os dias de hoje, além de poderem praticar seus rituais sem serem incomodados pelos não-índios” (SALOMÃO, 2006, p. 95).

Poderíamos acrescentar que os Tuxá descrevem um hiato entre a retomada de rituais de *arregimação*, de contato com os encantados, que durou mais de uma década após o estabelecimento em Nova Rodelas. Houve um temor de que os encantados não retornassem, não aparecem mais, indicando um desencantamento do mundo e consequências desastrosas para a manutenção do regime dos índios. No horizonte, se apontava o medo do fim de uma cosmologia. No depoimento de Lourdes, da família Libana, sobre os conflitos internos, a memória do passado da Viúva e o retorno de Ibotirama para Rodelas, descreve em trecho:

Não era melhor (do que hoje) porque a gente vivia tudo aperreado. Mas não tinha medo nenhum. Mas vivi na ilha da Viúva, graças a Deus ninguém morria de fome, tinha a caça, tinha o peixe, tinha tudo. E a gente vivia lá, plantando mandioca, ralando, pra fazer a mistura, a batata, tinha de tudo pra comer. De fome ninguém morria. Agora dinheiro ninguém tinha, e nem riqueza ninguém tinha. Hoje está ai essa riqueza por causa dessa mudança da CHESF, ai sumiu a nossa aldeia, a ilha da Viúva, aí a CHESF está dando salário a nós. Mas vai cortar e nego vai voltar ao tempo ruim, enquanto tem um ‘salarizinho’ está tudo bem, tem o que comer, tendo com o que fazer as compras, agora quando cortar ai, ai, ninguém sabe, Deus é quem sabe (SALOMÃO, 2006, p. 158).

Com fronteiras aproximadas, território desvinculado, terras perdidas, um conjunto de elementos, da estrutura simbólica Tuxá, são reprimidos e redimensionados. Algumas distâncias já haviam sido reduzidas entre índios e não-índios desde a cidade antiga, porém não assegurava uma vida em comunhão e respeito às diversas particularidades de Tuxá. Como evidencia Salomão:

Os brancos de Rodelas só dançarão com os morenos, e posteriormente com os índios, somente em 1963, durante a primeira campanha eleitoral da cidade de Rodelas para a escolha do prefeito e da câmara de vereadores, quando o povoado se transforma em município. Na história contada por todos os moradores índios e não-índios da “velha Rodelas”, a esposa do primeiro prefeito de Rodelas, Manoel Moura, foi a primeira branca a dançar publicamente com um moreno (SALOMÃO, 2006, p. 69).

Desde o alagamento, a separação das terras originárias, as alterações sonoras provocadas devido à adulteração do ritmo das águas e topografia, a nova localização espacial e outras formas de edificação, além do impacto causado nas reservas de matas – lugares de ritos do oculto e suas manifestações como encantados – toda uma forma de fazer, até então conhecida e compartilhada por todos foi impactada. Uma desterritorialização forçada pela inundação é sucedida de uma (re)territorialização gestada na nova cidade e em outros territórios, sem que fossem realizados acordos de

reciprocidade *contrato social* ou que aqueles feitos fossem cumpridos. Reduzidos seus termos e não atendidos em sua totalidade, esta última também tem suas conformações políticas instituídas pelo alto, não como uma decisão voluntária e/ou negociada sem grandes assimetrias com os Tuxá na Nova Rodelas.

Quando nos referimos à terra indígena, incluímos na definição questões maiores do que a redução desta à mercadoria, “Como usufrutuários das terras da reserva e não proprietários, os índios não as podem vender ou livremente arrendar aos brancos, o que constituía prática comum antes da instalação do Posto Indígena, motivando tanta alienação do patrimônio nativo” (NASSER, 1975, p. 108). A terra indígena ia além de ganho financeiro, era uma totalidade religiosa, cosmológica, material, simbólica, relacionada às experiências no meio ambiente a partir de lógicas específicas, e a perda desse local ameaça a integridade física e cultural do seu povo.

Como disse antes, nossa aldeia fica *dentro* da cidade, há uma placa da FUNAI indicando uma fronteira entre a mesma e a terra indígena, contudo a aldeia é de fato uma aldeia urbana. Gerações e mais gerações de índios frequentaram as mesmas escolas dos brancos, trabalharam para os brancos e conviveram cotidianamente de maneira muito próxima. Mas como foi e é essa convivência? Os grupos sociais de Rodelas são historicamente bem delimitados: índios, brancos descendentes das elites locais, morenos e descendentes dos escravos. Essas designações, repletas de preconceitos, continuam operando nos dias de hoje (CRUZ, 2017, p. 40-41).

Diante da descrição acima, os Tuxá passam a lutar pela demarcação de seu novo território, buscando o seu direito de existir enquanto indígenas, não apenas de sobreviver. Desfeitas com a inundação, várias das relações econômicas materiais, que definiam um modo de produzir a vida material e simbólica como uma totalidade, foram fragmentadas e fragilizadas, desde a meação no uso do solo e trabalho na terra, produção, navegação, pescaria, comercialização de produtos (trocas) como cebola, cerâmica, madeira, dentre outros, e mesmo aqueles que eram vinculados à subsistência, foram cessados, destituídos.²⁰ A nova cidade representava o esfacelamento do modo de produzir Tuxá e de suas relações anteriores, ainda que já estabelecidas na cidade de Rodelas – também um mundo urbano – porém, os fluxos étnicos ali, eram maiores do que aqueles que viriam a sobreviver diante da Nova Rodelas e os que seriam restituídos décadas depois na migração e construção na nova aldeia.

Ainda que fortemente vinculados à um conjunto de relações e trocas com o catolicismo, “suas práticas místicas secretas, de caráter místico onde se comunicam com os ‘gentios’ do ‘reino encantado’, centradas na ingestão do vinho da jurema e no fumo no cachimbo de barro, são na realidade, o âmago da vivência sacral desses índios” (SILVA, 1984, p. 51-52). Colocado desta maneira, a apropriação do catolicismo se deu a partir da incorporação deste às cosmologias Tuxá, porém, redefinido com o alagamento, “Pela condição de ilha produtiva, mas também reprodutiva, posto ser local privilegiado dos *trabalhos e segmentos, as correntes das águas* em muito favoreciam o contato entre humanos Tuxá e seus correlatos não-humanos” (DURAZZO, 2019, p. 286).

Voltemos ao período do Estado Novo, este que foi marcado pela continuidade da política integracionista, ou neste momento, de *assimilação*,²¹ mas com uma diferença

20 Para um aprofundamento do conhecimento da economia Tuxá antes da barragem de Itaparica e suas relações com a cidade velha de Rodelas, ver Nasser(1975).

21 O uso deste termo tornou-se comum no Brasil a partir dos anos 1930 para denominar o tipo de política utilizada pelo Estado para estabelecer a unidade em torno da nacionalidade. A partir deste pressuposto as

em relação aos períodos anteriores: as ações desenvolvidas a partir deste momento se alicerçavam sobre o paradigma de desenvolvimento, instituído no âmbito internacional, desde a década de 1920, mas assimilado no Brasil através da conformação de um apelo industrial, integracionista e nacionalista. Outra diferença em relação aos períodos anteriores se evidencia na caracterização dicotômica do indígena. De um lado, invoca-se a perda cultural pelo contato com a civilização que acabaria por assimilá-lo à comunhão nacional. De outro, cria-se a figura do índio formador da sociedade brasileira e que, portanto, deve ser reconhecido, protegido e tutelado enquanto ainda não se completa o seu processo de assimilação plena. Tais ações respondem a um momento político que tentava estabelecer a unidade do território nacional e se alinhar à discussão racial que problematiza, desde finais do século XIX, as origens da população brasileira.

Uma das estratégias utilizadas no Estado para promover a unidade foi retomar²² e intensificar o processo de interiorização do país – principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste – que ficaria conhecido como a Marcha para o Oeste. Na medida em que esta interiorização pressupunha o avanço pelos *sertões*²³ e seu inevitável encontro com os povos indígenas que habitavam aquelas regiões, era preciso pensar estratégias que favorecessem este contato. Como proposição, afirma-se a necessidade de distribuição de terras como forma de fixar os povos ao território – eliminando o caráter nômade de sua ocupação – e transformá-los em cidadãos produtivos e trabalhadores sob os cuidados do SPI (GARFIELD, 2000). O que se pretendia com isso, era expandir as terras produtivas pelo interior do país e tornar os povos indígenas parte deste processo, integrando-os à comunidade nacional.

Os discursos e ações articulados ao longo dos anos 1940, por representantes do SPI se alinham com a política nacional ao defenderem a demarcação das terras como forma de *garantir a sobrevivência dos índios*, reconhecendo, ainda, o estágio provisório desta determinação, pois em constante processo de evolução, em algum momento o *índio* finalmente *deixaria de ser índio*, tornando-se *civilizado*, emancipado e integrado ao restante da sociedade (GARFIELD, 2000).

É claro que os índios, assim como o negro, terão que desaparecer um dia entre nós, onde não formam ‘quistos raciais’ dissolvidos na massa branca cujo afluxo é contínuo e esmagador; mas do que se trata é de impedir o desaparecimento anormal dos índios pela morte, de modo o que a sociedade brasileira, além da obrigação que tem de cuidar deles, possa receber em seu seio a preciosa e integral contribuição do sangue indígena de que carece para a constuição do tipo racial, tão apropriado ao meio, que aqui surgiu (VASCONCELOS, 1939, p. 34 apud GARFIELD, 2000, p. 4).

No entanto, esta visão evolucionista do índio não representava um entendimento consensual absoluto. Havia uma oposição instalada, que defendia a versão do índio nômade, improdutivo e desobediente para os quais não havia jeito de *civilizar*, nem

questões étnico raciais são sublimadas em nome da formação identitária brasileira a que todos deveriam se incorporar.

22 Embora não tenha sido explicitado ainda neste texto, sabe-se que parte dos conflitos, apreensões e aldeamentos dos índios se deve também, aos processos de interiorização no território, promovido desde o período colonial. Aqui este processo será retomado não só como forma de expandir os domínios, mas principalmente com a intenção de integrar cada pedaço do território nacional, tornando-os produtivos.

23 Definições de sertão remontam ao processo de colonização do Brasil, entendidos, por muitos, inicialmente, como área distante do litoral, ou ainda, área pouco explorada. Na medida em que os processos de interiorização se estabeleciam, e novas terras eram ocupadas, uma nova configuração de sertão se formava, aumentando, conseqüentemente, a sua distância até o litoral.

soluções a serem dadas, pois em séculos de colonização, continuavam “ingênuos e contemplando a natureza enquanto todos os outros brasileiros trabalhavam para o progresso da nação” (ESCOBAR, 1941, p. 116 apud GARFIELD, 2000, p. 7).

Apesar das oposições existentes, a política no Estado insistiu no protecionismo indígena e na sua integração social pelo trabalho – orientada pelo discurso trabalhista que se impunha naquele momento. A aparente benevolência expressa na tutela indígena, fazia transparecer o autoritarismo de Estado que não abria qualquer diálogo para que os grupos tutelados expusessem seus próprios interesses e demandas. A construção das suas necessidades, tal como da sua imagem simbólica, expressava tão somente, como afirma Garfield (2000), as ideias dos não-índios, brancos.

Ainda numa era republicana, e pós-ditaduras, essas práticas no Estado se reavivam, e esses deslocamentos desencantam e afetam os atingidos em diferentes aspectos, e ainda partem dessa visão sem alteridade, sem considerar a relevância dos modos de ver e viver de indígenas, suas cosmologias, cosmovisões, epistemologias. Entender a relação com a terra através de caminhos materiais e espirituais, é entender que mesmo que se tenha um outro local para desenvolvimento de vida e suas atividades cotidianas, existe a possibilidade de não haver uma adaptação no (re)encantamento do novo território, como relata Marina Libana sobre seu deslocamento para Ibotirama e retorno motivado por complicações de saúde e não adaptação ao novo assentamento “Eu só vivia doente, aí os meus ascensores foram e disseram que era pra eu vir me embora que minha terra era aqui, não era lá não.”(ECOLOGIA Sonora Tuxá, 2018, 04:01 min).

Para os povos originários, a relação com a terra se dá para além do contato material através de práticas de plantio, cultivo de ervas medicinais, uso do rio para atividades cotidianas, mas, também através das atividades espirituais que atravessam todos esses territórios, como expressa Dora Jurum Vieira (ECOLOGIA Sonora Tuxá, 2018, 02:43 min) “Uma terra que pra nós era viva e pra eles toda vida foi morta”, a relação com terra se equipara à relação com a vida. Em pesquisa, afirmou Durazzo:

Sandro me diria, certa vez: “Assim como eu fazia cataioba, eu volto a fazer. É só a gente se *arregimar*.” Quer dizer: bastaria retomar um regime de prática ritual – pela relação de ritualidade que o caroa, o próprio trançar de suas fibras e os *atavis* indígenas possuem –, mas também certo regime de indianidade pela convergência na luta pelo território, o que implica uma reatualização de práticas variadas, inclusive de artesanato (2019, p. 162).

Então compreendemos que apesar das formas disciplinares, invasivas, esforços de assimilação/integração e desaparecimento, silenciamento e apagamento, ainda é sempre possível *arregimar*, restituir o regime dos encantados, (re)encantar o mundo. Corroboramos com Oliveira (1998), quando chama atenção:

O que estou chamando aqui de *processo de territorialização* é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas” – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). E aí volto a reencontrar Barth, mas sem restringir-me à dimensão identitária, vendo a distinção e a individualização como

vetores de organização social. As afinidades culturais ou lingüísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções (p. 56).

Em consequência destes processos de territorialização, de poder, emergiu pelo protagonismo destes grupos subalternos uma condição histórica peculiar, singular e indígena. Como descreve alguns aspectos entre aqueles mais aceitos, porém não excludentes e nem únicos, entre os povos indígenas para autorreconhecimento e reconhecimento de *parentes*,²⁴ estão:

Continuidade histórica com sociedades pré-coloniais; Estreita vinculação com o território; Sistemas sociais, econômicos e políticos bem definidos; Língua, cultura e crenças definidas; Identificar-se como diferente da sociedade nacional; Vinculação ou articulação com a rede global dos povos indígenas (LUCIANO, 2006, p. 27).

Estamos diante de um fenômeno em que a cidade não lhes retira a indianidade, assim como acontecimentos das pequenas cidades nos proporcionam uma leitura de singularidades, mas também de totalidade, e a relação, aparentemente antagônica, entre índios e cidade – e essa como grande estratégia, somadas e associadas à outras – não foram suficientes para fazer desaparecer, e assim, quando pensarmos indígenas e mundos urbanos, devemos considerar:

As especificidades de cada caso implicam modos (e intensidades) de relação específicos com a cidade. Assim, ao pensar um caso de inserção indígena na cidade – e isso deve ser feito empiricamente –, há de se levar em conta sua sócio-cosmologia, e dentro desta “estrutura” geral, sua noção específica de territorialidade (NUNES, 2010, p. 19).

Os encantos Tuxá guardam um mundo particular, que ressignifica, retoma, interage com outras culturas, técnicas e tecnologias, recuperando e restaurando o seu regime próprio. Ainda que esforços de desencantamentos sejam frequentes e que se somem, atualmente, novas ações e tecnologias, como o *pop*, o *tech*, o *tudo* de um agronegócio que, desde a década de 1990, disputa uma direção intelectual e moral da sociedade brasileira, juntamente com o domínio político da vontade coletiva – formando opinião pública através de aparelhos privados e públicos, que se soma à grupos acadêmicos para alcançar sua finalidade (MENDONÇA, 2017) –, neste tudo, não cabe um *agro* que não esteja marcado por critérios que são abstraídos pela propaganda, o ser índio é só um deles, pois “Hoje, por mais que em alguma medida os Tuxá sejam agricultores, a monocultura do coco tem afetado consideravelmente os espaços de mata ao redor da aldeia de Rodelas” (DURAZZO, 2019, p. 256).

24 “O termo parente não significa que todos os índios sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilham de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global. Cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. Deste modo, a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual” (LUCIANO, 2006, p. 31).

À guisa de um epílogo que não deve encerrar ou por um não fim da narrativa

A construção da imagem de um indígena folclórico, representado por outros significantes e significados não próprios dos indígenas, aquém da realidade, não se finda pelas lutas travadas assim que europeus invadem essas terras ditas Brasil (antes em larga medida Pindorama), esse processo difundido, protagonizado e reafirmado por hegemonias raciais de classe, transforma existências em fantasia, e essa transformação que destituiu do indígena a possibilidade de cidadão, se opera com a dizimação das tradições, línguas, religiosidades, valor e vidas em instâncias várias e também pela apropriação da identidade indígena.

O indígena nasce agora brasileiro em terras brasileiras, veste roupas brasileiras e pratica atividades brasileiras, é engolido pelo trator de tecnologias que o inclui ou exclui dessa chamada sociedade, é visto como brasileiro, é exigido como brasileiro, ao indígena cabe ser brasileiro, e ao brasileiro cabe não ser indígena, quiçá conhecer o que são esses povos mal quistos, preguiçosos e traiçoeiros, o que são e não quem são, porque povos indígenas são objeto de discurso e poder, isto é, para que possam ser alguém, precisam, necessariamente, deixar de ser quem são.

Esse processo de apagamento da identidade indígena se dá pelo domínio, inicialmente inventa-se uma categoria para os povos originários, são eles indígenas, e as criações sobre o que são os indígenas seguem a ordem do domínio, portanto são conferidos a eles todo e qualquer símbolo de subalternidade, inclusive da negação da existência enquanto ser humano, vivo e em crescente desenvolvimento, aqui posto como o processo natural de socialização e assimilação de mundo.

Desenvolvimento para os indígenas significa sobretudo perda, também territorial e narrativa. O desenvolvimento soterrou e soterra toda a noção de subjetividade dos povos, tenta-se fortemente produzir uma homogeneidade categorizada, alegórica, que preencham as lacunas dos livros sobre quem eram os primitivos desta terra, pintados, nus, sem ouro ou linguagem.

Mais do que figuradamente, o desenvolvimento é justificativa para intervenções, desapropriações e morte dos povos indígenas (biofísica e simbólica), o fato é que não há valor agregado aos indígenas que se equipare à proposta de desenvolvimento, assim, milhares de quilômetros são desapropriados em prol do pasto, do arado, das hidroelétricas e assim adiante, ademais, os territórios indígenas enfrentam constante tensão pela noção de propriedade associado ao espaço.

Essa fantasia não foi, nem jamais será suficiente, capaz de traduzir quem eram e são os povos originários, como viviam, do que viviam e em que tinham fé, o fato é que mesmo em processo de dizimação os povos indígenas resistiram, isto é, a sociedade hoje vista brasileira é fruto também de indígenas que sobreviveram e sobrevivem ao silenciamento enquanto ferramenta social, que praticam e lutam pelas suas existências, amplas e diversas, cotidianamente fora e dentro das cidades, pela apropriação e assimilação de mundo, são indígenas brasileiros e que, por isso, também vestem camisas de time e curtem carnaval.

Categorizar o país pelos dois enfoques de entretenimento da narrativa do Brasil no exterior talvez tenha acionado um certo desconforto aos brasileiros ditos inteligentes, *civilizados*, que cotidianamente se pintam e gritam levando as mãos à boca para ridicularizar esses que são estudantes, trabalhadores, comerciantes, professores, que pertencem às mais diversas classes sociais e que possuem sua origem afirmada, indígenas.

A pequena cidade, com suas particularidades, é parte de um processo longo e que destinou alterações nas vidas, culturas, na produção material e imaterial, dentre outros aspectos. Pequena cidade que sucumbiu em nome da nação e suas necessidades de progresso e desenvolvimento econômico, que se transforma para enfim servir a esta. A consequente forma de expandir o Estado e seus tentáculos a partir de parâmetros de homogeneização e integração, apresenta especificidades, porém não deixa de compor como parte de uma totalidade maior. Rodelas tem uma história particular, mas também vinculada à história do Brasil desde a colônia, e os e as Tuxá implicam nestes amplos e densos processos de transformações.

Apontamos questões que desencantaram, *desarregimaram* o território e a territorialidade Tuxá, para posteriormente, analisarmos em outro texto, o encantamento e reencantamento Tuxá, (re)territorialização. Sem este primeiro esforço, seria tarefa difícil dar conta de compreender as relações constituídas entre sujeitos/assujeitados da cidade e da nação brasileira, e desta como estratégia que conforma um modelo de sociedade que tinha na contramão de seu projeto, povos originários. A narrativa romântica prossegue no imaginário: os originais dessa terra abrem mão dela pelo mundo em progresso, devendo operar seu sacrifício romântico, porém, estes querem estar nela sem deixar de existir à sua maneira.

Diferente das expropriações de terra, em que por meio de diferentes dispositivos de luta ainda existam possibilidades de retorno ao território, no processo de desencantamento através da inundação não existe alternativa de volta, afetando diferentes âmbitos da cultura desses povos. São deixados para trás espaços sagrados e de memória afetivas que não serão mais acessados, cemitérios com familiares sepultados que não terão mais direito à visitas, além das possíveis complicações do deslocamento para o novo espaço em que irão habitar. E se o peladinho do conto Tuxá, negocia com a morte após encontrar sua pobreza e incapacidade de sustentar sua família sem a terra, antes acessível, agora se desloca para cidade e outros lugares, tenta vender uma garrafinha d'água como remédio de cura de qualquer doença, mas motivado pela pobreza e encontrando riqueza material, e seduzido pelo dinheiro contrariou a *comadre* morte e vendeu a aguinha àquele que estava na cabeceira rompendo o acordo, uma vez que ela lhe havia dito "Quando chegar ontá o doente, que eu tiver nos pé, pode dar o remédio. Pode dar o remédio, que ele fica bonzim. Agora, se eu tiver na cabeceira, num dê não. Num dê não, porque esse aí eu vou matar" (ALMEIDA *et al.*, 2008, p. 41). Ao fim, quando buscado pela morte, o homem havia pelado a cabeça e se misturado às crianças na tentativa de enganá-la para não lhe levar a vida. Mas em sua ausência, disse a morte à sua esposa: "Ô comade, ói: compade viajou, a senhora num sabe quando ele vem, e eu também num posso esperar, então eu vou levar este peladim aqui" (ALMEIDA *et al.*, 2008, p. 44). Como numa fábula, o peladinho, ensina a seus semelhantes como a perda, a cidade, e a sedução pelo dinheiro, levou o homem a seu fim, enquanto que "A pedagogia defendida pelo pajé diz respeito a quaisquer índios que tenham a intenção de *trabalhar na ciência*, e que para isso se *regimem* 'com o coração contrito' nos *mestres encantados*" (DURAZZO, 2019, p. 257), e assim mesmo com perdas quanto ao território da mata, da terra, dos sons, das águas, a existência Tuxá não cessou e nem está próximo de cessar.

Referências

ALMEIDA, Dorival Vieira. *Sociedades indígenas na rota do "desenvolvimento": Os índios Tuxá de Rodelas e a formação do lago de Itaparica em 1988*. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2011.

ALMEIDA, Aldenora; MOTTA, Erimita; ARAÚJO, Maria do Socorro (Org.). *Histórias*

Tuxá. Secretaria de Cultura, Fundo de Cultura: Salvador, 2008.

BIGIO, Elias dos Santos. Ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). In: *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p. 13-93, dez. 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 1989.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. "Quando a terra sair". *Os índios Tuxá de Rodelas e a Barragem de Itaparica: Memórias do desterro, memórias da resistência*. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

DURAZZO, Leandro Marques. *Cosmopolíticas Tuxá: conhecimentos, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabe*. Tese (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

ECOLOGIA Sonora Tuxá. Direção: André Luis Pereira de Souza. 2018. (18m10s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A_PmSHU0ycQ>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 02 de dezembro de 1970*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas. *Revista brasileira de História*, São Paulo, vol.20, n.39, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100002#:~:text=A%20afirma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Valle%20de.por%20um%20ide%C3%B3logo%20do%20DIP>. Acesso em 23 mar. 2021

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MARCIS, Teresinha. A integração por decreto: a Lei de Liberdade e o Diretório dos Índios na Bahia. In: Fabrício Lyrio Santos. (Org.). *Os índios na história da Bahia*. 1 ed. Cruz das Almas; Belo Horizonte: EDUFRRB; Fino Traço., 2016, v. 10, p. 71-84.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2014.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Dominação burguesa e reprodução de classe no Brasil (1990-2016). In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017, pp. 207-36. p. 175-206.

MONTEIRO, Jhon Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NASSER, Antônio de Sousa Nássaro. *A economia Tuxá*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeia urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=pt&nrm=iso>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PARAISO, Maria Hilda B. *O Tempo da dor e do trabalho. A conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste*. 01. ed. Salvador: Edufba, 2014. v. 01. 757p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PIMENTEL, Spensy. Relatório Figueiredo. “Exame de consciência de como o Brasil tratou e trata os povos indígenas”: depoimento. [17 de maio, 2013]. *Revista IHU* [on-line]. Entrevista concedida a Revista IHU [on-line]. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/520128-os-povos-indigenas-nao-sao-um-resquicio-do-passado-entrevista-com-spensy-pimentel>>. Acesso em: 23 mar. 2021

SALOMÃO, Ricardo Dantas Borges. *Etnicidade, processo de territorialização e ritual entre os índios Tuxá de Rodelas*. Dissertação (Curso de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal Fluminense) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. 1 ed. Cruz das Almas, BA: Editora UFRB, 2014.

SILVA, Orlando Sampaio. *O dilúvio na história-mito e na realidade atual dos Tuxá*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) – FESPSP, São Paulo, 1984.

SILVA, João Victor dos Santos. *O povo versus “Besta-Fera”: o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco – Pe/BA na organização dos trabalhadores ribeirinhos atingidos pela barragem de Itaparica – BA/PE – (1976-1986)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2018.

VIEIRA, Antônio Fernandes de Jesus. *Os índios Tuxá na rota do desenvolvimento: violações de direitos*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

O TURISMO EM PEQUENAS CIDADES DE MINAS GERAIS

Circuitos Turísticos e ICMS Turístico

*TOURISM IN SMALL CITIES
OF MINAS GERAIS
Touristic Circuits and Touristic ICMS*

**Arthur Zanuti Franklin¹, Ítalo Itamar Caixeiro Stephan²
e Luiz Fernando Reis³**

Resumo

Minas Gerais possui duas características distintas das outras unidades federativas quanto às políticas de turismo: os circuitos turísticos e o ICMS Turístico. A partir da década de 1990, a Secretária de Estado de Turismo criou os Circuitos Turísticos como forma de regionalizar o turismo mineiro. Em 2010, criou-se o ICMS Turístico, para municípios desenvolverem a atividade turística. Dessa forma, outros municípios, passariam a dispor de mecanismos para desenvolver suas políticas de turismo. Portanto, o objetivo deste trabalho é avaliar se essas políticas conseguem, na prática, inserir as pequenas cidades no contexto turístico. Para isso, utilizou-se o método de análise documental, analisando políticas públicas do Estado relacionadas aos Circuitos e ao ICMS Turístico, como as leis de criação dos programas disponíveis nos sites da Secretaria de Turismo e Assembleia Legislativa do Estado. Constatou-se que as políticas têm boa intencionalidade, porém, possuem pontos a serem melhorados para conseguir beneficiar pequenas cidades.

Palavras-chave: turismo, regionalização, ICMS Turístico, Minas Gerais, pequenas cidades.

Abstract

Minas Gerais has two distinct characteristics from other federative units in terms of tourism policies: the tourist circuits and the Touristic ICMS. From the 1990s, the State Secretary of Tourism of Minas Gerais created the Tourist Circuits as a way to regionalize tourism in Minas Gerais. In 2010, the Touristic ICMS was created for municipalities to develop tourism activities. Thus, other municipalities would have mechanisms to develop their tourism policies. Therefore, the objective of this work is to evaluate if these policies manage, in practice, to insert small cities in the tourist context. For this, the method of document analysis was used, analyzing public policies of the State related to Circuits and Touristic ICMS, such as the laws for the creation of programs available on the websites of the Department of Tourism and State Legislative Assembly. It was

¹ Arquiteto e Urbanista (UFV – 2018), Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFV (2020), Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFV. Experiência em arquitetura e urbanismo, história e teoria, patrimônio cultural e turismo. Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UniFacig, em Manhuaçu. Contato: arthur.franklin@ufv.br e arthur.zanuti@sempre.unifacig.edu.br.

² Arquiteto e Urbanista (UFRJ – 1982), Mestre em Urban and Rural Planning pela Technical University of Nova Scotia (1996), Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela FAU/USP (2006). Experiência em prática, ensino e pesquisa em projeto de arquitetura e planejamento urbano. Professor Associado IV do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV. Contato: stephan@ufv.br.

³ Licenciado em Desenho e Plástica (UFJF – 1978), Mestre em Arquitetura (UFRJ – 1998), Doutor em Arquitetura (UFRJ – 2012). Experiência nas áreas de patrimônio cultural e representação gráfica. Professor Associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo UFV (aposentado). Contato: lfreis@ufv.br.

found that the policies have good intentions, however, they have points to be improved in order to be able to benefit small cities.

Keywords: tourism, regionalization, Touristic ICMS, Minas Gerais, small cities.

Introdução

Quando a questão é o turismo, pensa-se no movimento de pessoas para determinado lugar, para conhecê-lo, em busca de lazer, diversão, conhecimento cultural. Porém, essa imagem de turismo é apenas uma das múltiplas facetas que essa atividade assume na sociedade.

O turismo também pode ser visto como uma atividade econômica. Simão (2006) considera que poucos setores da economia possuem versatilidade e flexibilidade para adaptação em diferentes territórios, sendo uma indústria que pode alavancar a economia local e regional de lugares com características distintas.

Lemos (1999) já preconizava que o turismo no Brasil estava em expansão e que seria uma alternativa de crescimento social para o século XXI. Isso se concretizou, principalmente, entre os anos de 2003 e 2018, com um aumento da atividade em aproximadamente 50%, quando se analisa a quantidade de turistas no país durante esse período (REGIS, 2020).

Segundo dados do Ministério do Turismo (2020), Minas Gerais detinha um significativo percentual dos destinos do turismo nacional. Cerca de 12% do turismo doméstico tinha destinações para o Estado. Isso se deve ao fato de possuir o maior acervo de bens culturais do país (REIS, 2012).

Porém, a Secretária de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR – MG, 2018) afirma que os principais destinos de quem procura o turismo no Estado são as chamadas *cidades históricas*⁴, como Diamantina, Serro, Ouro Preto e Mariana, além da capital do Estado, Belo Horizonte.

A partir desse cenário de expansão dessa atividade no Brasil e em Minas Gerais, a SETUR – MG, ainda na década de 1990, criou o Programa de Regionalização do Turismo em Minas Gerais. O Programa consiste na tentativa de estender a atividade turística a outras cidades (POSSATO, 2012).

Segundo Emmendoerfer *et al.* (2007), os circuitos turísticos são uma forma de descentralizar o turismo e regionalizar as ações, com foco, principalmente, em uma forma de planejamento regional entre municípios próximos. Isso significa que se um município isoladamente não conseguiria investir em seu turismo, em conjunto, teria mais força para tentar despontar a atividade turística local e regional.

Porém, percebeu-se que mesmo com essa iniciativa, os pequenos municípios ainda não possuíam verbas para essa inserção. Com isso, em 2010, passou-se a repassar partes do Imposto sobre Circulação de Serviços e Mercadorias para os municípios que fomentassem a atividade turística (ICMS Turístico), que faz parte da Lei Robin Hood, criada em 1995 (POSSATO, 2012).

A Lei Robin Hood consiste em repasses do ICMS para os municípios que cumprirem

⁴ Neste trabalho, o termo *cidade histórica* será utilizado baseado no conceito definido por Argan (1984), que afirma que toda cidade é histórica.

uma série de atividades dentro de seus territórios, sendo o turismo uma delas. Dessa forma, outras localidades de Minas Gerais, além das conhecidas *idades históricas*, teriam, em tese, mecanismos para atrair turistas para seus territórios (FRANKLIN, 2020).

Dado esse cenário, o objetivo deste artigo é analisar o Programa de Regionalização do Turismo em Minas Gerais e o ICMS Turístico, para compreender seu funcionamento e verificar se eles, de fato, conseguem influenciar a inserção das pequenas cidades no turismo local, regional e nacional.

Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se do método de análise documental, em que analisou-se de forma qualitativa, levando em conta os conteúdos textuais das leis de criação do Programa de Regionalização do Turismo de Minas e da Lei Robin Hood e do ICMS Turístico, além de fazer um panorama histórico dos programas e de que forma as pequenas cidades são colocadas dentro dessas ações governamentais. Além disso, autores como Emmendoerfer *et al.* (2007) e Possato (2012) foram utilizados para embasamento teórico das análises.

Na análise do ICMS Turístico, também utilizou-se de dados quantitativos, em que critérios como número de municípios participantes do programa e renda média dos participantes foram avaliados. Foi realizada breve comparação com alguns dados do ICMS Cultural para compreender melhor a dinâmica do andamento do ICMS Turístico enquanto uma política pública do governo estadual.

A natureza do turismo

Ao pensar o turismo enquanto uma forma de ocupação do espaço, tem-se que ele se diferencia de outras formas de ocupação por dois motivos: o primeiro é que o turismo é uma prática social que tem na figura do turista, ou seja, uma pessoa externa, seu principal protagonista. Isso mostra que mesmo diante da hegemonia de agentes do mercado e do estado, a prática social turística não se restringe às ações hegemônicas de grupos hegemônicos (CRUZ, 2006).

Ao analisar essa afirmação de Cruz (2006), percebe-se que esse fato pode ser um potencial a ser explorado nas regiões que estão desenvolvendo o turismo. Por se tratar de uma atividade possuidora de um agente externo, este acaba sendo quem dita a forma como essa atividade será alavancada.

Logo, se a região investe num turismo que traz turistas que sejam mais conscientes com as questões de preservação do local, respeito ao espírito do lugar e atrelado às questões da comunidade, ali há a possibilidade de criação de um turismo que seja mais justo socialmente e que não favoreça apenas os agentes sociais hegemônicos que estão ali.

Outro motivo para diferenciar o turismo enquanto forma de ocupação do espaço é que essa atividade é considerada uma indústria que se utiliza do espaço para se inserir. Ela se apropria das características dos locais e as utiliza como oferta para os visitantes. No entanto, o local de inserção possui outras atividades acontecendo. Logo, o turismo não é criado a partir de um espaço sem ocupação anterior, mas, sim, em um local que possui ocupação, peculiaridades, atividades econômicas e que a atividade turística deve ser pensada de forma a agregar valor a essas questões.

O que se percebe é que, devido às projeções econômicas da atividade turística, os locais, principalmente municípios de menor porte, passaram a se interessar em realizar

investimentos no turismo para tentar alavancar sua economia. Porém, a forma como isso é feito, termina por negligenciar a história do local, principalmente no que se refere a suas outras atividades econômicas, colocando o turismo como uma espécie de atividade principal. Isso faz com que o turismo acabe ficando na contramão do que deveria propor, gerando problemas na implementação da atividade turística e confluindo para o turismo predatório.

Os problemas relacionados ao turismo aumentam quando o interesse econômico passa a interferir negativamente nas relações sociais dos lugares de atratividade turística. Isso ocorre em razão da ultramercantilização, que em seu processo produz capturas simbólicas e fetichizações (SOARES, 2016).

Complementando Soares, Cruz (2006) afirma que o turismo pode gerar riquezas e postos de trabalhos, porém, principalmente quando trabalhado somente na escala local, pode gerar práticas indesejadas como exclusão social, ou seja, uma distribuição espacial da riqueza e não uma distribuição estrutural dela. Isso faz com que haja uma redistribuição espacial da pobreza, que torna algumas porções do território atrativas para trabalhadores com baixa qualificação profissional, dado a quantidade de postos de trabalho que são gerados de forma informal pela indústria turística, fazendo com que nas zonas periféricas da área turística, ocupações desordenadas e carentes de infraestruturas urbanas vão se formando.

Outra questão que Cruz (2006) traz é que o desenvolvimento trazido pelo turismo, para as localidades, é polissêmico, ou seja, pode ser um desenvolvimento econômico que não gera desenvolvimento social.

Em casos mais extremos de um turismo mal planejado, três fenômenos podem ocorrer: a gentrificação, a disneyficação e a cenarização. Embora todos estes fenômenos venham de uma causa primária comum, eles possuem processos diferentes e desfechos próximos (FRANKLIN, 2020).

A gentrificação é um fenômeno urbano que consiste em uma série de melhorias físicas em algumas áreas urbanas, “[...] os quais experimentam uma apreciável elevação de seu status” (BATALLER, 2012, p. 18).

Harvey (1985) afirma que:

A corrida do ser humano através do espaço é agora marcada por uma aceleração do passo das mudanças no ambiente urbano construído, através do qual eles correm. Processos tão diversos como [...] gentrificação e renovação urbana, em direção a uma total reorganização da estrutura espacial da hierarquia urbana, são parte de um processo geral de contínua reformulação de ambientes geográficos para atender as necessidades de aceleração do tempo no espaço (HARVEY, 1985, p. 28).

Na disneyficação, um desdobramento da gentrificação, o resultado é semelhante. A disneyficação consiste no processo em que se coloca na mão de grandes incorporadoras a gestão do turismo e inventa-se uma história para atrair turistas (NASSER, 2003). Isso ocorre devido à utilização do território de forma abusiva pelo turismo, buscando apenas o lucro, efeito gerado pela atuação do capital nessas áreas, gerando uma indústria consumista e que produz alterações nas relações de poder nessas áreas.

[...] as crescentes pressões no sentido da produção de exposições e atividades que despertem não só a visão mas todos os sentidos, bem

como as tentativas no sentido de promover uma participação ativa dos visitantes, suscitaram algumas críticas por parte de setores mais conservadores, preocupados com as transformações provocadas pela crescente mediação desses locais, e que defendem a continuidade da educação e da investigação como as funções centrais das instituições museológicas e patrimoniais (ANICO, 2005, p. 82, tradução do autor)⁵.

A gentrificação é mais comum em centros maiores, a exemplo de Belo Horizonte, que a partir da primeira década do século XXI, áreas centrais do município voltaram a se valorizar devido a projetos urbanos realizados (FRANKLIN, 2020). Entretanto, tal fenômeno pode vir a ocorrer em *idades históricas* com bens reconhecidos ou até nas pequenas cidades.

A disneyficação costuma ocorrer em cidades com turismo consagrado, como Ouro Preto, em que se acrescentou aos casarios ecléticos elementos da arquitetura colonial, para que a cidade pudesse ser considerada o berço da arquitetura colonial e barroca no Brasil.

Esse fenômeno começou a ser percebido em cidades que tentam se inserir nos roteiros turísticos, por meio da construção de edificações que não representam a sua história, mas que servem de chamariz para turistas ou até mesmo com falsos guias de turismo que superlativam a história local, de forma a tentar impressionar os visitantes e trazer mais destaque para essas cidades.

Por fim, a cenarização é quando a gentrificação e a disneyficação alcançam níveis extremos, com a expulsão dos moradores tradicionais de áreas das cidades, que passam a servir somente como área comercial e de apoio para os turistas. Esses moradores tradicionais passam a viver em cidades vizinhas ou nas periferias, onde o custo de vida é mais barato. No Brasil, exemplos de cidades que possuem áreas cenarizadas são Tiradentes, em Minas Gerais, em que seu centro histórico é utilizado principalmente para festivais culturais, e Pirenópolis, em Goiás, cuja área central possui foco em festas e bares de música sertaneja universitária (CRUZ, 2006).

Isso tudo se forma por conta da lógica do lucro, da especulação imobiliária, da hegemonia de grandes grupos em relação aos pequenos empreendimentos. Isso gera exclusão e insustentabilidade no desenvolvimento turístico.

Para tentar evitar os problemas supracitados, é necessário pensar em políticas públicas de planejamento e gestão do turismo, com intervenção do Estado, para que se crie regras de convivência sustentável no território capazes de garantir que as atividades turísticas sejam realizadas de forma a serem úteis para a comunidade. A melhor forma disso ocorrer é por meio de um processo participativo durante o planejamento da atividade turística, o que é conhecido como desenvolvimento sustentável do turismo.

Desenvolvimento sustentável do turismo

Tem-se como o oposto do turismo predatório, o chamado turismo sustentável. Porém, autores como Butler (1999) afirmam que o termo *turismo sustentável* não seria o mais correto, porque um dos princípios de sustentabilidade é sua automanutenção, ou seja, o turismo teria de ser capaz de se manter por si mesmo, incluindo os impactos que

essa atividade causa.

Dessa forma, o mesmo autor sugeriu a expressão *desenvolvimento sustentável do turismo*, que é o turismo desenvolvido em uma região, de forma que permaneça viável ao longo de um período de tempo relativamente longo, sem ocorrer mudanças negativas no ambiente socioambiental em que ele está inserido.

Hanai (2012) ainda complementa que para se ter um desenvolvimento sustentável do turismo, é necessário que todos os agentes ali envolvidos possuam um comportamento sustentável. Além disso, é necessário pensar cada território de acordo com suas características ambientais e socioculturais e o próprio papel que o setor turístico e os outros setores podem exercer. Isso leva a salientar que é necessária a integração entre políticas públicas de turismo com as demais políticas públicas de uma cidade ou região.

O desenvolvimento sustentável do turismo também deve preservar o patrimônio cultural, seja este material ou imaterial. Por isso que uma das formas de desenvolver o turismo de forma sustentável é com o turismo cultural (o turismo realizado especificamente com relação ao patrimônio cultural).

Cruz (2006) ainda afirma que é mais fácil desenvolver de forma satisfatória o turismo em pequenas localidades, quando se pensa numa escala regional, já que há uma grande quantidade de destinos turísticos no país. Logo, para que essa inserção seja mais fácil e que não force danos aos territórios, a escala regional é essencial para o desenvolvimento sustentável do turismo. Porém, ao discorrer sobre o tema, é necessário trazer à luz alguns conceitos relacionados às pequenas cidades no cenário brasileiro e seus desafios encontrados.

Turismo e planejamento local e regional em pequenas cidades

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a definição de pequena cidade passa por dados demográficos: qualquer município com até 50 mil habitantes ou inferior é considerado uma pequena cidade (VIEIRA; ROMA, MIYAZAKI, 2007). Porém, “o que queremos dizer é que, de modo nenhum, o critério demográfico deve ser o único elemento para a definição do que seja uma cidade [...]” (LEÃO, 2011, p. 23).

O critério de cidade – e de pequena cidade – como centro político-administrativo não leva aspectos importantes em consideração, como as relações socioeconômicas, a inserção regional e a cultura. Para Sposito e Silva (2013), a noção de pequena cidade tem dificuldade para se firmar como conceito, tendo uso bastante fluído, sendo utilizado inclusive pelo Estado e pelo senso comum. Por isso, as pequenas cidades se diferem entre si, ocorrendo particularidades em cada localidade. Também há diferenças terminológicas e de como realizar análises dentro do tema.

Fresca (2001) afirma que as pequenas cidades são dimensão do vivido, espaço produzido socialmente que aumenta uma cultura datada num determinado tempo e lugar, manifestando a universalidade de processos gerais.

Para que uma localidade se enquadre na categoria de pequena cidade, esta deve ser um núcleo urbano que representa uma extensão menor, se comparada a centros de outro porte, e atendam ao pressuposto da realização da vida, da produção do espaço e da reprodução capitalista, na divisão territorial do trabalho, em escala internacional (SPOSITO; SILVA, 2013).

⁵ Traduzido do português de Portugal.

O conceito das pequenas cidades deve ir além de dados quantitativos (demográficos, desenvolvimento econômico, social etc.), devendo considerar os aspectos qualitativos como as funções na rede urbana e a diversificação econômica (MOREIRA JUNIOR, 2014).

Porém, para Sposito (2004), enquanto as cidades médias tendem a ascender na hierarquia urbana, por aumento demográfico, ou pela ampliação de seus papéis, as pequenas cidades tendem a permanecer como tal, visto a sua pouca centralidade.

Além disso, essas localidades, muitas vezes, possuem no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sua principal fonte de renda, sendo que os recursos são poucos devido à quantidade de municípios existentes. Logo, os gestores das cidades necessitam desenvolver formas de diferenciar suas atividades econômicas, para que haja geração de renda, principalmente de forma que integre parte da população que não possui acesso a recursos financeiros ou que vivem em situações precárias.

Uma das formas de ocorrer essa diferenciação, segundo Endlich (2006), é exatamente com investimentos na área cultural, em que se incluem o patrimônio cultural e o turismo. A autora ainda usa como exemplo: se um município não tem condição de construir um teatro, um planejamento conjunto, além de maior aproveitamento, evitaria a competição entre os municípios para suas atividades culturais, com propostas que suas agendas culturais combinassem atividades para que a população da região pudesse aproveitar de vários eventos durante a temporada. Portanto, pensar em um planejamento regional da atividade turística seria essencial para que ocorresse um desenvolvimento sustentável do turismo.

Cruz (2006) afirma que o planejamento do turismo se dá sobre um espaço concreto, construído historicamente e socialmente e, portanto, deve haver políticas públicas para esse planejamento. O desenvolvimento do turismo deve ser um projeto construído de forma coletiva.

A autora ainda afirma que, para fazer do turismo um instrumento do desenvolvimento regional, requer que as sociedades tenham um posicionamento proativo, já que tal atividade vai afetar a vida de todos que vivem no lugar. É preciso entender que o turismo é apenas uma pequena parte do complexo de relações que é a vida em sociedade, ou seja “[...] esquecer-se de tudo para cuidar do turismo é o pior caminho. Relacionar o turismo com todas as coisas é um bom começo” (CRUZ, 2006, p. 343). Além disso, evitar os conflitos político-sociais que as divisões municipais causam em determinadas regiões e ter um olhar atento sobre o território, sua história, sua gente e suas demandas para buscar sempre um equilíbrio entre os diferentes atores envolvidos na atividade turística.

A partir dessas questões, o estado de Minas Gerais, no Brasil, criou, na década de 1990, o Programa de Regionalização do Turismo e, em 2010, o ICMS Turístico. Nos próximos itens, iremos abarcar essas duas iniciativas governamentais e seus pontos de destaque e pontos que necessitam serem repensados.

Programa de regionalização do turismo em Minas Gerais

Em 1999, por meio da Lei Estadual no 13.341/1999, ocorreu a criação da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR), que possuía a finalidade de “planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o turismo, objetivando a melhoria na qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado” (MINAS GERAIS, 1999, s/p).

Vale ressaltar que a criação da SETUR antecede a criação, inclusive, do Ministério do Turismo (MTur), que foi formado apenas em 2003.

A criação da SETUR, em 1999, como a primeira Secretaria para tratar da atividade turística no Brasil, pode ser considerada como o marco inicial para a construção de políticas públicas voltadas ao turismo, baseando-se na descentralização, na regionalização e na participação da sociedade para definição das prioridades rumo ao desenvolvimento do turismo (BOLSON; ÁLVARES, 2004).

Essa descentralização foi prevista na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 180, afirmava que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1988).

Porém, no caso do turismo, em que, em Minas Gerais, já possuíam destinos consolidados, foi necessário pensar uma forma de conseguir inserir outras cidades nesse rol de lugares como Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, Tiradentes, São João del-Rei e, até mesmo, Belo Horizonte.

Com isso, a SETUR, em 2001, criou a Política dos Circuitos Turísticos, regulamentada por Decreto Estadual em 2003. A decisão de criar os circuitos, ou seja, regionalizar e descentralizar o turismo em Minas Gerais ocorreu devido à grande extensão territorial do Estado e do número de municípios (BOLSON; ÁLVARES, 2004).

Além disso, é necessário compreender que cidades, sobretudo as pequenas, não teriam condições de competir com as cidades com turismo consolidado de forma individual. Logo, a regionalização seria uma forma de municípios próximos elencarem, em seus territórios, atrativos turísticos e pudessem oferecê-los aos visitantes de suas regiões. Com isso, haveria a soma de montante financeiro para investir no turismo e a divisão de tarefas para lidar com todo o apoio que o turismo necessita para despontar em determinada localidade.

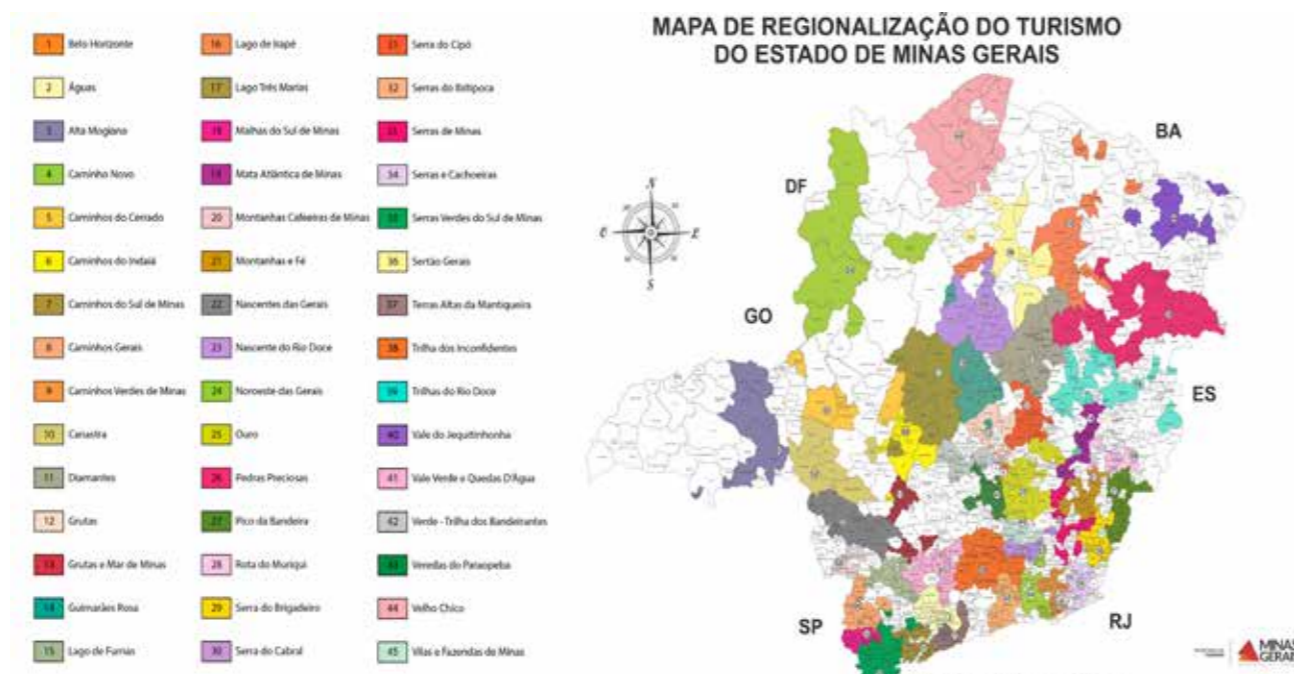
Oliveira (2008) afirma que com a regionalização, esperava-se que aumentasse a permanência média do turista nos locais, já que o tempo para conhecer uma região é superior ao tempo de conhecer somente uma cidade, além de haver o pensamento de melhorar a infraestrutura local, gerando mais renda e trabalho para as regiões.

Outra questão importante da regionalização do turismo é que essa proposta provocaria a superação do tradicional turismo mineiro voltado para algumas poucas cidades e demandando uma nova articulação de territórios e atores com vistas à sua colocação no mercado (BOLSON; ÁLVARES, 2004).

A implantação dos circuitos turísticos incentivaria o desenvolvimento de ações de planejamento em nível regional. Dessa forma, novas formas de diálogos entre os municípios envolvidos levaria à superação da concorrência negativa, transformando-a em ações para o desenvolvimento conjunto dessas cidades (CRUZ, 2006).

O planejamento dos circuitos turísticos é baseado na interdisciplinaridade da atividade turística e sua estreita ligação com a abordagem da economia. Por meio dela é possível incrementar mercados, investimentos e gerar renda e empregos. Além disso, vale ressaltar que o circuito turístico não é só um conjunto de municípios e seus poderes públicos, mas possui sede própria, um órgão gestor e parcerias público-privadas.

Na última atualização dos dados da Secretaria de Estado de Turismo e Cultura de



Minas Gerais⁶ (SECULT, 2020), 513 municípios fazem parte de algum dos 45 Circuitos Turísticos de Minas Gerais. Na Figura 1, tem-se a divisão do Estado por Circuitos Turísticos.

Ainda em 2019, os Circuitos Turísticos foram reconhecidos como Instâncias de Governanças Regionais (IGRs). IGRs, segundo a própria SECULT (2019), são entidades sem fins lucrativos, integradas por municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas, que se unem para organizar, desenvolver e consolidar a atividade turística local e regional de forma sustentável, regionalizada e descentralizada, com a participação da sociedade civil e do setor privado.

Dessa forma, as IGRs exercem oficialmente o papel de executoras, interlocutoras e articuladoras da descentralização e da regionalização do Turismo em Minas Gerais. A Política Pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, em desenvolvimento pelo Governo do Estado de Minas Gerais desde o ano de 2001, é referência para os demais estados brasileiros com relação à gestão da atividade turística, seguindo as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, estabelecido pelo Ministério do Turismo para as regiões turísticas. O trabalho destas entidades se dá por meio da integração contínua dos municípios, gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil, consolidando uma identidade regional e protagonizando o desenvolvimento por meio de alianças e parcerias (SECULT, 2020, s/p).

Logo, ser uma IGR, consolida, de forma oficial, o papel de entidade executora dos Circuitos Turísticos em Minas Gerais, além de trazer à tona a questão mais importante dos Circuitos Turísticos, que é a utilização do planejamento regional para se fazer o turismo no Estado. Porém, mesmo sendo uma proposta interessante para gerir o turismo, alguns pontos merecem destaque.

⁶ A Secretaria de Estado de Turismo e a Secretaria de Estado de Cultura foram fundidas em 2019, no governo Romeu Zema (NOVO).

Emmendoerfer *et al.* (2007) afirmam que durante o processo de implantação de um circuito turístico, ainda há uma visão muito *paternalista* por parte das comunidades quando se pensa na função do Estado. Isso significa que as comunidades ainda esperam que muitas das ideias do que se deve implementar nos circuitos sejam tomadas pelos órgãos estatais. Porém, a ideia da participação popular na implantação do circuito é para que a comunidade leve suas demandas para que o Circuito seja criado de forma a atender as necessidades dos grupos pertencentes à região.

Emmendoerfer *et al.* (2007) também afirma que há a necessidade de mais integração entre as diretorias dos circuitos, as instituições regionais e municipais e a Secretaria Estadual. Além disso, constata-se a falta de organização dentro das próprias instituições que representam os circuitos: dentro da própria associação, falta a descentralização das tarefas, ficando a cargo, normalmente, do presidente do circuito (o único cargo remunerado) e, ainda, costuma-se faltar um espaço físico para o circuito, ficando este dentro de alguma prefeitura participante.

A cada ano, os municípios podem escolher fazer parte ou não de um circuito. Logo, há uma grande rotatividade de municípios dentro dos circuitos, levando a uma descontinuidade de ações e a dificuldade de se planejar em médio e longo prazo.

Outra questão que Emmendoerfer *et al.* (2007) traz é que a descentralização proposta pelo governo de Minas Gerais favorece a forma de administração das políticas públicas de turismo no estado, diminuindo a burocracia e dando autonomia para os municípios. Porém, percebeu-se, também, que há uma perda do controle na execução da formação dos circuitos, uma vez que há dificuldades de acompanhamento pela Secretaria de Turismo.

Por fim, os circuitos por si só não possuíam forma de se manter, já que não eram dotados de recursos destinados para o turismo e a maioria dos municípios participantes dependiam exclusivamente do FPM e precisavam utilizar esse parco recurso para outras áreas vistas como mais emergenciais.

Isso levou com que muitos circuitos existissem apenas de forma representativa, não possuindo uma verdadeira atuação. Porém, a partir de 2010, o governo de Minas Gerais, em vista desse quadro, pensou uma forma de ajudar economicamente os municípios a alavancarem o turismo. Esse projeto ficou conhecido como ICMS Turístico ou ICMS Turismo.

ICMS Turístico

A criação do ICMS Turístico está atrelada à falta de recursos que os municípios possuíam para trabalhar a atividade turística. Os circuitos turísticos, embora fossem uma iniciativa que buscava resolver, no âmbito da gestão e planejamento, a introdução de municípios no cenário turístico de Minas Gerais, este pouco surtia efeito devido a não trabalhar a questão econômica com esses locais.

Assim, em 2009, com ano-exercício para 2011, pela Lei nº 18.030/2009, o turismo foi adicionado como um dos critérios que passou a fazer parte do conjunto de leis mineiras conhecida como Lei Robin Hood (POSSATO, 2012).

A Lei Robin Hood foi criada em 1995, pela Lei nº 12.040/1995, que repassava parte do valor arrecadado pelo estado de Minas Gerais com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para municípios que trabalhassem alguns critérios dentro de seus territórios. Inicialmente, os critérios colocados foram: Valor Adicionado

CRITÉRIOS		PONTUAÇÃO
OBRIGATÓRIOS	Participar de um Circuito Turístico reconhecido pela SETUR, nos termos do Programa de Regionalização do Turismo do Estado de Minas Gerais.	4,00
	Ter elaborada e/ou em implementação uma Política Municipal de Turismo.	2,50
	Possuir Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) constituído e em funcionamento.	1,00
	Possuir Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) constituído e em funcionamento	1,00
EXTRAS	Ter participação no ICMS Cultural.	0,75
	Ter participação no ICMS Ambiental.	0,75
TOTAL		10,0

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2020. Editado pelos autores.

Fiscal (VAF), área geográfica, população, educação, saúde, meio ambiente, patrimônio cultural, produção de alimentos e receitas próprias (FRANKLIN, 2020).

Segundo a Lei nº 18.030/2009, os ICMS Ambiental e Cultural abarcavam, de forma indireta, a questão do turismo. No ICMS Ambiental, um dos critérios é a preservação das Zonas de Conservação (ZC) do município, estas que podem ser parques ecológicos, que também atraem turistas e no ICMS Cultural, por meio da preservação e gestão do patrimônio cultural, também tinha ali uma forma de se trabalhar o turismo, principalmente o turismo que é atrelado diretamente ao patrimônio cultural.

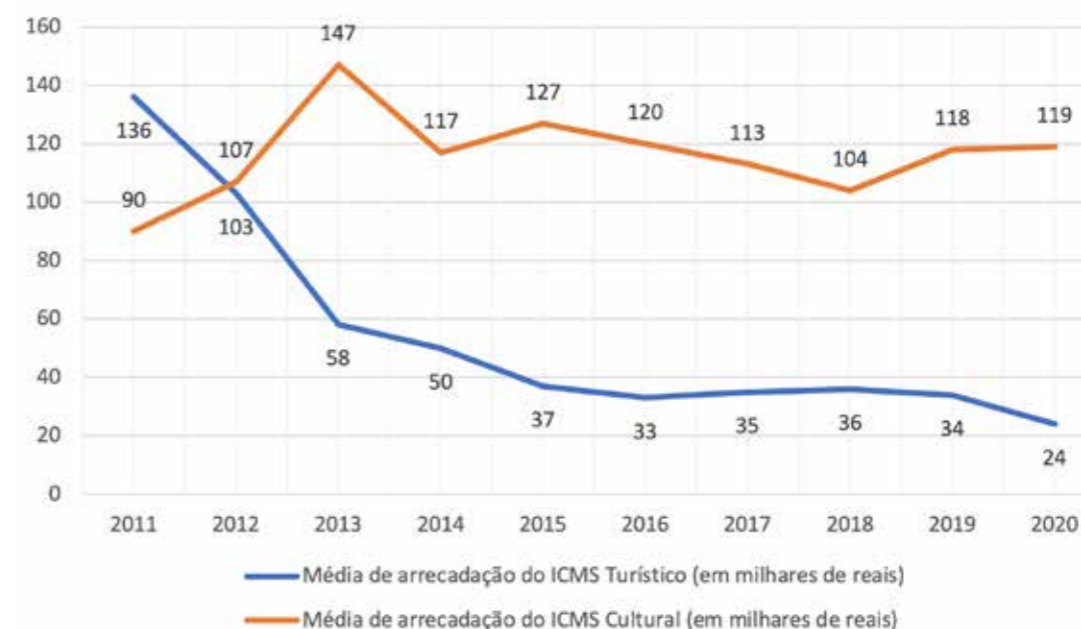
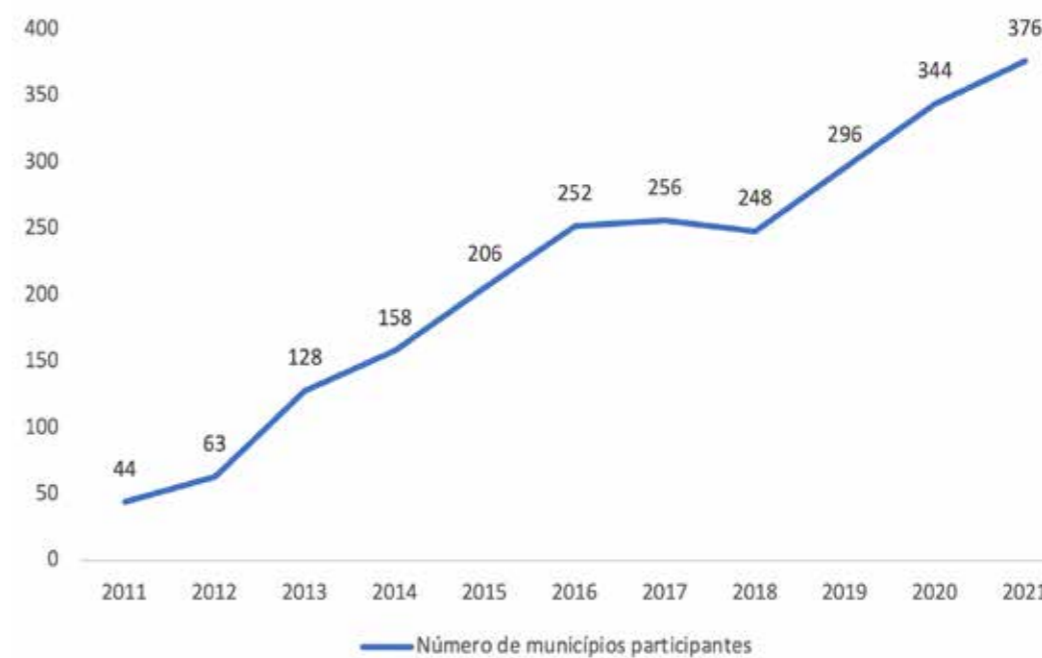
De todo o ICMS arrecadado pelo governo mineiro, 25% são repassados aos municípios, sendo que 0,1% desse valor é dedicado exclusivamente ao turismo. Para um município receber os repasses, ele deve se enquadrar em quatro critérios obrigatórios e dois critérios extras, que possuem uma pontuação diferenciada para alguns deles e estes são geridos pela SETUR (MINAS GERAIS, 2009). Na tabela 1, tem-se a distribuição dos critérios e a pontuação que cada um representa no ICMS Turístico.

Por meio desses critérios, criou-se uma forma de gestão do turismo nos municípios. Antes do programa, os municípios possuíam um potencial a ser trabalhado e muitos possuíam vontade de alavancar seu turismo, porém, esbarravam nas questões financeiras. A criação do ICMS Turístico também fez com que ocorresse um fortalecimento de alguns circuitos turísticos, que passaram a ter como possuir funcionários, remunerar melhor os gestores e criar realmente uma forma regional de gestão da atividade turística.

Outro fato é que mesmo se tratando de uma iniciativa recente, a quantidade de municípios participantes do ICMS Turístico aumentou ano após ano (Figura 2).

Porém, pode-se perceber na Figura 3 que o ICMS Turístico teve sua média reduzida ao longo dos anos de aplicação do programa. Isso se deve ao fato de que a quantidade de municípios aptos a receber a verba aumentou. Porém, por se tratar de apenas 0,1% do valor total do ICMS, o aumento do valor colocado para a atividade turística pelo Estado não consegue acompanhar a quantidade de municípios que passaram a receber o dinheiro, fato este que não ocorreu com o ICMS Cultural, que conseguiu manter sua média com valores próximos, por exemplo, já que o ICMS Cultural corresponde a 1% do valor total dos repasses do ICMS.

Isso demonstra que o governo estadual necessita fazer uma revisão da parcela que é repassada ao ICMS Turístico. Há mais municípios aptos para gerir o turismo em seu território, porém, caso os valores recebidos continuem a decair, isso pode gerar um desinteresse das Secretarias Municipais em trabalhar a temática, fazendo com que a ideia de romper com o turismo somente nas *idades históricas* em Minas Gerais não se concretize.



Além disso, esse fato pode fazer com que os repasses recebidos pelo ICMS Cultural, que devem ser utilizados primeiramente na conservação do patrimônio cultural local, sejam utilizados para manter a atividade turística, podendo prejudicar, assim, a preservação dos bens patrimoniais.

Deve-se destacar os municípios que recebem o ICMS Turístico. Enquanto o ICMS Cultural está presente em todas as regiões do estado, o ICMS Turístico ainda está muito disperso por Minas Gerais, sendo que a maioria dos municípios ainda não o recebem. Porém, vale salientar que o ICMS Turístico ainda possui apenas 10 anos de existência, enquanto que o ICMS Cultural está há 25 anos sendo trabalhado pelos municípios (Figuras 4 e 5).

Esses dados demonstram que o ICMS Turístico é um programa novo, mas que avança na forma de trabalhar o turismo. Os municípios passaram a possuir uma verba que fosse destinada exclusivamente a esse setor, o que pode servir para ajudar a alavancar a

Figura 2 – Número de municípios participantes do ICMS Turístico. Fonte: SECULT – MG, 2020. Elaborado pelos autores, 2021.

Figura 3 – Valor médio repassado aos municípios do ICMS Turístico e ICMS Cultural. Fonte: SECULT – MG, 2020. Elaborado pelos autores, 2021.

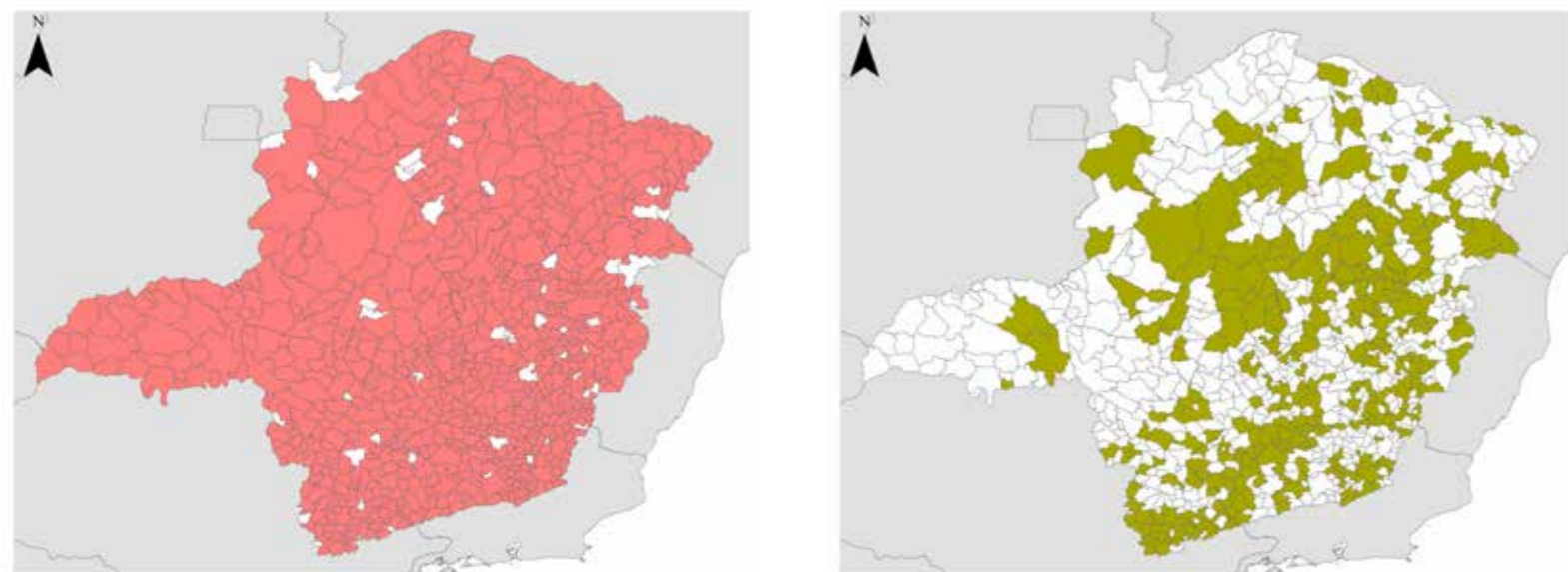


Figura 4 – Municípios que receberam o ICMS Cultural em 2020. Fonte: IEPHA, 2019. Elaborado pelos autores, 2020. Figura 5 – Municípios que receberam o ICMS Turístico em 2020. Fonte: SECULT, 2019. Elaborado pelos autores, 2020.

atividade nos circuitos turísticos. Entretanto, há críticas que devem ser trazidas à tona.

A primeira a ser feita é sobre o valor destinado ao ICMS Turístico em Minas Gerais, sendo apenas 0,1% da arrecadação destinada ao repasse dos municípios. Isso faz com que o valor repassado para os municípios seja baixo e esteja caindo conforme a adesão de outras cidades. Esse é um dos entraves, porque os municípios possuem um gasto para participar do ICMS Turístico e muitos não participam por avaliarem que as despesas não compensam os valores gastos.

Outra questão é atrelar o ICMS Cultural e Ambiental com o ICMS Turístico. Embora seja uma forma de integração entre campos próximos, isso faz com que para trabalhar o ICMS Turístico, o município precise também trabalhar o ICMS Cultural e Ambiental. Logo, há o gasto para implementar três políticas muito distintas em termos de exigências dos órgãos estaduais competentes. Para sanar essa questão, talvez pudessem ser pensadas formas de fazer com que as exigências também fossem mais integrativas.

Possato (2012) também traz algumas ressalvas sobre o ICMS Turístico. Segundo a autora, há um privilégio das cidades mais desenvolvidas (principalmente tecnicamente) em detrimento das menos qualificadas, formando polos regionais centralizadores que se tornam catalisadores dos recursos financeiros destinados ao turismo. Isso significa que ao invés do ICMS Turístico servir como um modo de descentralizar a atividade em Minas Gerais, quebrando com a hegemonia do turismo nas *cidades históricas*, o modo como ele é trabalhado faz com que haja o fortalecimento dessas localidades no que tange ao turismo.

O ICMS Turístico deveria atender, prioritariamente, os municípios com maiores carências de investimentos. A maior parte dos municípios só consegue captar a verba do ICMS Turístico por meio do pagamento de consultorias externas, mantendo uma contínua relação de dependência e não habilitando/capacitando seus órgãos internos.

Além disso, não há fiscalização por meio da SETUR (SECULT, a partir de 2019) para comprovar se os recursos são verdadeiramente aplicados ao turismo.

Outra questão é que o repasse de verbas são feitas para o município e não para o Circuito. Isso também é um fator que contribui para a desigualdade entre os municípios, gerando uma competição negativa, que ao invés de buscar regionalizar a atividade turística, há uma tentativa de monopolizar a atividade dentro do Circuito.

Possato (2012) traz uma reflexão sobre o Circuito dos Diamantes, que pertence às *cidades históricas* de Diamantina e Serro. Embora Diamantina e Serro possuam recursos advindos de outros órgãos, como o IEPHA, IPHAN e até mesmo a UNESCO para trabalhar seu turismo, são as cidades do Circuito que mais pontuam. Logo, outras cidades como Datas e Monjolos, que pertencem ao Circuito, não recebem o mesmo montante.

Entende-se que essas cidades deveriam ter a prioridade no recebimento dos repasses do ICMS Turístico para se equipararem aos destinos turísticos mais reconhecidos. Esse fato validaria o instrumento enquanto uma estratégia de desenvolvimento local em busca de uma melhor qualificação e competitividade turística.

Outra questão a ser levantada é referente aos critérios obrigatórios estipulados pelo órgão estadual. Os critérios estipulados pela SETUR não são suficientes para a tomada de decisão e análise das reais necessidades de investimento de recursos públicos na área do turismo e nem fazem com que o ICMS Turístico fomente a atividade turística local e regional.

Portanto, pode-se considerar o ICMS Turístico uma política que tem um princípio interessante de tentar fomentar o turismo não hegemônico em Minas Gerais, mas que ainda possui desafios a enfrentar.

Os impactos negativos que este pode trazer deve ser levado em conta para obtenção do recurso do ICMS Turístico, já que, em momento algum, a atividade sustentável do turismo é colocada como um critério. Nem mesmo as políticas públicas municipais de turismo e o COMTUR e o FUMTUR são avaliados no que tange ao conteúdo, apenas é levado em conta se o município possui ou não a legislação de turismo, o COMTUR e o FUMTUR, o que vai na contramão da sustentabilidade da prática turística.

Sugere-se, então, que, primeiramente, haja uma revisão dos critérios estipulados pelo ICMS Turístico, de forma a avaliar verdadeiramente o turismo em cima de um conceito mais voltado para sua sustentabilidade. Também há a necessidade de que as entidades responsáveis pela gestão ofertem aos municípios que desejam ou tentam trabalhar o turismo, uma condição de estrutura mínima para captar e gerir esses repasses, por meio, por exemplo, de capacitações que o próprio Estado possa vir a oferecer.

Considerações finais

A criação dos circuitos turísticos em Minas Gerais e do ICMS Turístico merecem ser destacados como boas tentativas de tentar inserir, principalmente, as pequenas cidades do estado no cenário turístico regional, estadual e, até mesmo, nacional, mostrando que houve tentativas governamentais de se trabalhar a atividade.

O ponto positivo a se destacar é que há uma integração entre os dois programas, principalmente em razão da necessidade de se participar de um circuito para recebimento do ICMS Turístico. Além disso, é válido que o mesmo órgão estadual, no caso a SECULT, seja a responsável por gerir as duas iniciativas, no entanto, ainda existem pontos que necessitam de revisão em ambos os projetos e, até mesmo, na forma como há a gestão estadual da pauta.

Primeiramente, a incorporação da SETUR pela SECULT, embora seja economicamente uma boa ideia, em termos ideológicos foi uma decisão equivocada pelo estado de Minas Gerais.

Nos municípios, principalmente os de menor porte, é comum encontrar Secretarias que fazem a junção do Turismo com a Cultura (e, normalmente, com outros setores como Esportes, Lazer e Eventos). Essa junção costuma atrapalhar a gestão de todas as pautas da Secretaria, porque quem fica à frente, normalmente, é um profissional específico de outras áreas e colocam o Turismo e a Cultura em segundo plano.

Em nível estadual, ao realizar essa junção, passa-se a ideia de que esses municípios tomam a decisão correta. O estado deveria propor o oposto: secretarias divididas e gerenciadas por profissionais específicos de cada área, mas que conversem entre si.

Ao tratar do Programa de Regionalização do Turismo em Minas Gerais, percebeu-se que há uma iniciativa válida na criação do Programa. Entretanto, a forma como os circuitos são geridos demonstra que ainda há a necessidade de avanços na questão turística. Seria imprescindível que cada circuito turístico possuísse um local próprio para ser sede, não vinculado às prefeituras, e que possuíssem mais funcionários remunerados para que houvesse uma dedicação exclusiva aos trabalhos regionais.

Dever-se-ia, também, pensar formas de conscientização para que os municípios permanecessem nos circuitos, ao invés de ficarem anualmente, podendo participar ou não, para que as ações pensadas em nível regional se tornassem mais contínuas e, portanto, mais eficazes.

Em relação ao ICMS Turístico, o principal ponto a ser levantado é referente à pequena parcela destinada ao turismo dentro da Lei Robin Hood. Isso faz com que quanto mais municípios decidam participar do ICMS Turístico, menor seja o recurso destinado às localidades. Isso pode fazer, em médio prazo, com que essas cidades considerem não ser vantajoso participar do quadro e acabem abandonando o fomento de seu turismo local.

Outro ponto que necessita de revisão é o referente aos critérios para receber o recurso do ICMS, tornando-os mais justos para as pequenas cidades e fazendo com que o recurso seja repassado, principalmente, ao circuito ou que haja uma ementa que diga que parte desse recurso seja repassado pelos municípios às ações dentro do Circuito, para que evite a chamada concorrência negativa.

A regionalização do turismo deve ser aclamada como uma forma de fazer crescer a atividade dentro do estado e de viabilizar para as pequenas cidades competirem com as cidades maiores ou com turismo consolidado, levando à visitação do território mineiro de forma sustentável e apontando ao país e, quem sabe, ao mundo, as riquezas que Minas Gerais possui.

Referências

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 71-86, jan./jun. 2005.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 280 p.

BATALLER, Maria Alba Sargatal. O estudo da gentrificação. *Revista Continente*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9 – 37, 2012.

BOLSON, Jaisa Helena Gontijo; ÁLVARES, Lúcia Capanema. Descentralização e

Democratização da Gestão Pública: a Implantação dos Circuitos Turísticos em Minas Gerais. *Revista Turismo*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 01-16, 2004.

BRASIL. *Constituição Federal*, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BUTLER, Richard. Sustainable tourism – a state of art review. *Tourism Geographies*, Florence, v. 1, n. 1, p. 7-25, fev. 1999.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. *América Latina: cidade, campo e turismo*. San Pablo: CLACSO 2006. p. 337-350. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/35163839.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.

EMMENDOERFER, Luana; Silva, Luís Filipe; EMMENDOERFER, Magnus; FONSECA, Poty. A formação dos circuitos turísticos mineiros: uma política pública descentralizada e democratizante?. *Revista Observatório de Inovação de Turismo*, Brasil, v. 2, n. 4, 2007.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. 2006. 505f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FRANKLIN, Arthur Zanuti. *A gestão do patrimônio cultural em pequenas cidades históricas*: Manhumirim, MG (1997 – 2017). 2020. 199 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Viçosa, 2020.

FRESCA, Tânia Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. *Geografia*, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun. 2001.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *G&DR*, Taubaté, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan./abr. 2012.

HARVEY, David. *Consciousness and the urban experience*. Oxford: Basil Blackwell, 1985. 234 p.

IEPHA. *Pontuação Definitiva Exercício 2019*, 2019. Disponível em: < http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/Pontuacao_Definitiva_Exerc_2019-Publicacao.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

LEÃO, Carla de Souza. *A inserção das pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades da região de governo de Dracena – SP*. 2011. 140f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

LEMOS, Leandro de. *Turismo: que negócio é esse?* São Paulo: Editora Papyrus, 1999. 144 p.

MINAS GERAIS. *Lei n. 12.040*. 28 de dezembro de 1995. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2308>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MINAS GERAIS. *Lei n. 13.341*. 28 de outubro de 1999. Disponível em: <<http://www>

siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=789>. Acesso em: 31 jan. 2019.

MINAS GERAIS. *Lei n. 18.030*. 12 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/2009/118030_2009.htm>. Acesso em: 21 jan. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Boletim do turismo doméstico brasileiro*, 2020. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. *As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas – SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do espaço*. 2014. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

NASSER, Noha. Planning for urban heritage places: reconciling conservation, tourism and sustainable development. *Journal of Planning Literature*, Pennsylvania, v. 17, n. 4, p. 467-479, mai. 2003.

OLIVEIRA, Rafael Almeida de. *Descentralização: um paralelo entre os Circuitos Turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização do turismo*. 2008. Monografia (Graduação em Administração Pública) – Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008.

POSSATO, Flavia Mosqueira. *O itinerário enquanto instrumento de preservação do patrimônio cultural: o caso da Estrada Real*. 2012. 224f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

REGIS, Igor. *Doméstico em 2020 e internacional em 2021: as tendências de viagem pós-pandemia*. Jul. 2020. Disponível em: <<https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/hotelaria/viajantes-optam-pelo-domestico-em-2020-mas-querem-internacional-em-2021/>>. Acesso em: 21. jan. 2021.

REIS, Luiz Fernando. *O feito e o efeito: as memórias e as representações do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro – MG*. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro, 2012.

SECULT. *Regionalização do Turismo*, 2020. Disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br/programas-e-aco/es/regionalizacao>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SETUR-MG. *Governo de Minas Gerais trabalha para o fortalecimento dos circuitos turísticos*, 2017. Disponível em: <<http://static.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-gerais-trabalha-para-o-fortalecimento-dos-circuitos-turisticos>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SETUR-MG. *Observatório do Turismo do Estado de Minas Gerais*, 2018. Disponível em: <<https://www.observatorioturismo.mg.gov.br/?p=4524>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, Antônio Mateus. Porto Seguro – Bahia – turismo predatório e (in)sustentabilidade social. *Geographos*, Alicante, v. 7, n. 87, p. 01-25, jun. 2016.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. *Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 148p.

SPOSITO, Eliseu Savério. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo*. 2004. 508f. Tese (Livre docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

VIEIRA, Alexandre Bergamin; ROMA, Cláudia Marques; MIYAZAKI, Vitor Koiti. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 29, p. 135-155, 2007.

DIVERSIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Alternativas e oportunidades no território

DIVERSIFICATION AND DEVELOPMENT OF SMALL PARANAENSE MUNICIPALITIES
Alternatives and opportunities in the territory

Lisandro Pezzi Schmidt¹, Mario Zasso Marin² e Wellington Barbosa da Silva³

Resumo

O artigo aborda como pequenos municípios localizados fora de um eixo de aglomeração e de baixo desenvolvimento econômico intensificam alternativas de modo a promover a diversificação econômica e a valorização do território. Diante de tais enfoques, relacionam-se para os casos investigados, a perspectiva para exploração e geração de riqueza numa parte do espaço regional paranaense, o que inclui características culturais, físicas, econômicas e sociais do Centro-Sul e Sudoeste paranaense e a necessidade de articulação entre os diferentes atores públicos e privados. A pesquisa reforça o caráter multiplicador do Turismo Rural para pequenos municípios, afetando todos os setores da economia, o que permite as várias possibilidades de cooperação no âmbito regional no que se refere às alternativas para geração de renda e trabalho, não distante do envolvimento dos agentes governamentais e privados.

Palavras-chave: políticas públicas, gestão pública, turismo rural, desenvolvimento local, Paraná.

Abstract

The article discusses how small municipalities located outside an axis of agglomeration and low economic development intensify alternatives in order to promote economic diversification and the valorization of the territory. In view of these approaches, for the investigated cases, the prospect for exploration and wealth generation in a part of the regional space of Paraná are related, which includes cultural, physical, economic and social characteristics of the Center-South and Southwest of Paraná and the need for articulation between the different public and private actors. The research reinforces the multiplier character of Rural Tourism for small municipalities, affecting all sectors of the economy, which allows the various possibilities of cooperation at the regional level with regard to alternatives for income generation and work, not far from the involvement of government and private agents.

Keywords: public policies, public management, rural tourism, local development, Paraná.

1 Doutor, Docente do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: lpezzi@unicentro.br

2 Doutor, Docente do Departamento de Geografia – Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: mmarin@unicentro.br

3 Doutor, Docente em Geografia Física. E-mail: wbarbosa@unicentro.br

Introdução

Ao analisarmos a complexidade das diversificadas formas e conteúdos presentes no território⁴, em particular, no urbano e no rural, levam-se em consideração, entre os mais variados aspectos, questões que envolvem o entendimento para qual sentido do desenvolvimento local se espera no século XXI.

Como é possível chegar à definição de outras direções que possam promover novas atitudes e valores, para além daquelas que envolvem as características do lugar, como as relações sociais, a cultura, as delimitações de comunidades, entre outras, que englobam um ou mais municípios próximos e distantes de aglomerações?

Tal questionamento passa a ser objeto de amplo debate e reflexão, guiado por enfoques variados, mas não distantes da realidade dos pequenos municípios⁵ paranaenses, de uma certa região, de um país. Como aponta Moura (2009, p. 17), “os pequenos núcleos organizam-se para a vivência coletiva e, ao seu modo, para a política e para a cidadania”, onde a densidade material e a capacidade inovativa (resguardadas as escalas), assumem um papel na divisão do trabalho e a participação na rede urbana.

Em outros termos, como indica Vainer (2002), o governo local tem a extraordinária capacidade de cumprir de maneira vantajosa as tradicionais funções que sempre foram as dos estados nacionais, que são: a função de acumulação e a função de legitimação. Esses aspectos assim destacados levam a crer certa busca pela competitividade dos pequenos municípios e na valorização de seu território.

Os desdobramentos e a partir das experiências e estudos realizados nos municípios paranaenses Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão, Pinhão e Sulina apontam a necessidade de realização de pesquisas que possam orientar o plano de ação política e alternativas com vistas à ação local, ainda em lento processo de elaboração e implementação. A escolha dos municípios, objeto principal do nosso trabalho, partiu do interesse e parceria das respectivas prefeituras municipais junto aos pesquisadores e de seus grupos de pesquisa⁶.

4 Saquet (2003) coloca que o território passa a existir quando se manifesta e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações sociais que dão o concreto ao abstrato; são as relações que consubstanciam o poder. Toda a relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários. E são essas relações que cristalizam um território e as múltiplas territorialidades. Portanto, a territorialidade é cotidiana, multifacetada, e as relações são múltiplas e, por isso, os territórios também o são (com territorialidades), revelando a complexidade social e ao mesmo tempo as relações de indivíduos e grupos sociais com uma parcela do espaço, relativamente delimitada.

5 Como se pesquisou pequenos municípios, admite-se (trata-se de uma interpretação possível) que as pequenas cidades fazem parte do mundo rural: elas são, também, frequentemente, um espaço marcado pela particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento, exercem as funções de organização, gestão e representação do conjunto de sua área de influência, e ainda, constituem um dos elos de integração do mundo rural com o sistema mais geral das cidades (WANDERLEY, 2007).

6 O artigo apresenta resultados de um trabalho em equipe, envolvendo pesquisadores, colaboradores e apoio técnico e financeiro das Prefeituras Municipais de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão, Pinhão e Sulina, cujo objetivo foi a realização do Inventário da Oferta Turística de cada município. Contribuíram na investigação, durante as discussões e na elaboração dos relatórios de pesquisa, os docentes Diogo Lüders Fernandes (Departamento de Turismo, Unicentro) e Leonides da Silva (Departamento de Geografia, Unicentro); as acadêmicas Débora de Oliveira dos Santos, Cristine Nataly Corrêa, Vanessa Aparecida Beraldo e Rebeqa Aparecida Almeida (acadêmicas do Curso de Bacharelado em Geografia da Unicentro, *Campus Cedeteg*).

O presente trabalho possibilita disseminar informações locais para a comunidade científica e municipal, diante de uma abordagem territorial⁷ que eleva o conhecimento dos aspectos mais relevantes e frequentes que devem ser ampliados para satisfazer melhorias das condições de vida e criar outras oportunidades.

Núñez (2016) indica que a partir do início dos anos 2000 o debate sobre o desenvolvimento econômico volta a dialogar com a dimensão territorial no âmbito da América Latina, ainda que a abordagem tende a se limitar ao âmbito nacional e, sobretudo, projetos que envolvem iniciativas do poder público municipal, as vezes em parceria com grupos de empreendedores locais. Em muitos casos, a parceria público x privada é limitada por não existir diálogo, coordenação, planejamento. Há muitas disputas políticas que impedem atingir a governança territorial.

Partindo do pressuposto de que pequenos municípios paranaenses participam da dinâmica da rede urbana, em que um ou mais polos regionais absorvem o campo de interesses para diferentes pesquisas e dos intensos investimentos, a realização do presente trabalho apresenta a reflexão dos resultados das pesquisas realizadas entre os anos de 2015 e 2019, abrangendo parte do Centro-Sul e parte do Sudoeste Paranaense, considerando os componentes locais identificados. O objetivo principal do trabalho foi entender e refletir sobre os obstáculos e oportunidades ao desenvolvimento local em pequenos municípios localizados no Centro-Sul e Sudoeste paranaense.

Constitui-se uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, envolvendo pesquisas em fontes primárias e secundárias. Inicialmente, foram realizadas reuniões com pesquisadores, poder público e sociedade civil (informantes-chave) a fim de obtenção de dados, informações municipais (econômicas, sociais, culturais e de governança), projetos em andamento e seleção dos locais com potencialidades para resultados rápidos. Logo em seguida, realizamos buscas em informações secundárias disponibilizadas pela prefeitura municipal e, em gabinete, houve a análise dos documentos, dentre eles, a legislação municipal e o Plano Diretor.

A pesquisa constitui-se dos seguintes indicadores municipais: levantamento da estrutura fundiária (IBGE, 2017), censo demográfico (2010), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (2016), assim como o IDH das mesorregiões Paranaenses, disponibilizados da base de dados do IpeaGEO.

Observamos poucas produções e informações a respeito das riquezas e das fragilidades que compreendem a geração de renda, a utilização sustentável do território e as intenções das gestões municipais para um curto prazo de investimento.

Estudar e compreender a dinâmica de alguns municípios do Paraná, possibilita a utilização dos potenciais encontrados e, através destes, impulsionar o desenvolvimento econômico, ressaltando suas características e produtos locais que podem ser inseridos e reconhecidos no mercado regional e estadual em larga escala.

As potencialidades identificadas indicam elementos locais que orientam as riquezas e alternativas para a cooperação entre os agentes, mostram carências quanto à estrutura,

⁷ A abordagem territorial possui um caráter instrumental e visa conceber o desenvolvimento numa perspectiva integradora dos componentes/dimensões que constituem o território. Entende-se, por abordagem territorial, o contexto existente, ou a ser construído em uma determinada escala, pela participação de múltiplos atores (sociais, econômicos, políticos, institucionais), pelas distintas escalas e pela participação da sociedade civil e organizada nas propostas de desenvolvimento. Diante dos contextos socioeconômico e ambiental, o território, nessa perspectiva, é a base para atuação do Estado inter-relacionado à sociedade civil e organizada (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

a lenta realização das políticas públicas, bem como a ausência de ações efetivas que possam agregar valores e sentido para projetos e programas municipais. Uma das intenções da intervenção política local aponta ao entendimento da territorialidade da política pública por meio da atividade turística, ainda não cooperada com outros agentes locais (agricultores e empresariado local).

Os acontecimentos e a realização de atividades inovadoras é lenta para promover mudanças num cenário sujeito a constantes transformações, pois envolvem, em geral, interesses individuais e não articulados, baixo envolvimento da população local nas decisões, bem como das secretarias para apoio técnico.

Os municípios caracterizam-se pela forte tendência à manutenção das atividades típicas (dentre elas a agropecuária) e locais que garantem estilos de vida e relações intensificadas pelas questões culturais. De um lado, aprofundam-se as desigualdades pelo acúmulo da renda e, de outro a permanência das dificuldades de uma parte expressiva da população empobrecida. Notamos que as dificuldades estão atreladas à desconfiança para projetos mais ousados, ao limitado investimento em treinamento, ao receio para adotar novas tecnologias e a incorporação delas para divulgar produtos turísticos.

Partindo da compreensão da escala local de desenvolvimento, o estudo apresenta reflexões e proposições para os municípios, com o intuito de ampliar as discussões do desenvolvimento local com vistas a diversificar a economia e ascender o fluxo econômico e social.

O texto compõe-se de três partes: a primeira, de cunho teórico, apresenta algumas discussões com relação ao desenvolvimento socioeconômico e pequenos municípios; a segunda, trata das continuidades e dificuldades na interação territorial; por fim, na última parte, discute-se a expansão das atividades, por meio da formulação de possibilidades num ambiente de oportunidades.

O desenvolvimento socioeconômico e pequenos municípios

De um modo geral, críticas e avanços nas interpretações da realidade urbana, rural e regional passam também pelo recorte a ser estabelecido, confrontando temas diversos para o entendimento do papel dos atores locais que confrontam interesses com vistas ao desenvolvimento. Observa Brandão (2004), que a construção de uma visão crítica passa pelo reconhecimento da impossibilidade de uma teoria geral e abstrata (pronta e acabada) da problemática regional e urbana, e defende uma discussão estrutural do processo de desenvolvimento.

Termos como cooperação, participação, parceria, consórcio, interação/integração, cadeias, distritos, sistemas regionais de inovação e produção, além de diversificação e pluralização, passaram a fazer parte do discurso dos agentes regionais (econômicos, sociais e políticos) do desenvolvimento (BECKER, 2008).

As atividades diversas numa região⁸ (consideramos a totalidade dos municípios),

⁸ Segundo Haesbaert (1999), a diversidade territorial é a base para a regionalização (instrumento de análise a fim de se buscar os recortes mais coerentes que deem conta das diferenciações no espaço). Essa diversidade territorial é o resultado de uma imbricação entre as dimensões global e local. Nesse caso, a definição de região deve considerar problemáticas como a das escalas e fenômenos sociais mais específicos (os regionalismos políticos e as identidades regionais) como aqueles que produzem a diversidade geográfica do mundo. Haesbaert (1999, p. 29) conceituou região como “um espaço (não

caracterizam a economia regional e também as possibilidades da sua diversificação. Como indicam Bassan; Siedenberg (2008), o conceito de desenvolvimento compreende e ideia de crescimento, na qual o desenvolvimento passa a ser tratado a partir de critérios, como a eficiência produtiva, a satisfação das necessidades humanas e o atendimento dos objetivos da sociedade; se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa, em que traduz as diversidades das formas sociais e econômicas.

O desenvolvimento regional pode ser impulsionado a partir da união das atividades econômicas e a exploração dos recursos para exportações de produtos gerados na região. Segundo Lima e Oliveira (2003) pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento.

Nesse contexto, como indica o Ipardes (2010), o desenvolvimento regional é definido como o conjunto dos diferentes desenvolvimentos locais, que não é simplesmente o reflexo de um processo de desenvolvimento nacional em uma dada localidade. O que caracteriza o processo de desenvolvimento econômico local é o protagonismo dos atores locais, na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas e na sua implementação.

Trata-se, portanto, de um processo de desenvolvimento econômico que se baseia na autonomia dos agentes locais, que, muitas vezes, caminham em oposição ao pensamento dominante. Nessa direção, o presente trabalho contempla pequenos municípios do Paraná. A partir dessas ideias, Becker (2008) e Brandão (2004) examinam os diferentes processos de desenvolvimento.

Do ponto de vista de Becker (2008, p. 39):

[...] os distintos processos de desenvolvimento regionais não são iguais, por que a dinâmica do desenvolvimento contemporâneo caracteriza-se por ser resultado das sínteses de dois processos contrários: um de transnacionalização dos espaços econômicos (globalização), que pode ser, em tese, considerado como sendo o da direção econômico-corporativa do desenvolvimento, uma ação exercida de fora para dentro e de acordo com interesses econômico-corporativos, multinacionais, multissetoriais e multifuncionais; outro, de regionalização dos espaços sociais (localização), que pode ser considerada, em antítese, como sendo e reação socioambiental do desenvolvimento, uma contra-ação exercida de dentro para fora e de acordo com os interesses sociais e ambientais dos agentes do desenvolvimento do lugar.

A propósito de Brandão (2004, p. 58), sobre o impacto territorial da política pública e das relações sociais presentes, assevera:

O território passa a ser como que o grande regulador autômato de relações, dotado da propriedade de sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos. Ou seja, personifica-se, fetichiza-se e reifica-se o território, ao preconizar que o mesmo tenha poder de decisão, desde que dotado do adequado grau de densidade institucional e

institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco 'regional' de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução."

comunitária. À ação pública caberia apenas animá-lo e sensibilizá-lo, construindo confiança e consensos duradouros. É bom lembrar que tais consensos surgem como pressupostos e não como propósito a ser construído.

Ainda, para Brandão (2004, p. 70):

O Desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Esse processo deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas e emancipatórias, envolvendo, portanto, tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos.

Dessa forma, ao tratar sobre desenvolvimento, sobretudo, observa-se, a ênfase na força política, na cooperação institucional, na participação da sociedade civil nos projetos de desenvolvimento, na parceria público-privada e nas possibilidades de estreitar relações entre entes federativos, ainda que se reconheça certo predomínio dos vínculos partidários e dos favores o que antecipa decisões coerentes (às vezes incoerentes) com a realidade.

Assim, percebe-se que a base é a discussão em torno do desenvolvimento local (e a inserção da discussão de território, pois mostra as disputas, mas também, as potencialidades), políticas públicas e a articulação de atores governamentais e não governamentais.

As continuidades e as dificuldades na interação territorial para o desenvolvimento local

Moura (2009) observa que no conjunto dos municípios paranaenses, localizados contiguamente ou não às aglomerações urbanas, consolida-se uma expansão horizontal da urbanização e do meio técnico-científico-informacional, quer dizer, a modernização do território. Nessa condição, identificam-se espaços organizados e polarizados por centros e aglomerações, com níveis de complexidade e produção intensos. Também, um mundo rural modernizado que se esvazia de outros contingentes populacionais e como consequência o isolamento de pedaços do território, os quais são incapazes de acompanhar as exigências da produção que se opera sob racionalidades externas.

O que encontramos numa parte do Paraná, são municípios que ainda apresentam carências quanto a inovação econômica e dependentes no que se refere ao que acontece no campo e dependentes de outros serviços e incapazes de não conter fluxos migratórios para outros centros urbanos do estado.

Os municípios do recorte da pesquisa, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu e Pinhão⁹, fazem parte da Região Geográfica Imediata de Guarapuava e o município de Sulina

⁹ O município polo é Guarapuava (Região Geográfica Imediata de Guarapuava), município com 182.644 habitantes (9° do estado) e 12° do estado em receitas realizadas (IBGE, 2017; 2020).

Municípios	População Total (2000)	População Rural	População Urbana	População Rural (%)	População Urbana (%)
Foz do Jordão	6.378	2.066	4.312	32,39	67,61
Pinhão	28.408	14.674	13.734	51,65	48,35
Reserva do Iguazu	6.678	3.338	3.340	49,99	50,01
Sulina	3.918	2.723	1.195	69,5	30,5

Atividades econômicas	Municípios			
	Foz do Jordão	Pinhão	Reserva do Iguazu	Sulina
Agropecuária	34.379,06	159.199,53	63.432,02	46.257,41
Indústria	12.717,66	931.355,90	12.544,75	3.428,10
Serviços	24.565,36	193.353,85	26.596,80	20.737,61
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	26.531,48	147.244,66	38.237,76	19.276,12
Impostos	4.545,24	35.396,11	4.707,68	4.498,46
TOTAL (PIB)	102.738,80	1.466.550,05	145.519,02	94.197,69

da Região Geográfica Imediata de Pato Branco¹⁰, pertencentes, respectivamente a Região Geográfica Intermediária de Guarapuava e de Cascavel. São municípios de economia predominantemente rural (Tabela 2), exceto Pinhão, com área urbana sem maiores dinâmicas econômicas e fluxos comerciais expressivos. Todos os municípios possuem população rural superior a 30% chegando a 69,5% em Sulina (Tabela 1).

Os municípios de Pinhão e Foz do Jordão fazem parte da região turística do Paraná denominada Lagos e Colinas. Já o município de Sulina pertence a região turística Vales do Iguazu¹¹. O município de Reserva do Iguazu não faz parte de nenhuma região turística. Os dados e informações disponíveis, agrupados e sistematizados, permitiram identificar o perfil da área rural desses municípios e o potencial turístico com base, sobretudo, nos recursos naturais.

Nota-se que a própria denominação dada às duas regiões turísticas (Lagos e Colinas¹² e Vales do Iguazu), que reúne três dos quatro municípios analisados, reforçam características geográficas, tais como, os lagos formados pela construção de usinas hidrelétricas (com amplo potencial de aproveitamento turístico), bem como os relevos ondulados a forte ondulados, denominados coloquialmente de Colinas e Vales. Tais regiões turísticas exploram as riquezas naturais encontradas ao longo do território de

10 O município polo é Cascavel (Região Geográfica Imediata de Pato Branco), município com 332.333 habitantes (5° do estado) e 8° do estado em receitas realizadas (IBGE, 2017; 2020).

11 Ampére, Barracão, Boa Esperança do Iguazu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguazu, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Manguierinha, Mariópolis, Nova Prata do Iguazu, Palmas, Pato Branco, Planalto, Realeza, Salgado Filho, São Jorge D'oeste, Sulina, Verê (PARANÁ TURISMO, 2020).

12 Cantagalo, Candói, Foz do Jordão, Guaraniaçu, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguazu, Rio Bonito do Iguazu e Virmond (PARANÁ TURISMO, 2020).

Municípios	Ranking Geral IFDHM					
	Nacional	Estadual	IFDHM	Emprego e renda	Educação	Saúde
Foz do Jordão	2.083°	276°	0,7017	0,4780	0,6990	0,9282
Pinhão	2.670°	327°	0,6771	0,5317	0,7141	0,7856
Reserva do Iguazu	2.546°	317°	0,6815	0,4576	0,7115	0,8756
Sulina	3.044°	355°	0,6612	0,4446	0,7368	0,8021

Nota: O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento do local. A leitura é feita de forma que, valores entre 0,0 e 0,4 são considerados baixos, valores entre 0,4 e 0,6, regular, entre 0,6 e 0,8, moderado e valores entre 0,8 e 1, de alto índice de desenvolvimento, respectivamente.

Municípios	Total		Agricultura familiar	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos (n° e %)	Área (n° e %)
Foz do Jordão	259	25.721	149 (57,52)	2.164 (8,41)
Pinhão	2.852	134.909	2.058 (72,15)	37.887 (28,08)
Reserva do Iguazu	693	44.126	483 (69,69)	8.572 (19,42)
Sulina	499	15.836	453 (90,78)	7.626 (48,15)

* Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

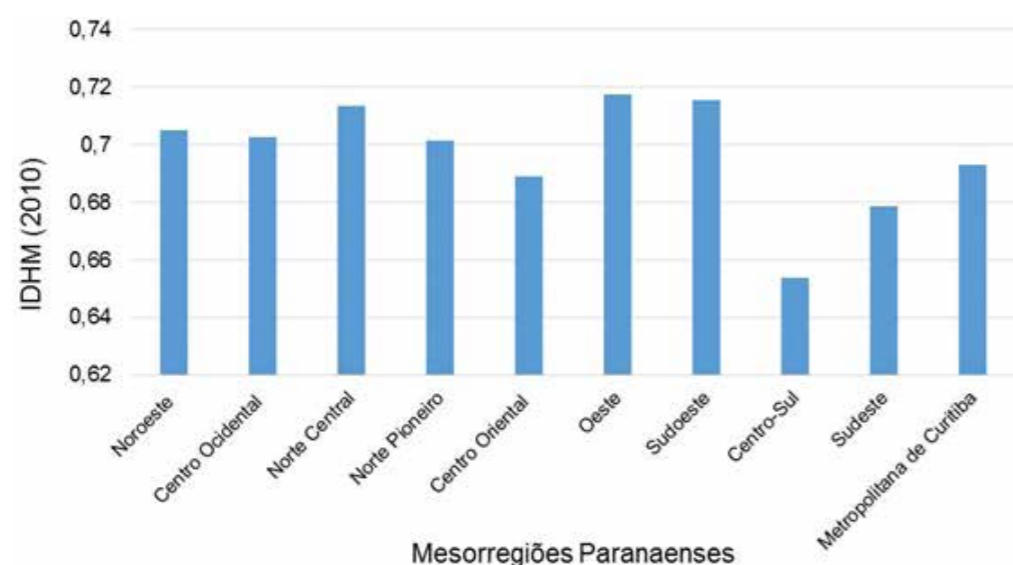
cada município.

Como resultado na dinâmica do crescimento, observa-se a redução da população sobretudo nos menores municípios analisados nesta pesquisa, isto é, Foz do Jordão e Sulina, que, respectivamente tiveram uma redução da população total, entre 2000 e 2019, de 37,16% e 31,43%. A população rural destes municípios reduziu-se, respectivamente, entre 2000 e 2010, 38,37% e 35,87% (IBGE, 2000; 2010; 2019). É o que reforça Moura (2009, p. 24):

Salvo pequenos municípios inseridos nas dinâmicas das aglomerações urbanas, os demais não vêm manifestando sinais de que possuem atrativos a novos moradores ou de que contemplem as exigências dos vários segmentos da própria população residente, que migra em busca de oportunidades.

Os dados socioeconômicos dos municípios reforçam as afirmações de Moura (2009). Na tabela 3, observa-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios da pesquisa. Nota-se que eles possuem, em geral, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal moderado, sendo regular o índice de emprego e renda e melhores indicadores somente para a área de saúde. As migrações dos municípios e o moderado desenvolvimento estão muito ligados à presença limitada de empregos nos municípios. Também, estão relacionados a estrutura fundiária destes municípios, que se apresenta muito concentrada, sobretudo em Foz do Jordão, Reserva do Iguazu e Pinhão, como é possível observar na tabela 4, com a distribuição dos estabelecimentos agropecuários e área entre os agricultores familiares.

Foz do Jordão e Pinhão, da região turística Lagos & Colinas, possuem o Inventário



da Oferta Turística, bem como Sulina, da região turística Vales do Iguaçu. Através do Inventário, os municípios podem ser cadastrados no Ministério do Turismo e se candidatarem a receber verbas específicas direcionadas pelo Ministério para investir em projetos no município. O inventário turístico constitui-se num processo pelo qual se registra o conjunto de recursos, atrativos, equipamentos e serviços turísticos e a infraestrutura existente na localidade, buscando a correta ordenação e utilização do território, de forma a otimizar o uso de seus recursos naturais e culturais (INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DE RESERVA DO IGUAÇU, 2015). Diversos municípios, tanto da região turística Lagos & Colinas, como da região turística Vales do Iguaçu não possuem seus inventários ou roteiros¹³ que contêm seus atrativos e recursos turísticos.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), como já observado na tabela 3, os municípios possuem, em geral, índice moderado, porém, o IDHM da mesorregião Centro-Sul paranaense, onde se localizam os municípios de Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu e Pinhão, é o mais baixo das mesorregiões paranaenses (Figura 1).

Deste modo, ao observar as características de cada município, pergunta-se: de que forma seus respectivos potenciais adaptados às suas características podem favorecê-los? E com isso, contribuir para amenizar as disparidades sociais da mesorregião e encontrar uma forma de ascender a economia, visto que a presença industrial e comercial não é fator dominante na geração de empregos e movimentação da economia. Com relação a essas colocações, Santos (1999, p. 244) destaca:

Certos espaços da produção, da circulação e do consumo são a área de exercício dos atores 'racionais', enquanto os demais atores se contentam com as frações urbanas menos equipadas. A ação humana é desse modo compartimentada, segundo níveis de racionalidade da matéria.

Consideramos que ao tratar dos pequenos municípios, a base produtiva é

¹³ O Ministério do Turismo conceitua roteiro turístico como um "itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade. É definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística" (BRASIL, 2007, p. 3).

predominantemente rural e com lentas mudanças que associam investimentos em infraestrutura e nos modos de vida para tornar mais nítidos os modos de vida e as relações com o contexto urbano. Deve-se ressaltar que há, sobretudo no Centro-Sul paranaense, um setor agropecuário dinâmico e moderno (com produção de soja, milho, cevada e trigo empregando intensa tecnologia) que convive com uma agropecuária familiar que apresenta inúmeros problemas, tais como a falta de assistência técnica e crédito, longas distâncias aos mercados consumidores, estradas mal conservadas, falta de sucessor nas unidades de produção.

A concentração fundiária nos municípios de Pinhão, Reserva do Iguaçu e Foz do Jordão, exceto no município de Sulina, que tem características sociais, econômicas e fundiárias distintas, cria o binômio: de um lado um agronegócio moderno e de outro muitos agricultores familiares com dificuldades de reprodução social e econômica. Os desdobramentos dessa dinâmica atingem a produção voltada à cultura da soja, principalmente, para o agricultor não familiar e a produção do leite não processado para, sobretudo, o agricultor familiar, caso de Sulina, principalmente.

Dessa forma, os laços familiares, o controle da terra, a estrutura existente que parcialmente atende às *commodities* e a utilização predominante da mão de obra familiar e equipamentos existentes dão conta de um rural ainda não explorado e estabelecem um sentido permanente do rural, como cita Monte-Mór (2004), onde as relações com o campo constituem produções que lentamente agregam valor aos produtos e pequenas cidades sem indústrias e diversificação.

Noutro prisma, a disposição dos serviços de infraestrutura são buscados e complementados em outros municípios, caso de Pato Branco, Guarapuava, Cascavel (aeroporto, serviços mais sofisticados).

Assim, nota-se que há, sobretudo junto aos municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Pinhão, a presença de uma estrutura fundiária que fortalece, de um lado, estabelecimentos agropecuários modernos e de outro, estabelecimentos familiares que em geral, possuem pouca terra, dificuldades de sucessão do patrimônio fundiário, limitada assistência técnica e tecnologias. Em Sulina, as dificuldades são semelhantes, porém, a concentração de terras não é tão expressiva (conforme analisado na tabela 4), ademais, o capital social¹⁴ está mais evidente neste município e, portanto, essencial para o desenvolvimento local.

A expansão das atividades: formulações possíveis num ambiente de oportunidades

Devido à proximidade entre os municípios investigados, observamos que os governos municipais não encontram barreiras que impedem compartilhamento de ideias para projetos locais/regionais. Para isso, somente a transformação da cultura individualizada e centralizadora, poderá permitir outras direções no que se refere aos planos e incentivos das atividades locais, ou seja, os governos municipais e os atores competem com eles mesmos.

Corroborando Brandão (2004, p. 73):

¹⁴ A cooperação voluntária é mais fácil em uma comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social, sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. "O capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (PUTNAM, 2006, p. 186).

Apresentado como 'projeto tático' (porém que vai se tornando permanente), o diagnóstico é de que, em um ambiente crítico e de fragmentação, só resta tecer novas redes de colaboração e melhoria do ambiente. Seria preciso promover parcerias para criar novo contexto, no qual os atores atuariam de forma cooperativa, com coincidência de objetivos, confluindo, com base no entendimento, sem contestações, para um projeto de cidade e região. Ações assistencialistas, compensatórias e focalizadas seriam definidas para os que jazem ao largo deste jogo cívico. Seria preciso constituir jogos preliminares de 'sensibilização e animação territorial' para integrar os *stakeholders*, os participativos, legitimados e interessados pelas 'coisas locais'.

A partir das ideias apresentadas por Brandão (2004), identificam-se alternativas que servem para os municípios de Reserva do Iguaçu, Pinhão, Foz do Jordão e Sulina. As decisões ainda são locais, o fazer e o refazer das estratégias passam pelas decisões de atores locais e da promoção da política pública. A atividade turística entra em cena como algo distinto para os municípios, promovendo as possibilidades de implementação, reunindo atores e produtos.

O Inventário da Oferta Turística, constitui-se como possibilidade para a gestão municipal integrar os interesses locais por meio dos aspectos sociais, econômicos e ambientais dispostos no território.

Haja vista o forte potencial de recursos e atrativos turísticos encontrados em cada município, suas vastas áreas de vegetação, unidades de conservação e recursos naturais aliadas a outro elemento de grande expressividade que são as áreas rurais, com grande número de agricultores familiares, propõe-se a estratégia de unir esses elementos para a formulação de projetos de implantação do turismo sustentável junto aos agricultores familiares e demais atores, a fim de participarem com suas atividades, produções artesanais e alimentícias, o que consequentemente proporcionará para que cada comunidade seja conhecida por sua identidade.

Oliveira (2020) ao analisar as transformações e adaptações dos valores camponeses à dinâmica do mercado na comunidade Chã de Jardim, no município de Areia (PB), salienta que as práticas tradicionais e modernas compõem uma realidade complexa, na qual a *troca* de dons e a reciprocidade convivem com transações mercantis.

Sob outro enfoque, destacam Souza *et al.* (2021) que "a partir da atividade turística nos empreendimentos, práticas como preservação ambiental e educação ambiental cada vez mais têm sido desenvolvidas, visto a motivação do turista pelo contato com a natureza protegida e intacta, sendo um argumento comercial consistente" (SOUZA *et al.* 2021, p. 79). Sendo assim, para Souza *et al.* (2021) a atividade turística em empreendimentos rurais pode estimular a sustentabilidade (ambiental, econômica e social), visto que quanto mais autêntica e preservadas as paisagens turísticas, além do desenvolvimento dos costumes locais, maior será a demanda pelos atrativos.

Sousa e Carvalho (2021) ao enfatizar a importância da prática do cicloturismo e a valorização do território do baixo Parnaíba Maranhense destacam que "Na contemporaneidade, a dicotomia entre os meios rural e urbano é suplantada por uma visão dinâmica que os entende não como entes separados, mas como espaços de confluência e constantes diálogos, enfatizando o sentido de novo rural ou novas ruralidades" (SOUSA; CARVALHO, 2021, p. 340-341). Nesse sentido, os autores ressaltam que o meio rural apresenta um diálogo permanente com a área urbana, seja no sentido econômico, por meio do comércio de bens e produtos oriundos da zona

rural, seja no sentido da população rural utilizar serviços, estar empregada ou ainda estudar nas sedes municipais, revelando as inter-relações entre o rural e o urbano.

Dessa forma, no espaço rural, convivem várias segmentações mercadológicas do setor de Turismo, como o turismo de aventura, o turismo de natureza, o turismo de conservação, o ecoturismo e o turismo rural (SEBRAE, 2013).

Como é possível observar, as atividades que envolvem o Turismo Rural no território brasileiro experimenta um regime híbrido, parte rural e parte urbana (SEBRAE, 2013) naquilo que se refere às questões trabalhistas, previdenciária, sanitária e tributária, bem como um alinhamento entre a norma e a prática. Nessa direção, nos rumos dos negócios e, sobretudo, ao pequeno produtor as atividades do campo passaram a ser incorporadas como um espaço de pluriatividade¹⁵ e multifuncional (SEBRAE, 2013), indicando a presença de empreendedores oriundos tanto da área rural como urbana.

Tais fatos, resultam, mesmo que parcialmente, para a informalidade de algumas atividades. Todavia, identificamos no presente estudo que os municípios paranaenses investigados partem para a busca de alternativas que possam assegurar os ganhos econômicos e mediante parcerias e outras normas municipais (como é o caso dos certificados de produtos orgânicos e legalização de agroindústrias) garantir a expansão de mercado e da oferta de produtos segundo as normas legais e sanitárias.

Conforme Sebrae (2013), a atividade de Turismo, presente na Constituição de 1988, somente foi regulamentada juridicamente 20 anos depois, por meio da Política Nacional do Turismo (Lei 11.771/2018), tornando-se Lei Geral do Turismo ou Lei do Turismo e a Política Nacional do Turismo está regulamentada pelo Decreto 7.381, de 2 de dezembro de 2010.

Cumprir observar, segundo o Sebrae (2013), que além do CADASTUR como instrumento de gestão turística, a Política Nacional de Turismo vinculou a atividade à descentralização e à regionalização. Como estratégia operacional foi instituído o Programa de Regionalização do Turismo, no qual Estados e municípios identificam regiões e roteiros para ordenamento, estruturação, gestão, qualificação e promoção (SEBRAE, 2013).

Ao abordar o turismo como alternativa, deve-se enfatizar os fatores que engajam o turismo. Para Tomazzoni (2009) de forma ampla e geral, o turismo é uma grande rede de organizações, ou empresas de serviços, que tanto depende dos demais setores, como a indústria (setor secundário) e a agricultura (setor primário), para desenvolver-se quanto os que promovem e impulsionam de forma considerável.

A apropriação das potencialidades são consideradas endógenas, tendo em vista não oferecer outras condições para provocar o conhecimento mais amplo e disposto e podem ser divididas em: a) áreas de lazer/pesque-pagues/área hidrotermal, cachoeiras, horto florestal, lagos das hidrelétricas e museus (escala local e regional); b) festividades e eventos (escala local – comunidades urbana e rural), agroindústrias familiares, aspectos religiosos; c) Turismo rural/caminhadas – considerando os recursos naturais, caso de Sulina.

No quadro 1 reúnem-se os componentes identificados em locais públicos e privados que influenciam para potencializar a atividade turística e o desenvolvimento local.

¹⁵ Combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, podendo ser desenvolvidas tanto dentro quanto fora do estabelecimento (SCHNEIDER, 2009).

Componentes	Condicionantes/	Potencialidades	Principais Carências
Natural	<ul style="list-style-type: none"> - Cachoeiras e Rios. - Fauna e Flora. - Unidades de Conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lazer, recreação, pesquisas, passeios guiados, observação da paisagem. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso e sinalização. - Projetos e Programas visando a conservação e preservação (inclusive revitalização/recuperação). - Transporte adequado aos locais. - Agência(s) e guias de turismo. - Divulgação dos recursos e atrativos turísticos. - Cursos/treinamento. - Ações articuladas entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. - Aprofundar o conhecimento dos elementos encontrados.
Técnico-científico	<ul style="list-style-type: none"> - Usinas Hidrelétricas e respectivos lagos. - Museus. - Antigas Indústrias. - Horto Florestal. - Unidades de Conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa, ensino, capacitação e turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso e sinalização. - Divulgação. - Agência(s) e guias de turismo. - Transporte adequado aos locais. - Cursos/treinamento. - Projetos e Programas visando a conservação e preservação (inclusive revitalização/recuperação). - Ações articuladas entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. - Aprofundar o conhecimento dos elementos encontrados.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Festas locais e Eventos. - Imigração. - Agroindústrias familiares. - Produção Caseira. - Aspectos Religiosos - Casarões - Muro de Taipa 	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo. - Culinária. - Laços familiares / sucessão familiar. - Novos produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso e sinalização. - Agência(s) e guias de turismo. - Transporte adequado aos locais. - Projetos e Programas visando a conservação e preservação (inclusive revitalização/recuperação). - Divulgação. - Cursos/treinamento. - Ações articuladas entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. - Aprofundar o conhecimento dos elementos encontrados.
Empreendimentos diversos	<ul style="list-style-type: none"> - Pesque-pague - Piscinas - Acomodações - Restaurantes, bares, padarias 	<ul style="list-style-type: none"> - Aluguéis de casas - Mão de obra local 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso e sinalização. - Agência(s) e guias de turismo. - Transporte adequado aos locais. - Projetos e Programas visando a conservação e preservação (inclusive revitalização/recuperação). - Divulgação. - Cursos/treinamento. - Ações articuladas entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. - Aprofundar o conhecimento dos elementos encontrados.
Institucional (Prefeituras, Conselhos e Associações dos Municípios)	<ul style="list-style-type: none"> - Criação dos Conselhos Municipais do Turismo; - Prever dotação orçamentária aos Conselhos Municipais de turismo. - Criação de Secretarias de Turismo. - Elaborar Rotas, Roteiros e Circuitos Turísticos. - Garantir apoio técnico aos empreendedores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ações Políticas / parcerias - Assistência Técnica 	<ul style="list-style-type: none"> - Investimentos e ações. - Fiscalização - Treinamento - Estabelecer parcerias - Acessibilidade e Mobilidade.

Consideram-se no quadro 1 o conjunto dos componentes, sem a preocupação de definir os locais examinados. Nesse cenário, identificam-se para os casos dos municípios que não é possível separar o rural e o urbano para ações definidas, ou seja, o movimento deve prever o território municipal como um todo articulado, de modo social, econômico

e ambiental.

Outra dificuldade é a baixa oferta de transporte rodoviário, limitado para somente o transporte de trabalhadores em direção aos municípios circundantes e não para o uso exclusivo para a atividade turística. Quanto à pluriatividade, combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no estabelecimento agropecuário, pode-se mencionar, em Pinhão, a Pousada Farol.

Há, ainda, outros componentes que podem/devem ser incorporados como: comunidades isoladas que oferecem entender melhor as desigualdades, a formação dos locais, as áreas exploradas pelo capital e esquecidas e a inserção de outras economias, como a pesca em tanques.

Cumprir observar que a realização do Inventário da Oferta Turística é entendida como uma atividade que busca qualificar o território como receptor dos esforços dos agentes locais e da promoção da inovação dos governos municipais. Na extensão da atividade turística, observou-se a predominância de características locais que não foram transformadas e não evoluíram suficientemente como impulsionadoras para realização da necessidade local e regional.

Santos (1999, p. 121) chama atenção que:

[...] a escala de origem do evento tem o que ver com a força do seu emissor. É raro que o governador de um estado ou o prefeito de um município tenha condições para criar outra coisa além de, respectivamente, eventos regionais ou locais. Enquanto isso, no âmbito geográfico de uma região ou de um lugar, as escalas superiores de ação estão frequentemente enviando vetores. Esses vetores de diferentes níveis hierárquicos se combinam para solidariamente constituir uma área comum de ocorrência, que é a sua escala de realização.

Assim, observa-se que a competitividade promovida pelas representações e dos atores locais (do poder público, do comércio e os prestadores de serviços) podem ser definidas como imediatas e não duradouras, na medida em que não há superação dos indicadores sociais suficientes para melhoria das condições de superação das dificuldades reais.

Há muitas áreas ainda para serem ocupadas, pois, é pouco o aproveitamento com fins ambientais para serem utilizados e explorados, o que requer investimentos, planejamento e pró-atividade dos Conselhos (de turismo por exemplo). Cumpre destacar a importância das Unidades de Conservação¹⁶ Ambiental para a realização de pesquisas e atividades de educação ambiental.

Com base nos atrativos encontrados nos quatro municípios, no potencial de recursos naturais de Candói, Cantagalo e Goioxim, (municípios que se encontram próximos a Pinhão, Reserva do Iguazu e Foz do Jordão, principalmente) e na forte presença de agricultores familiares, propõe-se a criação de um roteiro de turismo rural. Essa é uma alternativa estratégica para alçar o desenvolvimento econômico e social nas regiões, pois requer a articulação entre os municípios para criação do roteiro e a união do

¹⁶ Estação Ecológica Rio dos Touros (Reserva do Iguazu); Estação Ecológica Municipal Francisco Paschoeto e Estação Ecológica Municipal Corredor das Águas (Reserva do Iguazu); Parque Estadual de Santa Clara (Foz do Jordão, Candói e Pinhão) (ISA, 2021).

potencial de riquezas naturais com os agricultores familiares. Os estabelecimentos agropecuários proporcionarão lazer, esporte, cultura, gastronomia, hospedagem, técnicas produtivas artesanais, uma vez que suas particularidades, sua cultura, se tornam o próprio atrativo turístico e que irão caracterizar a região. Deve-se destacar que os efeitos do turismo rural serão sentidos no espaço urbano, já que os prestadores de serviços de alimentação e pouso estão situados na cidade. Outros serviços são afetados tais como postos de combustíveis, mercados, farmácias e demais pontos turísticos localizados na cidade.

Ao examinar a importância do Turismo Rural para os municípios no Brasil, observa-se as relações entre o rural e o urbano, as ressignificações no território, o patrimônio histórico e natural no meio rural, aspectos socioculturais e ambientais, como no Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo-PR, Caminhos de Pedra em Bento Gonçalves-RS, Caminho da Uva e das Águas na região central do Rio Grande do Sul, na denominada Quarta Colônia, Acolhida na Colônia, em Santa Rosa de Lima-SC, entre outras iniciativas no território nacional. Em todos os casos houve integração entre propriedades no âmbito do município e, em alguns casos, entre propriedades de municípios vizinhos, o que indica uma estratégia operacional para desenvolvimento regional integrando os pequenos municípios.

De acordo com Brasil (2004) o turismo é uma atividade que sofre mudanças e inovações constantes, em função de novas exigências da demanda e da contínua e acirrada competitividade dos mercados. Em virtude dessa realidade, as empresas que têm seus ramos de atividade relacionados ao setor vêm seguindo uma tendência de especialização no que diz respeito à oferta de produtos cada vez mais segmentados, com a finalidade de atender às necessidades de demandas específicas. Isso influi diretamente no aparecimento de novos tipos de turismo, a exemplo do turismo rural, com a proposta de melhorar os rendimentos de proprietários rurais e valorizar os modos de vida, a ruralidade e o contato com o ambiente natural e cultural. O turismo rural é uma forma de diversificar a renda dos agricultores e valorizar sua cultura. As características da propriedade, a culinária, a cultura e diversidade de produtos, podem servir de atrativos. Dentro do turismo rural pode ser acrescentado o turismo de aventura, turismo cultural, entre outros. Segundo Kloster e Cunha (2014, p. 84):

O turismo rural liga-se às atividades que são tipicamente rurais e agrárias. No turismo rural os visitantes podem realizar atividades como pesca, trilhas, participam das lidas rurais e das atividades culturais. Interação com o meio pelo contato com os moradores locais, buscando conhecer e consumir produtos com identidade territorial. As características dessa identidade podem servir como atrativo, formado por elementos endógenos de diferenciação dos espaços geográficos.

O turismo rural também se torna uma forma de incentivar as famílias a permanecerem no meio rural e preservarem suas características culturais. Quanto aos recursos naturais, visa a sustentabilidade ambiental, preservação, conservação e recuperação, recursos os quais, podem se tornar atrativos turísticos¹⁷.

O turismo, pelo seu efeito multiplicador, afeta toda sociedade e setores da economia. De acordo com o Inventário da Oferta Turística do Município de Reserva do Iguaçu-PR (2015), o turismo é uma atividade que proporciona uma série de relações ambientais,

17 A divulgação deverá dar ênfase ao caráter tradicional, local, artesanal, buscando se/los, como o de Identificação Geográfica de Origem.

sociais, culturais e econômicas na localidade onde se desenvolve, vista como atividade transformadora e (re)organizadora de sociedades e de (re)ordenamento de territórios. Além disso, o turismo possui como característica utilizar de forma mais ampla o território por suas potencialidades. As transformações ocorrem por meio de um conjunto de bens e serviços que são responsáveis pelo desenvolvimento do turismo, dentre eles os meios de hospedagem, transportes, serviços de alimentação, entre outros serviços e equipamentos que compõem essa prática.

A alternativa proposta para formar roteiros e um circuito turístico que explore o turismo rural, é uma forma de movimentar a economia dos municípios através do turismo, colaborando para diminuir as disparidades sociais e contribuindo para a geração de emprego e renda. A proposta é gerar participação e articulação entre os municípios, aproveitando-se da proximidade territorial e de suas potencialidades, em prol do(s) roteiro(s). Para isso, é fundamental a participação dos atores locais, organizações públicas, privadas e a comunidade.

Dentre as várias possibilidades, o turismo pode demandar os diversos produtos elaborados pelas agroindústrias rurais familiares (doces e geleias, panificados, embutidos, sucos). Da mesma forma, as próprias agroindústrias podem se tornar a base para roteiro(s) de turismo rural.

Portanto, uma alternativa de fomentar e incentivar o turismo rural nas regiões turísticas Lagos e Colinas e Vales do Iguaçu é formular circuitos¹⁸ que articulem e integrem os municípios, visto que a participação entre os mesmos, irá proporcionar uma influência e comunicação regional e fluxo de informações. Além de proporcionar desenvolvimento econômico e social para os municípios, também irá contribuir para amenizar os baixos índices de desenvolvimento, sobretudo, da mesorregião Centro-Sul paranaense.

Incentivar o cooperativismo entre os municípios e explorar com sustentabilidade seus potenciais turísticos, como também preservar a cultura da agricultura familiar é induzir o desenvolvimento econômico com os elementos identificados durante a realização da pesquisa.

Tornar o turismo um elemento gerador de emprego e renda na região, não só contribuirá para o desenvolvimento econômico e regional, como também, proporcionará fluxos de procura e demanda pela área. A alternativa é formular estudos que auxiliem no desenvolvimento regional, na tentativa de elevar o Índice de Desenvolvimento Humano da mesorregião Centro-Sul paranaense, principalmente, já que ainda tem o menor índice de IDH das mesorregiões do estado. Buscar novas alternativas e preservar o que há de mais abundante na região considera-se uma estratégia piloto.

Ao referir-se para o desenvolvimento regional, deve-se ressaltar que um circuito e/ou roteiros de turismo rural irão envolver vários elementos para impulsionar o desenvolvimento nas regiões (Lagos e Colinas e Vales do Iguaçu), pois irá envolver atores públicos, privados e a comunidade, por meio da formulação de políticas, programas e projetos a serem implantados, na área de infraestrutura, de apoio à criação de micro empresas, associativismo e cooperativismo, cursos de profissionalização e capacitação¹⁹, divulgações por meio de eventos regionais, como estratégia de

18 "Os circuitos turísticos constituem-se em agrupamentos de municípios com características turísticas semelhantes, localizados dentro de uma região geográfica limitada, que se unem para organizar e desenvolver a atividade de forma sustentável, ampliando adequadamente o potencial do turismo, buscando limitar seus danos e estimulando o desenvolvimento regional" (SOUZA; WARLEY; SHIKI; PEREIRA, 2015 apud SANTOS; PEREIRA, 2020, p. 118).

19 Modernizar os processos e adequá-los às exigências legais e de mercado (parcerias com SEBRAE,

desenvolvimento de forma integrada e participativa.

Salienta-se, por fim, que os gestores dispostos a articular o desenvolvimento local e regional por meio do Turismo, pela integração entre municípios ou pela iniciativa local de cada um deles, devem elaborar um diagnóstico de suas demandas para o turismo, e por meio do planejamento, encontrem nas linhas de financiamentos citadas pela Secretaria do Esporte e do Turismo do Paraná, uma maneira de obtenção de recursos para investir nos projetos.

As ações em conjunto (dos municípios, entre eles e envolvendo atores governamentais e não governamentais), envolve muitos elementos para se trabalhar, como por exemplo, a capacitação daqueles que irão se envolver no setor turístico. Tais ações abrangem também a área de infraestrutura, item o qual, seria importante um mapeamento regional para identificar as necessidades de infraestrutura, levantamento das áreas que precisam ser recuperadas, do que será necessário ser revitalizado e construído, como por exemplo a revitalização das estradas rurais e redes de energia. Entende-se que seja necessário ampliação do comércio e oferta de serviços que atendam, tanto a população local, quanto os turistas, de maneira adequada. Grande gerador de deslocamentos, também deve-se pensar em redes de transportes. Fatores estes, que favorecem o desenvolvimento local e regional.

A proposta apresentada envolve os agricultores familiares, propõe a capacitação dos mesmos para melhor desenvolverem suas atividades, inserirem suas produções alimentícias e/ou artesanais, tornando-se receptores de turistas e diversificando a economia local e regional através de políticas, programas ou projetos específicos de profissionalização e cursos de capacitação. O turismo rural pode estimular o surgimento de agroindústrias rurais familiares, e vice-versa. As políticas, projetos e planos possuem uma relação direta no processo de articulação e gerenciamento de tais atividades.

Diante do fato que o turismo gera fluxo de pessoas e produtos, sugere-se essa estratégia, a fim de diversificar a economia dos municípios, multiplicando atividades e fontes de renda. Deste modo, a integração dos municípios é uma necessidade urgente, tendo em vista, que um município não trabalha sozinho para ascender a economia de uma região, sendo assim, é necessário o trabalho em conjunto.

Considerações finais

Diante do exposto, observamos como alternativas aos pequenos municípios, a valorização do território e de suas potencialidades, sobretudo, na área rural e as mudanças na área urbana voltadas para o atendimento das demandas oriundas do rural, na perspectiva de reestruturação produtiva nos pequenos municípios dos Centro-Sul, principalmente, e Sudoeste paranaense.

Há vantagens locacionais, como a proximidade entre municípios, com outros estados (Santa Catarina, por exemplo) e da fronteira com Argentina (caso do município de Sulina). As novas economias, oriundas das riquezas locais podem imprimir na paisagem e para os municípios forças que permitam alavancar novos movimentos à população e aos territórios, e diante do que propusemos, um esforço local no sentido de desenvolver as atividades da agricultura familiar que relacionar-se-ão com o turismo rural, dentre elas, as agroindústrias rurais.

Os municípios precisam desempenhar mais que uma função, para assegurar a

população residente, os mecanismos para internalizar o turismo como estratégico para enfrentar o esvaziamento do espaço rural (principalmente na agricultura familiar) e contar como ele como ferramenta para o desenvolvimento local e regional.

O nível de investimento em infraestrutura identificado ainda é baixo para gerar expectativas e melhorias significativas associadas ao desdobramento da atividade turística. Contudo, entendemos que um caminho para enfrentar as limitações em recursos humanos, técnicos e financeiros (principalmente) seja as articulações possíveis entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil a fim de se construir estratégias para superar limitações e barreiras.

A dinâmica aponta que ainda é um processo em transformação, na qual observam-se ganhos que promovem a participação dos atores envolvidos, valorização dos aspectos naturais e equilíbrio que promova a melhor aplicação dos recursos públicos. Os avanços já ocorreram, basicamente àqueles relacionados à elaboração de inventários da oferta turística, criação de Conselhos municipais de turismo e Secretarias ou Departamentos de turismo. Esforços maiores devem direcionar-se para criação de fundos para o desenvolvimento do turismo e a constante articulação entre atores e instituições municipais e intermunicipais para fortalecer as ações.

Porém, ao se realizar os inventários da oferta turística de Foz do Jordão, Pinhão, Reserva do Iguazu e Sulina, percebemos que as iniciativas e os desdobramentos (a Dinâmica) ainda são desenvolvidos individualmente, para a promoção das potencialidades municipais. Poucas são as ações integradas, intermunicipais. Muitas ações municipais, inclusive, encerram-se quando do término do inventário e/ou com o fim do mandato municipal.

Para isso, há que existir o acompanhamento dos planos, projetos e políticas públicas por parte dos Conselhos de desenvolvimento e sociedade em geral, sobretudo aquelas voltadas à valorização das experiências locais, a novos rumos para investimentos. Tal acompanhamento deve anteceder a tomada de decisões que possa se aproximar de outros municípios.

O turismo rural, como vimos, pode ajudar a frear a migração, sobretudo de jovens entre 15 e 24 anos. Neste sentido pode-se evitar a falta de sucessor nas unidades de produção familiares. Entendemos que as propriedades devem se tornar competitivas, inseridas aos mercados, com diversificação de atividades e fontes de renda. Para isso, o apoio institucional é imprescindível. Muitas agroindústrias rurais familiares, por exemplo, têm dificuldades de se desenvolverem, devido à burocracia, aos investimentos iniciais necessários e, em geral, à limitada assistência técnica.

Há muito espaço para novas atividades, no rural e no urbano. Entendemos, contudo, que os projetos e os programas devam ter um caráter permanente. Além disso, consideramos que seja necessário a aplicação dos recursos nos locais propícios ao desenvolvimento de projetos e programas permanentes.

O turismo pode se definir para esses municípios como uma estratégia para mostrar à sociedade que o rural vai além da produção de alimentos. As ações se dariam na direção de tornar o rural um espaço para múltiplos atores e funções, permanente, durável e acolhedor.

Convergem necessariamente para este processo uma legislação municipal que acompanhe o movimento e os investimentos de empresas, na geração de renda e de emprego; apoio e estímulo ao cooperativismo e ao associativismo, assistência técnica, crédito, parcerias com o sistema S (Sebrae e Senar, sobretudo), Universidades e

Institutos federais.

Para garantir o desenvolvimento do território, sugerimos legislação mais propositiva, adequação orçamentária e proatividade da comunidade / sociedade civil, como nos Conselhos de desenvolvimento. Observa-se que há uma lenta atuação territorial do Estado e de seus instrumentos para o desenvolvimento que podem/devem incentivar a exploração dos recursos e dos atrativos no território.

Por fim, consideramos que o turismo rural possa fortalecer as identidades regionais. As potencialidades locais e regionais, bem como as necessidades dos turistas, fornecerão as bases ao desenvolvimento da atividade turística, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos pequenos municípios.

Referências

- BASSAN, Dilani Silveira; SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, Dinizar Fermiano; WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p.137-153.
- BECKER, Dinizar Fermiano. A economia política do (Des)envolvimento regional contemporâneo. BECKER, Dinizar Fermiano; WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 37-66.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: IPARDES, n.107, p.55-74, jul./dez. 2004.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. *IpeaGEO*. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ipeageo/index.html>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil*. 2004. Disponível em: Downloads\Documents\E_Diretrizes_TR_6.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Roteirização Turística - Módulo operacional 7*. Brasília, 2007.
- BRASIL. Lei 11.326. *Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 03 mar. 2021.
- HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia*, ano 1, n. 1, 1999.
- ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL. *IFDHM*. 2016. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/pagina-inicial.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário*. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 20 out. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades (2017, 2019 e 2020)*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Nota Técnica IparDES*, Curitiba, n. 20, dez. 2010.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Leituras Regionais: Mesorregião Centro-Sul Paranaense*. Curitiba, 2003. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). 2021. *Unidades de Conservação no Brasil*. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- KLOSTER, Silvana; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Desenvolvimento territorial e turismo rural: as relações possíveis. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 12, n. 27, 2014.
- LIMA, José Edmilson de Souza; OLIVEIRA, Gilson Batista. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, v. 6, n. 2, maio/dez. 2003.
- MONTE-MÓR, Roberto Luis. *A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo*. 2004. Disponível em <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/conferencias/06.pdf>. Acesso: 15 jan. 2020.
- MOURA, Rosa Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Orgs.) *Pequenas cidades e desenvolvimento local*. Maringá: PGE, 2009. p.15-40.
- NÚÑEZ, Tarson. *Desenvolvimento e planejamento em múltiplas escalas - o significado das novas agendas de desenvolvimento territorial*. Porto Alegre: FEE, 2016.
- OLIVEIRA, Josilene Ribeiro. Circulação de dons, trabalho e renda do turismo na comunidade rural Chã de Jardim, na Paraíba. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, p. 1-17, 2020.
- PARANÁ TURISMO. 2020. *Regionalização do turismo*. <https://www.turismo.pr.gov.br/Pagina/Regionalizacao-do-Turismo>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- PUTNAM, Robert David. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. (Trad. Luiz Alberto Monjardim). 5. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RESERVA DO IGUAÇU (Município). *Inventário da Oferta Turística de Reserva do Iguaçu-PR*. Foz do Jordão, 2015.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Thiago de Souza; PEREIRA, Raquel da Silva. O turismo como impulsionador do desenvolvimento regional: análise no Campo das Vertentes (MG), Brasil. *EURE*, v. 46, n. 137, 2020.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o*

desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes*, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, jan.– dez./2004.

SCHNEIDER, Sérgio. *A Pluriatividade na agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). (2013). *Retrato do Turismo Rural no Brasil com foco nos Pequenos Negócios*. Brasília: Sebrae, 2013. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9e845a6d413535b25fd040f6c5ea079e/\\$File/5142.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9e845a6d413535b25fd040f6c5ea079e/$File/5142.pdf). Acesso em: 08 jul. 2021.

SOUSA, Rodrigo Olavo Costa; CARVALHO, Karoliny Diniz. Cicloturismo como promotor do desenvolvimento de áreas rurais: possibilidades na região do Baixo Parnaíba Maranhense. *Turismo: Visão e Ação*. v. 23, n.2, p. 329-349. 2021. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/17628/10083>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SOUZA, Tatiana Porto de; ROSA, Liciane Oliveira da; GONÇALVES, Carolina da Silva; CORRÊA, Luciara Bilhalva; PEREIRA, Gisele Silva. Adoção de Práticas Ambientais a partir da Atividade Turística: A Rota de Turismo Rural Pelotas Colonial. *Revista de Turismo Contemporâneo*, v. 9, n. 1, p. 64-82, 2021.

TOMAZZONI, Edgar Luís. *Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores*. Caxias do Sul: Educs, 2009.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v.15/16, n.1/2, p.13-32., ago./dez. 2001 – jan/jul., 2002.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CENÁRIOS E CINEMA CRIADOS PELA ESPETACULARIZAÇÃO DO CARIRI PARAIBANO

SCENERIES AND FILMS CREATED BY THE SPECTACULARIZATION OF CARIRI IN PARAÍBA

**José Alberto C. de Araújo¹, Vanessa Daltro Leite Medeiros²
e Eliézer Rolim Filho³**

Resumo

O presente trabalho surge da percepção e reflexão sobre as características da cultura arquitetônico-urbanística nas cidades de Cabaceiras e São João do Cariri, localizadas no estado da Paraíba, com ênfase nas transformações da paisagem urbana, a partir da espetacularização causada pela presença do cinema no local. Este artigo é fruto de um Projeto de Extensão, vinculado à UFPB, no qual desenvolvemos uma pesquisa descritivo-observacional, alimentada através de visitas, entrevistas, observações, identificação de cenários, levantamento de dados historiográficos, e pesquisa bibliográfica. Desta forma, buscamos através deste estudo, entender como a cenografia urbana transforma o cotidiano dos espaços, e de que forma a espetacularização se materializa nos espaços urbanos dessas duas cidades do Cariri Paraibano.

Palavras-chave: cenários, cenografias, atmosferas, turismo.

Abstract

The present work starting from the perception and reflection about the characteristics of the urban-architectural culture in the cities of Cabaceiras and São João do Cariri, located in the Cariri's region of Paraíba, with emphasis on the transformations of the urban landscape, based on spectacularization caused by the presence of the industry cinematic on the area. This article is the result of an Extension Project, linked to the UFPB, in which we developed a descriptive-observational research, through visits, interviews, observation, identification of scenarios, survey of historiographical data and bibliographic research. In this way, we seek, through this study, understand how urban scenography transforms the daily life of the spaces and in what way the spectacularization materializes in the urban spaces of these two cities of Cariri in Paraíba.

Keywords: Sceneries, Scenographies, Atmospheres, Tourism.

Introdução

Ao tecer apontamentos sobre a relação entre cinema e cidade Name (2003) adverte que o modo como espaços e lugares são usados e retratados em filmes permite a construção de significados correlacionados à estruturas de dominação cultural, política e econômica. Desse modo, os discursos e representações retratados atuam como construções simbólicas. Nessa lógica, “a paisagem é elemento intrínseco à narrativa cinematográfica e à representação das cidades” (NAME, 2003, p. 03). Tomando como mote inicial tais elementos, este trabalho expõe e analisa transformações da paisagem urbana, a partir da espetacularização causada pela presença do cinema em duas cidades do interior da Paraíba.

O presente artigo é resultado do Projeto de Extensão Cinema no Cariri, desenvolvido com apoio da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no período de 2016-2017⁴, e inclui parte da pesquisa para o filme *Beijo de Estrada* (2018), dirigido por Eliézer Rolim. Os cenários designados para gravação envolveram duas cidades muito próximas, porém com realidades completamente diferentes, ambas localizadas na região do Cariri paraibano: Cabaceiras, que já foi cenário de diversas produções cinematográficas e São João do Cariri, que possui uma cultura religiosa católica marcada por sua popularidade.

Como esteio teórico conceitual, tomamos como aportes os estudos de Jacques (2005), que tratam da *espetacularização urbana*, termo cunhado a partir do trabalho que Debord (1997), ao tratar de espetáculo enquanto elemento diretamente ligado à imagem. Além destes, também nos apoiamos no trabalho desenvolvido por Fontes (2013), que versa sobre festas populares e intervenções temporárias; Rolim Filho (2013), que investiga os espaços de espetacularização urbana afetados pelo consumo de imagens; Santos (1994), que conceitua espaço e paisagem; dentre outros autores mencionados ao longo do texto.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa descritivo-observacional de base empírica, sucedida nas duas cidades e tem como principal objetivo refletir a respeito da cultura arquitetônico-urbanística nesses locais, com ênfase nas transformações da paisagem e do cotidiano urbano, ocasionadas pela espetacularização, como forma de analisar o processo de apropriação dos espaços e identificar os eventos que possam ter impulsionado a construção de um espaço espetacularizado. A pesquisa permite verificar como o cinema afetou a dinâmica das duas cidades e de que forma se materializou o processo de espetacularização urbana nos locais estudados, a partir de sua escolha como cenário para produção cinematográfica. Como aportes metodológicos foram utilizadas entrevistas, observação *in loco*, identificação de cenários, levantamento de dados historiográficos, e pesquisa bibliográfica acerca de trabalhos com o mesmo foco, que pudessem dar respaldo teórico-metodológico ao estudo em questão.

Além desta introdução que norteia a temática abordada, o artigo desenvolve-se a partir de duas seções. Em primeiro momento, apresentamos uma breve contextualização

⁴ O projeto foi desenvolvido com o objetivo estudar a espetacularização do cinema no Cariri paraibano, nas cidades de Cabaceiras e São João do Cariri, e suas relações com os seguintes aspectos: cenários, cenografias e atmosferas criados; evolução urbana; e evolução sociocultural. Em paralelo, o projeto incluiu parte da pesquisa para o filme *Beijo de Estrada* (2018). A pesquisa que deu origem ao Projeto do filme manteve contato com um universo metodológico delimitado pelas teorias de Torgue (2011), Debord (1997) e Lynch (1997) que trabalham o urbano como território resultante de um imaginário local construído e reconstruído pelo conjunto de imaginários diferentes e tempos de um mesmo espetáculo. Em segundo momento, a pesquisa formada pelos colaboradores continuou estudando o cotidiano das duas cidades envolvidas, porém, em contraponto à construção ficcional que se realizava, a partir dos imaginários da obra audiovisual e seus impactos no ambiente urbano.

¹ Arquiteto e Urbanista (UFPB). Graduado em Letras (UEPB). E-mail: araujoalberto.arq@gmail.com

² Arquiteta e Urbanista (UFPB). E-mail: daltroleite@gmail.com

³ Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Produtor, Roteirista e Diretor de teatro de cinema. Docente DAU/UFPB – João Pessoa/PB. E-mail: eliezerrolim@gmail.com



das duas cidades estudadas e suas principais características. Em seguida, é feita uma análise das transformações da paisagem urbana com foco na espetacularização, que é abordada em quatro tópicos complementares entre si: cidade/cenários; cenografias; atmosferas; turismo. Em último momento, recuperamos os principais elementos analisados e tecemos algumas considerações que correlacionam os dois contextos geográficos estudados e sua relação com a construção de imagens que materializam um ambiente espetacular no Cariri paraibano.

Contextualização

Segundo dados do IBGE (2010), os municípios de São João do Cariri e Cabaceiras estão localizados na mesorregião da Borborema e microrregião do Cariri Oriental. Sendo o clima de ambos muito parecido, o primeiro é marcado pelo clima semiárido e o segundo, tropical semiárido. O contexto em que esses municípios estão inseridos (Cf. figura 1) permite a criação de belos cenários naturais típicos da região semiárida, que acrescidos da boa luminosidade e dos grandes períodos de estiagem permitem mais tempo de filmagem por dia.

São João do Cariri

A área territorial de São João do Cariri já foi equivalente a mais de $\frac{1}{3}$ das terras relativas ao estado da Paraíba, no entanto, a situação geográfica da cidade não favoreceu seu progresso enquanto polo comercial. O local, até o século XVII, era habitado por nativos Cariris, até luso-brasileiros do litoral chegarem e se juntarem a estes, formando uma espécie de aldeia, que ficou conhecida pelo nome de Travessia.

A história da cidade inicia-se precisamente em 1669, no Brasil Colônia, com a doação de uma Sesmaria pelo Alferes José Alves Martins, a qual recebeu o nome de Sítio



São João. Em 1750, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres que tinha como sede a Igreja Nossa Senhora dos Milagres, construída pelos sacerdotes jesuítas da Companhia de Jesus. Por volta de 1776 o Sítio São João é elevado à categoria de Julgado (passando a ter um tribunal de júri), com o nome de Cariri Velho. Em 1798 foi elevado à categoria de Vila, passando a ser chamada de Vila de São Pedro, em homenagem a Pedro de Bragança, que na época subira ao trono como Pedro III. Em 5 de maio de 1803, foi oficialmente instalada a Vila de São João do Cariri e em 1854, a Vila fora elevada à categoria de Comarca (MEDEIROS, 1950; PEQUENO FILHO, 2014; CAVALCANTE, 2015).

Apesar de não aparentar, a cidade de São João, devido à situação atual, chegou a ter uma considerável tradição na produção intelectual do estado paraibano, sendo muitas



vezes intitulada por cronistas do século XIX como *Atenas do Cariri Velho*⁵, em função da quantidade de doutores e bacharéis que possuía. A atual São João do Cariri é uma cidade humilde, onde boa parte da população vive da agricultura e pecuária de subsistência, está vinculada a algum emprego público ou abre pequenos comércios em suas próprias casas, como forma de obter alguma renda extra. Além disso, a situação social vem sendo agravada com o passar dos anos e o interminável período de estiagem que enfrenta. Mesmo com todas as dificuldades, o povo de São João do Cariri é conhecido pela sua enorme devoção à Nossa Senhora dos Milagres, padroeira da cidade, a qual os habitantes rogam diariamente por dias melhores, mantendo viva a esperança através de sua fé inabalável. As figuras 2 e 3 ilustram o contexto mencionado.

Ao tratar de religiosidade, outro aspecto relacionado ao cotidiano deste pequeno município está no fato de os mestres religiosos, os padres, participarem de decisões que, na maioria das cidades, são restritas à figura do prefeito. Em São João do Cariri podemos presenciar uma cooperação de ambas as partes, política e religiosa em prol do município e de seu crescimento, que mesmo apesar dos recursos limitados e de todas as dificuldades, conseguem com a ajuda dos fiéis, que são também a maioria da população, realizar muitas benfeitorias no local, assim como sediar a reconhecida Procissão de Nossa Senhora da Penha, que faz parte do calendário de festas tradicionais da região.

Cabaceiras

Semelhante ao que ocorre em São João do Cariri, a história da cidade de Cabaceiras

⁵ Fonte: *Inventário Cultural da Paraíba*. Disponível em: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/sao-joao-do-cariri/>. Acesso em: jul. 2021.



remonta desde o século XVII, tendo como seu fundador o Capitão-mór Domingos de Faria Castro, um português casado com uma caririense, filha de um dos grandes latifundiários da Paraíba, Pascácio de Oliveira Ledo, proprietário da Fazenda Cabaceira.

O marco inicial de onde se tornaria futuramente o atual município ocorreu em 1735, com a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição (Figura 4), pelo então Capitão-mor, juntamente com Antônio Ferreira Guimarães. Ao redor dessa igreja começou o povoado que seria transformado, em 1834, em Vila Federal de Cabaceiras e elevado à categoria de cidade somente em 1938 (PAPES, 2011). Contam seus historiadores que a maioria dos habitantes de Cabaceiras e suas cidades vizinhas são descendentes do casal Capitão-mor Domingos de Faria Castro e Isabel Rodrigues de Oliveira.

O município possui uma área territorial de, aproximadamente, 453 km² com uma população em torno de 5.535 habitantes (IBGE, 2010), sendo que mais da metade dela (56%) vive na zona rural. A criação de caprinos e ovinos é base da sua economia local. Dadas essas características e visando enaltecer a figura do bode, desde 1999, a cidade promove a Festa do Bode Rei (Figura 5), realizada todos os anos, no mês junho e com duração de três dias. Através deste evento, o município busca fortalecer a caprino-ovinocultura, não só de Cabaceiras como de todo o Cariri oriental da Paraíba, bem como estimular o turismo rural, cultural e ecológico. A cada edição dessa festa a cidade inteira se movimenta para tal, oferecendo aos seus visitantes um completo festival com shows, feira de animais, concursos, venda de artesanato local em couro e muitas comidas típicas, feitas em sua maioria com a carne do animal símbolo da festa. De acordo com um de seus organizadores⁶ locais: “a festa é para o visitante, traz o povo para a rua e enaltece a cultura local”.

Além das manifestações culturais que atraem os turistas, como a Festa do Bode Rei, Cabaceiras possui belezas naturais, a exemplo do Lajedo de Pai Mateus, e arquitetônicas, com um casario que data dos séculos XVIII e XIX. Todos esses potenciais somados — uma rica cultura histórica, patrimonial e natural e um forte potencial turístico — concederam à cidade grande visibilidade.

Em virtude de suas características climáticas, principalmente pelo baixo nível de pluviosidade anual e excesso de luz, Cabaceiras é tida como um excelente cenário natural para a produção cinematográfica. A *Roliúde nordestina*, como a cidade é conhecida, já serviu de cenário para várias produções, documentários e filmes. Entre elas: *O Auto da Compadecida* (1998), baseada na obra de Ariano Suassuna e *Romance* (2007), ambas dirigidas por Guel Arraes; *Cinema, Aspirinas e Urubus* (2004) e *Canta Maria* (2005). É importante salientar que a cidade possui uma tradição cinematográfica

⁶ Luis Carlos Araújo, historiador e organizador da Ong Cultura, em entrevista concedida em 29/05/2016.



desde 1921, com a obra *A Ferração dos Bodes* (SILVA, 2014).

Apesar das diversas produções desenvolvidas no local, o fator que mais impulsionou a cidade neste cenário foi a vinda da Rede Globo de Televisão, por meio da obra *O Auto da Compadecida*. Após a repercussão deste filme, a cidade ganhou ainda mais destaque e, no ano seguinte, lançou a primeira edição da Festa do Bode. A partir desses dois eventos, Cabaceiras e muitos de seus habitantes adotaram o imaginário de viver em uma cidade de cinema e passaram a vender esta marca para todo o Brasil, o que culminou no ano de 2007 com a implantação do Projeto Roliúde Nordestina⁷ (LEAL, 2016), desse modo, modificando diretamente a dinâmica local.

Acerca disso, Silva (2014) aponta em sua pesquisa que:

Em Cabaceiras, o ambiente natural e o construído são objetos de mercado do cinema. Em conformidade com este fato, constata-se que, entre os anos de 1921 e 2013, cerca de 30 filmes – de curta e longa-metragem – foram ali rodados. É importante mencionar que as festividades tradicionais (da padroeira da cidade e a festa cultural do Bode Rei), bem como o Museu da Memória Cinematográfica e o Espaço Cultural do Banco do Nordeste difundem a imagem de cidade que tem, no imaginário coletivo, vocação para o cinema (SILVA, 2014, p. 13).

Na perspectiva do autor, por mais que outras cidades no interior paraibano também tenham características potenciais que atraiam produtores de cinema, em Cabaceiras, a difusão da imagem de cidade-cenário para filmes foi consolidada no mercado de produção cinematográfica. Sob influência desse processo a cidade mantém um museu dedicado às obras que lá foram gravadas e contaram com a participação local, conforme figura 6.

Análise das transformações da paisagem urbana com foco na espetacularização

A fim de compreender como ocorreu e ainda ocorre essa dinâmica nos locais estudados, nos tópicos seguintes, são abordados alguns conceitos essenciais para a compreensão

⁷ O termo Roliúde Nordestina é de autoria do jornalista, escritor e crítico de cinema Wills Leal que em 2007, sugeriu ao Prefeito de Cabaceiras a criação de um Plano Municipal, pautado em um Projeto financiado pelo BNB que tinha como objetivo enaltecendo a imagem daquele lugar, fazendo uma alusão à *Hollywood* norte-americana. O projeto tinha como estratégia de *marketing* transformar Cabaceiras numa espécie de “Pólo Cinematográfico do Nordeste, um cenário ao natural com capacidade para atrair novos investimentos cinematográficos” (ANDRADE, 2008 *apud* PAPES, 2011, p. 82). Wills Leal também foi um dos idealizadores da Festa do Bode Rei.

do fenômeno espetacular em ambas as cidades. Foram consideradas as particularidades de cada uma frente ao processo investigativo focado nas transformações ocorridas ao longo do tempo, não só com relação à cenografia, como também aos espaços que tiveram sua lógica, o cotidiano da cidade e de seus moradores alterados em função das produções cinematográficas.

Cidade / Cenários

Entendemos como cenário o arranjo expressivo de um espaço arquitetônico, em que os materiais mais variados e efeitos cênicos estão destinados a criar a realidade visual ou a atmosfera do ambiente onde acontece determinada cena (MONTEIRO, 2015).

Na parte mais antiga da cidade de São João do Cariri, permanecem ainda conservados muitos casarios do passado, que remontam a herança arquitetônica do Brasil colonial e do império. Apesar de algumas edificações terem sofrido descaracterização ou terem sido vítimas da destruição, ocasionadas pela fiscalização ineficiente ou inexistente, a maior parte dos sobrados e casarões permanecem, tão quanto possível, preservados, ao menos em suas fachadas. Foi notado, que essa preocupação em preservar é também dos gestores, que segundo os habitantes e os próprios padres, têm se esforçado para manter estes edifícios, com pelo menos, a pintura da fachada em dia, principalmente na época da Procissão de Nossa Senhora dos Milagres, quando a cidade recebe um maior número de visitantes. Dessa forma, podemos entender o patrimônio arquitetônico de São João como parte essencial do cenário/espaço espetacular da tradicional procissão, principalmente na criação de uma atmosfera religiosa tradicionalista; é o que podemos chamar de cidade-espetáculo, temática abordada por Jacques (2009), ao tratar do processo de espetacularização urbana concluindo que esses movimentos são indissociáveis das estratégias de *marketing*. Nesta concepção, o espaço urbano passa a funcionar semelhante aos cenários de espetáculos teatrais e a integrar o circuito de valorização capitalista através do que Harvey (1996) chama de *empresariamento urbano*.

As transformações na cidade de São João do Cariri em função dos eventos que ocorreram na época desta pesquisa (2016), como a adição ao calendário do Estado da procissão de Nossa Senhora dos Milagres, o ano eleitoral e as gravações do filme *Beijo de Estrada*, são inquestionáveis, principalmente no âmbito urbano. Entre a primeira visita em junho e a segunda visita em setembro pudemos verificar algumas mudanças como a extinção da rua em frente à igreja e retirada de um canteiro central, que deram espaço a um amplo pátio na frente da igreja, melhorando a visibilidade da edificação que serve de palco à festividade; outra modificação também observada, diz respeito à pintura que fizeram no anexo da Igreja, como forma de neutralizar a presença da edificação construída há pouco tempo, entre os casarios antigos. Destaca-se também a reconstrução do coreto, que se encontrava em péssimo estado. Todas essas transformações (Figura 7) foram feitas em curto espaço de tempo e foram concluídas antes da procissão, o maior evento sediado na cidade.

Nessa mesma linha de pensamento, pode-se mencionar o caso de Cabaceiras, porém, em maiores dimensões. Enquanto a cidade de São João do Cariri subjaz por meio da criação de uma atmosfera religiosa, a cidade circunvizinha passou por um processo de reinvenção, de modo que o Poder Público fez uso da influência deixada pela Rede Globo de Televisão, modificando a dinâmica e cotidiano da cidade, através da venda de uma imagem criada com o advento do cinema. Conforme aponta Silva, 2014 (p. 34-35):

A política pública executada no município de Cabaceiras entre os



anos de 2007 a 2011 revela um discurso político, cuja prioridade é da divulgação do nome fantasia *Roliúde Nordestina*, visto que a cidade-cenário atraia a atenção dos produtores filmicos nacionais. Essa política nacional foi criada para favorecer um ambiente de envolvimento entre os produtores de filmes e os moradores da cidade, considerando que, com frequência, o território era apropriado e os moradores integravam as gravações como meros figurantes [...].

Percebe-se com isso, a realização do que Jacques aponta como processo contemporâneo de espetacularização das cidades, o qual “é indissociável das estratégias de *marketing* urbano, ditas de revitalização, que buscam construir uma nova imagem para a cidade” (2005, p. 18). Foi o que aconteceu em Cabaceiras, a produção cinematográfica agregou novos valores à localidade e viabilizou a expressão de uma cultura local que passou a dar maior destaque ao Bode Rei. Em contrapartida, as tradicionais festas religiosas (Santos Reis e São Bento) passaram a ter menos enfoque, fato este percebido por meio de entrevistas aos munícipes. As figuras 8 e 9 ilustram os símbolos que representam esta mudança, na medida em que contribuem com a caracterização da cidade nesse processo de espetacularização e tentativa de comercializar uma marca ou título, criado a partir de uma estratégia de *marketing* que foi impulsionada pela influência das produções cinematográficas e de elementos da cultura local, como é o caso do bode.

Cenografias

O termo cenografia pode ser entendido como a arte e técnica de criar, projetar e dirigir a execução de cenários onde acontecerão as ações dramáticas (MONTEIRO, 2015). A cenografia é responsável também pela ambientação dos espaços (pintura, mobiliário, decoração, objetos, etc.) para serem filmados e/ou servirem de palco para acontecimentos diversos; desta forma, a cenografia gera ou modifica o espaço cênico.

Partindo da premissa de que o espaço é considerado como um conjunto indissociável, no qual participam objetos geográficos, naturais e sociais, sua produção e representação



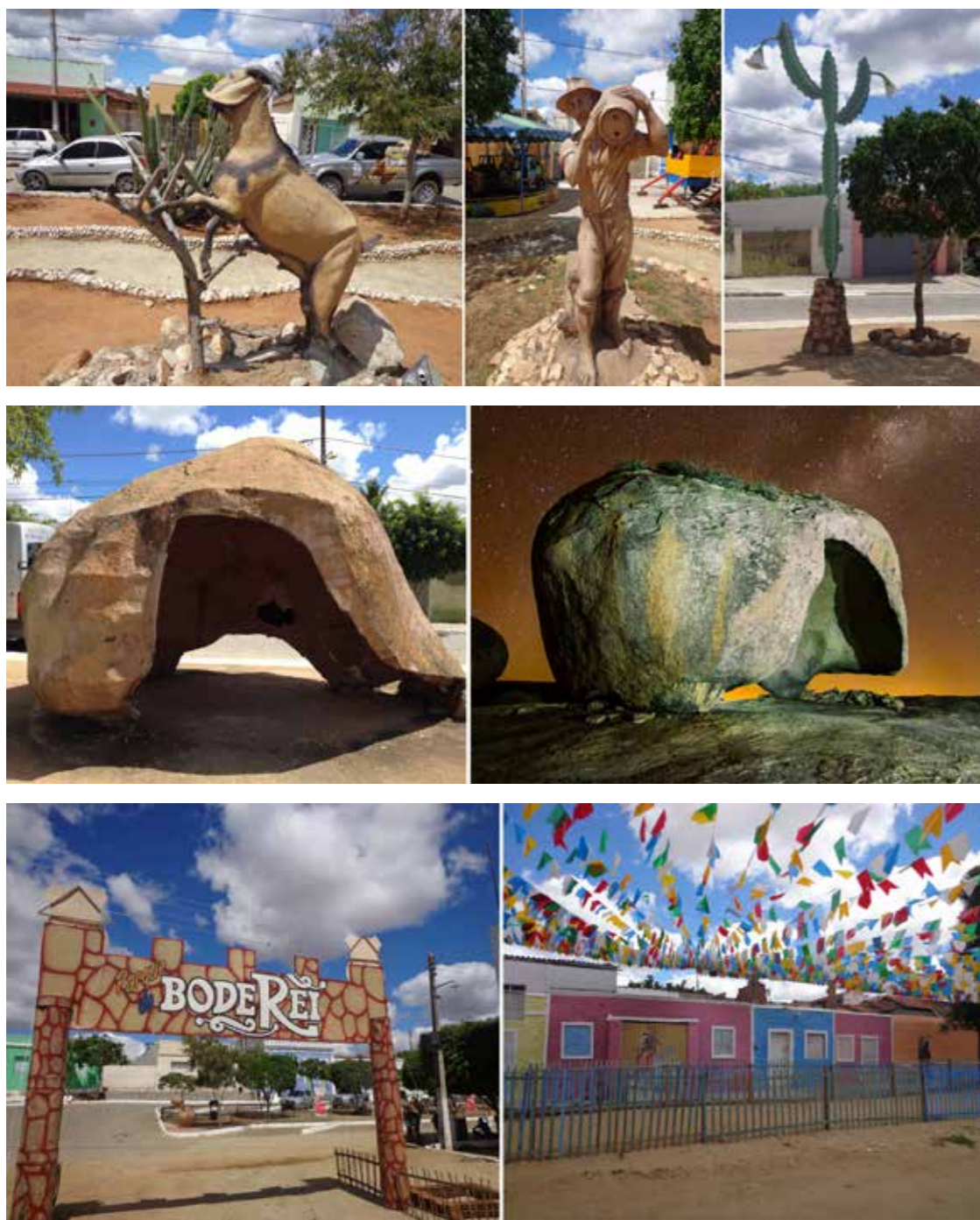
é fruto da ação humana mediante elementos naturais e artificiais (SANTOS, 1994). Através da observação dos espaços da cidade, é possível perceber como o meio urbano interage com seus habitantes, ao passo que sofre modificações ao longo do tempo. Referindo-se à Cabaceiras, pode-se encontrar uma intrínseca relação entre as variadas inserções de elementos cenográficos em seu espaço como tentativa de evidenciar o caráter espetacular.

A partir de 2005, a cidade de Cabaceiras desenvolveu alguns cenários, a exemplo de uma praça, localizada na principal avenida da cidade, a qual enfatiza e enaltece as características naturais, como o clima seco, intensificado a partir do chão de terra com elementos rochosos e uma vegetação nativa. Para representação dessa imagem foram inseridos ao local, postes em formato de cacto, além de diversas esculturas representando o principal meio de subsistência do município, o bode (Figura 10).

Figura 8 - Letreiro - Roliúde Nordestina. Fonte: Acervo da pesquisa (Alberto Araújo, 2016).

Figura 9 - Escultura do Bode Rei. Fonte: Acervo da pesquisa (Alberto Araújo, 2016).

Figura 10 - Cenografias que compõem o cenário de uma praça. Fonte: Acervo da pesquisa (Alberto Araújo, 2016). Figura 11 - À esquerda, Artefato Cenográfico (Réplica da Pedra do Capacete). À direita, Pedra do Capacete (Lajedo de Pai Mateus, Cabaceiras-PB). Fonte: À esquerda, fotografia de Isabela Rolim - Acervo da Pesquisa (2016). À direita, fotografia de Ruy Carvalho, Wikimedia Commons (2015). Adaptado pelos autores. Figura 12 - Cenografias. À esquerda, elemento cenográfico temporário (entrada do Parque do Bode). À direita, elemento cenográfico permanente (fundo das edificações próximas ao Parque do Bode). Fonte: Acervo da pesquisa (Alberto Araújo, 2016).



Somados a estes, há também a inserção, em 2007, de um importante artefato cenográfico⁸ — a réplica da pedra do capacete — fazendo referência a uma formação rochosa bastante conhecida no Lajedo de Pai Mateus, que é considerado o principal ponto turístico da região (Figura 11).

Através deste elemento tem-se o que Rolim Filho caracteriza como um *elemento*

⁸ O conceito de artefato cenográfico é desenvolvido na tese de Rolim Filho (2013), e é entendido como elemento agenciador da espetacularização do cotidiano nos centros históricos urbanos. Trata-se de um fragmento, algum objeto material ou qualquer outra coisa, feita por mãos humanas, podendo inclusive ser uma parte residual de cenários que foram criados no contexto de uma produção cinematográfica ou ainda elementos que por meio de sua materialidade representem imagetivamente algo existente e que estejam inseridos dentro de uma lógica produtora de subjetividades. Para o autor, este tipo de objeto, ao mesmo tempo em que é também significativo de memória, reinventa um novo cotidiano, produzindo assim um cotidiano considerado *espetacularizado*.



Figura 13 - Pequenas intervenções no cenário urbano para uso cenográfico (São João do Cariri). Fonte: Acervo da pesquisa (Vanessa Daltro, 2016).

agenciador, o qual territorializa novas subjetividades e reinventa um cotidiano espetacularizado, ao mesmo tempo em que é significativo de memória. Na perspectiva do referido autor, “a primeira relação do artefato com o espaço urbano se dá pela sua capacidade de transformação do lugar, pelo poder de dissimulação da realidade, através da transfiguração espacial” (ROLIM FILHO, 2013, p. 45). O mesmo fato acontece durante a festa do Bode Rei, quando a cidade é decorada com portais e outros elementos que fazem alusão a réplicas de castelos e muradas reais (Figura 12). Neste segundo exemplo, apesar de referir-se a elementos temporários em sua maioria, o que difere do artefato supracitado, que é permanente, a cenografia funciona como um elemento que absorve uma cultura desenvolvida pela cidade em um contexto festivo de alusão a honra atribuída ao bode. Trata-se, portanto, de elementos efêmeros, mas, com implicações diretas na construção de um imaginário local.

Numa lógica oposta, a cidade de São João do Cariri nunca teve nenhuma experiência ou intervenção cenográfica nos moldes em que ocorre em Cabaceiras. A escolha da

Figura 15 - Casa utilizada para compor o cenário do filme *Beijo de Estrada* (zona rural de Cabaceiras-PB). Fonte: Acervo da pesquisa (Alberto Araújo, 2016).



cidade, como parte dos cenários do filme *Beijo de Estrada*, se deu em função do cenário que já existia no local, a população de São João, no geral, recebeu a notícia com grande entusiasmo. Nos cenários escolhidos, destacam-se a Igreja, o antigo Casarão dos Árabes, atual sede do IHGCP — Instituto Histórico e Geográfico do Cariri Paraibano, a Escola Pública Deputado Tertuliano de Brito, e o interior do Mercado Público, onde foi construída a cenografia da bodega. Como a história do filme se passa nos anos 70, foi necessário estudar o enquadramento ideal, para que alguns elementos como torres de energia, postes e cabeamentos de luz, não fossem vistos, de forma a diminuir os custos com pós-produção e correção de imagens.

Algumas intervenções tiveram que ser feitas, como por exemplo, no meio-fio e na parte inferior do tronco das árvores, que estavam pintados de branco e foram pintados com uma tonalidade esverdeada, para que facilitasse os efeitos de pós-produção (Figura



Figura 14 - Cenografia da bodega (São João do Cariri). Fonte: Acervo da pesquisa (Vanessa Daltro, 2016).



Figura 16 - Cenário natural e inserções de elementos cenográficos. Fonte: Acervo da pesquisa (Alberto Araújo, 2016).

13). No mais, a parte que despendeu maior tempo, gastos, estudo e mão de obra, foi a cenografia da bodega, no interior do antigo Mercado Público, que foi reservado para ser o museu da cidade (Figura 14).

No contexto da produção cinematográfica *Beijo de Estrada*, as intervenções cenográficas foram ao máximo evitadas, de modo que as maiores transformações ocorreram no cotidiano dos habitantes da cidade de São João do Cariri. Ao fazer uso da lógica de uma cidade interiorana, a cidade foi retratada no filme exatamente como o é na vida real, pacata em seu cotidiano. Desse modo, os próprios habitantes fizeram parte de um evento urbano, no qual foram filmadas não só suas casas, como também, em partes, suas próprias vidas expressas em ações triviais, que foram reproduzidas de modo espetacularizado.

Por outro lado, em Cabaceiras, as transformações advindas da produção do filme ocorreram apenas na zona rural. Na oportunidade, os produtores fizeram uso de uma casa abandonada à beira de uma estrada e, a partir dela, criaram o principal cenário do *Beijo de Estrada* (Figuras 15 e 16).

Atmosferas

Partindo do contexto festivo, tanto de caráter religioso, como ocorre em São João, como o de Caráter profano⁹, que ocorre em Cabaceiras, é possível, por meio das intervenções temporárias, perceber como esses acontecimentos urbanos rompem com o ritmo cotidiano e, com isso, introduzem novas apropriações do espaço coletivo, nas quais são trazidos novos significados e atmosferas. Nessa perspectiva, Fontes (2013), aponta que as festas possibilitam a transformação temporária da paisagem e promovem a aproximação de pessoas, incentivando a coesão social e criando uma

⁹ Os autores utilizam o termo *profano* (ETIM. lat. *Profānus*) para se referir às festas que não possuem caráter religioso.

Figura 17 - Comparação entre os cenários em época de festa e em dias comuns na cidade de Cabaceiras-PB. Fonte: Acervo da pesquisa (Alberto Araújo, 2016).



identidade local compartilhada. De acordo com a pesquisadora, “as festas, por revelarem novas possibilidades para os espaços coletivos, podem motivar transformações mais permanentes do que as inerentes à sua própria temporalidade” (FONTES, 2013, p. 192). Para melhor compreensão das atmosferas criadas é necessário que tenhamos um olhar voltado aos usos e apropriações de cada lugar tanto em dias ordinários como festivos.

Em Cabaceiras, ao promover a festa, a cidade faz algumas mudanças no seu funcionamento, entre elas, a alteração no fluxo das vias e inserção de novas estruturas. Em virtude disso, a rotina dos que moram na rua principal é completamente alterada, fazendo com que essas modificações temporárias evoquem uma atmosfera diferente da que é vivenciada no cotidiano local. O mesmo fato ocorre não apenas na rua principal, mas em todos os espaços que conferem atrações à festa, cada um com sua finalidade e públicos diferenciados. A festa é dividida em quatro estruturas: 1 — Parque do bode, onde ocorrem as gincanas, concursos e feira de animais; 2 — Arraial do bode, com foco nas apresentações culturais; 3 — Praça do bode, destinada à feira de artesanato local, com destaque para as produções em couro; 4 — Bode Rei Hall, espaço que se apodera de um clube particular de futebol e, na época da festa, é destinado a shows noturnos (é o único espaço privado em toda a festa).

No decorrer desta pesquisa ambas as cidades foram visitadas nas duas circunstâncias. A partir disso, foi possível estabelecer um comparativo entre os elementos que são inseridos na ocasião festiva e os espaços vazios deixados após o evento, conforme ilustram as figuras 17, 18 e 19.

São João do Cariri, por sua vez, é marcada por um cotidiano sossegado e uma atmosfera religiosa muito forte, que pode ser percebida a cada conversa do lado de fora, nas portas das casas, dos milagres que contam seus habitantes e pelos quais rogam todos os dias. Sem dúvidas, essa atmosfera religiosa atinge seu apogeu no mês de setembro, no qual são realizadas as procissões em homenagem a Nossa Senhora dos Milagres, padroeira da cidade, que dá nome a Igreja Matriz. A procissão, que ocorre desde 1750, é, sem dúvidas, um espetáculo, no qual boa parte dos habitantes estão envolvidos. Logo após a festa religiosa, ocorre a festa profana patrocinada pela



Figura 18 - Comparação entre os cenários durante e depois da procissão (São João do Cariri). Fonte: Acervo da pesquisa (Vanessa Daltro, 2016).
Figura 19 - Equipe de produção no Set de filmagens (São João do Cariri). Fonte: Acervo da pesquisa (Vanessa Daltro, 2016).

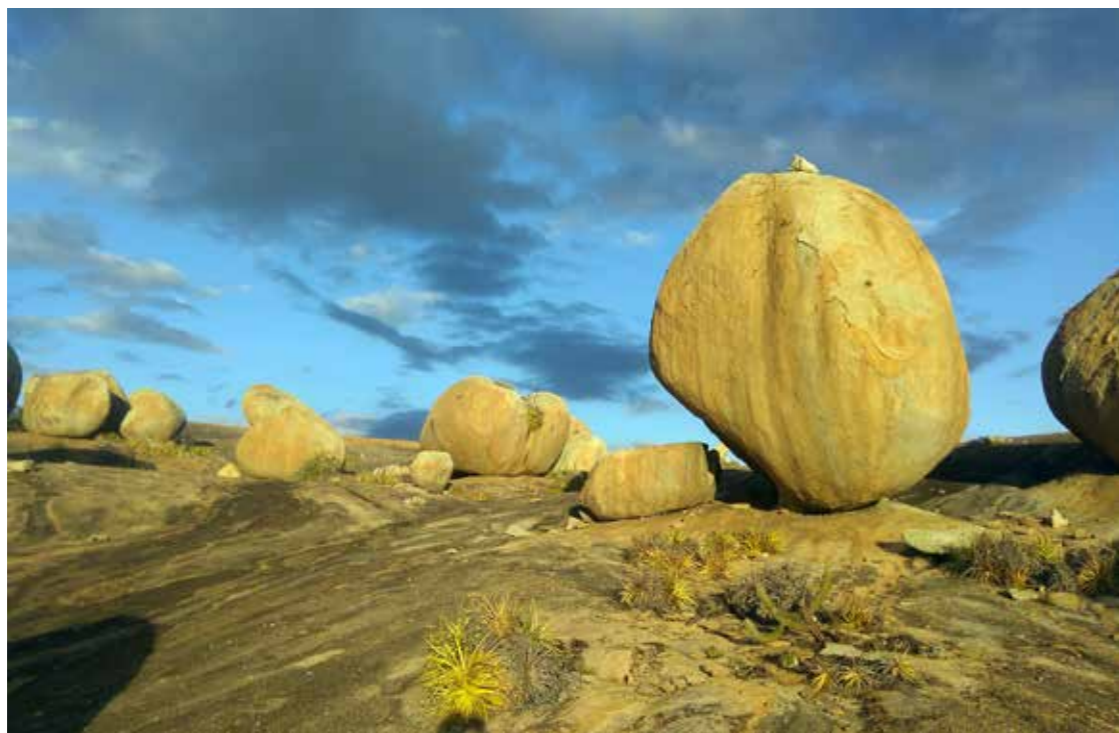
prefeitura. Esses dois eventos fomentam o comércio da cidade, que além de visitantes e fiéis, recebe muitos ambulantes e vendedores da região que veem nas festas uma oportunidade de garantir algum lucro.

Boehme e Augoyard (2011 *apud* ROLIM FILHO, 2013), em seu estudo sobre *ambiances* urbanas, afirmam que a totalidade das emanações irradiadas pelas coisas no espaço, determina a atmosfera do lugar, e que tal ação vem do domínio do desenho cênico, não somente no domínio da cena, mas também na publicidade, no *marketing*, no urbanismo e no ambiente interior. Nessa perspectiva, os autores determinam, segundo Rolim Filho (2013, p. 30), que a cenografia funciona “como o novo paradigma na arte de fazer as *ambiances* e assim gerando atmosferas no urbano chegaremos, portanto, à arte da teatralização na formação dos novos territórios”. Podemos dizer, desse modo, que a presença da equipe de filmagens cooperou na criação de uma atmosfera exótica, ocasionada pela íntima conexão que os habitantes de São João do Cariri já possuíam em relação aos casarios. De certa forma, durante as filmagens, a identidade para com a cidade e a significância do cenário cotidiano, que muitas vezes passava despercebido, esteve acrescida por meio da nova atmosfera gerada pelo espetáculo.

Turismo

Com relação ao turismo, em São João do Cariri, este vincula-se à procissão, que recebe visitantes vindos com o propósito de agradecer as graças alcançadas e pedir a benção a Nossa Senhora dos Milagres, muitos no intuito de alcançar tantas outras realizações. Além disso, cabe lembrar que São João do Cariri possui outros potenciais turísticos significativos que não costumam ser muito explorados, os quais abrangem não só a arquitetura local, como também na zona rural, é possível encontrar intrigantes inscrições rupestres e alguns sítios arqueológicos.

Pode-se afirmar que esse potencial turístico vem sendo perdido em função da carente infraestrutura e serviços que a cidade oferece; São João possui apenas uma pousada e um restaurante e, na época em que a cidade recebe visitantes, muitos habitantes



cedem quartos em suas casas ou alugam, outros ainda aderem ao ramo alimentício, e vendem doces, bolos e outras comidas preparadas em casa, para aumentar o orçamento mensal em datas festivas.

Tendo em vista o atual cenário de São João do Cariri em relação ao turismo, pode-se imaginar que durante as filmagens, abrigar toda equipe técnica, atores, coordenadores, direção de arte, de imagem, figurino, entre outros, não foi um trabalho fácil. A equipe se dividiu em quatro locais, uma parte na única pousada existente na cidade, a segunda, em uma casa alugada na própria cidade, uma terceira parte ficou na cidade de Serra Branca, e outra parte ficou em um Sítio em Cabaceiras, os dois últimos estão situados a 26km de distância dos sets de filmagem em São João do Cariri. No entanto, apesar dos contratemplos e da logística, que foi desarticulada, a população recebeu todos os envolvidos na produção do filme com entusiasmo, num clima de cooperação mútua, de forma que a atmosfera, nos intervalos e após as filmagens proporcionava a troca de experiências entre os figurantes (moradores da cidade) e a equipe que viera de fora.

De fato, a hospitalidade dos habitantes de São João do Cariri é o maior potencial turístico que eles têm a oferecer. Nessa lógica, assim como Rolim Filho (2013) e Debord (1997), entendemos que o patrimônio cultural memorial material e imaterial são moedas de um espetáculo que necessita apenas de um espaço e de um lugar para se projetar. A cidade, portanto, é tida como lugar, cenário construído a partir do espaço da história, do viver coletivo, da concentração e do poder social. É a soma desses elementos que torna possível mercantilizar o presente e o passado e, assim, se autoconsumir.

Cabaceiras também se destaca por seu potencial turístico e pelas belezas naturais. Contudo, ao contrário de São João, a cidade possui melhores condições de infraestrutura, oferecendo aos seus visitantes pousadas e diversos restaurantes. O principal atrativo natural é o Lajedo de Pai Mateus, em uma fazenda a 25 km da cidade (Figura 20). Trata-se de uma formação rochosa de grande extensão, que ocupa aproximadamente 1,5 km², contendo pedras gigantes e de formatos variados, além de uma coloração amarelada. Este cenário começou a ser explorado a partir da década de 1990 e, até hoje, representa um dos mais belos e mais visitados cenários do Cariri, o qual atrai turistas do Brasil e exterior, além de estudiosos e pesquisadores interessados na geologia local (PAPES, 2011). Além da exploração turística, este cenário também

serviu para a gravação de cenas de diversos filmes, entre eles *Beijo de Estrada*.

Conforme salientamos anteriormente, em Cabaceiras o turismo não se resume apenas ao Lajedo. A própria Festa do Bode se configura como o evento que mais atrai pessoas à cidade, de modo que o município se destaca a cada ano com a quantidade de turistas que buscam a festa, às prévias do famoso São João de Campina Grande, para descontração. Durante muito tempo o turismo praticado no Lajedo de Pai Mateus ocorreu por pessoas estrangeiras, enquanto que as pessoas que visitavam a festa popular eram do próprio estado, no entanto, essa realidade vem mudando a cada ano. De acordo com alguns moradores da cidade, entrevistados durante as visitas ao local, a festa do Bode Rei tem contado com uma menor participação popular ao longo dos últimos anos e os turistas que se destinam ao Lajedo são, em sua maioria, induzidos pela mídia.

Considerações Finais

Por meio dos fatos exemplificados ao longo deste trabalho foi possível vislumbrar duas realidades distintas entre Cabaceiras e São João do Cariri, sobretudo no que se refere à construção de imagens e, de modo mais específico, à maneira como a cenografia urbana transforma o cotidiano dos espaços, tornando-os ambientes espetaculares. Em virtude de o cinema possuir uma íntima relação com o meio urbano, a conexão entre cenários e cinema, a qual é sugerida no título deste trabalho, permitiu que estabelecêssemos um olhar sobre a materialização de um ambiente espetacular no Cariri paraibano.

As transformações da paisagem elencadas ao longo desta pesquisa, evidenciam nas duas cidades um processo mútuo, no qual não apenas as pessoas que vêm de fora exercem influência e modificam o espaço, os próprios cidadãos se apropriam e reagem às intervenções. Isso ocorre em menor escala em São João do Cariri, com a sua tradição religiosa. Por outro lado, em Cabaceiras, esse processo já se consolidou há vários anos, desde as primeiras obras que utilizaram o município para locação de seus filmes. É recorrente encontrarmos pessoas que se assumem como personagens, como alguém que representa a figura do nordestino e sua cultura local. A riqueza cultural e regionalista que é exposta todos os anos pela festa do Bode Rei, que atrai diversos turistas, intensifica a dinâmica urbana e possibilita aos cidadãos a valorização de seus costumes e cultura local.

Existem também críticas acerca do processo de criação da marca Roliúde Nordestina, pois Cabaceiras não foi concebida como um lugar que produz cinema local, com seus próprios artistas e talentos de maneira independente. A cidade destaca-se como um lugar favorecido por qualidades em sua paisagem natural e que carrega forte expressão cultural e folclórica, servindo de palco para empresas que vêm de fora, utilizam aquele espaço e depois não retornam com alguma contribuição aos moradores locais. Procuramos não nos ater a este tipo de discussão nesta pesquisa, pois o foco deste trabalho é centrado nas transformações da paisagem e como elas evidenciam a espetacularização dos espaços. Deste modo, acreditamos que todos os eventos ilustrados aqui — sejam eles de caráter religioso, efêmero ou especificamente relacionado a determinada produção fílmica — impulsionam a construção de um espaço espetacularizado. Em alguns momentos, os cidadãos são meros espectadores, noutras circunstâncias, eles são os atores de suas próprias representações socioculturais e imagéticas.

Os resultados obtidos ao término desta pesquisa apontam que, ao usar o território, os atores sociais ligados à produção fílmica são os principais agentes influenciadores

de modificações no cotidiano das cidades. Essas modificações somadas à cultura local, que também pode sofrer alterações, fazem com que a cidade construa uma nova imagem. Conforme apontamos quando nos referimos ao município de Cabaceiras, com o advento do cinema no local, foram constantes as implicações no processo de resignificação de seu meio urbano. De fato, não podemos lograr o êxito a esta questão unicamente à produção cinematográfica em si, mas ao conjunto de fatores que se desencadearam por meio dela. As belezas naturais, a representação de um espaço ideal para retratar as características nordestinas rotuladas pela mídia e, até mesmo, as festas populares, com sua força que advém de tradições religiosas, mas que culminam com o profano. Consequentemente, a soma desses quesitos contribuiu não apenas para o desenvolvimento do turismo local como também para a criação de novas atmosferas.

As pesquisas já desenvolvidas sobre esta questão em Cabaceiras apontam que os discursos políticos vigentes, desde a criação imagética para a cidade, contribuíram para a alteração da configuração espacial e organização territorial. Por outro lado, em São João do Cariri, foi constatada uma realidade diferente, em virtude deste território ainda não ter sido explorado por outras produções cinematográficas. Acerca disso, depreende-se que os rumos na construção de uma imagem local, em constante processo de desenvolvimento, podem seguir caminhos diferentes do que fora vivenciado em Cabaceiras. De modo que, a cenografia deixada, após a produção do filme *Beijo de Estrada*, no edifício do antigo mercado público, atual museu, figura não apenas como lembrança da última cena gravada. Os vestígios deixados contribuem como ponto de partida para construção de uma nova identidade local, ora valorizando a arquitetura e seu cotidiano, como também resignificando os valores culturais preexistentes. Tudo isso só é possível graças ao fato de a cenografia, nos termos de Bourdieu (2010), possuir um poder simbólico na sua expressão maior, ao mesmo tempo em que o patrimônio cultural serve como esteio na manutenção do espaço espetacular.

Referências

- ARAÚJO, Luís Carlos. *Depoimento*. [28 de maio, 2016]. Cabaceiras-PB. Entrevista concedida a Isabela Rolim.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. *Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872)*. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8084> Acesso em: dez. 2016.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FONTES, Adriana Sansão. *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Faperj, 2013.
- HARVEY, David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. Espaço & debates, n. 39, p. 48-64, 1996. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

PORTAL PARAÍBA CRIATIVA. *Inventário Cultural da Paraíba*. Disponível em: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/sao-joao-do-cariri/> Acesso em: dez. 2016.

JACQUES, Paola Berenstein. *Notas sobre Espaço Público e Imagens da Cidade*. Arquitetos, 110.02, ano 10, jul. 2009.

JACQUES, Paola Berenstein. Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. *Revista ArqTexto*. UFRGS: 2005. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_7/7_Paola%20Berenstein%20Jacques.pdf Acesso em: nov. 2016.

LEAL, Willys. *Características e fundamentos do Projeto Roliúde Nordestina*. Disponível em: <https://revistaphilipeia.com/2016/03/21/cinema-na-paraiba/> Acesso em: ago. 2016.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MEDEIROS, Coriolano. *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

MONTEIRO, Catarina Ferreira Guerra Rodrigues. *Cenografias urbanas e cidades cenário: uma reflexão acerca das potencialidades das configurações cenográficas urbanas, e seu contributo para a (re) utilização do Espaço Urbano*. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa: 2015. 305 fls. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/11072>. Acesso em: ago. 2016.

NAME, Leo. Apontamentos sobre a relação entre cinema e cidade. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 037.02, Vitruvius, jun. 2003 Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.037/676>. Acesso em: dez. 2016.

PAPES, Ana Cláudia Santos. *A cidade Turística na busca do desenvolvimento*. Estudo de Caso realizado em Cabaceiras após a inserção do Projeto Turismo Histórico Cultural no Cariri Paraibano. Campina Grande, 2011. 183 fls. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional) Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/1826/1/PDF%20-%20Ana%20Claudia%20Santos%20Papes.pdf> Acesso em: nov. 2016.

PEQUENO FILHO, José de Sousa. *Experiências vividas: escravidão e formação histórica de São João do Cariri 1783 - 1843*. 2014. 283f. (Dissertação de Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2045> Acesso em: dez. 2016.

ROLIM FILHO, Eliézer. *O artefato cenográfico na invenção do cotidiano espetacularizado*. Salvador: UFBA/FUFBA/UFPA, 2013.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Eduardo Pordeus. *Reinvenção da cidade, produção fílmica e visibilidade sociocultural: o uso do território na roliúde nordestina – Cabaceiras-PB*. Natal-RN, 2014. 154 fls. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais)

TORGUE, Henry. *Le Musicien le Promeneur et l'Urbaniste: la Composition de l'Espace Imaginaire*. France : Université Pierre Mendes, Institut d'Urbanisme de Grenoble, 2011.

MAIS DE PERTO E DE DENTRO No mercado da multiculturalidade

CLOSER AND INSIDE
In the multicultural market

Douver dos Santos Cruz¹

Resumo

Este artigo é dedicado a apresentar e percorrer sobre a centralidade que têm os mercados públicos em cidades pequenas e cidades históricas. Sobretudo, porque são equipamentos de referência urbana e vitalidade da cidade, que de forma admirável, com uma permeabilidade de articulação entre espaços públicos abertos e os ambientes cobertos, criam os lugares, a praça, o átrio, os encontros, a troca, enfim, a essência do lugar. Esse espírito, dinamizado pelos espaços semipúblicos, com forte concentração popular, transmite toda a identidade da vida cotidiana, ainda que de forma calma e com contornos de simplicidade. Os mercados públicos ganharam o título de *bem cultural* e diante desse novo *status*, viemos denunciar a problemática do panorama de pequenas cidades, que na atualidade, sob pressões do mercado do turismo exploratório, tem desvirtuado as funções originais de alguns desses formidáveis exemplares.

Palavras-chave: patrimônio cultural, pequenas cidades, mercado popular, turismo exploratório, espetacularização.

Abstract

This article is dedicated to presenting and exploring the centrality of public markets in small towns and historic cities. Above all, because they are urban reference equipment and the city's vitality, which admirably, with a permeability of articulation between open public spaces and covered environments, create the places, the square, the atrium, the meetings, the exchange, in short, the essence of the place. This spirit, energized by semi-public spaces, with a strong popular concentration, conveys the entire identity of everyday life, albeit in a calm way and with simplicity contours. Public markets gained the title of cultural asset and, given this new status, we came to denounce the problem of the panorama of small towns, which currently, under pressure from the exploratory tourism market, has distorted the original functions of some of these formidable examples.

Keywords: cultural heritage, small cities, popular market, exploratory tourism, spectacularization.

Introdução

O cubano Nicolás Guillén produz em um poema seu que “conhecer uma cidade é conhecer seu mercado” (GUILLÉN [s.d.] [n.p.] apud BONDUKI, p. 144). Caminhar por um mercado e conversar com seus habitantes é ter sempre em mente uma frase de Honoré de Balzac, escritor francês e autor do clássico *A comédia Humana*: “tudo é forma, até a própria vida” (BALZAC, 2012, p. 58, apud PINTAUDI, 2006, p. 82). Apesar de se tratarem de espaços físicos, os mercados públicos se transformaram de alguma forma desde quando foram erguidos – muitos quase há um século, quando resolveram se fixar em edifícios de pedras, tijolos ou ferro que os tornaram perene, porque, o mercado já trazia consigo *a feira*, com toda a sua essência das áreas públicas ou praças abertas. (BONDUKI, 2010). A mudança não se dá somente no tempo, mas por forças muito mais humanas e silenciosas.

O Mercado de carne Francisco Bolonha em Belém do Pará erguido e paulatinamente ampliado desde 1867 esteve ao final de quase um século de funcionamento, em situação de grande deterioração física, com instalações danificadas e numerosas irregularidades na ocupação. Em 2007 houve uma intervenção de restauração completa de pisos, paredes, cobertura e fachadas pelo Programa Monumenta que conseguiu recuperar a tempo não só o conjunto físico edificado, mas também, os valores tradicionais e bens imateriais ali existentes por séculos.

Outros mercados nem sequer existem mais, como o primeiro Mercado da Candelária, também chamado Praça do Mercado, no centro da cidade do Rio de Janeiro na metade do século XIX. Os mercados mudam a partir das tragédias das pessoas que trabalham neles, do desenvolvimento da cidade, do hábito de quem os frequenta e dos preconceitos, onde os canais de comércio estão a tornar-se mais amplos e os consumidores escolhem, cada vez mais, outros tipos de comércio mais sofisticados e com mais atrativos como o modelo turístico ou estabelecimentos comerciais tidos como modernos, seguros e privativos, a exemplo dos supermercados e *shopping centers*.

O que sustenta esse artigo é a nossa forma inquietante de como uma cidade viveria sem um mercado com toda sua plenitude, sendo os mercados públicos partes vivas da história e da cultura da cidade. A existência dessas instituições no meio urbano nos possibilita interpretar alguns aspectos tão peculiares e tão conexos entre si, destes importantes referenciais produtores da sociabilidade e da vitalidade dos lugares onde se inserem.

Na sua forma elementar, o mercado público existe até hoje. Por meio de suas feiras ou de seus edifícios cobertos, esta instituição ainda se constitui nas nossas cidades como sinais de desordens, profusões de cores, confusões, gritos, cheiros violentos e o frescor de seus produtos (BRAUDEL, 1985) sendo todos os nossos sentidos assim evocados. As tradições de uma sociedade ali se manifestam: nas artes da culinária, na maneira como os produtos são expostos, nos pregões e nas canções que anunciam as ofertas, na negociação dos preços das mercadorias – às vezes definidos como a cultura local, de modo nem sempre objetivo e racional.

Bonduki (2010) afirma que a relação que se estabelece entre produtores, mercadores e compradores é direta, sem intermediários, o que propicia não só o comércio, mas também o intercâmbio de experiências, vivências, línguas, dialetos e práticas sociais. No interior do mercado impregna um amplo conjunto de manifestações, criando um dos ambientes mais fascinantes da cidade. Por reunir boa parte dos habitantes da localidade, o mercado atrai artistas, músicos, atores, bailarinos, malabaristas, repentistas, mágicos, videntes, contadores de histórias, ou seja, o cerne de toda a dinâmica, e para quem bem sabe deixar-se seduzir, percorrerá a *alma do lugar*.

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo, Mestrando no programa de Pós-graduação em Projeto e Patrimônio (PROARQ – Universidade Federal do Rio de Janeiro) douver.cruz@fau.ufrj.br



Portanto, temos a necessidade em anunciar nas pequenas cidades que ainda tem o privilégio de poder contar com o mercado público, se a sua permanência como mercado ainda tem a essência da verdadeira *alma*. Sabemos que sua forma só permaneceu no tempo modificada. O mercado público é uma forma de intercâmbio de produtos encontrada em cidades da antiguidade e a sua presença na cidade nunca foi questionada como local de abastecimento de produtos, ou objeto, enquanto, em diversas sociedades perdurou o costume de ali realizarem as trocas necessárias à reprodução da vida (PINTAUDI, 2006)

O questionamento desse artigo é premente, quando essa mudança acontece justamente quando ela passa a se desfazer, quando ela chega aos limites de sua existência enquanto forma, distribuição e função, reconhecida e apropriada socialmente para a reprodução da sociedade. Quando esse costume sofre uma ruptura com a presença de outras formas de abastecimento mais modernas, surgem como a possibilidade, as modernizações do mercado público, que passam a ser apropriados como lugar *tradicional*, onde se pretende construir e produzir uma nova *identidade* para a sociedade, ou então, o que entendemos ser o maior prejuízo como um desfalecimento – o desaparecimento dessa forma na paisagem, e conseqüentemente, do imaginário (PINTAUDI, 2006).

Para existir no tempo, uma obra precisa, necessariamente resistir, ter sentido, se transformar ao mesmo tempo em que mantém suas raízes. Como reconhecer então os mercados públicos no presente e as possibilidades de seu devir de espaços de trocas no mundo de hoje, quando vivemos uma privação geral de sentido que se constituía na única possibilidade de continuar criando raízes? Essa falta de continuar criando raízes no espaço, e portanto, da longevidade, não viria significar uma ameaça a esses espaços, da alma de suas vidas? São essas urgentes respostas que esse artigo busca trazer através das investigações na intervenção realizada no Mercado Municipal de Lençóis na Bahia em 2008 (Figura 1).

O mercado como uma praça, a praça como uma obra de arte: a praça é muito mais que uma área livre, não edificada. Embora, atualmente, qualquer espaço vazio entre ruas, até mesmo uma nesga de terreno, acabe sendo chamado de praça, o estudo da história das artes mostra que as praças mais imponentes caracterizam – se por serem fechadas, isto é, contornadas por edifícios. Como afirma Camillo Sitte (1992), sob o



Figura 2 - Mercado Municipal de Penedo em Alagoas, com caráter de praça. Fonte: Revista IPHAN (2010).

ponto de vista artístico, um terreno vazio não se configura numa praça. “A condição essencial é o fechamento do espaço. A praça é o espaço fechado” (SITTE, 1992, p. 58). Ou ainda complementado por (UNWIN, 1909, p. 33) “O sentimento de fechado é [...] essencial à ideia de praça”. A praça nas pequenas cidades e cidades históricas brasileiras, assim como nas cidades medievais e renascentistas, é o resultado do efeito harmonioso de um conjunto formado pela relação entre o espaço livre e as construções que o envolvem (BONDUKI, 2010).

Assim, nesse ambiente indissociável – espaço público contornado por uma massa contínua de edificações, – onde as mais importantes construções foram erguidas como obras de arte, evidencia – se a vida pública. Os edifícios que contornam as praças são igrejas, casas legislativas, palácios, repartições públicas, e por que não, um mercado público, articulando e aglutinando com (e como) a praça?

A praça tendo a força articuladora e aglutinadora de um mercado, conforme o Mercado Municipal (Figura 2) edifício eclético construído em 1873, com acentuada horizontalidade e quatro fachadas iguais e simétricas e portas com arcos ogivais. O pátio interno, quadrado, é ladeado por colunas cilíndricas, baixas e grossas, fazendo lembrar um claustro de convento. Na época, foi descrito como um “estabelecimento vasto, espaçoso, com 32 compartimentos para negociantes, com uma grande área no interior, tendo no centro da área uma cacimba para serventia do estabelecimento” (SAMPAIO, 2010, p. 13). Além do pequeno comércio e da pequena presença de artesãos, que desenvolvem atividades no pátio, há no mercado restaurantes populares, onde podem ser encontrados pratos à base de peixes de água doce como a tilápia, o tucunaré e traíra, assim como os pratos da culinária tradicional cearense (BONDUKI, 2010).

Metodologia

O artigo percorre por aportes bibliográficos que servem como norteadores para a construção e formatação de investigações que sejam objetivos sobre o tema, constituindo um material próspero para questões atuais que são prementes em relação à salvaguarda do patrimônio imaterial e da preservação da identidade coletiva, em especial, diante das velozes transformações socioeconômicas que refletem na proliferação do turismo e na caracterização de cenários homogeneizados em núcleos históricos.

Desta forma, houve uma relevante revisão bibliográfica quanto à literatura de Bonduki (2010) que contribui com seu estudo de caso para o momento crítico do Mercado Municipal de Lençóis, BA, e também, outras bibliografias em uma metodologia teórica-histórica sobre a trajetória histórica dos lugares de mercado nas cidades, até a

contemporaneidade, destacando, dentre outros, os seguintes autores: Vargas (2001) e Pintaudi (2006) que puderam dispor para as investigações de conceitos de importância, ao reforçar as crenças a respeito do assunto pautado e ainda apontar para um quadro de discursos significantes para o patrimônio imaterial. Portanto, trata-se de um artigo de caráter qualitativo, teórico-reflexivo e exploratório.

Resultados

Percursos: o mercado como lugar de sociabilidade, vitalidade e centralidade

Com o surgimento das primeiras civilizações e o aprimoramento da agricultura de subsistência, e posteriormente a produção de excedentes fazem as relações comerciais darem seus primeiros passos, através da economia de trocas, onde as pessoas trocavam gêneros alimentícios por outros, ou por itens de sua necessidade. No início estas trocas aconteciam nas feiras livres, porém com o crescimento populacional foi necessário o controle e regulação por parte do estado, e a criação de edificações para esse fim e, “muitos dos mercados tiveram suas gêneses nas feiras, que terminam – se perpetuando – se, materializando – se em construções porque a reprodução na vida na cidade e/ou região necessitava de um contínuo suprimento de viveres” (PINTAUDI, 2006, p. 84).

Com a expansão dos centros urbanos, os mercados públicos adquirem a importância de abastecimento das cidades, entre o final do século XIX e os mercados passam a ser edificados como os grandes responsáveis assim como as feiras livres pela distribuição e comercialização de alimentos, junto à população urbana, principalmente nos mais carentes (OLIVEIRA JUNIOR, 2006).

Além das relações econômicas, que aconteciam no seu interior, os mercados têm seu papel no meio urbano reconhecido também por ser um relevante catalisador das relações sociais e culturais nos centros urbanos. Antigamente os mercados serviam de referência, normalmente ficavam próximos aos edifícios mais importantes das cidades, como por exemplo temos os *bazaars* no Oriente Médio, os mercados na Ágora grega e os Fóruns romanos. Por extensão, o mercado, é um local, majoritariamente social, popular, independente de classes sociais, onde ocorriam as negociações, as conversas, os encontros, a troca de ideias e de experiências. Prestando o papel de verdadeiras referências urbanas e de vitalidade nas cidades (VARGAS, 2001).

A palavra mercado, proveniente do latim *mercato* é, portanto, o lugar de comercialização de gêneros alimentícios e outras mercadorias, ou seja, lugar de trato, de compra e venda. O encontro e contato direto entre compradores, vendedores, transeuntes, turistas, permite um jogo mútuo de relações, pois esta pressupõe a conversa para que o negócio seja efetivado. É possível reconhecer os espaços de mercado enquanto espaços de sociabilidade, uma vez que estes constituem um *locus* em interação recíproca entre indivíduos através de costumes predominantes ou pelo comportamento relacionado às múltiplas atividades, as quais neles, historicamente teceram seu lugar (VARGAS, 2001).

Todas as culturas adotaram essa forma de conduzir com os seus produtos e o fato de se realizar esporadicamente ou de forma mais presente e com local apropriado para esse fim, dependia da mercadoria que ali se dispunham e da necessidade de se realizar a transação com certa frequência, do deslocamento possível nos diferentes momentos históricos e na importância que o local representava para o abastecimento da cidade e da sua região de abrangência (PINTAUDI, 2006). Os mercados abertos ou em praça aberta, a rua com barracas ou lojas, já pareciam ter encontrado a sua



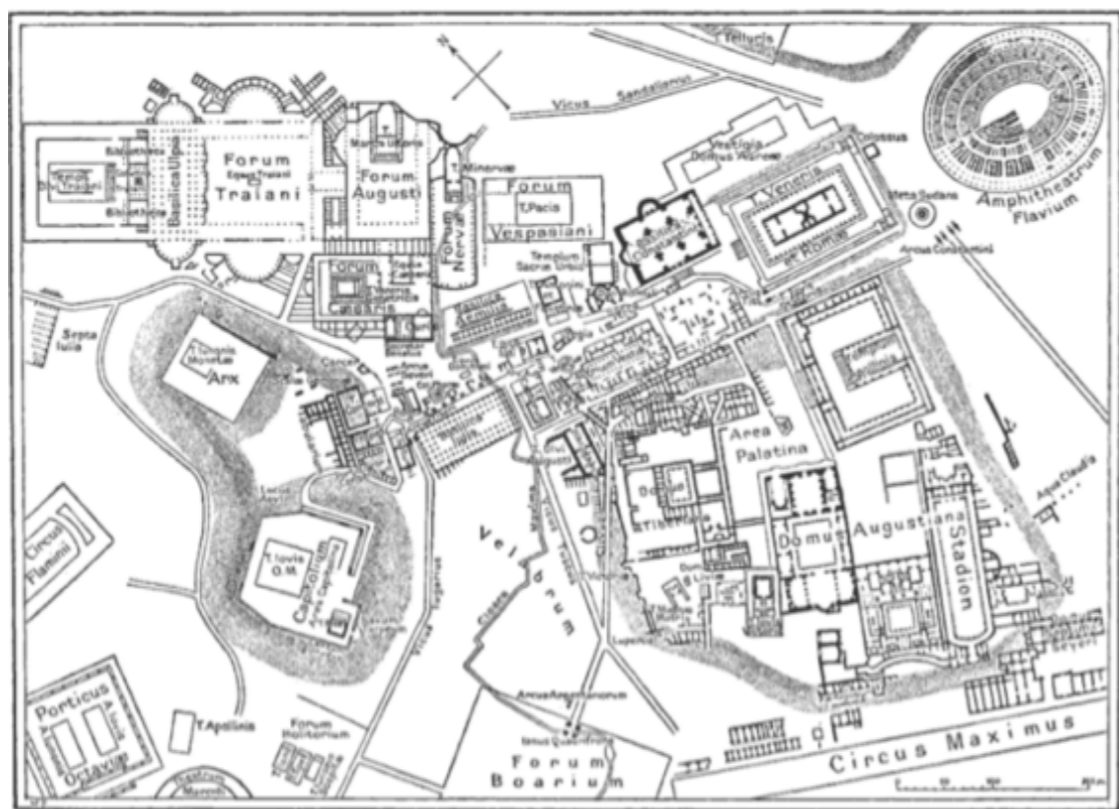
Figura 3 - Bazaar de Tapetes em Cairo – Aquarela de Charles Robertson. Fonte: <https://pt.wahooart.com/@/9DGH25-Charles-Robertson-Tapete-Bazar->, Cairo Acesso em: 29 dez. 2020.

configuração por volta de 2.000 a.C. Encontrava seu lugar dentro do templo, pelo qual assumia a condição de centro, seja pela aglomeração, seja pela “economia totalizadora controlada” (MUMFORD, 2004, p. 85).

Os *bazaars* (Figura 3) e as casas atacadistas eram “o ponto de partida e chegada das caravanas (dos povos árabes no Oriente Médio) e eram também os locais de descanso, de troca e de armazenagem de mercadorias” (VARGAS, 2001, p. 112-113). Os *bazaars* foram, assim, surgindo ao redor dessas casas atacadistas. Os princípios morais e filosóficos do islamismo – que tolera sociedade com diferenças sociais –, associados à cultura árabe – que tem a visão do comércio como uma cultura plausível –, transformam dos *bazaars* “um monumento público, [...] parte essencial da sociedade e o coração da cidade islâmica (VARGAS, 2001, p. 112-113) onde até a mesquita se junta ao complexo.

A Ágora, onde em grego a palavra é proveniente de *agorá* que significa lugar de reunião, foi o lugar do mercado da Grécia Antiga e de acordo com Mumford (2004) nessa tipologia as funções eram diversas. Era centro dinâmico da cidade grega, visto que as cidades não eram lugares para moradia e utilização, mas sim para contemplação (LAMAS, 2000). A Acrópole, erguida no intramuros para assegurar a defesa da cidade grega, bem como sediar os edifícios religiosos, situava-se próximo à costa, de forma a aproximar-se do porto. Tornou-se, portanto, um dos elementos fundamentais da cidade e o local onde as pessoas mais frequentavam.

Em Roma, o ícone dessa instituição foi o *fórum* do Imperador Trajano, onde funcionou um mercado a partir de 133 d.C, que dispunha de 150 lojas, distribuídas em cinco andares. Roma tinha então aproximadamente, um milhão de habitantes e era o centro do império que naquele momento se encontrava com sua maior dimensão. O mercado era tido apenas como o templo de várias das mais variadas funções que era o complexo Fórum (Figura 4) segundo Mumford “multidões ainda maiores eram atraídas para o centro, a fim de comprar, de fazer o culto, de trocar boatos, de trocar parte, como espectadores ou atores em negócios públicos ou em processos privados” (2004, p. 245) podendo ainda o fórum, ser lugar de assembleia e discursos ou lugares de disputas atléticas e gladiadoras. A questão é constatar como demonstra a figura 4 que



os lugares de comércio da cidade se desenvolviam na área central do tecido figurativo dentro da morfologia urbana.

Metamorfoses: da praça livre para a edificação do mercado público

O mercado público é a forma de intercâmbio de produtos encontrada em cidades na antiguidade e se hoje tem continuidade no espaço, isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas mais modernas. Segundo Filgueiras (2006) há a possibilidade destes históricos lugares de mercado serem a gênese das localidades centrais, áreas que sempre foram caracterizadas como áreas de encontro, condensadores de fluxos, da diversidade de atividades, significados e diversidade cultural.

Ainda evidenciamos a importância dada ao mercado da idade média, quando Castells (2000) coaduna ao afirmar que a imagem clássica da centralidade urbana é a posição da cidade medieval, que era dominada pela catedral, e composta pelos prédios cívicos locais, sem a praça de comércio perder o seu posicionamento como marco indiscutível da centralidade urbana onde se integravam mercadores consumidores e mercadorias e instalando-as no centro da urbe, coexistindo com as funções mais representativas (LEFEBVRE, 2008). A questão se mantém sobre que o mercado era a “principal razão da cidade como lugar de troca e serviços” (LAMAS, 2000, p. 154).

No início do século XXI surge um tipo marcante de estabelecimento comercial para a época: o mercado coberto e fechado. Emergia um novo programa arquitetônico de perímetro essencialmente retangular ou quadrado e sólido com grande vão livre com as barracas descobertas como numa grande praça, e arcadas na fachada e uso de ferro e vidro adotavam um novo padrão arquitetônico, característico nesse empreendimento (VARGAS, 2001). O estabelecimento de espaço específico nas cidades para o comércio a céu aberto é muito mais antigo do que a construção de edifício para abrigá-los. Estes foram erguidos na maioria dos casos, entre a segunda metade do século XIX e o início



do século XX, sendo provavelmente o primeiro mercado construído no Brasil, em 1835, no Largo do Paço, junto à Praia do Peixe no Rio de Janeiro (Figura 5) (BONDUKI, 2010).

A iniciativa, geralmente proposta pela municipalidade, insere-se no contexto das preocupações higienistas relacionadas às relações sanitárias de comercialização de alimentos e na possibilidade do controle dos governantes sobre o espaço público. Embora, agora, o termo *mercado* tenha ficado associado à construção da edificação erguida especialmente para concentrar a comercialização, até o século XIX ele era usado para designar uma aglomeração de pessoas reunidas reiteradamente no mesmo local com o objetivo de comercializar determinados produtos. Antes de se fixar em construções de concreto, tijolos, pedras ou ferro, que o tornaram perene, o mercado também, denominado de *feira*, se constituía em áreas públicas ou praças nos mesmos locais onde acontecia uma vitalidade urbana como festas, manifestações artísticas ou a execução de sentenças (BONDUKI, 2010).

Assim, grande parte dos mercados públicos teve sua gênese nos locais onde se concentrava o comércio ambulante ao céu aberto, ou feira, sendo edificadas construções sólidas e suntuosas num processo que propiciou maior controle e centralização. PINTAUDI (2006) nos confirma:

O mercado público foi, desde os primeiros tempos do capitalismo, uma forma de centralizar o comércio num determinado lugar, o que facilitava o controle sobre a troca de mercadorias que ali se efetuavam, como também sobre as fontes abastecedoras de produtos [...]. É o momento em que se instala uma concepção burguesa de espaço, que o separa segundo as funções a que se destinam (PINTAUDI, 2006, p. 41).

Em sua época, entretanto, a instalação de um mercado no interior de um edifício representou um grande controle do poder público sobre os mercadores, consumidores

e produtores. Muitos regulamentos são minuciosos, estabelecem zoneamento para diferentes produtos e criam regras, horários e dispositivos sobre vários aspectos do funcionamento do equipamento, associado a numerosas proibições. A locação de bancas, com pagamentos semestrais adiantados, representou uma forma de selecionar e segregar os comerciantes (BONDUKI, 2010). O estabelecimento do mercado fechado promoveu a separação formal de outras atividades cotidianas que os habitantes da cidade realizavam no mesmo espaço, como festas, quermesses e competições. Foi preciso, então, buscar novas áreas para essas práticas.

Assim, muitas vezes, o entorno adjacente dos mercados públicos transformou-se em local de concentração de local de barracas, ambulantes e artistas, que se aproveitam do fluxo de consumidores para oferecer produtos, serviços e divertimento. Bonduki (2010) nos coloca que as atividades proibidas pelas regulamentações surgiam da área do edifício para nele penetrar sempre que a vigilância fosse atenuada, o que era frequente.

Enfim, a riqueza cultural presente nos mercados resistiu ao controle público e entendemos que os contornos da alma do mercado, pois “não são poucas as cidades cujo mercado, na concepção ampla do termo, extravasa seu edifício, pequeno demais para a intensidade de intercâmbios” (BONDUKI, 2010, p. 155). Não à toa, geralmente aos sábados, em torno dos mercados públicos de núcleos urbanos que polarizam regiões, ocorrem grandes feiras para as quais mercadores e produtores levam seus produtos. Mais do que uma simples movimentação de compras e vendas, essas feiras, procuradas por multidões, transformam-se em verdadeiras festas, com uma gama variada de eventos, sendo “uma tradição que os novos hábitos contemporâneos relacionados ao comércio varejista, como a frequência aos supermercados, ainda não foram capazes de eliminar” (BONDUKI, 2010, p. 155).

É aqui que se ancora a pesquisa, pois ao se tratar de programar a intervenção para a reabilitação de mercados públicos, é “necessário ter em conta que o impacto da intervenção pode extravasar muito o espaço físico do edifício, repercutindo no seu entorno, o que potencializa – para o bem ou para o mal – esse tipo de iniciativa” (BONDUKI, 2010, p. 156). Ao tratarmos do acolhimento do estudo de caso, há atitudes negativas quando se deparam com o *genius loci* (espírito do lugar) que inspirou a arquitetura greco-romana e que foi reinterpretado como o local afetivo ou a identificação com o local por Norberg-Schulz (1979) e enfatizado pela Declaração de Quebec (2008) e Declaração de Foz do Iguaçu (2008) algumas décadas atrás, perdendo assim todo o sentido, pois ainda que entendamos que são ações bastantes complexas, a abordagem empregada no Mercado de Lençóis, BA, dá ênfase à recuperação física do edifício com alteração radical do seu uso, empregando-se uma estratégia de fortalecimento econômico com base e foco no turismo e na fruição cultural voltada para os visitantes. “Tal processo de descaracterização do patrimônio imaterial talvez seja tão e mais grave que a deterioração física dos edifícios” (BONDUKI, 2010, p. 156).

O turismo no patrimônio urbano e o efeito (reverso) perverso na comunidade

Diante de tantas transformações, um dos maiores desafios nos estudos urbanos reside na existência de uma série de conflitos de interesses na dinâmica desses espaços. Arantes (2000) endossa a discussão, quando diz que o maior problema está no patrimônio ser reivindicado por amplos setores sociais, devido seu valor econômico, ou como recurso simbólico na construção de sentidos de lugar e desenvolvimento de produtos com valor cultural agregado, em um riquíssimo e frequentemente conflituoso processo cultural de formação de tradições reinventadas. O surgimento gradativo de novas linguagens e concepção de espaços e lugares alternativos, nas sociedades

contemporâneas, acentua a dificuldade do processo de preservação e de valorização cultural e histórica.

A promoção do patrimônio nessas novas ambientações está subvertendo a lógica de cidade tradicional, para a cidade econômica. Deixa-se de usufruir o seu valor de uso de patrimônio, para explorar o valor comercial, onde o turismo, vinculado às atividades de lazer, comércio e serviços, passam a configurar os elementos principais das novas atrações de consumo e entretenimento para desenvolver cidades competitivas com a marca de renovação identitária que retoma a condição de centralidade ao centro histórico transformando o patrimônio em mercadoria (JACQUES, 2004)

O governo assume nessa atividade, muitas das vezes, uma parceria público-privada de caráter empreendedor, e nesse sentido, todos os obstáculos e riscos estão associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do planejamento devidamente planejado e coordenado. “Em muitos casos, isso significou que o setor público assumiu o risco, e o setor privado ficou com os benefícios [...]” (HARVEY, 2005, p. 173). Nesse sentido, Harvey ainda destaca a *governança* urbana ter mais valor que o *governo* urbano, ao permitir a reorganização da vida urbana por uma coalizão com grande força econômica, desempenhando o papel apenas de órgão facilitador e coordenador. Essa postura empreendedora, de desenvolvimento urbano compartilhado possibilitou o desenvolvimento urbano em diversas cidades do mundo.

Diante desse novo vínculo de articulação entre estado e iniciativa privada, as características do patrimônio urbano são adaptadas a novos usos, a novos públicos e a novas estéticas, engendrado por um modelo de intervenção urbana superficial que negligencia o significado do patrimônio cultural e os vínculos de sociabilidade do cotidiano da comunidade.

Na intervenção urbana para os centros históricos, os “[...] planejadores e administradores têm procurado atrair para seus sítios revitalizados [...] entretenimento, como bares, restaurantes, danceterias, teatros, galerias de arte, lojas de artesanato e casas de *shows*” (COSTA, 2009, p. 14) onde todo esse conjunto de atrativos “[...] é preparar os visitantes para a criação de uma atmosfera convivial [...]” (CHOAY, 2017, p. 224), e constituem as novas formas de intervenções urbanísticas, “posta em cena e convertida em cena: iluminada, maquiada, paramentada, para fins de embelezamento e midiáticos” (CHOAY, 2017, p. 224), e ainda conforme endossa a autora (ASCHER, 1995, p. 257) cumpre um sentido de “*Mise en scéné* e cenografia”, como afirma que se tornam palavras-chave no que mais modernamente vem sendo realizado no desenho urbano.

Infelizmente, nessa perspectiva, o turismo é um setor que está causando efeitos perversos e maléficos para os centros históricos, a partir do momento que essa atividade se tornou exploratória e predatória do patrimônio, transformando-o em empreendimento, sendo um dos efeitos colaterais imediatos desse processo a homogeneização da arquitetura, das paisagens, da cidade e na expulsão do cidadão, contribuindo para anular toda a identidade e essência do lugar.

Assim, esse modelo acaba tornando essas áreas, em diferentes lugares, cada vez mais semelhantes entre si. É um processo de *museificação* em escala global, “os turistas visitam o mundo todo como se visitassem um grande e único museu” (JACQUES, 2004, p. 24). Os centros históricos reabilitados estão, em maior ou menor grau, a converter-se em palcos de sociabilidades espetacularizadas e de encenação da vida cotidiana, constituindo-se como uma espécie de nova realidade alegórica das cidades. Alegoria esta que se manifesta de forma tripartida. Por um lado, os centros históricos são cada vez mais apresentados como a expressão concreta de uma ideia de espaço público que permite que a cidade seja transformada e imaginada a partir de seu passado. “Assim,



sob a forma figurada de imbricação entre consumo e lazer, os centros históricos são uma alegoria desses espaços públicos, supostamente perdido que *urge* recuperar” (PEIXOTO, 2003, p. 222 – grifo nosso).

Gutiérrez (1989), mais especificamente, elenca a ordem correta de prioridades ao se recuperar um centro histórico da América Latina: primeiro, devemos privilegiar a comunidade local melhorando sua qualidade de vida (Figura 6) segundo, infraestruturas e serviços para todos que usufruem da centralidade; terceiro, visar àqueles que circulam esporadicamente pela cidade e quarto, e último, seriam os turistas.

A memória da cultura local – o que a princípio deveria ser preservado – tem se perdido em prol de grandes cenários para turistas. “E o mais grave é que na maior parte das vezes, a própria população local, responsável e guardiã das tradições culturais, é expulsa do local de intervenção, pelo processo de gentrificação” (JACQUES, 2004, p. 34). Choay (2017) similarmente é emblemática quanto às inevitáveis consequências da gentrificação e encobrimento das identidades culturais da comunidade:

A embalagem que se dá ao patrimônio histórico tendo em vista seu consumo cultural, assim como ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas (CHOAY, 2017, p. 226).

A competição entre cidades por turistas é acirrada em detrimento das necessidades da própria população local, ao privilegiar basicamente os turistas com a cidade – espetáculo. O patrimônio cultural urbano passa a ser uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado (JACQUES, 2004).

É importante enfatizar que o patrimônio, sendo reserva, adquire o *status* de valor econômico. Esse processo de mercantilização não é bom para a preservação do núcleo histórico, sobretudo nos seus componentes sociais e culturais que desprezam o caráter artístico, estético e simbólico. Nessa direção, sempre pode encontrar vínculos com as



forças dos influentes dos negócios e da especulação, onde grandes empreendimentos imobiliários, urbanísticos e turísticos se utilizam dessa tendência e a estimulam.

O planejamento estratégico para a homogeneidade das (pequenas e grandes) cidades

E com contornos bem definidos, vemos como um grande *tormento* urbano esse início do século XXI, afligindo de forma expandida, dos centros históricos, aos pequenos centros, da mesma forma, não surpreendendo, as megalópoles gentrificadas como uma cidade – empresa, não só definida como cidade dos negócios, mas transformada também em uma cidade homogênea. A autora Arantes (2000) endossa que essa é uma cidade *polida*, igual em todos os lugares, (Figura 7 e 8) onde considera que quem faz cidade, na atualidade, são as grandes empresas, com as facilidades, permissões e mediações de praxe, produzindo a mesma paisagem em toda a parte do mundo, porque o desenvolvimento das grandes cidades e a reabilitação de áreas históricas de forte importância cultural caíram nas mãos das mesmas instituições financeiras, nas mesmas mega incorporadoras, nos mesmos escritórios do *star system*, que preparam o terreno por encomenda das matrizes multinacionais de sempre. E assim tem se configurado a paisagem de forma globalizada.

Diante desse caos, Harvey (2005) nos atenta para a distinção que ocorre com muita frequência do estudo da urbanização para o estudo da mudança social e do desenvolvimento econômico, permitindo a urbanização ser um assunto secundário. “De fato, esse juízo é, de modo geral, tacitamente, em virtude dos pecados da omissão [...] no estudo da mudança macroeconômica e macrosocial a tendência antiurbana é demasiadamente persistente por comodidade” (HARVEY, 2005, p. 166).

É premente nesse contexto fortemente conflituoso influenciado pela globalização, formado por um momento cultural relativamente conturbado e marcado por complexas mudanças, a busca por novas formas de reflexão acerca desses modelos de intervenção urbano que produzem o espaço caracterizando de forma comum a paisagem e sem



identificação com as tradições locais, descaracterizando a materialidade e o imaterial, desvalorizando a comunidade e negligenciando o espírito do lugar.

Desta forma, diversos centros históricos no mundo acabam passando por processos semelhantes de descaracterização e perda de aspectos singulares ao utilizarem o mesmo tipo de programa como a premissa em disputar o maior número de turistas. Assim, detectamos que diferentes áreas ou centros históricos, conforme ocorrido no perímetro da área central do Pelourinho na área da cidade histórica de Salvador no Brasil, legitimada como Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO desde 1985 (BRAGA; SANTOS JÚNIOR, 2009) (Figura 9) e na delimitação do Centro Histórico de Lençóis na Bahia através da reabilitação do recorte do estudo de caso com o Mercado Público de Lençóis em 2008, estão se reinventando economicamente influenciadas com:

[...] fórmulas consagradas através do mundo e preocupação com o legado histórico e com a cultura dentro da perspectiva de consumo, com a indefectível associação entre o cenário urbano, histórico, consumo, cultural, entretenimento e turismo [...] sensação de nada se parecer mais entre si do que centros antigos restaurados dentro dessa lógica (GOMES, 2011, p. 138).

A intervenção nos mercados públicos: preservação dos valores imateriais para a identidade coletiva

Para Mumford (2004) que estuda as cidades europeias, o que assegura ao mercado um lugar permanente na cidade é sua população suficientemente grande para garantir um bom meio de vida a mercadores que têm ligações distantes de produtos caros, e suficiente produtividade local para que os produtos excedentes sejam expostos à venda em geral. Podemos acrescentar, que além de uma população grande, é necessário que a cidade tenha capacidade de consumo, pois uma sociedade baseada na escravidão como a brasileira, no período colonial e, parcialmente, no imperial, não oferecia muitas possibilidades para esses tipo de comércio (Figura 10). Daí a relativa atrofia dos mercados brasileiros, o que não chegou a impedir que esses espaços reunissem muitas cores, cheiros, gritos, agitos, mostrando as múltiplas origens da população local, formada sobretudo, pela sua alma: africana, indígena, portuguesa, afrodescendentes (BONDUKI, 2010).



Figura 10 - Feira das escravas com cestas de frutas e legumes, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Marc Ferrez (Final século XIX).



Figura 11 - Patrimônios imateriais: representado pelo sujeito através do saber fazer. Artesanato em pedra sabão em Ouro Preto- MG. Fonte: <https://pixabay.com/pt/photos/artesanato-pedra-sab%C3%A3o-ouro-preto-4143516/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

Este artigo pretende resgatar, permanecer e efervescer essas cores e movimentos vinculados com essa *alma* (Figura 11) e perseguir pelo caminho que implica reagir contra a uniformização econômica e cultural, e que vai a favor da afirmação da identidade da comunidade.

“Propõe-se nesse caso, uma *reabilitação integral* dos mercados públicos, atuando simultaneamente na sua recuperação física [...] e no resgate dos *ricos* processos sociais, econômicos e antropológicos que lhe dão (ou lhe deram) vida” (BONDUKI, 2010, p. 157, grifo nosso). Os mercados, sobretudo nos núcleos históricos inseridos em ambientes densos do ponto de vista regional, cultural e agrícola, extrapolam a importância da funcionalidade e dão lugar à criatividade e exposição popular (Figura 11). Bonduki (2010) afirma que nesses espaços, passou-se a desenvolver práticas e manifestações que expressam a identidade urbano – regional da comunidade.

Assim, independente da função original dos edifícios, eles adquiriram outro valor – agora como ambientes com formas e contornos próprios de sociabilidade e de cultura popular – que por muitas das vezes, estão relacionados com o próprio processo produtivo local – agrícola e artesanal –, o que os tornam elementos importantes constituintes da

cultura e do patrimônio imaterial. Como bem vem acrescentar (PINTAUDI, 2006, p. 22) “eles significavam momentos de trocas não materiais que *abasteciam* outras esferas da vida em sociedade”.

Nessa ótica, o importante é resgatar os elementos primordiais que permitem manter vivos processos produtivos tecidos historicamente e antigas tradições que encontram no mercado público o local para se manifestar com o devido espírito do lugar. Algumas reuniões e conferências de membros do (*International Council of Monuments and Cities*) – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, produziram declarações que fazem recomendações para contribuir nas políticas de preservação cultural e melhor proteger o *Espírito do Lugar*. A Declaração de Quebec de 2008 (ICOMOS, 2008) reconhece que este é definido por elementos tangíveis e intangíveis, e que deve ser considerado “em toda e qualquer legislação referente ao patrimônio cultural e em todos os projetos de conservação e restauro” (ICOMOS, 2008, p. 3). No mesmo ano, 2008, ocorre em Foz do Iguaçu uma reunião dos presidentes e membros dos comitês do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Argentina, Brasil, Chile, México e Paraguai, com o propósito de enfatizar sobre a noção de *Espírito do Lugar*, com o olhar dos países Latino-americanos, que dá origem à Declaração de Foz do Iguaçu.

O conceito de *Espírito do Lugar* está relacionado aos elementos materiais e imateriais dos ambientes, naturais ou construídos pelo homem, sendo o *lugar* um espaço que seja caracterizado por sua identidade única – espaço personalizado, e o *espírito* deste lugar “é o sopro de vida que expressa essa identidade, o resultado da relação entre uma determinada cultura e o sítio em que é desenvolvido” (ICOMOS, 2008 – tradução nossa) – os valores culturais.

Diante de todas essas perspectivas, é que anunciamos o que foi um *tiro na alma* do Mercado de Lençóis na Bahia quando: “a administração municipal resolveu remover o mercado de lá e transformar a construção no Mercado Cultural, nome sugestivo [...] turisticamente falando [...] que foi dado ao antigo edifício do século XIX” (BONDUKI, 2010).

O Mercado de Lençóis – novos cenários sem a permanência do cotidiano (o tiro e um belo edifício sem alma)

A reabilitação do Mercado Público de Lençóis realizado em 2008 foi feito de acordo com o programa do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN de iniciativas governamentais no campo da política de patrimônio cultural de recuperação de centros históricos: o Programa Monumenta. Verifica-se, que a opção escolhida vincula-se à concepção expressa na Carta de Quito de 1967, fruto da reunião da Organização dos Estados Americanos – OEA, em Quito (Equador), baseada no entendimento de que o desenvolvimento dos centros históricos deve estar combinado com atividades turísticas, tida como principal via para manter a sustentabilidade da preservação. “A marcante expansão da cultura de massas [...] a partir do fim da década de 1960 [...] influiria de forma definitiva” (COSTA, 2009, p. 62).

[...] nos contornos do patrimônio, pois tornaria o passado uma mercadoria de consumo para a indústria do turismo. [...] Da valorização turística resultaria a ampliação do público voltado para o patrimônio, não enquanto possibilidade de apropriação de um passado específico, mas como fonte de fruição de beleza (RODRIGUES, 1996, p. 196, apud COSTA, 2009, p. 62- 63).



Figura 12 - Espaço interno do mercado com apenas uma banca de artesanato. Fonte: IPHAN (2010).

Nesse sentido, o Mercado Público de Lençóis, foi reabilitado enquanto arquitetura, porém destinados ao usufruto de uma população visitante, e transformou-se, portanto, em *receptivos turísticos* contemplando centros culturais, cafés, restaurantes sofisticados e apenas *um simbólico local* para a comercialização de produtos supostamente relacionados à cultura e ao artesanato local como na figura 12.

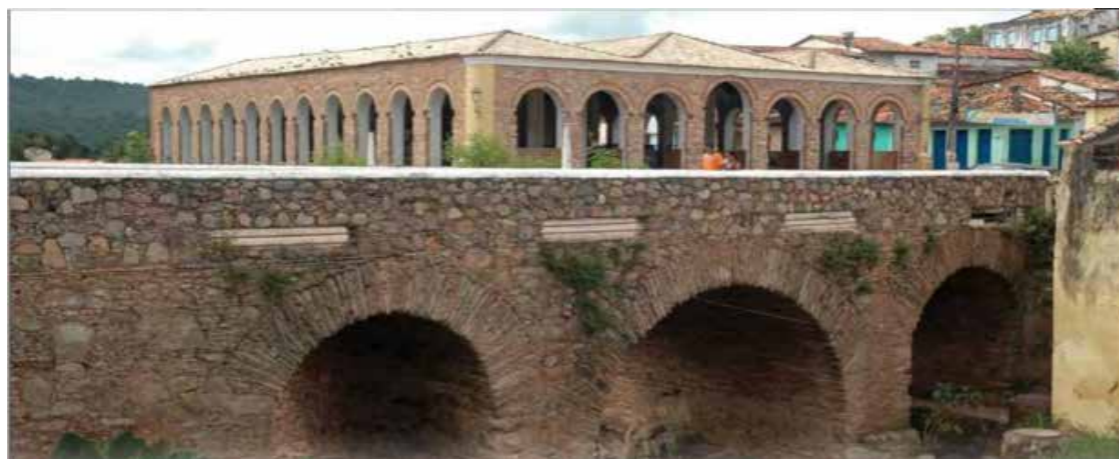
“Os padrões de segurança, assepsia e conforto que o turismo impõe para a prestação de seus serviços rejeitam espaços livres de controle e grandes acessos de pessoas, como são os mercados e as feiras mais autênticas” perdendo-se a sua gênese (BONDUKI, 2010, p. 157).

Fernanda Severo (1999) expõe os desdobramentos dessa alternativa de atuação para a preservação do patrimônio, que, segundo ela ao longo prazo, anulará o *espírito do lugar*.

O esgotamento do potencial afetivo, histórico e simbólico do patrimônio e a criação de espaços globais são atos de *vandalismo irreversíveis*. A homogeneidade dos ambientes, a eliminação dos habitantes dos espaços das cidades e o anulamento da dimensão histórico – cultural, moldados pelas indústrias cultural e turística, esgotarão o desejo de pertencimento/ deslocamento. O *estrangeiro*, tomado pela sensação de *dejavu (sic)*, não terá motivos para viajar (SEVERO, 1999, p. 48, apud BONDUKI, 2010, p. 157 – primeiro é grifo nosso).

Segundo Bonduki (2010) não há mais uma vida colorida e movimentada em torno do mercado. Ele enfatiza que o belo edifício de pedra da Praça das Nagôs, está *lindo* (Figura 13) com suas trinta e uma portas em arco.

A intervenção no mercado foi no âmbito do Programa Monumenta e após sua recuperação física, Bonduki (2010) descreve o local alguns anos depois, enfatizando que o edifício aparentava ainda muito conservado, como se ainda não tivesse sido



inaugurado. Apresentava espaços bastante ociosos, onde parecia que podia visitar uma exposição de algum assunto sem qualquer significado, comprar um produto sem merecer o título de artesanato local, fazer um simples pedido de uma água em um bar ou utilizar o posto telefônico, equipamento que já se encontrava em desuso com o domínio dos aparelhos de celular.

O autor ainda afirma, que o caso de Lençóis, exemplifica, de maneira clara, que quando se retira a função tradicional de um monumento, para inserir uma atividade supostamente destinada a favorecer o turismo no processo de preservação e conservação de um núcleo histórico, pode-se levar junto parte significativa de seu valor simbólico, cultural, histórico, econômico e até mesmo turístico, rebaixando todo o seu potencial como organismo dinâmico, complexo e diverso, que agregam valores materiais e simbólicos.

Simão (2001) e Souza (2006) ainda garantem que, muitos gestores e planejadores que fazem a subtração material com essa anulação da identidade imaterial, sem dúvida, têm preocupações sociais e ambientais, mas com suas visões tecnocratas acreditam veemente e de forma equivocada que os distintos discursos sobre o patrimônio urbano e as noções vagas que circulam na área mercadológica das ideias – no estiloso desenvolvimento urbano sustentável ao ardiloso empresarismo urbano – possam melhorar a situação de toda a comunidade. Nas últimas décadas, a expansão do conceito de patrimônio, no que concerne ao seu caráter simbólico, vem sendo modificado. O patrimônio foi deixando de ser simplesmente herdado, para ser estudado, discutido, gerido, compartilhado e reivindicado pelos diversos grupos sociais.

A adesão da sociedade, ou seja, dos diferentes grupos sociais que compõem as nações modernas, à prática da preservação de bens culturais tem sido considerada o grande desafio a ser enfrentado no século XXI. Pois se, por um lado, a justificativa dessas políticas é o interesse público, a ideia de uma identidade nacional como referência que orientaria a ação de órgãos governamentais, construídas pelo poder público, já não é capaz de legitimar intervenções que, em muitos casos, afetam profundamente a vida dos cidadãos. No contexto brasileiro, os contornos da política da preservação e da conservação do patrimônio refletem um processo em constante evolução. Por décadas, o Estado concentrou todo o poder e atribuições adotando o critério da excepcionalidade, como geralmente, das medidas de proteção e conservação dos bens de interesse patrimonial, que invariavelmente isolava esses bens imóveis do contexto urbano (REIS, 2011).

Com o tempo, a descentralização do modelo de gestão cultural e patrimonial, no caso brasileiro, aproximou as demandas sociais das políticas culturais com as identidades locais, e assim, a participação de diferentes agentes sociais nas ações preservacionistas contribuiu para que a patrimonialização assumisse um importante papel como instrumento de resistência e de afirmação identitária. Na sequência desse



processo, ações e debates recentes no campo do patrimônio cultural têm configurado uma das frentes de reivindicação do direito à memória a grupos sociais silenciados pelos discursos hegemônicos, abrindo caminho para a evidência de bens materiais e imateriais associados às expressões e manifestações culturais até então negligenciados pela tradição cultural. A prática da *gestão da conservação integrada* do bem patrimonial, em um processo que possibilite dar continuidade dos seus valores para às gerações futuras, integrando com a cooperação da comunidade na sensibilização da importância do bem, a manutenção do que existe de excepcional e o monitoramento contínuo do estado de conservação, surge como uma das importantes ações, como instrumento de planejamento, gestão e conservação (BEZERRA; VERAS, 2019)

Com todas estas abrangências, Bonduki, piamente, coaduna com as extensas denúncias deste artigo, ao anunciar que a intervenção no Mercado de Lençóis vai de encontro às expectativas de solução, por uma proposta de *reabilitação integral*, e assim, fez perder a essência do lugar afirmando que “[...] o belo edifício [...] encontrase tão vazio como o seu nome: “o [...] mercado [...] está maravilhoso, mas *sem alma*”. (BONDUKI, 2010, p. 169). Na figura 14 se encontra o Mercado de Lençóis antes da intervenção com a sua integridade, identidade e valores próprios da comunidade.

Considerações Finais

Houve um quadro evolutivo ao que tange tantas transformações nas políticas de preservação do patrimônio cultural em suas amplas abordagens relacionadas aos valores imateriais e intangíveis, nas últimas décadas, porque trouxe incontáveis movimentos de reivindicação identitário ou ainda em curso em diferentes regiões do mundo, que encontram no patrimônio como recurso na ferramenta local de reafirmação identitária, da cultura e da memória ou como reações de resistência à globalização.

Em último caso, o patrimônio passou a contribuir buscando valorizar determinados modos de vida cultural ameaçados de desaparecer. Em outros casos, denuncia-se a patrimonialização, como processo reverso, ou mais incisivamente perverso, por ser responsável por afastar o patrimônio como vivência daqueles que o suportam e o dinamizam tradicionalmente em seu cotidiano ocasionando o efeito subtrativo do direito à cidade, onde o valor de uso como atrativo para o turismo lhe é outorgado. Portanto, encontrando uma localidade que tem os requisitos para se promover, o desafio é a formulação de estratégias compatíveis de políticas públicas que objetivem a sustentabilidade, onde o patrimônio cultural não pode ser percebido como recurso cultural para o turismo.

Assim, permanece ainda, a denúncia na exploração do espírito do lugar e a essência da identidade do patrimônio, e temos o desafio perante a recuperação dos centros

históricos sem necessariamente excluir a população local, respeitando as tradições dos habitantes, seus costumes e raízes plurais com conhecimentos milenares, uma vez que estas expressam suas origens étnicas, conseqüentemente a autenticidade e implicam a manutenção de suas identidades, isto é, eles como atores sociais de seus métodos e técnicas de ritos, mitos, falas e narrativas organizadas em processos que valorizam objetos, práticas e expressões de toda a sociedade.

Referências

ARANTES, Antônio Augusto. Paisagem de história: a devoração dos 500 anos. In: ARANTES, Antônio Augusto. *Projeto História: sentidos da comemoração*. São Paulo. Ed. da PUC, 2000, p.63-96.

ASCHER, François. *Métapolis ou l'avenir des Villes*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1995.

BEZERRA, Onilda Gomes; VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. A gestão da conservação dos jardins de Burle Marx no Recife. *Revista espaço acadêmico*. n.213, p.40-52, fev, 2019.

BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília. DF: Iphan/ Programa Monumenta, 2010.

BRAGA, Paula Marques; SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos. Programa de recuperação do centro histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. *Artigos e ensaios*. São Paulo. n.10, p.23-34, 2009.

BRAUDEL, Fernand. *Os Jogos das Trocas: Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII, tomo 2*. Tradução Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Cosmos, 1985. (Coleção Rumos do Mundo).

CARTA DE QUITO. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>
Acesso em: 07 jul. 2021.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009

DECLARAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU. Disponível em: https://www.icomos.org/centre_documentation/declaration-igua%3%a7u-eng.pdf. Acesso em 07 jul. 2021.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. *Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte*. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2006. 172

f.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Preservação e urbanismo. Encontros, desencontros e muitos desafios. In: CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, M. A. F. (Org). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p.129-144.

GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitetura Latino Americana*. São Paulo: Nobel, 1989

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo. Annablume, 2005.

ICOMOS. INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. Disponível em: <https://www.icomos.org/fr>. Acesso em: 09 jul 2021.

IPHAN. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. *Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília: Iphan / 2010.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização urbana contemporânea. *Cadernos PPG-AU*, v.3, p. 23-29, 2004.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2008.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Martins Fontes: São Paulo, 2004

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1979.

OLIVEIRA JÚNIOR, José V. de. *Fluxograma do processo de planejamento arquitetônico aplicado a mercados públicos*. 2006. Dissertação (Mestrado Centro de Tecnologia PPGU) Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2006.

PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. In: *seminário: a cidade entre projectos e políticas*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Portugal, junho, 2003, p.211-226.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. *Cidades*. São Paulo. v.3, n.5, p.81-100, 2006

REIS, Filho, Nestor Goulart. Patrimônio cultural e problemas urbanos. In: CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador: EDUFBA: 2011, p.117-127

REVISTA IPHAN. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. *Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília: Iphan / 2010.

SAMPAIO, Márcia. *Bem vindo ao reino do louro e da peixada*. Icó Patrimônio Nacional. Brasília: Monumenta, 2010

SEVERO, Fernanda. *O Mercado de Porto Alegre entre a cidade real e a cidade ideal*. 1999. Dissertação (Mestrado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas PUCRS)

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SITTE, Camillo. *A construção da cidade segundo princípios artísticos*. São Paulo: Editora Ática, 1992

SOUZA, Marcelo Lopes. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

UNWIN, Raymond. *Town planning in practice; an introduction to the art of designing cities and suburbs*. Londres, 1909.

VARGAS, Heliana Comin. *Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. São Paulo: SENAC, 2001.

A VERTICALIZAÇÃO URBANA NAS PEQUENAS CIDADES DA QUARTA COLÔNIA/RS

URBAN VERTICALIZATION IN SMALL CITIES IN THE FOURTH COLONY/RS

Vanessa Manfio¹

Resumo

As pequenas cidades da Quarta Colônia se originaram a partir da colonização italiana no Rio Grande do Sul e se tornaram dependentes da cidade de Santa Maria. Estas cidades vêm passando por um processo de verticalização urbana, marcada pelo crescimento urbano e pela especulação imobiliária. Este último processo tornou-se intenso a partir da década de 2000, com o fortalecimento dos serviços de engenharia e a necessidade de aproveitamento dos espaços. Neste sentido, o trabalho tem como objetivo principal: analisar o processo de verticalização urbana, reconhecendo as características e os desafios do processo nas pequenas cidades da região. Para isto, utilizou-se o método descritivo em parceria com trabalho de campo, registro de informações e revisão de literatura. Este trabalho mostrou que há uma tendência à verticalização em curso na Quarta Colônia, assim como o desenvolvimento de novos setores econômicos, a ocupação dos espaços por apartamentos, a expressiva especulação imobiliária e a falta de espaços urbanos.

Palavras-chave: pequenas cidades, Quarta Colônia/RS, verticalização urbana.

Abstract

The small towns of the Fourth Colony originated from the Italian colonization in Rio Grande do Sul and became dependent on the city of Santa Maria. These cities have been going through a process of urban verticalization, marked by urban growth and real estate speculation. This last process became intense from the 2000s onwards, with the strengthening of engineering services and the need to take advantage of spaces. In this sense, the work has as main objective: to analyze the urban verticalization process, recognizing the characteristics and challenges of the process in small cities in the region. For this, the descriptive method was used in partnership with field work, recording of information and literature review. This work showed that there is an ongoing trend towards verticalization in the Quarta Colônia, as well as the development of new economic sectors, the occupation of spaces by apartments, the significant real estate speculation and the lack of urban spaces.

Keywords: small cities, Fourth Colony/RS, urban verticalization.

Introdução

As cidades são fruto de uma lógica de acumulação do capital e da produção do espaço por meio de diversas atividades e movimentos. Nos espaços urbanos as construções e conflitos permeiam a vida diária. Contudo, são nas cidades modernas que se desenvolvem vários fenômenos urbanos, como a segregação, descentralização e verticalização urbana. Para Spode, Rocha e Rizzatti (2019, p. 167), “Um dos processos urbanos mais presentes nas cidades é o de verticalização urbana. Surge como um processo transformador da paisagem urbana nos tempos recentes”.

Desse modo, Morigi e Bovo (2016, p. 49) escrevem que, “a verticalização urbana é percebida como um dos principais processos de expansão das cidades e se distingue fisionomicamente da expansão horizontal, pela construção de edificações formadas por múltiplos pavimentos”. É quando a cidade passa por mudanças na sua composição física e apresenta uma constante ampliação das construções prediais, de inúmeros andares e múltiplos usos. A verticalização envolve formas e processos que impõe uma subutilização do solo urbano unindo o mesmo espaço para moradia, comércio e serviços, alterando a paisagem e a vida urbana (MORIGI; BOVO, 2016).

A verticalização é um fenômeno antigo presente nas grandes cidades e metrópoles, porém, nas últimas décadas, ela tem caminhado rumo às pequenas cidades, até mesmo dos espaços mais interioranos do Brasil. As pequenas cidades veem chegar os prédios e construções de arquitetura diferenciada, onde o concreto, os vidros, as estruturas metálicas e os elevadores ganham sentido ao que se diz modernidade urbana (FRANÇA, 2015). No Brasil, são várias cidades que passaram ou estão passando pelo processo de verticalização urbana. É importante destacar que os estudos são mais concentrados nas cidades grandes e médias, existindo ainda pouca análise acadêmica para a realidade das pequenas cidades (MORIGI; BOVO, 2016).

Pensando nisso, este trabalho buscou analisar e descrever o processo de verticalização urbana nas pequenas cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana (chamada de Quarta Colônia), berço da colonização italiana e localizada na área central do estado do Rio Grande do Sul, próximo a cidade média de Santa Maria. Como objetivos secundários destacam-se: a) desvendar a lógica deste processo no urbano, b) reconhecer as características, os entraves e as formas urbanas prediais, c) abordar a verticalização urbana na paisagem urbana.

Para dar conta do que se assume com os objetivos propostos ao trabalho será utilizado o método descritivo, associado aos recursos metodológicos, tais quais: a revisão de literatura, o trabalho de campo, o registro de informações e fotografias, a análise da paisagem e a coleta de dados. Com isto, espera-se que o estudo venha a contribuir com as discussões acerca das pequenas cidades, especialmente no âmbito da verticalização urbana.

Discussão teórica sobre a verticalização urbana e as pequenas cidades

A verticalização do espaço urbano é um fenômeno, cada vez mais visível nas cidades brasileiras em função do crescimento urbano, da especulação imobiliária, da produção do capital e da modernização. Este fenômeno deixa marcas no espaço, especialmente no âmbito da construção predial e na transformação do mesmo. Complementando, “Este fenômeno influencia as formas de utilização da terra no espaço urbano, afetando os preços dos terrenos e os modos de utilização do solo urbano” (VALENTINI, 2015, p. 14-15).

¹ Licenciada, Mestre e Doutora em Geografia, com um período de intercâmbio em Portugal, na Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, em Vila Real. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários da UFRGS e professora da rede municipal de Nova Palma-RS.

É um fenômeno que passa a despertar interesse dos pesquisadores recentemente no Brasil. Esta temática passou a circular com expressividade nas academias, principalmente a partir da década de 1980, tornando-se objeto de investigação por diferentes profissionais, como: engenheiros, urbanistas, arquitetos, sociólogos e geógrafos, por meio de diferentes enfoques de análises (MORIGI; BOVO, 2016). Em síntese, tais análises desenvolvidas no Brasil iniciaram com as metrópoles e cidades grandes e, somente a partir dos anos 1990, foram direcionadas para cidades médias e pequenas, sendo, nestas últimas, ainda pouco tratada, dada a menor presença de edifícios e a mais recente concentração destes em solo urbano (CASARIL; FRESCA, 2007).

Logo, a verticalização inicia no Brasil no século XX, primeiramente em São Paulo e Rio de Janeiro e se expande para outras cidades, médias e pequenas (MORIGI; BOVO, 2016). Em Souza (1989), a construção dos primeiros edifícios, no início do século XX, foram de prédios de quatro a dez pavimentos e, posteriormente, surgiram prédios com mais andares e com funções múltiplas de uso, visto que inicialmente atendeu-se a demanda do mercado, em prol da concentração de escritórios e serviços, e num segundo momento alavancou a função de residência associada à comercial.

Por outro lado, os primeiros edifícios tentavam reproduzir internamente as plantas das residências isoladas, com corredores, salas, cozinhas amplas, varandas, quartos etc., tentando oferecer aos moradores a reprodução de seus ambientes de origem, no entanto, com o passar dos anos esta lógica se alterou, aparecendo edifícios com apartamentos, cada vez menores e diferentes das residências horizontais (CASARIL; FRESCA, 2007). O surgimento do elevador também teve um destaque importante dentro da verticalização urbana, pois com ele foi possível ampliar os pavimentos dos edifícios (SOUZA, 1989). Com o elevador, os prédios deixaram de ter apenas quatro andares e passaram a ter números superiores (dez, quinze ou mais andares), além de mais segmentos, isto é, vários prédios compactados num terreno separados por pequenos corredores.

Mas, o que é realmente a verticalização urbana? A verticalização dos espaços urbanos pode ser compreendida como os “[...] processos de adensamento de determinadas áreas urbanas, através da construção de edifícios, incidindo, na maioria das vezes, nas regiões centrais das cidades” (SOUZA; COSTA, 1998, p. 214). Seguindo, neste conceito, Santos (2011), diz que o processo de verticalização é uma característica de expansão territorial das cidades, já que o espaço residencial ou construído pode ser multiplicado e desdobrar-se em vários pavimentos e andares para viabilizar a reprodução territorial ampliada da cidade (SANTOS, 2011). Para Ramirez (1997, p. 5 apud MORIGI; BOVO, 2016, p. 52),

Verticalizar significa criar novos solos, sobrepostos, lugares de vida dispostos em andares múltiplos, possibilitando, pois, o abrigo, em local determinado, de maiores contingentes populacionais do que seria possível admitir em habitações horizontais e, por conseguinte valorizar e revalorizar estas áreas urbanas pelo aumento potencial de aproveitamento.

Complementando isto, Mendes (1992, p. 32) afirma que,

A verticalização é um processo intensivo de reprodução do solo urbano, oriundo de sua produção e apropriação de diferentes formas de capital, principalmente consubstanciado na forma de habitação como é o caso do Brasil. Além da associação junto às inovações tecnológicas que interferem no processo, alterando a paisagem

urbana.

De acordo com França (2015), a verticalização urbana constitui-se da apropriação do solo urbano, mas representa também mudanças sociais e econômicas, pois revaloriza áreas e muda a concepção de morar. Fresca (2005 apud MORIGI; BOVO, 2016) comenta a este respeito dizendo que a verticalização urbana implica no bojo cultural da sociedade, que passa a assumir uma nova forma de morar. O fato de residir em edifícios possibilita segurança, compartilhamento da vida, em sentido de coletividade, de viver em sociedade. Neste caso, viver em prédios pode estimular novos padrões de vida e criação de infraestruturas compartilhadas, como academias, piscinas, espaços recreativos, de festa, que uma família ou pessoa sozinha não teria em sua residência.

Por outro lado, a verticalização urbana pode limitar o espaço de circulação das pessoas, bem como a sua apropriação, afinal apenas o seu apartamento e áreas comuns serão de seu uso. As áreas comuns são geridas por normas internas e comandadas por um síndico ou administrador do condomínio. Além disso, na venda apenas seu apartamento é que lhe compete a tal condição de comercialização. No sentido mais amplo, da cidade, a verticalização do espaço amplia a concentração de concreto, a constituição de áreas residenciais sem iluminação adequada, a alteração do clima local e da paisagem (NUNES, 2011). A verticalização urbana das residências cria condomínios fechados, gerando segregação social e espacial, ou seja, guetos sociais separados dos demais moradores da cidade.

Assim, a verticalização urbana é vista sobre alguns pontos: o da função que se refere à residencial ou comercial ou ainda mista, no primeiro sob o sentido de residir, sendo comuns nas pequenas, médias e grandes cidades e o segundo de lojas comerciais e de prestação de serviços em destaque, especialmente nas grandes e médias cidades, e, por fim, o terceiro presente na maioria das cidades brasileiras, onde a função do edifício passa a ser de residência e o primeiro pavimento de comércio.

Em geral, nos segmentos prediais há apenas uma construção fracionada em diferentes subusos, isto é, ocupada por diferentes indivíduos ou empresários, para várias finalidades, dos quais estes agentes sociais dividem uma série de serviços, como: condomínio e infraestrutura, especificamente: rede de água, gás e energia, elevador, sistemas de vigilância, entre outros, onde cada indivíduo mantém autonomia/domínio do seu ambiente interno, quer seja o apartamento ou a sala comercial (DOURADO, 2019).

A verticalização ela pode ser vista como uma consequência natural, onde os agentes transformadores do espaço demandam de terrenos, efeito que é antigo ao mesmo tempo moderno nas cidades, pois à medida que se sobrepõe os pisos nas construções, já está ocorrendo um processo de verticalização urbana (LAPA, 2013). No entanto, mesmo sendo um processo natural, o que se observa, atualmente, é a maciça subutilização do espaço para verticalização do mesmo, não mais tanto pela falta de espaços, mas pela produção capitalista do mesmo (MORIGI; BOVO, 2016). É uma utilização que favorece a maior disponibilidade de espaços para compra e venda ou alugueis, dando mais renda ao proprietário de terrenos urbanos.

A verticalização urbana, então, resulta da apropriação do solo urbano, do déficit de moradia e terreno, sendo representação de mudanças sociais e econômicas, isto é, um marco revolucionário para paisagem, um símbolo de modernidade citadina e um processo natural do urbano (OLIVEIRA; NEUMANN; WIECZOREK, 2018). Logo, a verticalização acompanha a cidade moderna, que pela intensa urbanização e pela revolução da engenharia civil permitem a concentração espacial numa mesma porção do terreno, sinalizando um acréscimo vertical das formas da cidade. Alinhando-se a

visão capitalista que envolve o aproveitamento e a apropriação do espaço pelo capital, tornando o espaço residencial uma mercadoria de valor e de uso (BENEVOLO, 2001).

Pode-se dizer que a cidade nasce na horizontalidade, geralmente de um povoamento espontâneo se espalha no lugar, mas ela cresce na vertical, pois quando seu solo urbano não aguenta mais tanta fração de terra a saída é a migração para construções de pavimentos. Este processo é notório, inicialmente, em áreas centrais saturadas de empreendimentos e construções. Isto, muitas vezes, põe no chão os espaços antigos e dotados de história e memória, porque a cidade moderna capitalista tem como interesse principal ocupar e não preservar. Reforçado este aspecto por Araújo (2019, p. 77) quando escreve que,

O processo de verticalização é, aparentemente, um caminho sem volta. Sua marcha se dá, principalmente, por fatores de ordem espacial, uma vez que às grandes cidades, por terem crescido e se desenvolvido primeiramente no plano horizontal, sobrou o espaço vertical para a sua continuidade. Todavia, os espaços horizontais também vêm sendo substituídos pelas verticalidades que alteram tanto o desenho urbano quanto as relações que naqueles espaços horizontais se consolidaram.

Neste processo de construção predial está embutido o valor da terra, que é uma mercadoria rentável aos agentes do urbano, como: o Estado e os produtores imobiliários (ARAÚJO, 2019). Segundo Souza (1994), as cidades são, a todo o momento, valorizadas e supervalorizadas através da instalação de edifícios verticais, resultante da estratégia de múltiplas formas do capital sobre o espaço urbano. E assim, as cidades passam pela efervescência da construção, atingindo novos empreendedores e setores, como as construtoras e os serviços de engenharia e arquitetura. A cada novo projeto, uma transformação real e paisagística, do sentido de morar e viver nas cidades, onde prevalecem cada vez mais concreto e menos verde.

As imobiliárias e os comerciantes de imóveis criam oportunidades de emprego e renda e supervalorizam terrenos. Conforme Santos *et al.* (2015), um dos agentes urbanos que mais influenciam no processo de verticalização são os promotores imobiliários, pois sua atitude é de realização de especulações imobiliárias sobre determinados terrenos, elevando assim seus valores; os terrenos em ótimas localizações tornam-se os mais procurados, numa corrida para utilização do espaço, onde entra em cena a construção predial, a fim de permitir que mais pessoas possam se valer deste espaço privilegiado da cidade, instigado pelos imobiliários. Por exemplo, na orla de Copacabana no Rio de Janeiro a supervalorização dos terrenos leva a construção de edifícios, para que um número maior de pessoas se beneficiem do espaço, e os agentes urbanos tenham mais renda com o uso da terra.

Portanto, a cidade contemporânea é um ponto comunicativo, onde as formas altas sinalizam o visível, não apenas por ser ponto de referência, mas pelo prestígio e poder destas formas, vistas pelas torres de concreto, aço ou vidro, pela extensão e pela arquitetura que elas revelam (FERRARA, 2010). As cidades se tornaram marca profunda da civilização moderna, sendo quase inconcebível a ausência de uma riqueza arquitetônica de edifícios e de arranha-céus (SPOSITO, 1997). Assim, a cidade moderna se contempla com a verticalização urbana, proferida como mecanismo de reprodução espacial, decorrência da expansão urbana, de inserção capitalista/especulativa e como ato de progresso urbano.

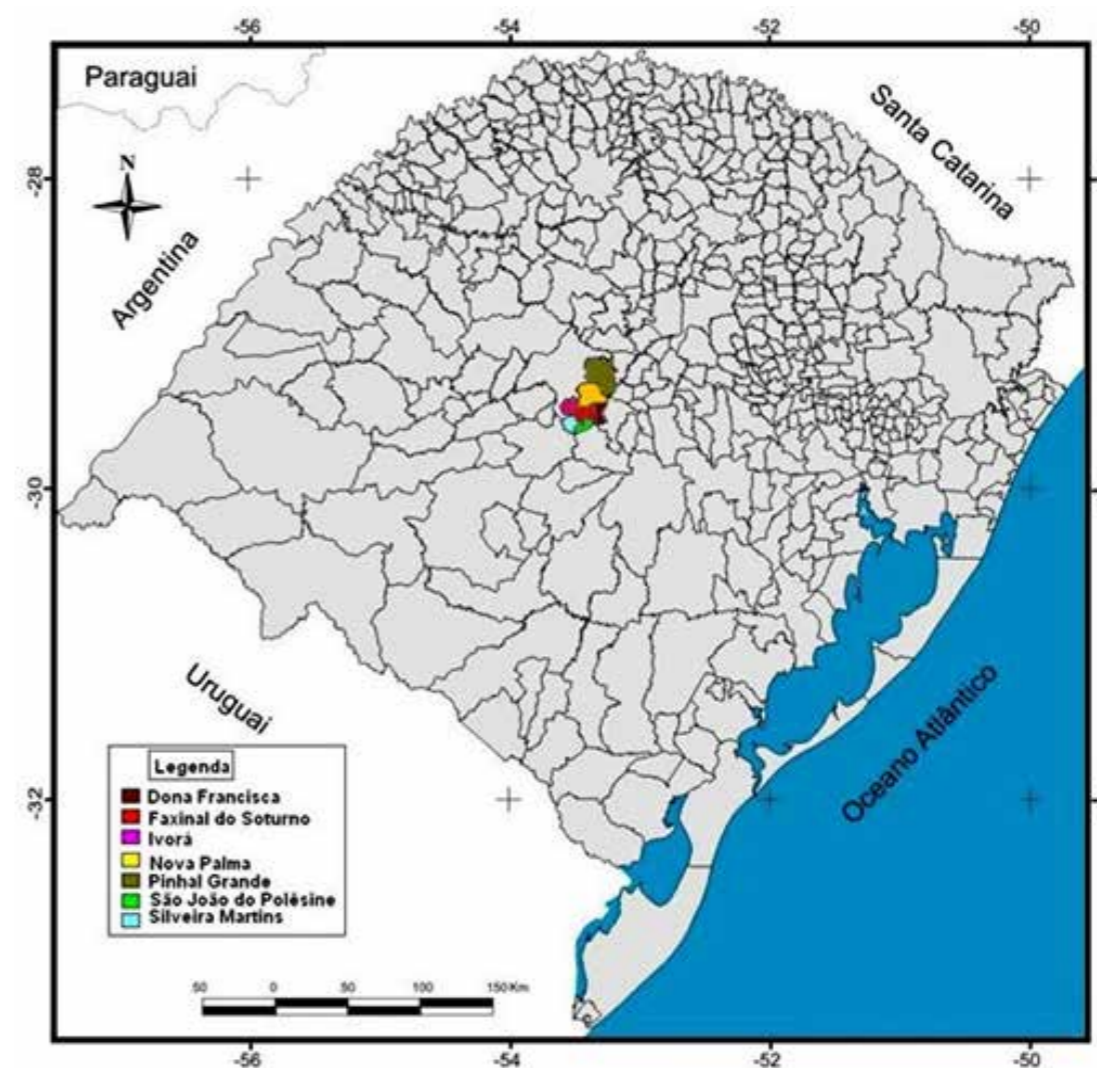


Figura 1 – Mapa da Região da Quarta Colônia/RS. Fonte: Fundação de Economia e Estatística (2015). Org: autor (2018).

As pequenas cidades da Quarta Colônia em processo de verticalização urbana: aspectos fundamentais

As pequenas cidades da Quarta Colônia se originaram a partir de núcleos de povoados espontâneos após a colonização da região por imigrantes italianos. A região foi o centro da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Conforme Reis (1998), a Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul foi criada em 1877, pelo Governo Imperial, na região centro-oeste do Estado, entre Santa Maria da Boca do Monte e Cachoeira do Sul, e logo em 1882 foi emancipada, especialmente pelo alto custo da administração. Nesta área territorial chegaram levas de imigrantes italianos, que com seu trabalho e vida alteraram a paisagem natural e construíram pequenas cidades e espaços agrícolas. A chegada contínua de imigrantes implicou na constituição de vários núcleos em torno do ponto central.

A área colonial se desmantelou com a emancipação dos municípios e com a independência da colônia italiana do Governo Imperial. Assim, esta porção territorial hoje abriga os municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine e Silveira Martins (Figura 1). Estes municípios juntos integram a região-territorial da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

A marca urbana na região é a formação de pequenas cidades com papéis de gestora do espaço rural. São cidades com menos de cinco mil habitantes (tabela 1). A cidade com maior habitantes é Faxinal do Soturno, com população urbana estimada em 4.175 habitantes, enquanto Ivorá é a menor cidade com 705 habitantes (IBGE, 2019). Estas

Município	População total (hab.)	População Rural (hab.)	População Urbana (hab.)
Dona Francisca	3.401	1.255	2.146
Faxinal do Soturno	6.672	2.497	4.175
Ivorá	2.156	1.451	705
Nova Palma	6.345	3.083	3.262
Pinhal Grande	4.471	2.576	1.895
São João do Polêsine	2.635	1.281	1.354
Silveira Martins	2452	1.361	1.091

As pequenas cidades guardam patrimônios culturais e espaços verdes.

As cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana possuem formas urbanas representadas por diversas estruturas diversas: residências, indústrias e comércio. Estas estruturas, ao longo do tempo, foram se alterando, levando a modificação da economia, da cidade e da paisagem local. Por exemplo, na década de 1960, os pequenos centros urbanos eram permeados por moinhos, indústrias artesanais (fábricas de calçados, madeireiras e serralherias), residências e vários espaços vazios. Em poucas décadas a realidade urbana alterou-se e as cidades, hoje, têm estruturas mais complexas, tais quais: prédios, indústrias diversificadas, áreas industriais na periferia das cidades, um patamar ao crescimento urbano que leva à descentralização dos espaços. Então, o crescimento urbano e a constante migração campo-cidade impulsionaram a verticalização urbana nestas cidades.

Logo, a verticalização urbana, nestas cidades, tem realidade semelhante ao que Manfio e Benaduce (2016) comentam ao se retratar de Nova Palma. Ora a construção predial passa a ser vista após os anos 2000, com a construção de prédios com estruturas de quatro e cinco andares, apresentando estruturas comerciais no primeiro andar e residências nos andares superiores, marcando a ampliação dos serviços de aluguéis de apartamentos na cidade, pois antes os aluguéis eram exclusivamente de casas (MANFIO; BENADUCE, 2016).

Nas pequenas cidades da região, os prédios são de função residencial ou mista (apartamentos de residências e espaço de comércio), onde geralmente no primeiro andar estão a garagem e as lojas comerciais, enquanto dos andares superiores as unidades de residência. Não existem, ainda, na Quarta Colônia edifícios de características apenas comerciais, ou seja, destinados a lojas empresariais, como acontece em Santa Maria ou Porto Alegre ou outra cidade de maior porte, onde existem prédios de escritórios, de consultórios médicos, ou de outra forma de prestação de serviço.

Outro ponto relevante, é que nas cidades em estudo a edificação inicialmente surge em áreas centrais, em terrenos sem construção ou com residências antigas, mas aos poucos a construção predial avança para outras áreas das cidades, inclusive periféricas. Então, atualmente, o processo de verticalização não está restrito à área central da cidade, em Nova Palma pode-se citar o prédio residencial na área periférica da cidade, no bairro planejado Belvedere (MANFIO; BENADUCE, 2016). O prédio



Figura 2 – Prédio residencial/comercial. Fonte: acervo do autor (2020).
Figura 3 – Prédio em construção no centro. Fonte: acervo do autor (2020).

residencial Brisa da Montanha, no loteamento Librelotto, no bairro em constituição, o Belvedere possui vários apartamentos e uma estrutura de condomínios fechados, com infraestrutura, inclusive asfalto nas ruas do loteamento e do edifício (observação que a cidade de Nova Palma conta com asfalto apenas nas ruas principais, as demais são calçadas). Esse prédio foi construído numa área alta da cidade, ainda pouco urbanizada, com áreas verdes que tendem a desaparecer com o passar dos anos. Neste ponto, na pequena cidade de Faxinal do Soturno a verticalização é mais intensa e espalhada, como prédios localizados no bairro Medianeira (figura 2).

Enquanto isto, na figura 3 tem-se a construção de um novo prédio na área central de Nova Palma, próxima a praça. As construções nesta área são na maioria presentes na substituição do horizontal para vertical, ou seja, moradores de casas baixas costumam vender seus terrenos para construção civil. Alguns moradores também fazem trocas com construtoras de prédios, cedendo o terreno para construção do prédio em detrimento de um ou dois apartamentos. Dessa forma, os espaços da cidade tornam-se mercadorias.

A verticalização também movimenta os setores de engenharia, construção civil, imobiliárias e indústrias de materiais de construção. Após a intensificação do processo de verticalização se despontaram várias indústrias, como a Durable (indústria de telhas e concretos) e a empresa Mundial Construção (de engenharia e construção) de Nova Palma, a construtora civil J. A. Schio & Cia Ltda com sede em Dona Francisca, a Imobiliária Regional com matriz em Faxinal do Soturno. Estas empresas têm diversificado a economia regional que antes estava ligada ao setor agrário, e hoje vem se fortalecendo no ramo da construção civil urbana. Claro que a verticalização urbana traz à tona uma nova discussão, o planejamento urbano regional. A maciça construção de prédios pode alterar as condições geográficas e paisagísticas das cidades e, ainda, criar novos desafios aos gestores urbanos.

No que diz respeito à crescente oferta de espaços verticalizados na região da Quarta Colônia observa-se que a segurança é um dos principais itens para escolha de moradia em prédios. A maioria das pessoas procura as residências prediais, pois elas consideram que é mais fácil a manutenção e a segurança, casais novos ou mesmo pessoas que

apenas habitam a cidade durante a semana, pois são trabalhadores, dão preferência a este tipo de habitação. Conforme Silveira e Silveira (2014), os empreendimentos verticais são procurados, principalmente pela segurança e localizações acessíveis de infraestrutura urbana, no entanto, estes apresentam menos áreas verdes e espaços de lazer, às vezes insuficientes para atender a qualidade de vida dos habitantes residenciais.

Outra questão que aparece sobre a verticalização é o que as autoras Manfio e Benaduce (2016) comentam sobre a verticalização urbana de Nova Palma, que faz menção a ausência de espaço para construção de residências e instalações comerciais em função da saturação dos terrenos ou da presença de vazios urbanos (espaços não construídos), que são valorizados pela especulação imobiliária e a falta de interesse dos proprietários dos terrenos em comercializar seus imóveis. A verticalização na região é motivada pelos agentes do espaço urbano, tais quais, os donos de imóveis e terrenos, os produtores imobiliários e os construtores.

Os prédios construídos na Quarta Colônia são na maioria de até cinco andares, sem elevadores. Todavia, há uma nítida perspectiva de crescimento dos edifícios, contendo mais andares, pavimentos e lances de prédios, principalmente pelo incremento do elevador nas construções. Os prédios também estão sendo construídos com base numa *arquitetura moderna*, com o uso do vidro ou ladrilhos coloridos ou formatos mais arredondados. Então, na paisagem destas pequenas cidades desfilam prédios variados de tamanho e formas.

Dessa forma, as construções prediais estão criando um novo aspecto social nestas pequenas cidades, a formação de condomínios que leva a uma reestruturação da vida em espaços, onde a circulação e a gestão residencial são comunitárias, dando ênfase ao aparecimento do zelador, indivíduo que gerencia os gastos e as normas de convivência do edifício. Não há uma clara segregação espacial, mas sabe-se pela literatura que a mesma aparece com a criação dos condomínios e de edifícios que separam o grupo social desta moradia dos outros habitantes da cidade, principalmente quando existem prédios que dispõem de áreas de festa e lazer ou de convívio. Isto não é visto nestas construções da Quarta Colônia ainda, porque as crianças brincam na rua e nas praças e os prédios não contêm áreas sociais de lazer, como espaços de festas, praças e piscinas. Os condomínios urbanos das pequenas cidades em estudo se limitam ao morar.

É relevante mencionar que nestas cidades da Quarta Colônia, onde até a década de 2000 não existiam prédios ou limitava-se a um ou dois edifícios pequenos, chegam em 2020, como mais de seis prédios na área urbana. A cidade de Faxinal do Soturno é a que possui mais prédios, acima de doze construções, seguido por Nova Palma, cujo espaço está em transformação, tendo dois prédios na área central em construção, bem como mais de dez prédios no urbano e fora o planejamento de outras construções deste porte. Em São João do Polêsine também os prédios estão se proliferando. Nestes prédios há no primeiro piso, geralmente, agência bancária, correio, lojas e mercados, padarias, entre outros.

Além disso, as construções com até três andares estão em evidências, cujos moradores são membros da mesma família, geralmente pais e filhos ou irmãos que dividem o prédio e utilizam a parte inferior como garagem e/ou espaço comercial. O prédio, na figura 4, localizado no centro de Nova Palma, constitui numa construção de quatro andares, dos quais os donos/residentes são da mesma família, pais, irmãos e filhos. É um aproveitamento do terreno para subutilização da família, reunindo no espaço a conjuntura familiar. Nota-se, sobretudo, a construção de prédios horizontais de até três lances, mas com pequenos apartamentos espalhados na horizontal, tanto para



Figura 4 – Prédio familiar em Nova Palma. Fonte: acervo do autor (2018).

moradias familiares, quanto para serviços imobiliários, uma nova forma de ocupação residencial e da paisagem urbana.

Assim, a verticalização é imponente na paisagem urbana das pequenas cidades da Quarta Colônia, cujo centro ainda é o local de maior concentração de prédios, principalmente em substituições em espaços antigos, bem como há uma tendência de elevação dos prédios tanto em quantidade como em tamanhos.

Por ora os edifícios ainda são pontos destaque na paisagem, vistos entre casas, e outros espaços horizontais, ou áreas verdes, mas a tendência de verticalização pode trazer consequências, como a formação de uma ilha urbana de calor, a concentração do concreto e a diminuição dos espaços horizontais que permitem a passagem do ar e da insolação. Logo, ainda, há espaços de área verde na cidade, porém o futuro sinaliza a pavimentação o que leva a problemas de arborização e ambientais, caso os gestores urbanos não tenham em mente os dilemas da verticalização.

É fundamental, nesse sentido, que o plano diretor destas cidades se altere e dê visibilidade ao aumento de construções prediais, para, então, pensar as cidades no bojo da verticalidade e não mais da horizontalidade. Cabe aos planos diretores e planejamentos urbanos criarem normas para a verticalização da cidade de modo a preservar os espaços naturais e íngremes do entorno das cidades, ou evitar maiores danos possíveis ao direito ao verde e ao espaço equilibrado, ou seja, a cidade sustentável. Estes são questionamentos que se tornaram mais frequentes com a expansão da verticalização urbana nas pequenas cidades da região. Sem falar que salvaguardar os patrimônios culturais e históricos das cidades também precisam ser pensados em função da evolução da engenharia moderna e especulação imobiliária frente à intensa verticalização.

Considerações finais

A verticalização urbana é um processo contemporâneo e originário da produção capitalista do espaço, herança de relações de poder e do espaço como mercadoria, como frações de compra e de venda, dependentes da tecnologia e da engenharia que alavancam a construção de prédios e de complexas estruturas. É um fenômeno

que vem transformando as pequenas cidades, como mostrou neste estudo, quando foi analisada e descrita a verticalização urbana na Quarta Colônia.

Nas pequenas cidades da Quarta Colônia, inicialmente as construções verticais foram de caráter familiar, com edifícios de até quatro andares, geralmente de forma mista, com uso residencial e comercial. Somente, a partir de 2010 é que surgiram edifícios na região com andares superiores, contendo elevador, áreas de convívio social e *arquitetura moderna*. Conclui-se que a concentração dos prédios nestas cidades ainda é marcante na área central, ao longo das vias principais da cidade, com uma tendência de expansão rumo às áreas periféricas e bairros não centrais, dinamizando áreas menos urbanizadas e valorizadas. A verticalização, de modo geral, acontece em razão da falta de terrenos e da especulação imobiliária, bem como do desenvolvimento do setor de engenharia e construção civil, pautada no poder e no interesse de agentes urbanos. Este processo tem criado novos serviços e impulsionado a formação de empresas nesse ramo na região, diversificando a economia local.

Outro ponto importante desvendado no trabalho diz respeito a pouca existência de edifícios com estruturas de lazer compartilhadas, o que diminui a questão da segregação social dos residentes dos prédios e dos demais habitantes da cidade. Embora estas estruturas alterem a vida social da população, pois os residentes dos edifícios têm que dividir os espaços de moradia, tais quais corredor, conta de água, luz, gás, elevador. Mesmo mantendo a individualidade da unidade de apartamento há uma fragmentação do espaço apropriado e que vira mercadoria de compra e venda ou dos cobradores de alugueis. Futuramente a questão da segregação social poderá ser um problema de embate nestas cidades, então, caberá à sociedade e ao poder público dialogar sobre os possíveis conflitos.

Quanto ao público que procura apartamentos destacam-se pessoas que trabalham na cidade, mas tem família em outros lugares, que buscam segurança e menor espaço para manutenção, ou ainda pela disponibilidade de um terreno para abrigar várias pessoas do mesmo grupo familiar, como pais, filhos e irmãos. Notoriamente, empresas e setores econômicos, como bancos, escolas, entre outros têm atraído pessoas de fora da região, e aumentado a procura de apartamentos para morar, isto implica num repensar das formas de moradia e da relação com o local.

Na paisagem urbana destas cidades os edifícios ainda são pontuais, espalhados pela cidade, vistos isolados em meio ao mar horizontal das formas, porém a tendência é de proliferação dos prédios, alterando profundamente a lógica horizontal destes espaços urbanizados. Assim, com a intensificação da verticalização serão necessários novos planejamentos urbanos que complete a nova configuração urbana, a fim de coibir práticas abusivas de valorização de terrenos, de subutilização espacial em áreas ambientais impróprias, de efetuar a conservação ambiental e de salvaguardar as construções antigas, que são patrimônios históricos/culturais dos municípios, para que os mesmos não sejam “jogados” ao chão para dar lugar à prédios. A respeito dos patrimônios culturais caberá aos gestores um reconhecimento e possível tombamento dos bens culturais.

Certamente a verticalização das cidades implicará na reorganização urbana, apresentando dificuldades pela pequena disponibilidade de terrenos e pela concentração destes nas mãos de alguns proprietários donos de terras. Sendo necessária também uma discussão sobre as formas e estruturas urbanas destas cidades.

Sem dúvidas, é importante o desenvolvimento de novas pesquisas e de discussões frequentes, envolvendo a urbanização e os processos urbanos, especialmente acerca da verticalização na região, para trazer novas perspectivas e soluções para os futuros

dilemas, dos quais as cidades enfrentarão com a crescente edificação das áreas urbanas que encontram-se em curso. O estudo da geografia urbana sobre a Quarta Colônia ainda é precário e pouco debatido pelos agentes públicos e acadêmicos, mas é extremamente essencial na ótica regional.

Referências

ARAÚJO, Cristiano Cassiano de. O processo de verticalização: uma revisão bibliográfica sobre as suas origens e implicações no espaço urbano. *Espaço acadêmico*, n. 217, v.1, p.68-79, jul./ago 2019.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

CASARIL, Carlos Cassemiro; FRESCA, Tania Maria. Verticalização urbana brasileira: histórico, pesquisadores e abordagens. *Revista Faz Ciência*, Francisco Beltrão-PR, v.9 n.10, p. 169-190, 2007.

DOURADO, Joesley. A configuração territorial da verticalização urbana na periferia goiana de Brasília, Brasil. *Élisée*, Porangatu-GO, v.8, n.2, p.1-21, 2019.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. “Cidade: meio, mídia e mediação”. *Matrizes*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 39-53, 2010. Disponível em: http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/view/42/pdf_23. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020, p. 48.

FRANÇA, Iara Soares de. O processo de verticalização urbana em cidades médias e a produção do espaço em Montes Claros/MG. *Boletim Gaúcho e Geografia*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 584-610, 2015.

LAPA, Tomás de Albuquerque. *Verticalização urbana e especulação imobiliária face aos paradigmas da cidade compacta e da cidade espraiada*. In: ENANPUR, XV., 2013. Anais... v. 15, n.1, 2013. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/541>. Acesso em: 05 ago. 2020.

MANFIO, Vanessa; BENADUCE, Gilda Maria Cabral. A dinâmica urbana e o processo de verticalização: uma análise sobre a pequena cidade de Nova Palma (RS). In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE PEQUENAS CIDADES, IV., 2016. Ituiutaba-MG. Anais... 22 a 25 de Nov. de 2016.

MENDES, Cesar Miranda. *Edifício no jardim: um plano destruído-a verticalização de Maringá*. 1992. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - FFLCH-USP, São Paulo.

MORIGI, Josimari de Brito; BOVO, Marcos Clair. A verticalização urbana em cidades de porte médio: o caso da cidade de Campo Mourão - Paraná, Brasil. *Revista de Geografia*, Recife, V. 33, N. 1, 2016.

NUNES, Nilo. Gestão Ambiental Urbana: Planejar Antes de Verticalizar. *Revista Complexus*, Santos- SP, v. 2, n. 3, p. 58-62, 2011.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; NEUMANN, Marcio André; WIECZOREK, Lucas Gemelli. Verticalização urbana: um quantitativo de edificações verticais na Rua do Comércio em Ijuí – RS. *Revista CIATEC – UPF*, Passo Fundo, v.10, n.1, p.86-94, 2018.

REIS, Sandra da Silva. QUARTA COLÔNIA: ASPECTOS DE SUA IDENTIDADE

CULTURAL / TERRITORIAL. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 23, n.1, p.97 - 104, 1998.

SANTOS, Cintia Pereira dos. *Processo de verticalização em Londrina: Novas formas de produção e consumo de imóveis residenciais - 2000 a 2010*. 2011. 248f. Presidente Prudente 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

SANTOS, Fernando Catalano dos. Os novos meandros da verticalização e o processo de redefinições do espaço urbano. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva (org.). *O espaço urbano em redefinições: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade*. Dourados – MS: Editora UFGD, 2008, p. 45-70.

SANTOS, Leilson Alves dos; SILVA, Denise de Brito; SOUSA, Tiago Bruno de; FORTES, Ana Carolina Chaves; VIANA, Bartira Araújo da Silva. Impactos socioambientais resultados do processo de verticalização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, IV., Porto Alegre. 2015. Anais... Porto Alegre, 2015, v.1, 1- 7 p. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/IV-019.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

SILVEIRA, Fabiana de Albuquerque; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. Qualidade do espaço residencial: efeitos da verticalização no bairro de Tambaú, na cidade de João Pessoa (PB). *URBE: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba-PR, v. 6, n. 3, p. 289-305, 2014.

SOUZA, Adriane Aparecida Moreira de; COSTA, Sandra Maria Fonseca da. O uso de fotografias aéreas para a análise do processo de verticalização na cidade de São José dos Campos – SP. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, IV, Santos, 1998. Anais... Santos, 1998, v.1, p. 213-222. Disponível em: < http://marte.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/deise/1999/02.09.10.59/doc/4_40p.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2020.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. 1989. Tese (Livre Docência em Geografia) - FFLCH-USP, São Paulo.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A Identidade da Metrópole: a Verticalização de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SPODE, Pedro Leonardo Cesar; ROCHA, Lilian Hahn Mariano da; RIZZATTI, Maurício. O processo de verticalização das cidades na temática: “Espaço urbano” em livros didáticos de geografia. *Revista de Ensino de Geografia*, Uberlândia-MG, v. 10, n. 19, p. 166-176, 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1997.

VALENTINI, Giovana. *A Verticalização Urbana em Chapecó-SC: uma análise com o uso de Geoprocessamento*. 60f. Chapecó-SC. 2015. Monografia (Graduação em Geografia) – Curso de Graduação em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul.

DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL E AS MANIFESTAÇÕES DA SEGREGAÇÃO EM CIDADES LOCAIS

Análise do caso de Paulicéia/SP

SOCIO-SPATIAL DIFFERENTIATION AND MANIFESTATIONS OF SEGREGATION IN SMALL TOWNS

Analysis of the case of Paulicéia/SP

Bruno Vicente dos Passos¹ e Nayara Leva Batista²

Resumo

Este estudo busca a construção de uma avaliação geográfica que denote a ocorrência ou não dos processos de diferenciação e (auto)segregação socioespacial, na escala da pequena cidade e das cidades locais. Reconhecemos a necessidade de uma análise multidimensional, tentando compreender suas particularidades e sua inserção nas redes regionais, sendo fundamental não desprezar as relações entre os cidadãos e o espaço em suas práticas cotidianas, para compreender a produção do espaço urbano e as manifestações desses fenômenos, nesses centros. Trazemos assim, um estudo de caso para o município de Paulicéia/SP, com uma população de 6.339 habitantes (IBGE, 2010). Por meio da aplicação de metodologias qualitativas, evidenciamos nas análises a manifestação dos processos de diferenciação e segregação socioespacial na cidade.

Palavras-chaves: práticas socioespaciais, diferenciação, segregação socioespacial, cidades pequenas, Paulicéia/SP.

Abstract

This study offers a geographic analysis to identify possible processes of socio-spatial differentiation and (self)segregation, at the scale of small towns. This task requires multidimensional analysis, in order to understand the particularities of these settlements and their insertion into larger regional networks. It is also essential to address the relationships between residents and space in their everyday practices, in order to understand the production of urban space and how these phenomena manifest in these centers. To explore these questions, we present a case study of the municipality of Paulicéia/SP, with a population of 6,339 inhabitants (IBGE, 2010). Using qualitative methodologies, we identified manifestations of processes of differentiation and socio-spatial segregation in the city.

Keywords: Socio-spatial practices, differentiation, socio-spatial segregation, small cities, Paulicéia/SP.

¹ Licenciado em Geografia (2020), cursando o Bacharelado (2021) na Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Presidente Prudente/SP. Membro do Grupo de Pesquisas sobre Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Bolsista de apoio técnico no projeto temático Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos, desde junho de 2019.

² Cursando graduação em Geografia (Lic-Bac). Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Presidente Prudente/SP. Atualmente atuando como estagiária no colégio Braga Melo de Presidente Prudente/SP. Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, desde abril de 2020.

Introdução

A pesquisa apresentada buscou investigar e esclarecer algumas inquietações sobre a produção do espaço urbano na cidade de Paulicéia/SP. Essas surgem a partir de indicadores que conseguimos observar em dois trabalhos de campo realizados no município em meados de 2019 e no início de 2020. Era possível notar na cidade, um possível padrão de diferenciação socioespacial em sua porção oeste, que se manifestava nas condições de habitação, infraestrutura, comércios e serviços informais e agricultura urbana. Enquanto na extremidade leste notávamos um contraste, apresentando a melhor infraestrutura, saneamento e qualidade das habitações. Ademais, fora do perímetro urbano, existe um condomínio fechado chamado Portal das Águas, cujas casas apresentam um preço acima da média municipal e que fica localizado às margens do Rio Paraná, ao lado do balneário municipal.

As pequenas cidades, muitas vezes são imaginadas como um lugar de sossego e de recepção aos idosos, como sugere Sposito e Silva (2013), todavia, diante dos indicadores obtidos, passamos a refletir sobre a ocorrência dos processos de diferenciação, mas também de (auto)segregação e fragmentação socioespacial na cidade. Até mesmo porque a dialética entre a apropriação do espaço geográfico e a desigualdade socioespacial, é segundo Côrrea (2007), resultado das práticas e processos espaciais, que determinam historicamente os fenômenos sociais e políticos em múltiplas escalas.

Essas questões justificam a iniciativa da pesquisa, cujo o objetivo é descobrir e entender como as práticas espaciais que envolvem o cotidiano dos moradores de Paulicéia/SP, além de elementos políticos e econômicos, vem interagindo e produzindo essa cidade local, denotando a ocorrência ou não dos fenômenos de diferenciação, (auto)segregação socioespacial. Com a aplicação de questionário, buscamos traçar uma análise geográfica sobre o objeto, definindo as conclusões mais adequadas para as questões levantadas. Ademais, o trabalho espera contribuir para o debate científico quanto a reprodução das lógicas de diferenciação e (auto)segregação socioespacial, nas pequenas cidades.

Assim, um objetivo que se manifesta em segundo plano nesta pesquisa, é entender se realmente as lógicas que atuam nos processos de diferenciação e (auto)segregação em metrópoles e cidades médias, seriam as mesmas lógicas que atuam nesses processos em pequenas cidades.

Sposito e Silva (2013, p. 17) afirmam que “a cidade pequena não é um dado a priori, e não deve ser tratada isoladamente, e sim no plano de suas relações com outros centros”. Mas também, nos pautando na afirmação de Sposito e Silva (2013), de que as cidades pequenas não podem ser generalizadas devido às suas especificidades funcionais e produtivas, reiteramos a importância do estudo na escala local, onde procuramos compreender quais são as lógicas e os movimentos que têm atuado na produção e reprodução desse espaço urbano, na maneira como ele se estabeleceu e vem sendo reconstituído.

O município de Paulicéia fica no extremo oeste do estado de São Paulo. Foi um povoado fundado em 1947, e que buscava estabelecer uma conexão comercial com o estado vizinho, na época, o Mato Grosso, atualmente, Mato Grosso do Sul. Foi emancipada como município em 1948, e teve um rápido crescimento, devido estar ao lado do terminal final da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (IBGE, 2010). O município atualmente tem suas economias principais ligadas à atividade pesqueira, ao turismo, às olarias, à construção civil, e à usina de açúcar e álcool, Caeté. Sua população estimada é de 7.454 habitantes (IBGE, 2020) e situa-se na região administrativa de



Presidente Prudente/SP. A Figura 1 indica a localização do município no Estado de São Paulo.

Atualmente a cidade faz parte da lista de Municípios de Interesse Turístico (MIT) do Estado de São Paulo. Os municípios com potencial turístico que são contemplados, recebem um incentivo financeiro para manutenção e recuperação das antigas estâncias. O Plano Diretor Municipal publicado em 2017, traz a lei complementar nº 954 de 2017 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULICÉIA, 2017), que estabelece a inserção do município no MIT, seguido da apresentação de alguns dados socioeconômicos, as principais rodovias e cidades próximas, e um guia descritivo dos estabelecimentos comerciais e também pontos turísticos da cidade.

Paulicéia também é conhecida pelas festas típicas que costumam ocorrer durante o carnaval, nas datas de cunho religioso, as festas dos santos em junho e julho (festas juninas), eventos de motocross, rodeio e provas de laço. Estas costumam receber não só a população local, mas de municípios vizinhos, como por exemplo: Panorama/SP, Santa Mercedes/SP e Brasilândia/MS.

Conceitos Fundamentais

Inicialmente, destacamos o fato de que o município apresenta tanto no Censo de 2010, como para a aproximação atual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população total abaixo de oito mil habitantes, sendo classificada pelas Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2007 e de 2018, como um centro local, ou um centro de influência local. Esses fatores exigem uma reflexão sobre as características dessa cidade, e como devemos tratá-la conceitualmente, enquanto uma cidade pequena, uma pequena cidade, ou uma cidade local.

Neste estudo o conceito de *cidade* é compreendido a partir das contribuições de Souza (2003), se tratando de um centro consolidado pela complexificação das relações de trabalho, onde se assenta grande população de não produtores, que encontram nesses centros as demandas necessárias à vida cotidiana.

Milton Santos, traz o conceito de cidade local em seu livro, *A urbanização brasileira* (1993), onde ele utiliza metodologias quantitativas, sistematizando os Censos do IBGE, para determinar que existe um predomínio da população urbana sobre a população rural, movimento que se iniciou em 1960, e se intensificou até a década de 1980. No livro, o autor também especula como a nova ordem mundial, o processo de globalização, a divisão social e territorial do trabalho e a financeirização, articulados a essa recente urbanização brasileira, virão a conduzir para consolidação do que ele chama de meio técnico-científico e informacional.

É nessa transição que a antiga *cidade dos notáveis* (SANTOS, 1993, p. 51), ou seja, aquela antiga cidade representada pelos cidadãos notáveis, como o padre, o delegado, a professora do primário, etc. agora passa a ser a cidade econômica, exercendo uma atividade especializada para economias externas, e também servindo como um pequeno centro de atividades e de comércio que dão suporte aos elementos essenciais à vida, se materializando enquanto uma cidade local.

É preciso enfatizar, que nestas colocações, Santos não tinha como objeto de estudo as pequenas cidades ou as cidades locais, na verdade, como define o título da obra, Santos apresentava suas considerações sobre o processo da urbanização brasileira.

Sposito e Silva (2013, p. 19) determinam que a expressão mais adequada é de *cidades pequenas*, pois na língua portuguesa, o adjetivo, *pequena*, vem depois do substantivo *cidade*, logo esta seria a forma correta de se referir em nosso idioma. Os autores utilizam a expressão conceito/noção, pautado na ideia de se tratar de um estudo não definido, por existirem diferentes concepções acerca do conceito ou noção ideal a ser utilizado quando estudamos as cidades pequenas. Fresca e Veiga (2011) criticam o uso conceitual do termo cidades pequenas, enfatizando que o mesmo está bastante vinculado a aspectos de demografia, associado às cidades de pequeno porte, além do uso recorrente pelo senso comum, que o torna vago.

Fato que é apontado tanto por Sposito e Silva (2013) como por Santos (1993), é de que as cidades pequenas se caracterizam pela sua subordinação, exerçam elas as mais diferentes e variadas funções na divisão territorial do trabalho e na rede econômica local ou regional. De modo que seriam também compreendidas como cidades que não foram/são capazes de se inserir nos principais circuitos do meio técnico-científico-e-informacional, por não ter as vantagens necessárias em infraestrutura, geologia (recursos naturais e minerais), localização, entre outros.

Neste estudo optamos por dialogar e articular nossos resultados às noções apresentadas por Endlich (2017a), sobre o trato conceitual mais adequado para se referir a estas aglomerações urbanas, enquanto pequenas cidades ou enquanto cidades locais.

Endlich, define no *Glossário de geografia humana e econômica* (2017b), o termo *cidade-pequena*. Suas contribuições também são trabalhadas no capítulo 2 do livro *Estudos Urbanos* (2017a), onde ela enfatiza a dupla responsabilidade de pensar os aspectos ligados ao porte e tamanho demográfico, e também o papel da cidade em seu relacionamento com os outros centros e sua influência na rede regional.

A autora delimita o conceito de cidade local, nos ideais apresentados por Milton Santos. A cidade local, representando os espaços urbanos que apenas são capazes de satisfazer as necessidades vitais dos residentes.

É preciso ter cautela ao se determinar a pequena cidade por seu porte demográfico ou desconsiderando as conjunturas. De acordo com a autora, fazer uma classificação conceitual das cidades, infere em comparações, onde os critérios não podem ser

tomados como absolutos, visto as disparidades em diferentes dimensões, onde em determinados contextos cidades com baixa população podem exercer influência considerável entre as demais (ENDLICH, 2017a).

A pequena cidade, é conceituada buscando determinar se um espaço urbano, apresenta as mínimas configurações que a qualificam enquanto uma cidade. Essas teorizações e propostas metodológicas, são trabalhadas por Endlich (2017a) nas considerações de Desmarais (1984), que sugere que uma cidade, deve suprir as demandas da vida cotidiana de ao menos o dobro da população residente, e Cote (1986), quem acredita que se deve analisar a oferta de funções e serviços que a cidade apresenta.

Com isso, a autora propõe que se deve pensar a realidade brasileira na definição dos critérios mínimos para determinar se estes espaços urbanos, essas aglomerações urbanas, podem ser consideradas ou não cidades. Pois elas estão estabelecidas enquanto um espaço urbano, e inseridas nas dinâmicas do capitalismo, divisão territorial do trabalho e da globalização. São estes espaços que apresentam as mínimas configurações e complexidade em suas funções, diante das metodologias apresentadas, que podem ser conceituados de acordo com Endlich (2017a), enquanto pequenas cidades. Já os centros que ainda não atingiram determinada complexidade, são tratados enquanto cidades locais.

Essas teorias irão guiar o trato conceitual para o município de Paulicéia/SP com a aplicação dos procedimentos metodológicos. Trazendo um exemplo a parte, Mesquita e Mendes (2014), afirmam que algumas aglomerações com 20 mil habitantes em Goiás, não apresentam essas configurações mínimas e tem grande importância na rede urbana regional, se diferindo de uma cidade com a mesma população em São Paulo.

Em sequência, objetivando a clareza no trabalho, consideramos importante uma caracterização dos conceitos de diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial.

Vasconcelos *et al.* traz no primeiro capítulo do livro *A cidade contemporânea: segregação espacial* (2013), uma fundamentação acerca da noção espacial de diferenciação socioespacial, entre outras, buscando aproximá-la da desigualdade e da segregação socioespacial, sobre o ponto de vista que os sujeitos são produtores do espaço, entretanto o espaço é produzido a partir de condições impostas aos sujeitos, detalhe já apontado, sejam por fatores estruturais ou conjunturais, mas que definem os espaços urbanos, estabelecem identidades e territorialidades, assim determinando suas formas e funções de maneiras heterogêneas ao longo do tempo. Desse modo podemos entender que a cidade possui *marcas e expressões*, se diferenciando em suas edificações e infraestruturas, a partir das especificidades socioeconômicas, das práticas socioespaciais, pela ação do tempo e também das relações políticas e econômicas.

De acordo com Corrêa, a organização do espaço trata-se essencialmente: “da divisão espacial do trabalho, com a disposição e distribuição espacial da infraestrutura técnica e social, apresentando os padrões de segregação e autosegregação residencial” (Corrêa, 1986, p. 57 apud Souza, 2013, p. 37). A afirmação compactua com Vasconcelos *et al.* (2013) e contribui com a representação de uma cidade onde os espaços se diferenciam em função da divisão social de classes.

O conceito de segregação socioespacial é bastante polissêmico. Corrêa (2013), sugere que existem dois tipos de segregação socioespacial, a segregação imposta, aquela onde as opções de moradia são ínfimas se não, nulas, e a autosegregação, exercida

pelos classes dominantes, quando optam por se estabelecer e residir em residenciais fechados.

Negri dedicou um artigo a discorrer sobre a segregação socioespacial, onde afirma que as classes dominantes “ao consumir e valorizar de maneira diferenciada o espaço urbano, produzem a segregação socioespacial” (2008, p. 130). A segregação é mais do que uma divisão de classes na cidade, é segundo o autor, um instrumento de controle dessas classes. Viver em um bairro segregado envolve mais que apenas o espaço, significa ter oportunidades desiguais em termos de consumo, educação, saúde, renda, qualidade de vida, para que se restrinjam as chances de ascensão social e econômica, de modo que os que ali habitam, tenham de reproduzir sua força de trabalho, mantendo os padrões hegemônicos vigentes (NEGRI, 2008).

Roma (2008), enaltece em sua dissertação as diferenças na reprodução das lógicas de segregação nas pequenas cidades e cidades locais. Entre seus apontamentos, destaca-se a forte presença dos agentes que produzem o espaço, em diferentes dimensões da vida urbana. Sejam estes, aqueles agentes hegemônicos, ou mesmo grupos que emergiram da sociedade civil. A autora aponta a *visibilidade dos processos sociais*, destacando como habitar nas áreas de melhor infraestrutura, ou em condomínios fechados nestes centros, representa se distinguir socialmente com superioridade sobre a população. Além disso, a relação entre o urbano e o rural é bastante visível, principalmente nas cidades locais.

A pesquisa trouxe alguns indicadores de fragmentação socioespacial que devem ser considerados, como por exemplo, a falta de interação pelos cidadãos residentes do condomínio Portal das Águas no comércio local, portanto, trazemos algumas teorizações sobre o conceito.

Como descrevem Sposito e Sposito (2020) tanto a diferenciação socioespacial como a segregação socioespacial ou a autosegregação, podem ocorrer concomitantemente enquanto produzem circuitos fragmentados entre as dimensões da vida urbana. Entretanto, essa condição não permite que tratemos determinados conceitos como sinônimos, visto que denotam processos diferentes nos planos ideal e material.

De acordo com as considerações de Sposito e Sposito (2020, p. 11), “a manifestação da fragmentação socioespacial se dá não apenas nas metrópoles, nas cidades médias ou intermediárias, podendo ocorrer também nas pequenas cidades”. Para entender o fenômeno é preciso uma análise multiescalar dos espaços geográficos e sociais, em um estudo que compreenda as particularidades da escala local e as práticas socioespaciais dos cidadãos, junto a inserção dessa cidade nas dinâmicas regionais.

Dal Pozzo (2008, p. 29) se guia em Janoschka e Glasze (2003) para afirmar que “a fragmentação socioespacial é pautada nas práticas socioespaciais de indivíduos que pouco frequentam e utilizam os espaços públicos”, cujas dimensões da vida cotidiana ocorrem nos espaços privados, restringindo o contato com aqueles que apresentam um outro estilo de vida.

A partir destas teorias, buscamos determinar os procedimentos metodológicos mais adequados e estabelecemos os parâmetros para condução da análise. Determinamos que a pesquisa empírica e qualitativa, seria essencial para capturar a percepção dos cidadãos em relação a cidade.

Procedimentos Metodológicos

Existem questões centrais derivadas dos objetivos que devem orientar a execução da pesquisa e seus procedimentos metodológicos. Seriam elas: nesta cidade pequena se manifestam os fenômenos de diferenciação e (auto)segregação socioespacial? Existe um processo de fragmentação atuando no município de Paulicéia?

Essas questões ajudaram a definir quais seriam as bibliografias e os procedimentos mais adequados para sua realização. Buscando uma sistematização eficiente para execução das etapas do estudo, o Quadro 1 associa essas questões aos procedimentos metodológicos que seriam utilizados para alcançar os objetivos.

Objetivos específicos	Procedimentos metodológicos
Definir se ocorre o processo de diferenciação socioespacial na cidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Observação e registros gerais em campo; • Registro de iconografias para análises posteriores; • Aplicação de questionários; • Elaboração de um cartograma sobre o uso do solo na cidade com os dados coletados; • <u>Articulação dos dados com a bibliografia.</u>
Definir se ocorre o processo de segregação socioespacial (autossegregação).	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionários; • Elaboração de gráficos e cartogramas que expressem os dados; • <u>Articulação dos dados com a bibliografia.</u>
Especular se existem indicadores da ocorrência do processo de fragmentação socioespacial.	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionários; • Elaboração de gráficos e cartogramas que expressem os dados; • <u>Articulação dos dados com a bibliografia.</u>

Determinar tais processos a partir de um estudo das práticas socioespaciais exige uma análise multiescalar, que compreenda desde o modo de vida e cotidiano dos sujeitos e agentes que produzem esse espaço, como as redes regionais em que o município se insere.

Desenvolvemos então um questionário geral, com questões simples para aplicar aos moradores, onde procuramos entender o perfil socioeconômico e as práticas socioespaciais dos cidadãos, permeando as dimensões do consumo, da habitação, do lazer, da mobilidade e do trabalho.

Nossa proposta é um questionário qualitativo que siga o rigor das metodologias quantitativas (estatísticas), definindo uma amostra sobre a população do município, para que assim, os resultados obtidos com a aplicação dos questionários tenham uma representatividade sobre esses moradores. Utilizamos uma calculadora amostral para definir o número mínimo de cidadãos que os questionários deveriam atingir (COMENTTO, 2018).

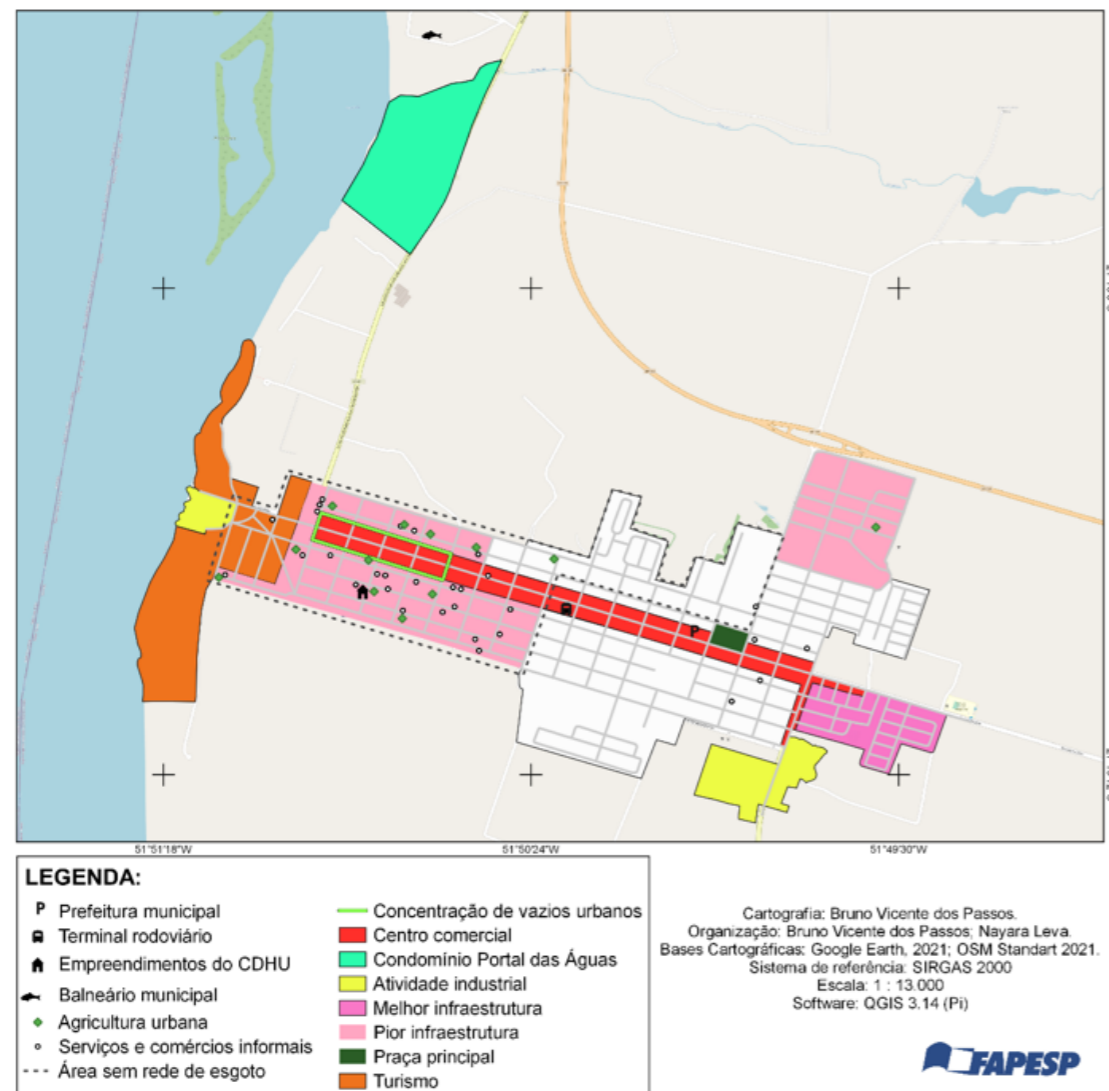
Sem os dados de um censo mais recente, nosso universo buscou se aproximar da população urbana atual a partir da população estimada pelo IBGE para 2020 (7.454 habitantes), aplicamos a variável do percentual da população urbana do Censo de 2010 (83,14% da população), e o valor aproximado para o universo que representaria a população urbana atual foi de 6.197 habitantes.

A variável selecionada para distribuição da população representa o universo mais heterogêneo. A calculadora trabalha com uma margem de erro máxima de 5% e 95% de confiança, e como resultado, obtivemos o número 362. Logo, o questionário

deve atingir ao menos 362 habitantes da cidade, para que a análise tenha um efeito representativo (não significa que precisam ser aplicados 362 questionários, pois em uma residência podem habitar duas ou mais pessoas).

Conseguimos atingir um total de 68 questionários respondidos (Quadro 2), somando 373 moradores da cidade. Na zona oeste, onde se concentra maior número de imóveis habitados, foram aplicados 37 questionários. Na porção leste, onde havia uma menor concentração de imóveis, foram aplicados quatro questionários, entretanto, é importante colocar que no bairro, o questionário foi recusado em outras quatro residências. Os demais 27 questionários, foram aplicados em outros diferentes pontos da cidade. Nesse momento, não conseguimos contato com moradores do condomínio fechado.

Nome/ Contato:
Primeiro Bloco – Perfil
1- Endereço/ Número de moradores:
2- Idade dos moradores:
3- Renda familiar: (a) até um salário (b) até três salários (c) três a seis salários (d) seis a dez salários (e) Acima de dez salários
4- Ocupação dos moradores:
Segundo Bloco – Habitação
5- Reside há quanto tempo no endereço?
6- Reside há quanto tempo no município?
7- Sua residência é: (a) própria quitada (b) própria financiada (c) alugada (d) cedida por familiar (e) cedida por empregador (f) outro;
8- Tem vontade de mudar de cidade (onde)?
9- Tem vontade de mudar de endereço na cidade (onde)?
10- Divide a casa com outros familiares (coabitação familiar)?
11- Pratica algum tipo de agricultura como alternativa de subsistência?
12- Exerce alguma atividade, prestação de serviço, ou comércio informal com alternativa a complementar a renda (ou renda total)?
13- O que você não gosta de onde mora?
14- O que gosta de onde mora?
Terceiro Bloco – Qualidade de vida na cidade e consumo
15- Você acha que a cidade oferece empregos suficientes para os moradores?
16- Você acha que a cidade tem opções de lazer para jovens e adultos?
17- Você acha que a cidade oferece atendimento em saúde?
18- Você acha que a cidade oferece opções de educação para as crianças, adolescentes e universitários?
19- Você participa das festas tradicionais que ocorrem na cidade?
20- Você costuma frequentar a feira da cidade?
21- Você costuma fazer suas compras: (a) mensalmente (b) semanalmente?
22- Você costuma fazer suas compras na cidade ou em outras cidades?
23- Você costuma comprar roupas e sapatos na cidade ou em outra cidade?
24- Compra coisas pela internet?
25- Possui automóveis (Quantos-quais)?
26- Sente dificuldade em se deslocar pela cidade?
27- Acha que a cidade satisfaz suas necessidades?
Quarto Bloco – Infraestrutura urbana
28- Como você avalia a infraestrutura do lugar em que mora?
29- Como você avalia o serviço de saneamento do lugar em que mora?
30- Como você avalia o serviço de abastecimento elétrico de onde mora?
31- Como você avalia o serviço de internet de onde mora?
32- Como você avalia o serviço de coleta de lixo de onde mora?
(a) Muito bom (b) Bom (c) Regular (d) Ruim (e) Muito ruim



A leitura do mapa de uso do solo é essencial neste estudo, pois nele se destacam as diferentes funções que são exercidas no espaço do perímetro urbano, além de refletir alguns aspectos da desigualdade se manifestando. Sua elaboração foi possível a partir de um trabalho empírico, envolvendo o deslocamento entre as ruas e bairros do município, fazendo registros de dados e iconografias ligados à infraestrutura, saneamento, qualidade das habitações, serviços informais, prática de agricultura urbana, mas também a partir de dados obtidos com a aplicação do questionário. Esses dados foram transformados em bases cartográficas e cartogramas, no software gratuito *QGIS 3.14 (Pi)*³.

Os últimos procedimentos envolveram a digitalização das respostas dos questionários, a construção de uma base de dados digital e em seguida, a formatação de gráficos proporcionais, e a análise final dos resultados, articulando e sistematizando os materiais obtidos e produzidos.

³ O QGIS é um software livre e de código aberto, profissional, para o gerenciamento de arquivos de Sistema de Informação Geográfica (SIG).



Figura 3 - Acima zona oeste, abaixo zona leste. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

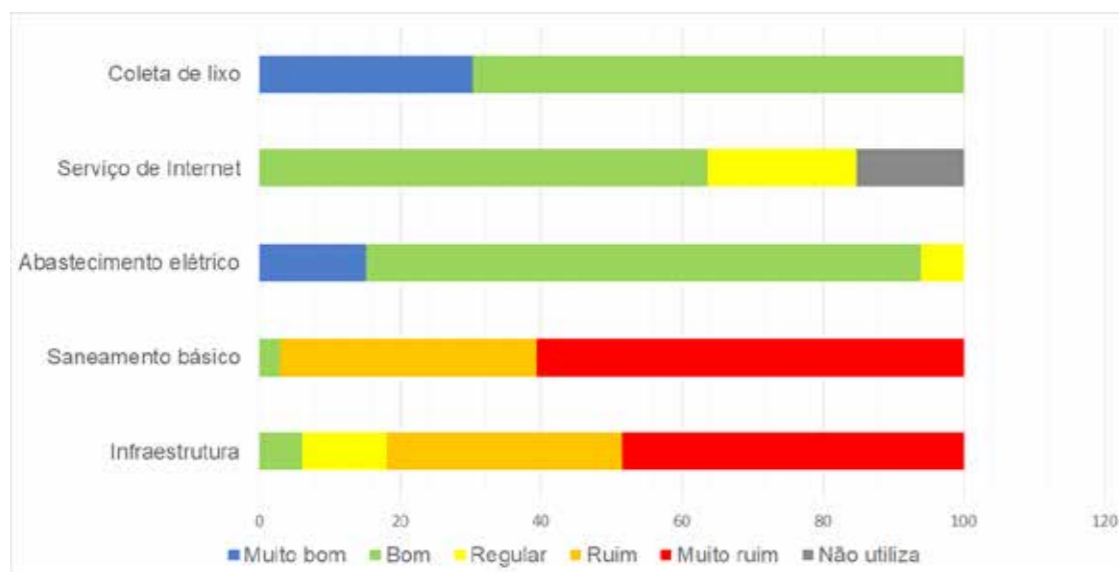
Resultados e discussões

A aplicação das metodologias da pesquisa, determinou que de fato, na cidade de Paulicéia, se manifestam padrões de diferenciação socioespacial, que evidenciamos no mapa da Figura 2, e também nas fotografias que trazemos (Figura 3). Os imóveis mais próximos à margem do Rio Paraná, em sua maioria encontram-se vazios, dedicados ao turismo em temporada. Nas margens se situa uma indústria de extração mineral (areia). Outra constatação elementar que podemos fazer no campo da geografia urbana é de que a cidade apresenta um plano ortogonal bem definido. A leitura do mapa evidencia as áreas de pior infraestrutura e melhor infraestrutura na cidade.

Em uma primeira leitura do trabalho empírico pela cidade e dos dados obtidos com os questionários, se evidencia que, na porção oeste (zona oeste), é onde encontramos a pior infraestrutura. A população residente possui a faixa de renda predominante de até um salário mínimo (64%). Nessa porção da cidade, também não existe rede de esgoto funcionando e os moradores se queixam que frequentemente ficam sem abastecimento de água. O saneamento básico foi duramente criticado. Observamos que o centro comercial desta área, conta com uma alta concentração de vazios urbanos e comércios desativados.

O mapa da Figura 2, destaca na zona oeste a concentração de atividades informais, venda de variados produtos artesanais, oriundo da pesca ou da prática da agricultura

Figura 5 - Opinião dos moradores da zona oeste sobre aspectos da área em que residem. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



urbana, oferta para prestação de serviços, a agricultura urbana em si, além da precariedade na infraestrutura (sulcos no asfalto, calçadas quebradas, qualidade das habitações). Nessa área estão situados os empreendimentos de moradia da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

Na porção leste, onde registra-se a melhor infraestrutura, não observamos tantos problemas no asfalto. Existe uma concentração de imóveis de menor porte, em terrenos maiores, com projetos arquitetônicos *modernos*, habitações mais valorizadas e contando com uma rede de saneamento eficiente.

Vasconcelos *et al.* (2013), argumenta que a diferenciação socioespacial está associada à desigualdade social, que se manifesta na produção do espaço. Sobre essa ponderação, reafirmamos a importância da leitura de um mapa de uso de solo urbano que abarque as impressões sobre a infraestrutura urbana e suas redes de saneamento básico, acompanhado de uma leitura dos aspectos socioeconômicos dos moradores da cidade, para indicar ao leitor a manifestação do fenômeno de diferenciação socioespacial, e como de fato este se associa a desigualdade.

Sintetizamos no gráfico da Figura 4, quais as faixas de renda dos cidadãos que moram na zona oeste, e através do mesmo inferimos o predomínio de famílias que vivem com a renda mensal de até um salário mínimo na zona oeste da cidade. Já a Figura 5, traz a opinião dos cidadãos residentes da zona oeste, sobre a qualidade da infraestrutura (qualidade das vias, asfalto e calçadas), do saneamento básico (rede de esgoto e

Figura 4 - Gráfico da faixa de renda dos moradores da zona oeste. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

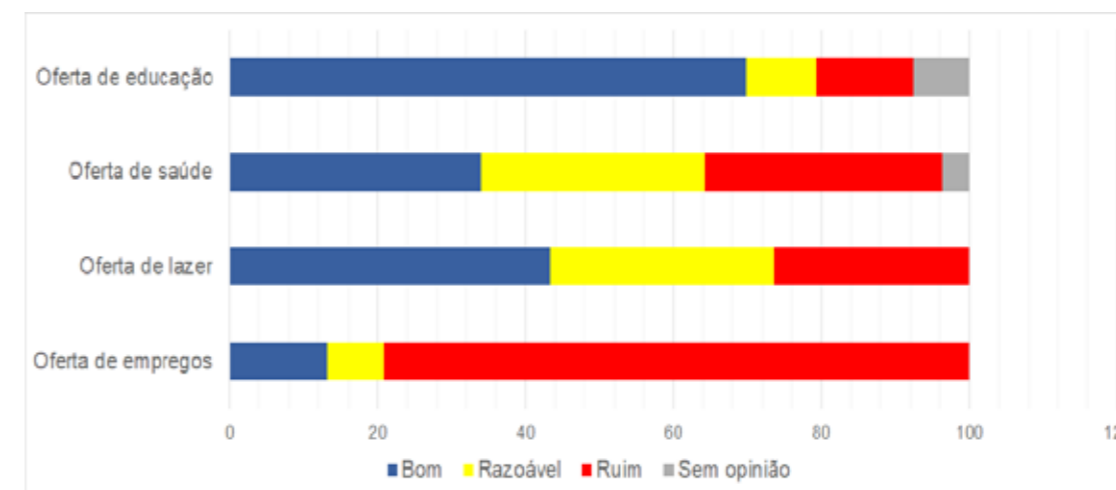
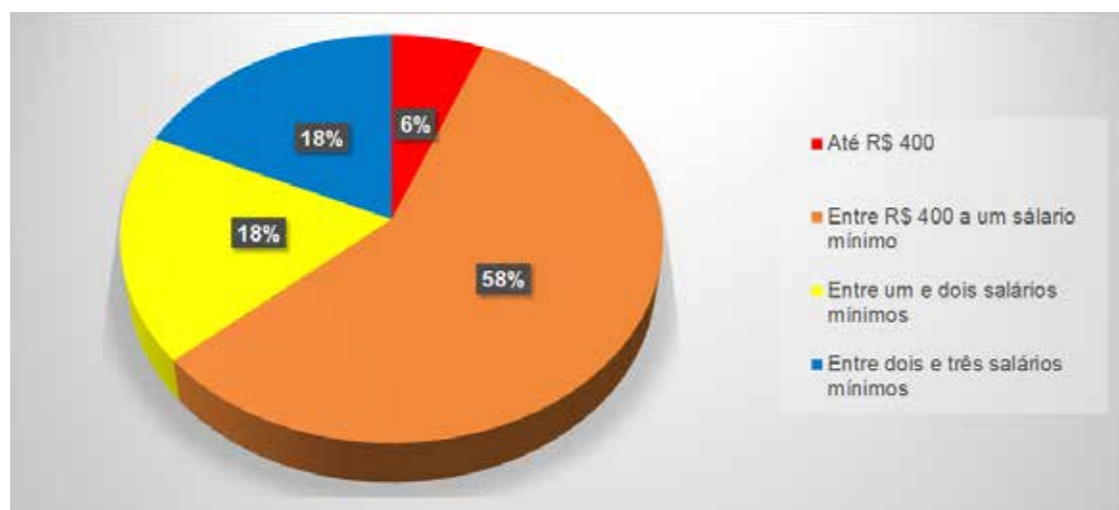


Figura 6 - Opinião dos cidadãos sobre oferta de empregos, lazer saúde e educação. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

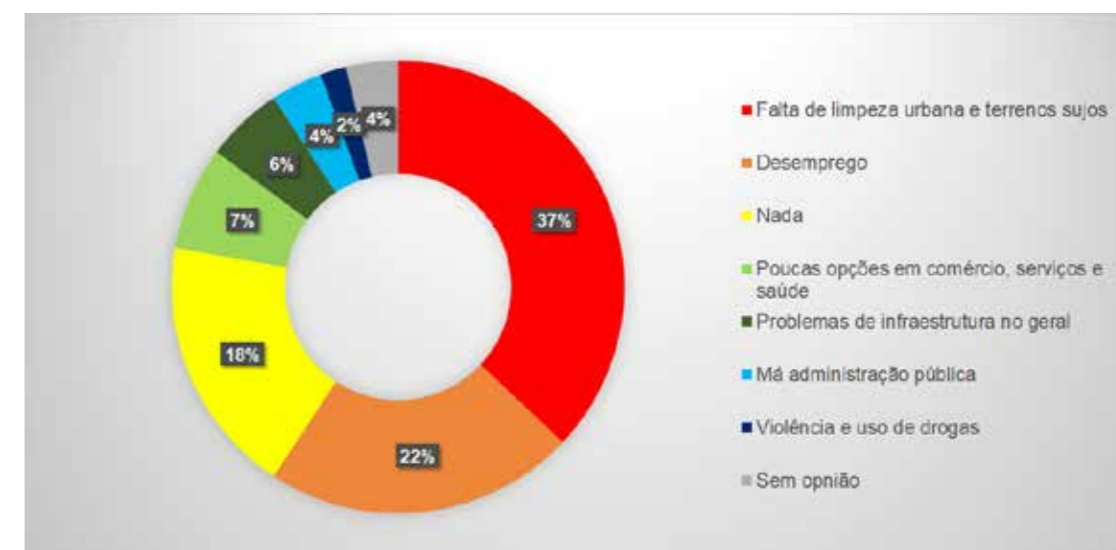


Figura 7 - O que os cidadãos não gostam da cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

abastecimento hídrico), do abastecimento elétrico, do serviço de internet e da coleta de lixo, na área em que residem da cidade.

Esse dado denota as mencionadas críticas dos moradores quanto aos aspectos de infraestrutura e saneamento básico. Interpretando o fato deles em geral se queixarem do desemprego, que fica evidente nas Figuras 6 e 7, e possuírem uma renda predominante de até um salário mínimo, conseguimos nos aproximar de uma explicação para a concentração de serviços e comércios informais na zona oeste, como alternativa a uma fonte de renda.

As pessoas que responderam que haveria uma oferta de emprego razoável na cidade, comentaram que existem setores específicos em que de fato existem vagas e ofertas de emprego. Aos capacitados em operação de maquinário ou técnicos em açúcar e álcool, na Usina Caeté, na construção civil enquanto pedreiro ou auxiliar de obra, e também nas olarias da cidade. Uma participante criticou o fato de não haver oferta de empregos para as mulheres. Em sua fala, repetiu o fato que a cidade oferece empregos principalmente na construção civil e nas olarias para os homens, comentou que até a colheita da cana-de-açúcar para a usina é feita com maquinário, e exige capacitação de mão de obra que a cidade não oferece. Por essas razões, as mulheres que não conseguem empregos no comércio local, se sujeitam aos serviços informais, principalmente fazendo faxinas eventuais ou cuidando de crianças e idosos.

Figura 8 - Concentração de serviços e comércios informais na zona oeste. Legenda: (Bar da vovó Maria; vende-se verduras; vende-se gelinho; concerto de eletrodomésticos; concerto de roupas; limpa-se fossa). Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



Figura 9 - Erosão fluvial no asfalto da zona oeste da cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2020.



Um número considerável de cidadãos não se queixou sobre a oferta de educação. Contudo, dialogando com os moradores mais jovens, eles mencionam a inexistência de opções de educação, tendo que recorrer ao município de Dracena para capacitações, e até mesmo, a realização do ensino médio em escolas com melhores índices de aprovação em vestibulares.

Ademais, muitas pessoas se referiram a oferta de saúde como precária, e afirmam, que para diferentes tipos de atendimento especializado (exemplos: cardiologista, oncologista) é preciso recorrer ao município de Dracena, Adamantina ou de Panorama.

Quando questionados sobre o que menos gostam na cidade, o desemprego aparece novamente. Entretanto, em primeiro lugar aparece a falta de limpeza das ruas, sarjetas, e o excesso de terrenos que acumulam entulho e sujeira na cidade. Estes pontos viabilizam a proliferação de animais nocivos, como escorpiões, e que ameaçam a saúde pública e transmitem doenças, como roedores e insetos. Na terceira posição, um percentual significativo da população, citou que nada desagradava na cidade.

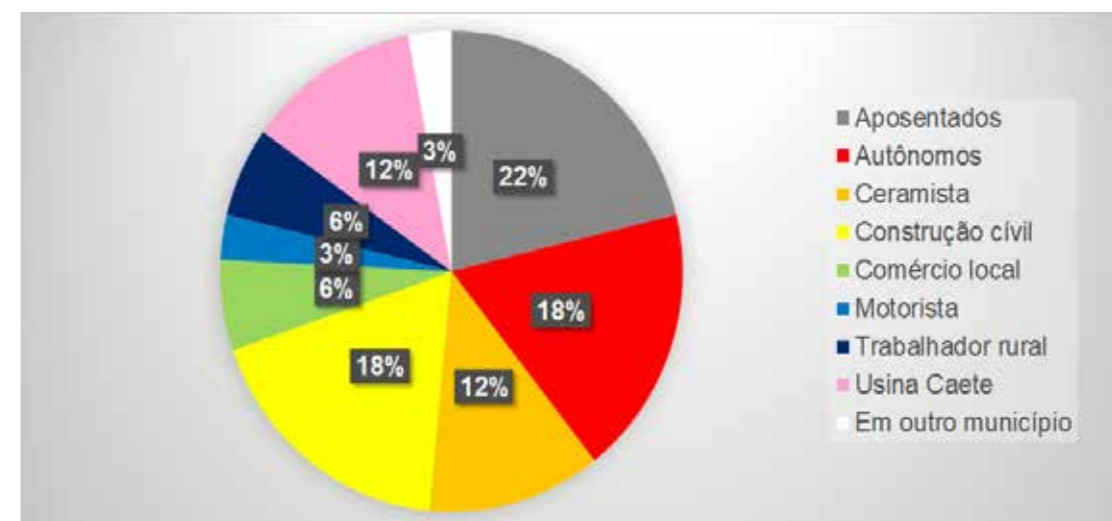


Figura 10 - Gráfico da ocupação dos moradores da zona oeste. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

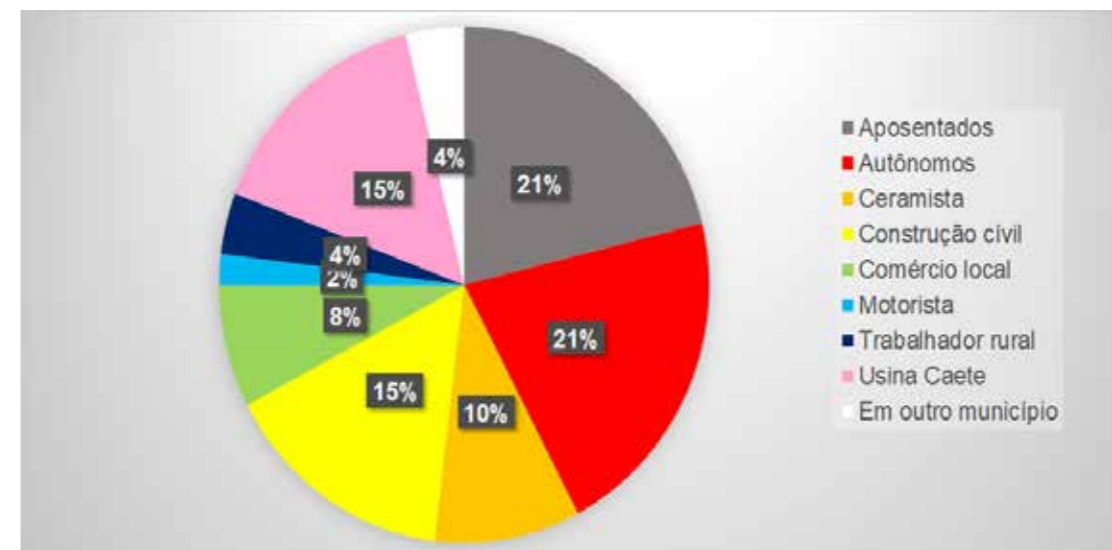


Figura 11 - Gráfico da profissão dos cidadãos em geral. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

Roese (2004) fala da prática da agricultura urbana, que é algo realizado em residências ou pequenas áreas na cidade, e destinado à produção de cultivos para consumo próprio ou para a venda em pequena escala. A compreensão dessas práticas na cidade, está ligada em parte a uma tradição na relação com o campo, mas conforme diz Drescher (2001, p. 9) “a produção urbana de comida pode ser definida como uma estratégia induzida pela crise, que garante a sobrevivência do segmento mais pobre da população”. É interessante não desprezar a prática, diante dos demais contextos da vida urbana no município, de modo que ele contribui na compreensão da ocorrência dos processos de diferenciação e segregação socioespacial. Entre as variedades de cultivos citadas pelos moradores as que mais apareceram foram, mandioca, alface, cebolinha, couve, feijão, além disso, a criação de galinhas e porcos, com a finalidade de alimentação familiar.

A Figura 8 reúne um conjunto de fotografias indicando diferentes atividades comerciais e a prestação de serviços informais que se concentram na zona oeste da cidade. Já a Figura 9 exhibe uma erosão fluvial (sulco) no asfalto encontrada entre tantas outras na zona oeste.

Analisando os gráficos nas Figuras 10 e 11, que apontam as ocupações dos cidadãos, podemos observar as principais economias do município se destacando, entre elas, a cerâmica, a mão de obra na usina e a construção civil. Notamos também a alta incidência de trabalhadores autônomos, o que podemos associar ao desemprego na cidade. Ademais, entre as famílias que mencionaram que estavam todos desempregados, contando apenas com auxílio emergencial, o bolsa família e *freelancers* eventuais,

Figura 12 - Tem vontade de mudar de cidade ou endereço? Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

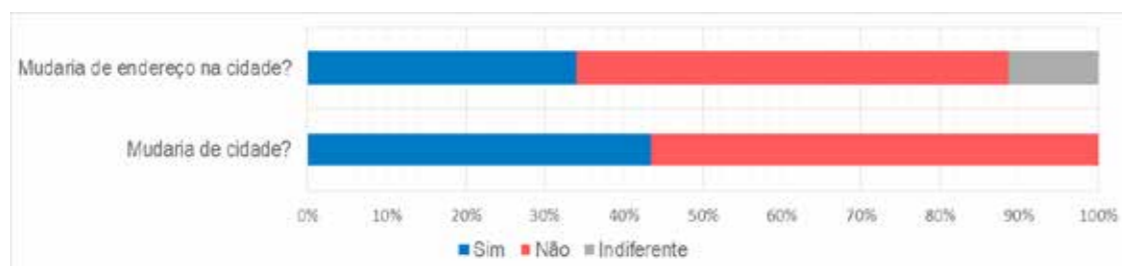
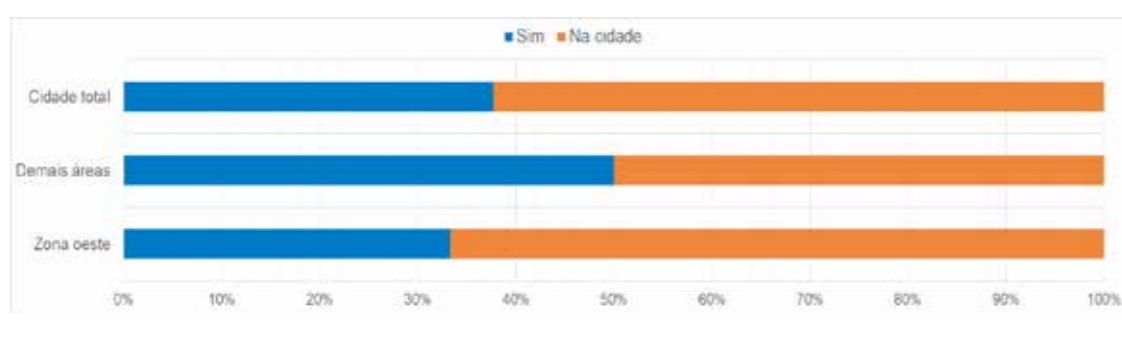


Figura 13 - Regime de propriedade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



Figura 14 - Realiza as compras em outras cidades? Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



71% são moradoras da zona oeste, e 86% estão nas áreas de pior infraestrutura da cidade. Estes representam 18% daqueles que responderam ao questionário.

Das famílias que responderam ao questionário na zona leste, metade delas conta com chefes de famílias que se ocupam na Usina Caeté, e a outra metade, são trabalhadores de outros municípios, inseridos ou no setor público, ou no setor imobiliário. E desse total, 100% das famílias, apresentam uma faixa de renda entre três e seis salários mínimos.

A Figura 12, indica que uma parcela significativa da população urbana, mudaria de município, ao mesmo tempo que um outro número significativo de moradores mudaria de endereço. Entre aqueles que gostariam de mudar de endereço na cidade, dois terços correspondem a moradores da zona oeste, e quando questionados sobre qual lugar consideram o melhor lugar da cidade para morar, 61% respondeu, o condomínio fechado Portal das Águas. Outras áreas elencadas foram o centro e a zona leste. Entre os municípios que os cidadãos trouxeram como opção para mudança, foram citados: Astorga/PR, Brasilândia/MS, Campinas/SP, Curitiba/PR, Dracena/SP, Marília/SP, Presidente Prudente/SP, Três Lagoas/MS, entre outros.

Esses dados podem estar associados tanto à infraestrutura urbana, a oferta de serviços, empregos e qualidade de vida, ou ao regime de propriedade sobre os imóveis, onde moradores que residem há muito tempo em imóveis quitados, ou aqueles que têm de viver em imóveis cedidos, se vêem fixados naquele local. Aqueles que não possuem

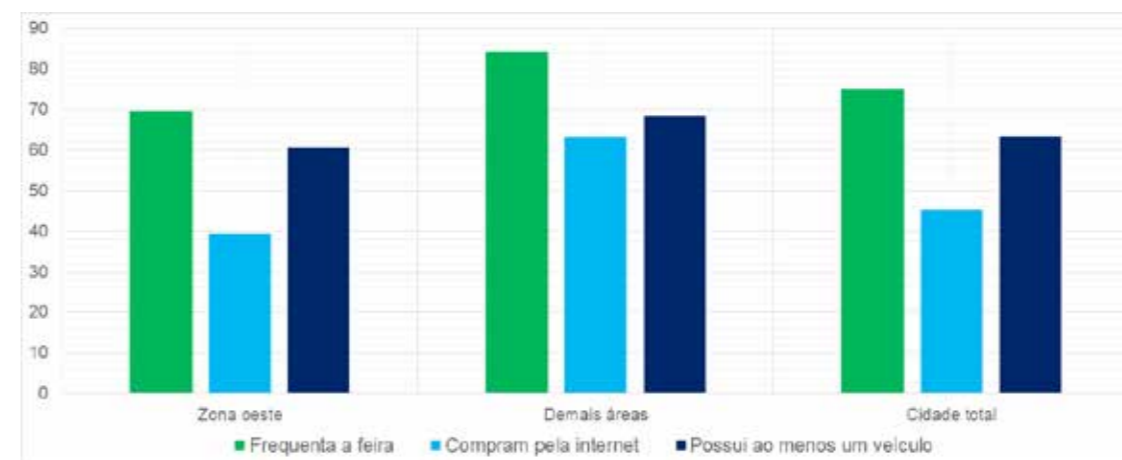


Figura 15 - Gráfico do consumo e da mobilidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

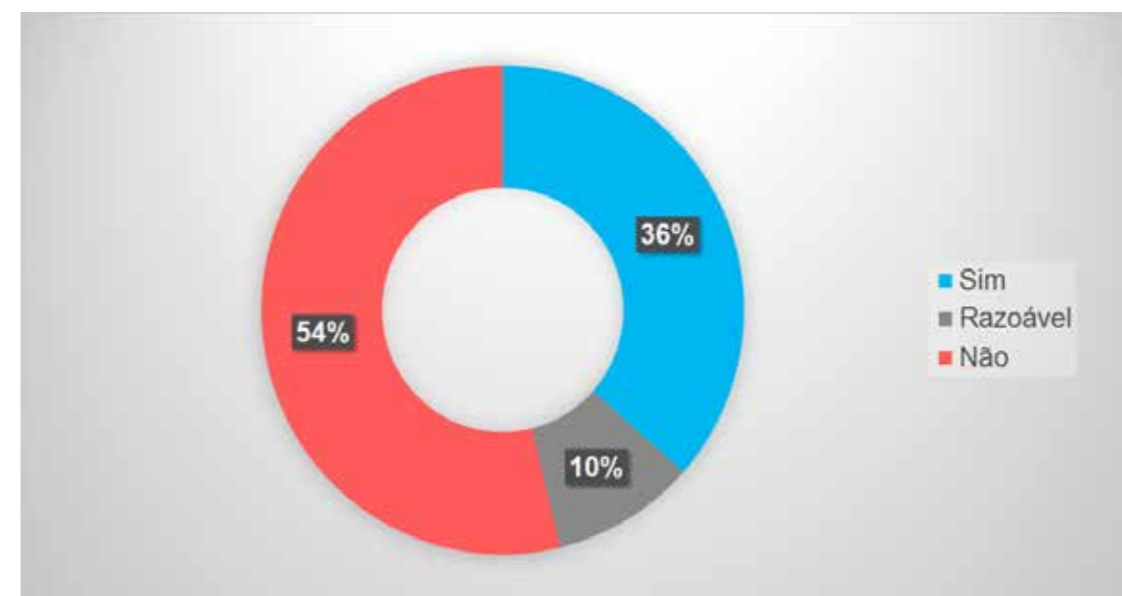


Figura 16 - A cidade satisfaz suas necessidades? Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

imóveis, e que geralmente moram pagando aluguel, visualizam de maneira mais tangível a possibilidade de mudança.

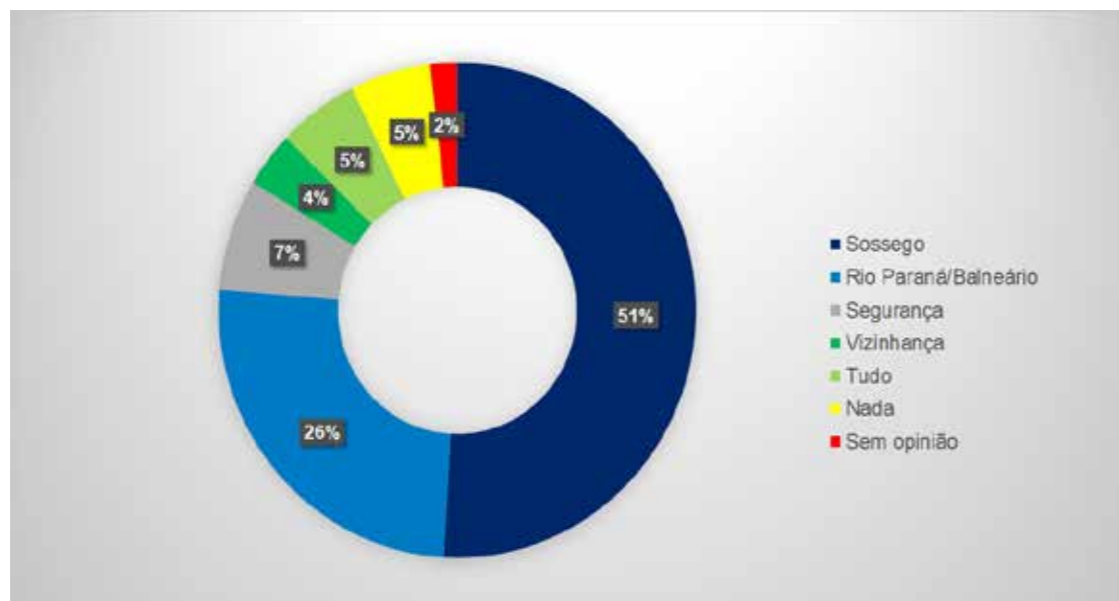
Levantamos algumas questões ligadas ao consumo, a mobilidade e a satisfação dos cidadãos em relação à vida urbana em Paulicéia/SP. Verificamos, que de certo modo, os habitantes da cidade utilizam a internet para compras, mas também o comércio local e a feira que ocorre aos sábados, ainda que um alto percentual realize suas compras (mensais/semanais) em outros municípios pelos preços mais baixos e maior variedade de produtos. Entre os municípios citados estão: Dracena/SP, Panorama/SP, Presidente Prudente/SP e Araçatuba/SP.

Algumas famílias da zona oeste, relataram que gostariam de fazer compras em outras cidades com maior regularidade, mas, que são impedidas pela ausência de um automóvel.

Nossas indicações a partir dos materiais apresentados, visam enaltecer os aspectos que de fato consolidam a manifestação da diferenciação socioespacial na cidade. Relacionamos as práticas espaciais cotidianas com as componentes do déficit habitacional (infraestrutura, saneamento, regime de propriedade, coabitação), concomitantemente enquanto estudamos se na ótica dos cidadãos, essa cidade é capaz de satisfazer as demandas e necessidades das famílias que nela residem.

Mais da metade dos moradores que responderam ao questionário, não acreditam

Figura 17 - O que os cidadãos gostam na cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



que a cidade satisfaz suas necessidades cotidianas. De fato, no município há uma gama estreita em variedade de produtos, incluindo nos supermercados. Em seu centro comercial existem apenas duas farmácias, uma agência bancária do Santander, e dois correspondentes bancários, do Banco do Brasil (Correios), e da Caixa Econômica Federal (Casa lotérica). Além disso, os moradores indicaram a existência de um monopólio comercial por uma antiga família do município.

Sobre essas noções, fica mais clara a qualificação desse espaço, enquanto uma cidade local, nos limiares delimitados por Santos (1993) e também organizados por Endlich (2017a), de modo que o urbano está ali consolidado e, apresenta concentração demográfica, sede municipal. No entanto, não atinge em suas configurações a complexidade através das funções que exerce, oferta de serviços, satisfação dos moradores e das redes que se insere, os critérios que a definem como uma pequena cidade.

Os moradores elencaram também, quais eram os aspectos que mais agradavam-lhes na cidade. O sossego, foi a toponímia apresentada pelos cidadãos, para apresentar o que era do agrado, seguido da presença do Rio Paraná.

A diferenciação socioespacial se manifesta nas formas, estruturas e símbolos construídos na cidade. Em suas porções oeste e nordeste, concentram-se as habitações mais simples, cujos residentes são predominantemente famílias que recebem até um salário mínimo, inseridas nas economias locais, e que, precisam recorrer a atividades autônomas e informais como uma garantia de renda. Esses moradores, reconhecem a falta de intervenção pública no que diz respeito a infraestrutura, limpeza urbana e condições de saneamento na área, algo que se queixaram bastante. Eles reconhecem também, a existência de áreas valorizadas na cidade e no município, que dispõem aos moradores, um quadro mais favorável em relação à infraestrutura, saneamento, qualidade das habitações e mobilidade (como na zona leste), além do lazer e da segurança (no caso do condomínio).

Diante de todos os materiais apresentados, e sobre as constatações colocadas, atuaria sobre a cidade, concomitantemente ao processo de diferenciação, um processo de segregação socioespacial? Para denotar se ocorre ou não a segregação socioespacial na cidade local, é preciso que retomemos as bases colocadas entre os conceitos fundamentais da pesquisa. No caso, Corrêa (2013), determina as duas formas de sua ocorrência, sendo a segregação imposta e a autosegregação.



Figura 18 - Infraestrutura e habitações no centro da cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.
 Figura 19 - Habitações na zona leste. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.
 Figura 20 - Agricultura urbana na zona oeste da cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2020.
 Figura 21 - Problemas urbanos na zona oeste. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

A zona oeste, é uma área que se diferencia das demais como demonstramos, mas os moradores desta zona se mantêm inseridos nas dimensões da vida urbana na cidade, frequentando os espaços de consumo (feiras, supermercados, comércio local) e lazer (festas e eventos), ocupados em sua maioria dentro do município. Afirmar que esses moradores estão segregados, apenas pelo fenômeno da diferenciação não se sustentaria.

Todavia, existem outros valores que enaltecem essa percepção. Muitos moradores, ainda que afirmem que a cidade não os satisfaz, não tem a intenção ou vontade de deixar o município. Na cidade, existe um grande número de aposentados ou moradores de longa data, com imóveis quitados e que se encontram fixados na zona oeste, pelas dificuldades em vender ou alugar o imóvel, e conseguir se estabelecer em outra habitação confortável na cidade. Além disso existem as pessoas, cuja renda torna viável apenas o aluguel de casas na área com a pior infraestrutura.

Nesse contexto, poderíamos sim afirmar que há ocorrência do processo de segregação imposta, pois existem condições impostas a estas famílias, que lhes obrigam a habitar nos segmentos mais carentes da cidade. De certo modo também, podemos esboçar a ideia de que eles não foram segregados pela distância, mas sim pela relação entre os agentes.

Enquanto na cidade em geral, fomos bem atendidos pelos moradores, que se demonstraram receptivos a responder o questionário, mesmo ele sendo extenso. Na zona leste da cidade, não fomos tão bem recebidos. Na cidade, observamos que muitos moradores costumam colocar cadeiras e sentar na calçada de casa. Na zona leste, as casas possuem muros altos e portões fechados, e esse hábito também não é compartilhado. Na área há uma concentração menor de habitações, um espaçamento maior entre as casas. Não fomos recebidos nas duas primeiras residências em que tentamos aplicar o questionário, e ao decorrer da pesquisa, em mais duas.

Chamou a atenção na área, que haviam dois chefes de família que trabalhavam em outro município, e cotidianamente viajavam ao trabalho. Quando questionados sobre o porquê, elencaram o valor mais baixo do imóvel, o sossego e a presença do Rio Paraná. Ambas famílias, eram moradores de Dracena no passado. Outro aspecto importante, é que, 75% dos cidadãos nessa área, afirmaram não frequentar os eventos locais, associando esses eventos a bagunça, brigas, violência e acidentes.

Neste outro quadro, nos aproximamos das considerações de Corrêa (2013) sobre a autosegregação. Aquela onde os moradores com maiores faixas de renda, optam por habitar em áreas às vezes mais distantes, mas com melhor infraestrutura, onde afirmam buscar principalmente privacidade, segurança e conforto. Os mesmos, não se fragmentam da vida urbana, de modo que ainda utilizam em certa medida, o comércio local e determinadas áreas dedicadas ao lazer.

Além disso, fica evidente através da análise, alguns dos critérios apresentados por Roma (2008), por exemplo, na visibilidade dos processos sociais, onde os moradores enxergam a distinção de classes em diferentes áreas da cidade, sobretudo com aqueles que moram no condomínio e pouco interagem com a cidade e/ou aqueles que moram na zona leste; também na relação entre o urbano e o rural, visível nas áreas de segregação através da prática da agricultura urbana, ou da feira que ocorre aos sábados, e conta com mercadorias cultivadas em assentamentos, sítios e fazendas, da área rural do município.

Desse modo, afirmamos que na cidade de Paulicéia/SP, a segregação socioespacial está presente em seu espaço urbano sobre as perspectivas desta análise, e ela, se



Figura 22 - Saída das galerias pluviais no Rio Paraná. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



Figura 23 - Olaria em Paulicéia/SP. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



Figura 24 - Indústria de extração mineral (Porto de areia: Ilha Carolina). Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



Figura 25 - Igreja matriz da cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

soma ao processo de diferenciação socioespacial.

Há também uma crítica dos moradores mais antigos da cidade, e aqueles que se envolvem com a pesca. Os mesmos afirmam, que nos últimos 20 anos, a cidade e o rio têm sido cada vez mais poluídos, e o número de peixes vem diminuindo. As atuais galerias e bueiros da cidade, conduzem diretamente ao Rio Paraná, e ainda segundo os moradores, o esgoto que é recolhido na cidade, vem sendo despejado no Rio Ivaí.

Considerações finais

Em síntese, a partir de um conjunto de procedimentos metodológicos e articulação teórica, evidenciamos, que de fato, neste espaço urbano, se manifestam os processos de diferenciação e (auto)segregação socioespacial, e como eles ocorrem. A investigação relacionou as esferas socioeconômicas, com a infraestrutura e saneamento básico da cidade, e as práticas socioespaciais dos cidadãos que ali vivem, permeando as dimensões do consumo, da habitação, do lazer, da mobilidade e do trabalho.

O debate teórico elucidou nossa perspectiva acerca de como compreender a pequena cidade ou a cidade local, e como inferir a partir dos materiais obtidos com os procedimentos metodológicos, a ocorrência de determinados fenômenos espaciais, que vem sendo estudado principalmente nas metrópoles e cidades médias.

Defendemos que a construção deste estudo, reforça a contribuição de Endlich (2017a) em conceituar a pequena cidade, reconhecendo a dificuldade que existe em compreendê-las enquanto uma cidade, com o mínimo de complexidade e de funções. É diante disso, que julgamos necessário, um estudo mais atento às relações escalares na manifestação de fenômenos espaciais em pequenas cidades.

Verificamos que na vigência desses processos na cidade local, seus fundamentos funcionam a partir elementos que não estão necessariamente ligados pela distância, ou puramente pela situação geográfica. Generalizando, a segregação ocorre principalmente pela ausência do contato entre os moradores das áreas de diferenciação.

Ademais, continuamos especulando que exista um processo de fragmentação atuando sobre o município. Mantemos essa posição, pelas indicações de moradores da cidade, que visualizam determinada ascensão social sobre morar no condomínio fechado; também pelo fato de não termos conseguido contato com moradores do condomínio na realização dos trabalhos de campo pelo espaço urbano do município. Pretendemos, futuramente, construir um estudo que defina se o processo está em ocorrência, trazendo em evidência a relação escalar no método analítico sobre as cidades locais ou as pequenas cidades, em relação a outros centros.

Em nossa reflexão, portanto, não existe uma solução imediata que possa ser aplicada às deficiências que essa e outras cidades locais ou pequenas cidades venham a apresentar, efetivamente resolvendo o problema. O que existe são caminhos que gradativamente contribuiriam com a redução da desigualdade, e consecutivamente, a produção de um espaço menos diferenciado e mais acolhedor.

Um desses caminhos, é a emergência de lideranças locais e a formação de associações de bairros, ou de moradores. Ações coletivas que emergem da sociedade civil organizada, que pressionem e reivindiquem do poder público intervenções. Por exemplo: movimentos pela construção de moradias, movimentos que fomentem uma reforma nas vias e redes de saneamento, incentivos ao agricultor urbano, programas de distribuição de cultivos locais para as famílias mais carentes e escolas municipais,

formação de cooperativas para limpeza urbana e coleta de recicláveis, ônibus circular na cidade em horários específicos, que favoreçam os trabalhadores e os idosos, entre outros.

Por fim, é importante que sejamos realistas, pois ainda que venham a emergir iniciativas propondo melhorias pela sociedade civil, é normal que aconteça um embate entre forças desiguais, que não favorece a população do segmento mais carente. Então o que vislumbramos para este caso, é uma cidade local desigual, com uma economia que não atende à demanda da população, mas que ainda atende as famílias que vêm de outros municípios em busca de habitações com preços mais baixos, e que ofereça tranquilidade, segurança e lazer.

Agradecimentos

Os resultados são vinculados às pesquisas do Grupo de Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) que estuda as pequenas cidades no projeto temático *Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira* (Processo: 18/07701-8), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Referências

- COMENTTO. *Calculadora amostral*. 2018. Disponível em: <https://comentto.com/calculadora-amostral/>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais*. Revista Cidades. Presidente Prudente/SP, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Segregação residencial: classes sociais e espaços urbanos*. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação socioespacial*. São Paulo/SP: Editora Contexto, 2013, p. 38-60.
- COTE, Marc. *La petite ville et sa place dans le développement algerien*. In: *Centre D'études Et de Recherches Urbana, Petites Villes Et Villes Moyennes Dans Le Monde Árabe*, Tours, v. 17, 1986, p.699-716.
- DAL POZZO, Clayton Ferreira. *Territórios de autosegregação e segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de ciência e tecnologia – Universidade estadual paulista Júlio de Mesquita Filho – Presidente Prudente/SP, 2011.
- DESMARIS, Robert. *Considération sur les notions de petiteville et de villemoyenne*. Cahiers de Géographiedu Québec, Saint-Foy (Quebec) v. 28, n. 75, 1984, p. 355-364.
- DRESCHER, Axel. *Seguridad Alimentaria Urbana – ¿Agricultura urbana, una respuesta a la crisis?* Revista Agricultura Urbana, Quito/ Equador, n. 1, 2001, p. 8-10.
- ENDLICH, Ângela Maria. *Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades*. In: BOVO, Marcos Clair; COSTA, Fábio Rodrigues (Orgs). *Estudos urbanos em perspectiva: reflexões, escalas e desafios*. Campo Mourão/SP: Editora Fecilcam, 2017a.

ENDLICH, Ângela Maria. *Cidade-pequena*. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org). *Glossário de geografia humana e econômica*. São Paulo/SP: Editora Unesp, 2017b. FRESKA, Tânia Maria; VEIGA, Léia Aparecida. *Pequenas cidades e especializações funcionais: o caso de Santa Fé/PR*. Revista Sociedade & Natureza. Uberlândia/MG, v.23, n.3, 2011, p. 387-396.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Municípios de interesse turístico (MIT)*. Turismo. 02/04/2018. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=1354>. Acesso em: 25 fev. 2021.

IBGE. *Paulicéia*. Panorama. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pauliceia/panorama>. Acesso em: 25 fev. 2021.

IBGE. *Paulicéia*. Panorama. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pauliceia/panorama>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MESQUITA, Amanda Pires; MENDES, Estevane de Paula Pontes. *Pequenos núcleos urbanos: relação campo/ cidade e vida cotidiana na vila de Pires Belo, Catalão (GO)*. Espaço em revista. Goiânia, v.16, n.1, 2014, p. 15-32.

NEGRI, Silvio Moises. *Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análise*. Coletâneas do Nosso Tempo, Cuiabá/MT, v.8, n.8, 2008, p. 129-153.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULICÉIA. *Plano diretor de turismo do município de Paulicéia/SP*. 2017.

ROESE, Alexandre Dinnys. *Agricultura Urbana*. Embrapa. Brasília/DF, 2004. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/812707/1/ADM036.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

ROMA, Cláudia Marques. *Segregação socioespacial em cidades pequenas*. 2008. 137 f. Dissertação - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96712>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo/SP: Editora Hucitec, 1993.

SILVA, Paulo Fernando Jurado; SPOSITO, Eliseu Savério. *Discussão geográfica sobre cidades pequenas*. Revista Geografia, Rio Claro/SP, v.34, n.2, 2009, p. 203-218.

SOUZA, Marcelo Lopes. *O abc do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro/RJ: Editora Bertrand, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro/RJ: Editora Bertrand, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado. *Perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Fragmentação socioespacial*. Mercator, Fortaleza, v.19, n.1905, 2020, p. 1-13.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais na cidade*. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação socioespacial*. São Paulo/SP: Editora Contexto, 2013, p. 16-37.

DINÂMICAS URBANAS

Expansão e segregação em São João Nepomuceno/MG

URBAN DYNAMICS
Expansion and segregation in
São João Nepomuceno/MG

Maurício Henriques Velasco¹ e Raquel Garcia Gonçalves²

Resumo

Este artigo pretende analisar a dinâmica do espaço urbano de São João Nepomuceno, pequena cidade de tradição industrial têxtil em Minas Gerais, a partir dos movimentos de expansão urbana ao longo de sua história, visando desvendar as formas de segregação e fragmentação nela presentes, até sua atual configuração. O foco primordial da pesquisa está no resgate histórico das direções tomadas pelo tecido urbano desde seu surgimento como arraial colonial da economia cafeeira no século XIX até sua consolidação como cidade industrial nos séculos XX e XXI. A partir deste estudo, pretende-se, portanto, discutir a importância do Estado e das economias têxtil e do vestuário como motores desta expansão, bem como quais os fenômenos econômicos e sociais levaram esta sociedade a tal configuração do espaço urbano. Palavras-chave: segregação, morfologia urbana, São João Nepomuceno.

Abstract

This article intends to analyze the urban space dynamics of São João Nepomuceno, a small city with a textile industrial tradition in the state of Minas Gerais, from the urban expansion movements throughout its history, searching for the segregation and fragmentation shapes being there, until today. The main focus of this research is on the historical rescue of directions taken by the urban footprint since its emergence as a coffee colonial town in XIX century until its consolidation as an industrial city in XX and XXI centuries. Therefore, this study intends to discuss the importance of state and the textile and clothing economies as motors of such expansion, as well as what economic and social phenomena took society to such urban space configuration.

Keywords: segregation, urban morphology, São João Nepomuceno.

¹ Mestre em Urbanismo pelo Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU/UFMG (2020). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013).

² Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ (2005). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996).

Introdução

O tema central abordado por esta pesquisa está relacionado às formas de segregação em cidades de pequeno porte. Aponta-se para a problemática acerca da possibilidade dos pequenos organismos urbanos manifestarem assimetrias na distribuição dos grupos sociais em seu espaço urbano, bem como dificuldades de acesso por determinados grupos, de forma similar ao que ocorre em metrópoles e grandes cidades³. Diante destas questões, o objetivo principal da pesquisa é analisar a dinâmica do espaço urbano no distrito-sede de São João Nepomuceno, município da macrorregião da Zona da Mata, no interior de Minas Gerais.

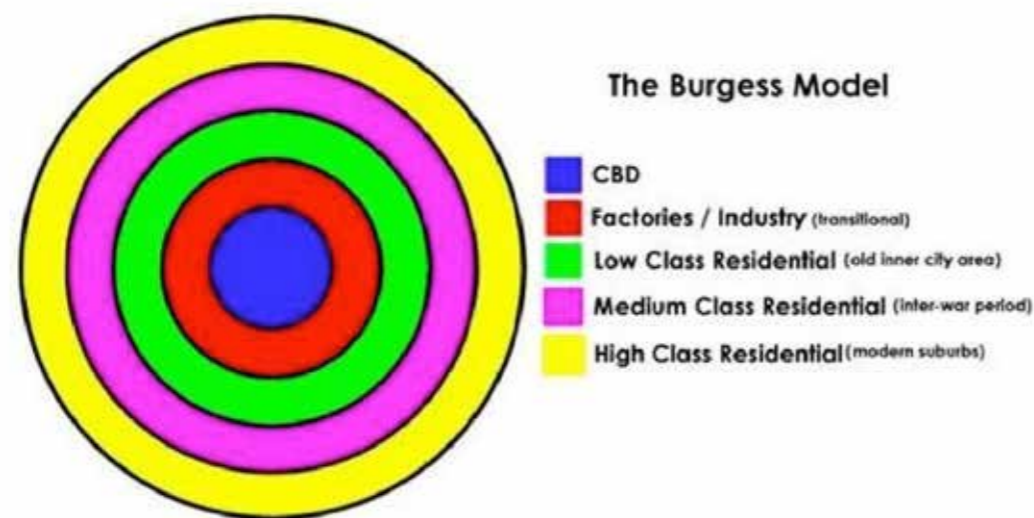
O método de abordagem a ser utilizado foi o dedutivo, partindo de teorias e referências de estudo já consolidadas para analisar os fenômenos particulares do contexto em questão. Foram empregados, para procedimento, concomitantemente, os métodos: histórico (analisando a evolução do tecido urbano e da distribuição dos grupos sociais ao longo das décadas até o presente), comparativo (entre morfologias urbanas dos casos já estudados por Flávio Villaça (1998) em relação ao estudo de caso em questão) e de estudo de caso, ao verificar a presença, no município escolhido para a pesquisa, dos fenômenos já comprovados e característicos das cidades da periferia. Em relação às técnicas de pesquisa, foi utilizada a técnica de coleta de dados indireta, pesquisa documental e bibliográfica, e também técnica direta de coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 1995), a partir da observação de fenômenos e do cotidiano urbano em pontos da cidade, bem como a análise de mapas e fotos aéreas, que auxiliam significativamente no entendimento do perfil das dinâmicas urbanas ao longo do tempo (diferenciar a cidade formal e a informal, identificar as direções de crescimento da área urbana, impactos, vetores de expansão, e outros). A coleta de dados pela técnica direta também foi feita através de entrevistas a membros da comunidade são-joanense, que se disponibilizaram a contribuir, a partir da experiência de cada um, com esta pesquisa.

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira é uma exposição sobre as teorias de segregação urbana, da Escola de Chicago aos marxistas. Em seguida se insere o histórico são-joanense sob o ponto de vista das direções tomadas pela sua expansão urbana ao longo das décadas. A terceira parte traz o atual panorama e as tendências de expansão de hoje em diante. Na última parte desenvolve-se a aplicação das teorias mostradas na primeira parte em relação ao que foi testemunhado nas fases de expansão da cidade em questão.

Teorias de segregação: da escola de Chicago à crítica marxista

Para iniciar uma reflexão teórica sobre segregação urbana, abordar as contribuições da Escola de Chicago neste campo torna-se tarefa essencial. Trata-se de um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica que tem início na última década do século XIX e experimenta seu auge entre 1915 e 1940, tendo como grande característica a pesquisa empírica, num contexto social que concentrava o foco na assimilação dos imigrantes pela sociedade americana (COULON, 1995). Desde sua primeira geração, a partir de 1890, já ficava consolidado entre seus estudiosos a importância do habitat para as relações sociais. De uma orientação cristã em seu começo, passou a uma maior autonomia, marcada por uma sociologia mais científica após 1900 e a uma proeminência no cenário americano a partir de 1915, com William Thomas, Robert Ezra Park e Ernest Burgess, da segunda geração. Para explicar os padrões espaciais,

³ Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado defendida em 2020 e desenvolvida no Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (NPGAU).

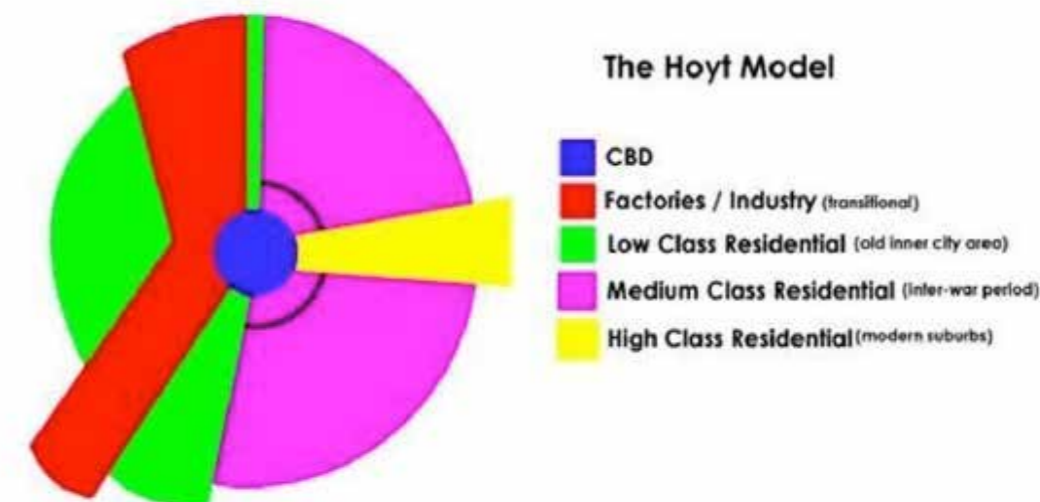


a Escola de Chicago “se concentrou em fatores behavioristas ou sociobiogênicos” (GOTTDIENER, 1985, p. 37), pelo menos até a década de 1940.

O estudo da diferenciação entre regiões de habitação no espaço urbano foi feito por Burgess, em 1925, e confirmado em um estudo sobre criminalidade e delinquência juvenil feito por Shaw e McKay em 1942. A Burgess “ficou a tarefa de pintar o quadro da teoria do espaço defendida pela Escola de Chicago” (GOTTDIENER, 1985, p. 40). Os bairros mais próximos dos centros comerciais e industriais concentravam a população de mais baixa renda e tinham as mais altas taxas de criminalidade. Ao contrário, os bairros da periferia da cidade, mais ricos, tinham taxas de delinquência muito baixas (COULON, 1995). Essa configuração tem base nas grandes cidades americanas, que já passavam, no início do século XX, a uma fase industrial do capitalismo, onde a elite motorizada passava às periferias, em aprazíveis subúrbios (CORRÊA, 1986). Gottdiener também associa a dinâmica explicada por Burgess à capacidade relativa dos habitantes de suportar os custos de transportes e, também, à especulação da terra:

Burgess acreditava que as propriedades pouco desenvolvidas de tais agentes em torno do distrito comercial central, junto com o fato desfavorável de as estruturas residenciais estarem próximas das empresas industriais, criaram um *slum* negligenciado, adjacente ao centro, que ele chamou de zona de transição. Casas em ruínas, divididas em cômodos por proprietários especuladores, à espera de uma reurbanização e posterior expansão do distrito comercial central, atraíram os elementos *mais surrados* da população [...] isso serviu para induzir ainda mais os elementos prósperos da população a abandonar o distrito comercial central e, no final, deu má fama à cidade (GOTTDIENER, 1985, p. 41).

Gottdiener (1985) chama atenção para o fato de que o modelo de Burgess, que consubstanciava espacialmente as ideias da Escola de Chicago, evidenciava a competição entre grupos sociais e forças econômicas, mas a partir deste momento começavam as limitações da ecologia humana. Em primeiro lugar, o modelo de Burgess se aplicava a condições socioeconômicas muito específicas, características das cidades norte-americanas e “quando estas condições mudam qualitativamente, a pretensão de universalidade de seu modelo cai por si só” (CASTELLS, 1983, p. 183). Em segundo lugar, apesar de levar em conta a ideia de grupo, presente desde



as áreas naturais até as unidades ecológicas, a orientação da Escola de Chicago se guiava pela ideia da adaptação, e não se levava em conta as dinâmicas desses grupos e suas localizações no espaço a partir de classe ou status, como se testemunha nas desigualdades econômicas, nem a questão dos elementos culturais, como o racismo. Há também a falta da questão do Estado e sua intervenção para a correção das assimetrias, o que é fruto, em parte, do determinismo tecnológico dos ecologistas e outros do pensamento *convencional* (GOTTDIENER, 1985)⁴.

Homer Hoyt, economista americano, faz no final da década de 1930, uma revisão do estudo da distribuição das classes no espaço feito até então. Afastou-se da ecologia humana dos intelectuais de Chicago para aplicar à sua análise uma abordagem mais voltada à economia e ao mercado imobiliário. Explicou o movimento residencial das elites segundo um eixo partindo do centro, o que configurava um círculo esquemático dividido em seções com ângulo no ponto central, caracterizadas pela má distribuição das vias de transporte e a dificuldade das elites em se expandir lateralmente (VILLAÇA, 1998). Castells descreve o esquema, destacando a tentativa de Hoyt de tornar seu modelo flexível a condições históricas particulares de cada contexto, bem como os limites de seu objetivo de se desvencilhar da ecologia:

Assim, as distinções setoriais propostas por Hoyt tentam adaptar o modelo às situações nas quais encontramos uma rigidez social devida à história particular de zona. Uma ou outra camada, implantada num setor, coloniza o conjunto de um certo raio, de dentro para fora, sem se transformar em bloco numa nova coroa. Mas o movimento ecológico e sua determinação funcional permanecem os mesmos (CASTELLS, 1983, p. 184).

Corrêa chama a atenção para o fato de que a segregação é um processo que caracteriza a cidade, e não apenas a cidade capitalista (CORRÊA, 1986, p. 61), apesar de que este modo de produção dinamiza a segregação, deslocando as classes no espaço, em contraponto com a estrutura imobilizada da segregação em ambientes urbanos arcaicos (CORRÊA, 1986, p. 69).

⁴ Gottdiener (1985) classifica como convencionais as reflexões acerca da questão urbana realizadas desde a Escola de Chicago, no fim do século XIX e as ideias behavioristas da década de 50. Este grupo de pensadores vistos por este autor como convencionais perdem espaço definitivamente na década de 60 com o advento das contribuições marxistas sobre a questão urbana.

A ruptura definitiva com o pensamento convencional, que se manteve fiel a alguns pontos da Escola de Chicago, foi possibilitada por uma série de eventos na década de 1960, que atingem os dois principais bastiões do capitalismo central, Estados Unidos e França, o que torna propícia a entrada dos marxistas no debate da análise urbana. Uma série de rebeliões nos guetos americanos, entre elas Watts, em 1967, e as greves francesas em maio de 1968, além de abalar as sólidas estruturas do ciclo virtuoso do capitalismo no pós-guerra, foram a porta de entrada para aquilo que faltava na análise urbana feita pelos convencionais até então: “o papel das frações de classe no espaço, a relação entre desenvolvimento espacial e controle social, o conflito de classes tal como se distribui no espaço e a relação entre o Estado e o espaço” (GOTTDIENER, 1985, p. 76).

Dentre os marxistas que passaram a levar em conta a questão espacial, sobretudo após 1968, Manuel Castells foi talvez o que mais contribuiu para o desapego definitivo em relação às ideias convencionais. Sua crítica, contida na obra *A Questão Urbana*, tinha como objetivo primordial “ultrapassar a descrição dos mecanismos de interação entre as implantações e as atividades, para descobrir as leis estruturais da produção e do funcionamento das formas espaciais” (CASTELLS, 1983, p. 191), compreendendo o espaço enquanto expressão da estrutura social. A partir desta lógica, o espaço, assim como a estrutura social, é modelado por um conjunto de três elementos: econômico, político e ideológico. A aplicação desta tríade é feita de forma similar à que Althusser propôs para o sistema social como um todo, mas desta vez a um sistema homólogo, aplicado à realidade concreta, o urbano (GOTTDIENER, 1985).

Para se chegar à abordagem da segregação em Castells, dentre esses três elementos modeladores, é preciso explorar o econômico em especial. O elemento econômico é traduzido pela interação entre força de trabalho, meios de produção e não trabalho, e a expressão espacial desta interação é compreendida a partir de quatro elementos: produção, consumo, troca e gestão. A produção é a expressão espacial dos meios de produção e o consumo, expressão espacial das forças de trabalho, é constituído de seu principal componente, a moradia, e a consequência mais evidente de sua manifestação no espaço é a segregação. Num primeiro momento, Castells fez uma definição puramente espacial do conceito de segregação:

[...] entenderemos por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (CASTELLS, 1983, p. 250).

O divórcio definitivo com as ideias convencionais se revela quando Castells relaciona a distribuição das moradias no espaço como um reflexo da distribuição dos produtos e da articulação da luta de classes, o que traz ao debate o ingrediente de determinações sociais na modelagem do espaço.

Castells (1983) também amplia a questão da segregação para além da projeção da estratificação social no espaço e a considera “um efeito da distribuição do produto entre os sujeitos, do produto-moradia no espaço e também da correspondência entre estes dois sistemas de distribuição” (p. 252). Chama a atenção para a “compreensão da composição do espaço por meio de seu processo de produção, a nível das formas urbanas e da distribuição dos indivíduos entre elas” (CASTELLS, 1983, p. 253). Destaca ainda que é, mais que a distribuição das residências e dos grupos sociais no espaço, “a expressão das relações que determinam a segregação e suas modalidades, em nível da reprodução da força de trabalho” (CASTELLS, 1983, p. 262).

É importante expor a análise pelo autor da segregação na interação do elemento consumo, ou reprodução da força de trabalho, com o elemento produção, sendo esta interação a tradução do elemento troca, que está relacionado ao transporte, circulação, fluxo e mobilidade.

Outros autores também procuraram explorar as diversas manifestações da segregação no espaço urbano em suas obras, muitas vezes na forma de uma subdivisão didática de tipos específicos, que podem dialogar ou não entre si. Lojkin (1997) expõe três tipos de segregação social e espacial, sobre a qual se baseia o abismo de interesses entre a classe trabalhadora e as camadas médias: um ao nível da habitação, o outro ao nível dos equipamentos coletivos e o terceiro ao nível do deslocamento entre a casa e o trabalho.

Lefebvre (2016) trata a segregação no âmbito de sua crítica à racionalidade e à inteligência analítica do urbanismo, sendo um fator equivalente, no espaço, à especialização e parcelarização do trabalho, ligadas à ideologia e estratégia de classe. A segregação se desenvolve ao longo de três aspectos sucessivos, a começar *espontaneamente* pelas diferenças de renda e ideologia, que *voluntariamente* se estabelecem lugares separados no espaço, e esta separação se dá de forma *programada*, sendo aceita sob o pretexto da planificação. Os bairros residenciais, mesmo não apresentando aparentemente uma separação muito evidente, tendem a ser, de modo geral, como guetos. A segregação pode ser ainda subdividida em diferentes critérios: ecológicos (favelas e cortiços), formais (deterioração dos signos e significações da cidade) e sociológicos (modos de vida, etnias e culturas) (LEFEBVRE, 2016).

Outro ponto importante para a análise da segregação está na diferença da estratificação social, no nível da sociedade e seu grau de incidência do espaço. Há, portanto, um nível de segregação relacional e outro geográfico. O primeiro “implica a ausência de interações entre distintos grupos sociais e o outro alude a uma distribuição desigual e distante dos grupos sociais no espaço físico” (RODRÍGUEZ VIGNOLI, 2001, p. 12 apud SOLDANO *et al.*, 2018, p. 22). Uma vez compreendida a ideia da expansão urbana como um processo de fabricação de territórios diferenciados ou arquipélago de modos de vida antitéticos, a segregação também pode se manifestar de forma autoinduzida, que é o caso dos condomínios fechados da alta renda, de forma estrutural, presenciada pelos assentamentos informais da baixa renda (SVAMPA, 2001, MERKLEN, 2005, AUYERO, 2001 apud SOLDANO *et al.*, 2018) ou por zonas intermediárias que desestruturam a vida cotidiana da cidade. Soldano *et al.* (2018) elenca os males efetivos do isolamento e da segregação, dentre eles a naturalização das desigualdades de acesso e a ameaça à coesão social, uma vez que são reduzidos os ambientes de convivência bem como as oportunidades para tratar de forma crítica as desigualdades e os estigmas de diversos grupos sociais.

Histórico de São João Nepomuceno

Como já mencionado, o universo de pesquisa está delimitado no tecido urbano do distrito-sede do município de São João Nepomuceno, localizado na Zona da Mata mineira. O município testemunha a ocupação pioneira de seu território, bem como sua primeira emancipação política no início do século XIX, e durante este século sua economia se baseia na produção cafeeira por meio das relações de trabalho entre senhor e escravo. Além do distrito-sede em questão, foco da pesquisa, surgiram na região outros arraiais de menor tamanho, como suportes para outras atividades rurais ligadas não só ao café, mas à produção de alimentos. Essas vilas se tornaram distritos vinculados à órbita política e administrativa do município de São João Nepomuceno.



Em seguida ao período imperial de base escravocrata e cafeeira, o território são-joanense passa por importantes metamorfoses sociais e econômicas a partir de 1880, com a abertura dos canais de integração desta região com a capital nacional por meio da estrada de ferro, possibilitando o fluxo de novos serviços e imigrantes. Esse panorama possibilita a diversificação de sua economia e composição social, e também a consolidação efetiva das relações modernas de trabalho, entre patrões e empregados assalariados. Esses incrementos são impulsionados, em grande medida, pela instalação da indústria têxtil, com a fundação da Companhia Fiação e Tecelagem Sarmiento (CFTS), também ao final do século XIX, o que molda, de forma permanente, o perfil da cidade durante boa parte do século XX até o declínio das atividades deste ramo, na década de 1980. Este contexto de transição inaugura novas vocações econômicas na cidade, que se consolidam nestas últimas décadas do século. A maioria indiretamente ligada à antiga indústria, como a produção de vestuário, que se faz de forma descentralizada em diferentes empresas, e, posteriormente, também em unidades domésticas de produção, por meio do sistema de facções, e outras como a indústria da construção e o mercado imobiliário, sem vínculo aparente com a tradição industrial têxtil consolidada ao longo do século passado.

Durante sua formação econômica, a cidade sofreu modificações substanciais em seu tecido urbano e, como consequência, alterações na implantação dos grupos sociais neste espaço. Tais modificações foram certamente a ferramenta de pesquisa mais importante para este trabalho.

1815 A 1880: do arraial colonial à cidade moderna

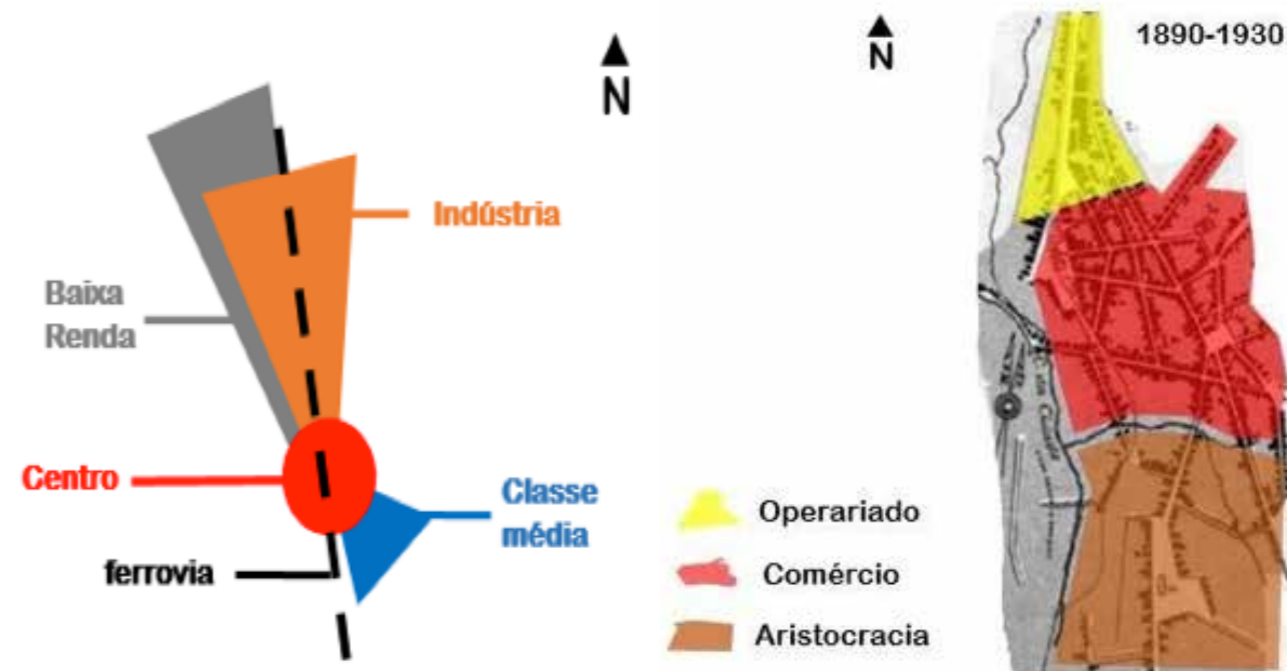
A distribuição de classes sociais de forma segregada no território está presente desde o século XIX, ainda no período da economia cafeeira, caracterizada pela relação entre a classe aristocrática e a força de trabalho escrava. Essa relação estava configurada de duas maneiras: uma que apresenta uma diferença topográfica, onde o morro da Matriz era o reduto das elites e a parte baixa até o largo do Rosário era habitado pelo contingente da força de trabalho escrava urbana. A outra se apresenta a partir da existência de uma espécie de *quarteirão das elites* a oeste da região negra do Rosário (PONTES, 2019), a leste, e que se consolida, a partir do início do século XX, como o centro comercial mais dinâmico da cidade.



Figura 4 – O núcleo pioneiro em destaque num mapa de 1927. Fonte: Adaptado pelo autor com base em COSTA; COSTA, 2012.



Figura 5 – As regiões da Matriz e do Rosário. Fonte: COSTA; COSTA, 2012.



Essa segregação se trata de uma configuração típica de um período pré-moderno, onde não há nem a instituição de relações modernas de trabalho, como a venda da força de trabalho mediante salário, nem uma mínima consideração acerca da cidadania da população negra, então considerada como objeto de trabalho passível de compra e venda. Além disso, apesar do crescente contingente da população negra urbana nos aglomerados brasileiros, essa era uma porção residual ao longo do século, estando o grande número de escravos ainda enraizado nos meios rurais e a uma relação escrava de trabalho. Diante dessa atmosfera, pode-se dizer que a segregação desse grupo negro urbano do Rosário assenta-se não sobre critérios de renda, ainda ausente nesse período, mas sobre uma forma de segregação compulsória sustentada pelo estigma da cor da pele e pela negação total da cidadania a um grupo, procedimentos típicos da instituição escravocrata, que entraria em crise nas últimas décadas do século XIX.

1880 A 1930: consolidação do núcleo central

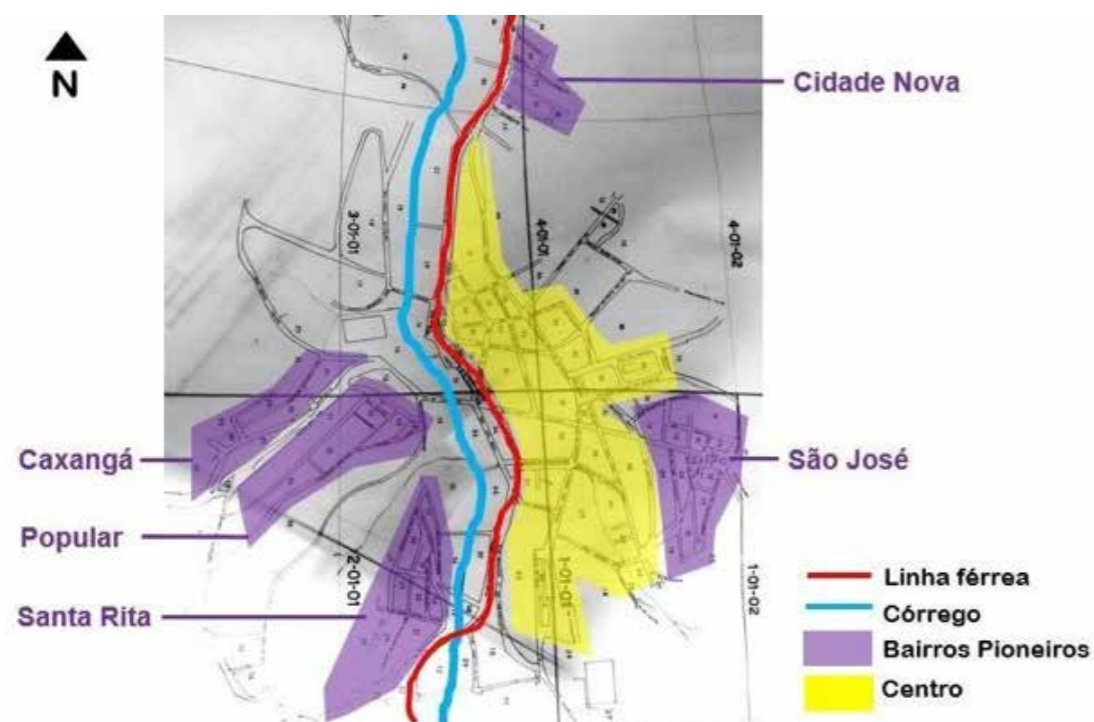
A primeira evolução do centro urbano se dá ao longo do século XIX a partir de três elementos articuladores principais: a igreja Matriz, a estação ferroviária e a fábrica de tecidos. Cada um dos elementos indica a distribuição de uma classe social no território. A aristocracia cafeeira ao redor da igreja, a classe comerciante pioneira junto à estação, e a classe trabalhadora ao redor da fábrica. Essa expansão do traçado segue o sentido sul-norte, desde a capela, que data de 1815, até a estação e a fábrica, instaladas em 1880 e 1885 respectivamente. Esse sentido é o mesmo em que se dispõem duas outras linhas que irão constituir divisores importantes para o estudo: a linha férrea e um córrego que passa nas proximidades do núcleo urbano.

Durante as primeiras décadas do século XX, o tecido urbano permanece sem muitas alterações, mas a partir da incorporação de novos bairros, essa porção pioneira do traçado, que constitui uma linha que vai da igreja matriz, passando pela estação ferroviária até a fábrica, começa a se confirmar como a parte central ou bairro central da cidade, ainda que dividido em duas repartições, o centro efetivo da cidade, com a concentração de comércio e serviços, vinculado historicamente à estação, e um centro

histórico, vinculado ao largo da igreja matriz, que ainda mantém algum testemunho da arquitetura colonial do tempo do café. A expansão do centro após o advento da infraestrutura de transporte ferroviário se sobrepõe em algum momento ao já consolidado *quartirão imperial* das elites, mas possui característica similar aos planos conhecidos da época, uma vez que constitui uma trama de ruas retilíneas que ligam diversas praças entre si, essas situadas junto aos principais marcos visuais da cidade, em oposição ao traçado tipicamente colonial no morro da Matriz. Essa oposição é o reflexo no espaço, pela primeira vez, de uma atuação mais significativa do aparato estatal na escolha e na moldagem do desenho urbano, ao preparar uma nova região central de ruas planejadas, quase num formato de jogo da velha, similar aos modelos positivistas desta virada de século, de modo a conectar o território das elites aos novos equipamentos de integração da cidade, além de dotar o espaço de uma infraestrutura de meios de consumo coletivo necessários para reprodução do capital, gerando assim uma melhor economia de aglomeração.

A porção do núcleo ao redor da fábrica era a *periferia*, concentradora da mão-de-obra operária, próxima à prisão e aos mecanismos de controle do aparato policial. Em resumo, de 1815 a 1930, o pequeno núcleo ao redor da matriz e do Rosário se expande em direção à estação e à fábrica, e após 1930 esse núcleo se consolida como o que os habitantes ou a própria prefeitura classificam como *centro* da cidade, com uma parte efetiva e uma parte *simbólica*.

Com o advento da República e a abolição da escravidão, a segregação adquire uma nova configuração, com o centro expandindo ao redor da estação ferroviária, tornando-se, portanto, reduto das elites comerciais; e a fábrica, ao norte, sendo nesse período o lugar natural da nova força de trabalho operária assalariada. O que se percebe é que, à medida que vai se reconfigurando o perfil das elites, do Império para a República, ocorre uma dilatação do seu campo espacial em direção às áreas ocupadas pelas classes trabalhadoras, que, por sua vez, também à medida que sua configuração muda, desloca para novos espaços, constituindo novas periferias. O que se nota aqui é um processo bastante similar ao de invasão e sucessão de grupos no espaço urbano sugerido pelos pensadores de Chicago, mas especialmente a configuração guarda mais semelhança com o esquema de Hoyt, onde o centro comercial e a região



industrial dividem as classes, que se situam em lados opostos do tecido urbano, como já visto, as elites do centro para o sul e a classe trabalhadora ao norte, cortada pela linha férrea e pelas instalações fabris.

1930 a 1980: expansão pela força de trabalho fabril

O período que compreende meados do século XX, especificamente entre as décadas de 1930 e 1980, é marcado pelo transbordamento do tecido urbano de São João para além daquele núcleo que foi visto até agora, e que, embora possa ser compartimentado nas fases históricas já descritas, se consolidou ao longo do tempo como o centro da cidade, tanto no imaginário do cidadão são-joanense como para critérios oficiais da administração pública e do Estado. Assim como a investigação sobre as direções do território que essa nova etapa da evolução do tecido urbano tomou (VILLAÇA, 1998), também se torna importante nesse momento entender o que significa o surgimento desses bairros da cidade, identificados pelos são-joanenses como os quatro pioneiros: São José, Santa Rita, Caxangá e Popular⁵. Trata-se, primordialmente, da intensificação da diferenciação espacial da classe trabalhadora à medida que cresce a necessidade de novos espaços para a reprodução da força de trabalho⁶. Todo esse processo coincide com a expansão da atividade industrial têxtil na cidade nos anos 1940 e 1950 (COSTA, 2016).

Espacialmente, esses novos braços do tecido urbano possuem similaridades entre si por terem tomado as direções de regiões de topografia mais elevada, em contraposição à região central mais baixa, em torno da fábrica e linha de ferro. Com exceção do bairro São José, que surgiu a leste do Rosário, os demais bairros constituem elementos a oeste, fisicamente destacados da região central pioneira pelas linhas do córrego e da ferrovia. Essas direções da expansão, sobretudo a oeste, vão se consolidar como o

5 Geraldo José Barbosa de Mendonça, 65 anos, engenheiro civil. Informação verbal, 2020. Entrevista realizada em 08 de março de 2019.

6 Segundo a teoria marxista, a produção está relacionada à transformação da natureza para construir a riqueza material mediante o trabalho. A reprodução está relacionada à vida do trabalhador e à garantia de suas condições de existência, tal como a habitação, alimentação, etc. (QUINTANEIRO, 1995).

padrão do processo de periferização da cidade ao longo do século XX, assim como o córrego e a linha férrea vão se confirmar como fronteiras sociais. A linha do tempo relacionada ao surgimento desses novos bairros e à expansão do tecido urbano segue, provavelmente, com a diferença de alguns anos, podendo variar entre um caso e outro, a sequência temporal das leis municipais disponíveis para pesquisa, que versam sobre as denominações dos logradouros públicos, do final da década de 1940 até o presente momento.

Como já abordado anteriormente, a razão de ser da existência dessa expansão espacial nessa época é sua função de reservatório da força de trabalho que já se dilatava desde a consolidação da atividade fabril na primeira metade do século XX, constituindo, assim, o primeiro reduto da classe trabalhadora fora das proximidades da fábrica e destacada da lógica de vila operária típica do início da república, e que regia a dinâmica da reprodução da força de trabalho no início da São João Nepomuceno moderna. Nesse processo, como a decisão de alocação da classe trabalhadora sai das rédeas diretas do patrão, passa a se tornar relevante a dinâmica relacionada à questão fundiária e ao preço da terra, uma vez que parte do custo da reprodução da força de trabalho ou dos meios de consumo coletivo passa ao aparato estatal, influenciando, desse modo, os critérios de escolha do espaço de alocação desse contingente.

Há aqui dois fatores importantes a serem vistos, sobretudo pelo fato de oferecerem outros pontos de similaridade entre esses primeiros bairros pioneiros: a tipologia das habitações encontradas nesses locais e a relação da construção destas com a CFTS, empresa cuja abrangência nos aspectos sociais da cidade já foi mencionada. Em cada um desses bairros, em maior ou menor grau, houve a relação da fábrica com tal processo, algo, na verdade, automático, uma vez que se tratava de reprodução da força de trabalho ligada à expansão de sua produção. “Esse pessoal que morava, principalmente no São José, era quase que 100% funcionário da fábrica”⁷. Essa afirmação mostra de forma clara a relação de proximidade, bem como a abrangência da atividade industrial têxtil na vida das famílias são-joanenses. Em relação à tipologia das habitações, há um padrão bastante repetido em todos esses bairros. Trata-se de um padrão de casa unifamiliar, com fachadas e aberturas muito similares entre si, variando, provavelmente a título de identificação, as formas e os detalhes decorativos dos frontões.

Acompanhando a mesma direção do bairro Santa Rita, também a oeste da linha do trem e destacados do núcleo central da cidade, desenvolveu-se mais um vetor de expansão do território urbano, o que viria reforçar a tendência permanente da segregação dos contingentes da classe trabalhadora no sentido oeste. Nesse vetor surgem dois bairros muito próximos entre si, mas com características bem distintas: o Caxangá, que, pela primeira vez, ocupa um terreno de relevo mais baixo do que a região central da cidade; e o bairro que ocupa o chamado Alto Caxangá, que ficou tradicionalmente conhecido como Popular, situado no alto de um platô entre o Caxangá e o Santa Rita.

Há aqui um ponto a ser tratado como um contraponto à tendência da expansão a oeste, que pode ser visto como a inauguração de um novo vetor, que se dá com a incorporação do que foi conhecido como Cidade Nova, começando a indicar o início de uma expansão para o norte. Esse processo de urbanização, um pouco à frente no tempo em relação aos bairros conhecidos como pioneiros, guarda uma lógica de localização talvez mais adequada do que os demais em relação à constituição de uma

7 Geraldo José Barbosa de Mendonça, 65 anos, engenheiro civil. Informação verbal, 2020. Entrevista realizada em 7 de março de 2020.



economia de aglomeração⁸, pelo fato desses logradouros estarem situados ao longo da avenida Carlos Alves e imediatamente adjacentes a leste da ferrovia, portanto mais próximos das instalações da Companhia Sarmiento e praticamente vizinho das ruas que constituíam a *vila operária* da CFTS do início do século XX. De acordo com a lógica da economia de aglomeração, esse local deveria ter sido um dos primeiros a serem ocupados, uma vez que sua função primordial, assim como os demais, é de reprodução da força de trabalho da fábrica, garantindo um grande aproveitamento de tempo e custo de transporte, dada a reduzida distância entre os espaços de produção e reprodução. Os motivos que fizeram com que isso não fosse realizado são incertos, mas talvez estejam ligados à questão de propriedade e preço da terra, e pelo fato de parte do encargo da reprodução ter passado, a partir de 1930, às mãos do Estado.

Mais tarde, nos anos 1970, com a incorporação do bairro São Cristóvão, conhecido como Benetti, situado ainda mais ao norte do leito da ferrovia, esse vetor se consolida permanentemente, sobretudo nas últimas décadas, como uma das principais direções de expansão urbana, além de um importante receptor da força de trabalho na esteira da expansão das atividades econômicas ligadas à indústria e serviços.

1980 aos dias atuais: confecções e novas periferias

A expansão urbana de São João em meados do século XX constituiu, como já visto, um reflexo espacial do crescimento da atividade industrial dos anos 1940 e 1950, estando esse crescimento ligado à proeminência da CFTS na economia local. Seguiu também, na maioria das vezes, uma similaridade na morfologia e no processo de ocupação, de modo a consolidar, como já visto, uma tendência de expansão na direção oeste, do outro lado daquelas que se tornaram importantes fronteiras sociais: o córrego e a ferrovia.

O início da década de 1980 inaugura uma nova rodada de expansão urbana, e essa

⁸ Um dos condicionantes para a implantação da economia industrial é a aglomeração espacial de todas as atividades relacionadas à produção, entre elas a moradia do trabalhador. O termo “economia de aglomeração” se traduz pela necessidade da economia industrial de encurtar o custo de deslocamento mediante aglomeração dos elementos fundamentais à atividade produtiva (SINGER, 1987).

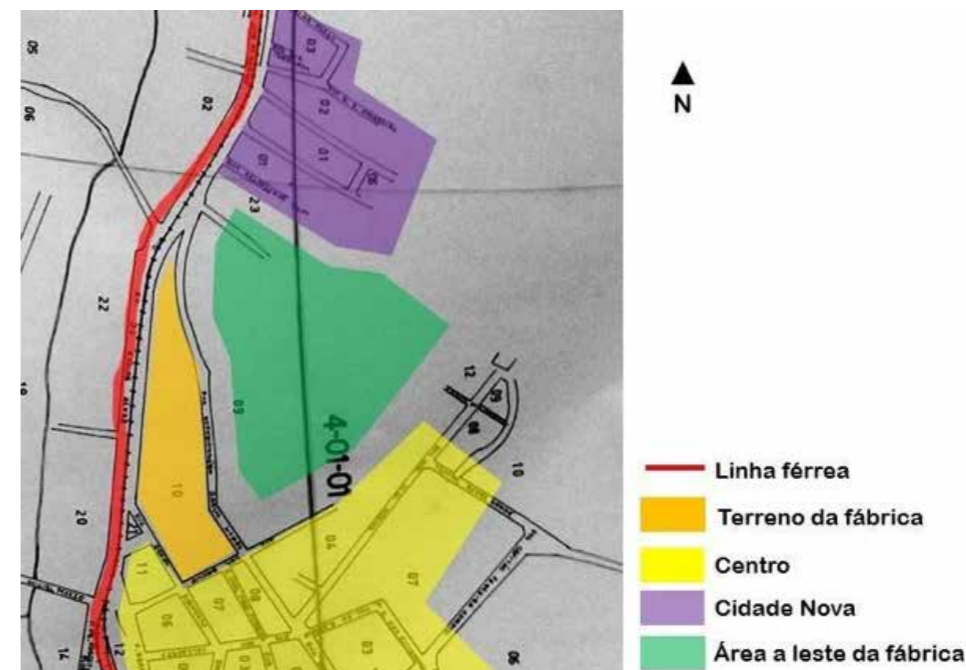


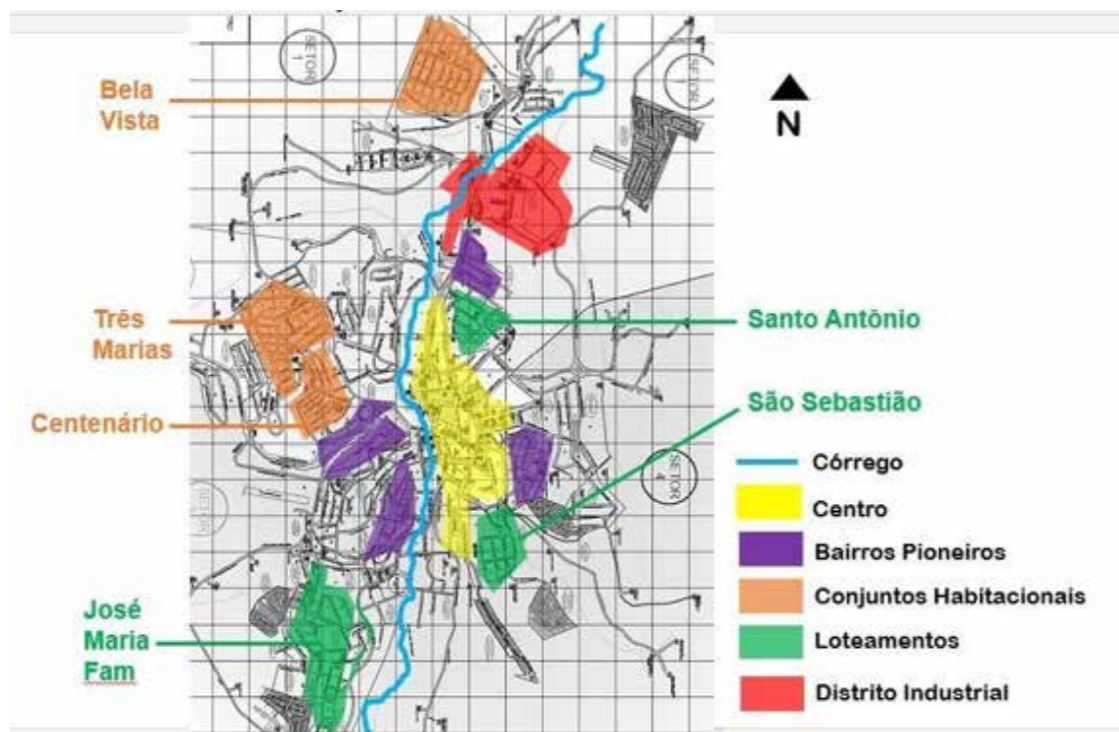
Figura 11 – Área a leste da fábrica. Fonte: Secretaria Municipal de Obras de São João Nepomuceno, 2019.

expansão se destaca da antiga principalmente devido às transformações pelas quais a cidade passa em seu aspecto econômico nesse período. Como já analisado, a crise da CFTS durante os anos 1960 é uma espécie de prelúdio para a inauguração de um novo perfil industrial que viria mais tarde, marcado pela continuação da atividade têxtil com a Santa Martha e pelo início da nova indústria do vestuário que se instala no final da década de 1960⁹, confirmando seu sucesso nas décadas seguintes. Essa transição para a nova economia de confecções vai originar, portanto, um perfil de crescimento urbano que guarda similaridades e diferenças com aquela expansão pioneira.

A nova rodada de expansão dos espaços de reprodução segue o processo semelhante ao anterior no sentido de ser uma continuação e aprofundamento da diferenciação espacial dos diferentes contingentes sociais, sendo, desta vez, o reflexo da expansão e diversificação do perfil industrial da cidade testemunhado nesse momento. Embora guarde uma semelhança estrutural com os antigos bairros, o fenômeno de expansão aqui possui importantes diferenças no seu aspecto espacial e social. Além de ser uma expansão de maior expressividade, trata-se também de um processo mais heterogêneo em vários aspectos. Apesar de ainda continuar a expansão já vista a oeste e a norte, a partir de 1980 a tendência vai se diluir para as demais direções, apresentando um mosaico mais diversificado de novos territórios urbanos em torno da consolidada região central, com uma maior diversidade também no caráter de cada ocupação. Fora de uma cronologia muito rígida, seis são os bairros cujos estudos vão auxiliar no entendimento desse novo processo: Centenário, Três Marias, Bela Vista, Santo Antônio, São Sebastião e José Maria Fam. Os três primeiros possuem similaridades entre si, portanto serão abordados como um conjunto. Os três últimos possuem um outro caráter na sua constituição, o que os coloca, desse modo, em outro grupo a ser tratado. Esses dois agrupamentos, como será visto, se apresentam praticamente como contraponto um ao outro em todos os aspectos.

O bairro Centenário segue a tendência já experimentada da expansão da silhueta urbana para oeste. Está localizado na vizinhança do já consolidado Caxangá, num terreno de declividade bastante acentuada. Todo esse território, que era propriedade do

⁹ A empresa Confecções Marlu Ltda. (CNPJ 24.799.587/0001-09) foi a empresa pioneira do ramo de confecções em São João, tendo iniciado suas atividades a partir de 1969.



município, foi loteado e cedido a centenas de famílias, num processo de doação por lei¹⁰ que se iniciou em 1980 e se completou nos anos seguintes. A tipologia das habitações segue o padrão de residências unifamiliares geminadas dispostas repetidamente em fila na sequência dos terrenos, esquema típico do modelo de resolução estatal tecnocrática da problemática da reprodução da era moderna (JACOBS, 2014), algo que já havia sido experimentado em São João décadas antes com o Popular, e que agora se confirma como tendência. Segundo o que é dito pelos que vivenciaram o processo, as obras ficaram a cargo de uma empresa particular de construção, a Nepoma São João Nepomuceno Empreendimentos Ltda., criada em 1981¹¹. Houve, com esse empreendimento popular, a tentativa de impulsionar a atividade da construção na cidade, embora com resultados controversos.

[...] o Centenário, quem fez foi uma empresa, a Nepoma....o nome era mais ou menos assim. Aqui como era São João Nepomuceno, ficou Nepoma [...] foram muito enrolados...deu o que falar, política, e tal [...] eu que vendi a madeira toda do Centenário. Agora, muita gente perdeu dinheiro lá [...], mas eles não ficaram me devendo nem um tostão (Luciano Lima Fonseca, 86 anos, empresário, informação verbal, 2020)¹².

Uma vez descritos esses bairros e suas similaridades, é importante destacar o segundo grupo, que, na linha do tempo, se desenvolve em paralelo ao primeiro. Santo Antônio, São Sebastião e José Maria Fam são também reflexos espaciais da nova rodada na economia são-joanense, responsável por inaugurar na cidade novas tradições de produção e uma estrutura mais complexa de serviços. Esses bairros constituem contrapontos bastante evidentes em relação aos anteriores, a começar pela localização de cada um deles em relação à chamada região central da cidade. Com exceção do bairro São José, é a primeira vez que o processo de urbanização em direção às regiões leste e sul se consolida como tendência. O São Sebastião ocupa o então vazio lado

10 Leis 805 a 895 e 900 a 989 de 1980, que versam sobre as doações de faixas de terreno no bairro Centenário.

11 Nepoma São João Nepomuceno Empreendimentos Ltda. CNPJ 16.721.037/0001-49.

12 Entrevista realizada em 7 de março de 2020.

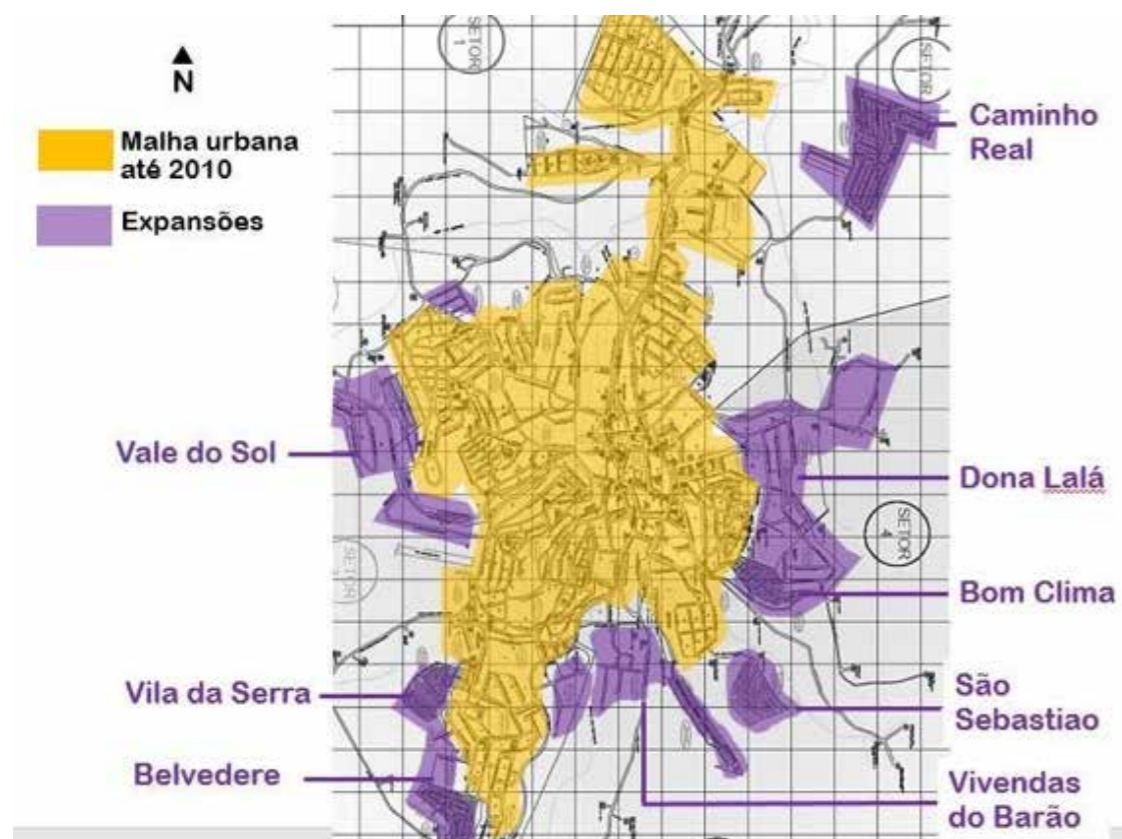


leste do morro da Matriz, o Santo Antônio preenche todo o espaço não urbanizado no lado leste dos galpões da CFTS.

Como já mencionado, o estabelecimento tardio do bairro Santo Antônio como território de reprodução da classe média num contexto de vizinhança aos espaços de produção da fábrica têxtil é bastante curioso. Por que esse lugar se tornou um bairro de renda média tendo sido ocupado tardiamente? Dentro da lógica da economia de aglomeração, é o lugar ideal para se fazer um bairro operário pioneiro. No entanto, boa parte dos espaços de reprodução dos operários da fábrica foram surgir em lugares relativamente distantes. Por que, na hora de fundar o Popular, por exemplo, não foi escolhido o atual Santo Antônio? Até onde a questão da terra influencia nessa resposta? Talvez a questão do status social seja uma forte pista. É certo, como testemunhado pelas direções da expansão urbana, que o padrão de ocupação operária segue a tendência que se estabelece no começo, construindo uma espécie de maciço do *colarinho-azul*¹³, composto por Santa Rita, Popular, Caxangá, Centenário e Três Marias, nessa ordem temporal. Uma vez iniciada a tendência dos bairros da classe operária a oeste, ela é continuada, salvo algumas exceções, de modo permanente.

Tanto o Santo Antônio como o São Sebastião têm sua ocupação iniciada nos anos 1980. O bairro José Maria Fam vem desde os anos 2000 e representa o vetor da urbanização na direção sul, próximo ao já consolidado e pioneiro bairro Santa Rita. Tratam-se de bairros que surgiram de loteamentos convencionais e que acabaram se tornando territórios de expansão das classes médias, até então limitadas à chamada região central. Esse é um elemento novo e que permite conclusões importantes a respeito do desenvolvimento diferenciado dos territórios urbanos: a classe média, composta por funcionários públicos, profissionais liberais e proprietários de indústrias, só inicia seu transbordamento da região central para reprodução em novos espaços nesse momento, enquanto os bairros destinados à classe trabalhadora, que caracterizaram integralmente a expansão de meados do século XX, continuam se expandindo. E quando a classe

13 Colarinho-azul designa o contingente da força de trabalho ligada à manufatura, indústria e serviços manuais, em contraposição ao setor colarinho-branco, ligado ao trabalho burocrático e ao ambiente de escritório (GOTTDIENER, 1985).



média sai da região central é sempre na direção oposta às direções cuja tendência de expansão é dos extratos de renda mais baixos. Esse processo transforma o contexto urbano de São João num mosaico mais diversificado de territórios, mas ao mesmo tempo dotado de uma força centrífuga que marca divisões e separações profundas para uma cidade de tal porte.

O espaço urbano de São João hoje

Por meio do entendimento sobre os caminhos tomados pelo desenho urbano e suas assimetrias é possível olhar, de forma refletida no espaço, os fenômenos sociais vivenciados em uma determinada localidade. No caso de São João Nepomuceno, a partir desse modo de análise, ficou mais clara a dinâmica da expansão urbana ao longo das décadas, o que permitiu enxergar uma série de fenômenos sociais ligados a uma modernização pela via do desenvolvimento industrial. Entretanto, por mais que o processo tenha sido resgatado desde o início, esse fenômeno da expansão continua ocorrendo, exibindo uma série de tendências recentes que são cruciais para o entendimento da São João atual.

Pode-se fazer uma leitura do processo em três partes: uma primeira parte, ligada ao período de expansão da indústria têxtil, de 1940 a 1980, caracterizada por um avanço urbano quase exclusivo do centro ao vetor oeste; uma segunda parte, que pode ser chamada de transitória, ligada ao período de diversificação da atividade econômica do têxtil para o vestuário, que experimentou o avanço urbano em diversas direções, sem uma tendência específica; e a terceira parte, que é a tendência atual, experimentada na última década, que marca uma maior frequência das direções leste e sul.

Esse fenômeno pode ser visto a partir da localização dos loteamentos e dos bairros mais recentes, formados na última década, a partir de 2010. Por mais que continuem havendo pequenas expansões nos territórios de reprodução em bairros já consolidados em outras direções, os acréscimos mais significativos estão concentrados nas porções

leste e sul. Assim como as demais tendências das décadas anteriores possuíam uma razão de ser assentada na expansão da atividade econômica e distribuição dos grupos sociais, essa última tendência deve também responder aos fenômenos sociais e econômicos recentes. Ela marca a proeminência da expansão nas direções contrárias aos espaços de reprodução da força de trabalho de menor renda, constituída sob a forma de casas populares, como já foi mostrado. Embora muitos desses novos espaços urbanos indiquem a continuação de uma periferação da classe média que se iniciou nos anos 1980, é difícil constatar essa característica em todas as áreas de expansão. Por mais que existam fatores econômicos e sociais que contribuam para produzir essas tendências, há uma mudança importante no tratamento do Estado em relação à definição das áreas passíveis de expansão urbana.

Aplicação das teorias de segregação ao processo de expansão

Uma vez exposto todo o perfil da evolução do espaço urbano de São João durante os vários momentos da metamorfose de sua economia, é desejável a construção de um entendimento da distribuição dos grupos sociais e da atuação do Estado a partir das ferramentas teóricas já exibidas neste trabalho. Isso permitirá revelar como são aplicáveis essas teorias, geralmente restritas aos grandes elementos urbanos, em contextos diversos da modernidade, que é o caso da pequena cidade industrial em questão. Permitirá também legitimar o esforço de trazer aos são-joanenses e aos demais interessados a problemática da produção diferenciada do espaço urbano e suas contradições.

Um fato que se revelou importante ao longo da análise da evolução dos bairros é a relação deles, que se confirmaram como espaços de reprodução, com a região central da cidade, de caráter miscigenado e que engloba os mais importantes aspectos da vida social e da estrutura econômica, espaço das trocas, já que é o concentrador de boa parte da atividade comercial, espaço da produção, nos tempos da CFTS e Santa Martha, e espaço de reprodução consolidado das classes médias, reduto tradicional das elites. Com todas essas características, o centro exerce uma força centrípeta sobre os bairros, o que reforça a ideia da existência de espaços urbanos diferenciados. Do ponto de vista da teoria de Castells (1983), o centro seria, portanto, um conjunto cujo interior é composto pelos elementos P (produção), C (moradia), T (comércio) e G (governo), e estabelece a relação de *commuting* com os conjuntos-satélite, os bairros, compostos apenas pelo elemento C, que se manifesta em cada um deles de forma desigual.

Essa dinâmica explícita por Castells (1983) é equivalente à lógica da modalidade de segregação indicada por Lojkin (1997), envolvendo o deslocamento da moradia para trabalho, ainda que esse fenômeno seja diminuto em comparação com os grandes centros. O que se confirma é uma produção do espaço separada em funções, como trabalhar e habitar, como já assinalado na questão já abordada da razão de ser dos bairros proletários como Santa Rita ou Popular, descontextualizados do local onde se destinava a produção em meados do século, os galpões da CFTS, na região central, ou mais recentemente o Três Marias e Bela Vista, deslocados dos espaços onde se concentram a maior parte dos bens e serviços. Além de significar uma diferenciação dos espaços de vida pelo critério da profissão e da renda, se trata também da típica segregação urbana atribuída por Lojkin ao urbanismo modernista ou norte-americano, onde cada espaço possui sua vocação primordial. Embora no centro isso não possa ser aplicado, a lógica dos bairros vai em direção a essa ideia, onde se constituem espaços monótonos e repetitivos para reprodução da força de trabalho.

Se recorrermos aos conceitos de Lefebvre (1999), tudo indica que estejamos diante

de uma segregação que, no seu aspecto temporal, adquire um matiz cada vez mais evidente, ao longo das décadas, de segregação programada, à medida que o Estado atua na modelagem do espaço de forma mais frequente, como estágio último de um processo que tem início como algo ideológico, numa configuração pretérita testemunhada durante o período da escravidão ou das vilas operárias dos primórdios da produção têxtil. Começa a haver, ao longo do século XX, um planejamento para efetivar as etapas prévias da separação, desta vez sob a tutela do Estado. No seu aspecto espacial, essa segregação se configura mais como ecológica do que sociológica, uma vez que cada espaço é distinguível por sua morfologia urbana e arquitetônica (casas populares, loteamentos, padrões repetidos de habitação) do que pela composição étnica que as compõem. As direções permanentemente contrárias de expansão de cada classe social no espaço configuram a ideia de separação desejada, ou voluntária, apontada por Lefebvre (1999). Esse desejo de morar com os iguais, separado voluntariamente dos demais grupos, como pode ser deduzido das expansões tardias da classe média em São João, confirma essa ideia e pode ser a base para a explicação para a não fundação de um bairro operário às portas da Fábrica, onde hoje está o bairro Santo Antônio.

Com referência à discussão que Daniela Soldano *et al.* (2018) faz a respeito do tipo de segregação vigente no contexto latino-americano, faz sentido tentar aplicá-lo para o contexto em questão. A segregação que foi vista até aqui nesta dinâmica de expansão urbana se encaixa, de modo geral, no tipo mais relacional e menos geográfico, ambos conceitos tratados pela autora para classificar as dinâmicas sociais no espaço. Apesar de haver uma tendência para alocação dos extratos sociais em espaços geográficos distintos à medida que o tecido urbano expande, todos os grupos convergem para o mesmo espaço geográfico quando vão realizar alguma atividade fora do seu contexto de reprodução: o centro da cidade. Apesar de haver uma segregação em relação aos espaços de reprodução, o centro da cidade é o lugar onde todas as classes se relacionam e se encontram de algum modo, apesar de reconhecido o pertencimento a um ou outro grupo. Não há a lógica dos espaços raciais típicos do gueto (WACQUANT, 2008), onde os grupos, enclausurados nos seus próprios espaços de reprodução, vivenciam todos os aspectos da vida social, o que Soldano *et al.* chama de segregação geográfica.

Em relação ao modo como essa segregação se dá no espaço, um fenômeno muito evidente ao longo das décadas é a presença de zonas intermediárias ou zonas-tampão que separam os grupos e as funções da cidade (SOLDANO *et al.*, 2018). No período em que surgiam os bairros pioneiros, as já conhecidas barreiras físicas da linha do trem e do córrego se tornam importantes fronteiras sociais intermediárias, separando o centro das zonas destinadas à reprodução da força de trabalho operária. Além desse fato, a localização de boa parte dos locais de produção estrategicamente adjacentes à infraestrutura ferroviária, como os galpões da CFTS e demais indústrias calçadistas, reforçam a configuração espacial de zona intermediária. Mais tarde, com a diversificação da produção para o vestuário, a consolidação do Distrito Industrial, também próximo às já descritas fronteiras, se torna um novo espaço a separar os grupos situados na parte norte, como ficou mostrado na descrição do bairro Bela Vista. O centro da cidade como um todo, após o surgimento dos bairros de classe média a leste, se torna o grande elemento que marca a separação dos diferentes grupos.

Considerações finais

Após a exposição do processo de expansão urbana e as razões de seu desenvolvimento em cada etapa da economia local, é pertinente elencar alguns elementos visando a síntese conclusiva do que foi analisado. Sendo a cidade uma célula cujas atividades

preponderantes são as de trabalho e assentamento, ficou evidenciada a distribuição assimétrica dos grupos sociais no espaço, desde o período cafeeiro até os dias atuais, tendo acumulado, ao longo desse período, diversas formas de territorialização, sobretudo em seu período moderno industrial.

Deixando para trás uma separação racial entre os territórios da elite e aqueles da população escrava na cidade colonial, a nova cidade industrial viveu um processo de divisão espacial das classes baseado na expansão urbana pela via de bairros operários situados a oeste da cidade, num primeiro momento associados ao empreendimento da própria indústria e posteriormente ligados às decisões de implantação do Estado. Essa dinâmica de novos bairros para as classes trabalhadoras se desenvolveu como resposta aos movimentos da economia industrial em duas fases: aquela ligada à indústria têxtil em meados do século XX e outra ligada ao vestuário a partir dos anos 1980. Apesar das diferenças circunstanciais na época de cada expansão, é certo que o perfil econômico ditou a configuração espacial que a cidade adquiriu, tendo como padrão a diferenciação espacial da classe trabalhadora da indústria, desde a formal até a mais precarizada. Essa diferenciação se viu potencializada a partir da expansão das classes médias e a constituição de seus novos territórios nas direções contrárias dos redutos ligados aos trabalhadores, o que consolidou uma forte setorialização dos grupos sociais na cidade.

Além da divisão em setores sociais, a separação das classes se revelou pela problemática do deslocamento, pela preponderância do centro como espaço das diversidades e da vida econômica, relegando a maior parte dos demais territórios à condição de dormitório, no caso dos bairros populares. Os setores oeste e norte, destinados às classes trabalhadoras se constituíram sob o paradigma modernista do objeto residencial estandardizado e replicado em série (CHOAY, 2003). A produção industrial teve como resposta uma reprodução igualmente industrial e mecanizada da força de trabalho, desde as vilas operárias até os conjuntos habitacionais feitos pelo Estado, o que marcou permanentemente o caráter da divisão espacial segundo a renda e segundo o trabalho.

Referências

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia*. Perspectiva: São Paulo, 2003.

CORRÊA, Roberto. Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Maria de Lujan Seabra de Carvalho; COSTA, Maria Lúcia Prado (org.). *Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais 1927: estudos críticos*. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.albumchorografico1927.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2019

COSTA, Stéfano Muniz Figueiredo. *A crise da "Companhia Fiação e Tecidos Sarmento": memórias e narrativas operárias (São João Nepomuceno/MG, 1960-1971)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1985.

- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Atlas, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2016.
- LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PONTES, Luís. *São João Nepomuceno: dois séculos de história. Vol. I: o santo padroeiro e a fundação de São João Nepomuceno*. Quinto Império Editora: Juiz de Fora, 2019.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SOLDANO, Daniela; NOVICK, Alicia; CRAVINO, Maria Cristina; BARSKY, Andrés. *Pobreza urbana, vivienda y segregación residencial em América Latina*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2018.
- SUGIARTO, Veronika. *The segregation of urban land uses*. Disponível em: <https://slideplayer.com/slide/14719814/>. Acesso em: 30 set. 2019.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 1998.
- WACQUANT, Loic. *As Duas Faces do Gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

POLINUCLEAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CIDADES PEQUENAS O caso de Arroio do Padre/RS

POLYNUCLEATION AND VALUATION OF CULTURAL PATRIMONY IN SMALL TOWNS *The matter of Arroio do Padre/RS*

**Fernanda Tomiello¹, Maurício Couto Polidori²,
Sidney Gonçalves Vieira³, Jéssica Tessmer⁴
e Marina Janelli da Silva Ruas⁵**

Resumo

Este artigo apresenta relações e potencialidades entre polinucleação urbana e patrimônio cultural no contexto de cidades pequenas no Brasil, mediante o entendimento do que é polinucleação e de associações com complexidade, dinâmica e morfologia urbana, através do estudo de caso em Arroio do Padre/RS. O artigo aponta para a compreensão do patrimônio cultural em cidades pequenas de modo interligado com a polinucleação e com os espaços abertos entre cada núcleo, indicando como isso pode favorecer e potencializar a manutenção e valorização de seu patrimônio cultural.

Palavras-chave: polinucleação, pequenas cidades, patrimônio cultural, Arroio do Padre.

Abstract

This article presents relationships and potentialities between urban polynucleation and cultural heritage in the context of Brazilian small towns, through the understanding of the polynucleation and of associations with complexity, dynamics and urban morphology, through study of case in Arroio do Padre/RS. The paper supports the understanding of cultural heritage in small towns in an interlinked way with polynucleation and open spaces between each nucleus, indicating how it can favor and enhance the maintenance and valorization of its cultural heritage.

Keywords: polynuclear city, small towns, cultural patrimony, Arroio do Padre.

1 Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), doutoranda no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

2 Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

3 Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Campus Rio Claro, professor titular do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da UFPel.

4 Técnica em Edificações, aluna no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPel.

5 Aluna no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPel.

Apresentação

Este artigo apresenta um estudo exploratório relacionando polinucleação com valorização do patrimônio cultural tendo como estudo de caso a cidade de Arroio do Padre, situada no sul do estado do Rio Grande do Sul. O trabalho caracteriza-se como multidisciplinar, com destaque para as áreas de patrimônio e morfologia. Inicialmente é apresentada uma revisão teórica sobre os temas principais do artigo: cidades pequenas, policentralidade/polinucleação e patrimônio cultural. A seguir é mostrado o estudo de caso, com descrição da cidade e algumas das suas principais características históricas, culturais, econômicas e morfológicas. Posteriormente é realizada a discussão acerca da relação entre polinucleação e valorização do patrimônio cultural em Arroio do Padre e as considerações finais.

Cidades pequenas

A busca por uma definição para cidades pequenas vem sendo tema de diversas discussões no âmbito da geografia e do urbanismo e ainda que não tenha sido estabelecida uma conceituação precisa, algumas das abordagens acerca do assunto podem ser destacadas. A primeira abordagem que se aponta é sob o fator quantitativo, que considera o número mínimo e máximo de habitantes por cidade para que seja considerada pequena. Segundo Fernandes (2018), o Censo Demográfico de 2000 pelo IBGE definiu como pequenas cidades aquelas com até 100 mil habitantes, porém outras definições consideram valores mais baixos como até 50 mil ou, ainda, 20 mil habitantes, uma vez que em alguns países como o Brasil, pela sua extensão, a conceituação e a classificação das pequenas cidades variam entre os estados e até entre as regiões de um mesmo estado.

Para Olanda (2008) apesar da abordagem quantitativa como ponto norteador para a classificação das cidades, esta não deve ser entendida como fator decisivo, visto que cidades pequenas, mesmo com população similar, podem ter significativas diferenças em sua constituição ao longo do tempo e no processo espacial do qual deriva sua atual função no sistema urbano. Assim, a outra abordagem a ser feita é sob o aspecto qualitativo, que tenta conceituar as pequenas cidades a partir das relações e influências na rede urbana e das dinâmicas sociais.

A análise sob a perspectiva qualitativa das pequenas cidades baseia-se em suas diferenças que, segundo Endlich (2006), geram uma relação hierárquica entre si:

Os pequenos centros urbanos não são iguais entre si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre eles. Cidades com atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como pólos microrregionais (ENDLICH, 2006, p. 52).

Aquelas polarizadas pelos chamados pólos microrregionais são entendidas como cidades ou centros locais. Conforme Fresca (2010), a distribuição de bens e oferta de serviços dos núcleos influencia na centralidade deles, sendo que as localidades de mais baixo nível hierárquico distribuem e ofertam apenas bens e serviços de consumo muito frequente, ou seja, são aquelas que atendem apenas às necessidades básicas da população local.

Dessa forma, podem ser consideradas pequenas cidades “desde aquelas com limite mínimo de complexidade de atividades urbanas,” as cidades locais, “até aquelas onde funções urbanas são mais complexas,” pólos microrregionais, “refletindo inclusive,

diferenças do ponto de vista populacional, manifestando realidades muito distintas” (FRESCA, 2010, p. 77).

Do ponto de vista metodológico, um dos estudos mais importantes acerca da hierarquia urbana no Brasil é o das Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. De acordo com o REGIC 2018 (IBGE, 2020c), a operacionalização das unidades de análise se dá por intermédio de duas unidades territoriais: os Municípios e os Arranjos Populacionais (agrupamentos de municípios muito integrados).

Nesse sentido, as unidades territoriais são organizadas em regiões de influência, constituídas pelos “vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles com hierarquia superior” (IBGE, 2020c, p. 72). A região, nesse caso, pode assumir um formato reticular, tendo em vista que é constituída por um conjunto de ligações que se estabelecem entre as unidades urbanas. Não se configura, assim, como uma zona contígua, como na maior parte das vezes é entendida uma região e, em razão da feição espacial da rede, dependendo da escala, pode apresentar superposições e duplas subordinações de cidades. Os dois componentes utilizados para o estabelecimento da hierarquia e região de influência das Cidades foram a atração exercida entre as cidades próximas e as ligações de longa distância realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos (IBGE, 2020c).

O resultado do estudo apresenta uma classificação das cidades brasileiras em uma hierarquia que leva em conta a função de gestão que cada cidade exerce sobre outras, tanto do ponto de vista do seu papel de comando em atividades empresariais quanto em gestão pública, assim como quanto em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras cidades, definindo o alcance e a subordinação de cada centralidade. De acordo com as categorias adaptadas pelo estudo a hierarquia das cidades brasileiras apresenta em seu nível mais elevado as Metrôpoles, subdividido em três níveis: a Grande Metrôpole Nacional (São Paulo), Metrôpole Nacional (Brasília e Rio de Janeiro) e Metrôpoles (12 cidades); em seguida vem as Capitais Regionais classificadas em grupos A, B e C; são seguidos pelos Centros Sub-Regionais do tipo A e B; logo depois pelos Centros de Zona A e B; e, finalmente pelos Centros Locais.

Seguindo essa classificação podemos dizer que as Metrôpoles constituem o grupo das grandes cidades brasileiras e as Capitais Regionais representam o grupo de cidades intermédias. De acordo com os parâmetros já referidos anteriormente de tamanho populacional e função na rede urbana, as cidades pequenas podem ser identificadas a partir dos Centros Sub-Regionais onde se encontram as cidades com média nacional de população de 85 mil habitantes. Certamente, as cidades classificadas no quarto nível hierárquico, Centros de Zona, que possuem menor nível de atividades de gestão e que polarizam um número pequeno de cidades vizinhas em razão da atração da população por comércio e serviços, são cidades pequenas. Assim também os Centros Locais, último nível hierárquico caracterizado por cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, ainda que possam atrair população de outras centralidades em função de temas específicos, mas não representam o destino principal de nenhuma outra cidade. São centros que apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, via de regra utilizam como referência centros maiores para as atividades cotidianas da população, tanto para comércio e serviços quanto para atividades do poder público ou empresarial. De acordo com REGIC 2018, os Centros Locais:

são a maioria das Cidades do País, totalizando 4.037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas

na presente pesquisa. A média populacional dos Centros Locais é de apenas 12,5 mil habitantes, com maiores médias na Região Norte (quase 20 mil habitantes) e menores na Região Sul (7,5 mil pessoas em 2018) (IBGE, 2020c, p. 15).

Arroio do Padre se enquadra nesse último nível hierárquico, podendo ser reconhecido como um Centro Local. Inclusive, por sua situação de enclave no interior do município de Pelotas, sua influência é muito mais restrita aos próprios limites, exercendo discreta atração em função do turismo rural, mas fraca centralidade em razão de suas atividades empresariais ou de gestão pública. Fazendo parte do Arranjo Populacional de Pelotas, uma Capital Regional de nível C, possuiu dinâmica insuficiente para interferir na região de influência de Pelotas.

O centro e a policentralidade

De acordo com Vieira (2020) o centro é caracterizado, antes de tudo, como o lugar para onde as pessoas se dirigem para a realização de determinadas atividades, e de onde todos se dirigem para fazerem estas atividades aí localizadas interagirem com as outras que se localizam fora do centro. Portanto, a um só tempo, o centro integra e dispersa. Trata-se de uma área com um papel concentrador, de tal forma que mesmo quando a dinâmica da divisão territorial do trabalho é capaz de promover a emergência de outros centros, verificamos em cada um deles em diferentes escalas a atração e a convergência. O centro é resultado do processo de crescimento das cidades.

Portanto o crescimento da cidade será um fator determinante para a organização da área no entorno do centro e fora dele. Trata-se mesmo da expressão da organização do processo de divisão social do trabalho verificado no espaço. O crescimento urbano implica uma reorganização de usos nas áreas já ocupadas, de modo que o espaço será organizado para expressar formas desta organização que constituem formas de crescimento da área central.

Foi o crescimento populacional que determinou a necessidade do processo de expansão do centro urbano. Este processo se dá pela absorção de áreas limítrofes ao centro, pelo afastamento da sua população residencial e a transformação do uso do solo para comércio e serviços. Convém salientar que este processo de expansão nem sempre ocorre de uma maneira linear com a ocupação concomitante do espaço circundante. No mais das vezes trata-se de um processo complexo com o surgimento de áreas de degradação, vazios funcionais, e a coexistência de distintos usos ao mesmo tempo, tornando o processo bastante complexo. Ainda mais quando a dinâmica dos processos de promoção imobiliária interfere diretamente na decisão sobre o aproveitamento das áreas (VIEIRA, 2020).

Segundo Panerai (2006, p. 51), o crescimento urbano pode ser entendido como o “conjunto de fenômenos de extensão e adensamento apreendidos do ponto de vista morfológico”, que pode ocorrer de forma contínua ou descontínua. No processo de crescimento contínuo as extensões configuram um prolongamento direto de áreas urbanas existentes enquanto o crescimento descontínuo caracteriza uma ocupação mais aberta do território, permitindo a eclosão da aglomeração e preservando áreas agrícolas ou naturais entre partes antigas e novas (PANERAI, 2006).

Policentralidade pode ser entendida como concentração ou acúmulo de atributos urbanos em mais de um centro, de forma descontínua espacialmente, com algum afastamento relativo. Segundo Polidori *et al.* (2014), a policentralidade aplicada à estrutura urbana pode acarretar melhores relações com o ambiente natural, mais eficácia nas funções

urbanas e maior proximidade com estruturas em rede, características das cidades contemporâneas, auxiliando no alcance de zonas urbanas menos segregadas.

Segundo Sposito (2009), o limite onde termina a cidade e começa o campo é cada vez menos nítido, por outro lado, os fluxos de pessoas e mercadorias entre espaços rurais e urbanos se intensificam cada vez mais e o uso do tempo social cotidiano está dividido entre ambientes e paisagens que poderiam ser considerados como campo e cidade.

Complexidade, dinâmica e morfologia na polinucleação urbana

Cidades têm sido consideradas como sistemas complexos que oferecem a possibilidade de identificar tipos e quantidades de componentes em diferentes escalas (ALLEN, 1997). Desse modo, uma aproximação ou afastamento de determinado objeto ou conjunto de objetos pode revelar diferenças e novas relações entre as partes. No campo da cartografia a questão de escala é usualmente associada a quais componentes irão aparecer no resultado e em que grau de detalhe cada um deles comparece, como está em Vasconcelos, Hadad e Martins Junior (2011), que indicam diferentes escalas para cada tipo de diagnóstico ambiental. No caso de cidades pequenas essa questão da escala parece ser basililar, considerando o tamanho absoluto das áreas arduadas (assumido como pequeno originalmente), suas relações com outras partes da mesma cidade e com cidades maiores. Essa situação sugere que, para identificarmos componentes e relações das cidades pequenas é preciso apreciá-las em diferentes escalas, sendo as menores necessárias para aspectos da região, incluindo cidades vizinhas e conexões externas, as intermediárias para incluir diferentes partes da mesma cidade e suas ligações, sendo as maiores utilizadas para observar mais de perto aspectos intraurbanos. Sendo assim, as escalas intermediárias parecem ser importantes para observar a polinuclearidade em cidades pequenas, conforme aparece neste artigo.

É fato que as cidades mudam constantemente, em diferentes tempos e em diferentes velocidades, embora ao tempo e velocidade do cotidiano humano isso possa ser difícil de observar. Ao comparar com o tempo geológico, pode parecer que as cidades mudam muito, enquanto que ao considerar o tempo biológico (algumas espécies vivem alguns dias apenas), as cidades podem parecer iguais pelo período de uma vida inteira (SANTOS, 2004). Cidades no mundo têm apresentado mudanças de diversas ordens, sendo usual listar os crescimentos populacional e físico (ou diminuições, quando é o caso), os quais variam em sua evolução na história, mediante diferentes processos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais. Nesse cenário, numa observação precoce, as cidades pequenas frequentemente parecem não mudar ou mudar bem pouco, porém isso pode não ser confirmado ao examinar séries temporais que considerem não só as mudanças absolutas, mas também as relativas.

Estudos dedicados a cidades da faixa de fronteira entre o Brasil e Uruguai (FAURB UFPEL, 2021), onde predominam cidades pequenas, têm encontrado taxas positivas de crescimento urbano, tanto populacional como físico, com valores que gravitam perto de 1% ao ano (aa), com um pouco menos para o crescimento populacional e um pouco mais para o crescimento físico, considerando as áreas efetivamente urbanizadas. Embora esse valor seja menor do que crescimento urbano observado mundialmente (em torno de 4%aa, como aparece em Angel, (2016)), é notável como um crescimento físico perto de 1%aa pode trazer um incremento de cerca de 50% da área urbana em 40 anos e de 100% em 60 anos, períodos de tempo interessantes para a implementação de processos de planejamento urbano. No caso em estudo, com cidades pequenas e polinucleadas, a expansão de cada núcleo pode gerar unificação, o que vai depender principalmente das mudanças experimentadas pelos núcleos, das distâncias entre eles,

das forças das conexões e, não menos importante, das características dos espaços abertos, que intermedeiam os diferentes núcleos.

Diversos tipos de polinucleação urbana podem ser observados, decorrentes de aspectos culturais, históricos, paisagísticos, funcionais ou morfológicos, assim como das relações entre esses aspectos. Do ponto de vista morfológico, as cidades têm sido descritas através de desenhos vetoriais e de imagens, sendo esses desenhos vetoriais representados por pontos, linhas ou áreas, enquanto que no caso das imagens predominam os formatos raster. Além de entidades matemáticas da geometria euclidiana, as interpretações das entidades vetoriais podem ser ampliadas nos estudos urbanos, com pontos representando ideias, linhas representando fluxos e áreas representando conceitos (BUZAI, 1999). Uma ampliação na interpretação das imagens raster pode também indicar um conjunto de relações e agrupamentos, ao invés de tão somente um pixel portador de um dado numérico associado.

Ademais, as descrições vetoriais têm sido mais utilizadas para a área urbanizadas, enquanto que as raster para as áreas abertas, o que pode gerar alguma ruptura na representação de lugares onde as áreas abertas são inseparáveis das construídas, o que é típico nas cidades polinucleadas. Por definição, as cidades polinucleadas incluem os espaços abertos entre os diferentes núcleos, pois é justamente a tensão entre a união e a separação dos núcleos que dá corpo à polinucleação. Uma possibilidade de superação para as dificuldades tradicionais das representações vetoriais e raster, no campo da morfologia urbana, advém da abordagem de ecologia de paisagem (NAVEH; LIEBERMAN, 1994), que sugerem a estruturação das paisagens como manchas, corredores e matrizes, com um conjunto de representações operando concomitantemente. Em cidades pequenas e polinucleadas essa abordagem parece interessante, pois permite descrever as áreas urbanas, os campos, as matas e os banhados como manchas, os rios e riachos e linhas de drenagem como linhas e as imagens como matrizes e relações, em diferentes graus de resolução.

Patrimônio cultural

Segundo Dantas (2015, p. 1), o patrimônio cultural é formado pelo “acervo de conhecimentos e experiências de um grupo, que reflete o seu modo peculiar de existência, de compreensão e transformação da realidade”. Para ela, o surgimento do patrimônio cultural depende do reconhecimento e apropriação de algo pela(s) pessoa(s) e é uma construção social. Já a paisagem cultural se refere a um recorte territorial ou à determinada porção espacial, pode ser vista como um conjunto vivo, dinâmico e representativo das práticas culturais e sociais e traz as marcas das diversas camadas de tempo construídas pelos grupos sociais que a vivenciaram (SCIFONI, 2016). A memória social e as relações cotidianas acontecem em lugares que caracterizam a paisagem cultural.

O patrimônio inclui o solo, a paisagem, os modos de vida dos habitantes, sua memória, as construções e a produção de bens e serviços adaptados às necessidades humanas (VARINE, 2013). Para Varine (2013), não apenas é possível que haja desenvolvimento associado à preservação do patrimônio como é preciso reconhecer e valorizar o patrimônio para que haja desenvolvimento. O patrimônio é colocado por ele como um húmus, um quadro e um recurso para o desenvolvimento, além do valor que tem em si mesmo e de sua relação com o tempo: presente, passado e futuro.

Não há dúvidas de que o respaldo e participação da população em tais processos é essencial, no entanto, com relação à vinculação aos interesses privados e atividades turísticas há uma contradição: ao mesmo tempo em que contribuem com a



implementação e manutenção da preservação patrimonial, especialmente na dimensão econômica, podem colocar a patrimonialização a serviço do capital e, ainda, promover processos de especulação e gentrificação, conforme aponta Harvey (1992).

Nesse sentido, destacam-se outros aspectos enunciados por Varine (2013) acerca do desenvolvimento local: o patrimônio pertence ao futuro e só encontra sentido se integrado às dinâmicas de desenvolvimento; o desenvolvimento não é real se não se faz em harmonia com o patrimônio, ele deve estar enraizado no patrimônio, nutrir-se dele e produzi-lo; para que haja um desenvolvimento real é necessária a participação ativa, efetiva e consciente da comunidade que detém o patrimônio.

Apresentação e contextualização do estudo de caso

Arroio do Padre é um pequeno município que possui 124,693 km² de área e uma população estimada em 2.951 habitantes para o ano de 2020, conforme projeção do IBGE (2020a). Localizada ao sul do Rio Grande do Sul, conforme mostra a figura 1, Arroio do Padre se limita unicamente com o município de Pelotas, caracterizando um enclave.

De acordo com a pesquisa histórica presente no Plano Ambiental Municipal (PLAM) do município do Arroio do Padre (2014) em relação à ocupação histórica da área, os primeiros indícios de habitantes em Arroio do Padre apontam a presença de indígenas e, posteriormente, teriam vindo escravos fugidos, espanhóis oriundos das ilhas Canárias e Açores e portugueses. Os alemães vieram mais tarde, e também franceses, italianos e russos. A maioria dos colonizadores foi de alemães e pomeranos que, por volta de 1858 começaram a exploração agropecuária na região. No ano de 1868, a localidade passou a ser ocupada com a expansão da imigração alemã-pomerana de São Lourenço do Sul, em sua maioria protestantes, principalmente luteranos. Neste sentido, este processo migratório criou vínculos identitários específicos, já que havia questões étnicas e religiosas envolvidas.

Inicialmente a colônia de Arroio do Padre pertencia ao Município de São Lourenço do Sul sendo em 1890 incorporado ao município de Pelotas, pertencendo à 2ª Zona de Dunas, e posteriormente passando a integrar o Distrito de Santa Silvana, como 6º Distrito de Pelotas. Em 1996 foi realizado um plebiscito aprovado pela justiça eleitoral, onde a maioria dos eleitores mostrou-se favorável a emancipação política e administrativa do então distrito de Arroio do Padre que foi, então, emancipado. A primeira eleição ocorreu em outubro de 2000. Segundo a Prefeitura Municipal de Arroio do Padre (2021), o município possui vocação agro-pastoril e a principal produção é o



fumo, mas também cultiva-se hortaliças, soja, milho, além de gado leiteiro e criação de frangos. Atualmente incentiva-se o cultivo de frutas, tais como o caqui e a maçã, já que anualmente ocorre, simultaneamente, a festa de emancipação do município e a festa do caqui e da maçã. O município conta com um grupo de danças folclóricas alemãs, o *KornBlumme*, mantendo as raízes germânicas da comunidade e também possui espaços voltados para o turismo ecológico, com infra-estrutura para receber e hospedar visitantes.

Polinucleação e patrimônio cultural em Arroio do Padre

Arroio do Padre possui seis bairros distintos: Benjamin Constant, Brasil para Cristo, Centro, Cerrito, Leitzke e Progresso. Conforme o artigo 3º da Lei Nº 2.074, de 14 de novembro de 2019 (ARROIO DO PADRE, 2019), “o Perímetro Urbano do Município de Arroio do Padre é formado por uma conformação urbana polinuclear, de Centro e Bairros”. Tal conformação pode ser vista na figura 2, onde fica visível a descontinuidade espacial entre as áreas definidas como urbanas pela legislação.

Ainda a partir da Figura 2 é possível observar relações das áreas urbanas com os sistemas complexos, com a dinâmica urbana e com a morfologia das cidades. É notável como os bairros, os quais representam as áreas efetivamente urbanizadas de Arroio do Padre, aparecem como parcelas ou núcleos com efetiva independência física, porém conectados pelas vias de ligação, formando uma estrutura única, com partes inter-relacionadas. Ademais, se observada a cidade na escala regional, esse conjunto fica reduzido a um ponto no mapa, enquanto que na escala intermediária aparecem seis núcleos separados. Pode ser observado também que a forma linear desses núcleos, associada às vias de ligação, sugere uma espécie de continuidade gestáltica, conforme as direções de cada núcleo e as distâncias entre eles, o que parece ser mais intenso entre os bairros Benjamin Constant, Centro, Brasil para Cristo e Leitzke. Todavia esses bairros, somados aos demais (Progresso e Cerrito), aparecem no mapa como eventos ou figuras minoritários em relação à área total do Município, que opera como fundo, representado por pixels da imagem raster, numa matriz ambiental que domina a paisagem local. Desse modo, pode ser esperada uma unificação parcial dos núcleos, fazendo decrescer a polinuclearidade e evidenciando a dominância dos espaços abertos.

Figura 2 - Mapa de Arroio do Padre com identificação do limite do município e perímetro urbano dos bairros. Fonte: elaborado pelos autores a partir da base do Open Street Maps no software QGIS, 2021.



Vimos que os conceitos de policentralidade e de polinucleação se relacionam com o caso estudado, o qual foi escolhido por representar uma cidade pequena e por apresentar diversos núcleos separados fisicamente. Nesse caminho, o método de estudo de caso foi adotado por permitir a derivação de aspectos qualitativos teóricos e empíricos, como pretende esse trabalho, seguindo o que sugere Yin (2001). Ademais, Maciel (2009) destacou a polinucleação de Arroio do Padre e afirmou que esse tipo de conformação, com a presença de áreas naturais, repercute em grandes lotes e atividades agropastoris próximas à residência. Tal constatação pode ser observada pelos autores, em saída de campo realizada em janeiro de 2021. Na ocasião também foram fotografados os seis bairros e as imagens da figura 3 ilustram algumas das características observadas, que serão descritas a seguir.

É possível observar a alternância entre lotes construídos e lotes livres, frequentemente ocupados por vegetação nativa ou cultivo de milho, hortaliças e frutíferas, mesmo em áreas centrais. Os bairros têm conformação predominantemente linear e todos possuem identificação de início e fim do perímetro urbano através de placas que indicam o nome do núcleo. Também foi observado que todos possuem pavimentação, uma das características que os diferencia de outros pequenos núcleos habitacionais do município que estão fora do perímetro urbano. Cada bairro tem sua igreja e apesar da predominância luterana também foram observadas outras religiões. A grande maioria das edificações fica solta no lote, possuindo pátio vegetado e recuos nos quatro lados. Todos os núcleos possuem algum tipo de comércio e/ou serviço, incluindo postos de combustível, mercados, lojas e bares.

Nos trechos de conexão entre os núcleos – que ficam fora do seu perímetro – as estradas são de saibro e a paisagem alterna pequenos trechos de cultivo, mata nativa e pastagens. Com frequência se passa por alguma ponte e por construções isoladas



ou pequenos conjuntos edificados. A figura 4 mostra duas dessas situações, que são recorrentes entre os núcleos: na figura 4a aparece a estrada de saibro, uma pequena área de cultivo e a mata nativa e na figura 4b é possível observar um pequeno conjunto de edificações, nas proximidades de um dos arroios.

Com relação ao patrimônio cultural, há algum reconhecimento da sua riqueza e diversidade, tanto pelo poder público quanto pela população. O Artigo 25 do Plano Diretor (ARROIO DO PADRE, 2006) reconhece o patrimônio ambiental do município, incluindo o patrimônio cultural e natural, colocando a Política Ambiental Municipal como instrumento para garantir a valorização desse patrimônio, sua perpetuação e superação de conflitos. Edificações, parques, praças, sítios, paisagens, manifestações culturais, elementos naturais e ecossistemas estão entre os elementos mencionados no referido artigo como patrimônio do município. É possível observar que há um forte sentimento de identidade e pertencimento entre os moradores, pautado pela cultura pomerana e pela religiosidade. Parte das famílias fala cotidianamente tanto a língua portuguesa quanto o dialeto pomerano e mantêm alguma relação com atividades e ambientes rurais.

Como a polinucleação pode contribuir para o desenvolvimento local e valorização do patrimônio cultural de Arroio do Padre

A polinucleação em Arroio do Padre é uma forte característica morfológica do Município, que organiza o território a partir de pequenos núcleos urbanos, conectados entre si, com atrativos e identidade próprias. É sabido que tal conformação pode estar associada a desafios relacionados à mobilidade, dotação de infraestrutura e equipamentos urbanos, mas também oferece uma série de qualidades e potencialidades, que discutiremos a seguir. A alternância entre pequenas áreas urbanas e áreas rurais cria uma paisagem única e viabiliza a manutenção do contato cotidiano da população – seja visual ou físico – com áreas rurais e paisagem natural. Considerando a marcante presença de recursos hídricos entre os núcleos urbanos e os frequentes alagamentos, podemos afirmar que a polinucleação também constitui uma qualidade ambiental, visto que áreas mais naturais e/ou vulneráveis são menos ocupadas e impactadas pela ação antrópica. Nesse sentido, imaginar os núcleos urbanos conectados espacialmente, como ocorre na maioria das cidades da região, poderia implicar em uma relação mais nociva sobre o ambiente natural, com mais impacto ambiental e maior prejuízo à população.

A partir das discussões deste artigo, relacionando os temas abordados com Arroio do Padre e de suas características, é possível construir as seguintes observações principais:

a) as cidades polinucleadas reforçam a ideia de associação entre espaços construídos e abertos, posto que a existência de núcleos com alguma independência espacial e descontinuidade física exige a presença dos espaços abertos, que podem

- ser naturais ou modificados pelo homem, em crescentes intensidades;
- b) ao reconhecer o patrimônio cultural de cidades polinucleadas, é fundamental observar também os espaços abertos, pois sua existência e suas características são estruturantes desse patrimônio;
- c) no caso de cidades pequenas e polinucleadas, fica acirrada a importância das observações em mais de uma escala, facilitando ou permitindo o reconhecimento de atributos típicos de região, de conexão e intermediação entre os núcleos e de configuração intraurbana;
- d) é fato que os crescimentos urbanos em cidades pequenas são absolutamente pequenos, porém relativamente isso deve ser observado com atenção, pois pequenas taxas de crescimento podem implicar em efetivas mudanças de tamanho nos núcleos preexistentes, podendo inclusive unificar dois ou mais núcleos, acarretando mudanças estruturais e morfológicas;
- e) os espaços abertos entre os diferentes núcleos urbanos, o quais podem apresentar atributos naturais em maior ou menor nível, operam de modo ativo nos estados urbanos e nas conexões entre eles, representando um campo de irregularidades sobre o qual se distribuem tensões de urbanização, facilitando ou dificultando a permanência da polinucleação.

De um modo geral, os estudos com a cidade de Arroio do Padre, de pequenas dimensões e polinucleada, confirmam observações de pesquisa de trabalhos anteriores, nos quais está indicado que a continuidade do espaço natural parece corresponder a descontinuidade do espaço urbano. Essa assertiva, enunciada há quase duas décadas (POLIDORI, 2004), pôde ser verificada neste trabalho, embora de modo simplificado e referido ao caso de estudo.

Referências

- ALLEN, Peter. *Cities and regions as self-organizing systems: models of complexity*. Amsterdam: Gordon and Breach Science Publishers, 1997. 275 p.
- ANGEL, Shlomo e outros. Atlas of Urban Expansion - The 2016 Edition - Volume 1: *Areas and Densities*. NYU Urban Expansion Program at New York University, UN-Habitat, and the Lincoln Institute of Land Policy, 2016. 500p.
- ARROIO DO PADRE (Município). *Histórico*. Arroio do Padre, RS, 2015. Disponível em: <https://www.arroiodopadre.rs.gov.br/portal/servicos/1008/historico/#>. Acesso em: 05 fev 2021.
- ARROIO DO PADRE (Município). *Lei Complementar Nº 6/2006, de 04 de outubro de 2006*. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Arroio do Padre e dá outras providências. Arroio do Padre, RS, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-arroio-do-padre-rs>. Acesso em 08 fev 2021.
- ARROIO DO PADRE (Município). *Lei Nº 2.074, de 14 de novembro de 2019*. Dispõe sobre a delimitação do Perímetro Urbano do Município de Arroio do Padre e revoga a Lei Municipal nº 533, de 17 de outubro de 2006. Arroio do Padre, RS, 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/a/arroio-do-padre/lei-ordinaria/2019/208/2074/lei-ordinaria-n-2074-2019-dispoe-sobre-a-delimitacao-do-perimetro-urbano-do-municipio-de-arroio-do-padre-e-revoga-a-lei-municipal-n-533-de-17-de-outubro-de-2006?r=p>. Acesso em 08 fev 2021.
- ARROIO DO PADRE (Município). *Plano Ambiental Municipal de Arroio do Padre, RS (PLAM)*. Arroio do Padre, RS, 2014. 101p.

BUZAI, Gustavo D. *Geografía global: el paradigma geotecnológico y el espacio interdisciplinario en la interpretación del mundo del siglo XXI*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1999. 216 p.

DANTAS, Fabiana S. O patrimônio cultural protegido pelo Estado brasileiro. In: CAMPOS, Juliano B.; PREVE, Daniel R.; SOUZA, Ismael F. (orgs.) *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade* [recurso eletrônico] - Curitiba: Multideia, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/texto_especializado.pdf. Acesso em 19 out 2020.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do paraná*. Presidente Prudente: UNESP - FCT, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105037>. Acesso em 31 jan 2021.

FAURB UFPEL. *Planejamento Urbano: acervo de projetos da disciplina*. 2021. Disponível em: <https://planurbfaurbufpel.wixsite.com/inicio>. Acesso em: 26 mar 2021.

FERNANDES, Pedro Henrique C. *O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades*. Barra do Garças: Revista Eletrônica Geoaraguaia, v.8, n.1, 2018.

FRESCA, Tânia Maria. *Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias*. Londrina: Mercator, 2010.

HARVEY, David. *A condi o pós moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE. *Brasil/Rio Grande do Sul/Arroio do Padre: 2020a*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/arroio-do-padre/panorama>. Acesso em 31 jan 2021.

IBGE. *Cidades e Estados: 2020b*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/arroio-do-padre.html>. Acesso em 31 jan 2021.

IBGE. *Regiões de influência das cidades: 2018*. Rio de Janeiro: Coordena o de Geografia, 2020c.

MACIEL, Alexandre Pereira. ANTIGOS PRÉDIOS E NOVOS MUNICÍPIOS: Patrimônio Arquitet nico Urbano Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu e Arroio do Padre. *Disserta o de Mestrado*. 2009. Programa de Pós-Gradua o em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

NAVEH, Zev; LIEBERMAN, Arthur. *Landscape Ecology – Theory and Application*. 2nd ed. New York: Springer-Verlag, 1994. 360 p.

OLANDA, Elson Rodrigues. *As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela geografia*. Presidente Prudente: Ateliê Geográfico, v.2, n.2, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/issue/view/565>. Acesso em 31 jan 2021.

PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

POLIDORI, Maurício Couto. Crescimento urbano e ambiente – Um estudo exploratório sobre as transforma es e o futuro da cidade. *Tese de Doutorado*. 2004. Programa de Pós-Gradua o em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

POLIDORI, Maurício Couto; PERES, Otávio Martins; VIANA, Otávio Gigante; SANTOS, Alexandre Pereira e TOMIELLO, Fernanda. Policentralidade celular, pregnância e estrutura urbana. In: *3º ENCONTRO INTERNACIONAL CIDADE + CONTEMPORANEIDADE E 3º JORNADA DE MORFOLOGIA E MODELAGEM URBANA*, 3., Pelotas, 2014. Resumo de trabalho apresentado em evento. Pelotas: LabUrb, 2014.

SANTOS, Rosely Ferreira. *Planejamento ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184 p.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>>. Acesso em 27 fev 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS, Nestor Goulart. *Sobre dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes, 2009. p. 38-54.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VASCONCELOS, Vitor Vieira; HADAD, Renato Moreira; MARTINS JUNIOR, Paulo Pereira. Adaptações metodológicas interescares de zoneamentos ambientais a bacias hidrográficas agrárias do sudeste brasileiro. In: *Geoambiente on-line – Revista Eletrônica do Curso de Geografia*. n.17, p.109-133. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/geoambiente/article/view/26023>. Acesso em 22 mar 2021.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A cidade e seu centro*. Curitiba: Appris, 2020.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman. 2001.

ABELARDO LUZ E CHAPECÓ/SC

Análise espacial comparativa do território urbanizado

ABELARDO LUZ AND CHAPECÓ/SC
Comparative spatial analysis of urbanized territory

Ana Laura Vianna Villela¹, Vera Regina Tângari²,
Isadora Zanella Zardo³ e Lucas Santos Magro⁴

Resumo

As cidades brasileiras têm seu processo de urbanização a partir do século XX com a ocupação do território nacional, a consolidação das fronteiras e a inversão populacional do campo para a cidade. Os fluxos de informação e de matéria, devido a industrialização e o grande crescimento econômico, ocasionaram complicações no meio urbano, principalmente nas cidades médias e nas regiões agrícolas e agroindustriais ativas, como o oeste catarinense, compostas basicamente por pequenos municípios. As cidades com agroindústria como Chapecó e Abelardo Luz se destacam por sua importância para a economia regional, visto que vinculado a cada indústria tem-se muitas propriedades rurais com a produção da matéria prima. Neste contexto de fluxos e dependências se observa que as micro e macro relações impactam na morfologia e conseqüentemente na paisagem destes núcleos urbanos. Contudo, este estudo objetiva analisar comparativamente as características socioespaciais registradas na paisagem e as contradições que intermediam a relação sociedade/território.

Palavras-chave: morfologia, paisagem, Abelardo Luz, Chapecó.

Abstract

Brazilian cities had their urbanization process since the 20th century with the occupation of the national territory, the consolidation of borders and the population inversion from countryside to city. The flow of information and material, of industrialization and the economic growth, caused complications in the urban environment, mainly in medium-sized cities and in active agricultural and agro-industrial regions, such as western Santa Catarina, composed basically of small municipalities. Cities with agroindustry such as Chapecó and Abelardo Luz stand out for their importance for the regional economy, since associated with industry there are many rural properties with the production of raw materials. In this context, it is observed that micro and macro relationships have an impact on the morphology and, consequently, on the landscape of these urban centers. However, this study object to comparatively analyzes the socio-spatial characteristics recorded in the landscape and the contradictions that mediate the relationship between society and territory.

Keywords: morphology, landscape, Abelardo Luz, Chapecó.

1 Doutora em Arquitetura. Professora concursada do Curso de Arquitetura e Urbanismo na Área de Ciências Exatas e Ambientais (ACEA) na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

2 Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Professora associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ/UFRJ).

3 Arquiteta urbanista e pesquisadora do grupo Cidade: cultura, urbanização e desenvolvimento. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sistemas de Energia (PPGSE) pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

4 Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

Introdução

As cidades brasileiras têm seu processo de urbanização a partir do século XX, com a ocupação do território nacional, a consolidação das fronteiras e a inversão populacional do campo para a cidade. Os fluxos de informação e de matéria, devido a industrialização e o grande crescimento econômico, ocasionaram complicações no meio urbano, principalmente nas cidades médias e nas regiões agrícolas e agroindustriais ativas, compostas basicamente por pequenos municípios. As constantes mudanças econômicas proporcionam usos distintos do espaço, construindo novas redes de relações e novas articulações espaciais entre as cidades.

A estrutura do espaço teve grandes alterações devido ao impacto da industrialização sobre o processo de urbanização. Neste contexto criam-se regiões agrícolas com cidades, como o oeste catarinense, e regiões urbanas com atividades rurais, que servem geralmente ao consumo local (SANTOS, 1998).

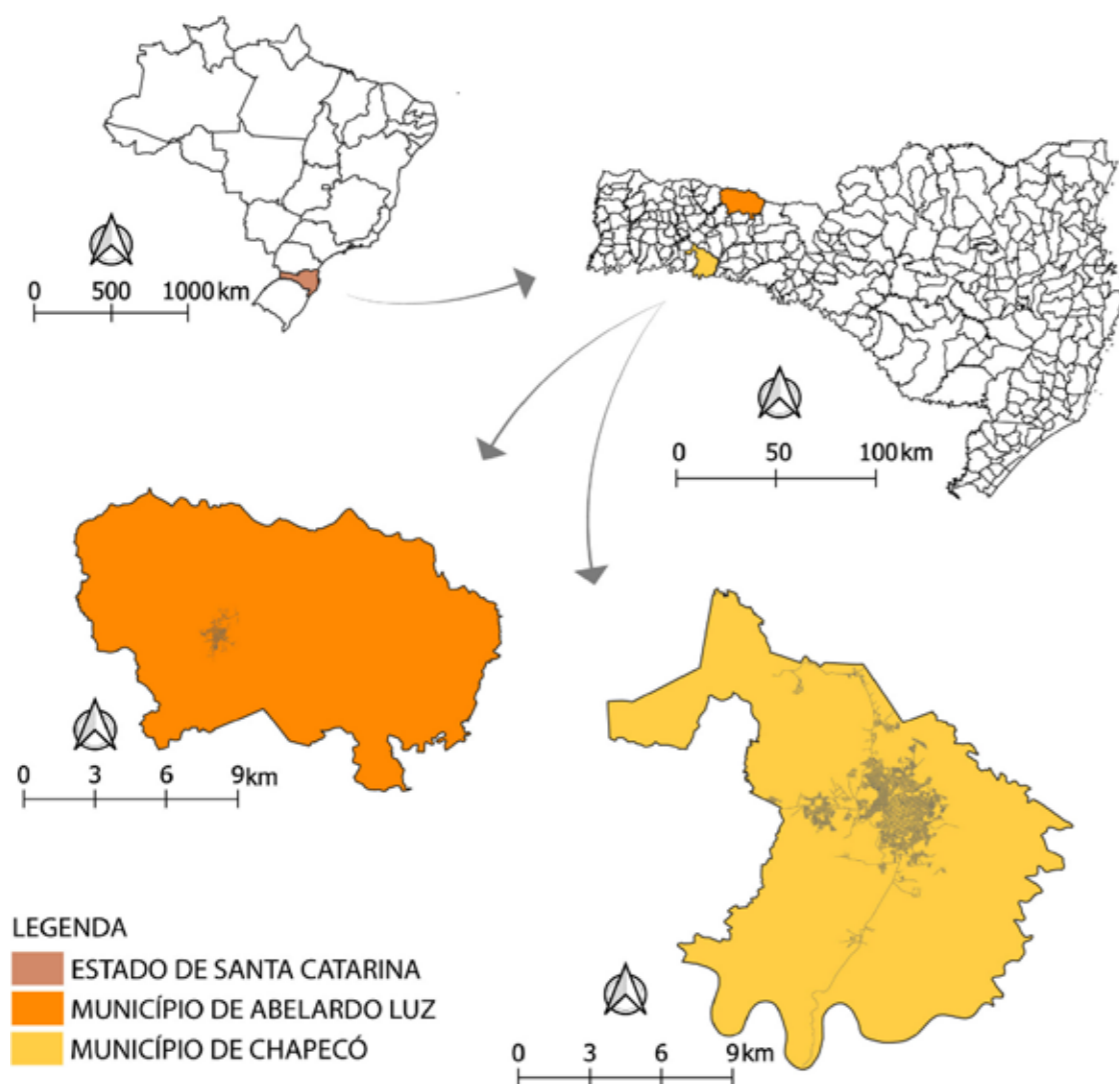
Para entender a urbanização no primeiro contexto é necessária uma compreensão inicial sobre o espaço/território existente. Segundo Raffestin (1993) o espaço antecede o território, e este somente existe quando representado. O espaço é a *prisão original* a qual possui apenas valor de uso. “O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Por outro lado, entende-se:

território como sendo uma construção social, que incorpora os processos econômicos e produtivos, define estratégias de dominação sobre o espaço e seus recursos e que se manifesta sobre uma base física, através de múltiplas apropriações, individuais e coletivas, delimitando marcas e marcos de identidade cultural (SCHLEE *et al.*, 2009, p. 231).

Na dinâmica regional do oeste catarinense, se destaca a cidade de Chapecó pela intermediação entre a rede urbana e a região, bem como pelo aumento das atividades econômicas, que antes eram encontradas apenas em metrópoles, e o significativo aumento populacional. Assim, Chapecó tem importante centralidade regional influenciando as atividades urbanas da região. Com força produtiva fortemente ligada ao agronegócio, principalmente de abate de aves e suínos, o oeste catarinense abrange uma rede de cidades que se relaciona de diferentes formas, seja para prestação de serviços, seja para abastecimento da própria indústria. Deste conjunto de municípios destaca-se a Abelardo Luz no norte do estado de Santa Catarina que compõem a macro rede capitaneada por Chapecó, mas que também coordena uma rede local ativa e de grande importância para o oeste (Figura 1).

Assim as cidades com agroindústria como Chapecó e Abelardo Luz se destacam por sua importância para a economia regional, visto que vinculado a cada indústria tem-se muitas propriedades rurais com a produção da matéria prima, mas dependência de comércio, serviços somente oferecidos nas cidades. Neste contexto de fluxos e dependências se observa que as micro e macro relações impactam na morfologia e conseqüentemente na paisagem destes núcleos urbanos. Para Macedo (1986) a paisagem é compreendida a partir do sentido de configuração espacial, sendo esta o produto e a resposta física às necessidades de uma sociedade que a constrói segundo alguns padrões e modelos específicos. Acrescenta-se ainda que é a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo (ISUF, 2021; LAMAS, 1993).

De toda forma deve-se atentar que a paisagem:



ao mesmo tempo que é uma construção espacial coletiva, rica em detalhes minuciosos, é também capaz de oferecer grandes visões de conjunto, e talvez seja seu caráter não finito, associado a essa complexidade qualitativa e dimensional o que torna difícil sua apreensão global, sua leitura profunda (LEITE, 1992, p. 45).

Explicita-se um dos desafios da contemporaneidade: entender a paisagem na sua complexidade. Seu estudo se coloca como “a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo [...] são estruturas finitas, pois são lidas e interpretadas dentro de uma escala de um dado observador” (OHTSUKIE; MACEDO, 2003, n. p.). Contudo, a análise e interpretação da paisagem se apresenta relacionada a sua essência física, material, objetiva e categorizável, bem como a sua essência simbólica, experimental e processual, ou seja, em sua profundidade cultural (LEITE, 1992; SCHLEE *et al.*, 2009).

Assim registra-se, analisa-se e interpreta-se as transformações parciais e totais que refletem as interações espaço-sociedade e expressa-se as modificações no processo temporal. Neste contexto “adota-se a morfologia como estudo das formas e dos fenômenos que lhes deram origem” (LAMAS, 1993 apud SILVA *et al.*, 2015, p. 106).

Contudo, a ação antrópica e as contradições que intermediam a relação sociedade/território são a base do estudo das características socioespaciais registradas na paisagem e ressaltam a necessidade da análise multiescalar e integrada. Neste

contexto, a paisagem é a categoria espacial analítica para o estudo das características socioespaciais do espaço regional ao local destes municípios agroindustriais.

Os estudos regionais se pautam a partir da visão integradora de Dramstad, Olson e Forman (1996) e verticalizada de Renner (2018), o que revelou o nível mais abrangente da relação física existente entre as cidades, por meio da concentração populacional urbana, conexões, uso do solo e hipsometria. *Macroregions* são importantes, pois suas características econômicas e culturais afetam a cada cidade de sua rede. Portanto as cidades não podem ser consideradas de forma isolada, pois sempre estão em conexão com outras cidades, formando “uma unidade econômica e cultural, que atua independentemente das fronteiras nacionais. A percepção global de uma cidade está fortemente conectada à sua macrorregião” (RENNER, 2018, p. 27).

Neste contexto estudam-se:

- a vegetação: o homem cria suas cidades a partir de suas necessidades, sendo a comida um importante elemento. Consequentemente as pessoas se instalaram cada vez mais em áreas férteis, podendo estas serem observadas como grandes áreas verdes nas imagens de satélite.
- a conectividade: pessoas e bens agem como nutrientes urbanos que mantêm as cidades vivas. O aumento da conectividade acarreta diretamente no aumento do crescimento urbano, pois uma boa acessibilidade aumenta o fluxo de pessoas e nutrientes urbanos e é uma pré-condição para um forte crescimento urbano. Portanto, aqui são investigadas as rodovias, rios navegáveis, trens e aeroportos.
- a geografia: a forma da paisagem interfere na distribuição das cidades, assim ao se observar a densidade, relevo recursos naturais tem-se tanto a compreensão da *Macroregion* quanto a definição de regiões internas a esta macroestrutura (VILLELA, 2019, p. 68-69).

A estrutura do espaço intraurbano foi investigado considerando a rede, a função das cidades, a forma da estrutura urbana (TÂNGARI, 1999; 2014), o seu processo de consolidação/crescimento e os espaços livres, e seus sistemas (TÂNGARI, 1999; 2014), os vetores de ocupação – atividades econômicas e fluxos, dos planos, leis e agentes de transformação – marcos do processo de ocupação (TÂNGARI, 1999; 2014), bem como pela densidade, o volume de tráfego, o sistema de transporte público, o sistema verde, o poder inovador e a força econômica (RENNER, 2018), que revelaram a forma urbana e o sistema urbano de espaços livres urbanos, ao descrever a cidade fisicamente existente e percebida, onde cada núcleo urbano possui seu próprio caráter, sua própria essência, que é ativada pelos seus usuários.

Em termos de planejamento urbano o termo é relevante pois descreve o tamanho real da cidade, não reconhece o limite político (este muitas vezes minimiza os impactos da estrutura), considerando na avaliação: o tamanho físico da cidade (uma cidade se destaca das demais de seu entorno), as artérias de conectividade urbana (conexões, fluxos e sistema de transporte público); a estrutura celular; os órgãos industriais (poder inovador: exploração de novas ideias com resultado positivo e força econômica: capacidade de gerar riquezas e influenciar); e os sistemas verdes. (VILLELA, 2019, p. 51).

Por fim, no contexto metodológico em discussão os espaços livres são discutidos a partir do estudo da forma urbana, onde são revelados e compreendidos os níveis intraurbanos de análise propostos por Renner (2018) – *Urban Being, Nucleus e Cell*.

O *Urban Being* permite a descrição da cidade fisicamente existente e percebida, pois cada local tem seu próprio caráter ou sua própria essência. A partir da densidade e da estrutura se divide em: baixa, média e alta densidade.

O *Urban Nucleus* é o núcleo central geográfico e historicamente mais importante do *Urban Being*, definido por limites físicos, tal como vias expressas urbanas, rio ou topografia, ou perceptivos. Assim, são identificados: tipologia do núcleo, sistemas de tráfego e espaços vegetados, bem como a forma desta estrutura (quadra e lote).

A *Urban Cell* é a superfície compreendida entre as principais conexões da cidade. É a menor unidade na qual uma pessoa pode sobreviver de forma independente, podendo, em alguns casos, ser comparável a um bairro. As células acontecem em diferentes tipologias na malha urbana, que ao se diferirem estruturalmente geram identidades urbanas específicas. Neste contexto são identificados: tipologia da célula (forma desta estrutura do conjunto quadra, lote e via), sistemas de tráfego (transporte público e pedestre) e áreas verdes (praças, parques, vias urbanizadas), bem como o centro comercial, gastronômico (restaurante, bares e cafés) e cultural.

Contudo entende-se que a anatomia e identidade das cidades relacionam a análise morfológica com a experiência. A anatomia analisa a cidade em seu substrato físico-material (SOUZA, 2015). Assim se explicita o objetivo geral deste trabalho: análise comparativa das características socioespaciais registradas na paisagem, e suas contradições, que intermediam a relação sociedade/território das cidades de Chapecó e Abelardo Luz.

O método comparativo entre os dados das cidades é um estudo piloto e integra o macroestudo da rede urbana agroindustrial que busca compreender as características da paisagem e da morfologia urbana dos municípios com indústria da carne no oeste catarinense. As fotografias apresentadas foram capturadas por câmera de celular com boa qualidade ou através do Drone Phantom 4 / H = 28m. Para as elaborações das cartografias utilizou-se de dados cartográficos disponibilizados pelo IBGE e fontes complementares referenciadas nas cartografias. Os projetos cartográficos foram desenvolvidos em software de georreferenciamento como Autocad Map 3D 2018 e QGis, e finalizadas no Adobe Illustrator um editor de imagens vetoriais.

As cidades

Segundo Renner (2018) as cidades são habitats criados artificialmente, sendo seu crescimento determinado por muitos fatores, inclusive externos, que evidenciam elementos que explicitam a sua anatomia e identidade. Assim a estratégia metodológica se estrutura a partir da ação antrópica e das contradições que intermediam a relação sociedade/território, ressaltando a necessidade da análise multiescalar, e integrada, para investigar, os processos de urbanização.

Originada no macro parcelamento da Lei Estadual n.º 1.147, de 25 de agosto de 1917 é considerada a capital do oeste de Santa Catarina, o núcleo urbano de Chapecó (Figura 2) cresceu de forma mais expressiva nas últimas décadas, particularmente em termos econômicos, populacionais e de estrutura física: população municipal de mais de 224.013 habitantes (estimativa IBGE, 2021) organizada num território de 624,846 km².

Sua mudança se deve pela saída do plantio, da erva-mate e da extração de madeira, conhecida como tropeirismo, para a agroindústria, principalmente com a carne suína e de aves. Atualmente protagoniza uma força produtiva, majoritariamente capitaneada



Figura 2 – Avenida Getúlio Dorneles Vargas. Fonte da foto: Ana Laura Villela, julho 2019. Drone Phantom 4 / H = 28m.



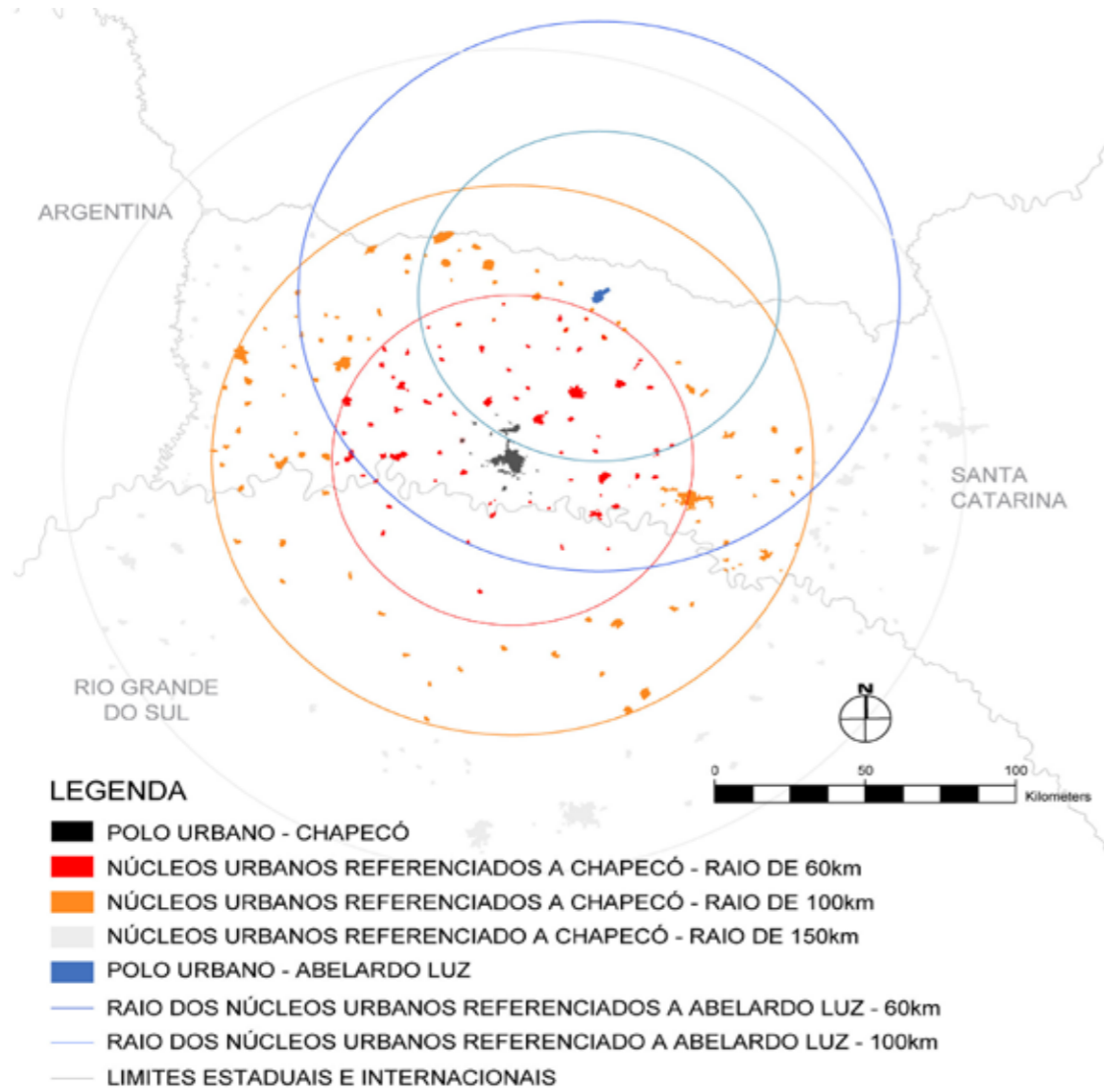
Figura 3 – Área central de Abelardo Luz. Fonte da foto: Saída a campo do grupo CIDADE, 2019.

pelas agroindústrias da carne (com duas indústrias de abate: BRF – aves e Aurora – suínos) e do leite, que também impulsiona a economia local e regional.

Se destaca pela centralidade na prestação de serviços, principalmente educação, saúde e comércio que impacta em uma população estimada de 1.253.001 habitantes para a Mesorregião Oeste de Santa Catarina (IBGE, 2018) e a partir de 2010 é tida cidade polo da Região Metropolitana de Chapecó (RMC).

O território onde hoje se encontra o Município de Abelardo Luz (Figura 3) era habitado por índios coroados e caingangues, que ainda habitam alguns pontos da região. Sua localização se tornou ponto de parada para militares e tropeiros, visto ser passagem obrigatória para a Colônia de Xanxerê. Localizado na Região Geográfica Imediata de Xanxerê e na região Geográfica Intermediária de Chapecó, ficou dependente destes

Figura 4 – Urban Being: Tipologia Chapecó e Abelardo Luz. Elaborado por Ana Laura Vianna Villela, Maryon Brotto Rosado e Isadora Zardo a partir das discussões (RENNER, 2018) e dos dados de (MORAES, GUARDA e Zacchi, 2018) e IBGE, 2021.



municípios até a sua emancipação em 1958. Atualmente possui uma população de 17.960 habitantes, conforme estimativas do IBGE de 2020, e uma extensão territorial de 953,922 km² (IBGE, 2021).

Seu território de planícies onduladas se adaptou bem a mecanização das lavouras, tanto que figura entre os maiores produtores de grãos de Santa Catarina, sendo líder na produção de milho e soja e se destacando na produção de uma das melhores sementes de soja do país, com alto índice de germinação. Se destaca também pelo ter maior rebanho de gado Charolês do Estado de Santa Catarina e por abrigar a maior concentração de assentamentos da reforma agrária do Sul do Brasil, onde vivem aproximadamente 1,5 mil famílias assentadas, distribuídas em 22 assentamentos.

Da região ao espaço intraurbano

Como principal centralidade do oeste catarinense, Chapecó apresenta um raio de abrangência de 150km, que se coloca mais como uma relação de complementação das oportunidades da rede urbana que capitaneia do que de dependência, mas internamente no núcleo se observada a tendência gradual da urbanização em ir se transformando e se conectando com o rural, onde se tem dificuldade para definir os limites destas relações.

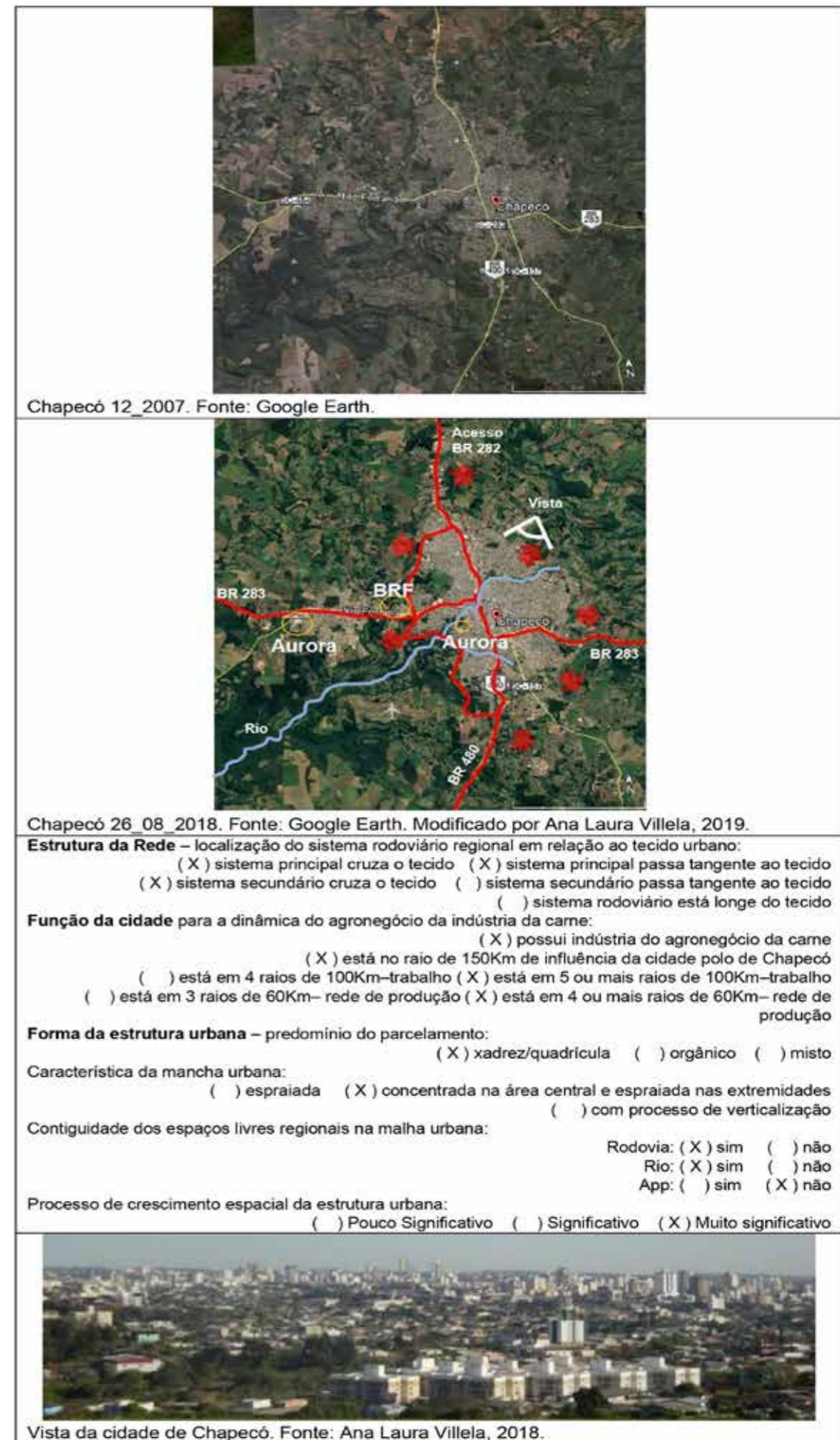


Figura 5 - Estrutura Urbana do Município de Chapecó. Fonte: Villela, 2019, p. 250.

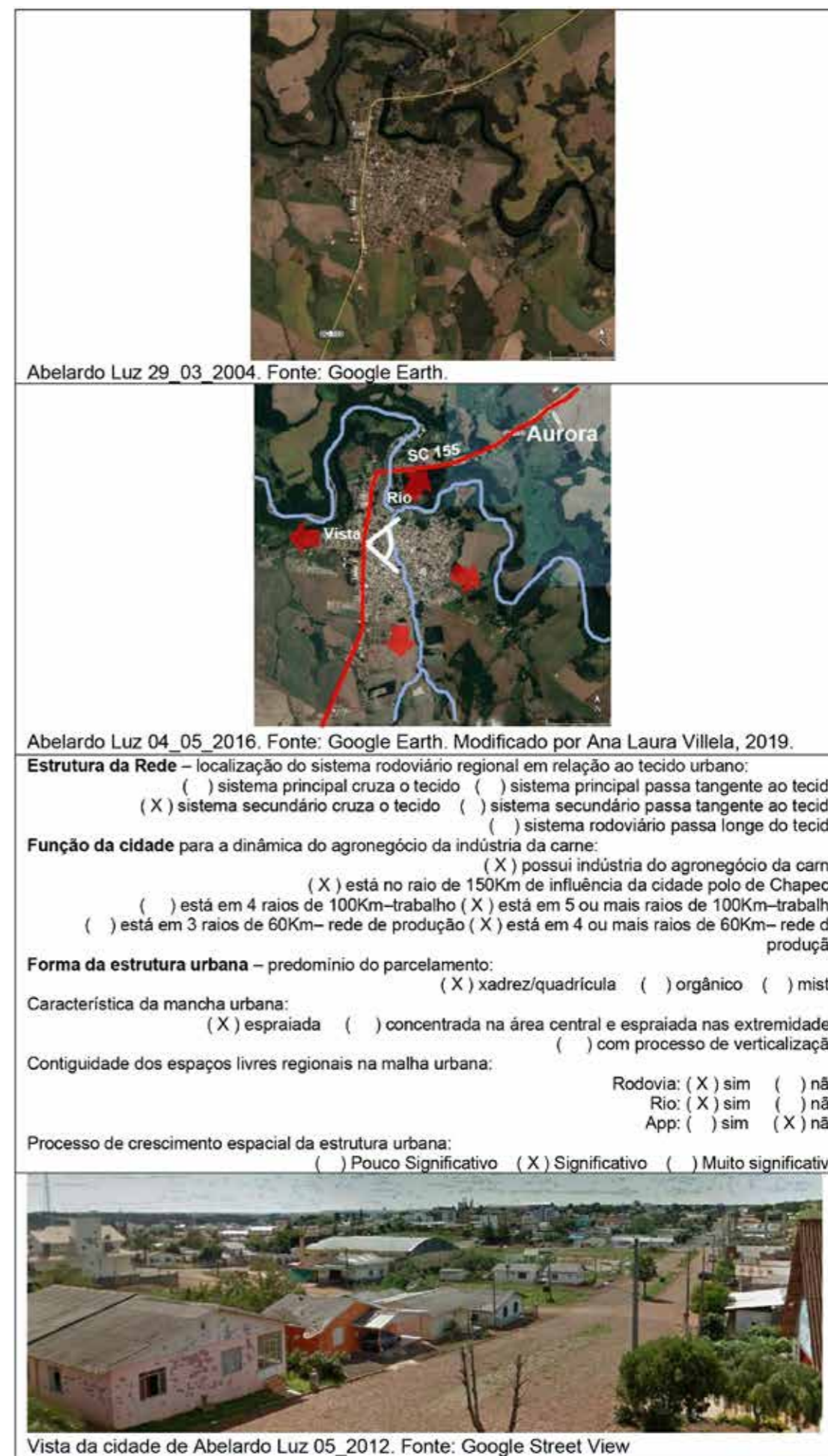


As relações externas observadas a partir da densificação e força atrativa em termos de comércio, serviço, produção, entre outros dados, mostraram a fraca interação com as cidades do sudoeste paranaense, e por isso desconsideradas para a representação gráfica, e boa conexão com o norte do Rio Grande do Sul (VILLELA, 2019, p.158).

Especificamente, as cidades com indústria da carne impactam com maior força no raio de 60Km (captação de matéria prima e mão de obra) e com menos intensidade no raio de 100Km (captação de mão de obra). Na Figura 4 tem-se a representação destes raios de abrangência para Chapecó e Abelardo Luz, onde se observa suas centralidades dentro do contexto de suas cidades vizinhas, inclusive para as cidades gaúchas.

A dinâmica regional de Chapecó se destaca como uma importante centralidade e pode ser compreendida pela sua força econômica e seu potencial inovador. Esta compreensão pode ser espacializada, a partir da análise de Renner (2018), tanto pelas relações externas quanto internas e descreve Chapecó como de tipologia dispersa. Interessante destacar que é a mesma tipologia que descreve Abelardo Luz. Com isso tem-se uma primeira caracterização da região oeste catarinense enquanto de tipologia dispersa e descontínua, caracterizada por pequenas conurbações, principalmente de baixa população e densidade.

A discussão da estrutura urbana (parte do que Renner chama de estrutura celular, composta tanto pelas propriedades físicas quanto pelas ações que ocorrem neste espaço), assim como a compreensão do tipo, depende da forma e do desenho da urbanização e auxiliam a identificar suas características, bem como delinear seus desafios e benefícios. Baixas densidades em estruturas uniformes ou grandes malhas retangulares geram fraca qualidade urbana para os pedestres, enquanto altas densidades em estruturas menores e mais orgânicas, se mostram mais próximas da escala do pedestre e portanto mais dinâmicas (VILLELA, 2019, p. 161).





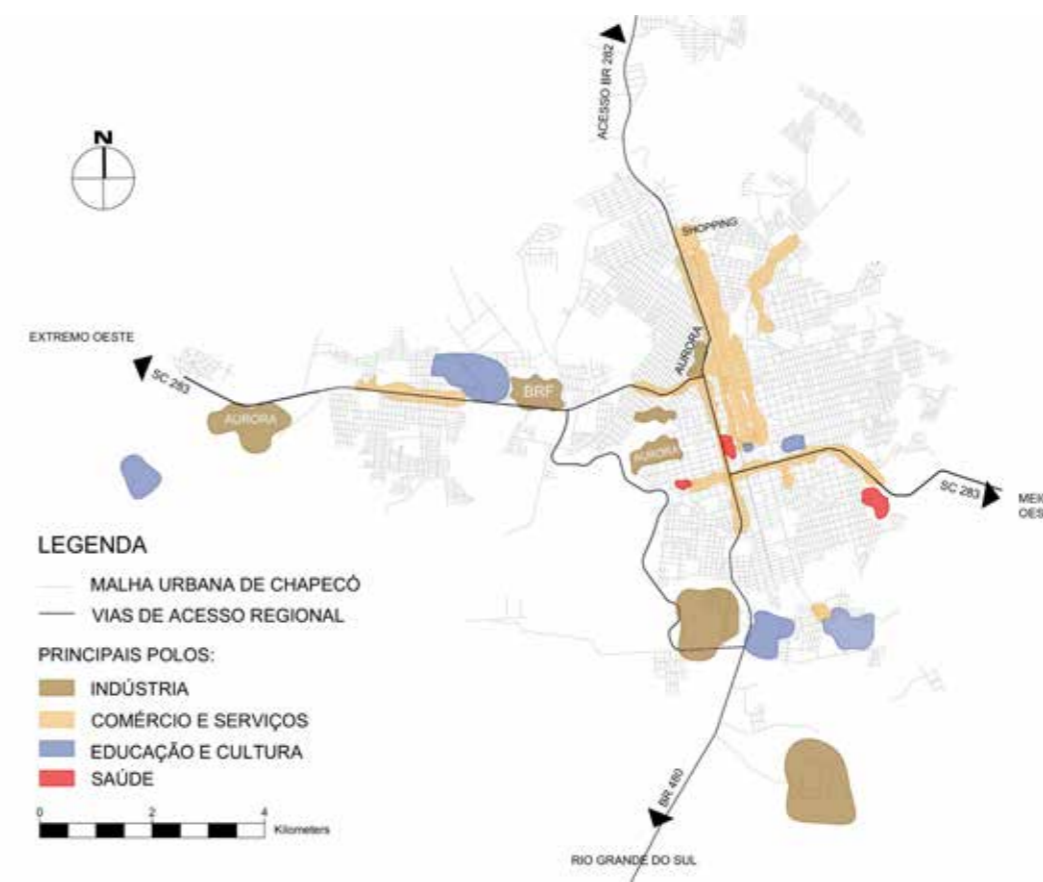
A Figura 5 auxilia a compreender melhor a estrutura urbana de Chapecó, onde se pode visualizar o significativo processo de crescimento espacial, no qual o sistema rodoviário regional, tanto principal quanto secundário, cruzam e também tangenciam o tecido urbano central, fornecendo ampla conexão com os canais de circulação e mobilidade.

O município enquanto cidade polo é o único a congregar duas marcas diferentes de agroindústrias, o que lhe confere importante função para a dinâmica do agronegócio da indústria da carne.

Quanto a forma da estrutura urbana apresenta uma mancha predominantemente xadrez/quadrícula concentrada na área central e espalhada nas extremidades, onde se observa a continuidade dos espaços livres regionais: rodovia e rios.

A investigação da forma das urbanizações foi realizada a partir das dimensões das quadras: pequenas (até 5.000 m²); médias (entre 5.001 m² até 15.000 m²); e grandes (acima de 15.000 m²), valores estipulados a partir da macroanálise dessas estruturas urbanas. Numa primeira análise pode-se observar que ambas as estruturas fundiárias são quadriculadas, com certa semelhança no parcelamento do solo.

A cidade de Chapecó (Figura 6) possui quadras grandes concentradas na área central que acolhem principalmente as atividades de moradia, comércio e serviços. As demais manchas desta tipologia demarcam vazios urbanos, áreas com indústrias e parques – a oeste e sul tem-se pequenas chácaras que atualmente se encontram em meio urbano. As quadras médias são predominantes e com isso caracterizam a principal forma de parcelamento desta urbanização, acolhendo diversas formas de habitação. As quadras pequenas se encontram de forma espalhada e com um pouco mais de concentração nas bordas, principalmente a leste, coincidindo em grande parte a áreas habitacionais de tipologia edilícia mais simples.



A Figura 7 auxilia a compreender melhor a estrutura urbana de Abelardo Luz, onde se pode visualizar o processo de crescimento espacial, no qual o sistema rodoviário regional secundário cruza o tecido urbano em expansão para oeste, sendo a via de conexão com os canais de circulação e mobilidade internos.

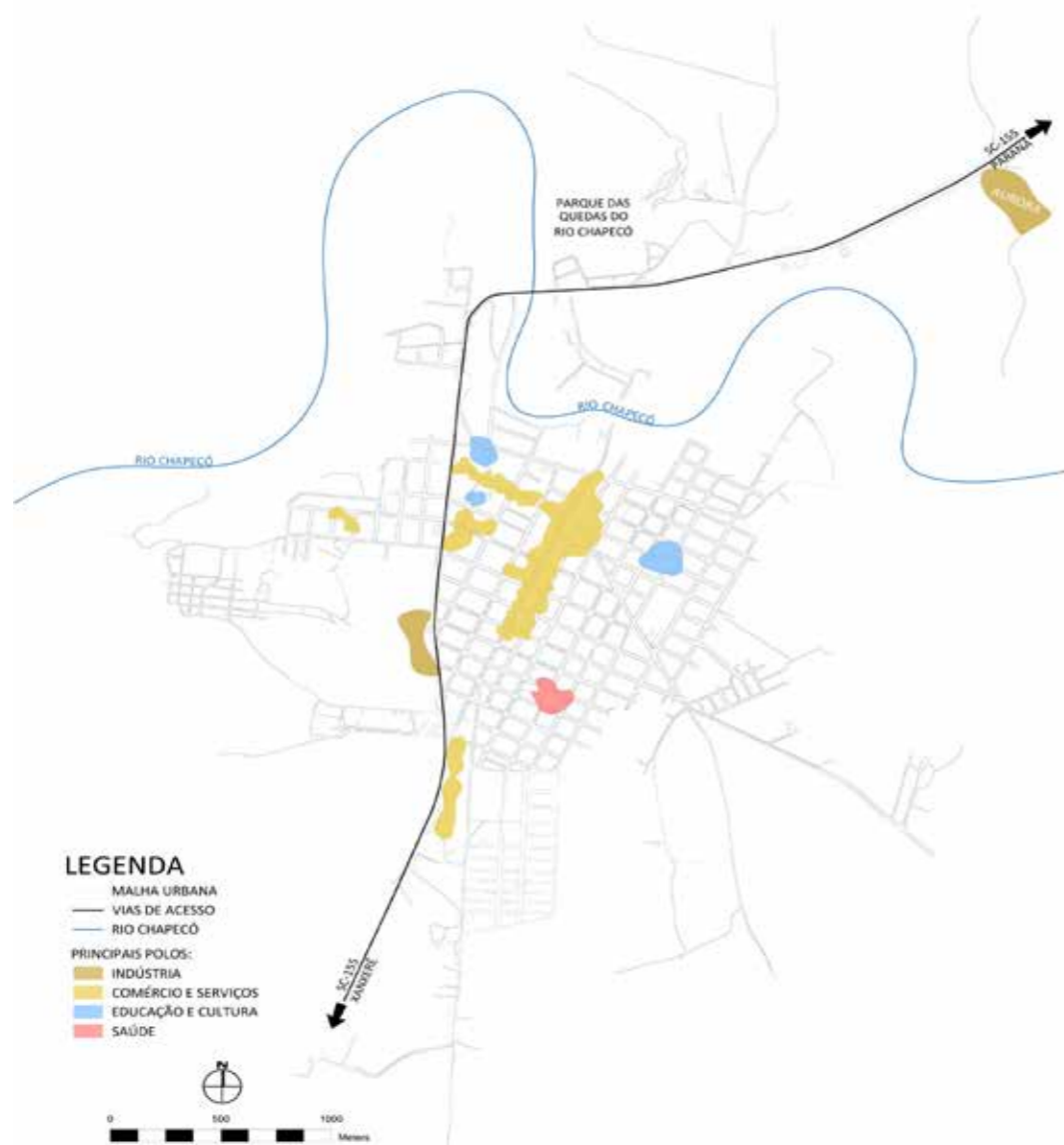
O município se encontra no raio de abrangência de 150Km de Chapecó e possui uma unidade agroindustrial localizada longe da malha urbana e que parece pouco induzir o processo de expansão.

Quanto a forma da estrutura urbana apresenta uma mancha predominantemente xadrez/quadrícula concentrada, onde se observa a continuidade dos espaços livres regionais: rodovia e rio.

Abelardo Luz (Figura 8), tem sua formação urbana predominantemente de quadras médias que acolhem principalmente as atividades de moradia, comércio e serviços. As quadras grandes concentradas nas bordas demarcam indústrias e cooperativas, assim como vazios urbanos. As quadras pequenas encontradas na região sul explicitam o resultado morfológico dos novos loteamentos.

Outro ponto importante é a dinâmica econômica. No oeste catarinense esta discussão é capitaneada pelo setor industrial devido seu poder inovador: exploração de novas ideias com resultado positivo, força econômica e capacidade de gerar riquezas e influência. Para tanto as figuras 9 e 10 espacializam as concentrações de comércio e serviços, indústria, saúde e educação e cultura.

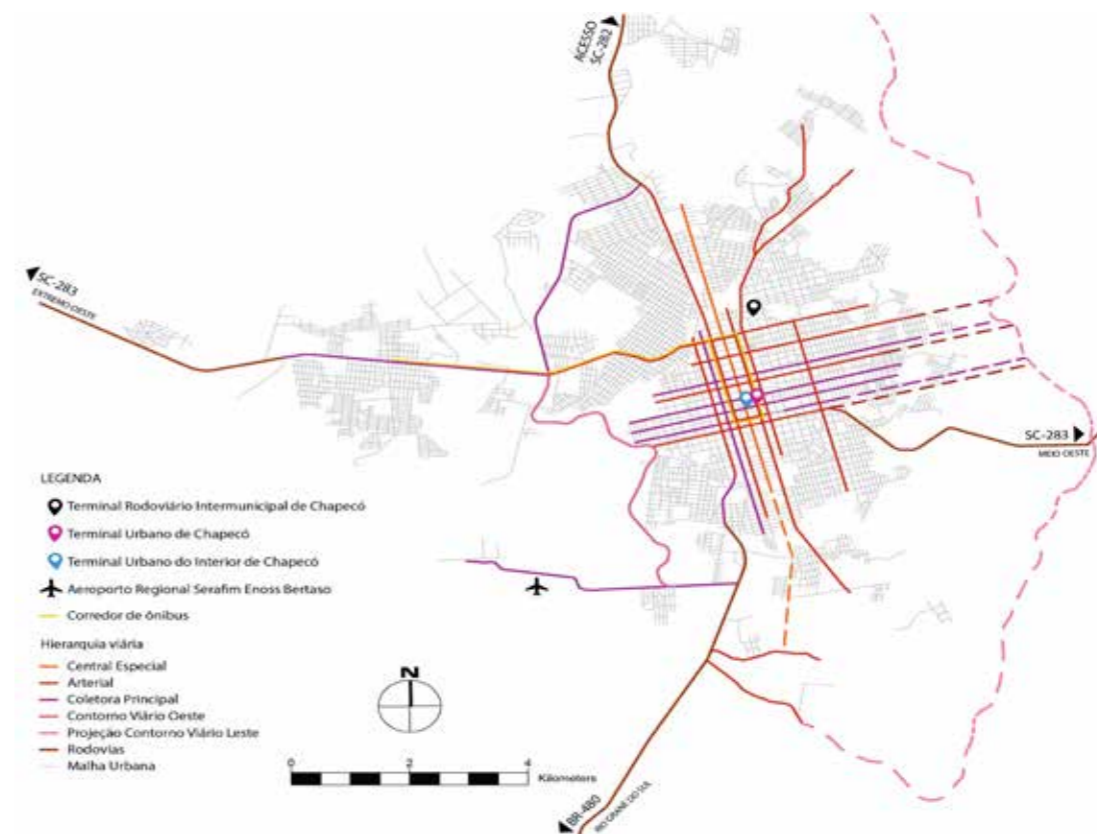
Quanto ao núcleo urbano central, Chapecó (Figura 9) concentra parte das atividades de comércio e serviços responsáveis pela atratividade regional deste núcleo urbano. Em termos locais, o comércio de menor porte complementa esta estrutura central,



gerando sub-centralidade nos bairros e respondendo por parte da dinâmica nestes locais. As indústrias se localizam em unidades isoladas ou em distritos industriais junto à malha urbana que se expande em sua direção, fazendo-a se consolidar dentro da área urbanizada.

No núcleo urbano de Abelardo Luz (Figura 10) não há uma concentração de comércios, serviços, escolas e institucionais, como a prefeitura, pois seu núcleo urbano se confunde com o *coração* da dinâmica urbana, o que é peculiar de sistemas de pouca expressão extencional, ou seja, esta é uma característica que tende a se repetir em pequenos municípios.

Esta é complementada pela rodovia secundária que tangencia o núcleo urbano e que pode estar induzindo o crescimento da malha urbana a oeste. De toda forma a borda periférica mostra um crescimento equilibrado em todas as direções. Característica importante a ser observada é a o território se expande com baixa densidade, ou seja, é um modelo de alto custo/implantação dos serviços urbanos. Este é um ponto vital para compreender os pequenos municípios, visto que não é para este tipo de eficiência que se mostram mais importantes, mas sim como a aproximação do estado e atendimento a esta sociedade – neste caso constituída para consolidação do território nacional.



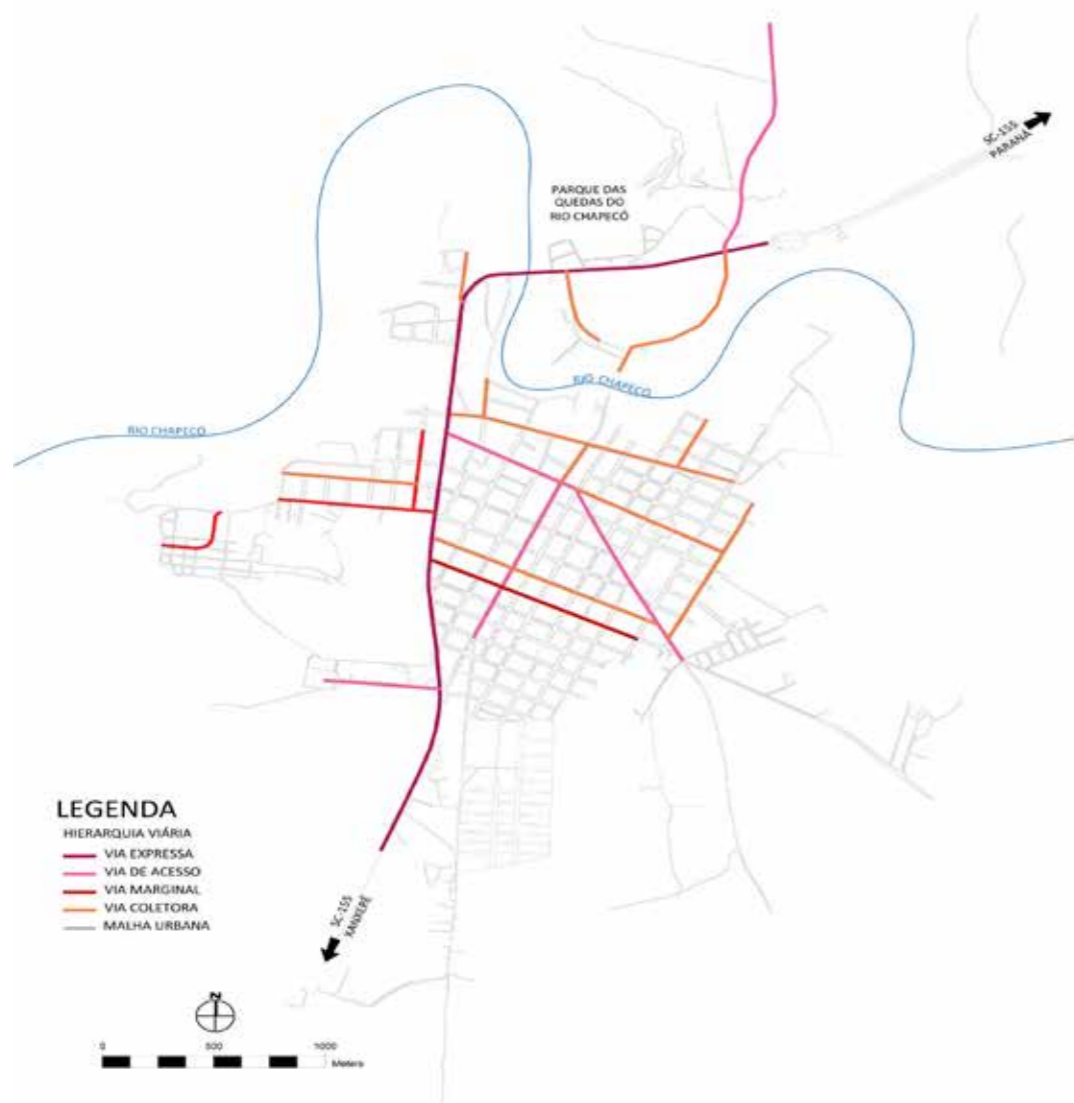
O estudo das relações internas é aprofundado a partir das áreas verdes e da compreensão dos canais de conectividade urbana, onde são consideradas as conexões, fluxos e sistema de transporte público.

A partir do tráfego e do sistema de transporte público pode-se compreender que em Chapecó (Figura 11) os impactos dos fluxos regionais, oriundos dos quatro principais acessos, exigiram medidas mitigadoras, tais como a implantação do anel viário para desviar da malha central principalmente o fluxo de cargas. Este sistema acabou por descortinar áreas periféricas pouco percebidas até então.

A maior parte dos deslocamentos acontece por veículo privado tanto individual quanto coletivo (vans e ônibus são contratados para transportar pessoas de outros municípios para atendimento nas áreas da saúde, educação e trabalho, principalmente, mas também para comércio, serviços e lazer), o que aumenta o acúmulo de veículos e os problemas de tráfego e congestionamento.

Apesar da centralidade e importância regional, o fluxo de usuários ainda não viabiliza economicamente a implantação e manutenção de sistemas como Metrô e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) por exemplo, o que internamente agrava a sobrecarga do sistema viário pelo grande uso do transporte individual e aos congestionamentos em horários de maior movimento. Uma tentativa muito tímida foi a implantação de trecho parcial para corredor preferencial para ônibus, mas que não se aproxima nem um pouco da solução do *Bus Rapid Transit* (BRT) – sistemas de corredores exclusivos para o transporte urbano com ônibus, por exemplo.

Por ser um sistema em consolidação, apresenta novas demandas de crescimento territorial e populacional. A conexão regional por transporte coletivo concentra chegadas e partidas em dois pontos: Terminal do Interior de Chapecó (ao lado do Terminal Urbano na área central) e no Terminal Rodoviário Intermunicipal de Chapecó, que possui poucas rotas de integração com o transporte público municipal. Este concentra sua



rota num terminal central de distribuição, ou seja, linhas interbairros são inexistentes, o que dificulta e aumenta o tempo dos deslocamentos de seus usuários, e muitas vezes desestimula seu uso mais efetivo.

A conexão entre estas estruturas, urbana e regional, é a própria cidade e os eixos regionais. Esta fusão de funções auxilia a explicar a força de atratividade deste núcleo no oeste catarinense. Concomitante, a presença ativa do aeroporto introduz neste contexto as conexões nacionais/internacionais: um diferencial regional.

Em termos socioespaciais o que se pode observar é que o adensamento populacional, a verticalização sem critérios de conforto ambiental e as características desenvolvimentistas embasam a migração das relações sociais dos passeios públicos para os parques, as praças e locais privados, como os pátios internos aos lotes, bares, boates e o shopping, ficando o sistema viário para os veículos (VILLELA, 2019, p. 181).

A localização e configuração da estrutura urbana de Abelardo Luz (Figura 12) mostram outras relações para o tráfego, o sistema de transporte público e os fluxos regionais. Como não está numa conexão regional, o núcleo urbano acaba sendo pouco impactado por estes fluxos.



Figura 13 - Mapa sistema verde; Chapecó. Fonte: Villela, 2019, p. 183.

O município conta com transporte coletivo público (urbano e rural), mas devido às poucas alternativas de horários e estrutura para circulação, como ciclovias, a maior parte dos deslocamentos intraurbanos acontece por veículos privados ou a pé. A cidade possui um terminal rodoviário que recebe os fluxos rurais e urbanos.

Quanto a hierarquia do sistema viário a Via Expressa é a SC 467 que tangencia o núcleo urbano no sentido norte-sul e dá acesso a agroindústria. As Vias de Acesso cortam a cidade no sentido norte-sul e leste-oeste, permitindo a conexão a todo restante do sistema.

Por fim, tem-se o estudo das áreas verdes enquanto grandes responsáveis pela qualidade e identidade dos lugares, tanto pela capacidade de amenizar as temperaturas quanto pela particularização da paisagem. As Figuras 13 e 14 espacializam o sistema de áreas verdes, áreas de preservação permanente, parque e praças.

Em Chapecó (Figura 13), principalmente na área urbana central, apesar de existirem praças e parques, a verticalização impacta diretamente tanto na forma urbana quanto no cotidiano do cidadão, seja pela sobrecarga do sistema de circulação quanto pelo comprometimento da iluminação e da ventilação natural dos espaços livres públicos urbanos.

Os oito parques da cidade em termos fundiários se caracterizam principalmente por serem sobras ou bordas de parcelamento. Como consequência apresentam: frágeis conexões com o sistema viário e de circulação da cidade; formatos irregulares oriundos de desmembramentos, entre outros; áreas com grandes desníveis topográficos, que dificultam ainda mais a acessibilidade universal, o uso e a apropriação.

Apesar de apresentarem programas interessantes não conseguem ter expressão junto à comunidade por causa de suas características gerais, pela falta de manutenção e



pela baixa qualidade dos equipamentos. Exceção é o Ecoparque que foi revitalizado em 2014 e consegue acolher com eficácia algumas atividades de lazer, e o Verdão, que mesmo sem uma infraestrutura adequada possui grande apropriação. Assim, os parques se apresentam como importantes opções de lazer apesar de suas estruturas físicas estarem muitas vezes desconectadas dos principais sistemas de circulação; e as praças em muitos casos são locais potenciais, mas ainda em implantação e com pouca infraestrutura.

A legislação urbanística definida para a área central, que não necessariamente expressa o desejo da população, prevê uma taxa de ocupação de 90% da base, ou seja, permite praticamente a impermeabilização total do lote. Este índice somado à alta capacidade construtiva permitida na área tem levado a aridez intralote. Este contexto leva a compreender o importante papel dos canteiros arborizados, pois sem eles esta área estaria praticamente desertificada.

Abelardo Luz (Figura 14) tem uma praça, ou seja, apresenta grande carência de

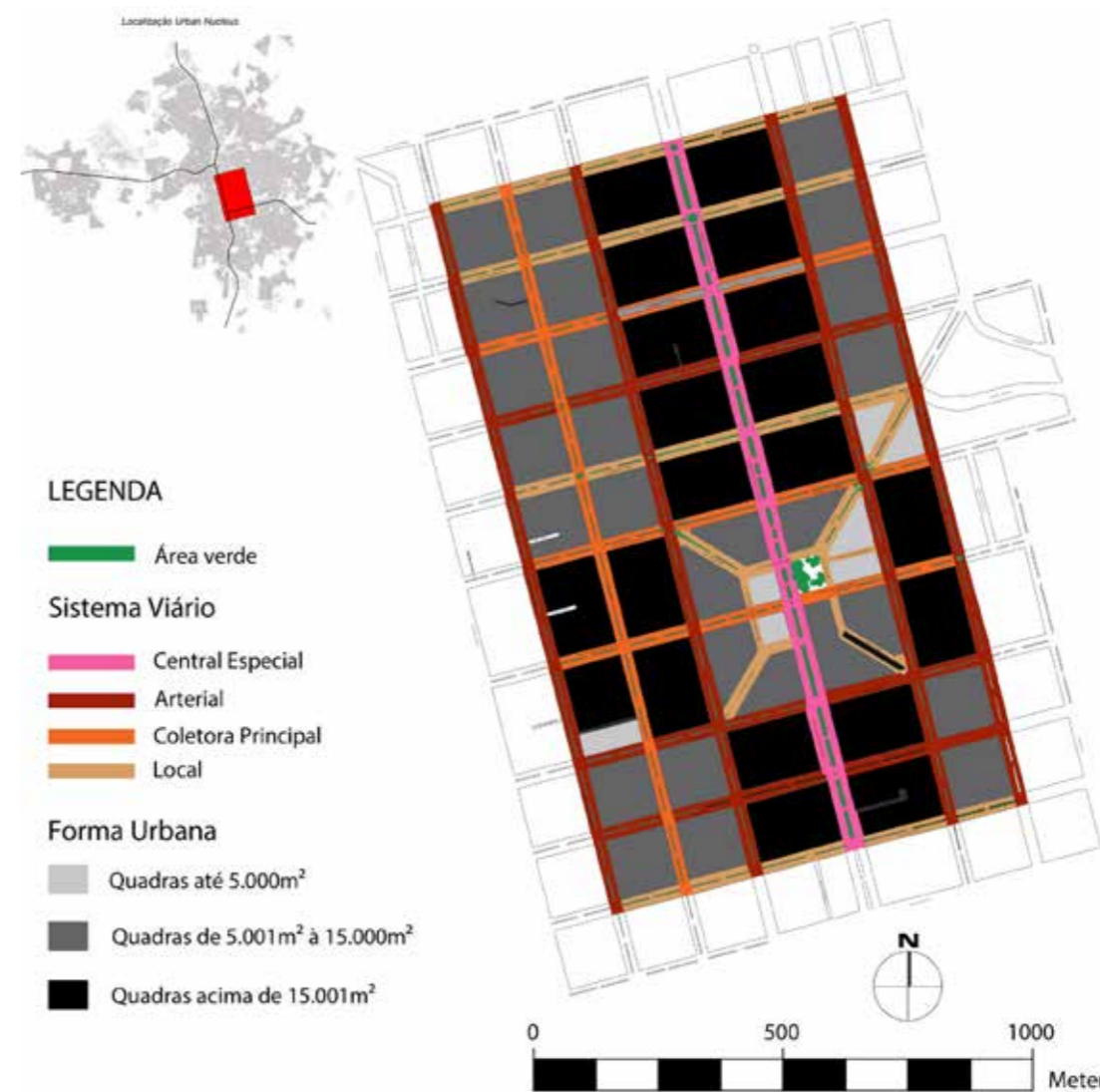


Figura 15 – Urban Nucleus Chapecó Fonte: VILLELA, 2019, p. 198.

praças, parques e demais espaços livres de convívio e lazer voltados à população. Mesmo existindo áreas verdes que não se enquadram como de preservação ambiental e, portanto, estariam aptas à ocupação, são vazios urbanos, que devido à falta de estruturas, e muitas se tratarem de espaços privados, e, portanto, com restrição de uso público.

Como característica geral, destaca-se que não existem parques e nem praças nas proximidades de vizinhança, conectando a vida urbana aos canais de deslocamento e movimento: sistema de circulação, e com isso negando aos moradores da cidade locais de descanso e relaxamento. Estes sistemas de circulação não contam com canteiros centrais, deixando ainda mais precária a situação verde da cidade, e com isso comprometendo a qualidade de vida.

O *Urban Nucleus* é o núcleo central geográfico e historicamente mais importante do *Urban Being*, definido por limites físicos, tal como vias expressas urbanas, rio ou topografia, caracterizado pela: tipologia, sistema de espaços verdes e forma urbana.

Em Chapecó se estabelece pela célula central (RENNER, 2018) e se define pela tênue alteração do sistema de circulação, quando este perde o canteiro central, assumindo assim o protagonismo do veículo. As estruturas que o representam enquanto principais funções urbanas são: a social (força de atração de fluxo e pessoas da Avenida Getúlio Vargas), a econômica (oferta de comércio e serviços), a política (edifícios institucionais e praça cívica) e a cultural (museus e núcleo histórico). Em termos regionais explicita a



sua relevância ao centralizar o encontro das conexões e dos acessos regionais, sendo esta uma importante face de sua representação (Figura 15).

A célula central (RENNER, 2018) em Abelardo Luz (Figura 16) define-se pela caracterização dos usos, assumindo os limites pelo encontro das funções econômica (oferta de comércio e serviços), educação e saúde, bem como pela estrada estadual. Desse modo os limites são: a Norte a escola; a Leste a igreja; a Oeste a via SC-155; e a Sul o hospital.

Em Chapecó o *Urban Cell* (Figuras 17 e 18) da área central possibilita observar a convergência e concentração comercial, de serviços, particularmente de restaurantes, bares e cafés, da Avenida Getúlio Vargas, único sistema que possui amplos passeios, bem como compreender que estes são os principais motivos do movimento de pedestres neste eixo. Em termos culturais o núcleo da Praça Coronel Bertaso se apresenta como local de *guarda* da memória coletiva. A espacialização do sistema de espaços verdes explicita o processo de eliminação das áreas verdes intraquadras, resultado que responde de forma direta à legislação urbanística definida para a área central, mas não necessariamente ao desejado pela população.

O *Urban Cell* em Abelardo Luz (Figuras 19 e 20) permite a compreensão de que a centralidade de comércios e serviços encontra-se densamente na Av. Getúlio Vargas, no sentido Norte-Sul, e na Av. Padre João Smedt, no sentido Leste-Oeste. Os pontos culturais e educacionais, sendo eles principalmente escolas, estão ao limite do estabelecido pela célula mínima e não tão próximos aos comércios e serviços, assim como a presença do hospital na parte sul do município. A presença de espaços verdes ainda muito presente no intraquadra com áreas bem arborizadas, percebe-se uma forte concentração em um maior número de quadras quando comparado com Chapecó.

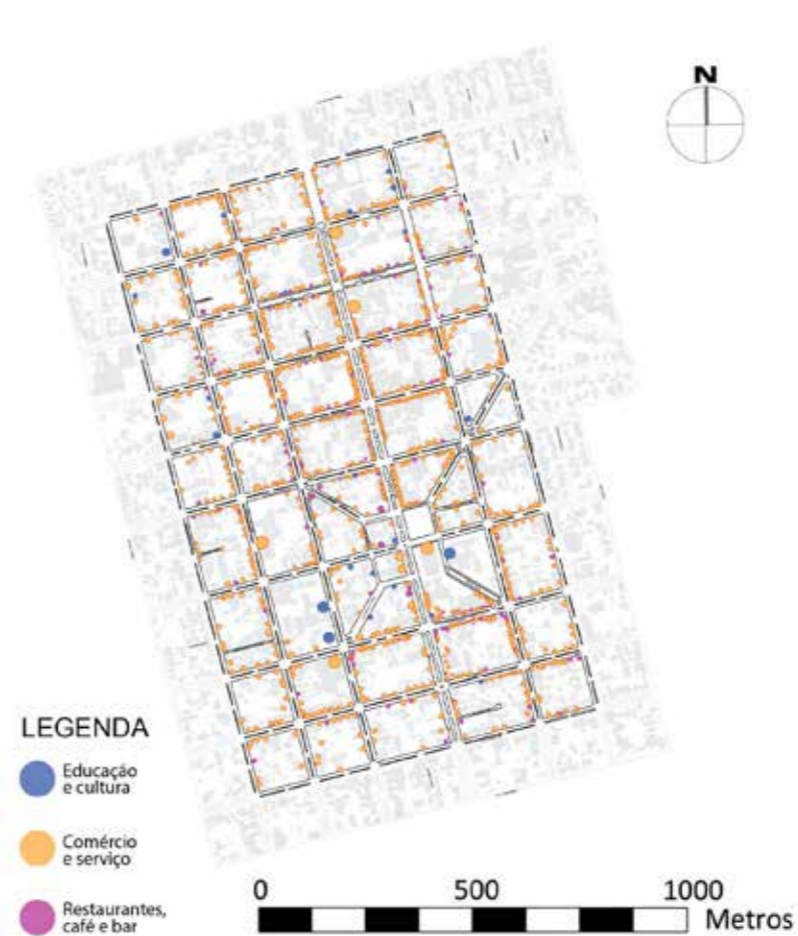


Figura 19 – Urban Cell/Abelardo Luz: dinâmica socioeconômica. Elaborado por Ana Laura Vianna Villela, Lucas Santos Magro a partir das discussões (RENNER, 2018), 2019.

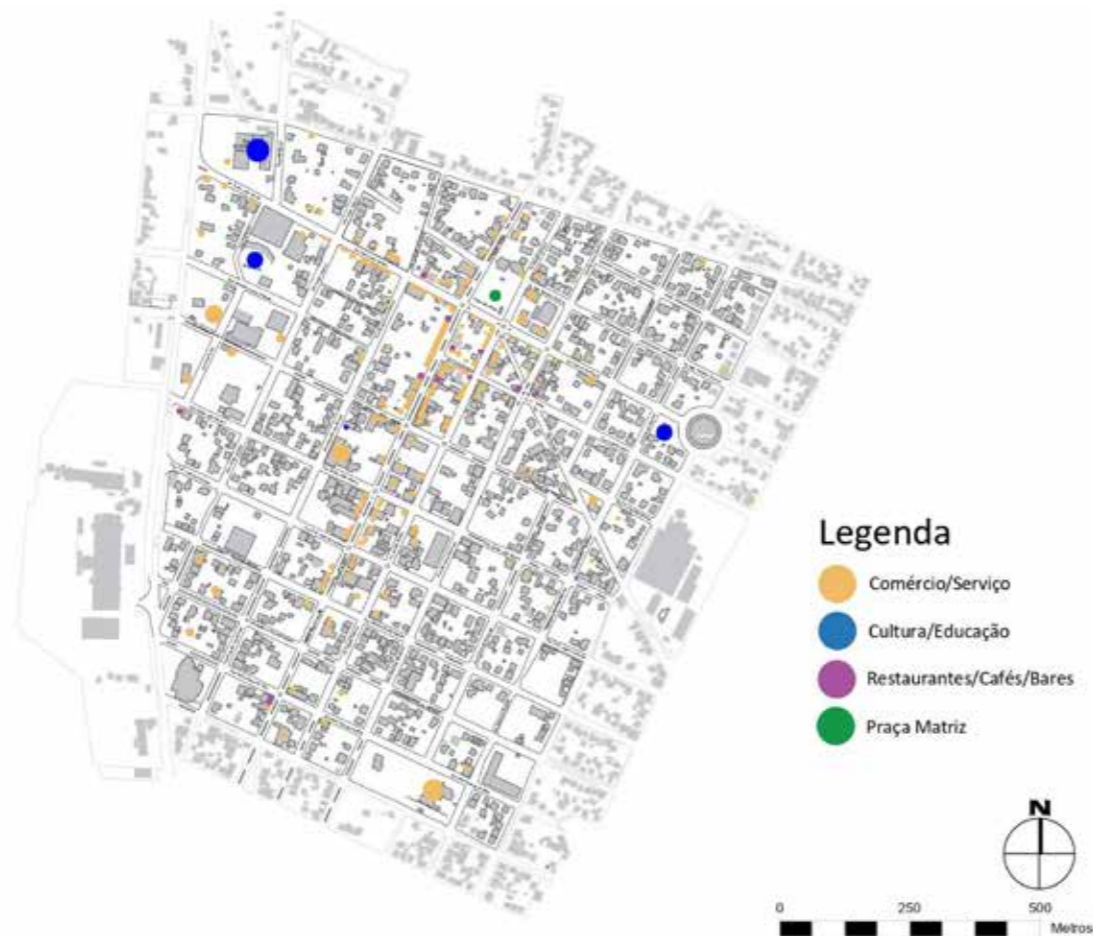


Figura 20 – Urban Cell/Abelardo Luz: arborização. Elaborado por Ana Laura Vianna Villela, Lucas Santos Magro a partir das discussões (RENNER, 2018), 2019.



Considerações Finais

A caracterização e reflexão mais aprofundada dos tipos morfológicos que qualificam e explicitam os processos que preservam as homogeneidades e heterogeneidades em termos de diversidade social, funcional e tipológica dos núcleos estudados, reforçam as características próprias e intrínsecas do território regional, principalmente no sentido de sua vivência e significado social, e com isso se afirmam como importante elemento para o planejamento.

O estudo regional revelou o conflito entre a cidade política e a administrativa, ou seja, sua real área de abrangência, significado enquanto território e força atrativa. Chapecó por sua tipologia dispersa espacializa uma área de influência mais significativa no raio de 60 Km e menos intensa nos raios de 100 km e 150 Km. Interessante observar que estas distâncias espelham as relações da agroindústria com o território, sendo o primeiro o raio mais privilegiado para captação de matéria prima (conexão com as pequenas propriedades integradas), o segundo de captação de mão-de-obra (conexão tanto com o rural quanto com os pequenos municípios) e o terceiro da influência regional. Abelardo Luz se mostrou vinculado à centralidade de Chapecó nos dois raios mais ampliados (100 e 150 Km), mas criando uma sub-centralidade no raio de 60 Km, se destacando na prestação de serviços.

Quanto ao núcleo urbano central, onde em Chapecó define-se pela alteração no sistema de circulação que deixa de ter canteiro central, tendo o veículo como protagonista e em Abelardo Luz a delimitação acontece pela via expressa e pelas tipologias de uso do solo. Interessante observar que o núcleo e a célula urbana coincidem tanto em Chapecó quanto em Abelardo Luz, ainda que sejam percepções diferentes do espaço urbano, visto que em relação a primeira é identificada uma área central diferenciada e de alto valor agregado por seu vínculo facilidade aos serviços, comércio e grande número de oportunidades. Na segunda esta gama de oportunidades se confunde com o próprio núcleo urbano, não destacando uma localização específica, característica que talvez se replique em outras cidades pequenas.

Independentemente desta supra valorização da área central, ou não, ambas induzem nas bordas periféricas as habitações sociais, não conseguindo romper com a mesma lógica do capital dos grandes centros mais consolidados. O mesmo acontece para a falta de continuidade das áreas verdes regionais dentro da malha urbana.

Contudo, o estudo comparativo das características socioespaciais registradas na paisagem possibilitou compreender a importância da forma urbana enquanto indutora de centralidade e identidade do núcleo urbano, bem como da dificuldade dos pequenos municípios em construir pensamentos autônomos e mais eficazes para as realidades, ficando subjugados as discussões dos centros maiores.

Agradecimentos

Pesquisa financiada pelo Fundo de Apoio à Pesquisa da UNOCHAPECÓ – Bolsa de auxílio modalidade PIBIC/FAPE de Iniciação Tecnológica.

Referências

DRAMSTAD, Wenche E.; OLSON, James D.; FORMAN, Richard T. T. Landscape ecology principles in Landscape Architecture and Land-Use Planning. Harvard University: Island Press, 1996.

IBGE, Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Cidades, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20 fev. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil - 2018. p. 470, 2018.

ISUF. International Seminar on Urban Form, 2021. Disponível em: <<http://www.urbanform.org/index.html>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LAMAS, José Manuel R. G. Morfologia Urbana e o Desenho da Cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEITE, Maria Angela F. P. A paisagem, a natureza e a natureza das atitudes do homem. Paisagem e Ambiente, 1992. n. 4, p. 45-66.

MACEDO, Silvio S. Os Espaços Livres de Edificação e o Desenho da Paisagem Urbana. In: ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL – SEDUR. São Paulo, SP: Pini, 1986. p. 103-110.

OHTSUKIE, Clarisse.; MACEDO, Silvio S. CD-Rom Paisagismo Contemporâneo No Brasil. Projeto Quapá: FAPESP; CNPq, 2003.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo, SP: Ática, 1993.

RENNER, Robin. Urban Being: anatomy & identity of the city. Salenstein: Niggli, 2018.

SANTA CATARINA. Lei Estadual n.º 1.147, de 25 de agosto de 1917.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. 4. ed.

SCHLEE, Mônica B.; NUNES, Maria Julieta.; REGO, Andrea Q.; RHEINGANTZ, Paulo. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. Paisagem e Ambiente, n. 26, p. 225–247, 30 jun. 2009.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da; LIMA, Fernanda; MAGALHÃES, Natália. Aplicação do conceito de Unidade Morfo-territorial na escala metropolitana, intraurbana e local. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 3, p. 105–120, 2015.

SOUZA, Marcelo L. Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2015. 2. ed.

TÂNGARI, Vera Regina. *Um outro lado do rio*. Rio de Janeiro. 1999. 357 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

TÂNGARI, Vera Regina. Espaços livres e a forma urbana: identificação dos tipos-morfológicos que qualificam a paisagem urbana. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Enanparq, 2014. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-EPC-004-1-TANGARI.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

VILLELA, Ana Laura V. Urbanização e paisagem: as transformações socioespaciais no oeste catarinense. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Chapecó, 2019.

A SUB-REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS E BOA VISTA DO RAMOS/AM

Cidades Pequenas e Sistemas Territoriais

*THE BAIXO-AMAZONAS SUB-REGION
AND BOA VISTA DO RAMOS/AM
Small Cities and Territorial Systems*

Estevan Bartoli¹

Resumo

O artigo objetiva analisar aspectos socioeconômicos das cidades pequenas que compõem a sub-região do Baixo-Amazonas considerando os papéis e a capacidade de mediação das sedes. Com análise da densidade das atividades produtivas e do consumo rural e urbano, busca-se entendimento do perfil da economia popular e do capital mercantil do município de Boa Vista do Ramos (AM). Através da aplicação de formulários aos comércios de Boa Vista do Ramos constata-se que ocorre distribuição de produtos para as comunidades de entorno que apresentam baixa produção rural, e que a cidade exerce papel de lugar central para consumo de itens industrializados oriundos de redes urbanas externas. Conclui-se que Boa Vista do Ramos possui papel reduzido na divisão territorial do trabalho com inexistência de especializações produtivas funcionando como nó secundário de distribuição de mercadorias, apresentando padrão de comportamento espacial muito semelhante às demais cidades da sub-região com preocupante quadro de dependência de recursos externos.

Palavras-chave: sub-região, cidades pequenas, perfil econômico, sistemas territoriais.

Abstract

The article aims to analyze socioeconomic aspects of the small cities that make up the Baixo-Amazonas sub-region considering roles and the capacity to mediate the territorial ordering of the headquarters. With an analysis of the density of productive activities and rural and urban consumption, an attempt is made to understand the profile of the popular economy and mercantile capital of the municipality of Boa Vista do Ramos (AM). Through the application of forms in local markets of Boa Vista do Ramos, it appears that products are distributed to surrounding communities that have low rural production. The city also plays a role of a central place in the consumption of industrialized items from external urban networks. It is concluded that Boa Vista do Ramos has an reduced role in the territorial division of labor with no productive specializations acting as a secondary node for the distribution of goods, presenting a pattern of spatial behavior very similar to other cities in the sub-region which cause a worrisome dependency external resources.

Keywords: sub-region, small cities, economic profile, territorial systems.

Introdução

O presente texto faz parte da última etapa de análise dos estudos sobre os municípios do Baixo Amazonas, no Projeto intitulado *Rede urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas Territoriais Urbano-ribeirinhos no Baixo Amazonas*². A abordagem discutida em outras publicações (BARTOLI, 2020a; 2020b; 2020c; 2021), assim como no presente artigo, objetiva analisar aspectos socioeconômicos das pequenas cidades da sub-região do Baixo-Amazonas considerando os papéis e a capacidade de mediação do ordenamento territorial das sedes através da densidade das relações econômicas produtivas e de consumo. Como objetivo específico, busca-se analisar a densidade das atividades produtivas e do consumo rural e urbano para o entendimento do perfil da economia popular e do capital mercantil do município de Boa Vista do Ramos (AM).

No primeiro momento analisamos características da sub-região de planejamento do Baixo Amazonas, utilizando na metodologia dados socioeconômicos secundários dos municípios comparando a constatações dos demais municípios estudados. Salientamos que a fragilidade econômica sub-regional e a dependência de recursos externos se acentuaram desde a implantação do modelo Zona Franca de Manaus (atualmente Polo Industrial), que reverberou na formação de desigualdades no desenvolvimento econômico da rede urbana dos municípios interioranos, com concentração na capital Manaus. Para além do recorte sub-regional rígido e delimitado, adicionamos descrições e reflexões sobre a estrutura territorial sub-regional, como aspectos de sítio, situação e dinâmicas de fluxos de transporte fluvial. Enfatizamos que as redes locais de sujeitos possuem territorialidades que necessitam de uma abordagem relacional e processual (ligados ao processo urbano enquanto totalidade) para entendimento das dinâmicas socioespaciais.

No segundo subitem descrevemos as principais mediações territoriais realizadas por atividades econômicas de Boa Vista do Ramos analisando a composição de seus principais sistemas territoriais. Utilizamos o modelo teórico-metodológico relativo ao Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR – BARTOLI, 2017; 2018a; 2019a) que compreende análise da dinâmica de setores populares da economia urbana em interação com o capital mercantil, formando intensa circulação, complementaridades e interpenetrações entre cidade e interiores.

A metodologia da pesquisa constou de trabalhos de campo com aplicação de formulários aos comércios da sede, com objetivo de identificar: quais são os principais produtos absorvidos dos interiores que abastecem a economia urbana; quais são as principais comunidades produtoras; alterações nos tipos de fluxos de transporte cidade-interiores e a composição da economia popular. Constata-se distribuição de mercadorias para as comunidades de entorno que apresentam baixa produção rural, onde a cidade funciona como lugar central para consumo de mercadorias industrializadas oriundas também de redes urbanas externas. A maioria dos hortifrutigranjeiros consumidos na cidade é oriunda do Pará, São Paulo e Manaus (AM) demonstrando fragilidade da economia local.

Pela formação de uma economia urbana incompleta constata-se que o padrão de ordenamento territorial é realizado entre o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (economia popular) e setores mercantis urbanos. Populações ao acessarem a cidade para usufruir das “benesses urbanas” (sistema de saúde, educação, comércio, etc.), acabam retornando com uma série de produtos industrializados adquiridos nos

¹ Doutor em Geografia. Professor na Universidade do Estado do Amazonas.

² Financiamento concedido através de Bolsa Produtividade da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

comércios locais. Constatou-se ainda que elites locais de Boa Vista do Ramos não realizam absorção/processamento de produtos oriundo das áreas interioranas, nem mesmo na atividade madeireira, serrarias ou frigoríficos pesqueiros.

Concluiu-se que Boa Vista do Ramos possui papel extremamente reduzido na divisão territorial do trabalho com inexistência de especializações produtivas, funcionando como nó secundário de distribuição de produtos industrializados, apresentando padrão de comportamento espacial muito semelhante às demais cidades da sub-região com preocupante quadro de dependência de recursos externos.

Características da sub-região do Baixo Amazonas e Boa Vista do Ramos: posição, sítio e situação

Objetivo do presente item é analisar características socioespaciais da sub-região de planejamento do Baixo Amazonas, visando adicionar elementos de dinâmicas relacionais do território para seu entendimento. A escolha do recorte espacial sub-regional se deve a dois critérios. O primeiro é operacional, relativo ao papel e presença de instituições diversas para repensar políticas públicas de desenvolvimento territorial, cujo recorte privilegia municípios do estado do Amazonas (BARTOLI, 2020c). A análise do fenômeno urbano na sua dimensão regional requer reconhecimento das distinções a partir das regiões que as geram como propõe Bitoun (2009), onde estratégias de desenvolvimento sub-regional tem auxílio nas tipologias de cidades para formulação de políticas públicas.

Essa delimitação da sub-região não implica *fechamento* da análise pois as fragmentações territoriais e a baixa complementaridade entre os municípios que compõem a rede faz com que a dinâmica de cada município ocorra através de fluxos e interações multiescalares, mais intensos com as redes urbanas externas do que internamente. Enquanto movimento da totalidade, esse olhar sub-regional não significa deixar de lado as *porosidades*, as desarticulações e fragmentações do território explícitas na explicação do fenômeno urbano. O segundo critério ocorre pelas análises já utilizadas do recorte utilizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI / Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações – DEPI, órgão governamental responsável e indutor das matrizes de desenvolvimento socioeconômico do Estado. Uma de suas publicações mais importantes, *O Amazonas em Mapas* (SEDECTI, 2020), o DEPI almeja conhecimento sobre o território, com acesso a dados socioeconômicos e geográficos, para contribuir com o planejamento urbano regional, e “qualificar novos investimentos e ações do Estado, bem como de empresas organizações diversas, auxiliando na definição das prioridades ao desenvolvimento às regiões mais carentes” (SEDECTI, 2020).

Outra delimitação da sub-região foi realizada no Programa Territórios da Cidadania (governos Lula e Dilma – 2003 a 2016) privilegiando redes de produtores rurais através da articulação dos Conselhos de Desenvolvimento Territoriais Rurais (CODETER). Essa valorização das redes locais de sujeitos é de extrema importância para entendimento dos processos de des-re-territorialização (SAQUET, 2011) e os tipos diversos de ordenamentos do território de entornos das cidades.

No ano de 1990, o IBGE publica *A Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas*. As mesorregiões geográficas foram definidas como áreas individualizadas em uma Unidade da Federação considerando o “processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial” (IBGE, 1990, p. 8). As microrregiões geográficas internas às mesorregiões foram compostas por suas particularidades quanto

à estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira. Para a compreensão das especificidades da estrutura produtiva, utilizaram-se informações sobre o quadro natural e sobre relações sociais e econômicas particulares dos locais (IBGE, 1990; MAGNAGO, 1995).

O Estado do Amazonas passou a comportar quatro mesorregiões geográficas e treze microrregiões. As mesorregiões foram definidas como: Centro Amazonense (formada pelas microrregiões de Tefé, Coari, Manaus, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Parintins), Norte Amazonense (Rio Negro e Japurá), Sudoeste Amazonense (Alto Solimões e Juruá) e Sul Amazonense (Boca do Acre, Purus e Madeira) (IBGE, 1990b). Essa nova divisão foi fundamental para a composição do Território Rural do Baixo Amazonas utilizado no Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (WITKOSKI, 2013).

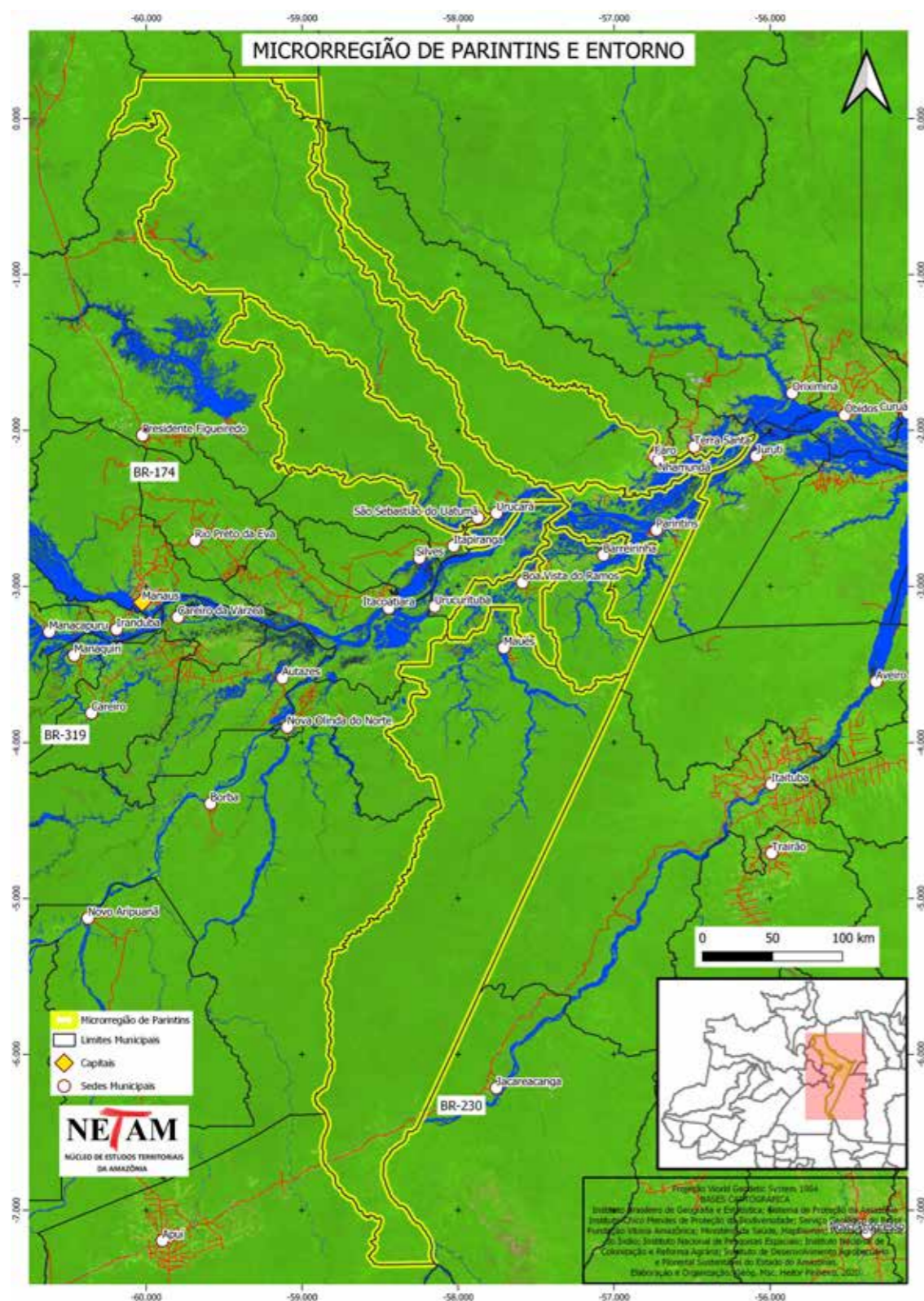
A rede urbana no estado do Amazonas é predominantemente estruturada pelo transporte fluvial, que a diferencia das demais redes nacionais. A posição das sedes municipais, seus sítios urbanos (bases físicas) e as variações sazonais em ciclos de cheias e vazantes, são elementos condicionantes na dinâmica de distribuição da população, tipos de usos de solo e formação de redes urbanas sub-regionais (BARTOLI, 2020a; 2020b). Além da localização física das sedes (posição) outros elementos são inseridos nas reflexões sobre a *situação*, pois “tornam a posição um fator vantajoso, como a presença de eixos de circulação” (GEORGE, 1983, p. 40). A estrutura de relações reticulares do Baixo Amazonas a partir de seus sistemas territoriais é também condicionada pela situação das cidades:

um espaço geográfico relativizado que se molda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais e dos sistemas de relações. É uma dinâmica processual que leva em conta redes e fluxos diversos a partir de um processo de centralização (DAMIANI, 2006, p. 42).

Portanto, o transporte fluvial torna-se o principal elemento não só da articulação da rede urbana, mas como mediação técnica, cultural e identitária de extrema importância na construção das territorialidades de diversas redes de sujeitos.

Aspectos da estrutura territorial são demonstrados na figura 1, salientando que a sub-região não possui ligações rodoviárias diretas com a rede urbana a oeste (inclusive com a metrópole Manaus), tanto como ao leste com a rede urbana paraense. Uruará sofre influência indireta da rodovia AM-010 que conecta Manaus ao município vizinho de Itapiranga (oeste de Uruará). Outras estradas muito precárias de terra com baixa intensidade de rodagem *penetram* a sub-região de Parintins a leste a partir de Juruti (PA) até Parintins, e de Terra Santa (PA) até Faro (PA) atingindo indiretamente Nhamundá (AM). A influência que essas pequenas estradas possuem na dinâmica da rede é tema para estudos futuros. Por essa rarefação de sistemas de engenharia, a análise a partir de outros critérios torna-se imprescindível, sendo importante considerar as dinâmicas e territorialidades ribeirinhas e fluviais.

O termo *ribeirinho* indica a reprodução de práticas espaciais e territorialidades associadas a populações interioranas cada vez mais inseridas e adaptadas ao meio urbano. São práticas com forte referencial simbólico – cultural relacionadas ao uso dos rios, com atividades de subsistência e circulação para complemento de renda com predomínio do valor de uso. Formam micro redes *urbano-ribeirinhas* apresentando temporalidades *lentas* ligadas às práticas espaciais de camponeses ribeirinhos. O termo camponês ribeirinho é desenvolvido em Cruz (2007), na análise dos sujeitos situados nas várzeas e terras firmes. No baixo Amazonas, tais camponeses ribeirinhos



possuem dinâmica de realização de múltiplas tarefas (agricultura, pesca, extrativismo, pequenas criações de gado e animais, fabricação de canoas, etc.). Historicamente tais populações passaram por diferentes períodos econômicos tendo sempre papel importante na economia local, resistindo após o colapso dos ciclos da extração do óleo de pau rosa e da cultura da juta nos entornos de Parintins e acentuando recentemente relações com a cidade.

Utiliza-se o termo fluvial para as lógicas mais funcionais de circulação de mercadorias pela navegação associada às atividades dos setores pertencentes ao capital mercantil

Município	População residente 2010	Urbana	Rural	Área total Km2	Densidade demográfica Hab./Km2
Parintins	102.033	69.890	32.143	5.952,4	17,14
Barreirinha	27.355	12.418	14.937	5.750,6	4,76
Boa Vista do Ramos	14.979	7.550	7.429	2.586,8	5,79
Nhamundá	18.278	7.010	11.268	14.105,6	1,30
Uruará	17.094	9.886	7.208	27.903,4	0,61
Maués	52.236	25.832	26.404	39.989,9	1,31
São Sebastião do Uatumã	10.705	5.904	4.801	10741,1	1,00

Tabela 1 – População rural e urbana, área e Densidade Demográfica dos municípios do baixo Amazonas. Fonte: BARTOLI (2021).

urbano. Essa fração mercantil faz uso de embarcações maiores de transporte de cargas (predomínio do valor de troca), conformando o sistema territorial dominante que denominamos como Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF).

Localizado na porção oriental do Estado do Amazonas, o município de Boa Vista do Ramos faz limites com os municípios de Maués ao sul, Urucurituba a oeste, Barreirinha a leste (figura 1). Possui extensão territorial de 2.586,8 km² e conta com uma população de 14.979 habitantes, com densidade de 5,79 hab/Km² (Tabela 1). Tanto as populações rurais como as urbanas estão concentradas na faixa central do município, próximas à sede municipal. Extensas áreas de várzeas sujeitas a variações sazonais fluviais (ciclos de cheias e vazantes) também fazem parte desse mosaico geomorfológico do sítio municipal, permeado de complexos flúvio-lacustres conferindo elevada piscosidade. A proximidade dos rios navegáveis incentiva essa maior densidade de populações no trecho norte municipal.

Quanto ao sítio urbano, aspectos geomorfológicos são condicionantes em cidades do baixo Amazonas. A concentração de comunidades mais próximas às sedes e ao principal rio navegável é latente, no caso o Paraná do Ramos é rota de embarcações de ferro que realizam trecho Manaus/rede paraense e no sentido inverso igualmente. Outro condicionamento ocorre em sítios com restrições de crescimento do plano urbano. Parintins por ser um arquipélago, teve expansão recente do plano urbano para outras ilhas necessitando de aterros e pontes num rápido crescimento a partir de ocupações irregulares e novos bairros (BARTOLI, 2018b). Barreirinha por ter maior parte do sítio urbano em várzeas (inundáveis em parte do ano), também possui limites físicos para expansão do plano urbano, com na formação do bairro Nova Conquista oriundo de

ocupação irregular, sendo inundável nas cheias (BARTOLI, 2020b). Já Nhamundá, por ter sede implantada em uma ilha totalmente ocupada, teve crescimento de bairros atualmente para a cidade vizinha paraense Faro, localizada na margem esquerda do rio Nhamundá, frontal à sede de Nhamundá. Boa Vista do Ramos possui sítio em baixos platôs sem restrições de ocupação propiciando conexões com comunidade interioranas também através de estradas.

Mesmo com significativa presença de populações rurais, a sub-região do baixo Amazonas, possui baixa densidade demográfica de 2,2 hab/Km², sendo que a maior densidade é verificada no município de Parintins com índice de 17,1 hab/Km² e a menor densidade no município de Uruará com 0,6 hab/Km². Boa Vista do Ramos apresenta a segunda maior densidade com 5,79 hab/Km² por possuir a menor área municipal. Apesar do patamar de cidades pequenas (exceção de Parintins considerada cidade média de responsabilidade territorial – BARTOLI *et al.*, 2019), enormes áreas municipais no baixo Amazonas permanecem com baixa densidade demográfica (Tabela 1).

Em Nhamundá, Barreirinha e Maués populações rurais são mais numerosas do que as urbanas, ocorrendo equilíbrio nos demais municípios pequenos. Parintins por apresentar rápida urbanização apresenta mais do que o dobro de populações na sede. Tais dados nos remetem a pensar uma abordagem relacional que ultrapasse a dicotomia rural - urbana, necessitando de modelos analíticos que forneçam leituras sobre a circulação, interpenetração e complementaridade entre o *urbano e o rural*, como propõe o modelo Sistema-Territorial urbano-Ribeirinho apresentado a seguir (STUR – BARTOLI, 2017; 2018a; 2019a).

Nesse contexto, populações urbanas empobrecidas, recém-migrantes, ou possuindo ainda famílias nos interiores, reconstroem territorialidades ao interagir com as possibilidades e limites impostos pelo processo urbano. Essa reterritorialização de setores populares também ocorre em setores dominantes, ambos estabelecendo padrões de uso de recursos locais, circulação, e formação de circuitos.

Setores dominantes locais que historicamente se beneficiaram de acúmulo de capitais nas fases anteriores (ciclos econômicos), passam a diversificar suas estratégias de acumulação de riquezas com base nas atividades urbano-ribeirinhas. Criam empresas médias para absorver madeira, pescado, produtos do extrativismo, ou estabelecendo domínio do comércio local como demonstrado em Silva (2018) no caso de Parintins. As sedes municipais são utilizadas enquanto nós multireticulares para extração (com raros processamentos), desses recursos regionais. Seriam novas roupagens para as rudimentares práticas espaciais dos ciclos passados, apresentando permanências redinamizadas por novos vetores modernos (consumo principalmente), com formas de exploração e uso do território apresentando novos conteúdos.

Essa baixa capacidade de processamento de recursos regionais deságua na insuficiente formação da divisão social e territorial do trabalho, o que remete ao elevado desemprego urbano, com Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* baixo, com municípios apresentando dependência de repasses governamentais (tabela 2). Com a criação da Zona Franca de Manaus e a posterior formação do Polo Industrial (BECKER, 1974), as desigualdades espaciais foram acentuadas e impactaram negativamente as economias de pequenas cidades interioranas. As iniciativas para o processo de interiorização dos efeitos do modelo Zona Franca de Manaus “fomentando a produção no interior da região”, mesmo com boas intenções do Planejamento Estratégico da SUFRAMA (SUFRAMA, 2007, p.13), as desigualdades espaciais se aprofundaram como demonstra a tabela 2. Fica clara a disparidade entre a capital Manaus comparada às cidades do Baixo Amazonas quanto à população, renda, esgotamento sanitário e desenvolvimento humano.

Municípios	População	PIB per capita - R\$	IDH	Mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	Esgotamento sanitário adequado
Uruará	16.383	17.378,65	0,620	11,11	10,9
Boa Vista do Ramos	18.781	6.089,15	0,565	12,54	29,7 %
Barreirinha	31.593	7.059,80	0,574	14,94	4,3 %
S. Sebastião do Uatumã	13.685	7.232,53	0,577	19,42	1,7%
Nhamundá	20.899	6.462,02	0,586	16,76	16,1
Maués	62.755	6.481,40	0,588	16,74	27,1
Parintins	113.168	9.092,68	0,658	22,91	19,3
Manaus	2.145.444	33.564,1	0,737	14,52	62,4%

Tabela 2 – Comparativo das características sociodemográficas dos municípios do Baixo Amazonas com a capital Manaus. Fonte: BARTOLI (2021).

O predomínio do modelo pautado no Polo Industrial acarretou enorme estagnação do setor rural dos interiores por falta de apoio, associado ao constante êxodo. As economias locais se tornaram incapazes de incentivar a economia formal e novas divisões territoriais do trabalho mais complexas. Isso conferiu a Manaus a concentração de metade da população do estado e 78% do PIB. Desenha-se contexto típico de *urbanização incompleta* nos interiores, termo usado por Milton Santos (1993) para descrever a urbanização em países periféricos. Esse aspecto implica análise dos setores que exercem atividade informal, denominados como circuito inferior por Santos (2007), cuja interpretação para cidades do baixo Amazonas aparece no modelo STUR.

A fragilidade econômica é perceptível na participação elevada de repasses públicos e programas sociais na formação do PIB municipal, onde todos os municípios do Baixo Amazonas são dependentes dessa incursão de verbas federais e estaduais (tabela 3 e 4).

Mediações territoriais realizadas pela cidade e seus principais sistemas territoriais

Outras características comuns entre os municípios do baixo Amazonas nos ajudam a embasar o caráter processual e relacional do modelo analítico relativo ao STUR (BARTOLI, 2017; 2019; 2020a; 2020b). Além do predomínio dos fluxos realizados por transporte fluvial e ribeirinho, as economias locais são dominadas pela fração relativa ao capital mercantil, reforçando funções comerciais das cidades enquanto lugares centrais (o que na maioria das vezes acarreta também o domínio político dessas frações de elites locais). A formação de uma economia popular com dinâmica específica realizando complementações através das relações urbano-ribeirinhas e o setor de comércio e serviços, tornam-se os principais geradores de empregos urbanos em sua maioria informais (tabela 4), dando corpo a essa densa economia popular.

Município	Cadastro Único pessoas atendidas pelo programa - 2020	Média do valor recebido por família - 2020	Total repassado pelo governo para o município - 2020	Número total de aposentados*
Barreirinha	7,581	R\$ 318,95	R\$ 1.699.354,00	2870
Boa Vista do Ramos	3,768	R\$ 286,37	R\$ 682.709,00	1612
Maués	13,191	R\$ 294,26	---	6136
Nhamundá	4,703	R\$ 301,88	R\$ 1.062.606,00	2194
Parintins	23,643	R\$ 224,38	R\$ 3.485.807,00	10814
S. S. do Uatumã	2,329	R\$ 204,40	R\$ 308.772,00	740
Urucará	4,275	R\$ 241,17	R\$ 685.645,00	1393

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços e comércio	Setor Público	Pessoal ocupado
Barreirinha	23,51%	3,08%	16,51%	56,59%	954
Boa Vista do Ramos	17,52%	2,96%	16,71%	62,81%	685
Maués	15,05%	4,61%	21,33%	58,56%	3.574
Nhamundá	17,44%	4,32%	19,22%	59,02%	888
São Sebastião do Uatumã	26,54%	4,66%	16,04%	54,76%	536
Parintins	28%	4,57%	25,85%	41,58%	6.974
Urucará*	---	---	---	---	882

Com a menor participação industrial de todos os municípios e maior dependência do setor público, Boa Vista do Ramos possui 17,52% de participação do PIB na agropecuária, seguido de 16,71% em serviços e comércio.

Sobre o papel da agropecuária, ao contrário das áreas do sudeste do Pará, sul do Amazonas, Rondônia e norte do Mato Grosso que possuem domínio de grandes pecuaristas e uso do território pelo agronegócio, as cidades do Baixo Amazonas tem predomínio de pequenos produtores de gado como demonstra Freitas (2018), e produção rural de pequena escala.

A produção de hortifrutigranjeiros é insuficiente para abastecer o Baixo Amazonas que importa a maioria dos produtos. Mesmo em Parintins considerada cidade média de responsabilidade territorial apresentando papéis urbanos mais complexos (BARTOLI, *et al.* 2019), a origem dos produtos importados pelo município de Parintins em 2015 é proveniente 96,05% de Santarém, 0,3% de Belém e 3,65% de São Paulo (SEMPA, 2017). Esse padrão se repete nas demais cidades que recebem as mercadorias pelas mesmas embarcações através da calha principal do rio Amazonas.

Em Barreirinha, Boa Vista do Ramos, São Sebastião do Uatumã e Parintins o PIB da agropecuária ultrapassa o PIB do comércio e serviços, cuja maior parte da renda advém da atividade pecuária extensiva de pequena escala. Populações urbanas

possuem poucas cabeças de gado nos interiores como intuito de obtenção de complemento de renda das escassas atividades urbanas. Pequenos roçados, pesca artesanal e extrativismo também são atividades complementares da economia popular que realizam intensa circulação entre a sede e interiores.

Para Santos (2004) a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo ocorre a partir dos fluxos (movimentos e circulação), enquanto os fixos são as próprias forças produtivas em geral. Os fixos e seus dados técnicos provocam fluxos também incentivados pelos dados políticos, pois são executados pelo poder econômico, político ou social. As massas criadas pelos fixos exigem capacidade de mobilidade no espaço. A mobilidade é maior ou menor segundo “a capacidade das comunidades, instituições instituídas e os homens em ação” (Ibid., p. 84).

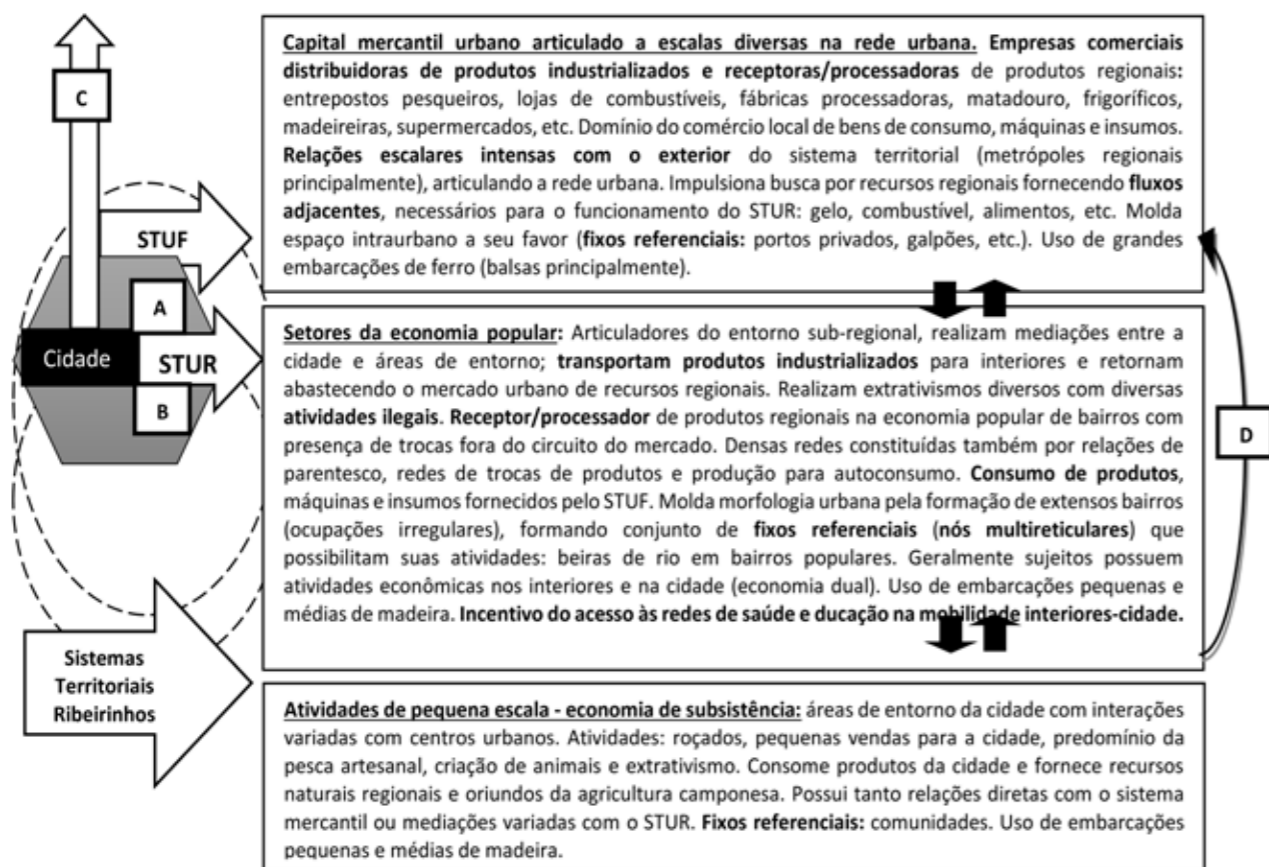
Analisando as periferias das grandes e médias cidades com grande presença de população pobre, Santos (2007) denomina a enorme quantidade de microempreendedores individuais nesse setor como *circuito inferior* que possuem diversas dinâmicas para viabilizar o consumo. Silveira (2010) considera o circuito inferior como produções com baixos graus de capital, tecnologia e organização que constituindo uma força de concentração encontram abrigo nas grandes manchas metropolitanas, (SILVEIRA, 2010). Temos feito esforços metodológicos na proposta analítica do Sistema Territorial Urbano Ribeirinho (STUR) para entendimento desse circuito nas pequenas cidades da Amazônia com dinâmicas fluviais e ribeirinhas, considerando escalas com a rede urbana (BARTOLI, 2020 a, 2020 b, 2020 c).

A economia urbana com reduzido número de funções produtivas e serviços apresentando papéis reduzidos das sedes na divisão territorial do trabalho, induz por parte das classes populares manutenção de vínculos territoriais com áreas interioranas nas cidades do Baixo Amazonas.

Com a consolidação das economias urbanas (incompletas e dependentes) a atração populacional pelas cidades (migratória definitiva ou pendular) teve como consequência a formação de bairros populares oriundos de ocupações irregulares, processo recente observado em todas as cidades do Baixo Amazonas. Tais bairros passam a funcionar como nós multireticulares, que determinam a posição de vários outros nós menores nos interiores. Essas conexões partem tanto de beiras de rios populares para busca de complementação de renda, como de áreas de antigas e novas centralidades urbanas associadas às atividades do capital mercantil. Outras centralidades também surgem como nas comunidades maiores que possuem mais de 200 famílias possuindo categoria de Distritos, tema profícuo em estudos futuros, pois estas também funcionam como distribuidoras de produtos e prestadoras de serviços educacionais e de saúde. A quantidade de pontos (comunidades) ligados ao nó principal (cidade) possui um padrão de circulação intenso para abastecimento das famílias, comercialização e demais critérios para análise do STUR.

A tradição de exploração de determinados recursos regionais ou atividades produtivas confere identidade territorial a cada município. Moraes (2012), analisando a rede urbana do alto Solimões (AM) cuja principal atividade é a pesqueira (comercialização de bagres), defende que a descrição dos fixos revela a estrutura da rede urbana em seus pontos constituintes, cuja disposição dos objetos espaciais é constante e a dinâmica maior fica realmente por conta dos fluxos. Essa *rede temática* é classificada em análise dos elementos da rede referencial (comércio de bagres) e os fixos referenciais (flutuantes e frigoríficos). Os fluxos referenciais ocorrem através dos trajetos que a mercadoria percorre. Para que haja suporte e funcionamento dessa rede “são necessários fluxos adjacentes fornecidos pela cidade: abastecimento de alimentos; abastecimento de combustível; fluxos de comunicação via telefone e fluxos financeiros” (Ibid., p. 58).

Figura 2 - Conexões entre os sistemas territoriais mediados pela cidade. A – Tensões e conflitos: produção do espaço urbano (ênfase nas beiras de rio). B – Híbridização: elaboração de soluções criativas e adaptações técnicas em instrumentos de trabalho, moradia, tipos de embarcações e outras formas espaciais perceptíveis em bairros populares. C – Absorção direta de produtos regionais dos interiores pelo STUF com baixa mediação urbana. Fonte: Bartoli, 2018a.



Associado a esse tipo de estudo de rede temática, o modelo Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) pretende analisar o funcionamento e dinâmica da economia popular informal em cidades com dinâmicas fluviais e ribeirinhas (BARTOLI, 2017; 2018a; 2018b). Resumidamente,

As redes de sujeitos do STUR realizam mediações e articulam a cidade a áreas de entorno sub-regional. Transportam produtos industrializados para interiores e retornam abastecendo o mercado urbano de recursos regionais. Receptam e processam produtos regionais na economia popular de bairros, consomem produtos, máquinas e insumos fornecidos pelo setor mercantil dominante, denominado como Sistema Territorial Urbano Fluvial (STUF). Essa reterritorialização do STUR molda a morfologia urbana pela formação de extensos bairros (ocupações irregulares), formando conjunto de fixos referenciais (nós multireticulares) que possibilitam suas atividades como as beiras de rio em bairros populares. Geralmente os sujeitos possuem atividades econômicas nos interiores e na cidade (economia dual), prevalecendo uso de embarcações pequenas e médias de madeira (BARTOLI, 2020c, p. 14).

O que denominamos em Bartoli (2017) como Sistema Territorial Urbano Fluvial (STUF) refere-se ao capital mercantil urbano, composto por empresas de atividades variadas, desde distribuidoras de produtos industrializados, mercados, redes de hotéis, frigoríficos, entre outros (figura 2). O STUF realiza relações escalares intensas com o exterior do sistema territorial (metrópoles regionais principalmente), dominando o comércio local de bens de consumo, máquinas e insumos, sendo o principal articulador da rede urbana. Fornece fluxos adjacentes necessários para o funcionamento do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho. O STUF ainda molda o espaço intraurbano a

Município	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	Micro-empresendedores Individuais	Produto Interno Bruto do Município** (IBGE)
Barreirinha	342	237	219.595,23
Boa Vista do Ramos	116	128	110.091,83
Maués	561	664	396.078,42
Nhamundá	155	185	133.330,88
S. Sebastião do Uatumã	107	99	94.782,26
Urucará*	---	---	17.566,03
Parintins	1549	1846	1.024.890,41

Tabela 5 – Comércio, serviços e Produto Interno Bruto (PIB) no Baixo Amazonas. Fonte: SEBRAE (2019) – *Pesquisa não realizada em Urucará; IBGE cidades** – organizado pelo autor.

seu favor construindo fixos referenciais, aspecto sendo facilmente notado na paisagem com a presença de portos privados (privatizando extensas beiras de rio), galpões, etc., e uso de grandes embarcações de ferro como as balsas (BARTOLI, 2017; 2020c).

O STUR funciona em conexão intensa com o STUF, cujos principais elementos e interações são sintetizados na figura 2.

A densidade de atividades de comércio e serviços indica a centralidade do local (tabela 5), considerada conforme a teoria de Christaller (1968) como nível de oferecimento de funções centrais por parte de uma determinada cidade para si mesma e para sua região. Silva (2010) retomando textos clássicos que evidenciam que as cidades e as estradas criam a região, enfatiza que estas funcionam como organismos que dirigem o abastecimento regional. Discute a centralidade no contexto do que poderia ser chamado de estruturação/reestruturação produtiva.

Nesse sentido, o poder das redes relativas ao capital mercantil delimita forte influência na formação do Território, que de acordo com Raffestin (1993) condiciona o alcance da ação, organizando energia e informação para organizar circuitos.

Os sistemas territoriais possuem base em diferentes formas de circular pelos rios, com capacidade de mobilizar esforços para obtenção de resultados e ativando pontos a partir do nó principal (cidade). Tecem estratégias-rede conectando o urbano aos interiores³ através dos rios, diferenciando-se de acordo com o poder de ação de cada rede de sujeitos ou coletivo organizado (BARTOLI, 2018a).

No caso de Boa Vista do Ramos, por não possuir nenhuma especialização produtiva, a

³ O termo "interior" é o mais utilizado pelas populações locais, tendo sentido generalista que abarca a multiplicidade de lugares, vilas, fazendas, aldeias e comunidades existentes.

rede referencial é constituída pela distribuição de produtos oriundos de redes urbanas externas (adquiridos pelo STUF). Muito semelhante ao comércio de São Sebastião do Uatumã (AM), em Boa Vista do Ramos a maioria estabelecimentos comerciais são mais *generalistas* e vendem de tudo, alimentos, eletrodomésticos até materiais de construção, adquiridos via Manaus por grandes embarcações de ferro, que são posteriormente transportados para interiores pela enorme quantidade de embarcações de madeira pertencentes a populares residentes na cidade (STUR). Algumas comunidades mais próximas e de fácil conexão fluvial ou por estradas de terra também possuem pequenos comércios desse tipo, funcionando como nós secundários de distribuição para comunidades menores e mais longínquas.

No período de cheias em 2019 realizamos trabalho de campo em Boa Vista do Ramos, entrevistando 10 proprietários de pequenos comércios que possuem relações econômicas com as comunidades interioranas. Segundo relatos, o fluxo intenso de comercialização ocorre durante o fim do mês a partir do dia 20 ao dia 5 do mês seguinte, período em que são realizados os pagamentos do Estado, funcionalismo público e auxílios sociais diversos.

Os dados obtidos revelam um padrão de comportamento espacial muito semelhante aos encontrados nas demais cidades da sub-região (BARTOLI, 2020a, 2020b, 2020c). Populações que acessam a cidade para usufruir das *benesses urbanas* (sistema de saúde, educação, comércio, etc.), retornam para interiores abastecidos de produtos industrializados adquiridos nos comércios locais, configurando aspectos que dialogam com o processo de urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994). A demanda de alimentos industrializados tem alterado cada vez mais itens da dieta regional, com marcante presença de conserva, frango congelado, embutidos e outros oriundos da agroindústria como ovos e macarrão (MORAES; SCHOR, 2010; MORAES, 2012; 2014).

Na classificação elaborada pelo IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2007), Nhamundá é considerada como Centro Local, cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes e estando submetida à influência da metrópole Manaus e de Parintins (Centro sub-regional B). Segundo Schor *et al.* (2014) as classificações do IBGE para o entendimento da rede urbana no Amazonas são insuficientes para caracterizar a dinâmica de suas cidades, defendendo outras definições históricas, econômicas, sociais e funcionais para redefinir o estudo das formas e as funções dessas.

Para construção da tipologia proposta à rede urbana do estado do Amazonas, Oliveira e Schor (2009, 2010, 2011) criaram metodologia de análise a partir de tipologia que abarca parâmetros relacionais que incorporam dados socioeconômicos e demográficos, com aspectos de hidrologia, biogeografia, acesso aos recursos naturais e demais temas de interação sociedade-natureza. Delimitaram ainda alguns arranjos institucionais que poderiam ser analisados em conjunto, estabelecer uma hierarquia urbana para essas cidades. Esses arranjos institucionais foram considerados como elementos fundamentais para a consolidação da rede urbana, variando de instituições de educação e saúde aos fluxos de mercadorias (SCHOR *et al.* 2007; 2014). Tais estudos não abarcaram todas as cidades pequenas do entorno de Parintins, fornecendo classificação apenas a Uruará, considerada como *cidade especial*, cuja ausência de infraestrutura impossibilita exercer plenamente as funções urbanas com relações mais complexas com a calha central do rio, tornam-se dependente das cidades médias e pequenas de responsabilidade territorial (SCHOR *et al.* 2014, p.12). Essa tipologia de Uruará é muito semelhante às funções e papéis exercidos por Boa Vista do Ramos.

No quadro 1 é perceptível o predomínio de comércios de alimentos, base de abastecimento

Descrição da atividade comercial	Quantidade
comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	89
comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	24
comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	8
comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	9
comércio varejista de artigos de armarinho	7
comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	6
comércio varejista de bebidas	6
comércio varejista de carnes - açougues	6
comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	6
comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	6

da sede das comunidades de entorno. Os oito comércios de combustíveis atendem a frota local de embarcações e o crescente modal de duas rodas. Chama atenção o fenômeno da rápida expansão do uso de motocicletas no Baixo Amazonas propiciando acessos mais intensos com comunidades através de estradas como afirmamos. Seis comércios de peças e acessórios para motos são reflexo dessa expansão.

A presença de seis pequenos açougues repete padrão das demais cidades da sub-região, com consumo local da produção pecuária realizada por pequenos pecuaristas, sendo um dos aspectos relevantes da economia local.

Segundo dados do IDAM, Boa Vista do Ramos possui 26 comunidades, algumas delas conectadas por estradas, o que nos induz a não as caracterizar enquanto *ribeirinhas*, termo generalizante que necessita de especificações quando utilizado. As duas principais comunidades citadas que realizam vendas foram: Vila Manaus (acesso por estrada de terra); Menino Deus do Curuçá, ambas se destacando na produção rural segundo feirantes locais. Na feira municipal foi relatado que a maior parte da verdura vem do Pará e de Manaus, confirmando os dados sobre a produção insuficiente municipal que se assemelha a Parintins.

As demais localidades citadas que mais compram produtos na cidade pertencem à Micro Bacia Hidrográfica do Lago Preto, que possui várias comunidades. Segundo os comerciantes, os produtos mais recebidos dos interiores são a farinha, carvão, banana, verduras, mamão, jerimum e tucumã. Obviamente, grande parte dessa produção é retida nos interiores enquanto parte da subsistência.

O proprietário da única ferragem da cidade relata que passou a atender também nos últimos anos algumas comunidades do município vizinho Barreirinha, devido à recente estrada de terra. Afirmou que antes dessa conexão, as pessoas dependiam de barcos e tinham que acessar a cidade um dia antes, tendo que dormir na sede urbana. Hoje, com uso de motocicletas acessam o centro comercial e retornam no mesmo dia. As

Quadro 1- Perfil dos estabelecimentos comerciais de Boa Vista do Ramos. Fonte: SEBRAE (2019) – organizado pelo autor.

mercadorias são enviadas pelos rios principais posteriormente e não por estrada devido ao peso dos materiais de construção.

Uma dificuldade ressaltada por todos os comerciantes é a falta de dinheiro na cidade pela ausência de agências bancárias. Sacar dinheiro é possível somente em caixas da única lotérica local gerando filas enormes. Quando o dinheiro acaba, os cartões de saque são entregues com as senhas aos donos de lanchas que realizam viagens diárias para Maués, onde o dinheiro é sacado. A possível explicação da falta de dinheiro na cidade foi atribuída a problemas de contrato da transportadora de valores com o governo do estado do Amazonas.

Uma única Cooperativa do município é a da produção, processamento e distribuição de mel a partir da criação de abelhas nativas ou indígenas sem ferrão. A Coopmel fundada em 2001 e composta por mais de 60 pessoas com atividades de meliponicultura iniciando em 2000 por meio de cursos ministrados por técnicos do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), e apoios do Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Apresenta alternativa de renda para a agricultura familiar na Amazônia, sendo uma ferramenta de manejo das abelhas nativas, contribuindo também para a preservação dessas espécies (VENTURIERI, 2008). As comunidades produtoras de mel são: Boa União, Cristo Bom Pastor do Pari, Santo Antônio do Rio Urubu, São João e Taumatá, todas localizadas em uma grande ilha na área rural do município Segundo Demeterco *et al.* (2019) a meliponicultura funciona como atividade complementar e não principal.

Outra pequena atividade produtiva é a presença de movelarias, sendo nove unidades em Boa Vista do Ramos, com 27 empregados. Produzem basicamente para abastecer o mercado local, conjuntos de sala de Jantar, camas, guarda-roupas, cômodas, armários, tábuas de assoalho, tábua machedada, caibro, perna manca e ripão principalmente. Atendem basicamente os bairros novos em expansão na periferia da cidade com raras vendas a outros municípios.

Considerações finais

Ao considerar a capacidade de mediação do ordenamento territorial através da densidade de forças produtivas (rural ou urbana), as cidades do Baixo Amazonas apresentam preocupante quadro de dependência de recursos externos advindos do funcionalismo público e dos programas sociais. Apresentando padrão de comportamento espacial muito semelhante às demais cidades da sub-região, os dados nos permitem identificar que Boa Vista do Ramos, devido ao seu papel extremamente reduzido na divisão territorial do trabalho, funciona como nó secundário de distribuição de produtos industrializados, possuindo um STUF pouco denso, quase inexistente. As elites locais não realizam nenhum tipo de absorção/processamento de produtos oriundo das áreas interioranas, nem mesmo na atividade madeireira, serrarias ou frigoríficos.

O STUR aparece poucas especializações produtivas com exceção da Coopmel com experiência sucedida. Os setores populares aparentam estar alicerçados na produção de subsistência destinando vendas residuais para a cidade. Mesmo com a cooperativa de mel, não foi possível detectar nos trabalhos de campo nenhuma rede referencial ou fluxos referenciais de produtos com significativa produção (especialização territorial), mas apenas fixos referenciais para dinamização entre STUR/STUF.

Os fluxos adjacentes de gasolina, alimentos, estivas, etc., são fornecidos para a

continuidade da interação mínima entre as classes populares e os setores comerciais locais, propiciando o consumo de bens industriais (em sua maioria) e gerando poucos empregos na cidade. A quantidade de pequenos afazeres, serviços e atividades que são realizadas entre a cidade e interiores confere outros *perfis urbanos* diferenciados às muitas cidades pequenas do Amazonas.

Além das funções tradicionais atreladas aos serviços urbanos exercidas pela sede de Boa Vista do Ramos (ensino, saúde, comércio, etc.), outros papéis se consolidam pelas territorialidades das diversas redes de sujeitos, como a agricultura de pequena escala, o extrativismo, a pesca, e diversas atividades ilegais (garimpos, exploração de madeira, etc.). As particularidades do transporte fluvial e a sazonalidade do regime hídrico, também não podem ser negligenciadas. A multidimensionalidade é requerida nesse tipo de pesquisa para evitar a invisibilidade dessas pequenas cidades, caracterizando os diferenciais de tais redes urbanas das demais no Brasil. Cidades pequenas na Amazônia sempre aparecem em representações cartográficas como pequenos pontos nos mapas, quase invisíveis, onde as *capilaridades* compostas pelas redes do STUR são pouco consideradas pelas políticas públicas.

Referências

BARTOLI, Estevan. *O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)*. 2017 (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: PPGG / UNESP.

BARTOLI, Estevan. Cidades na Amazônia, Sistemas Territoriais e a Rede Urbana. *Mercator*, v. 17, e17027, p. 1-16, 2018a.

BARTOLI, Estevan. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b.

BARTOLI, Estevan. Territorialidades Urbano-Ribeirinhas: o Sistema Territorial pesqueiro de Parintins (AM). *GeoNorte*, v.13, 2019.

BARTOLI, Estevan. Cidades Pequenas na Amazônia e Ordenamento Territorial: Redes de Sujeitos Locais e as Redes Urbanas de Uruará (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM). *Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá*, v. 12, n. 1, p. 80-105, 2020a.

BARTOLI, Estevan. Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM). *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, nº 19 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 132-157, 2020b.

BARTOLI, Estevan. Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM). *Revista Espaço e Economia*, v. 20, p. 1, 2020c.

BARTOLI, Estevan. Papéis Urbano na Faixa de Fronteira Amazônica: centralidade de Nhamundá e seus Sistemas Territoriais. *Revista Geografia em Questão*, v. 14, n. 1, 2021, p. 117-136.

BARTOLI, Estevan; SCHOR, Tatiana. Oliveira, José Aldemir. Cidades Médias na Amazônia: ampliando percepções sobre a responsabilidade territorial de Parintins (AM). *Terra Plural*, 2019.

BECKER, Bertha. K. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. in: BECKER, B. K. COSTA, R. H. SILVEIRA, C. D. B. (orgs.). *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1974.

BRASIL - IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *A Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

BRASIL - IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Regiões de Influências das Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 201p.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1968.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. *A territorialização camponesa na várzea da Amazônia* (tese de doutorado). 2007. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo,

DAMIANI, Amélia. L. Cidades Médias e Pequenas no Processo de Globalização. In: *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO: São Paulo, 2006.

DEMETERCO, Ronchi-Teles, Steward e Carvalho-Zilse. Características da Meliponicultura em Maraã E Boa Vista do Ramos, Amazonas, *Revista Brasileira de Agroecologia* | Vol.14 | Nº. 3 | Ano 2019 | p. 58

GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel,1983.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, V. 57, N.º 4, p. 67-94, 1995.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. A Urbanização Extensiva e Lógica de Povoamento. SANTOS, Milton et. al. (orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 169-181).

MORAES, André Oliveira. *Peixes, redes e cidades: aspectos socioambientais da pesca comercial de bagres no Médio e Alto Solimões - AM*. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

MORAES, André Oliveira. Embalando Mercados em Redes Urbanas: alimentação e pesca articulando cidades na Amazônia brasileira. In: SCHOR, T. (org.). *Dinâmica Urbana na Amazônia* – vol. 1. Manaus: Valer, 2014.

MORAES, André Oliveira; SCHOR, Tatiana. ALVES-GOMES, José. O Mercado de Bagres e a Configuração da Rede Urbana no Alto e Médio Solimões, Amazonas, Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia*. v.1, n.32, p. 93-110, 2010.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte a metrópole regional. In: Edna Castro. (Org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2009, v.2, p. 41-98.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Urbanização na Amazônia: o local e o global. In: Adalberto Luis Val; Geraldo Mendes dos Santos. (Org.). *GEEA - Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos – Caderno de Debates*. Manaus: INPA, 2010, v. III, p. 147-189.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. *Acta Geográfica* (UFRR), v. 10, p. 15-30, 2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SCHOR, Tatiana; COSTA, D. P.; OLIVEIRA, J. A. Notas sobre a tipificação da rede urbana na calha do rio Solimões, Amazonas. In: *XII Encontro Nacional da ANPUR*, 2007, Belém. Integração sul-americana, fronteiras e desenvolvimento urbano e regional. 2007.

SCHOR, Tatiana.; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. *Acta Geográfica* (UFRR), v. 10, p. 15-30, 2011.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Rogério; COSTA, Danielle Pereira da; OLIVEIRA, José Aldemir de. Cities, Rivers and Urban network in the Brazilian Amazon. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research medium*, Ituiutaba, v. 5, n. 1, p. 258-276, jan./jun. 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SEDECTI. *Amazonas em Mapas*. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Manaus: 2020 <http://cloud.prod.am.gov.br/index.php/s/1tH9MhK1Z025a0W/download>

SEMPA. *Plano de Ação Para o Setor Primário de Parintins*. Prefeitura Municipal de Parintins. Secretaria municipal de pecuária, agricultura e abastecimento – 2017

SILVA, Fernando. *Capital Mercantil, Transportes Fluviais e a Rede Urbana Sub-Regional de Parintins - AM*. Parintins, 2018. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade do Estado do Amazonas, UEA.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Cidades pequenas e médias: reflexões teóricas e aplicadas. In: *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. / Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (organizadores). – Salvador: SEI, 2010. 250 p. il. (Série estudos e pesquisas, 87).

SILVEIRA, Maria Laura. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, vol. 15, núm. 1, enero-abril, 2010, pp. 74 – 88.

SUFRAMA. *Relatório de Gestão. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior*, 2007. Disponível em http://www.suframa.gov.br/suframa_relatorio_de_gestao_cfm

WITKOSKI, Antônio Carlos (org.) Relatório Analítico Final – *Território Rural da Cidadania*

do Baixo Amazonas, AM. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2013.

VENTURIERI, Giorgio. *Criação de abelhas indígenas na Amazônia: avanços e desafios*. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, Pará, 2008, 7 p.

A DINÂMICA DE TERRITORIALIZAÇÃO EM UMA REGIÃO URBANO-INDUSTRIAL O caso da Calçados Azaleia no município de Parobé/RS

*THE DYNAMICS OF TERRITORIALIZATION IN AN
URBAN-INDUSTRIAL REGION
The case of Calçados Azaleia
in the municipality of Parobé/RS*

Rafael Bosa¹

Resumo

Este artigo tem como tema a dinâmica de territorialização ocorrida no município de Parobé, inserido na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no estado do Rio Grande do Sul, cuja evolução foi desencadeada pelo processo histórico que envolveu a imigração alemã (1846) e a formação de núcleos comerciais com a chegada da viação férrea (1903) até a industrialização com as fábricas coureiro-calçadistas (1970). Procura-se, por meio da análise da formação territorial ocorrida com a implantação da Calçados Azaleia em solo parobeense em 1958, identificar e descrever os processos desencadeados na região por ela ocupada à luz dos conceitos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização cunhados por Deleuze e Guattari e dos conceitos de *lugares* e *não lugares*. O estudo embasa-se em pesquisa documental (acervo fotográfico da FACCAT), referências bibliográficas pertinentes aos assuntos em desenvolvimento (SciELO, Lume-UFRGS, Google Acadêmico), pesquisas desenvolvidas pelo autor (monografia da graduação e dissertação de mestrado) e nas vivências cotidianas do autor, que reside em Parobé.

Palavras-chave: territorialização, lugares/não lugares, indústria coureiro-calçadista, Parobé.

Abstract

This article explores the dynamics of territorialization in the municipality of Parobé, inserted in the metropolitan region of Porto Alegre (RMPA), in the state of Rio Grande do Sul. The city evolution was triggered by the historical process that involved German immigration (1846) and the formation of commercial centers with the arrival of the railroad (1903) until industrialization with the leather-shoe factories (1970). Analyzing the territorial development that occurred with the implantation of Calçados Azaleia on Parobe soil in 1958, aims to identify and describe the processes triggered in the region occupied by it in the light of the concepts of territorialization, deterritorialization, reterritorialization coined by Deleuze and Guattari, and the concept of places and non-places. The study is based on documentary research (photographic collection of FACCAT), bibliographic references pertinent to subjects in development (SciELO,

Lume-UFRGS e Google Scholar), research developed by the author (undergraduate monograph and master's dissertation), and in the daily experiences of the author who resident in Parobé.

Keywords: territorialization, places / not places, leather-footwear industry, Parobé.

Introdução

O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana. E, no entanto, raramente discute-se o seu sentido. A tendência é tê-los por certos e lhes dar atribuições do senso comum ou autoevidentes. Registra-se a passagem do tempo como se tudo tivesse o seu lugar numa única escala temporal objetiva. Embora o tempo na física seja um conceito difícil e objeto de contendas, não se costuma deixar que isso interfira no sentido comum do tempo, em torno do qual organizam-se as rotinas diárias (HARVEY, 1994). Enquanto sociedade há sentidos distintos para o tempo, ora pode ser tido como o tempo implícito em criar filhos e transferir conhecimento e bens entre gerações por meio de redes de parentesco. O chamado tempo da família, que pode ser mobilizado para atender às exigências do tempo industrial, que aloca e realoca trabalho para tarefas segundo vigorosos ritmos de mudança tecnológica e locacional forjados pela busca incessante de acumulação do capital. Ora pode também ser mensurado como tempo de produção, tempo de trabalho e tempo de descanso (HARVEY, 1994).

Quanto ao espaço, procura-se muitas vezes entendê-lo por meio do tempo, percebendo suas formas de ocupação, apropriação e perenidade. Igualmente ao tempo, o espaço acontece e existe por meio de um constante processo de mutação, um permanente *tornar-se*. Portanto, antes de tudo, tratar do espaço é sempre uma forma de tentar apreender a *fluidez da espacialização* do tempo (HAESBAERT; BRUCE, 2009).

Dentro desta perspectiva interpretativa de espaço e tempo, muitas teorias em diversas áreas do conhecimento foram elaboradas. Na geografia, um conceito amplamente discutido é o de território, utilizado como uma das formas para buscar compreender as diferentes configurações que o espaço assume. Na tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área, estabelece-se a territorialidade, expressão do exercício do poder em uma determinada área. Dessa forma, segundo Fernandes (2005), é produzido um espaço geográfico e/ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Existem distintos conceitos na literatura para território. Em princípio, existe um consenso de que o território é demarcado por limites ou fronteiras. Porém, de forma ampla, pode-se dizer que as diversas definições convergem para que o território seja uma fração do espaço, material ou imaterial. Assim, o território, como parte do espaço, assume características multidimensionais, podendo ser identificado mediante as relações sociais que nele se desenvolvem (FERNANDES, 2005). Nas palavras de Rolnik (1990), o espaço real vivido é o território, pode existir um espaço independente do sujeito, mas não existe um território sem um sujeito.

Outra forma de explicar o conceito de território é a partir da visão de Deleuze e Guattari. Para esses autores, quando se leva em consideração o sentido etológico, entende-se o território como o ambiente de um grupo (por exemplo, lobos, ratos ou um grupo de humanos nômades) que é constituído por padrões de interação por meio dos quais o grupo ou o coletivo garante uma certa permanência e localização. No sentido psicológico, o ambiente de uma única pessoa pode ser visto como um *território*, a partir do qual a pessoa age ou para o qual se volta, como, por exemplo, o ambiente social,

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Ritter dos Reis — UniRitter. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Feevale. Participou do projeto de Levantamento para o Tombamento dos Túmulos Históricos de Nova Hartz do Centro de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Feevale; e do Projeto de Extensão Habitar Legal, do Programa de Extensão PEAD/Feevale (Programa de Educação Ambiental e Desastres); participa do grupo de pesquisa Encontros, Territórios e Redes [EN.T.RE], voltado à investigação da dinâmica das cidades e da relação das pessoas com o espaço, com foco na experiência feminina enquanto usuária da cidade.

o espaço de vida pessoal e os seus hábitos cotidianos (HAESBAERT; BRUCE, 2009).

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. Para Guattari, a espécie humana está imersa num colossal movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios *originais* se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Resumidamente, pode-se afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se desconstrói o território, e a reterritorialização é o movimento de (re)construção do território. Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis: quando há um movimento de desterritorialização, haverá também um movimento de reterritorialização (HAESBAERT; BRUCE, 2009).

Desvendar o pensamento geográfico pela concepção de desterritorialização em Deleuze e Guattari é entender que estes autores têm no conceito de território e nos processos de desterritorialização e reterritorialização importantes ferramentas para o entendimento não apenas das questões filosóficas, mas também das práticas sociais e da construção de um efetivo projeto político de libertação dos desejos, dos corpos, da arte, da criação e da produção de subjetividade (HAESBAERT; BRUCE, 2009).

O *lugar* também aparece como importante conceito quando se pensa em espaço sendo a unidade a partir da qual se constituem os territórios e onde se expressa a territorialidade. Augé (1994) reafirma essa compreensão ao conceituar o *não lugar*: um espaço organizado, mas desprovido de identidade, de história ou de relações interpessoais, como um terminal de trem ou uma via de trânsito. Estes, apesar de existentes e vivenciados por usuários, são apenas espaços institucionalizados, já que a eles não estão associados os valores sociais inerentes aos *lugares*. A noção de *não lugar* é menos rígida e rigorosa sob o ponto de vista científico, justamente pela ambiguidade da sua definição. Os não lugares não têm a vocação de criar identidades singulares, relações simbólicas e patrimônios comuns, mas, antes, de facilitar a circulação e, dessa maneira, o consumo (AUGÉ, 1994). Em uma sociedade multifuncional que transforma aceleradamente seu entorno, perceber o que é comum a determinados tipos de espaços, de que modo sua proliferação provoca mudanças na organização social-econômica-simbólica da coletividade e, portanto, na vida cotidiana dos indivíduos, é de grande importância, o problema é descobrir aquilo que é comum a todos (SÁ, 2016).

O problema do *lugar* (de ter um lugar no espaço) é a questão principal da arquitetura e do urbanismo. O estabelecimento de um lugar até então não existente e de acordo com o que sucederá ali um dia define o que é o *lugar*. O estabelecimento de um lugar habitável é um acontecimento. Se inventar algo que antes não existia; mas ao mesmo tempo há um habitante, homem de Deus, que deseja este espaço/local e precede a sua invenção ou que a causa, o torna um *lugar* (DERRIDA, 1986; 2006).

Por trás do processo de identificar um espaço/local como *lugar*, é possível aceitar-se, então, a existência de um processo de valoração do espaço atribuído à percepção que as pessoas têm a respeito desse espaço. Essa percepção acontece com base nos estímulos ambientais das mais diversas naturezas, emitidos a partir das relações objetivas com os elementos do ambiente de forma material e imponderável. Os lugares estão expressos como produto das interações entre as pessoas e o ambiente (CASTELLO, 2005). As relações entre as pessoas e os espaços, além da evidente correspondência física forçosamente estabelecida entre elas, têm um forte componente psicológico. Os espaços são percebidos como lugares por seus usuários por meio de suas qualificações, que os habilitam a serem percebidos como um *lugar* delimitado dentro do espaço maior que constitui o todo da cidade, permitindo, assim, distinguir um *lugar* de um espaço (CASTELLO, 2005).

Esses lugares se qualificam a partir de uma evocação da *memória* coletiva das pessoas a respeito de fenômenos do ambiente onde elas vivem, conectam-se à formação histórica de sua cidade e voltam às formas construídas de acordo com os padrões arquitetônicos vigentes em diferentes períodos históricos, enfim, resultam de fenômenos da memória estimulada por elementos do imaginário temporal local (CASTELLO, 2005). Assim sendo, esses fenômenos absorvem as histórias originadas nas ficções e nos contos populares que fluem dessas interações objetivas e ressaltam o papel da dimensão temporal, que, embora carregada de imponderabilidade, envolve também as formas materiais que abrigam os *lugares*.

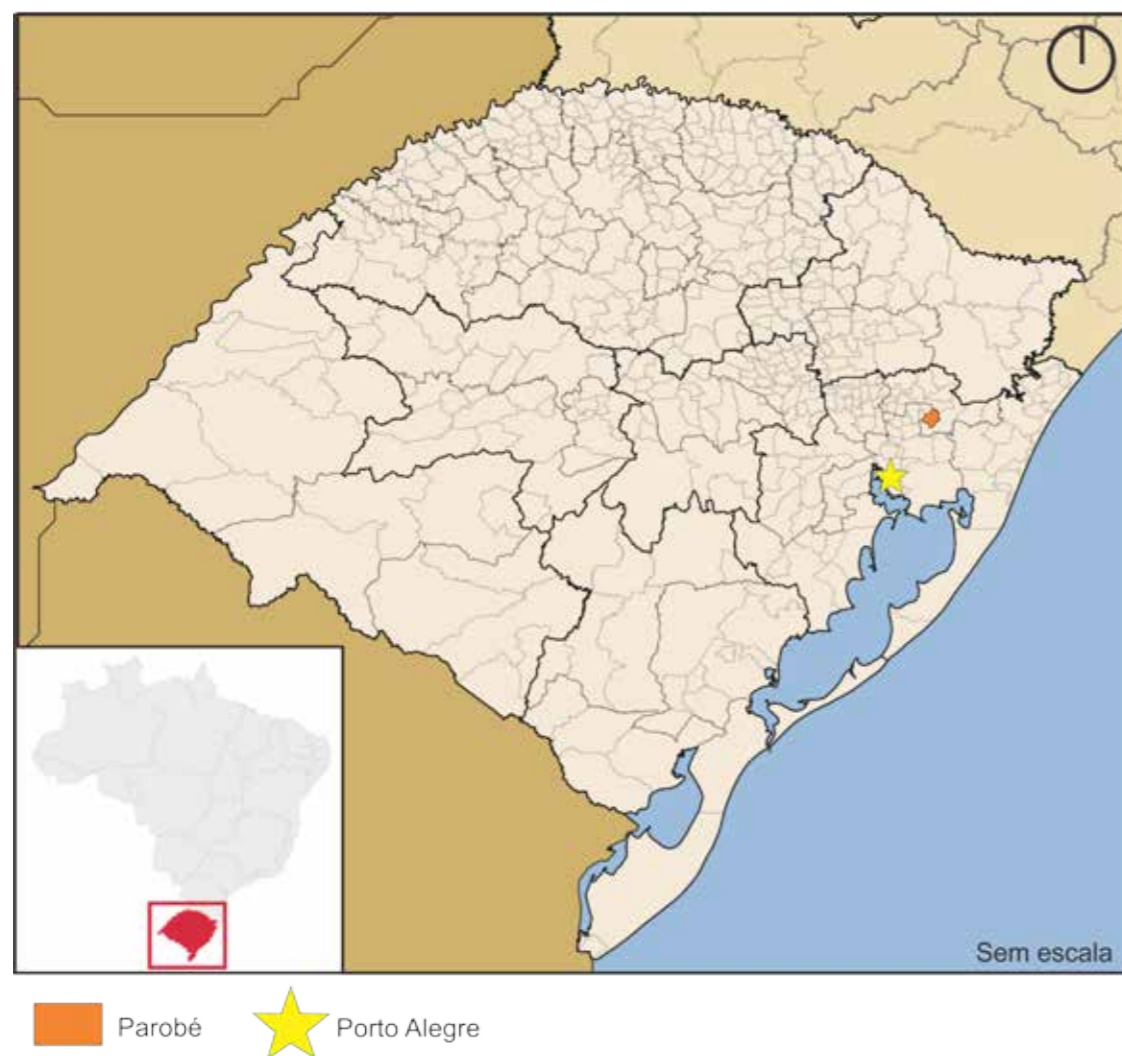
Castello (2005) define tipos de lugares: os lugares originados de estilos que apresentam um viés direcionado para o lado espacial são chamados de *lugares da aura*; os lugares cujo viés tende a privilegiar a dimensão temporal denominam-se *lugares da memória*; e os tipos de lugares onde o foco se dirige à interação das relações interpessoais com o ambiente designam-se como *lugares da pluralidade*. Acrescenta-se que esses lugares não são mutuamente exclusivos, pelo contrário, somam-se e se interpenetram. Um marco da memória coletiva da cidade, por exemplo, destacado por seu significado histórico, pode também se destacar pela aura de aprazibilidade sensorial que o qualifica.

As características do tempo de hoje ajudam a explicar os tipos de *lugares* achados na cidade atual. As cidades são reflexo de um sistema de vida adotado por um mundo capitalista, sistema este que se espalha progressivamente por todas as latitudes do planeta, trazendo em seu cerne transformações suficientemente profundas a ponto de caracterizar uma mutação social (CASTELLO, 2005).

Caracterização do objeto de estudo

O município de Parobé está situado na Região Metropolitana de Porto Alegre, distante aproximadamente 80 km da Capital, mais especificamente no Vale do Paranhana, no estado do Rio Grande do Sul (Figura 1). Segundo o IBGE (2020), tem uma população (estimada em 2020) de 58.858 habitantes e área territorial de 108,758 km². A economia do município é baseada principalmente na indústria do calçado (BOSA, 2017).

Para Gregoletto (2017), há uma ausência de consenso sobre como definir o porte de uma cidade, inclusive no meio acadêmico, em que literalmente não existe uma definição fortalecida de cidade média, por exemplo. Não há, segundo a autora, uma classificação que possa ser utilizada ao mesmo tempo por sociólogos, economistas, arquitetos, geógrafos, demógrafos, mesmo que inserida em cada especialidade, que possibilite alcançar algum acordo sobre a matéria. Muitos autores apontam que o tamanho populacional deve ser considerado nesta investigação, mas não como elemento definidor de cidade pequena, média ou grande. Para se ter uma definição mais completa é necessário levar em consideração algumas características, como tamanho populacional e econômico, grau de urbanização, centralidade e qualidade de vida. Não é raro, no Brasil contemporâneo, encontrar na literatura específica recortes que consideram pequenas as cidades com até 50 mil habitantes. Todavia, não pode ser levado como regra, já que as cidades têm uma realidade particular em cada um dos estados brasileiros (OLANDA, 2008). Em suas pesquisas, Gregoletto (2017) define cidades acima de 100 mil habitantes como cidades médias. Assim, com base na reflexão feita até aqui, Parobé poderia estar alocada entre cidade de pequeno e de médio porte. Para fins de desenvolvimento do presente artigo, se considerará Parobé como cidade de pequeno porte, utilizando-se a definição de Gregoletto (2017).



Os estudos realizados pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional da Região Paranhana Encosta da Serra em 2017 (VON MENG DEN, 2017) apontam a população urbana de Parobé como a maior do Vale do Paranhana, e a que mais rápido cresceu em um curto espaço de tempo. A cidade de Parobé recebeu nas últimas décadas (em especial na década de 1990) um grande fluxo de migrantes, atraídos pela oferta de emprego na indústria. Parobé apresenta uma densidade demográfica de 498 hab/km², superior até à da Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme dados do Censo do IBGE de 2010.

Por volta de 1900, a economia da então vila (Parobé) girava em torno da atividade agrícola, fundamentalmente no cultivo da mandioca. Outras fontes de renda vinham de diferentes tipos de produção artesanal, como ferrarias, armazéns, carpintaria e sapatarias. A sucessiva divisão de terras predominante neste período levou as propriedades rurais a se transformarem em minifúndios, logo, não apresentavam mais meios de sobrevivência para as novas gerações. Muitos jovens migraram para Novo Hamburgo e Porto Alegre em busca de oportunidades de trabalho (BOSA, 2017).

Na década de 1940, alguns dos jovens que permaneceram em Parobé começaram a montar as primeiras fábricas de calçados. Inaugurou-se uma nova fase de desenvolvimento da vila. Na década de 1970, com o início das exportações de calçados, as empresas aumentaram seu faturamento, e, consecutivamente, as contratações também cresceram. A partir dessa época, e intensificada nos 1990, houve uma grande migração de pessoas de municípios distantes e até mesmo de outros estados para trabalhar nas empresas locais, fruto da emergência econômica da região em função

do desenvolvimento das indústrias calçadistas. A vila começou a crescer num ritmo acelerado, de tal modo que surgiram maiores demandas por serviços, infraestruturas e equipamentos, como hospitais, escolas, bancos, etc. Neste período, Parobé era um distrito de Taquara, que já não conseguia mais absorver as suas necessidades. O descontentamento era grande com esta situação. Assim, em 1980 formou-se uma comissão para emancipação do distrito. Em 1982, o pedido foi aprovado pela Assembleia Gaúcha. A Lei Estadual n.º 7.446 foi sancionada em 1º de maio de 1982, criando o município de Parobé (BOSA, 2017).

O Vale do Paranhana (onde está inserido o município de Parobé), em conjunto com o Vale dos Sinos, abrigou um grande aglomerado para a produção e exportação do calçado, angariando o título de maior *cluster* calçadista do mundo. Contudo, a partir dos anos 1990, com o aumento da competição internacional, sobretudo dos países exportadores asiáticos, e a valorização da moeda brasileira nos primeiros anos do Plano Real, uma crise abalou a economia regional. A partir de então, a região passou por uma reestruturação nas bases produtivas, e esse processo acarretou transformações no porte das indústrias coureiro-calçadistas no Vale do Paranhana, puxado pela terceirização de parte do processo de produção do calçado (BOSA, 2021).

Os proprietários dos meios de produção são também os grandes proprietários industriais na região, que, em razão da dimensão de suas atividades, são os grandes consumidores de espaço, em especial na cidade de Parobé. A exemplo disso, trata-se neste artigo do caso da antiga Calçados Azaleia, fundada em 1958 em Parobé, hoje Vulcabras Azaleia (comprou a Azaleia em 2007). Esta é a maior indústria de calçados presente na cidade (bairro Centro). Na década de 1990, a empresa tinha 10.000 funcionários somente na sua matriz, que contava com 63.574 m² de área construída em Parobé e um faturamento de R\$ 504 milhões, atingindo um volume de 31 milhões de pares vendidos no ano de 1998 (BOSA, 2017).

O objetivo deste artigo é identificar e descrever os processos desencadeados com a dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização da região onde foi implantada a Calçados Azaleia em Parobé. A análise procura entender a formação territorial e, igualmente, perceber como os conceitos de *lugares* e *não lugares* podem ser aplicados nesta localidade.

É importante discutir o processo de difusão espacial da produção industrial coureiro-calçadista que houve historicamente na região do Vale do Paranhana, assim como aferir os reflexos socioeconômicos causados pela forte dependência (por vezes nociva e limitante) da região por este setor. No caso específico de Parobé, essa dependência foi por anos estabelecida com a Calçados Azaleia, cuja história confunde-se com a da própria cidade. O ato fundacional de Parobé enquanto município, por exemplo, foi um dos reflexos do crescimento econômico, populacional e urbano gerados por essa empresa. Para além dos processos físicos e socioeconômicos fomentados pela Calçados Azaleia, existem reflexos psicossociais desencadeados por este processo, resultantes da formação de uma sociedade de indivíduos operários. Há mudanças e transformações mais sutis, nas quais a simples aproximação dos sentidos não permite reconhecer prontamente. A consciência que alimenta o imaginário popular na perspectiva das multiplicidades de criação do coletivo e da realidade é constituída pela indústria coureiro-calçadista nesta sociedade. A realidade acessível a estes indivíduos é produto das intervenções realizadas com vasta participação da Calçados Azaleia.

À vista disso, uma das finalidades deste artigo está em descrever essas dinâmicas urbano-industriais, com a intenção de compreender as características intrínsecas dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização ocasionados pela implantação da Calçados Azaleia neste espaço e, para buscar entender a

formação da relação de afeto, pertencimento e memória dos parobeenses com este lugar. Demonstrar a aplicabilidade dos conceitos de lugar e não lugar nesse espaço cria possibilidades e instrumentos para discussão acerca da dinâmica edificadora deste espaço tal como encontra-se hoje. Abordar as questões de lugar e não lugar permite dar mobilidade ao pensamento produzido no entorno deste local de valor coletivo e pautado pelo trabalho operário. A construção de um pensamento analítico que correlacione as manifestações dos aspectos das multiplicidades presentes nestes conceitos e da experimentação da pluralidade de signos que envolvem este lugar (jogo das forças políticas e psicossociais, leis, desejos e micropolíticas) proporciona novas estratégias de apropriação, comunicação e produção do espaço, que recriam a maneira pela qual vemos e entendemos a cidade, melhorando a compreensão e atuação dentro desse território.

Outro objetivo está em contribuir para discussão e produção de conhecimento sobre a cidade de Parobé e região, cooperando para a formulação de políticas adequadas à realidade desse espaço como aporte no caminho de uma possível recuperação do *status de lugar*. Embora seja um espaço privado, representa um nítido desafio para o espaço público de Parobé. Devido a sua privilegiada localização, torna-se parte integrante da vida da própria cidade e carrega consigo parte do *zeitgeist* parobeense. As múltiplas transformações desta região imputam a ela também um espaço símbolo de insegurança e desigualdade para a população local.

Metodologia

Quanto à abordagem, este artigo traz análise e investigação voltadas para os aspectos qualitativos, buscando compreender um grupo social e sua organização, neste caso, a cidade de Parobé e a Calçados Azaleia. Como procedimentos para coleta de dados, informações e evidências para o estudo, realizou-se nos anos de 2020 e 2021 pesquisa documental em documentos históricos e relatórios de instituições representativas no Vale do Paranhana (Faculdades Integradas de Taquara — FACCAT com *campus* em Taquara, cidade vizinha de Parobé). A pesquisa na FACCAT aconteceu presencialmente no laboratório do curso de História onde encontram-se catalogados e inventariados os acervos cartográficos e fotográficos cedidos pela comunidade local e pela própria Calçados Azaleia, bem como de forma virtual pela página da instituição, que mantém arquivos digitalizados e trabalhos acadêmicos a respeito da história da região.

O artigo também se ampara em referências bibliográficas pertinentes ao assunto em desenvolvimento (disponíveis nos repositórios de trabalhos acadêmicos *SciELO*, Lume-UFRGS, Google Acadêmico) fundamentadas nas propostas de autores como: Marc Augé, autor do termo *não lugar*, responsável por descrever lugares que são transitórios e sem significado ou sentido suficientes para serem denominados de *lugares*; Lineu Castello, que trata da percepção de lugar, trazendo um pensamento crítico desse conceito para arquitetura e urbanismo; Félix Guattari e Gilles Deleuze, que produzem os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dando destaque para as noções de *menor/maior* como ferramentas conceituais abertas a experimentações, pois pensar, como sugere Deleuze, é sempre experimentar, não interpretar. A experimentação é algo sempre atual, o nascente, o novo, o que está em vias de se fazer, criando fluxos e desfazendo significações; David Harvey e sua tese acerca da condição pós-moderna, na qual discute as origens da mudança cultural, relatando existir algum tipo de relação entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação e um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo. Outros materiais também apoiam a construção do artigo, são eles: as pesquisas desenvolvidas pelo autor no trabalho de conclusão de curso em 2017, intitulado *Polo de cultura: um lugar*

para resgatar a identidade de Parobé; na pesquisa de mestrado intitulada *A indústria coureiro-calçadista e seus reflexos espaciais na configuração da estrutura urbana do Vale do Paranhana*; as vivências cotidianas do autor, filho de migrantes proletários oriundos da zona rural da região norte do Rio Grande do Sul, que no ano de 1991 vieram para Parobé no Vale do Paranhana para trabalhar nas indústrias de calçados (por muito tempo na Calçados Azaleia), buscando construir uma nova vida com melhores condições, portanto, o autor reside em Parobé há aproximadamente 30 anos, tendo sua formação e criação constituídas no município; visitas semanais feitas aos locais de estudo durante a produção do artigo.

A forma de percepção social por meio das relações de trabalho na indústria coureiro-calçadista

No espaço, as relações sociais se materializam e se reproduzem, gerando territórios a partir das relações de poder. Perceber quem são os sujeitos que intervêm neste espaço (atribuindo ou não um sentido para um espaço), para, por meio de suas relações, interpretar o processo territorialização-desterritorialização-reterritorialização em determinados lugares, tem fundamental importância. O processo passa por assimilar a dinâmica globalizante instituída pelo capitalismo (SCHNEIDER, 1996), em Parobé representado pelo modelo de industrialização difusa da produção calçadista no Vale do Paranhana, grande responsável pelas modificações no tecido social e urbano na região.

Pode ser entendida como estratégia de produção e de reprodução da acumulação de capital a exploração da mais-valia dos trabalhadores, dada tanto na realidade efetiva como no cérebro, em categorias que exprimem *formas de modos de ser* e as determinações da existência. O capitalismo, personificado pelos empresários calçadistas e seus agentes, se serve dessas relações de trabalho para refinar a exploração do trabalho e consolidar sua hegemonia (MARX, 1986 apud SCHNEIDER, 1996). A acumulação capitalista gera impacto no meio de trabalho e na socialização profissional. Como resultado deste processo surgem novas formas de trabalho, entendidas como estratégias de produção e de reprodução. As estratégias produtivas podem estar destinadas à sobrevivência física de indivíduos e famílias ou utilizadas como meios de ampliar a acumulação capitalista das indústrias através da exploração da mais-valia dos trabalhadores (MARX, 1986 apud SCHNEIDER, 1996). O processo de acumulação capitalista, por meio das novas formas de trabalho, causa a dissimulação das oposições entre classes, que por sua vez, age sobre a construção das identidades sociais. Essas identidades sociais são pouco propícias à formação de um grupo realmente envolvido e atento em transformar e questionar o sistema hierárquico no qual estão inseridos. Schneider (1996) identificou três tipos de relações de trabalho na indústria calçadista da região:

- Os operários antigos — trabalhadores que foram colegas de trabalho dos seus atuais patrões, a quem, por tradição e por laços pessoais, devem consideração, respeito e uma espécie de fidelidade moral. Sua influência sobre os demais trabalhadores é notória; refere, por exemplo, aos padrões disciplinares vigentes no interior da fábrica;
- Os migrantes proletários — indivíduos egressos do meio rural das regiões de modernização agrícola do RS, dirigindo-se à periferia dos centros urbano-industriais como proletários;
- Os colonos-operários — jovens, sobretudo mulheres, filhos e filhas de colonos das regiões da Encosta da Serra, Vale do Taquari e Vale do Caí, que se assalariam nas fábricas de calçados.

Estes indivíduos mantêm-se ligados a modelos culturais, práticas sociais e modos

de vida típicos da cultura camponesa e artesanal (QUEIROZ, 2017). Não obstante a penetração das relações especificamente capitalistas e a desagregação que tende a atingir os fatores de equilíbrio e de coesão sociais, designadamente ao nível da família, dissimulam a realidade:

Os relativamente elevados níveis de integração normativa que continuam a verificar-se em muitas destas coletividades de industrialização difusa [...] contribuem para formar um terreno social no qual persistem determinadas características de uma cultura em que hierarquia e harmonia se compatibilizam à custa da aceitação acrítica e conformista do lugar ocupado por cada um [...] (QUEIROZ, 2017, p. 42).

Na visão de Souza (2011), todo sistema de produção se consolida na medida em que reproduz continuamente as condições materiais e de mão de obra que garantam as relações de produção. A cultura capitalista estabelece as normas para os contratos de trabalho, estas estabelecidas segundo os critérios definidos pelo comprador da força de trabalho. Os outros órgãos da sociedade (família, religião, mídia e escola) unem-se para catequizar e garantir a reprodução da força de trabalho (SOUZA, 2011). A dignificação, quase santificação, do trabalho através de gerações é umas das formas coletivas de imbuir a fragilização do questionamento da realidade a que os operários são expostos todos os dias no chão de fábrica (QUEIROZ, 2017).

O trabalho é coletivamente afirmado como valor, não somente porque a sua realização implica uma intensa cooperação entre um grande número de indivíduos e tarefas exigentes em matéria de iniciativas e esforços, mas, também, porque as próprias festividades religiosas elegem uma determinada atividade produtiva como objeto de celebração (SILVA, 1994 apud QUEIROZ, 2017, p. 42).

A vida no campo, antes sinônimo de atraso e privação, passou a ser vista como um privilégio por parte dos operários calçadistas, quando comparada à qualidade de vida das sociedades urbano-industriais contemporâneas (SCHNEIDER, 1996). Crises enfrentadas pelo setor coureiro-calçadista, como a de 2008, evidenciam fissuras por elas causadas no tecido social, e, por sua vez, refletem no tecido urbano e podem, em alguns casos, gerar movimentos de deslocamento da população nas regiões periurbanas industriais do polo calçadista do Vale dos Sinos e do Paranhana.

De lugares a não lugares: a ocupação da Calçados Azaleia em Parobé

Sob a perspectiva do processo de territorialização desencadeado pelas indústrias coureiro-calçadistas em Parobé, égide da constituição de uma sociedade operária na região, o sentido que se dá para os espaços é o de trabalho. Para demonstrar tais processos, passa-se a analisar o caso da Calçados Azaleia, especificamente de sua implantação em solo parobeense e seus reflexos nos dias atuais.

Grande parte da estrutura construída pela Calçados Azaleia se encontra na região do bairro Centro da cidade. Os bairros centrais são espaços construídos a partir da dinâmica de vida dos habitantes, logo, refletem a forma como eles vivem, o tipo de relação existente entre eles, e, como não poderia deixar de ser numa sociedade capitalista, os fluxos econômicos. Neles são encontradas boa parte das atividades ligadas a comércio e serviços, cultura e a história das cidades. A presença das indústrias nestas áreas centrais tem um caráter simbólico e determinante. A indústria estabelece relações materiais de forma diária com as pessoas que ali passam, isso gera uma

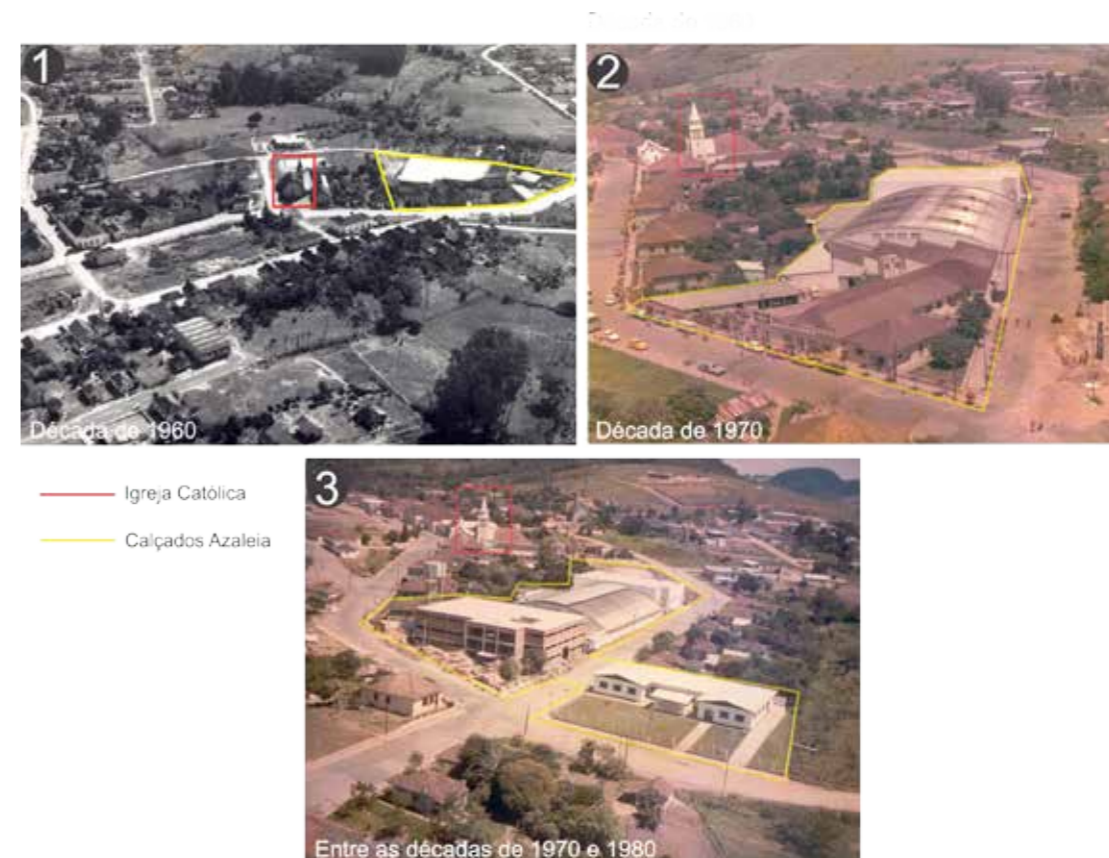


Figura 2 - Fotos do local inicial da ocupação da Calçados Azaleia em Parobé. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), com base em documentos da Faccat (2021).

união de valores e sentimentos, que instituem alto grau de importância a elas, sendo entendida pelas pessoas como algo essencial (BOSA, 2021).

As fotos presentes na Figura 2 demonstram, em épocas diferentes, o local onde iniciou-se a implantação da Calçados Azaleia no centro da cidade de Parobé. Algumas transformações no espaço podem ser percebidas no decorrer do tempo: na foto 1 (década de 1960), destacada em vermelho, fica a igreja católica, e em amarelo, o local onde se iniciou a Calçados Azaleia. A concepção que se tem desse espaço é de um lugar bucólico com caráter típico de vila (nesse período, Parobé ainda era considerado vila), ainda com bastante vegetação e algumas poucas edificações em estilo neoclássico; na foto 2, datada do período entre as décadas de 1970 e 1980, verificam-se mudanças substanciais na paisagem. O aumento do número de edificações e a presença de pavilhões fabris são exemplos da transformação deste local. Na frente desses pavilhões ficava a sede da Calçados Azaleia (ainda chamada de Berlitz, Lauck e Cia na época). A sede nesse período tinha uma tipologia que remetia a edificações residenciais, e pouco destoava das demais em sua vizinhança, composta por residências unifamiliares, o que dava um aspecto ainda residencial à região. Já na foto 3 (aproximadamente década 1980) a edificação sede foi substituída por uma nova edificação, trocando o seu caráter residencial por algo com *status* mais administrativo. As casas que ficavam ao lado foram removidas. Percebe-se o início de uma mudança da vocação do local, passando de residencial para um caráter industrial, comercial e de serviços.

No decorrer das décadas de 1970 e 1980 (com a emancipação do município), a região da implantação inicial da Calçados Azaleia acelerou a transformação da paisagem, deixando para trás o caráter bucólico e de vila, dando lugar a uma região fabril e comercial. A nova sede, construída em padrões modernistas com fachada de cortina de vidro, procurava acompanhar o desenvolvimento da empresa e demonstrar a nova *cara* da região (Figura 3).

Ainda nos anos 1980 a Calçados Azaleia iniciou a construção da nova área fabril matriz



Figura 3 - Fotos atuais da sede administrativa e loja da Calçados Azaleia em Parobé. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), com base no Google Street View e arquivo pessoal do autor (2021). Figura 4 - Fotos da construção dos pavilhões da matriz da Calçados Azaleia em Parobé. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), com base em documentos da Faccat (2021).



da empresa. Com aproximadamente 63 mil m² de área construída (Figura 4), a área era contígua à já ocupada pela empresa. As transformações no território causadas pela antiga Calçados Azaleia vão além da produção de calçados, abrangendo a construção de outros equipamentos para auxílio da empresa e de seus funcionários, como creches, clínica de saúde, terminal rodoviário e, próximo ao bairro Centro, a construção de uma área de lazer com campo esportivo, vestiários e centro de cultura.

As ocupações da Calçados Azaleia atuaram como agentes produtoras do espaço urbano em seu entorno. O tecido urbano se expandia ao tempo que a indústria crescia, novos moradores chegavam a Parobé, novos bairros surgiam, novos comércios e serviços, novos lugares eram constituídos. As ruas (Figura 8) que margeiam o complexo construído pela Calçados Azaleia (Figura 5) pulsavam vida, os comércios e serviços prosperavam com o grande número de clientes sempre fiéis advindos da fábrica (Figura 6).

Dentro das categorias dos *lugares de memórias*, essa região pode ser enquadrada em *lugares de memória operária*. Partindo-se da reelaboração da noção e dos fundamentos teóricos propostos para esta análise geográfica e filosófica, a compreensão dos lugares



Google Earth
 Legenda
 Igreja Católica Calçados Azaleia



Figura 5 - Perspectiva área da ocupação no bairro Centro pela Calçados Azaleia. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), com base no Google Earth (2021). Figura 6 - Fotos da saída de turno nos pavilhões da matriz da Calçados Azaleia na década de 1990, Rua Mário Mosmann. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), com base em documentos da Faccat (2021).

da memória operária envolve pensar na ordem local como dimensão na qual se criam os laços de identidade e de solidariedade, o plano em que se dá a vida cotidiana marcada pelo ritmo da fábrica e pelas lutas e resistência ao processo de alienação no trabalho, atravessadas, contraditoriamente, pelas contingências da ordem distante *do mundial* (SCIFONI, 2013).

Em 2004, o diretor presidente da Calçados Azaleia faleceu, e a empresa começou a atravessar um período de mudança. Em 2007, ela foi vendida para a Vulcabras, tradicional indústria de calçados no cenário brasileiro com sede em Jundiaí/SP. Com o anúncio do fechamento de parte da produção de calçados em 2009, a empresa demitiu 800 funcionários, ficando em funcionamento na cidade somente o complexo tecnológico de desenvolvimento de calçados. Dessa forma, as atividades alavancadas indiretamente pela Calçados Azaleia enfrentaram grandes dificuldades, e parte dos comércios e serviços do entorno vieram a encerrar suas atividades. A dinâmica social do entorno do complexo mudou drasticamente, seus reflexos são percebidos até hoje.



Legenda
 Rua Tiradentes Rua Mário Mosmann Igreja católica

Figura 7 - Ruas que margeiam o complexo da Calçados Azaleia. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), com base no Google Earth (2021).

A rua como fonte de análise da vitalidade urbana

As ruas Tiradentes e Mário Mosmann são as principais vias que margeiam o complexo estabelecido pela Calçados Azaleia e são importantes *termômetros* da vitalidade deste *lugar*. Por esse motivo foram escolhidos oito pontos (Figura 7) nestas ruas para demonstrar a configuração local. Esta região pode ser classificada como *lugar de trabalho*, estes, definidos pela presença de fábricas e pelos eixos viários onde as indústrias se concentram, conformando os espaços da industrialização. A fábrica revela-se como organizadora da vida social e como referência espacial, pois é ela que regula o movimento do bairro e a circulação nas ruas próximas (SCIFONI, 2013).

A principal característica verificada nestas ruas é a presença de muros, especialmente na rua Mário Mosmann, que segue murada da sede (ponto 7) até o viaduto (ponto 4) que liga a área fabril à área administrativa da Calçados Azaleia. Partes da rua Tiradentes também são muradas, entre o ponto 1 e o ponto 2; do ponto 3 até o ponto 4, onde há a conexão com o muro da rua Mário Mosmann, logo, praticamente toda a quadra é murada. Em consequência disso, essa rua se tornou um local de segregação, a materialidade dessa separação manifesta-se pela presença de muros (não apenas físicos, mas também simbólicos) e pela utilização de técnicas de segurança e de distanciamento social cada vez mais sofisticadas. Uma cidade de muros induz a população à obsessão por segurança e à discriminação social, naturalizando a violência como modelo de solução (AUGUSTO, 2002).

Os pontos 1 e 7 foram regiões conectadas através de uma rua (Figura 2), e hoje dão lugar a muros. As casas antigas foram todas demolidas e deram lugar a pavilhões, à creche e ao terminal rodoviário. Nas proximidades do ponto 2 ficam o terminal rodoviário, o antigo estacionamento (vazio) e o portão de acesso, este era um dos lugares de maior movimento, pois recebia vários funcionários do complexo. Hoje a circulação de pessoas é praticamente nula, passando a ser um espaço onde só há o trânsito de veículos. Os pontos 3 e 4 ficam na região de conexão entre a área fabril e a administração, que acontece por intermédio de um viaduto. No ponto 3 algumas casas demolidas podem ser encontradas. A região do ponto 8 era tradicionalmente conhecida por suas padarias, lancherias, mercados e outros pequenos comércios. Localiza-se na frente do portão de saída da área fabril (Figura 6). O ponto 5 evidencia duas situações:



Figura 8 - Ruas que margeiam o complexo da Calçados Azaleia. Fonte: Elaborado com base no acervo pessoal do autor (2021).

de um lado da rua encontram-se muros e do outro grandes vazios deixados por outras indústrias de calçados falidas. A região do entorno do complexo da Calçados Azaleia é conhecida por sua vocação fabril. No ponto 6 fica a creche, hoje a serviço do município (cedida pela Vulcabras/Azaleia). Nas proximidades existe uma grande quantidade de pavilhões de fábricas de calçados pertencentes a outras empresas. A Figura 8 traz um compilado de fotos de todos os pontos selecionados para análise.

Ao final dessa análise descritiva, pode-se constatar: a impermanência como essência deste espaço; a Calçados Azaleia como principal agente formador desse território e responsável pela dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de parte da região central de Parobé; a intransponibilidade causada pelos muros construídos pela Calçados Azaleia atuando na mudança de vocação do local, passando de *lugar de trabalho* para *lugar da memória*. A falta de interação das pessoas com este espaço pode levá-lo a ser classificado como um *não lugar*, as limitações geradas pela monofunção desse espaço em um local de infraestrutura privilegiada, porém subutilizada, causam a fragmentação da região central, tornando-a um espaço de transição. Este espaço enquanto lugar da memória operária guarda a lembrança de tempos de prosperidade gerados pela indústria calçadista na cidade de Parobé. Um

legado negativo da dinâmica estabelecida nesta região da cidade é o novo modo de vida: agora antiurbano, de negação da cidade e de segregação de seus moradores.

Considerações finais

Essa região volta-se para o interior e não em direção à rua, ao mesmo tempo enfatiza o valor do que é privado e restrito e desvaloriza o público e aberto, neles são impostas regras de inclusão e de exclusão. De acordo com Augusto (2002), locais assim caracterizam-se como espaços autônomos e independentes do entorno onde estão situados; por isso, podem estar em qualquer espaço e mudam o panorama da cidade no que se refere ao caráter público e à interação entre os diferentes conjuntos/estratos sociais.

A falta de vitalidade desta região é percebida pela baixa circulação de pessoas, pois essas ruas tornaram-se inóspitas devido aos seus muros e espaços abandonados. Há então uma mudança de vocação do lugar. Estes locais são hoje tidos como lugares de memória. Os lugares de memória nascem em determinado momento, em um contexto de aceleração da história e de consciência de ruptura com o passado, como produto das transformações profundas vivenciadas pela sociedade, caracterizadas como um momento de incertezas (SCIFONI, 2013). As transformações no decorrer dos anos foram muito perceptivas na região do entorno do complexo da Calçados Azaleia. A indústria que outrora agiu na territorialização deste lugar acabou por desterritorializá-lo. Será que há uma possibilidade desse espaço se reterritorializar ou ele já é um novo território?

O problema concreto que se coloca, segundo Deleuze e Guattari, é o de como se dão a construção e a destruição ou abandono dos territórios humanos. Quais são os seus componentes, seus agenciamentos, suas intensidades? A territorialização desta região no município de Parobé foi estabelecida pelos agentes industriais, portanto, o caráter deste *lugar* está ligado aos interesses da produção fabril, visando em última instância ao lucro revertido em capital aos donos dos meios de produção. O enfraquecimento da dimensão espacial da indústria (com o fechamento da parte produtiva da Calçados Azaleia) refletiu na vida social desta região da cidade, afetando as relações que influenciavam diretamente na vitalidade urbana, muito dependente da diversidade de usos trazida pela indústria (pequenos comércios e serviços) que ali existia. Com o passar do tempo, instaurou-se um processo de desterritorialização, que paralelamente transformou este *lugar* em um *não lugar*. Apesar de o complexo da Calçados Azaleia não estar totalmente desativado, as funções ali desempenhadas não são suficientes para suprir o *deficit* de vitalidade enfrentado pelo local.

Scifoni (2013) chama a atenção para um fenômeno que acontece em áreas industriais, denominado por ela de *o fim da tradição de memória*, ou seja, o fato de que a memória como prática social não estava mais presente espontaneamente e não é mais vivida coletivamente. Nestes casos é preciso um esforço para produzi-la, mas isso aparece como uma condição gerada externamente ou induzida, como um *dever da memória*. A memória evocada por esta região liga-se aos *lugares da memória operária*. Esses tipos de lugares constituem-se a partir de mudanças no conteúdo da urbanização local, que transformam as práticas socioespaciais antes profundamente marcadas pela indústria (SCIFONI, 2013). Surgem no momento de passagem de uma prática socioespacial fundamentada na produção material, para outra experiência de vida urbana, agora calcada essencialmente na lembrança que fundamenta a construção da nova identidade deste local. Esse processo pode ser percebido como a reterritorialização da região do entorno do complexo da Calçados Azaleia, agora compreendida como um território ressignificado, entendido como um local (*não lugar*) pertencente à memória coletiva,

porém não mais acessado pela vida social de Parobé.

Por fim, Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização diz respeito à própria sociedade. Isto significa dizer que a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios e fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas (HAESBAERT; BRUCE, 2009). Urbanisticamente esta região pode ser vista como um problema, pois é uma vasta área edificada subutilizada no coração de Parobé. Na realidade brasileira isso pode ser entendido como um fenômeno contemporâneo do urbanismo neoliberal e, ao mesmo tempo, efeito de políticas públicas que contribuem para esta situação e que explicam determinadas práticas espaciais comuns em cidades industriais, facilmente compreendidas no mundo capitalista que negligencia o espaço e tem as cidades fragmentadas como grande resultado. Misoczky e Oliveira (2018), em suas notas sobre a contribuição de Lefebvre para a cidade e o urbano, refletem sobre a capacidade das pessoas se apropriarem e recuperarem um local. Ainda que com uma duração específica, para as autoras esse espaço é, então, produzido como um lugar de transformação política e mostra sua verdade: as possibilidades de se tornar uma utopia concreta organizada pelo vivido.

Referências

- AUGÉ, Marc. *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9. ed. São Paulo: Papirus, 1994.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Segregação social e violência urbana*. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000100017&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- BOSA, Rafael. *Polo de cultura: um lugar para resgatar a identidade de Parobé*. 2017. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Curso de Arquitetura e Urbanismo Feevale, Novo Hamburgo, 2017.
- BOSA, Rafael. *A INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA E SEUS REFLEXOS ESPACIAIS NA CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DO VALE DO PARANHANA*. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Uniritter, Porto Alegre, 2021.
- CASTELLO, Lineu. *Repensando o lugar no projeto urbano. Variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004)*. (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5112>>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- DERRIDA, Jacques. “Uma arquitetura onde o desejo pode morar”. 1986. In: NESBITT, Kate (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. 2005. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>>. Acesso em: 24 fev. 2020.
- GREGOLETTO, Débora. *Cidades Médias e Verticalização Urbana no Rio Grande Do Sul*. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1985/1964>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes. 1996.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glaucio. *A DESTERRITORIALIZAÇÃO NA OBRA DE DELEUZE E GUATTARI*. [S. l.], 2009. Disponível em: <[HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 1994.](http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982014000100008#:~:text=11),127).>. Acesso em: 11 mar. 2021.</p></div><div data-bbox=)

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *CONHEÇA CIDADES E ESTADOS DO BRASIL*. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *SINOPSE DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010 BRASIL*. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MISOCZKY, Maria Ceci; OLIVEIRA, Clarice Misoczky de. *A cidade e o urbano como espaços do capital e das lutas sociais: notas sobre a duradoura contribuição de Henri Lefebvre*. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v52n6/pt_1982-3134-rap-52-06-1015.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

OLANDA, Elson Rodrigues. *AS PEQUENAS CIDADES E O VISLUMBRAR DO URBANO POUCO CONHECIDO PELA GEOGRAFIA*. Ateliê Geográfico Revista Eletrônica, [s. l.], v. 2, ed. 2, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/ateliel/article/view/4699>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

QUEIROZ, Maria Cidália. *Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da Construção Civil do Nordeste de Portugal*. Porto, 2017. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2474>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 7.446*, de 1º de maio de 1982. Assembleia Legislativa estadual. Porto Alegre.

ROLNIK, Raquel. *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SÁ, Roberta. *Pensar o espaço segundo Milton Santos, Marc Augé e Manuel Castells*. 2016. Disponível em: <http://isociologia.up.pt/sites/default/files/working-papers/wp40_161114024922.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SCHNEIDER, Sérgio. *Os colonos da indústria calçadista: a expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul*. 1996. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1846>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SCIFONI, Simone. *LUGARES DE MEMÓRIA OPERÁRIA NA METRÓPOLE PAULISTANA*. São Paulo, 2013. Disponível em: <[SOUZA, Raimundo F. de. *Reprodução da força de trabalho*. 2011. Disponível em: <\[http://www2.ufac.br/site/noticias/ufac-na-imprensa/edicoes-2001/junho/reproducao-\]\(http://www2.ufac.br/site/noticias/ufac-na-imprensa/edicoes-2001/junho/reproducao-da-forca-de-trabalho\)](https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74304#:~:text=Antigas%20vilas%20oper%C3%A1rias%2C%20conjuntos%20habitacionais,da%20mem%C3%B3ria%20oper%C3%A1ria%20na%20metr%C3%B3pole.>>. Acesso em: 17 mar. 2021.</p></div><div data-bbox=)

da-forca-de-trabalho>. Acesso em: 19 jun. 2020.

VONMENGDEN, Paulo Roberto de Aguiar (Org.). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional da Região do Corede Paranhana Encosta da Serra 2015-2030*. Taquara. 2017.

PESQUISA DE GEOGRAFIA ECONÔMICA EM PEQUENAS CIDADES

Uma perspectiva metodológica

*ECONOMIC GEOGRAPHIC RESEARCH IN
SMALL TOWNS
A methodological perspective*

Bruno Saggiorato¹

Resumo

Tomando como pressuposto geral a complexa formação social brasileira, o país apresenta uma heterogeneidade geográfica nada pequena. Desta forma, é necessário entender como os *processos gerais* se articulam, concreta e espacialmente, com *Formações Sócio-Espaciais (FSEs) regionais*, e, a partir disso, identificar que atributos essa combinação gera, quais fenômenos novos emanam dessa relação, desencadeando diferenciações geoeconômicas entre regiões/municípios. Destarte, com base no setor industrial do pequeno município de Ampére-PR, o objetivo do artigo é sistematizar aportes teóricos e elementos fundamentais à compreensão de uma cidade considerada pequena. Recorre-se à pesquisa bibliográfica, como os estudos de Fresca (2001; 2009; 2010) e Santos (1977; 1979; 1993; 2004). Do ponto de vista teórico, argumenta-se que a união da categoria de FSE (SANTOS, 1977) com a de Combinações Geográficas (CHOLLEY, 1964), forma um aporte com grande potencial para alcançar a essência de um determinado fenômeno pesquisado.

Palavras-chave: metodologia de pesquisa, pequenas cidades, Geografia Econômica.

Abstract

Taking as general assumption the complex Brazil social formation, the country presents a no small geographic heterogeneity. This way is necessary understand as the general process are articulation, concrete and spatially, with Socio-Spatial Formation (FSEs) regional, and from that, identify what attributes this combination result, which news phenomena emanate this relation, trigger differentiations geoeconomics between regions/town. This way, with base in Ampére-PR a small town's industrial sector, the article objective is systematize theoretical contributions and fundamental elements to the comprehension of a small town. Appeal to the bibliographic research, as the studies of Fresca (2001; 2009; 2010) and Santos (1977; 1979; 1993; 2004). From a theoretical point of view, it is argued that the category union of FSE (SANTOS, 1977) that the Geographic Combinations (CHOLLEY, 1964), form an input with great potential to achieve essence of a phenomenon searched.

Keywords: research methodology, small towns, Economic Geographic.

¹ Graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2018) campus de Francisco Beltrão – PR. Atualmente é mestrando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma instituição na linha de pesquisa Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais. Pesquisa temas relacionados a Geografia Econômica, como Estado e desenvolvimento econômico e industrialização em pequenas cidades. Membro do Grupo de Pesquisa "Formação Sócio Espacial: Progresso Técnico e Desenvolvimento Econômico", da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Introdução

Localizado na mesorregião Sudoeste Paranaense, o município de Ampére se destaca por seu setor manufatureiro, e, atinge realce estadual em dois setores da indústria de transformação (confeções do vestuário e produção de móveis).

Para compreender sua dinâmica industrial e responder as questões colocadas pela mesma, foi necessário lançar mão de uma categoria compatível com tal demanda: entender uma realidade concreta nas suas múltiplas determinações. Assim, fez-se uso da categoria de Formação Sócio-Espacial (FSE), um aporte teórico elaborado por Milton Santos (1977).

Para realizar uma pesquisa de Geografia Econômica, é imprescindível abordar o fenômeno tratando de História, Economia e Geografia. Quando se conferia maior ênfase para a economia, por exemplo, História e a Geografia não podiam ser abandonadas, quando a atenção se voltava para a Geografia, da mesma forma, era fundamental analisar com História e Economia e o mesmo era válido no momento em que a História fosse central (MAMIGONIAN, 2005).

Partindo desses pressupostos gerais, a indústria em Ampére foi o objeto de investigação científica. Unindo a análise da realidade a partir de dados, bibliografias, imagens, mapas e gráficos, foi possível perceber que o caminho de pesquisa escolhido foi fundamental para se chegar aos resultados, o qual será destacado no presente artigo.

Nesse contexto, a questão que se coloca é: que pressupostos teórico-metodológicos podem auxiliar as pesquisas em pequenos municípios? Assim, o objetivo do artigo é sistematizar aportes teóricos e elementos que fundamentais à compreensão de uma cidade pequena, o que pode ser útil para novos estudos de Geografia Econômica desses níveis hierárquicos. Não reside aqui nenhuma descoberta, apenas sistematização de um procedimento. Para isso, foi escolhida a pesquisa bibliográfica, como por exemplo estudos de Fresca (2001; 2009; 2010) e Santos (1977; 1979; 1993; 2004).

O texto está dividido em dois momentos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro tratar-se-á de alguns pressupostos teóricos que dizem respeito às pequenas cidades. Posteriormente será indicado os elementos metodológicos que fizeram parte da pesquisa sobre o município de Ampére.

As pequenas cidades: pressupostos teóricos à compreensão desse nível hierárquico

Fresca (2010) esclarece a diferença conceitual entre centro local e pequena cidade, a primeira pode ser definida como aquela de menor complexidade e que responde apenas as necessidades mínimas de sobrevivência de sua população, ou nos termos de Santos (1979, p. 71), é "[...] a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população [...]". A segunda apresenta níveis de complexidade maiores que o centro local, dispondo de atividades urbanas que extrapolam o mínimo.

Num tempo histórico não muito distante², os estudos sobre urbanização brasileira geralmente enfatizavam as porções metropolitanas do espaço e os grandes centros

² No final dos anos 1970, Santos (1979) já destacava que em países subdesenvolvidos, boa parte dos estudos urbanos se dedicavam sobretudo às cidades grandes.

urbanos. Nesse sentido, “No caso do estudo das pequenas cidades, apenas nos últimos anos podemos considerar que se torna um tema mais frequente nas pautas acadêmicas e um relativo avanço teórico na compreensão destes espaços” (ENDLICH, 2011, p. 149).

Recentemente, no início dos anos 1990, os estudos das pequenas cidades³ foram retomados por diversas ciências, que passaram a estudar a relevância e o seu significado econômico, cultural e social no quadro da urbanização brasileira (FRESCA, 2010).

Esta retomada nos estudos sobre cidades pequenas tem a ver com as intensas modificações na organização socioespacial brasileira que provocaram transformações em redes urbanas; que permitiram realização de novos papéis nestas cidades; que possibilitaram às mesmas tornarem-se lócus privilegiado da realização de uma parcela da produção propriamente dita; que permitiram a inserção das mesmas em interações espaciais de grande alcance; enfim a redescoberta destas cidades como uma particularidade da urbanização brasileira (FRESCA, 2010, p. 75).

Deste modo, em estudos das porções urbanas não metropolitanas no Brasil, surge uma questão aos pesquisadores interessados no tema: quais os critérios mais adequados para caracterizar uma cidade como sendo pequena?⁴ Daí a importância de estudar a dinâmica produtiva das realidades brasileiras, o que contribui para responder essa indagação.

Um dos critérios ainda mais utilizados para delimitar o recorte das pequenas cidades tem sido os dados populacionais. O IBGE (2008) ao analisar a rede urbana nacional estabelece a existência de 4473 centros locais, onde a centralidade é exercida predominantemente em seus limites municipais e caracterizados por terem população inferior a 10 mil habitantes. Mas qual seria o patamar populacional a partir do qual falar-se-ia das pequenas cidades? 20 mil? 50 mil habitantes? Utilizando-se este caminho para caracterizar uma cidade como sendo pequena, incorre-se no risco de igualar cidades que na sua essência são diferentes. Em outras palavras, o número de habitantes como variável utilizada resultará em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, mas não levará em conta as especificidades de cada uma delas. Não permitirá que se entenda as diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, impedindo que se entenda seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre

3 Para um panorama histórico dos primeiros até os mais recentes estudos sobre pequenas cidades, ver Beltrão (2016) e Jurado da Silva (2011), trabalho em que podemos encontrar, inclusive, um apanhado das contribuições internacionais para a temática.

4 Existe um nível mínimo para considerar uma cidade como tal, qual seja, “[...] quando há coalescência de funções em uma aglomeração. Esta expressão significa que as funções chegam a depender uma das outras, tornando-se assim independentes da atividade primária que deu origem à aglomeração” (SANTOS, 1979, p. 70). Nesse sentido, a partir desse nível mínimo de atividades definido por Milton Santos, Fresca (2010, p. 77) argumenta que “[...] há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isto não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas. E aqui reside razão para o uso da expressão pequena cidade para aquelas cidades que não são centros locais”.

outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como sendo pequena (FRESCA, 2010, p. 76).

Ainda nesse raciocínio, Santos (1979, p. 69) já alertava para o fato de que “caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro” a partir do volume populacional, “é incorrer no perigo de uma generalização perigosa”. Portanto, caracterizar os municípios das FSEs regionais⁵ do Brasil por essa lógica, configura igualmente uma generalização que pouco explica de fato o que são essas cidades no contexto da economia nacional.

Depois de definir, com base em bibliografia sobre o tema, o que pode ser considerado uma pequena cidade e apontar alguns elementos referente as mesmas, adiante será dissertado sobre o caminho teórico-metodológico escolhido para pesquisar o setor industrial de um pequeno município, mas tal procedimento pode ser ampliado para uma pesquisa de Geografia Econômica em geral, que englobe outros setores produtivos, como a agricultura, o comércio ou algum segmento específico da indústria de transformação.

Considerando a formação social brasileira⁶ nas suas múltiplas determinações, o país apresenta uma heterogeneidade geográfica nada pequena. Desta forma, é necessário apreender como os *processos gerais* se articulam, concreta e espacialmente, com *FSEs regionais*, e, a partir disso, identificar que atributos essa combinação gera, ou seja, quais fenômenos novos emanam dessa relação, suscitando diferenciações geoeconômicas entre regiões/municípios.

Primeiramente, antes de explorar melhor os procedimentos metodológicos, é importante tratar das bases teóricas que sustentam o esquema da figura 1, isto é, o método de investigação propriamente dito, ou em outras palavras, a perspectiva científica que orienta a pesquisa de Geografia Econômica em pequenas cidades.

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento (GIL, 2008, p. 8).

Além disso, pesquisa pode ser definida

[...] como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social (GIL, 2008, p. 26).

Na Geografia Humana, o paradigma da Formação Sócio-Espacial (FSE), apoiado na teoria Marxista e desenvolvido por Milton Santos (1977), constitui uma poderosa categoria de análise diante da tarefa em decifrar uma realidade nas suas múltiplas

5 Válido destacar que Mamigonian (1965; 2005) foi quem pioneiramente explorou a possibilidade de FSEs regionais no Brasil. Cabe ainda dizer que não há como haver uma FSE municipal, o recorte é regional.

6 Nos termos elaborados por Rangel (2005).

determinações.

De acordo com Sereni (2013, p. 315), a categoria marxista formação econômico-social expressa a “unidade (e, agregaremos, a totalidade) das diferentes esferas: econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade; e a expressa, além disso, na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico”. Milton Santos a partir desse conceito, o qual segundo este autor é o mais apropriado para contribuir na formação de uma teoria do espaço, elaborou a categoria de Formação Sócio-Espacial, pois, “a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p. 1).

Milton Santos notou que o conceito de Formação Social e Geografia Humana não compactuavam integralmente, não por divergências da teoria marxista e essa ciência, as quais se aproximam, mas faltava-lhe um elemento primordial, a necessidade de localização da Geografia, daí a sua proposta da categoria de FSE (MAMIGONIAN, 2005).

A categoria de FSE diz respeito ao estudo da vida concreta de uma sociedade ou de um fenômeno em seu tempo histórico e na sua dimensão espacial, ou seja, compreende a gênese e evolução, bem como as relações dos elementos que designam essa realidade concreta, que é particular, mas somente é apreendida no bojo da totalidade⁷.

Portanto, as pequenas cidades

[...] manifestam a universalidade do movimento real, porque o singular, o único, só pode ser compreendido em relação ao geral e por causa dele, por intermédio do particular enquanto um membro intermediário real das determinações do geral, que se especifica em momentos particulares incorporando novas singularidades (FRESCA, 2001, p. 29).

Além da categoria de FSE, as Combinações Geográficas teorizadas por André Cholley são igualmente fundamentais à compreensão dos pequenos municípios. Segundo o autor,

As combinações podem ser divididas em três grandes categorias: as que resultam, unicamente, da convergência de fatores físicos; aquelas, já mais complexas, que são, a um tempo, de ordem física e de ordem biológica; as mais complicadas e por isso mesmo, mais interessantes, que resultam da interferência conjunta dos elementos físicos, dos elementos, dos elementos biológicos e dos elementos humanos (CHOLLEY, 1964, p. 140-141).

Os corpos teóricos de FSE e Combinações Geográficas, aliados, formam um horizonte poderoso a serviço da compreensão da realidade. O argumento é de que a união desses dois fundamentos teóricos seja capaz de entregar pesquisas que atinjam a essência dos fenômenos nos pequenos municípios.

⁷ “O exercício de apreensão da totalidade é um trabalho fundamental e básico para a compreensão do lugar real e epistemológico que, dentro dela, têm as suas diferentes partes ou aspectos. Todavia, o conhecimento das partes, isso é, do seu funcionamento, de sua estrutura interna, das suas leis, da sua relativa autonomia, a partir disso, de sua própria evolução, constituem um instrumento fundamental para a o conhecimento da totalidade” (SANTOS, 2004, p. 141). Santos (1977, p. 6) afirma que “o dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser apreendido senão ao nível da totalidade”.

Uma perspectiva metodológica: Geografia econômica em pequenas cidades

Essa perspectiva está alicerçada nos estudos sobre a industrialização de Ampére-PR, considerado um pequeno município devido a dinâmica do seu setor produtivo. Depois de realizar boa parte da pesquisa, um caminho metodológico foi percebido. No presente item mostrar-se-á os elementos desse percurso, que está teoricamente subsidiado pelas formulações expostas na primeira sessão desse artigo.

De acordo com Fresca (2010), a produção industrial nas pequenas cidades tem recebido pouca atenção nos estudos da Geografia, ainda concentrada em áreas metropolitanas. Porém, a mesma autora (2001, p. 28) esclarece que “[...] as abordagens do nível metropolitano continuam sendo necessárias, mas a outra face também”. Assim, “É preciso entender como a produção industrial pode ser elemento para a compreensão da reinserção dos núcleos na rede urbana e como estas ocorrem” (FRESCA, 2009, p. 9).

Conforme já destacado na introdução, na pesquisa em Geografia Econômica é fundamental investigar a realidade combinando ciências abrangentes. Trata-se, como escreveu Casaril (2014, p. 34), de realizar “[...] nossas análises de forma a unir a história, a geografia e a economia na interpretação de uma dada realidade”. Tal confluência resultará, em síntese, na Geografia Econômica de um dado fenômeno.

Segue o esquema síntese dos pressupostos resultantes da pesquisa, e, na sequência, a explicação mais detalhada.

Considerando a figura 1, apenas para a exposição será dividida em três dimensões: i) Histórica; ii) Econômica; e iii) Geográfica. Aponta-se considerações referentes a cada item separadamente, mas na verdade estão interligados, pois é assim que a realidade

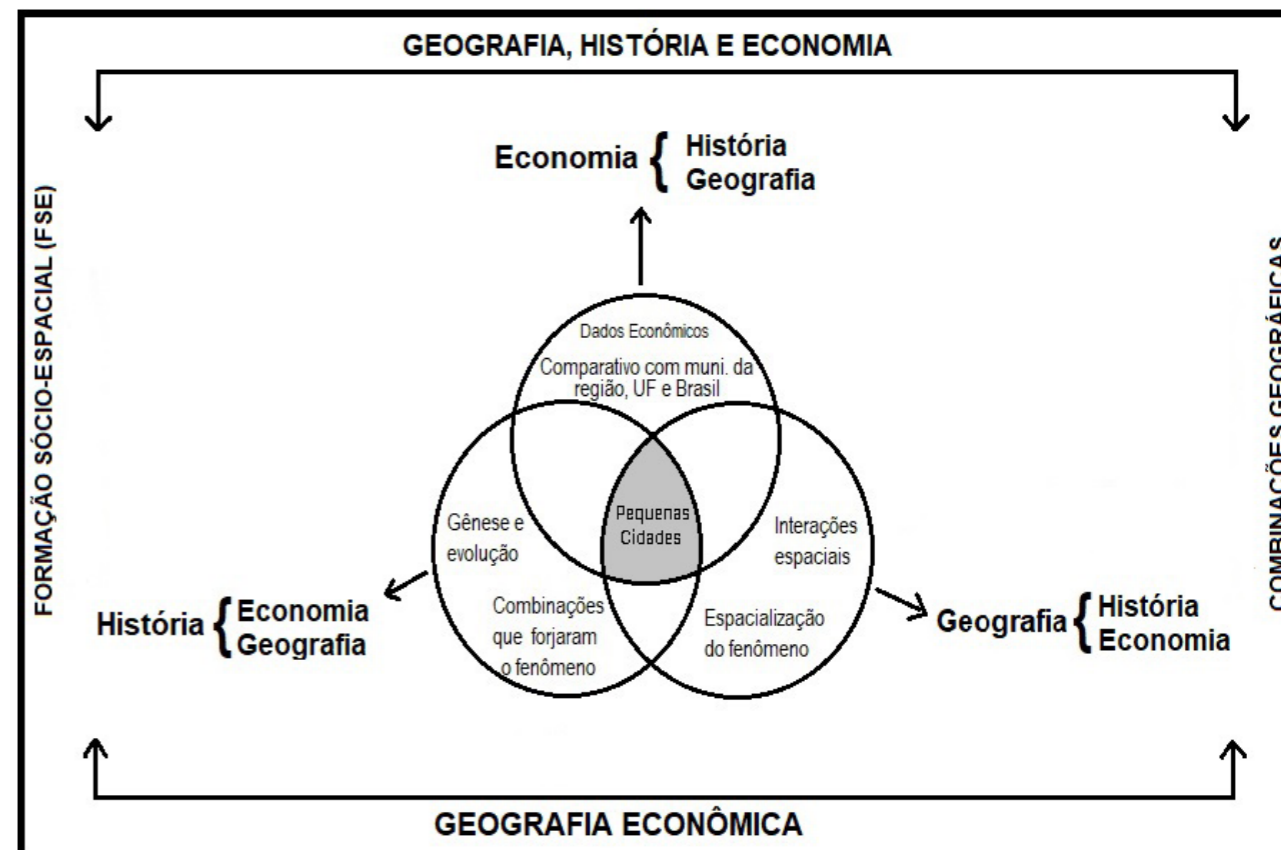


Figura 1 - Esquema síntese da metodologia. Fonte: SAGGIORATO, 2021.

se apresenta⁸, combinando essas dimensões, não as compartimentalizando.

Tomando primeiramente a *Dimensão Histórica* do esquema, significa basicamente verificar a gênese e evolução de um dado fenômeno. Cabe buscar que combinações geográficas forjaram o seu aparecimento, que fatores de ordem biológica, física e humanas conjuntamente resultaram num determinado fenômeno. Voltar-se para a história, neste momento, é imprescindível, sem a qual não se consegue decifrar o DNA da realidade que pretende desvelar.

Porém, não se trata apenas de contar uma história, de forma cronológica, algo como uma linha do tempo linear, mas sim de uma pesquisa histórica que considere aspectos geográficos e econômicos, para assim apreender da realidade uma maior riqueza de detalhes.

Por exemplo, a FSE do Sudoeste Paranaense, mesorregião onde se localiza Ampére, se desenvolveu baseada na pequena produção mercantil, isto é, na presença de pequenos agricultores, artesãos, pequenos comerciantes e inclusive pequenos industriais, principalmente ligados a exploração da madeira, fundamental no surgimento dos primeiros núcleos urbanos e empreendimentos industriais (FLORES, 2009; CASARIL, 2014; CORRÊA, 1970). Essas combinações geográficas em grande medida explicam a gênese e evolução da industrialização no referido município.

Referente à *Dimensão Econômica*, trata-se de entender a evolução e a atualidade do fenômeno analisando o máximo de determinações econômicas possíveis. Se assim for desejável, cabe primeiro identificar os setores produtivos mais importantes na dinâmica do(s) município(s), estabelecendo um recorte de pesquisa, neste caso, o setor industrial é usado como exemplo.

Assim, se faz necessário buscar a maior variedade disponível de dados⁹ industriais e econômicos (empregos, estabelecimentos, Produto interno bruto, Valor adicionado fiscal, tamanho dos estabelecimentos) para a análise. Geralmente o município apresentará segmentos da indústria no qual mais se destaca, sendo interessante dar atenção especial da análise para esses setores. Para as variáveis de dados, usa-se, então, gráficos de evolução, cálculos de crescimento, tabelas, etc., para visualizar as transformações que o fenômeno expressa, e a partir disso aliar os dados aos fatores explicativos do comportamento dessas variáveis em diferentes períodos, pois, é insuficiente apenas descrever o desempenho industrial, por exemplo, e não oferecer as determinantes do processo. Por conseguinte, comparece aqui a pesquisa explicativa como norte do estudo.

São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente (GIL, 2008, p. 28).

8 Marx (2008, p. 258) afirma que “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, a unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese”

9 Que podem proceder tanto de repositórios, órgãos, institutos etc. públicos ou privados disponíveis para consulta eletrônica ou ainda colhidos em trabalhos de campo, que são imprescindíveis na realização desse tipo de pesquisa, pois permite conhecer aspectos da realidade que os dados não são capazes de elucidar.

Além de buscar explicações para os fenômenos, não menos importante é buscar compreender o tamanho do fenômeno, isto é, a sua dimensão e importância na economia municipal e no contexto para além dos seus limites, por exemplo, qual a relevância do setor manufatureiro de um determinado município na sua mesorregião? E na sua unidade federativa? Deste modo, para responder essas questões emerge o procedimento de pesquisa comparativo¹⁰.

As comparações entre municípios do mesmo porte, de diferentes portes, da mesma FSE regional ou não, deverá ser realizada com o máximo de riqueza de detalhes e de dados possíveis. Se, por exemplo, o estudo analisar a industrialização de um pequeno município, comparar-se-á os dados industriais disponíveis com outras porções espaciais, para assim, ter noção da dimensão da indústria na região, no estado e no país.

Contudo, para melhor compreender o tema, é valioso conhecer o(s) setor(es) mais importante (s) para a economia local, e em seguida comparar setorialmente com outros municípios de diferentes portes — em que pese dificuldades de dados — para assim, verificar a relevância deste município na produção específica de alguma mercadoria.

Para efeitos de exemplificação, segue que: com a formação e desenvolvimento do setor industrial em Ampére, o município ganhou destaque na produção de móveis e de confecções do vestuário. No Sudoeste Paranaense, é o principal pólo desses setores, no estado do Paraná está entre os dez polos principais também de ambos os segmentos. E no Brasil, Ampére é o 61º maior empregador no setor confeccionista e o 41º no ramo moveleiro (BRASIL, 2018).

A partir da ampliação da divisão territorial do trabalho, isto é, do processo de refuncionalização, Ampére adquiriu especializações produtivas na fabricação de móveis de madeira, na confecção de roupas masculinas e na produção de pias e cubas em aço inox, principalmente.

Dentre os fatores responsáveis pela expansão e consolidação industrial no município, incluem i) iniciativas industriais privadas; ii) políticas municipais de incentivo à industrialização; iii) inovações e estratégias empresariais e iv) crescimento econômico nacional, aumento e distribuição da renda e políticas federais durante os anos 2000, entre outros.

Com isso, será possível compreender em que termos se dá a inserção do município na divisão territorial do trabalho. Permite ainda mostrar as cadeias produtivas com as quais o município estabelece relações mais frequentes e adensadas. Portanto, novas pesquisas precisam ser “[...] realizadas no sentido de comparar cidades com o mesmo nível hierárquico para ter-se mais clareza do papel desempenhado pelos núcleos urbanos, inseridos em distintas regiões brasileiras” (FRESCA, 2009, p. 3).

Com esse tipo de procedimento, provavelmente vai aparecer também o panorama geral de um setor da manufatura, pois quando dados industriais entre municípios são comparados, a própria dimensão espacial do que é esse setor no Brasil se manifestará, ainda que não seja uma visão aprofundada do segmento, mas uma visão genérica, como dito, é possível.

10 “O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo” (GIL, 2008, p. 16-17).

Por fim, a *Dimensão Geográfica*. Como a dissertação ainda está em andamento, não se fará no momento apontamentos de exemplos gerais, como anteriormente. As análises precedentes terão lançado a base na qual essa dimensão se edificará. Neste momento, portanto, a ciência Geográfica será central, mas sem deixar de lado aspectos históricos e econômicos.

A partir dos dados, trata-se então de mostrar geograficamente o fenômeno, ou seja, por meio de produtos cartográficos indicar a sua incidência e a localização no recorte territorial escolhido. É importante expressar também a evolução espacial do fenômeno ao longo do tempo, permitindo verificar a reorganização geográfica do mesmo. Além disso, é valoroso buscar as combinações que explicam tal localização, concentração ou ainda modificações de um determinado fenômeno.

Estudando as pequenas cidades no Noroeste Paranaense, Endlich (2011, p. 151) também percebeu que no interior de uma mesma FSE existem especificidades entre os municípios que a compõe, pois “[...] são inevitáveis as particularidades históricas e geográficas no âmbito municipal, ainda que se mantenham características gerais no contexto regional”. Por essa lógica, a presente dimensão ajudará a mostrar as especificidades de municípios localizados numa mesma FSE.

Neste momento cabe explorar a inserção do município na divisão territorial do trabalho¹¹ a partir de suas atividades econômicas e também mostrar a participação da pequena cidade em sua região, estado e país baseando-se nessas atividades. Esse é um caminho frutífero para clarificar as diferenciações entre as cidades, haja visto que “Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras” (SANTOS, 1993, p. 53). Em conjunto a isso, é interessante expor o alcance espacial ao qual o município é alçado com seu processo de desenvolvimento.

Interações essas que extrapolam os limites da sua rede urbana, alcançando diretamente outras porções geográficas. Essas relações serão mais diversificadas quanto mais ampla for a divisão territorial do trabalho, assim, podem ser de recursos financeiros, recursos tecnológicos, matérias-primas, bens de consumo, bens de capital, recursos humanos, entre outros, formando uma rede comercial do município com outras localidades, a qual é possível ser mapeada. As características mais detalhadas dessa rede, como tipo de produto, tipo de máquina etc., dependerá da atividade econômica analisada.

As pequenas cidades industrializadas — com capacidade de inserção externa por meio de exportações e importações de mercadorias — ampliam sua centralidade e deixam de apenas inserirem-se na rede urbana regional, passando a se conectar com outros países de forma mais direta. Porém, cabe salientar um ponto importante: essa constatação não pretende colaborar com a ideia de uma globalização que fez perder a importância dos estados nacionais, e que agora países se conectam com municípios sem a intermediação da nação. Ora, no globo todo são os estados nacionais que definem políticas de protecionismo, taxa de câmbio, taxas de importação e exportação,

¹¹ “Há uma lógica comum aos diversos subespaços. Essa lógica é dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território a um dado momento de sua evolução. E dessa maneira que, em cada período, se entendem as particularidades e o movimento próprio de cada subespaço e as formas de sua articulação no todo. Esse enfoque se impõe, pois a cada momento histórico as heranças dos períodos passados também têm papel ativo na divisão territorial do trabalho atual. O movimento, no território, do geral e do particular, tem de ser entendido não apenas hoje, como ontem. E assim que se podem explicar não apenas esse dado estatístico que são as diferenças regionais dos índices de urbanização, mas também dados estruturais, como as diferenças regionais de forma e de conteúdo da urbanização” (SANTOS, 1993, p. 61).

entre outros. Uma firma de qualquer município no Brasil é antes uma firma brasileira. A reunião das três dimensões explanadas a pouco vai resultar num estudo de Geografia Econômica, o qual pretenderá, numa perspectiva totalizante, desvendar aquilo que é essencial na explicação da realidade, ou seja, a busca constante da verdade histórica, considerando a relação contraditória entre arcaico e moderno, procurando denunciar as desigualdades socioespaciais inerentes ao modo de produção dominante.

Para finalizar, nos estudos de Geografia Econômica que pretendem compreender as pequenas cidades na sua totalidade, é valioso mencionar a pertinência das determinações políticas, ou em outros termos, da economia política, isto é, conflito de classes sociais, pactos de poder, concentração de renda, destinação de recursos, entre outras. Componentes esses que envolvem e estão presentes, evidentemente, nas três dimensões (Histórica, Geográfica e Econômica).

Oportuno lembrar que essas determinações políticas não se reduzem aos acontecimentos apenas locais e ações empreendidas pelos agentes do município, mas sim dizem respeito ainda às demais esferas do Estado brasileiro, que destinam recursos, decidem os rumos das políticas econômicas, tomam medidas institucionais, elaboram e executam programas de renda, emprego, financiamento, e assim por diante, os quais afetam diretamente os municípios e seus habitantes.

Atualmente, no contexto da mais grave crise econômica e sanitária da história brasileira, os exemplos disso que foi supracitado seriam dos mais diversos, tanto relacionados ao comportamento desastroso do governo federal frente à pandemia do Covid-19 e a atuação de congressistas e governadores com variadas posturas, quanto medidas anteriores, como a reforma trabalhista, da previdência, o teto de gastos, entre outros que impactam, inegavelmente, a dinâmica dos pequenos municípios e conseqüentemente a vida dos seus habitantes.

Considerações finais

O texto definiu elementos imprescindíveis para chegar o mais próximo possível da realidade tal como ela é, na sua essência, naqueles que são os fatores explicativos de fato do concreto. Buscou-se, fundamentalmente, entender não apenas a pequena cidade por si só, nos seus limites territoriais, mas o seu papel e sua dimensão na divisão territorial do trabalho, as suas inserções e relações espaciais e as respostas que são dadas a processos gerais.

Do ponto de vista teórico, a união da categoria de FSE (SANTOS, 1977) com a de Combinações Geográficas (CHOLLEY, 1964) forma um aporte com grande potencial, que conjugados com as dimensões colocadas na figura 1 e exploradas posteriormente, concedem elevado poder explicativo à dinâmica das pequenas cidades.

Nos estudos de Geografia Econômica em pequenas cidades, deve-se evitar isolá-la, como se fosse possível um devir autônomo. Tornar secundário a totalidade dos processos históricos, a economia política nacional, a luta de classes, os grandes blocos de capitais, a geopolítica, etc. quando estes últimos, em verdade, são fatores determinantes, configuraria em grande equívoco analítico.

Evidente que as características regionais não podem ser desprezadas completamente, mas é pertinente chamar atenção para o fato de que os agentes locais possuem grandes limitações (de ordem política, financeira, entre outras) na organização e desenvolvimento dessa porção do espaço, de tal sorte que as mudanças estruturais não emanam do local — apesar de se manifestarem no local —, mas sim de uma

totalidade que diz respeito ao capitalismo brasileiro nos marcos das suas leis históricas de desenvolvimento.

Sendo assim, a interação de elementos de âmbito local concomitantemente associados aos de ordem regional, nacional e global é uma condição *sine qua non* para revelar a essência da dinâmica municipal, posto que, “Toda realidade concreta é particular e em cada particularidade está presente todo o universo” (RANGEL, 1957, p. 25). Além disso, “Não existe verdade fora da totalidade e a totalidade só é perceptível na análise de processos históricos particulares” (JABBOUR, 2020, n.p.).

Os elementos metodológicos apresentados tiveram como base a pesquisa sobre o município de Ampére-PR, assim, os apontamentos foram no sentido de estudar especificamente a industrialização nesse nível hierárquico, porém, esse procedimento de investigação pode ser utilizado de maneira mais ampla, englobando outras atividades, como comércio, infraestrutura, agricultura, dados e indicadores sociais, entre outros que envolvam o campo da Geografia Econômica e as pequenas cidades brasileiras.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos.

Referências

BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. *A indústria nos pequenos municípios do sul de Santa Catarina*. 2016. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. SC

BRASIL. Ministério da Economia, *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Brasília, 2018.

CASARIL, Carlos Cassemiro. *A Dinâmica da Rede Urbana de Francisco Beltrão – Paraná*. 2014. 454f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. SC

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista Geográficos. 1ª parte, *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n. 179, p. 139-145, 1964.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 32, n.1, p. 87-98, jan./mar. 1970.

ENDLICH, Angela Maria. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade mínima. *Huellas*, Santa Rosa, Argentina, v. 15, p.149-165, 2011.

FLORES, Edson Luiz. *Industrialização e Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná*. 2009. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão. PR.

FRESCA, Tânia Maria. Em Defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino de Geografia. *Geografia*, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun. 2001.

FRESCA, Tânia Maria. Rede urbana, níveis de centralidade e produção industrial:

perspectivas para um debate. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12, Montevideo, Uruguai, 2009.

FRESCA, Tânia Maria. Centros Locais e Pequenas cidades: diferenças necessárias. *Mercator*, Fortaleza, número especial, p. 75-81, dez, 2010.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008. 6ª ed.

JABBOUR, Elias. O Brasil não pode se dar ao luxo de descartar a China. *Continental*, ed. 236, agosto de 2020. Disponível em: <https://www.revistacontinente.com.br/edicoes/236/ro-brasil-nao-pode-se-dar-ao-luxo-de-descartar-a-chinar>. Acesso em 30/11/2020.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. *Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP*. 2011. 285 f. Dissertação (Mestrado em geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente. SP.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, p. 389-481, Julho – Setembro, 1965.

MAMIGONIAN, Armen. *Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico*. 2005. 266 f. Tese (livre-docência) – Departamento de Geografia, FFLCH - USP, São Paulo.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 2ª ed.

RANGEL, Ignácio. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Ignácio Rangel, 1957. 2ª ed.

RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas de Ignácio Rangel*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2º v.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, junho, 1977.

SANTOS, Milton. As cidades locais no Terceiro Mundo: o caso da América Latina. In: SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979. Cap. 6. p. 69-76.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: USP, 2004. 6ª ed.

SERENI, Emilio. DE MARX A LÊNIN: a categoria de “formação econômico-social”. *Meridiano*, Buenos Aires, p. 297-346, nº 2, 2013.

GÊNERO, RAÇA E ALFABETIZAÇÃO EM HERVAL

Análise socioespacial urbana da área urbana do município

*GENDER, RACE AND LITERACY
IN HERVAL*
*Urban socio-spatial analysis of the urban
area of the municipality*

Victor Barbosa da Silva¹ e Maurício Couto Polidori²

Resumo

Este artigo traz uma análise de indicadores demográficos e sociais da cidade de Herval, RS, registrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como das correlações entre esses indicadores. Assim, busca-se enxergar as interseções entre os diversos fatores sociais que caracterizam a população: fatores de viés econômico, racial, de gênero e educacional. Para este exercício, os dados do IBGE são manipulados e entendidos com auxílio de instrumentos matemáticos do campo estatístico. São confeccionados mapas de distribuição geográfica das variáveis consideradas e uma tabela de correlações entre elas – esta última, fundamentada no coeficiente de Pearson. Por fim, após o traçado das linhas gerais do panorama demográfico urbano de Herval e contextualização com o cenário nacional, percebe-se que a cidade demonstra as mesmas tendências observadas no país, tanto no que toca oportunidades de educação para diferentes etnias quanto questões de gênero em índices de alfabetização.

Palavras-chave: alfabetização, raça, gênero, análise socioespacial, correlação entre variáveis.

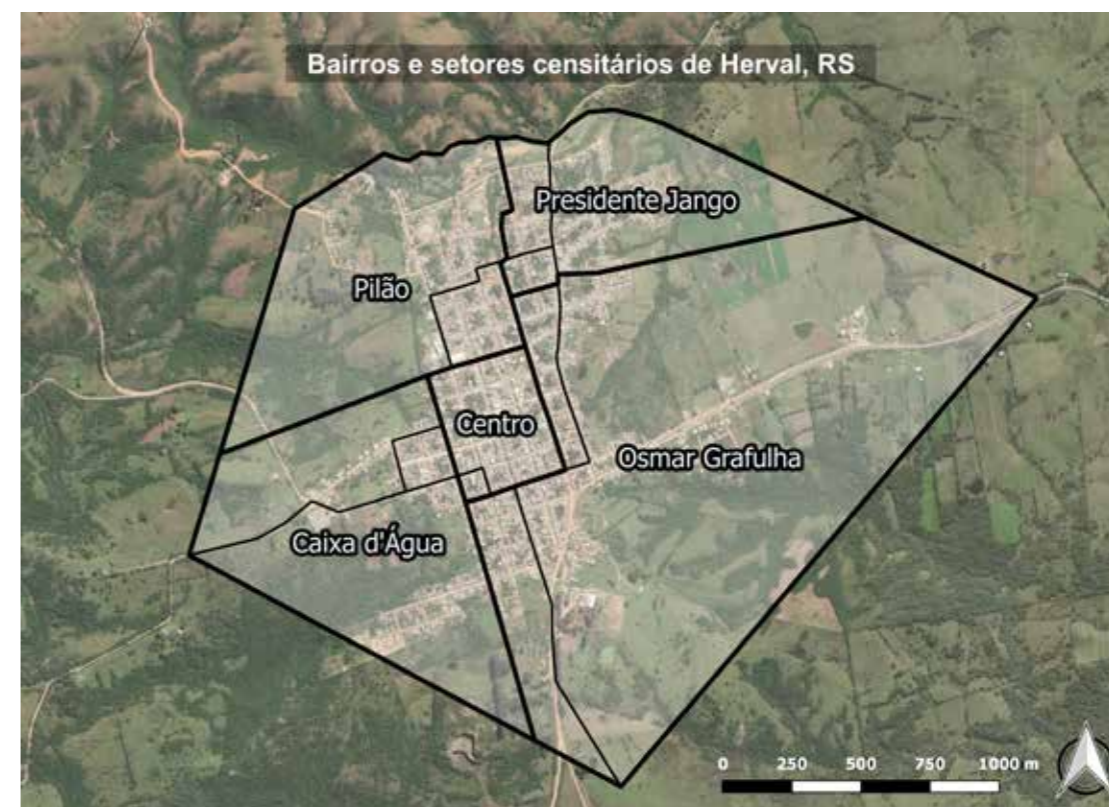
Abstract

This article shows an analysis of demographic and social indicators in the city of Herval, RS, registered by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), as well as the correlations between these indicators. Thus, it is intended to see the intersections between the various social factors that characterize the population: economic, racial, gender and literacy. For this exercise, IBGE data is manipulated and understood with the assistance of mathematical tools from the statistical field. Maps with the geographical distribution of the variables considered and a table of correlations between them are made – the latter, being based on Pearson's coefficient. Finally, after shaping the general lines of the urban demographic panorama of Herval and contextualizing it with the national scenario, it is clear that the city demonstrates the same trends observed in the country, both with regard to educational opportunities for different ethnicities and gender issues in literacy rates.

Keywords: literacy, race, gender, socio-patial analysis, correlation between variables.

¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.

² Arquiteto e Urbanista, Professor de Planejamento Urbano na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel. Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Doutor em Ciências - Ecologia.



	Brancos	Negros	Total
Homens	1540	455	1995
Mulheres	1749	427	2176
Total	3289	882	

Introdução

O território urbano do município de Herval, RS, possui 4.430 habitantes (65,6% da população total, de 6.753 pessoas) e, como mostrado na Figura 1, é dividido em cinco bairros: Caixa d'Água, Centro, Osmar Grafulha, Pilão e Presidente Jango. Esses bairros são subdivididos em 13 setores censitários (IBGE, 2011b).

A Tabela 1 apresenta uma série de dados registrados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo demográfico de 2010 que traz o apuramento de pessoas alfabetizadas no município, quantificado por gênero e raça. Há uma vertiginosa superioridade dos números referentes aos brancos em relação aos negros, sendo que os números absolutos de pessoas brancas alfabetizadas quase atingem o quádruplo do número de pessoas negras. No entanto, essa discrepância não ocorre na mesma magnitude nos valores separados por gênero, onde a quantidade de mulheres alfabetizadas é apenas ligeiramente superior à dos homens.

Assim como demonstrado por esses dados, já é conhecida a tendência de os índices de analfabetismo incidentes sobre a população negra serem persistentemente mais elevados do que no caso da população branca. Barcelos (1993) já alegava décadas atrás que os estratos preto e pardo de fato possuem os piores índices educacionais no Brasil, o que é ainda endossado pela literatura mais recente, como os textos de Araújo (2014), Alves, Soares e Xavier (2016) e Alegre *et al.* (2021). Os autores reforçam discussões sobre como a educação no país não é democrática, pois, dentre outros

Figura 1 - Bairros e setores censitários de Herval, RS. Fonte: Criado pelos autores com base em IBGE (2011b).

Tabela 1 - Pessoas alfabetizadas em Herval, RS, por gênero e raça. Fonte: Criado pelos autores com base em IBGE (2011b).

fatores, nela se refletem diretamente desigualdades raciais que acabam por configurar oportunidades diferentes para grupos étnico-raciais historicamente marginalizados.

No que tange o atravessamento das questões de gênero na educação, a perspectiva brasileira vivencia uma inversão do paradigma histórico de superioridade dos índices de alfabetização masculinos. Carvalho (2003) e Ferraro (2009, 2012) demonstram isso através de um apanhado de dados dos recenseamentos do IBGE que denotam esse encaminhamento desde a década de 1960. Logo, os números de homens e mulheres alfabetizados que constam na tabela também refletem uma tendência em vigor no país.

Neste texto, pretende-se ir além e apresentar um exercício de diferenciação socioespacial que tem como objeto de estudo a área urbana do município de Herval, feito com base em pesquisa acerca das características demográficas da população situada nessa territorialidade. Pretende-se esclarecer não só como esses indicadores sociais se relacionam entre si no plano hervalense, mas também desenvolver esse entendimento aliado à distribuição espacial de tais variáveis.

Este estudo foi feito como atividade de extensão na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em sintonia com outros trabalhos realizados na disciplina de Planejamento Urbano da FAUrb. A intenção é contribuir para futuras iniciativas e pesquisas sobre o território urbano de Herval. É considerado de suma importância aproximar esses debates às cidades pequenas, como Herval, pois, reconhecendo as fragilidades e potencialidades das diferentes regiões da cidade, é possível desenvolver uma visão mais holística do quadro urbano do município.

Contextualização das questões de raça e gênero no panorama brasileiro

Muitos são os debates que perseguem esclarecimentos acerca da interferência de questões raciais nos índices educacionais brasileiros. Revisando algumas teses de literatura mais antiga, depara-se com a tentativa de explicar o status educacional privilegiado das pessoas brancas sob o argumento da distribuição espacial racial no Brasil: é apontado que as taxas de alfabetização em meio urbano propendem a ser superiores às em meio rural, enquanto que é a população branca que predomina na área urbana (BARCELOS, 1992, p. 39 apud ROSEMBERG; PIZA, 1996, p. 114). No entanto, há contrapontos a esse silogismo, evidências que demonstram que o analfabetismo no segmento negro não pode ser satisfatoriamente explicado por meio da sua concentração geográfica.

Segundo Rosemberg e Piza (1996) e Araújo (2014), o fenômeno do analfabetismo tem como causa fundamental a exclusão das subpopulações empobrecidas do usufruto dos equipamentos – não só, mas também – de educação no país. Pouco importam outros fatores, como a localização geográfica e faixa etária nas oportunidades de educação dos cidadãos brasileiros. Desde a introdução da escolaridade obrigatória, em 1967, são aqueles que dispõem de uma condição economicamente desfavorecida que tiveram dificuldade para ter acesso ao ambiente acadêmico. Ora, se a população negra é factualmente estigmatizada principalmente pelos danos de seu passado escravagista, é consequente que sejam alvo de exclusão socioeconômica no panorama nacional atual e, por extensão, não tenham as mesmas chances de letramento de outros grupos étnico-raciais (ALEGRE *et al.*, 2021).

Araújo (2014) também elucida que o Estado não oferece condições e infraestruturas favoráveis para a permanência das crianças e adolescentes nos estudos. Para ilustrar isso, o autor menciona que mais da metade (55,5%) dos alunos do 5º ano no Brasil

não podem ser considerados como alfabetizados plenamente. Alves, Soares e Xavier (2016) exploram o caso específico dos alunos negros, através da comparação das médias de proficiência em Leitura e Matemática obtidas por crianças brancas, pretas e pardas nas edições de 2005 a 2013 da Prova Brasil³. Elas mostram um hiato enorme entre os grupos, no qual os alunos brancos têm médias bastante superiores aos demais. Isso pode ser corroborado e explicado pelo fato de que as crianças pobres e afrodescendentes frequentam instituições de ensino menos qualificadas, com recursos precários e profissionais menos competentes (ALEGRE *et al.*, 2021).

Alves, Soares e Xavier (2016) também mostram as médias de proficiência em Leitura obtidas por crianças e adolescentes na Prova Brasil até 2013 separadas por sexo. As meninas têm médias consideravelmente superiores às dos meninos, e essa diferença cresceu em quase todas as edições da avaliação. Já nas médias de proficiência em Matemática, são os meninos que ostentam os maiores escores, porém essa diferença é bastante menor do que a diferença entre as médias de Leitura, chegando a ser considerada não substancial para os parâmetros da prova, e não é identificada uma tendência de crescimento dessa diferença, como no outro caso.

São levantadas algumas hipóteses para tentar explicar essa disparidade de desempenho entre os garotos e as garotas. Carvalho (2003) relata três tentativas recorrentemente oferecidas como resposta à questão, com base em sua experiência científica em escolas e pesquisas realizadas no Brasil. A primeira é a teoria de que o maior ingresso de meninos do que de meninas no mercado de trabalho infantil extradoméstico os enquadra em condição socioeconômica propensa ao abandono do ambiente estudantil. A essa suspeita, a autora contra-argumenta apontando que a imprecisão dos dados sobre trabalho infantil no país os torna insuficientes para sanar o questionamento. As outras duas hipóteses giram em torno das seguintes sugestões: da passividade das meninas, sua capacidade de obedecer e adaptar-se às exigências escolares; e da visão positiva que as meninas que têm seu lazer e circulação restringidos em casa pela família teriam da escola, um espaço onde encontrariam um momento de alívio e uma oportunidade para conviver de forma mais igualitária com os meninos.

Senkevics e Carvalho (2015) oferecem uma perspectiva sobre esse fenômeno que de fato se aproxima dessas últimas duas teorias. Por meio de entrevistas e acompanhamento de uma turma de 25 alunos de uma escola municipal de São Paulo, eles puderam inferir, salvo exceções, que: as meninas tinham um engajamento nas atividades domésticas mais frequente e comprometido do que os meninos, fosse de maneira natural ou imposta pelos responsáveis; e que os meninos dispunham de mais possibilidades de lazer do que as meninas, por terem sua rotina marcada por horas a fio no *videogame* e em brincadeiras na rua no lugar de afazeres de casa.

A partir disso, os autores sugerem que a boa performance feminina nas dinâmicas acadêmicas poderia ter alguma relação – mesmo que não de maneira totalmente linear – justamente com a disciplina que as meninas desenvolvem na sua rotina controlada e com a chance de sociabilidade e recreação que elas enxergam no ambiente escolar, diferentemente dos meninos, que gozam de grande dispêndio de tempo livre para ócio no próprio espaço doméstico.

3 Avaliação desenvolvida em 2005 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), aplicada a professores, diretores e alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental para diagnóstico em larga escala da qualidade do ensino nas escolas do país. É constituída por duas provas: Língua Portuguesa e Matemática (BRASIL, c2018).

Metodologia da pesquisa

Para encabeçar o exercício de diferenciação socioespacial, é feita a coleta de algumas variáveis demográficas dos setores censitários urbanos de Herval. A partir da organização desses dados e mediante análise quali-quantitativa fomentada pelas discussões sobre raça e gênero na educação brasileira, serão expostas possibilidades de lógicas socioespaciais que permitam identificar modelos característicos nos bairros do município, dentro dos tópicos de interesse. São utilizadas, ainda, ferramentas de cálculo que fornecerão uma leitura matemática dos laços entre as variáveis abordadas. Essa etapa dá respaldo à investigação da expectativa de que as várias subpopulações do caso de estudo se enquadrem em padrões arquetípicos que entrelaçam fatores econômicos, étnico-raciais e educacionais, assim como foi apresentado e discutido na contextualização nacional.

O escopo de dados que estabelece o alicerce para o exercício foi observado e coletado do censo demográfico realizado no ano de 2010 pelo IBGE. O acesso ao acervo digital contendo os dados do censo se dá através do servidor FTP do instituto. São disponibilizadas para download planilhas digitais que contêm os dados quantitativos relativos às diversas variáveis (condicionantes de domicílios e pessoas) que o recenseamento aborda (IBGE, 2011b). As variáveis de interesse para a análise (todas referentes aos setores censitários de Herval) são: quantidade de homens e mulheres, quantidade de pessoas brancas, pretas e pardas, quantidade de pessoas alfabetizadas e quantidade de domicílios por faixas de rendimento mensal. O indicador de renda é incorporado no exercício pela sua já mencionada indissociação com questões relativas a oportunidades de educação.

Dado o interesse pela dinâmica espacial dos indicadores socioeconômicos, a forma escolhida para visualizar essas informações é através do agrupamento dos dados coletados e da classificação desse conjunto em classes de representação para a confecção de mapas coropléticos⁴. Esses mapas temáticos demonstram, através de sequências ordenadas de cores, a variabilidade de uma variável em uma determinada região geográfica (ARCHELA; THÉRY, 2008). Neste exercício, baseados nos quantitativos de pessoas e domicílios relativos a determinada condicionante, os mapas mostram em qual classe de valor cada setor se situa. Ou seja, é possível ter um vislumbre da distribuição espacial dos diversos estratos populacionais, lendo visualmente quais setores apresentam os maiores e menores quantitativos de pessoas e domicílios referentes a determinada variável.

Em primeira instância, é observada uma certa disparidade entre a quantidade de habitantes dos bairros (Gráfico 1). À vista disso, surgiu a necessidade de seguir um método de manipular e comparar os dados populacionais desejados – que eram todos quantificados em valores absolutos pelas planilhas do IBGE – que evitasse que eles se concentrassem, de maneira óbvia, nos setores mais populosos. A solução adotada é dar preferência, na etapa de elaboração dos mapas, para a utilização de dados percentuais. Exemplificando: em vez de confeccionar um mapa com os valores absolutos de pessoas em uma determinada condição no setor, faz-se um mapa com o percentual de pessoas nessa determinada condição em relação à população total do setor.

⁴ Método de representação cartográfica de dados quantitativos de fenômenos ordenados que são visualizados através de classes de valor, representadas por uma legenda organizada por meio de tonalidades de cores (ARCHELA; THÉRY, 2008).

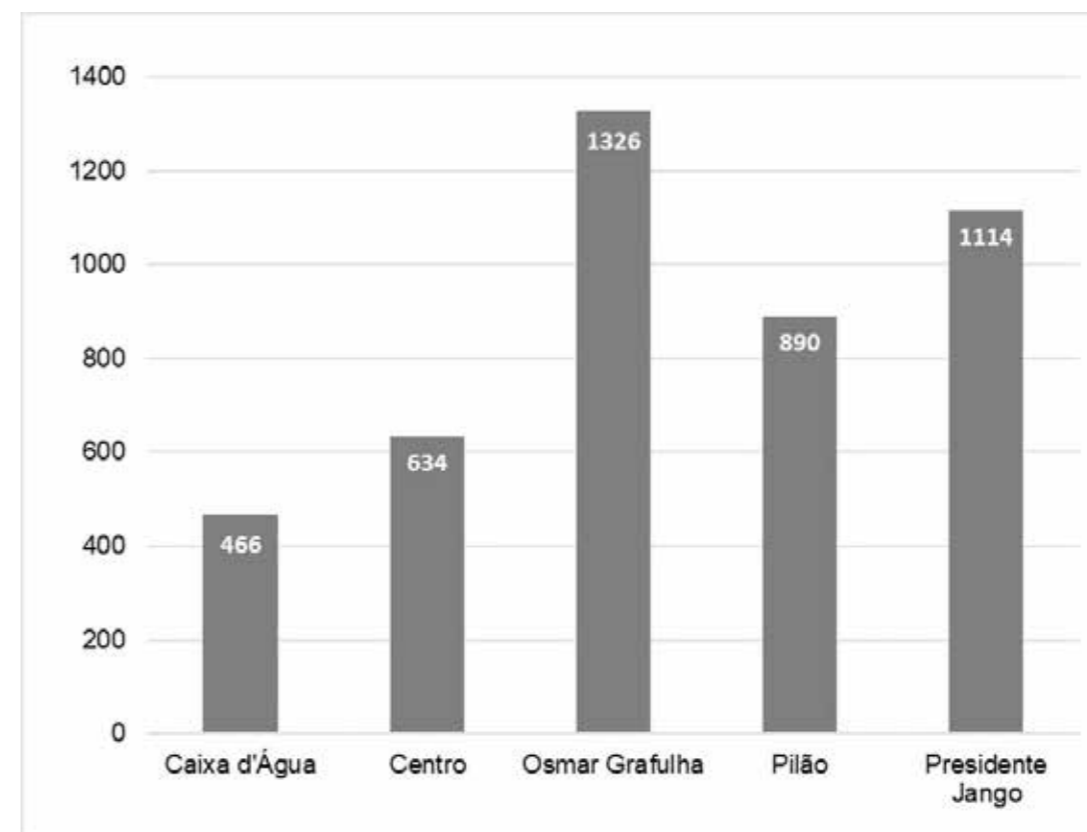


Gráfico 1 - População total dos bairros de Herval, RS. Fonte: Criado pelo autor com base nas planilhas digitais de IBGE (2011b).

Os mapas expostos a seguir ilustram a classificação do apanhado de dados percentuais dos setores censitários hervalenses em classes de representação, sob o método classificatório de quebras naturais⁵, que produziu os resultados mais legíveis e adequadamente arranjados dentro da pesquisa. São utilizadas escalas de cores nas quais as cores mais escuras representam valores mais elevados e as cores mais claras, valores mais baixos (respectivamente, maiores e menores percentuais de pessoas ou domicílios).

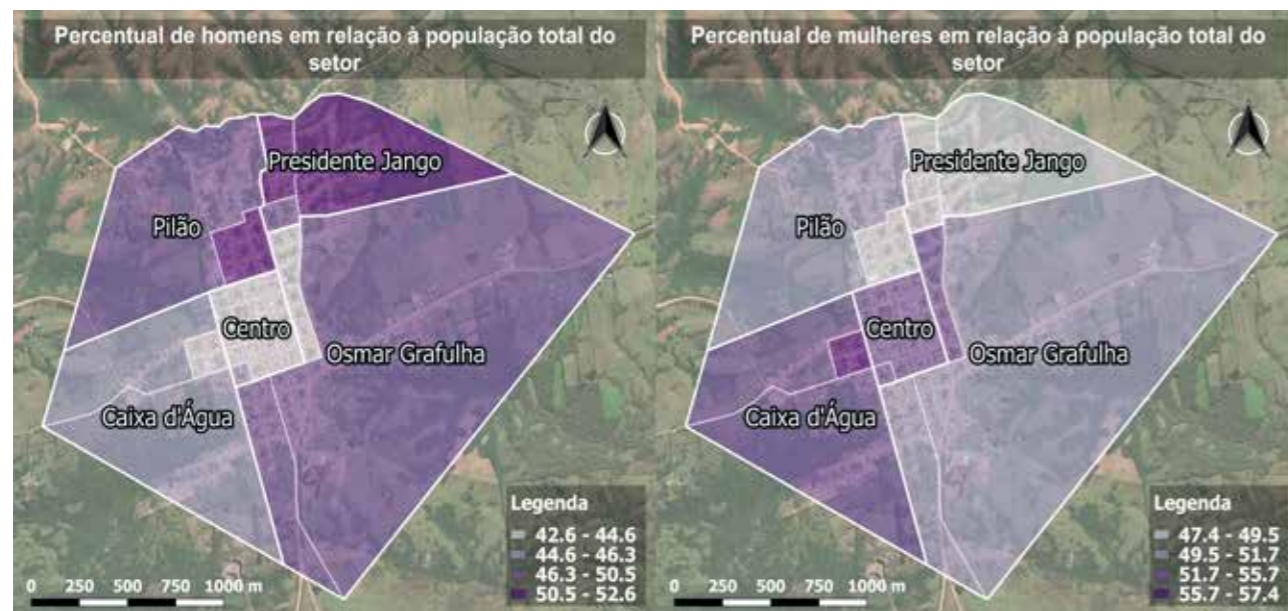
Como é de se esperar, serão percebidas algumas coincidências entre as concentrações ilustradas pelos mapas de diferentes índices. Isso ocorre porque os fenômenos abarcados acontecem de forma sistêmica e consequencial. Por exemplo, pode ser presumido que a maior presença relativa de população de renda per capita baixa em um local incorra em menores taxas de alfabetização nessa mesma região. Essas correlações serão expostas e examinadas posteriormente.

Resultados

Mapas coropléticos de distribuição espacial: gênero

A primeira categoria de variáveis a ser observada diz respeito ao gênero dos habitantes, discriminado pelo censo do IBGE em homens e mulheres. Através dos mapas, percebe-se uma tendência à prevalência de homens nos bairros Presidente Jango e Pilão (no entanto, escassamente ultrapassam 50% da população). Já nos demais bairros, o percentual de mulheres é o que predomina, chegando a atingir marcas de 57% (IBGE, 2011b).

⁵ Também chamado de otimização de Jenks, é um método de agrupamento de dados que visa a minimização da variância dentro das classes e a maximização das variâncias entre as classes, de forma a compor o melhor arranjo dos valores (CARVALHO, 2018).



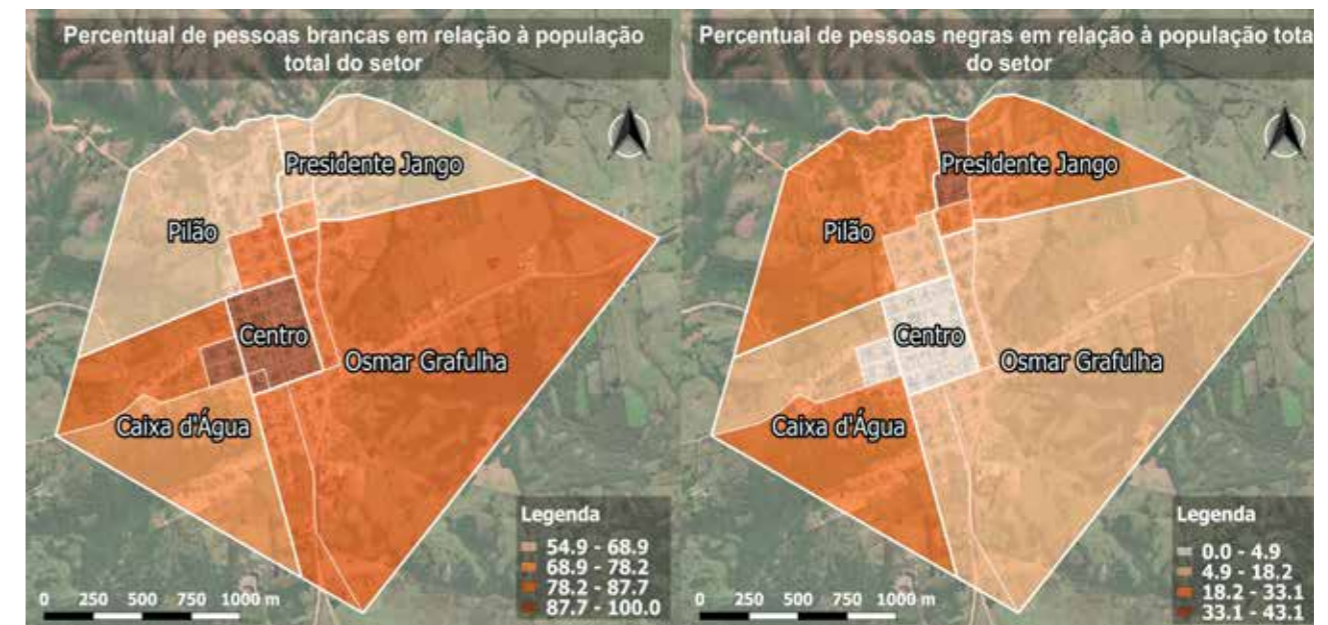
Mapas coropléticos de distribuição espacial: raça

O recenseamento do IBGE apresenta as seguintes categorias referentes à raça dos entrevistados: brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. No entanto, os dados quantitativos de pessoas pretas e pardas foram agregados para a obtenção dos quantitativos relativos à população negra, os quais serão utilizados no decorrer deste trabalho. A motivação dessa decisão nasce a partir do texto de Campos (2013). O autor aborda uma discussão acerca dos modelos de classificação racial praticados pelas diversas entidades do país (universidades, institutos de pesquisa, etc.), e traz que os militantes do movimento negro defendem a categorização reduzida a *brancos* e *negros* (sendo essa segunda a união das pessoas pretas e pardas) em vez do modelo adotado pelo IBGE.

Os mapas resultantes ilustram que os maiores percentuais de pessoas brancas se concentram principalmente no Centro e nos setores limítrofes, onde ocorre até mesmo um extraordinário índice de 100% de pessoas brancas. O Centro também detém a menor presença relativa de pessoas negras, que representam contingentes maiores nos bairros Pilão e Presidente Jango, porém, sem nem mesmo alcançar um patamar de 45% (IBGE, 2011b).

Também é fornecida pelo censo a presença de pessoas indígenas e amarelas, porém os pertencentes a essas categorias estavam presentes apenas em alguns setores (principalmente no Presidente Jango e Pilão), e, nesses casos, não ultrapassavam nem mesmo 2% dos habitantes (IBGE, 2011b). A visualização cartográfica desses dados seria ilegível e ineficiente. Por esse motivo, seus percentuais não foram contemplados em mapas, mas podem ser consultados na Tabela 2, juntamente com os quantitativos desagregados de pessoas pretas e pardas e também de pessoas brancas.

No entanto, mesmo que esse tópico não esteja enquadrado no escopo deste trabalho, vale ressaltar uma outra ótica sobre a presença indígena em Herval. No recenseamento de 2010 do IBGE, a população indígena em solo brasileiro, que cresceu 205% desde 1991, totalizava aproximadamente 896 mil pessoas, representantes de pouco mais de 0,4% da população total. Já no Rio Grande do Sul essa razão diminuiu ainda mais, para cerca de 0,3% (RAMALHO, 2012; IBGE, 2011b). Sendo assim, mesmo que os índices hervalenses de presença indígena sejam insuficientes para serem apresentados de forma legível nos mapas, eles estão significativamente acima dos índices estadual e nacional.



Código do setor	Bairro	Branco	Pretos	Amarelos	Pardos	Indígenas
430710405000001	Centro	559	10	0	14	0
430710405000002		51	0	0	0	0
430710405000003	Caixa d'Água	169	26	0	20	1
430710405000004		154	3	0	5	0
430710405000005	Pilão	72	6	0	10	0
430710405000006		348	57	6	93	1
430710405000007	Presidente Jango	329	24	1	31	0
430710405000008		168	66	6	66	0
430710405000009		468	74	1	158	0
430710405000010	Osmar Grafulha	80	13	1	12	1
430710405000011		309	30	0	31	0
430710405000012		629	29	0	95	0
430710405000013		178	18	0	7	0

Mapa coroplético de distribuição espacial: alfabetização

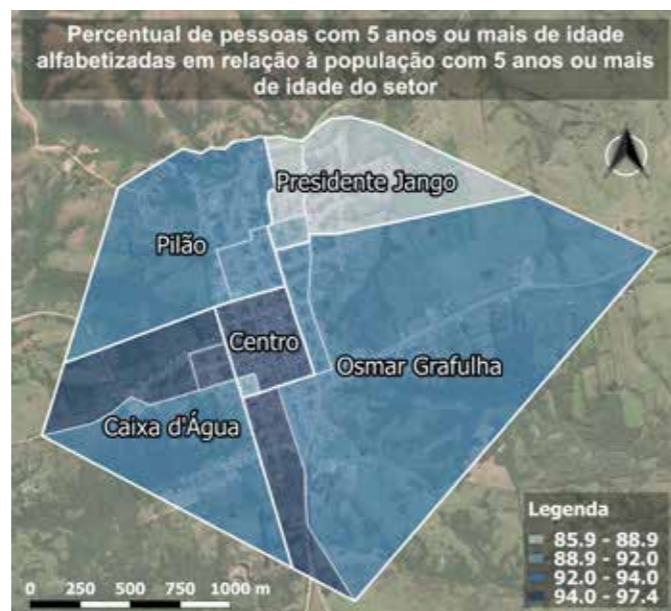
Conforme a conceituação da pesquisa do censo, a alfabetização seria a capacidade do indivíduo entrevistado de "ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecesse" (IBGE, 2011a, p. 28), enquanto que a pessoa analfabeta seria aquela que "aprendeu a ler e escrever, mas que esqueceu devido a ter passado por um processo de alfabetização que não se consolidou e a que apenas assinava o próprio nome" (IBGE, 2011a, p. 28). Embora essas informações não ofereçam a complexidade desejada para visualizar o perfil da instrução da população, esse foi o parâmetro contemplado pela base de dados divididos pelos setores censitários que mais se aproximou dessa abordagem.

Observa-se que os menores percentuais de pessoas alfabetizadas se situam precisamente no bairro Presidente Jango, onde as taxas chegam a um piso de 85% da população total. Nos demais bairros, essa variável atinge picos de mais de 94% no Centro e setores dos bairros Osmar Grafulha e Caixa d'Água (IBGE, 2011b).

Figura 2 - Mapa representando variáveis referentes a gênero por setor censitário em Herval, RS. Fonte: Criado pelo autor com base nas planilhas digitais de IBGE (2011b).

Figura 3 - Mapa representando variáveis referentes a raça por setor censitário em Herval, RS. Fonte: Criado pelo autor com base nas planilhas digitais de IBGE (2011b). Tabela 2 - Número de pessoas por raça, por setor censitário em Herval, RS. Fonte: Criado pelo autor com base nas planilhas digitais de IBGE (2011b).

Figura 4 - Mapa representando variável referente a alfabetização por setor censitário em Herval, RS. Fonte: Criado pelo autor com base nas planilhas digitais de IBGE (2011b).



Mapas coropléticos de distribuição espacial: renda

Quanto às condições econômicas da população, são estabelecidos quatro intervalos de rendimento nominal mensal per capita dos domicílios – em vez de habitantes – de cada setor: até 1 salário mínimo (incluindo domicílios sem rendimento), mais de 1 a 2, mais de 2 a 5 e mais de 5 salários mínimos.

Os maiores percentuais das faixas de rendimento acima de 2 salários têm sua distribuição convergindo nos bairros Caixa d'Água, Osmar Grafulha e Centro, principalmente neste último, que detém o maior percentual, de 7,5%, de domicílios com mais de 5 salários de renda. Já os bairros Pilão e Presidente Jango possuem os maiores percentuais de domicílios com renda de até 1 salário mínimo. Esses bairros também figuram nas classes de menores valores nos mapas representativos das demais faixas (IBGE, 2011b).

Organização dos resultados e diferenciação socioespacial dos bairros

Em posse dos resultados obtidos com a coleta de dados demográficos e espaciais, é possível traçar algumas linhas gerais acerca dessas questões no cenário urbano de Herval. Os indicadores contemplados se relacionam intrinsecamente, configurando conjuntos complexos de fenômenos e condicionantes sociais e caracterizando diferentes estratos populacionais localizados geograficamente em determinadas áreas das cidades. Em suma, analisá-los isoladamente pode levar a conclusões unidimensionais.

Para visualizar mais facilmente e dissecar com mais consistência essa questão, é utilizado o método estatístico do coeficiente de correlação de Pearson (r), um artifício da estatística descritiva que mede a direção e o grau de correlação linear entre duas séries de variáveis, baseado na medida de variância compartilhada distribuída linearmente que compartilham entre si. O coeficiente, adimensional, admite valores de -1 a 1, significando maior correlação quando próximo desses valores (positiva se próximo de 1 e negativa se próximo de -1) e menor correlação quando próximo de 0 (FILHO; JÚNIOR, 2009). Essa ferramenta matemática descreverá a correlação da variância compartilhada pelos dados apresentados, uma leitura objetiva do que pode ser admitido a partir das informações que os mapas fornecem.

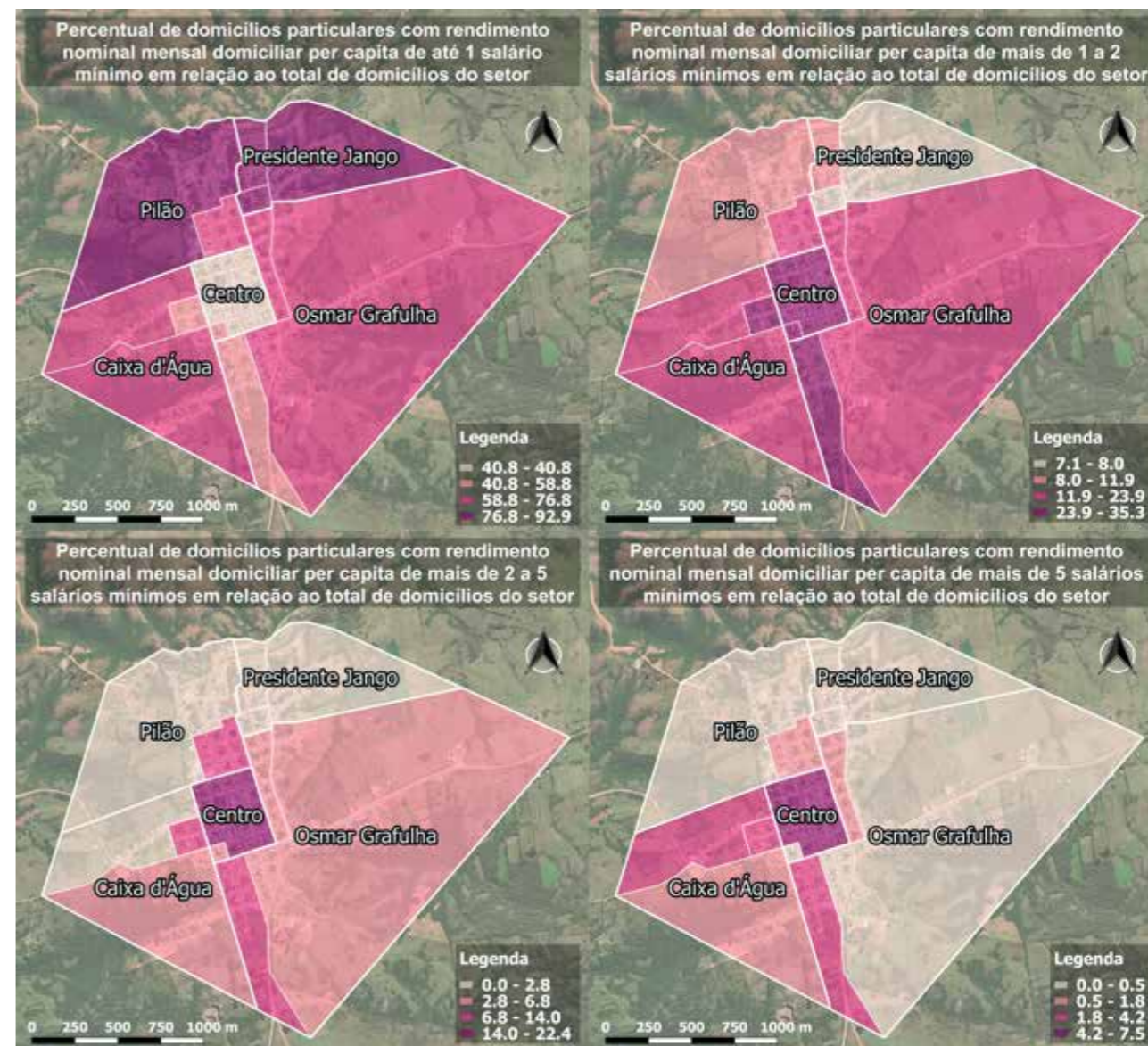


Tabela de coeficientes de correlação

Para o cálculo dos coeficientes de correlação, continuam sendo utilizados os dados percentuais. Essa escolha é feita em virtude da inconsistência que os coeficientes resultantes dos quantitativos absolutos apresentam, o que é atribuído à já mencionada disparidade populacional entre os bairros significantes mais populosos e setores estudados. Logicamente, os bairros significantemente mais populosos tendem a possuir, por exemplo, maior quantidade de pessoas alfabetizadas – assim como de pessoas analfabetas – do que os demais, mas isso pode ser entendido como uma decorrência da sua relativa abundância de habitantes, e não de fatores e desdobramentos socioeconômicos. Nesse exemplo, essa situação acaba refletindo, indesejavelmente, no coeficiente de correlação entre as variáveis *população total* e *população alfabetizada*, gerando uma alta correlação que, embora verdadeira matematicamente, não é um resultado conclusivo para o exercício de discriminação socioespacial da população do município.

Esclarecida essa questão, os coeficientes de correlação obtidos são apresentados na Tabela 3. A equação utilizada para o cálculo (1) está incorporada e foi utilizada através do software Microsoft Excel®.

Figura 5 - Mapa representando variáveis referentes a renda por setor censitário em Herval, RS. Fonte: Criado pelo autor com base nas planilhas digitais de IBGE (2011b).

Tabela 3 - Coeficientes de correlação entre condicionantes populacionais dos setores de Herval, RS. Fonte: Criado pelo autor com base nas planilhas digitais de IBGE (2011b).

		Alfabetizados				
Raça	Branco	0.74	Raça			
	Negro	-0.74	Branco	Negro		
Gênero	Homens	-0.68	-0.74	0.74	Gênero	
	Mulheres	0.68	0.74	-0.74	Homens	Mulheres
Renda (domicílios)	Até 1 salário mínimo	-0.67	-0.84	0.83	0.63	-0.63
	De mais de 1 a 2 salários	0.59	0.87	-0.87	-0.70	0.70
	De mais de 2 a 5 salários	0.57	0.62	-0.62	-0.35	0.35
	Mais de 5 salários	0.72	0.56	-0.56	-0.57	0.57

Legenda: amarelo = baixa correlação; laranja = média correlação; vermelho = forte correlação.

Os coeficientes resultantes apontam que as variáveis contempladas neste exercício têm uma forte correlação matemática entre si. Os valores raramente ficam abaixo de 0,6, e quase metade deles ultrapassa 0,7, podendo ser considerados valores representativos de forte correlação (COHEN, 1988 apud FILHO; JÚNIOR, 2009).

Em resumo, a série de percentuais de pessoas negras tem correlação alta positiva com a série de percentuais de homens e negativa com a de pessoas a partir de 5 anos de idade alfabetizadas. Já a série que diz respeito aos percentuais de pessoas brancas tem correlação alta positiva com a de mulheres e também com o índice de alfabetizados. No entroncamento entre índices de renda e de raça, os percentuais de negros têm forte correlação positiva somente com a faixa de menor rendimento mensal, de até 1 salário mínimo, enquanto que todos os demais intervalos de renda têm correlação positiva com os percentuais de pessoas brancas.

Identificação dos bairros com os padrões demográficos mais consistentes

Em certo nível, os dados de todos os bairros da cidade colaboram para a construção e visualização de padrões demográficos compostos pelas variáveis abordadas. No entanto, é pertinente destacar aqueles que mostram resultados mais substanciais para o exercício. Nesse raciocínio, são enfatizadas a situação dos bairros Centro e Presidente Jango (Figura 6).

Sumarizando os dados que foram apresentados de forma esmiuçada anteriormente, o

$$r(x, y) = \frac{\Sigma(x - \bar{x})(y - \bar{y})}{\sqrt{\Sigma(x - \bar{x})^2 \Sigma(y - \bar{y})^2}} \quad (1)$$

Sendo:

- r o coeficiente de correlação entre as variáveis x e y;
- x e y as variáveis;
- \bar{x} e \bar{y} as médias dos valores de x e y, respectivamente.

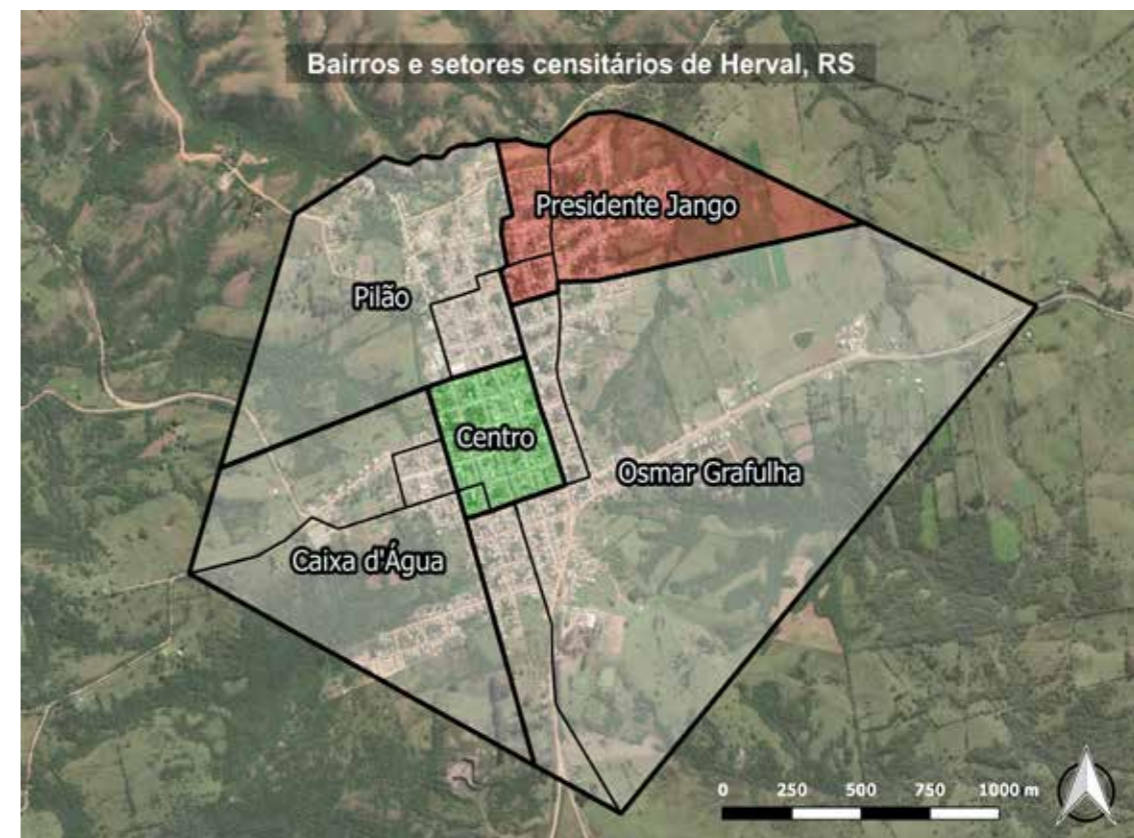


Figura 6 - Bairros com padrões demográficos consistentes. Fonte: Criado pelo autor com base nas planilhas digitais de IBGE (2011b).

Presidente Jango (em vermelho) detém os índices referentes aos quantitativos totais do bairro mais elevados de:

- Homens (51,71%);
- Pessoas negras (34,92%);
- Pessoas analfabetas (21,36%);
- Domicílios com renda nominal mensal domiciliar per capita abaixo de um salário mínimo (89,69%).

O Centro (em verde), por sua vez, apresenta os percentuais mais altos de:

- Mulheres (55,36%);
- Pessoas brancas (96,21%);
- Pessoas alfabetizadas (91,48%);
- Domicílios com renda nominal mensal domiciliar per capita acima de 1 salário mínimo (58,09%).

Em uma janela analítica restrita a esses dados e ao que se pode concluir a respeito deles, é possível identificar um quadro de vulnerabilidade da população do Presidente Jango, tanto no quesito educacional (ressaltando novamente, dentro das limitações e complexidades que o fator alfabetização fixa) quanto socioeconômico. Na contramão, e nessa mesma janela de análise, a população do Centro se encontra no recorte mais privilegiado da cidade, ostentando índices de letramento e renda mais alta superiores.

Considerações finais

O caso de Herval constitui mais um exemplo da desigualdade racial vigente no plano educacional brasileiro. Além da tabela apresentada no início deste texto, que traz diretamente uma grande superioridade de negros não alfabetizados em relação a brancos na cidade, os mapas coropléticos e os coeficientes de correlação ilustram a concentração espacial da subpopulação negra em mesmos locais que concentram populações desfavorecidas econômica e instrutivamente. O município também segue as mesmas tendências do país no eixo alfabetização-gênero, à medida que apresenta quantidade de mulheres alfabetizadas superior à de homens alfabetizados e coincidência geográfica dos maiores índices de alfabetização com os maiores percentuais de mulheres.

De maneira geral, mesmo com uma amostra populacional relativamente reduzida, este trabalho é suficiente para o vislumbre das mesmas dinâmicas demográficas que são encontradas em escala nacional, fortemente influenciadas pelos dilemas raciais e questões de gênero, no território urbano hervalense. No entanto, o diagnóstico da existência dessas coincidências geográficas, mesmo com o respaldo de etapas metodológicas objetivas (coeficiente de Pearson), não é capaz de precisar quaisquer relações lineares, visto que tratam de fatores de natureza qualitativa. O que se pode depreender dos resultados obtidos é a caracterização que se pode atribuir a alguns bairros de Herval a partir dos índices demográficos que neles se destacaram.

A análise dos indicadores sociais do bairro Presidente Jango e o que foi discutido acerca da infraestrutura educacional brasileira e suas peculiaridades esclarecem como os entrelaces entre os seus indicadores apontam para uma situação de vulnerabilidade e fragilização socioeconômica do local. Por outro lado, o trabalho endossa a premissa de que regiões com habitantes mais prósperos financeiramente têm melhores níveis educacionais, o que de fato acontece no bairro Centro, de predominância branca

Referências

ALEGRE, Elaine Silva; NOVAIS, Liliane Capilé Chabel; SHIMIZU, Rozimeire Satiko; SOUZA, Marilza de Fátima; TEODORO, Elizabeth Leite de Oliveira. Afrodescendentes no Brasil: política e educação. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 3, p. 21191-21206, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/25525>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flavia Pereira. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 4, n. 7, p. 49-82, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5896081>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Educação e Desigualdade: a conjuntura atual do ensino público no Brasil. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, v. 2, n. 3, p. 125-157, 2014. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/2523>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ARCHELA, Rosely; THÉRY, Hervé. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. *Confins*, n. 3, 23 jun. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/3483>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BARCELOS, Luiz Claudio. Educação e desigualdades raciais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86, p. 15-24, ago. 1993. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/935>. Acesso em 02 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Prova Brasil - Apresentação*. c2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil/apresentacao>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CAMPOS, Luiz Augusto. O pardo como dilema político. *Insight Inteligência*, n. 62, p. 80-91. 2013. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/o-pardo-como-dilema-politico/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CARVALHO, Maria Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 185-193, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27906>. Acesso em 8 dez. 2020.

CARVALHO, Paulo Fernando Braga. Classificação de dados geográficos e representação cartográfica: discussões metodológicas. *Revista Geografias*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 91-111, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/19217>. Acesso em: 25 nov. 2020.

FERRARO, Alceu Ravello. Alfabetização rural no Brasil na perspectiva das relações campo-cidade e de gênero. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 943-967, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227325007>. Acesso em: 8 dez. 2020.

FERRARO, Alceu Ravello. Gênero e alfabetização no Brasil de 1940 a 2000: a história quantitativa da relação. *Revista Didáticas Específicas*, n. 1, p. 30-47, 2009. Disponível em: <https://revistas.uam.es/didaticasespecificas/article/view/9211>. Acesso em: 08 dez. 2020.

FILHO, Dalson Britto Figueiredo; JÚNIOR, José Alexandre da Silva. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, Recife, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/2766/2009_figueiredo_desvendando_misterios_coeficiente.pdf?sequence=1. Acesso em: 19 nov. 2020.

IBGE. *Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário*. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/. Acesso em: 18 nov. 2020. Documento de texto disponível para download em arquivo compactado de nome "Documentacao_Agregado_dos_Setores_20180416.zip".

IBGE. *Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo*. Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/. Acesso em: 18 nov. 2020. Planilhas digitais disponíveis para download em arquivo compactado de nome "RS_20171016.zip".

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith. Analfabetismo, gênero e raça no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 110-121, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/28368/30226>. Acesso em: 25 nov. 2020.

RAMALHO, Sérgio. *Censo 2010: População indígena cresce 205% desde 1991*. O GLOBO, dez. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/censo-2010-populacao-indigena-cresce-205-desde-1991-5747791>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 944-968, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jb5n6TFNGXdFd6nFpYT99jv/?lang=pt>. Acesso em 16 jun. 2021.

A CIDADE E O URBANO NO BRASIL

O tamanho das cidades e a criação de novos municípios, elementos para uma discussão teórica e legal

*THE CITY AND THE URBAN IN BRAZIL
The size of cities and the creation of new municipalities, elements for a theoretical and legal discussion*

Sidney Gonçalves Vieira¹

Resumo

O artigo trata da urbanização brasileira apresentando um painel das principais fases desse processo. A temática é problematizada a partir da definição de urbano e de cidade, segundo teorias e critérios, de um lado, e, a legislação brasileira, de outro. Buscou distinguir cidade enquanto fenômeno social e urbano de seu entendimento teórico e conceitual. Aborda diferentes definições de cidade em lugares e épocas distintas, criticando o apego ao formalismo. Analisa a possibilidade de criação dos municípios no Brasil do ponto de vista jurídico. Discute a proposta de regulamentação do processo por intermédio de projeto de lei complementar, analisando os critérios necessários para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de novos municípios no Brasil. Conclui sobre a necessária aproximação entre a realidade e sua concepção teórico-formal e legal. Trata-se de uma pesquisa básica, qualitativa e exploratória. Apoiou-se em uma análise dialética e em investigação pautada em fontes legislativas e bibliográficas.

Palavras-chaves: urbano, cidade, município, urbanização brasileira.

Abstract

The article deals with Brazilian urbanization presenting a panel of the main phases of this process. The theme is problematized based on the definition of urban and city, according to theories and criteria, on the one hand, and Brazilian legislation, on the other. It sought to distinguish the city as a social and urban phenomenon from its theoretical and conceptual understanding. It addresses different definitions of the city in different places and times, criticizing the attachment to formalism. Analyzes the possibility of creating municipalities in Brazil from a legal point of view, analyzing the necessary criteria for the creation, incorporation, merger and dismemberment of new municipalities in Brazil. It concludes on the necessary approximation between reality and its theoretical-formal and legal conception. It is a basic, qualitative and exploratory research. It was supported by a dialectical analysis and by research based on legislative and bibliographical sources.

Keywords: urban, city, municipality, Brazilian urbanization.

Introdução

O tema discutido neste artigo é a urbanização brasileira. Nesse sentido, cumpre afirmar que se trata, portanto, da análise de um processo histórico de produção do território e do espaço urbano no Brasil, levado a efeito pela sociedade e que se desenvolve desde o descobrimento e continua em curso. Tal processo, em grande parte segue o movimento geral de reprodução do capital e da vida, seguindo em linhas gerais as grandes determinações econômicas do país e do mundo. De resto, insere-se no processo de urbanização da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2002).

O primeiro grande objetivo do texto foi buscar compreender a distinção existente entre, de um lado, a cidade enquanto resultado do fenômeno social urbano e, de outro lado, a cidade enquanto construção lógico-formal capaz de proporcionar operacionalidade ao conceito. No primeiro caso, a cidade é a materialidade real e concreta de um processo social, é a objetivação de relações ocorridas na sociedade que ganha existência real e objetiva na realidade e, desse modo possui uma existência física que reproduz o processo social que a configurou. No segundo caso, a cidade passa a ser a maneira pela qual se pode analisar o fenômeno do ponto de vista de comparações possíveis entre distintas realidades. Trata-se, assim, de uma abstração didática necessária para entender a realidade, seja do ponto de vista físico, geográfico, estatístico ou dimensional. Não se pode tomar um caso pelo outro.

De igual modo, o texto pretendeu identificar as distintas concepções formais acerca da definição de cidade, adotadas para fins de estudo da realidade urbana. Consequentemente, foi necessário analisar as concepções criadas para entendimento do conceito de cidade e sua diversidade no tempo e no espaço.

Partindo desses pressupostos, se tratou de perseguir o objetivo de analisar o entendimento de cidade no Brasil, desde a perspectiva de sua análise lógico-formal de base legislativa. Nesse aspecto, se tornou possível cotejar a definição existente e a definição pretendida pelo legislador para determinar a existência formal desta realidade concreta. O objetivo, nesse caso, foi analisar a aproximação da ficção criada pela lei e a realidade efetivamente existente referida ao fenômeno.

No que diz respeito à metodologia cabe destacar dois aspectos importantes perseguidos durante a confecção do artigo: o método de análise e o método de investigação. Nas Ciências Humanas, em que os aspectos teóricos do trabalho muitas vezes se confundem com a própria investigação empírica, entendemos que a distinção é importante para que se realize um estudo com clareza e se encontre resultados adequados.

A respeito do método de análise, voltado para o esclarecimento teórico acerca do próprio método e para a postura do pesquisador frente às possibilidades da ciência e da análise do objeto, foi adotada a perspectiva dialética, com base no método regressivo-progressivo proposto por Lefebvre (1971, apud MARTINS, 1981), explicado também por Martins (1996) e utilizado em Vieira (2003; 2020). O método proposto inclui vários momentos, a saber: i) Descritivo. Próprio da observação, não uma observação pura e simples, mas sim uma observação informada pela experiência e por uma teoria geral explicativa da realidade conhecida. ii) Analítico-regressivo. Análise da realidade escrita. Identificação das datações próprias de cada relação social explicativas do presente no passado. Aqui, a investigação remete ao estudo de variadas fontes históricas e documentais, que permitem a análise das relações sociais de produção em um dado momento específico. iii) Histórico-genético. Estudo das modificações trazidas para a estrutura observada, uma vez datada, pelo desenvolvimento posterior (interno ou externo) e por sua subordinação às estruturas de conjunto. Realização de uma classificação genética das formações e estruturas, em um quadro de processo

¹ Doutor em Geografia. Professor Titular do Departamento de Geografia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

de conjunto. Regresso para o atual antes descrito para reencontrar o presente, mas explicado. Trata-se, também, de uma análise das possibilidades apontadas para o futuro: o virtual (LEFEBVRE, 1971, p. 71). Dessa maneira, o método analítico-regressivo permite uma análise da realidade com a utilização de uma lógica dialética, que parte do entendimento da realidade no presente, busca a sua compreensão a partir das relações de produção que a produziram no passado e, finalmente, aponta para a resolução das contradições existentes e não resolvidas, ou seja para o futuro. Trata-se de uma análise rica e variada da realidade que contempla toda a sua complexidade atual, histórica e em processo.

Na perspectiva do método de investigação, ou seja, quanto ao caminho adotado pelo pesquisador para alcançar os objetivos pretendidos, que trata, portanto, acerca dos procedimentos seguidos para a pesquisa propriamente dita, o estudo pode ser enquadrado do seguinte modo: quanto à natureza trata-se de uma pesquisa básica, cujo interesse foi o desenvolvimento do conhecimento científico acerca do tema e do problema proposto; do ponto de vista da abordagem aqui adotada, a pesquisa é predominantemente qualitativa, uma vez que explora uma metodologia predominantemente descritiva, sem a preocupação com a quantificação dos objetos estudados (STAKE, 2011; CRESWELL, 2014); no que diz respeito aos objetivos, a pesquisa se propôs a ser descritiva, procurando caracterizar e identificar opiniões, atitudes e crenças (CASARIN; CASARIN, 2012).

Para a obtenção de informações e para a análise se utilizou amplamente a pesquisa bibliográfica fundamentada na busca de livros, artigos e outras fontes publicadas que continham informações e análises sobre o tema e o problema sob investigação. Seguiu-se aqui os passos já clássicos de Eco (1991), que entende que “organizar uma bibliografia significa buscar aquilo cuja existência ainda se ignora” (ECO, 1991, p. 42). Nesse mesmo sentido, foram seguidos os ensinamentos propostos por Luckesi *et al.* (2000). Primeiramente foi feito o levantamento bibliográfico, a partir do qual se chegou a uma listagem do material à disposição possível de ser usado. Foram encontrados livros de especialistas principalmente nas áreas da Geografia Urbana, do Direito Urbanístico e outras que também tangenciam o tema. Além disso, uma série de artigos em revistas especializadas resultou da pesquisa feita em buscadores de periódicos indexados na internet. A pesquisa na internet, a bem da verdade, se mostrou muito útil para a atualização de informações, de dados e conteúdos cuja validade deve ser sempre contemporânea, tendo em vista a velocidade das atualizações, como ocorreu com a série de atos legislativos utilizados. Logo em seguida, partimos para a seleção de livros, revistas, artigos, capítulos e outras fontes bibliográficas. Nesta fase, tratamos de fazer uma seleção do material encontrado já disponível no levantamento anterior, com a escolha daquilo que realmente veio a ser utilizado, haja vista que algumas abordagens não eram pertinentes ao trabalho proposto. Na sequência foi executada a etapa de leitura para documentação, a partir da qual foi possível colher e armazenar informações e ideias, para o desenvolvimento das reflexões que, ao fim, foram propostas. Nessa fase, especificamente, adotamos a confecção de fichas de documentação, a fim de auxiliar no processo de transcrever partes dos textos que seriam usadas de forma direta e indireta, o que facilitou a sistematização das citações e referências.

Finalmente passamos ao momento redacional e comunicativo, quando se tratou de dizer formalmente, por intermédio dos códigos da linguagem acadêmica, a mensagem e o resultado do trabalho. Isso envolveu uma redação preliminar a fim de esboçar um plano do artigo, organizando as fichas na sequência necessária para o bom encadeamento das ideias. Depois, se chegou à redação definitiva, lida e refletida criticamente, refazendo algumas partes, acatando os pareceres pertinentes que permitiram elaborar de forma mais organizada e completa o pensamento comunicado.

Ainda, no que se refere ao tema em tela, cabe analisar que como resultado do projeto expansionista da economia mundo européia a formação do território e da cidade no Brasil conheceu um processo de colonização de exploração, que resultou na produção de poucos espaços efetivamente urbanos reconhecidos nas vilas e cidades coloniais (MORAES, 2000; REIS FILHO, 1968). Tanto o número quanto o próprio *status* de cidade foram muito incipientes durante o período colonial e também no Império (RHODEN, 1999). Isso porque essas fases da história brasileira estiveram diretamente ligadas a um modelo de produção política, social e econômica extremamente associadas ao mundo agrário com vistas à exploração ou exportação. Até então, a urbanização brasileira se limitou ao litoral, com pouca interiorização, salvo aquela marcada pela criação das cidades mineiras atreladas ao ciclo da mineração e outras poucas interiorizações. Poder-se-ia contrapor aqui a diferença da empresa colonizatória de portugueses e espanhóis nas cidades, mas essa problemática é tão rica que deveria render outro estudo.

Esse modelo se manteve também nos primeiros tempos da República. Foi somente a partir de 1929 que a sociedade agrário-exportadora perdeu sua força, sendo aos poucos substituída por um paradigma urbano-industrial, a partir da inversão de capitais rurais na indústria, sobretudo localizada nas cidades. Incentivada por mão de obra de imigrantes europeus, que já conheciam o mundo urbano, as cidades receberam investimentos, ofícios profissionais, produção arquitetônica e urbana e passaram a ser o local de produção das classes dominantes locais.

E foi mesmo no decorrer da segunda metade do século XX que o processo de urbanização conheceu um crescimento mais vertiginoso que resultou na atual estruturação do espaço urbano. Foram rupturas e permanências que marcaram o espaço urbano em suas distintas escalas de análise: urbana, interurbana, regional, nacional e mundial. O resultado de todo esse acentuado processo foi o crescimento e a concentração da população em poucas cidades, diretamente atrelado ao processo de concentração do próprio capital, gerando fluxos em direção à áreas mais dinâmicas e concentrando fixos com capacidade de atrair mais fluxos, principalmente de pessoas, promovendo a grande concentração de bens, informações e pessoas em determinadas cidades.

Certamente que o processo de urbanização do Brasil é bastante mais complexo do que esse rápido relato de relações descrito. Entretanto, não se pretende aqui explorar a urbanização brasileira como o problema central. Na verdade, o processo de apropriação do território e a reprodução do espaço urbano estabelecem uma relação profunda entre a sociedade brasileira e o espaço que ela produz, de modo a explicar muitas questões relativas à localização, distribuição, tamanho, forma, entre outros aspectos das cidades no Brasil. Mas, para este artigo, importa tão somente a compreensão de que a cidade produzida é resultado desse processo social, suficiente para entender a dinâmica da cidade enquanto condição e resultado das relações estabelecidas na sociedade a partir do espaço. Esta é a cidade que se quer conhecer, real e objetiva, ligada a um processo compreendido de forma universal que caracteriza o urbano. Entende-se que a partir dessa lógica é que se deve analisar a cidade e não a partir de uma abstração jurídica ou meramente formal. Quanto mais distantes forem as concepções teóricas e a realidade, menos compreensível será o mundo no qual vivemos.

Mas, esse é apenas o pano de fundo onde se desenvolve a questão primordial trazida aqui: como definimos município e cidade no Brasil? Dentro desse tema, da produção do espaço urbano no Brasil, a problematização versa em torno da regulamentação formal e jurídica que a cidade tem no Brasil, concomitantemente com sua consideração teórica mais ampla, necessária para situar as concordâncias e discordâncias existentes. Isso porque é inegável a confusão trazida muitas vezes pela forma e letra da lei em contraposição com fenômenos sociais que não se conseguem aprisionar em regras

absolutas, que criam uma estrutura rígida que se contrapõe à fluidez e dinâmicas da realidade. Nesse caso, a lei e as instituições conseguem definir cidade e município com precisão? É o que passaremos a analisar.

A cidade e o urbano

Mas afinal de contas o que é uma cidade? O que torna este espaço diferenciado de outros espaços que vivenciamos em nossa realidade cotidiana? Como vivem as pessoas nestes lugares que chamamos de cidade? Como se formam as cidades? Estas e outras perguntas são fundamentais para entendermos o processo de urbanização e a formação da cidade enquanto resultado físico e material desse processo. Aliás, aqui está uma primeira chave para entendermos bem estes temas: a urbanização deve sempre ser entendida como um processo social, portanto, que se manifesta na sociedade, por intermédio de relações que se estabelecem entre pessoas, sujeitos concretos que produzem a história. Por outro lado, a cidade, propriamente dita, é o resultado físico deste processo, é a maneira como as pessoas *espacializam* estas relações, enfim, é a materialidade de uma história construída, destruída, reconstruída e permanentemente em construção. E como resultado, acaba se transformando também em condição necessária para a produção, em um movimento dialético permanente.

A definição de cidade e de urbano é, portanto, bastante complexa, o que não se pretende é que possa ser esgotada aqui. Explicar o que é uma cidade na contemporaneidade exigiria a consideração de diversos elementos que variam do ponto de vista histórico e também em cada território, ou seja, no tempo e no espaço. Apenas no âmbito da Geografia Urbana, que tradicionalmente se dedica ao entendimento desse tema, será possível encontrar um número grande de estudos dedicados a resolver esta questão. Já nos manuais consagrados, como de Beaujeu-Garnier e Chabot (1970), se busca uma solução em face das diversas demandas que exigem uma definição, seja por uma exigência fiscal, diante das distintas regulamentações impostas às atividades, ou fosse por uma questão administrativa, em razão da organização dos serviços municipais, seria necessária uma definição operacional para cidade. “Nada mostra melhor a impossibilidade que encontraram todos os autores ao querer definir a cidade: sempre resta, depois de toda definição, um resíduo impossível de abarcar de maneira precisa” (BEAUJEU-GARNIER; CHABOT, 1970, p. 29). Mas, concluem ser necessária uma definição, inclusive pela necessidade de uma classificação estatística.

Também Harold Carter (1974), segue na mesma direção ao apontar a dificuldade de uma definição, ao citar estudos do *Demographic yearbook*, das Nações Unidas referentes ao ano de 1952, afirmando que:

no *continuum* que vai desde as grandes aglomerações até aos pequenos agrupamentos ou às simples casas dispersas não existe um ponto concreto no qual desapareça o urbano e comece o rural; a divisão estabelecida entre populações urbanas e rurais há de considerar-se, necessariamente, arbitrária (NAÇÕES UNIDAS, 1955, n.p., apud CARTER, 1974, p. 37).

Fica evidente que a distinção entre rural e urbano ou entre cidade e campo, que com tanta naturalidade se trata na vida cotidiana, se torna difícil de estabelecer quando passamos para termos científicos e precisos. Entretanto, a fim de que os inúmeros dados coletados sobre as cidades possam ser comparados entre os países ou ao longo do tempo, é fundamental que se estabeleça um significado que tenha funcionalidade geográfica e estatística. Foi com este fim que Clark (1991) se debruçou sobre uma série de critérios adotados ao redor do mundo, classificando-os de acordo com uma

tipologia, a fim de que fosse possível agrupar tais estudos. Desse modo, classificou as definições em objetivas, administrativas e funcionais. Tomando por base a classificação de Clark (1991), elaborou-se uma análise das definições de cidade.

Definições objetivas de cidade

O primeiro problema com o qual nos deparamos, portanto, é o da definição de cidade. O que chamamos de cidade no Brasil vale para outros países? Por que em outros países será possível chamar de cidade algo que para nós não tem este significado, e vice-versa? O fato é que existem critérios para a definição do que seja uma cidade e estes critérios não são os mesmos em todos os países. Uma coisa é o entendimento técnico que se pode ter a respeito deste tema, ou seja, o entendimento teórico do fenômeno urbano e da formação e caracterização de uma cidade. Outra coisa é a definição adotada em determinado lugar para caracterização do fenômeno, que, neste caso, é uma escolha. Como não há uma regra universal, cada país pode adotar um tipo de critério, daí a confusão que se estabelece e, de fato, o que é cidade no Brasil pode não ser considerado cidade em outros países, assim como o contrário também pode acontecer.

Como ficou demonstrado, existem diferentes critérios para o estabelecimento do que seja cidade (CARTER, 1974; CLARK, 1991; BEAUJEU-GARNIER; CHABOT, 1970) e a especificidade de cada critério pode variar de um lugar para outro. Uma vez que não existe unanimidade na adoção de um critério definitivo, convivemos com uma pluralidade de regras que tomam por base distintas orientações, algumas qualitativas, outras quantitativas e, não raras vezes, uma combinação desses e outros fatores. A fim de organizar as classificações existentes, agruparemos estes critérios para melhor compreender as diferenças entre eles. Assim, falaremos dos seguintes critérios: demográficos, funcionais, mistos e político-administrativos.

Critérios demográficos

Estes critérios estão baseados, fundamentalmente, no caráter numérico, ou seja, no número de habitantes de um determinado lugar, para que ele seja definido como urbano ou não, podendo se considerar o número absoluto ou relativo da população.

a. Número total de habitantes (população absoluta). Os países que adotam este critério, estabelecem um número a partir do qual consideram o lugar como sendo uma cidade. Ocorre que há diferenças muito grandes a serem consideradas nas características de cada lugar com relação ao processo de urbanização. Alguns países se urbanizaram há mais tempo e concentram maior número de pessoas vivendo em cidade e, em outros, o processo ainda está em fase de desenvolvimento. A variedade de definições está condicionada ao número de habitantes adotado como critério em cada país. De acordo com Sposito (2008), na Dinamarca, por exemplo, com apenas duzentos e cinquenta habitantes um lugar é considerado urbano, enquanto na Coreia do Sul são necessários quarenta mil pessoas para que se tenha uma cidade e, seguindo as comparações, aponta a necessidade de dois mil habitantes na França, vinte mil na Holanda e trinta mil no Japão (SPOSITO, 2008, p. 17). Assim, se torna quase impossível comparar as cidades de um país com outro.

Portanto, a consideração do que seja uma cidade, baseada neste critério, varia muito de país para país, de forma tal que quando tratarmos de assuntos relacionados à urbanização será sempre necessário levar em conta o caráter efetivamente do que seja urbano em cada lugar.

b. Densidade populacional (população relativa). Por outro lado, a maneira pela qual se dá a ocupação do território é muito variável de um país para outro e mesmo dentro de um mesmo país. Há territórios cuja ocupação é mais densa em contrapartida de outros onde o elemento humano encontra uma distribuição mais rarefeita no espaço. As cidades que crescem em altura, por exemplo, tendem a ter uma concentração muito grande de habitantes por área considerada, enquanto aquelas que crescem em superfície tem uma densidade mais baixa. Assim, este critério também possui uma diversidade internacional muito grande, de forma que a definição de cidade, com base no critério da densidade populacional, também dificulta comparações. É possível observar, no Brasil, por exemplo, enquanto o bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro apresenta uma densidade populacional superior a trinta e cinco mil habitantes por quilômetro quadrado, há lugares na Amazônia com menos de um habitante por quilômetro quadrado, evidenciando uma completa disparidade na distribuição da população pelo espaço dentro do próprio território nacional.

Também aqui fica explícita a diversidade de possibilidades que temos para a definição de cidade segundo o critério da densidade de ocupação. Dependendo do número de habitantes por quilômetro quadrado estaremos considerando como urbano um espaço que em outro país poderá ser considerado como rural.

Critérios funcionais

Estes critérios estão baseados na ocupação da população residente nas cidades. Consideram-se cidades aqueles lugares em que predominam as ocupações ligadas aos setores secundário e terciário, ou seja, basicamente desvinculados das atividades agrícolas e primárias. Também não é um critério definitivo, haja vista que em muitos países subdesenvolvidos há uma grande concentração de trabalhadores rurais vivendo nas cidades e, por outro lado, os critérios devem ainda se preocupar com o percentual da população empregada nos setores secundário e terciário comparativamente com o setor primário. Assim, também, haverá tantas definições de cidades quantos forem os percentuais adotados.

Critérios mistos

Para tentar diminuir o problema da definição do que seja cidade alguns critérios são considerados em conjunto, como nos Estados Unidos, na Turquia e na Noruega, onde se junta o critério objetivo do tamanho da população com o critério administrativo, ou como na Itália, onde o critério do número de habitantes se considera juntamente com o critério funcional (SPOSITO, 2008).

As combinações possíveis também são muitas e variadas, pois se poderia determinar um mínimo de habitantes juntamente com um percentual de ocupação no setor secundário e/ou terciário, assim como também se poderia definir uma densidade mínima e outro percentual de ocupação não agrícola, tornando as definições particulares de cada local.

Portugal, por exemplo, é um país que adota um critério misto, dentro das combinações que o caracterizam como tal, exigindo que uma vila, para ser elevada à categoria de cidade tenha, pelo menos oito mil habitantes e possua, pelo menos, a metade dos seguintes equipamentos coletivos: instalações hospitalares com serviço de permanência; farmácias; corporações de bombeiros; casa de espetáculos e centro cultural; museu e biblioteca; instalações de hotelaria; estabelecimento de ensino pré-primário e infantil; transportes públicos, urbanos e suburbanos; e, parques ou jardins públicos, nos termos da Lei 11/82 de 2 de junho de 1982 (LEITE, 2013).

Aqui se observa, no exemplo português, a necessidade de um dado demográfico

absoluto, no caso o mínimo de oito mil habitantes, e a existência de equipamentos coletivos que atestam a existência de uma vida urbana, ou seja, soma-se um critério funcional.

Critérios político-administrativos ou legal

Nesta classe de critérios se adota uma definição legal com base na divisão territorial do país. A lei estabelece a definição do se entenderá como cidade a partir da divisão do território nacional em unidades hierarquizadas em sua complexidade até a definição da cidade, propriamente dita. Vale o que determina a lei. Esse é o critério adotado no Brasil, onde a definição de cidade está prevista em lei.

As definições teóricas sobre cidades

A discussão sobre o que seja a cidade são muito profundas e abrangem várias áreas, dado a complexidade do fenômeno urbano. Tradicionalmente a Geografia tem tratado da questão tanto pelo estudo do espaço urbano propriamente dito, quanto pela análise do processo social. Assim também acontece no Urbanismo, na História, na Economia e em outras áreas. Sem dúvidas na Sociologia se desenvolveram grandes estudos e aprofundamentos nessa área, com análise nas mais variadas escolas ao longo do tempo. O estudo de Soares (2019) apresenta um importante painel de algumas contribuições teóricas que se debruçaram sobre esta tarefa de definir o que seja uma cidade.

A primeira constatação a que chega Soares (2019) é que os sociólogos sempre estiveram divididos no entendimento do que seja urbanização, sendo possível identificar duas correntes: uma que se concentrou em analisar a concentração de pessoas em determinados limites, o que evidencia a importância da densidade; e, de outro uma corrente que concedia mais importância à cultura urbana, envolvendo um sistema de valores, atitude e comportamentos. Mas mesmo essas posturas não são acordes entre si, havendo rica e vasta discussão no interior de cada corrente.

Entre os textos importantes na análise do que constitui uma cidade aparece o de Wirth (1987) pertencente à Escola de Chicago. Intitulado *o urbanismo como modo de vida*, se trata de um artigo em que o autor propõe uma definição sociológica para a cidade, entendendo a cidade como sendo um agrupamento de atividades, um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos.

Nesta definição, o autor destaca que o tamanho é importante, pois o modo de vida urbano não é possível de ser gerado em uma área pequena, já que as relações estabelecidas não seriam capazes de dar origem a um comportamento especificamente urbano. A densidade também é fundamental, pois é do contato entre os muitos indivíduos de papéis diferentes que se geram relações secundárias, aquelas decorrentes dos papéis e não dos laços de amizade ou parentesco, como as relações primárias. A heterogeneidade também é importante porque é da diversidade de indivíduos que surgem os comportamentos diferenciados. Assim, a cidade seria capaz de promover um modo de vida próprio deste ambiente (grande, denso e heterogêneo) que poderia se expandir, inclusive, para fora dos limites físicos da cidade, como um comportamento, um modo de vida.

Ainda outros autores trarão compreensões importantes para a construção de um arcabouço teórico tendente a esclarecer o fenômeno urbano (CHOAY, 2013; PARKER, 2004; MUMFORD, 1991), mas não cabe no escopo deste artigo revisar a bibliografia sobre o tema. Entretanto, não se pode deixar de fazer alusão a postura crítica que

aparece na Geografia, com fundamentação no materialismo dialético, em uma perspectiva na qual o espaço urbano aparece como a dimensão espacial da realidade social. Nessa perspectiva temos que:

O fio condutor da análise reside na tese de que, ao produzir sua vida (sua história, a realidade) a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico. Tais condições são produzidas pelo trabalho como atividade humana, logo o desvendamento do trabalho considerado como processo produtor do espaço geográfico é o nosso ponto de partida e implica discutir, de um lado, a articulação entre as atividades produtivas e não produtivas no conjunto da sociedade e de outro, a materialização espacial de tal processo, cujo movimento fundamenta-se nas lutas de classe, na contradição entre a produção espacial coletiva e a apropriação privada. Envolve discutir a articulação entre o fenômeno específico [...] e sua articulação com determinada totalidade social (CARLOS, 1994, p. 15).

A produção do espaço urbano é analisada a partir do questionamento, suscitado pela maneira como se realiza a articulação entre os processos de produção, distribuição, circulação e troca. Isso leva, de um lado, a consideração do espaço como capital fixo, visto que o urbano é visto como condição geral do processo de reprodução do capital, o próprio espaço se reproduz como capital fixo. No mesmo sentido, é necessário considerar que o espaço é também condição para reprodução da própria vida humana. Por outro lado, uma vez que, ao produzir suas condições materiais, através das relações capital-trabalho, a sociedade produz o espaço geográfico, o espaço aparece também como resultado do processo, portanto, como produto. Assim, o espaço urbano apresenta esta dualidade: é condição para a (re) produção, do capital e da vida, e é também produto, como um modo de vida, de pensar, enfim, como produção humana (VIEIRA, 2005; 2020).

Muito se poderia avançar nessa análise trazendo as considerações que aparecem em análises igualmente importantes como as já referidas (ASCHER, 2004; CARTER, 19748; CASTELLS, 1983; SANTOS, 1993; 1994), mas, como já se disse, mudaríamos o foco da problematização aqui tratada. Ainda assim, é necessário demarcar a ideia de que a cidade, do ponto de vista histórico, se fundou a partir da divisão social do trabalho, que permitiu identificar a aldeia e a cidade enquanto resultados de processos diferentes, distinguindo o rural do urbano. Somente a partir da compreensão da realidade concreta da sociedade poderemos entender tanto a cidade como o urbano, dando ênfase, sobretudo, a aspectos como a divisão territorial do trabalho ou o ciclo da produção. Desse modo se poderá compreender a cidade e o urbano como a manifestação territorial das relações de produção. Quando analisamos a cidade apenas a partir de seus aspectos abstratos, tais como tamanho da população, densidade da ocupação, divisões administrativas e ocupação funcional, entre outras, abstraímos essa realidade complexa advinda do processo social. Ao admitir tais critérios como absolutos e definitivos a lei abstrai a realidade, criando uma ficção que tende, cada vez mais, a se dissociar dos processos que buscava circunscrever. Diante disso, melhor seria que a lei também se debruçasse sobre a realidade e adotasse princípios capazes de contemplar a complexidade do fenômeno urbano a fim de definir sua manifestação, a cidade.

As Regiões de Influências das Cidades Brasileiras

O espaço geográfico é formado por um complexo sistema de redes que abrangem os fluxos de pessoas, bens, serviços, capitais e informações que caracterizam a sociedade

contemporânea. Assim, as redes urbanas revelam os processos de territorialização ocorridos na sociedade. Com base nessa perspectiva, o IBGE (2020) realiza um extenso estudo da rede urbana brasileira intitulado *Regiões de Influência das Cidades*. A pesquisa atual continua uma série de trabalhos anteriores publicados em 1972, 1987, 2000 e 2008, onde apresenta uma análise sobre o processo de territorialização da rede urbana brasileira.

O estudo parte da Teoria das Localidades Centrais (CHRISTALLER, 1966), que considera que as cidades formam um conjunto de centros funcionalmente articulados, identificados como uma rede urbana. Mas o estudo avança, a partir da consideração de que a teoria de Christaller (1966) se apresenta como estática, considerando que descreve uma situação de equilíbrio econômico, não explicando como surgiram nem como evoluem as localidades centrais (IBGE, 2020). Assim, avança levando em conta que o sistema não está em equilíbrio, mas em constante transformação, pois “o resultado, a estrutura da rede, é o produto involuntário dessas relações múltiplas dos incontáveis agentes, cada qual com sua estratégia própria de atuação, mas com seu agregado levando à forma final do sistema” (IBGE, 2020, p. 70). Trata a rede urbana como um sistema complexo evolutivo, segue então a Teoria dos Fluxos Centrais (TAYLOR; HOYLER; VERBRUGGEN, 2010), que dá:

ênfase às relações externas das cidades de caráter não necessariamente hierárquico, ao mesmo tempo que não abandona o modo de pensar anterior, baseado em localidades centrais. Para tanto, parte-se do pressuposto de que todo sistema urbano é composto simultaneamente de dois processos: de um lado, a cidade continua a ter o papel de fornecer bens e serviços polarizando sua região de entorno de maneira contígua e, de outro, faz parte de uma rede de ligações de longa distância, que se interconecta de forma seletiva (IBGE, 2020, p. 70).

Justamente esse duplo caráter das cidades é parte constituinte de sua essência e está presente, em diferentes graus, em todo centro urbano.

Hierarquia dos centros urbanos

O estudo do IBGE (2020) estabelece uma classificação dos centros e delimita suas áreas de atuação estabelecendo uma classificação com base na função de gestão do território. A área de influência entre as cidades foi estabelecida a partir das ligações entre elas. Resultou daí uma hierarquia dos centros urbanos de acordo com a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, assim como as diferenciações regionais.

As áreas de influência dos centros foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, com base em dados secundários e dados obtidos por questionário específico da pesquisa, que foram combinados para definir as regiões de influência dos centros urbanos, que constituíram a seguinte classificação extraída do estudo *Regiões de Influência das Cidades – 2018* (IBGE, 2020):

- Metrópoles
- a) Grande Metrópole Nacional;
- b) Metrópole Nacional
- c) Metrópole

Capital Regional

- a) Capital Regional A
- b) Capital Regional B
- c) Capital Regional C

Centros Sub-Regionais
a) Centro Sub-Regional A

Centros de Zona
a) Centro de Zona A
b) Centro de Zona B

Centros Locais

Esse último nível da classificação corresponde às cidades de menor expressão na hierarquia urbana, de acordo com o IBGE (2020, p. 11), temos que:

O último nível hierárquico define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. São a maioria das Cidades do País, totalizando 4.037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas na presente pesquisa. A média populacional dos Centros Locais é de apenas 12,5 mil habitantes, com maiores médias na Região Norte (quase 20 mil habitantes) e menores na Região Sul (7,5 mil pessoas em 2018).

Como se depreende da classificação organizada pelo IBGE (2020) o número de cidades de pequeno porte populacional corresponde a maior parte das cidades. Se tomarmos por base apenas a classificação dos Centros Locais, do total de 5.570 municípios existentes no Brasil temos 4.037 (82,4% do total) municípios com a característica de possuírem menos de 20 mil habitantes. Em que pese o tamanho da população não ser o único elemento definidor da cidade, é relevante que haja uma concentração tão grande de população em poucas cidades (16,6% do total), isso considerando apenas as cidades com mais de 20 mil habitantes. Ainda há que se considerar que as 15 metrópoles do país representam o maior contingente de população urbana, o que permite concluir acerca da grande concentração em tão poucas cidades. Resultado disso é o aprofundamento da disparidade locacional urbano-rural, que evidencia uma hiper concentração urbana em poucas cidades e uma dispersão de pequenos municípios, em grande número e ocupando a maior parte do país.

A legislação urbana no Brasil

Buscando compreender o entendimento jurídico sobre o urbano e, principalmente, sobre a cidade no Brasil, se fez uma análise das principais considerações a esse respeito no ordenamento jurídico nacional. Não é um trabalho de revisão da legislação urbana municipal, muito menos do Direito Urbano ou do Direito Municipal, campos que já contam com excelentes trabalhos entre nós (MEIRELLES, 2014; SILVA, 2006; AMORIM, 2012). Coube salientar alguns pontos de destaque na legislação aplicada

no território nacional que são importantes para compreender o estado atual no qual os encontramos.

Cabe concordar com Brandt (2010) quando afirma que existe uma relação entre o regime político vigente no país e a definição da estrutura de poder entre as esferas de governo. Alternando entre período de autoritarismo e liberdade, nossa legislação, sobretudo, as Constituições Federais, também oscilam, respectivamente, em conceder menor ou maior autonomia aos municípios. Basta ver que a Constituição de 1934 concedeu aos municípios a prerrogativa de eleger prefeitos e vereadores, salvo as exceções das capitais e estâncias hidrominerais, o que é consentâneo com a tendência liberalizante existente na sociedade e no governo à época. Na Constituição de 1937, reflexo de um Estado mais autoritário, os municípios não tiveram regalias. Por seu turno, em 1946, a Constituição volta a refletir a maior democracia reinante e concede maior autonomia financeira aos municípios e lhes devolve a autonomia para escolha de prefeitos. Em oposição a esse movimento, a ditadura instalada com o golpe militar de 1964 traz a Carta de 1967, que centralizou a administração política e administrativa do país na União e limitou a possibilidade de emancipação política dos municípios. Foi a Constituição de 1988 que restaurou a força da Federação e pela primeira vez reconheceu o município como um ente federativo, gozando de autonomia política para eleger seu executivo e legislativo, um grau de autonomia raramente encontrado em outros países (BRANDT, 2010).

Especialmente do ponto de vista jurídico, ou institucional, a regulamentação da produção do espaço urbano sempre esteve presente entre nós, ainda que na maioria das vezes limitada a regular aspectos meramente formais do espaço das cidades. Mesmo assim, não impediu que fossem criadas interpretações das mais diversas acerca do fenômeno social, a urbanização, e seu resultado concreto, a cidade. Entretanto, como já dissemos, tomar o jurídico e legal como base para compreensão de um fenômeno que se materializa a partir de relações sociais é trabalhar com uma abstração da realidade, tão cara ao ambiente de uma lógica formal, hipotético-dedutiva, como a que permeia o paradigma positivista de análise. É uma limitação.

De forma genérica, não restrita apenas às questões municipais, mas às questões urbanas como um todo, podemos analisar o crescimento do tema urbano no arcabouço jurídico do país. Remontando às primeiras legislações aplicadas ao território brasileiro encontraremos nas Ordenações do Reino orientações fundamentais que perseguirão a tradição jurídica no Brasil: o fato de atribuir as normas gerais à legislação organizada pela União, deixando aos municípios a confecção das normas mais específicas de regulamentação do urbano. Ainda hoje, na Constituição Federal (BRASIL, 1988) está estatuído no artigo 24 a competência concorrente da união, dos estados e do Distrito Federal para legislar sobre direito urbanístico e questões sobre patrimônio, entre outras, nos dezesseis incisos do artigo. Mas, logo no parágrafo primeiro, do mesmo artigo, estabelece que no âmbito da concorrência a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. Logo em seguida, o art. 30 estabelece a competência dos Municípios, lhe sendo atribuída a tarefa de legislar sobre os assuntos locais e suplementar a legislação estadual e federal quando couber (BRASIL, 2021). Do mesmo modo, as Ordenações do Reino já remetiam aos regulamentos administrativos a competência para regulamentar os limites de fruição do direito de construir, fato que permanece até hoje. Também as Ordenações Filipinas, continham referências a normas genéricas especialmente sobre a estética das cidades e a atividade de construção civil.

Mais adiante, já no Império, a Constituição Federal de 1824 disciplinou sobre a existência das Câmaras nas cidades e nas vilas, atribuindo a essas instituições o poder de legislar sobre as atividades urbanísticas. Primeiramente a preocupação das Câmaras se limitou à segurança, comodidade, asseio e elegância dos prédios e das

ruas, para depois avançar para temas mais contundentes.

No período da Primeira República (1889 a 1930) surgiu o Código Civil Brasileiro, que só veio a ser alterado em 2002 (com vigência a partir de 2003, após a *vacatio legis*), e já no documento primeiro estavam previstas restrições ao direito de construir bem como tratava das desapropriações. Mas foi na Segunda República (iniciada em 1930) que se inseriu a ideia do Estado Social, que teve a capacidade de promover profundas modificações no urbanismo, adotando uma postura mais funcional e social em relação às cidades. É desse período o surgimento dos primeiros Códigos de Obras e o Decreto-lei N° 311, de 02 de março de 1938 (BRASIL, 1938), que trata da divisão territorial do país. Também é da mesma época o Decreto-lei N° 25, que regulamenta a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional.

Mas, foi a Constituição Federal de 1934 que provocou uma divisão profunda nas concepções sobre o urbano até então. Com a introdução da função social da propriedade iniciam-se imposições aos proprietários privados em benefício do bem comum. Também a Constituição de 1946 manteve essa postura contemplando a função social da propriedade no capítulo dos Direitos e Garantia Individuais e também no capítulo da Ordem Econômica e Social. Pela primeira vez se utilizou a expressão *bem-estar social*, que foi consagrada também na Constituição de 1967.

Na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) o princípio da função social da propriedade ganhou destaque, confirmado anos mais tarde pela regulamentação ordinária desse preceito. Na Constituição, o art. 170 estabelece que a função social da propriedade é um dos princípios da Ordem Econômica. E, depois, o art. 182 descreve literalmente tal princípio dizendo “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor” (BRASIL, 1988, n. p.). E, no art. 186 faz o mesmo para a área rural. Finalmente, no Código Civil, Lei 10.405, de 10 de janeiro de 2002, que entrou em vigor um ano depois, o direito de propriedade aparece claramente, assim como o regramento para o direito de construir.

Fora do âmbito da Carta Magna e dos códigos, ao longo do tempo foram diversas as legislações que procuraram regular o uso, gozo e fruição do espaço urbano. Nesse sentido é inegável a importância do Estatuto da Cidade, Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001) que surge com a finalidade de regulamentar os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelecer as diretrizes gerais da política urbana. É sempre bom lembrar que essa lei foi resultado também de um longo processo de luta de organizações e movimentos sociais em defesa da moradia e do solo urbano. Sua tramitação no Congresso Nacional foi longa, haja vista que sua proposição já havia sido apresentada em 1989. A partir de sua promulgação o planejamento urbano municipal passou a vivenciar uma nova fase, dadas as exigências existentes para a elaboração do Plano Diretor (VIEIRA, 2005).

Mais recentemente, o Estatuto da Metrópole, Lei N° 13.089 de 2 de janeiro de 2015, (BRASIL, 2015) será o responsável por estabelecer as regras para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas nas regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas. Também prevê normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e estabelece a governança interfederativa como impulsionadora do desenvolvimento urbano.

Sem dúvidas, tanto o Estatuto da Cidade como o Estatuto da Metrópole representam marcos significativos na legislação urbana brasileira, contemplando normas jurídicas que garantem o funcionamento do princípio da função social da propriedade e da cidade. Mesmo não contemplando todas as agendas de lutas dos movimentos sociais urbanos são avanços alcançados cuja execução, de fato, melhoram a justiça social no

espaço urbano, ainda que as normas não contemplem todas as demandas necessárias para o exercício de um efetivo direito à cidade.

Outras leis ordinárias também consubstanciaram normas que definiram o tratamento da propriedade urbana tornando juridicamente legal diversos princípios. Assim, temas diversos são contemplados em extensa legislação sobre desapropriações urbanísticas, loteamentos e desmembramentos para fins urbanos, concessão do Direito Real de Uso, patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico, áreas especiais e de interesse turístico, entre outras matérias. Além disso, devemos contemplar a necessidade de considerar a legislação de cada município, que regula de forma efetiva a vida dos cidadãos, especialmente no que diz respeito ao regramento urbano como acontece no plano diretor municipal, na lei do parcelamento do solo, na lei do perímetro urbano, no código de posturas e no código de obras, entre outras leis municipais específicas.

Com isso, resta composto um quadro do ordenamento jurídico pátrio, ainda que não esgotadas todas as possibilidades, para análise de seu alcance e interpretação. Entretanto, *pari passu* com a legislação, a sociedade vai interpretando a realidade com base em outros instrumentos que resultam de pesquisas, teorias e métodos que buscam analisar e compreender a realidade concreta que nos cerca. Por vezes, há controvérsias entre o entendimento teórico e o jurídico, de onde decorre a necessidade de estudá-los em conjunto.

A definição legal de município e cidade no Brasil

A Constituição Federal de 1988 define o município como um ente federativo, ou seja, além da União, dos Estados e do Distrito Federal, reconhece autonomia administrativa aos Municípios. A questão está explícita na CF, no art. 18 que diz: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988, n. p.). Por essa regra fica estabelecida a divisão político-administrativa do território brasileiro, que inclui o Município, na Federação, como sua estrutura territorial básica.

Muito anteriormente, em 1938 para ser específico, no período em que a urbanização passava a representar de maneira mais clara a sociedade brasileira, face ao crescente processo de urbanização, foi criada a norma que definiu a cidade no Brasil. O Decreto-lei N° 311 de 2 de março de 1938 (BRASIL, 1938, n. p.), que dispõe sobre a divisão territorial do país e estabelece que os municípios compreenderão um ou mais distritos, mantendo a continuidade da área territorial. No art. 3° da referida peça legislativa está contida a definição seminal: “a sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”. Portanto, o distrito sede de um município, por força de lei, passa a ser entendido como cidade. Agrega, ainda, no parágrafo único, que no mesmo distrito não haverá mais de uma vila. Aqui está assentado o critério político-administrativo pelo qual se define, juridicamente, cidade no Brasil. Ou seja, a administração municipal estabelece dentro de sua autonomia a divisão interna do município em distritos e determina o perímetro de cada um dos distritos, sendo que o perímetro do distrito sede é considerado o perímetro urbano e, nos termos da lei, é considerado cidade.

Há casos de municípios no Brasil que possuem apenas área urbana e, pela densidade demográfica ou por integrarem áreas fortemente urbanizadas, têm apenas um distrito, neste caso, se confundindo a área do município com a área da cidade. O mais comum é que administrativamente os municípios criem distritos, a fim de dinamizar a gestão dos serviços que presta à população e atender as identidades internas reconhecidamente

existentes. Quando ocorre a divisão municipal em distritos, apenas o distrito sede pode ser cidade, sendo os demais distritos rurais. Para efeitos de contabilização da população, dividida entre urbana e rural são observados outros critérios que incluem como urbana a população residente em áreas consideradas urbanas nos distritos. Dentro dos limites do perímetro urbano, vale dizer, da sede, toda a população é considerada urbana, independentemente das atividades que exerçam ou da aparência que tenha a paisagem. Por exemplo, se houver pessoas que dentro dos limites da área urbana exerçam atividades de plantio e estejam mais ou menos afastadas do centro, ainda assim serão consideradas urbanas e a área pertencente à cidade, pois o critério adotado para a definição de cidade é político-administrativo, o que vale dizer que é definido por lei e não pela realidade objetiva e fenomênica.

Por fim, há que se desfazer aqui a confusão existente entre a consideração do que seja município e cidade. Resta esclarecido que o município é um ente federativo, ou seja, um nível hierárquico da divisão político-administrativa do país, cuja criação, incorporação, fusão e desmembramento se estabelece na Constituição Federal. Por outro lado, a cidade está definida por um critério que também é político-administrativo, pois segue o que está estabelecido na lei. No caso do Brasil, como vimos, a lei estabelece que o distrito sede de um município corresponde à cidade. Para efeitos de estudos demográficos da população não apenas aquela residente nas cidades é considerada urbana, mas todas as outras que estejam dentro dos critérios estatísticos estabelecidos.

A confusa criação de municípios no Brasil atual

Não vamos aqui remontar a história da criação de freguesias, vilas, cidades e municípios no Brasil, vamos nos ater à condição do presente que, por si só, se mostra suficientemente complexa. A regra anterior em vigência era a da Constituição Federal de 1967, que em seu art. 14 estabelecia os requisitos mínimos de população e renda pública, assim como a forma de consulta às populações locais para a criação de novos municípios que seria regulada por lei complementar. Tal dispositivo da CF foi de fato regulamentado pela Lei Complementar Nº 1, de 9 de novembro de 1967 (BRASIL, 1967), que estabeleceu que a criação de municípios se efetivaria nos casos em que houvesse população superior a 10 mil habitantes, ou não inferior a cinco milésimos da população estadual; eleitorado não inferior a 10% da população; centro urbano já existente com pelo menos duzentas casas; e, arrecadação de pelo menos cinco milésimos da receita estadual. No mesmo sentido exigia um plebiscito com aprovação por maioria absoluta dos eleitores.

Quando se observa a regra constitucional da Constituição Cidadã, de 1988, torna-se evidente que a ausência de maiores restrições foi um dos responsáveis pela verdadeira enxurrada na criação de novos municípios ocorrida de 1988 até 1996, quando a edição da Emenda Constitucional Nº 15/1996 (BRASIL, 1996) altera esse quadro, como se verá adiante. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu objetivamente a regra para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Primeiro, no Título III que trata da Organização do Estado, em seu Capítulo I dedicado à Organização Político-Administrativa é onde está o já citado art. 18, que contempla o município como um ente da federação, junto com a União, os Estados e o Distrito Federal, todos autônomos. Em seguida define que Brasília é a Capital Federal e estabelece regras acerca dos Estados. Depois, no parágrafo 4º, na edição original de 1988 (BRASIL, 1988, n. p.), estabeleceu que “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual [...]”, seguindo então com os demais requisitos

necessários para os citados processos: “[...] e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas”.

Ora, como se depreende da leitura do texto constitucional é inegável que bastava a lei complementar estadual para regular o tema. Os estados da federação criaram suas próprias leis e passaram a estabelecer os critérios específicos para a organização político-administrativa de seus respectivos territórios. No Rio Grande do Sul, onde a legislação exigia o número de apenas 1.800 eleitores para a emancipação, por exemplo, desde 1989 até 2001 foram criados 165 municípios, sob a égide do marco constitucional citado (BRANDT, 2010). Em Pelotas, especificamente, data de 1982 a criação do município de Capão do Leão; depois, em 1988 foi desmembrado o município de Morro Redondo; em 1995, o município de Turuçu; e, em 1996, com efeito a partir de 2001, o município de Arroio do Padre.

Entretanto, esse quadro apresentaria profundas mudanças a partir de 2007, quando o Supremo Tribunal Federal cobra do Congresso Nacional a edição da Lei Complementar. A criação de um número desmedido de municípios no país, sem um regramento único, haja vista que cada Estado era o responsável por estabelecer os critérios específicos, passou a representar um problema político-administrativo para a União. De modo geral, o Poder Executivo federal se preocupou com o número de municípios criados em função dos gastos públicos e do necessário repasse de verbas federais para os municípios, onerando cada vez mais a União.

Um dos aspectos que chama a atenção no grande número de emancipações ocorridos na década de 1990 é o tamanho, do ponto de vista populacional, dos municípios que foram criados com a regra da Constituição de 1988, de acordo com Brandt:

das 5.564 municipalidades existentes em 2007, 1.364 – quase um quarto do total – foram instaladas nos últimos 18 anos. Além do significativo montante, destaca-se o fato de que, entre os novos municípios, mais da metade possui menos de 5.000 habitantes, de forma que, do total de 1.375 micromunicípios existentes, 51,2% foram instalados em período recente. Considerando uma população um pouco maior, de até 20.000 habitantes, a proporção chega a 95% do total! Essa peculiaridade quanto ao tamanho dos municípios criados constitui um dos principais elementos na avaliação do impacto das emancipações nesse período (BRANDT, 2010, p. 64-65).

A questão do grande número de municípios com um número pequeno de população, tem implicações diretas na distribuição dos recursos, principalmente do Fundo de Participação Municipal. Os municípios com pequeno número de habitantes não conseguem gerar receita própria a partir de seus processos produtivos, em função dos gastos com pessoal, principalmente, que em muitos casos beira o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, chegando próximo dos 60%. A dependência desses recursos repassados gera um entrave ao próprio crescimento econômico desses municípios que restam quase que impedidos de investir. Por outro lado, representa um desestímulo aos municípios maiores de onde provém boa parte da arrecadação desses fundos.

Segundo o IBGE (2019) no levantamento mais recente disponível, referente ao ano de 2018, o território brasileiro estava dividido em 5.568 municípios, quantidade que se mantém desde 2013. Deve-se somar ainda um Distrito Federal (com Brasília como cidade coextensiva) e um Distrito Estadual de Fernando de Noronha em Pernambuco, considerando que ambos têm o *status* de cidade.

A Emenda Constitucional nº 15, de 1996

A preocupação com a questão da criação de um número exagerado de municípios levou o Congresso Nacional a editar uma Emenda à Constituição (EC) de 1988, de número 15, aprovada em 12 de setembro de 1996, que deu nova redação ao §4º do art. 18 da CF. A redação passou a ser a seguinte.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei (BRASIL, 1996, n.p.).

A mudança foi substancial, pois agora a lei estadual cria o município, mas a determinação do período em que se poderá realizar o processo passa a ser uma exigência a ser regulamentada por meio de Lei Complementar Federal. Além disso, acrescenta a necessidade da realização e divulgação de um Estudo de Viabilidade Municipal, a ser estabelecido por lei ordinária, bem como estabelece que o plebiscito deve ser realizado com a população dos municípios envolvidos e não mais com as populações diretamente interessadas. O processo se divide em diversas etapas, como se depreende do texto legal. Na verdade, primeiramente uma Lei Complementar de competência Federal deverá estabelecer um período determinado para que sejam verificados os respectivos processos (criação, incorporação, fusão e desmembramento). Somente a partir da existência da referida lei é que poderão existir as fases seguintes. Na sequência, o próximo passo, considerando a existência da Lei Complementar Federal, será a realização e publicação dos resultados dos Estudos de Viabilidade Municipal, que deverão analisar a viabilidade para a criação, incorporação, fusão e desmembramento. Existindo a viabilidade, virá então a fase seguinte, tal seja, a realização de um plebiscito consultando a população dos municípios envolvidos. Portanto, não se trata de consultar apenas a população da parcela do município que deseja o processo, diretamente interessada, mas a população de todo o município ou municípios, dependendo do processo se trate de criação, incorporação, fusão ou desmembramento. Finalmente, sendo o resultado do plebiscito favorável ao processo em andamento, caberá então a aprovação junto à Assembleia Legislativa Estadual de lei que estabeleça a criação, incorporação, fusão ou desmembramento do município.

Assim, a regulamentação sobre a matéria, a partir da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, passou a ser competência da União. A lei que cria o município continua sendo estadual, mas a determinação do período para realização do procedimento depende de Lei Complementar Federal e a forma como se farão os Estudos de Viabilidade Municipal dependem de Lei ordinária, também federal. Aqui haverá certa celeuma discutindo juridicamente se a Lei Complementar poderá disciplinar as duas situações, haja vista que parece ter sido diferente a intenção do legislador constituinte. Entretanto, por entendimento diverso, o Projeto de Lei Complementar ora em tramitação regulamenta tanto o prazo quanto os estudos.

O resultado trazido pela alteração do § 4º, do art. 18 da CF foi que, enquanto não houver regulamentação pertinente não serão possíveis os processos de criação, incorporação, fusão e desmembramento. Alguns processos continuaram mesmo depois da emenda de 1996, por motivos muito específicos e muitos municípios ainda foram criados sem a lei complementar federal exigida, isso muito mais por respeito ao princípio da segurança jurídica, nesses casos garantida pelo Supremo Tribunal Federal. A norma da CF, no art. 18, § 4º, é de eficácia limitada, pois depende da edição

de lei infraconstitucional e alterou a competência para elaboração da lei complementar, que antes era do Estado e passou a ser da União.

O fato de que mesmo com a existência da Emenda Constitucional Nº 15/1996 muitos Estados continuaram editando leis estaduais criando municípios, se deu, em alguns casos porque esses processos já estavam em andamento antes da edição da emenda e, em outros, por situações fáticas que exigiam uma formalização. Com isso, uma série de Ações Diretas de Inconstitucionalidade começaram a tramitar e chegaram ao Supremo Tribunal Federal que, na maior parte dos casos acolheu os pedidos de inconstitucionalidade, rejeitando a continuidade ou início dos processos respectivos. Em outros casos houve decisões que não interromperam o efeito da criação dos municípios e em outros condicionaram um prazo para sua formalização até a existência da lei.

Em 2007 o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade requerida pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (AL/RS) contra a edição da Emenda Constitucional Nº 15/1996, em que a AL/RS alegava que a EC violava o princípio federativo presente no inciso I, do § 4º, do art. 60 da CF (Não será objeto de deliberação a proposta tendente a abolir a forma federativa de Estado). Entre outras alegações, também entendia que os estudos de viabilidade municipal na forma consagrada na Emenda, constituiriam usurpação da competência estadual para o estabelecimento das alterações dos territórios estaduais. Na época, consultado, o Congresso Nacional defendeu a constitucionalidade da emenda entendendo que havia um reforço da cláusula pétrea da forma federativa do Estado, haja vista que, como estava consignado na norma constitucional, ninguém, senão a federação, disporia sobre a criação de um novo membro federado. A decisão da corte enfatizou que a atribuição de competência atribuída à União corrigira uma anomalia na Constituição que permitia a proliferação de municípios, muitos sem condições de sustentação, criados apenas com o objetivo de promoção pessoal de políticos. A decisão demonstrou que entendia, também, que a Emenda não atingia a autonomia dos Estados. Por fim, por decisão da maioria, se rechaçou o entendimento de inconstitucionalidade e se manteve a íntegra da Emenda (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2007).

A partir dessa decisão o STF cobrou do Congresso Nacional a regulamentação da matéria, considerando inadimplência legislativa a não edição da norma complementar exigida. Entretanto, passados 25 anos da edição da Emenda constitucional Nº 15, até o momento não foi criada Lei Complementar Federal que discipline o funcionamento do § 4º, do art. 18 da CF.

Projeto de Lei Complementar

A fim de resolver o imbróglio existente pela falta de Lei Complementar Federal que regulamente o § 4º, do art. 18 da CF, foi editada a Lei Nº 10.521, de 18 de julho de 2002 (BRASIL, 2002), que assegura a instalação de municípios criados por lei estadual cujos processos tiveram início antes da promulgação da EC 15/1996. Depois a referida lei foi alterada pela Emenda Constitucional Nº 57, de 18 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que acrescenta um artigo ao ato das disposições constitucionais transitórias para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, garantindo o atendimento da legislação estadual respectiva.

Entretanto, isso só resolveu parte do problema, ainda será necessário promulgar Lei Complementar Federal que discipline o tema. Desde 1989 até o presente encontram-

se registrados no *site da* Câmara dos Deputados 31 Projetos de Lei Complementar e 02 Projetos de Lei para regulamentação do dispositivo sob análise, sendo que alguns projetos não aparecem no registro, como o PLP 137/2015 (BRASIL, 2015), provavelmente porque teve origem em Projeto de Lei do Senado 199/2015. Nesse sentido, em 2008 foi apresentado o Projeto de Lei Complementar PLP 416, aprovado pela Câmara dos Deputados em junho de 2013 e vetado pelo Executivo em novembro de 2013. Na sequência, em 2014 foi apresentado o PLP 397, aprovado pela Câmara em junho e vetado em agosto de 2014. A presidenta Dilma Rousseff, ao vetar os projetos, considerou que a aceitação das medidas propostas poderia gerar ônus aos cofres públicos por favorecer a criação de mais municípios dando pouco incentivo à fusão e incorporação de municípios. Os vetos foram mantidos pelo Congresso Nacional (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2015).

Atualmente, o PLP que tramita na Câmara dos Deputados é o PLP 137/2015 (BRASIL, 2015) que teve origem a partir do Projeto de Lei do Senado (PLS) 199/2015, que repete o preceito contido na Emenda Constitucional 15/1996 sobre a criação ocorrer por lei estadual, dentro de período determinado por Lei Complementar Federal.

Nos termos propostos pelo PLP 137/2015 para que o procedimento tenha início será necessário que pelo menos 20% dos eleitores residentes na área geográfica que queira se emancipar ou desmembrar e 3% dos eleitores residentes em cada município envolvido na fusão ou incorporação, requeiram a alteração proposta junto à Assembleia Legislativa do respectivo Estado. O cálculo do número de eleitores será feito com base nos cadastros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2015). Qualquer dos processos somente serão realizados no período compreendido entre a posse do prefeito e do vice-prefeito (inciso III, art. 29 CF), e o último dia do ano anterior ao da realização de eleições municipais (BRASIL., 2015).

Para a criação de novo município será necessário observar que tanto os novos municípios quanto os municípios já existentes que perderem população possuam, após a criação, população igual ou superior aos seguintes quantitativos: 6 mil habitantes, nas regiões Norte e Centro-Oeste; 12 mil habitantes, na região Nordeste; 20 mil habitantes, nas regiões Sul e Sudeste. Tais quantitativos serão definidos com base na publicação dos dados demográficos pelo IBGE. Outro pré-requisito a ser observado diz respeito ao número de imóveis existentes, que deverá ser superior à média observada nos municípios que constituam os 10% de menor população no Estado; e que a área urbana não esteja situada em reserva indígena, de preservação ambiental ou em áreas pertencentes à União. No caso de desmembramento serão levados em conta os municípios que perderem população, cujo cálculo será feito com base em dados de população apurados no último censo do IBGE ou a contagem populacional mais recente. Somente depois de atendidos os pré-requisito é que se efetivarão os demais passos, a seguir.

Na sequência, deverão ser realizados Estudos de Viabilidade Municipal (EVMs), que serão contratados pelos governos estaduais. Nesses estudos serão avaliadas a viabilidade econômico-financeira; viabilidade político-administrativa; e a viabilidade socioambiental e urbana. A consulta pública, realizada mediante plebiscito com a participação da população das localidades envolvidas é outra exigência contemplada no PLP 137/2015. O plebiscito somente será realizado após estarem concluídos todos os demais estudos anteriormente citados. Caso seja recusado o projeto, a região deverá aguardar 12 anos para realizar nova consulta sobre o tema.

O intuito das pesquisas é avaliar, de forma conclusiva, a capacidade do local em modificar a estrutura, sem que haja perda de unidade histórico-cultural do ambiente urbano, alteração de divisas territoriais

dos Estados, quebra de continuidade territorial de qualquer um dos municípios ou a perda de continuidade territorial (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2015, n. p.).

Considerando que a proposta seja aprovada, nos termos do PLP sob análise, a Assembleia Legislativa definirá o nome dos municípios criados, desmembrados ou fundidos, a sede, os limites e as configurações geográficas. Também será definido pela referida assembleia a forma de sucessão e repartição de bens, direitos e obrigações dos envolvidos e a forma de absorção e aproveitamento dos servidores públicos. Com a aprovação da lei estadual para criação do novo município, deverá então ocorrer eleições para escolha do prefeito, vice-prefeito e vereadores (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2015).

Todavia, o problema da regulamentação da Emenda Constitucional Nº 15/1996 ainda se encontra sem solução. Cabe lembrar que outros Projetos de Lei Complementar tramitaram na Câmara e no Senado, sendo debatidos e alterados, hoje, na sua maioria, apensados ao mesmo processo do PLP 137/2015. Um dos projetos apensados, por exemplo, propõe a separação das matérias e a regulamentação apenas da incorporação e da fusão, que são propostas que mais facilmente deveriam ser aprovadas face que incentivam uma melhoria do quadro da divisão político-administrativa municipal brasileira. Mas o tema também é controverso. O fato é que o PLP ainda não entrou na Ordem do Dia para deliberação.

Considerações finais

A urbanização e a cidade definem fenômenos diferentes. A urbanização se refere ao processo, social e histórico que produz a cidade e, enquanto processo social, se verifica nas relações entre as pessoas. É histórico porque se dá ao longo do tempo, no decorrer da história, é elaborado paulatinamente no dia-a-dia dos relacionamentos. Diz respeito a todas as práticas sociais que se voltam para a produção do espaço urbano, caracterizando uma sociedade com características peculiares em face dos processos sociais envolvidos. Por outro lado, a cidade constitui o espaço físico resultante desse processo, e que interfere na sua própria produção. É a materialização da urbanização, são as casas, as ruas, os loteamentos, as áreas urbanas e tudo o mais que se torna objetivo como resultado das relações sociais que produziram este espaço. Neste sentido, há uma nítida diferença entre o espaço urbano e o espaço rural, pois, do ponto de vista ecológico e paisagístico, constituem realidades diferentes, ainda que inseridos no mesmo processo geral de reprodução do capital e integrando uma só realidade.

No que diz respeito à definição objetiva de cidade não há consenso, haja vista que na falta de um parâmetro universal é possível que se estabeleçam tantas definições quantos forem os interessados. No Brasil, com a adoção do critério político-administrativo ou legal a cidade é entendida como sendo a sede do município. A esse respeito, verificou-se que a criação de novos municípios no Brasil é um tema inconcluso, pois a Emenda Constitucional Nº 15/1996 passou a exigir uma Lei Complementar Federal para a organização do processo, cuja tal até o momento não foi promulgada. Na esteira desse movimento, verificou-se que o Projeto de Lei Complementar que tramita para regulamentação da regra adota critério demográfico para a criação de novos municípios, estabelecendo os quantitativos necessários para cada região. Consequentemente, as cidades criadas em decorrência dessa regra, se aprovada desse modo, terão alteradas as suas características de tamanho populacional.

O problema analisado se reveste de extrema importância na medida em que o repasse de verbas, como as decorrentes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), está

diretamente relacionado ao tamanho populacional dos municípios, o que implica nas condições de gestão desses espaços.

No mesmo sentido, toda a polêmica situação existente em torno do tema provocou uma mudança na tendência existente entre as populações e os políticos brasileiros, no sentido de continuarem com a criação de pequenos municípios. Acatados os critérios apontados nos projetos em discussão, a criação de municípios se revestirá de cuidados específicos para conferir autonomia a entes administrativos que tenham, pelo menos, viabilidade municipal.

De toda maneira, é importante que a concepção legislativa se aproxime da realidade. A atual distorção existente entre a realidade urbana brasileira e sua definição jurídica é gritante. Mesmo que se entenda como resultante do mesmo processo de urbanização que cria as cidades, os muitos lugares reconhecidos pela lei como urbanos, face à ficção jurídica existente, não se aproximam de qualquer compreensão dessa realidade. Esse fato distorce o entendimento da realidade, cria uma abstração na análise do espaço que deturpa a compreensão do fenômeno. Melhor será se a cidade da lei refletir também a cidade manifestada pelo processo de urbanização. Para alcançar esse objetivo será necessário que o Poder Legislativo busque a assessoria necessária junto às instituições que tradicionalmente lidam com essa temática, tais sejam as universidades, o IBGE, as fundações de planejamento e outras tantas que conhecem a realidade urbana do país.

Entende-se que seja necessário que o legislador se valha de estudos capazes de dar subsídios científicos para a elaboração de propostas legislativas. Além disso, será necessário ampliar a discussão em torno da criação de novos municípios a fim de que esse fato reflita o fenômeno em processo e não sirva apenas para atender a demandas eleitoreiras. Espera-se que os movimentos emancipatórios possam servir para dar guarida aos desejos de imensa população que acaba à margem do processo de distribuição de benefícios, por terem sido esquecidos pelo poder central das cidades em torno das quais gravitam. Mas que, ao mesmo tempo, não criem realidades distorcidas que contrariam a própria compreensão da realidade. Daí a necessidade de uma legislação consentânea com a manifestação do fenômeno urbano.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Professor Visitante Sênior 88887.468322/2019-00.

Referências

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Projeto define regras para criação, fusão e desmembramento de municípios. *Câmara dos Deputados*, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/485252-projeto-define-regras-para-criacao-fusao-ou-desmembramento-de-municipios/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. *Direito urbanístico. Legislação urbanística e Estatuto da Cidade*. São Paulo: Baraúna, 2012.

ASCHER, François. *Los nuevos principios del urbanismo*. Madri: Alianza Editorial, 2004.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline; CHABOT, Georges. *Tratado de geografia urbana*.

Barcelona: Vicens-Vives, 1970.

BRANDT, Cristina Thedim. A criação de municípios após a constituição de 1988. O impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional nº 15, de 1996. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 47, n. 187, p. 59 - 75, jul. / set. 2010.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada. *Decreto-Lei Nº311, de 02 de março de 1938*, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação informatizada. *Lei Complementar Nº 1, de 09 de novembro de 1967*, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-1-17-outubro-1969-364989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada. *Portal da Constituição Cidadã*, 1988. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/regulamentacao/dispositivos. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada. *Constituição de 1988. Publicação original*, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada. *Emenda Constitucional Nº 15 de 1996*, 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1996/emendaconstitucional-15-12-setembro-1996-369745-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada. *Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Publicação original*, 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação informatizada. *Lei Nº 10.521, de 18 de julho de 2002*, 2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10521-18-julho-2002-472325-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada. *Emenda Constitucional Nº 57 de 2008*, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2008/emendaconstitucional-57-18-dezembro-2008-584930-publicacaooriginal-107792-pl.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Atividade Legislativa. *PLP 137 de 2015*, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594899>. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada. *Lei Nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015*, 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13089-12-janeiro-2015-780060-publicacaooriginal-145925-pl.html>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada. *Projetos de lei e*

outras proposições, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594899>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço*. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARTER, Harold. *El estudio de la geografía urbana*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1974.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. *Pesquisa científica: da teoria à prática*. Curitiba: InterSaberes, 2012.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CRESWELL, John W. *Investigação qualitativa & Projeto de Pesquisa*. 3. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

IBGE. Agência IBGE de Notícias. *IBGE atualiza lista de municípios, distritos e subdistritos municipais do país*, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23698-ibge-atualiza-lista-de-municipios-distritos-e-subdistritos-municipais-do-pais>. Acesso em: 17 fev. 2021.

IBGE. *Regiões de influência das cidades: 2018*. Rio de Janeiro: Coordenação de Geografia, 2020.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas de sociologia rural. In: LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Antologia preparada por Mario Gaviria. Barcelona: Península, 1971, p. 61-72.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LEITE, Idalina. Geografia, Sociedade e Natureza. *Slideshare*, 2013. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/seculoXXI/9-ano-cidades>. Acesso em: 19 fev. 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos; BARRETO, Elói; BAPTISTA, Naidison. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, José de Souza. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec: 1981, p. 144-162.

MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*. 17. ed. São Paulo: Malheiros,

2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, v. MUMFORD, Lewis. *A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991., 1991.

PARKER, Simon. *Urban theory and the urban experience*. Nova York: Routledge, 2004.

REIS FILHO, Nestor Goularte. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Edusp/Pioneira, 1968.

RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SOARES, Manuel Pereira. A dificuldade em definir cidade: atualidade da discussão à luz de contributos recentes. *Caderno Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 647 - 668, mai. / ago. 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Redes e cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

STAKE, Robert. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre, RS: Penso, 2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Notícias do STF. *STF confirma constitucionalidade da Emenda Constitucional 15/96*, 2007. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=69888&caixaBusca=N>. Acesso em: 17 fev. 2021.

TAYLOR, Peter; HOYLER, Michael; VERBRUGGEN, Raf. External Urban Relational Process: Introducing Central Flow Theory to Complement Central Place Theory. *Urban Studies*, Glasgow, v. 47, n. 13, p. 2803–2818, nov. 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0042098010377367>. Acesso em: 19 fev. 2020.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A cidade fragmentada. O planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2005.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *O centro vive*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Rio Claro (Tese de Doutorado). Rio Claro: UNESP, 2003.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A cidade e seu centro*. Curitiba: Appris, 2020.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio. *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PANORAMA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE PEQUENAS CIDADES EM UM ESTADO COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DESCENTRALIZADA

OVERVIEW OF THE WATER SUPPLY SYSTEM IN SMALL CITIES IN A STATE WITH DECENTRALIZED SERVICE PROVISION

Larissa Rodrigues Turini¹, Victor Hugo Souza de Abreu²,
Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima³ e
Felipe Resende Oliveira⁴

Resumo

Os serviços de abastecimento de água constituem-se de infraestrutura básica para atender à necessidade essencial de consumo de água da população. Tendo em vista essa importância, este artigo busca realizar uma análise descritiva sobre a performance de um conjunto de variáveis de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) dos municípios de pequeno porte do estado de Mato Grosso, que possui sua prestação de serviço de saneamento básico totalmente descentralizada. A base de dados inédita, utilizada na pesquisa, apresenta informações de municípios com população inferior a 50 mil habitantes e foi extraída do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), referente aos anos de 2015 e 2017. Os resultados obtidos apresentam o panorama do SAA, por meio de variáveis selecionadas, observando uma fragilidade em relação à governança do serviço prestado.

Palavra-chave: abastecimento de água, municipalização, governança, análise descritiva.

Abstract

Water supply services are basic infrastructure to meet the population's essential water consumption needs. In view of this importance, this article seeks to carry out a descriptive analysis of the performance of a set of variables in the water supply systems (WSS) of small municipalities in the state of Mato Grosso, which have their provision of basic sanitation services completely decentralized. The unprecedented database used in the research presents information on municipalities with a population of less than 50,000 inhabitants and was extracted from the Municipal Basic Sanitation Plan (MBSP) of years 2015 and 2017. The results obtained, which present the panorama of the WSS,

1 Graduada em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade Federal do Mato Grosso, Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos (PPGRH) pela Universidade Federal do Mato Grosso. E-mail: larissa.turini@gmail.com.

2 Graduated in Civil Engineering by the Federal University of Rio de Janeiro, Doctorate and Master in Engineering of Transportes pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: victor@pet.coppe.ufrj.br.

3 Graduada em Engenharia Sanitária pela Universidade Federal de Mato Grosso, Mestre pela Public Health Engineering Leeds University e Doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado na Universidade Federal do Paraná. E-mail: ebnrlima@gmail.com.

4 Graduated in Economics by the Federal University of Goiás, Master and Doctor in Economics pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: felipexresende@gmail.com.

through selected variables, observing a weakness in relation to the governance of the service provided.

Keyword: water supply, municipalization, governance, descriptive analysis.

Introdução

O abastecimento de água constitui em um serviço indispensável à vida das pessoas, sem o qual é impossível garantir o desenvolvimento econômico e social, a melhoria e a proteção da qualidade do ambiente, a preservação da saúde pública e a garantia da qualidade de vida população (HELLER; DE PÁDUA, 2006; LIMA *et al.*, 2017; TSUTIYA, 2006). O abastecimento de água é um termo amplo que ultrapassa os limites apenas estruturais, tendo como objetivo atender à população com água de qualidade e quantidade suficiente, visando o bem-estar e saúde pública (BRASIL, 2006).

Já o Sistema de Abastecimento de Água (SAA) compreende as instalações, que vão desde a unidade de captação, até as ligações prediais, as quais devem ser providas de medição, sendo constituídas por atividades, infraestrutura e instalações de um sistema de abastecimento público (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007). Esse sistema também pode ser individual, porém, isso é indicado apenas para comunidades dispersas, contudo, como se trata de um abastecimento de água para atendimento humano, deve atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela Portaria Consolidada nº 5 de 2017 e serem fiscalizados por agência reguladora (BRASIL, 2006).

O abastecimento de água vem sofrendo necessidade de melhorias e aumento da eficiência, visto que o consumo de água pela população brasileira tem aumentado nos últimos anos, decorrente do crescimento e do desenvolvimento populacional, que demandam maior quantidade de água com qualidade para consumo (LEONETI *et al.* 2011). Nos dias atuais, no Brasil, os índices médios nacionais de atendimento à população total (urbana e rural) com abastecimento de água são de 87% e, considerando somente a população urbana, igual a 91%. Em Mato Grosso, o índice de atendimento da área urbana é de 87,3% (SNIS, 2016).

O saneamento básico no Brasil ainda é marcado pela baixa capacidade de investimento das organizações estatais e pequena participação do setor privado. No setor público, não é apresentada uma visão voltada ao planejamento de investimentos, além disso, há falta de deliberação de responsabilidades por parte da União, Estados, Distrito Federal e municípios (LEONETI *et al.* 2011). Por outro lado, o setor privado tem planejamento de investimento, porém visando apenas lucros e gerando em alguns casos insatisfação da população (SCRIPTORE; TONETO JÚNIOR, 2012).

Ambos os setores são compostos por deficiências, que são consequência do longo vazio institucional que o Brasil passou, desde o fim do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), em 1980. Somente em 2007, foi instituído o novo marco regulatório do saneamento básico no Brasil pela Lei Federal nº 11.445/07 que institui, no Art. 9º, a obrigatoriedade dos titulares dos serviços públicos de saneamento básico (municípios) realizarem a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), visando melhorias nas tomadas decisões de investimento no abastecimento de água e ajudando a reverter a situação caótica do SAA no país (SACHO; HORA, 2017).

Para uma melhor visão sobre o panorama da situação de municípios brasileiros, o Instituto Trata Brasil (2016), utilizando dados do SNIS (2014), estabeleceu o ranqueamento dos 100 municípios mais populosos, em relação ao percentual da população atendida pelo abastecimento de água. Com base nesse *ranking*, 43 dos 100 municípios apresentaram 100% de atendimento urbano de água, dentre elas

Cuiabá (MT), e três apresentaram atendimento inferior a 50%, sendo eles: Macapá (AP) 37,56%, Porto Velho (RO) 34,47% e Ananindeua (PA) 26,95%. O indicador médio de atendimento urbano foi de 93,33% e a mediana foi de 99,50%. Quanto às novas ligações de água sobre ligações faltantes, 21 municípios tinham 100% desse indicador atingido, ou seja, sistema universalizado. No entanto, os municípios de São Luís – MA, Belém – PA, Macapá – AP, Ananindeua – PA, São Gonçalo – RJ e Paulista – PE não apresentaram evolução satisfatória, com índice igual a zero ou próximo a zero, inferior a 1% (TRATA BRASIL, 2016).

Um outro índice observado é o das perdas no abastecimento de água, que segundo SNIS, em 2016, a média nacional, foi de 39%; entretanto, o Instituto Trata Brasil (2018) identificou um retrocesso em relação às perdas no período de 2012 a 2016, pois em 2012 o valor era de 36,9%. Ao realizar uma comparação sobre o índice de perda por região, observou-se que a região Sul apresenta melhor resultado, com 32% de perdas, e que a região Norte apresenta pior resultado, com 59% de perdas. Já a região Centro-Oeste, apresenta percentual de 36% de perdas, o que é inferior à média brasileira.

Quando observa-se a relação das médias de perdas por Estados, o Paraná foi o estado com menor perda, com aproximadamente 25%, e Roraima e Amazonas foram os estados com maiores perdas, com impressionantes 70%. O estado do Mato Grosso apresenta percentual de perdas de quase 50%, ou seja, 10% superior à média da região Centro-Oeste. Ao analisar os 100 municípios mais populosos do país, apenas a cidade de Limeira, SP apresentou o índice de perda inferior a 15%, o mesmo trabalho ainda apresentou que aproximadamente 70% da amostragem possui perdas superiores a 30% (TRATA BRASIL, 2018). Mediante esta realidade, o presente estudo tem como objetivo principal apresentar o panorama do SAA para 120 municípios de pequeno porte no Estado de Mato Grosso, após a instituição do Marco Regulatório por meio de uma análise exploratória.

O estado de Mato Grosso apresenta uma situação diferenciada em relação aos outros estados brasileiros no setor de saneamento, pois é o único que possui 100% da prestação no modelo descentralizado⁵, que ocorreu no ano de 2000, após o governo do estado decidir pela finalização da prestação dos serviços da Companhia Estadual – SANEMAT, que atuou por quase 3 décadas na operação do sistema de abastecimento de água e esgoto no Estado, após o ano de 2.000 ocorreu a reversão da prestação dos serviços de água e esgoto aos municípios.

De acordo com um estudo da Agência de Regulação do estado de Mato Grosso (AGER), em 2010, foi realizado um diagnóstico dos sistemas de água e esgotamento sanitário, onde verificou-se que o Estado apresentava 103 prestações realizadas por prestador público e 38 por meio de concessionária privada. Já com um olhar voltado a gestão do saneamento, Lima (2012) aponta que a ausência de uma legislação que defina um marco regulatório e a falta de continuidade no planejamento e nos investimentos da antiga companhia, SANEMAT, propiciaram um vazio institucional, tendo em vista que o Estado, ao se afastar das ações de gerenciamento e operação do sistema, não exerceu a função de regulação e fiscalização dos serviços que anteriormente eram de sua competência. O estudo destacou ainda que o modelo de gestão adotado no Mato Grosso apresentava limitações nos aspectos técnicos, operacionais e econômico e demonstrou estagnação dos indicadores de cobertura de água e esgoto (TURINI *et al.* 2019).

⁵ Não é o Estado que é responsável pela prestação do saneamento e sim o município, ou seja, cada município é responsável pelo seu saneamento.

Caovilla (2007), apresentou um uma abordagem do panorama do SAA de Mato Grosso, sobre a situação do serviço de saneamento básico, com foco nas variáveis relativas ao SAA nos anos de 2005 e 2006, segmentadas entre as mesorregiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Sul e Sudoeste. De acordo com Caovilla (2007), havia necessidade de melhorias nos sistemas em todas as mesorregiões, sendo comum a ocorrência de intermitência no abastecimento. A autora ainda aborda que o índice de cobertura variou de 86% a 99,8%, próxima a atingir a universalização, baseando-se na Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/ 2007).

Portanto, a hipótese norteadora deste estudo é que os sistemas de abastecimento de água (SAA) do estado de Mato Grosso são ineficientes. Entretanto, este é o único estado do Brasil que possui o sistema completamente descentralizado por duas décadas.

Metodologia Proposta

A metodologia proposta neste estudo, apresenta os procedimentos desenvolvidos para realizar um panorama do SAA no estado do Mato Grosso, de municípios com população inferior a 50 mil habitantes, ou seja, cidades de pequeno porte, e compará-lo de maneira geral as com padrões definidos na literatura e na Lei nº 11.445/2007.

Os dados do estudo de caso foram obtidos por meio de uma base de diagnósticos de 120 PMSB's, em que: (i) 111 foram desenvolvidos pelo projeto de elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico Mato-Grossense 106 (PMSB 106 - MT), com dados entre os anos de 2015 e 2017; e (ii) 9 pelo Consórcio Nascentes do Pantanal, que apresenta planos de 2013, porém esses foram atualizados com informações do SNIS (2016).

Nesta pesquisa, realizam-se: (i) como procedimento técnico geral, um estudo multicase com abordagem quantitativa e qualitativa, por meio do objetivo descritivo, mediante uma pesquisa aplicada; e (ii) como procedimento experimental, levantamentos de dados secundários obtidos no PMSB 106 e no Consórcio Nascentes do Pantanal com atualização do SNIS (2016). Salienta-se ainda que nas próximas subseções são descritas a área em estudo e as variáveis e análises aplicadas.

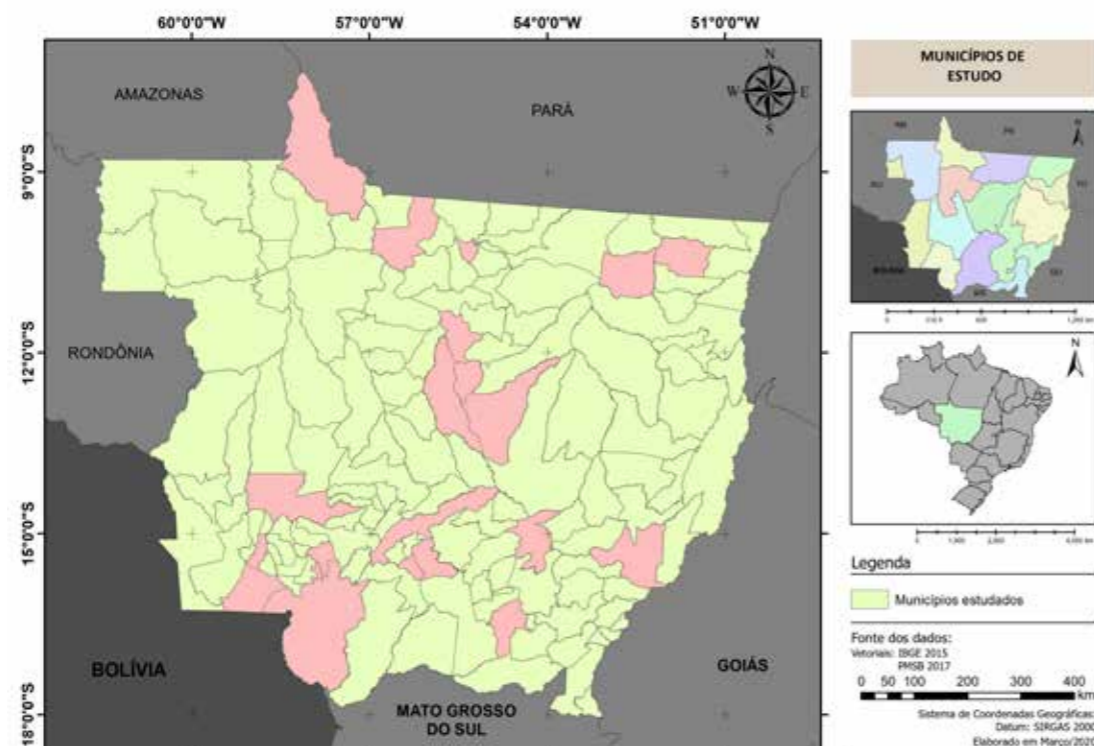
Descrição da Área em estudo

A área em estudo engloba 120 municípios de pequeno porte do estado do Mato Grosso, distribuídos em 15 consórcios do Estado, totalizando uma população urbana de 1.095.199 habitantes. Na Figura 1, pode-se observar que as áreas destacadas em amarelo correspondem aos municípios que tiveram seu plano elaborado pelo PMSB 106 - MT e pelo Consórcio Nascentes do Pantanal, regiões estas que fazem parte do presente estudo.

Descrição das Variáveis

Nesta seção, serão descritas as variáveis que foram selecionadas para realização do panorama deste estudo, sendo elas:

- Tipo de prestação: No Brasil, a prestação de serviço de saneamento básico ocorre em diferentes modelos de gestão: estatal, público, privado. Segundo informações da ABCON (2018), 71% dos municípios são atendidos pelas Companhias



Estaduais de Saneamento (CESBs), 27% por prestação municipal pública diretamente pelas secretarias, departamentos e/ou autarquias municipais e 6% pelas concessões privadas. Mediante informações do SNIS 2016, Soares *et al.* (2018) registram 1.442 prestadores de serviço de água e esgoto no Brasil, sendo 28 prestadores regionais e 26 CESBs.

- **Renda *per capita*:** Variável responsável por medir o grau de desenvolvimento econômico de uma região, ou até mesmo, de um país (IBGE, 2018).
- **Corpo técnico:** O corpo técnico é de extrema importância para que haja uma boa operação e manutenção do sistema, visto que esta variável pode interferir na redução de custo e proporcionar eficiência ao sistema. Por exemplo, uma pessoa não capacitada simplesmente utiliza a quantidade de produto químico que ele *acha* ou que *disseram* a ela ser suficiente para tratamento do sistema, as vezes adicionando quantidades superiores do que a necessária, gerando maior gasto ao sistema e não atendendo aos padrões de potabilidade. Isso ocorre diferentemente de uma pessoa capacitada, que realizará análises periódicas, verificando a quantidade necessária de produtos químicos no tratamento e ainda avaliando a qualidade da água que está sendo fornecida ao consumidor, atendendo as exigências da Consolidação nº 5 (BRASIL, 2017).
- **Tipo de captação:** O sistema de captação pode ser subterrâneo ou superficial, sendo que não existe um melhor sistema, porém, ao realizar a escolha quanto ao tipo de captação para atendimento de uma população, devem ser analisadas a qualidade da água, a vazão de disponibilidade para atender demanda estimada durante todo o ano, as topográficas, as condições sanitárias e os aspectos econômicos (TSUTIYA, 2006). Ainda, atender a Lei Federal nº 9.984/ 2000, a qual exige que o manancial seja outorgado, sendo de competência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) cumprir com os fundamentos, os objetivos, as diretrizes e os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo como dever exercer sua função em regular e fiscalizar a captação de água bruta.

- **Consumo *per capita*:** O consumo médio *per capita*, segundo SNIS (2018), é o volume que um indivíduo utiliza em um dia, para satisfazer suas necessidades domésticas.

- **Intermitência:** O abastecimento de água intermitente é normalmente associado com quantidades reduzidas de água transportadas por meio de tubos com pressão reduzida, ou seja, com baixo impacto hidráulico na redução da fuga, tal condição de fornecimento é bem conhecida, para a minimização do consumo mediante ao uso da água (TOTSUKA *et al.* 2004). Já a Portaria Consolidada Nº 5 de 2017 define intermitência como a interrupção do serviço de abastecimento de água, sistemática ou não, que se repete ao longo de determinado período, com duração igual ou superior a seis horas em cada ocorrência, ou seja, um sistema com funcionamento de no mínimo 18 horas diariamente, não é considerado intermitente (BRASIL, 2017). Contudo, há uma preocupação no que diz respeito à intermitência no sistema de abastecimento, pois esta variável pode comprometer o acesso à água potável, devido ao uso não imediato da água, afetando as condições de salubridade dela. Isso porque remete-se a acondicionamentos inapropriados ou utilizados de forma inadequada; ou ainda, buscase por fontes alternativas com qualidade sanitária duvidosa (RAZZOLINI; GÜNTHER, 2008).

- **Cobertura:** O percentual de cobertura corresponde ao atendimento com os serviços de abastecimento de água, ou seja, refere-se ao acesso de água por meio de rede de distribuição de água.

- **Perdas:** Segundo Pinto *et al.* (2012), as perdas são responsáveis pelo grande consumo de água nos mananciais. Gonçalves (2009) diz que a maior parte destas perdas ocorre ao longo das redes de distribuições. Lima *et al.* (2017) salientam que, devido às deficiências técnicas, econômicas e operacionais, muitas vezes a água produzida em um sistema não chega em quantidade e qualidade adequada aos cavaletes das residências.

- **Laboratório:** Deve-se realizar o controle da qualidade da água distribuída à população. Porém, não é necessário que o município tenha um laboratório próprio para realização das análises laboratoriais para controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano, o laboratório pode ser conveniado ou subcontratado, desde que a água distribuída atenda as exigências de qualidade (BRASIL, 2020).

- **Análise de água:** Deve atender ao padrão de potabilidade, descrito na Portaria de Consolidação nº5/2017, para consumo humano (BRASIL, 2017).

- **Inadimplência:** É provocada por fatores distintos, alguns decorrentes à organização e/ou à agentes externos, que comprometem a eficiência da arrecadação, ou seja, geralmente é ocasionada pela ausência de pagamento do consumidor para a prestadora. No SAA, o prejuízo ocorre na contabilidade da receita, pois o serviço que é prestado, a água tratada, distribuída e fornecida aos consumidores, porém não é arrecadada, gerando uma perda financeira da prestadora de serviço (ZSCHORNACK *et al.* 2010).

- **Sistemas de abastecimentos individuais:** São por meio de poços rasos, cacimbas ou poços tubulares freáticos, sistemas estes utilizados quando a população era rural, ou seja, a solução individual aplica-se, normalmente, em áreas rurais de população dispersa (LIMA *et al.*, 2017).

- **Medição:** Os componentes de medição no SAA são denominados macro e micromedidores. Os macromedidores, são responsáveis por medir grandes vazões,

como a vazão captada, de reservação, entre outras. Já os micromedidores são responsáveis por medir pequenas vazões, que representam as vazões que chegam nos cavaletes das casas, podendo ser chamado ainda de hidrômetro.

- Plano diretor: Mecanismo legal que visa orientar o município, principalmente no que diz respeito ao uso e ocupação do solo.
- Cobrança: A cobrança no SAA é realizada por taxa e/ou tarifa. A cobrança por tarifa é realizada mediante a medição do micromedidor, ou seja, o consumidor paga pelo que ele consome. Já a taxa é cobrada por meio de um valor fixo, podendo a cobrança ser realizada pelo tamanho do terreno ou tipo de consumidor. Porém, o recomendado é que a cobrança seja feita por tarifa.

Análise das Variáveis

Para realização da pesquisa, faz-se ainda a seleção e a identificação das variáveis do SAA, presentes na base de dados disponível no sistema de informação dos PMSBs, além de dados contidos no Diagnóstico de cada plano. Essas variáveis, referem-se: i) à infraestrutura do SAA urbana; ii) ao modelo de prestação de serviço; iii) às condições de operação e manutenção; iii) às deficiências encontradas nos sistemas em relação a tarifas; iv) às inadimplências, entre outros.

Dessa forma, realizou-se a escolha de 26 variáveis, sendo estas quantitativas e qualitativas. A seleção foi norteada com auxílio de conteúdo bibliográfico (SNIS, 2016; YADAV *et al.*, 2014, HELLER *et al.*, 2012) e especialistas da área, contemplando os aspectos técnico e operacional, organizacional e econômico.

As variáveis escolhidas, conforme expostas na Tabela 1, são classificadas como univariadas. Segundo Reis (1997), as variáveis univariadas incluem todos os métodos de Estatística Descritiva, que permitem que as variáveis sejam analisadas separadamente, ou junto ao método de Estatística Inferencial, podendo esta ser avaliada para uma ou mais amostras independentes.

Cabe mencionar ainda, que por meio do *Software Stata14*, executou-se a análise exploratória, tendo como intuito obter as características dos SAA por meio da média, desvio-padrão, valores máximos, mínimo das variáveis escolhidas. Além disso, as análises descritivas dos dados dos 120 municípios, com o objetivo de conhecer a característica do panorama do SAA do MT.

Ressalta-se, como limitação, que nas análises descritivas foi identificada ausência de informações de alguns municípios, decorrente, em alguns casos, da inexistência da prestadora de serviço, da falta de pessoal técnico responsável pelo sistema ou da ausência de um sistema público de abastecimento de água.

Foram adotados parâmetros para analisar as variáveis da cobertura e das perdas, sendo eles:

- Cobertura: Para análise do percentual de cobertura no SAA, utilizou-se a subdivisão em: >80% (completamente insatisfatório); de 80% a 90% (insatisfatório); de 91% a 95% (pouco satisfatório) e <95% (satisfatório) (COSTA *et al.* 2013).
- Perdas: Com base em Tsutiya (2006), os parâmetros das perdas são classificados como: i) bom (perdas menores que 25%). ii) regular (entre 26% e 40%); e iii) ruim (entre 41% e 65%) ou muito ruim (maior que 65%).

Variáveis	Unidade	Fonte dos dados
Renda <i>per capita</i>	R\$/ mês	PMSB/ IBGE
Prestação Privada	Porcentagem (%)	PMSB/ SNIS (2016)
Prestação Pública	Porcentagem (%)	PMSB
Sistema individual	Sim/ não	PMSB
Estrutura Física	Sim/ não	PMSB
Corpo técnico	Sim/ não	PMSB
Captação superficial	Sim/ não	PMSB
Captação subterrânea	Sim/ não	PMSB
Captação mista	(m ³ /dia)	PMSB
Produção	(m ³ /dia)	PMSB/ SNIS (2016)
<i>Per capita</i> (L/hab*dia)	(L/hab*dia)	PMSB/ SNIS (2016)
Cobrança	Sim/ não	PMSB
Taxa/ tarifa	Sim/ não	PMSB
Taxa	Sim/ não	PMSB
Tarifa	Sim/ não	PMSB
Taxa de inadimplência	Porcentagem (%)	PMSB/ SNIS (2016)
Número de ligações	Unidade (Ud.)	PMSB/ SNIS (2016)
Cobertura	Porcentagem (%)	PMSB/ SNIS (2016)
Micromedição	Porcentagem (%)	PMSB/ SNIS (2016)
Macromedição	Porcentagem (%)	PMSB/ SNIS (2016)
Perdas	Porcentagem (%)	PMSB/ SNIS (2016)
Possui laboratório	Sim/ não	PMSB
Análise de qualidade da água	Sim/ não	PMSB
Possui intermitência	Sim/ não	PMSB
Reservação suficiente	Sim/ não	PMSB
Plano diretor	Sim/ não	PMSB

Resultados

Os resultados da análise descritiva estão apresentados na Tabela 2. Nela, é possível verificar o comportamento das 26 variáveis necessárias para realização do panorama do SAA do estado do Mato Grosso, fornecendo informações quanto ao: número de observações, média, desvio padrão, variações mínimas e máximas. Cabe mencionar que nem todos possuem 120 observações, isso ocorre devido à ausência de informações no banco de dados, conforme já mencionado anteriormente.

Com os resultados da Tabela 2, verifica-se que a média da renda *per capita* dos 120 municípios é de R\$ 563,76 por mês, contudo, a renda do estado de Mato Grosso é de R\$ 1.386,00 (IBGE, 2017). Esta variação entre a renda *per capita* do estado e a renda dos 120 municípios considerados na pesquisa, se deve ao fato dos dados serem apenas de municípios com população inferior a 50 mil habitantes, ou seja, daqueles de pequeno porte.

Segue-se observando a variável pública e privada referentes ao tipo de prestação, a qual apresenta que dos 120 municípios analisados, aproximadamente 19% encontram-se em atendimento privado e 81% em atendimento público. Destaca-se que, dentre a amostragem, 3% se caracterizam como sistemas individuais, ou seja, são cidades que têm a Secretaria de Obras como responsável pela gestão do sistema de abastecimento. Cabe lembrar que o estado de Mato Grosso se diferencia de outros estados brasileiros por ser o único com prestação de serviço descentralizada, havendo apenas um ente regulador, que independe do modelo de prestação de serviço, pois o abastecimento de água é naturalizado como monopólio e o modelo de regulação serve para controlar os produtos e serviços de interesse, assim como proteger os consumidores contra o abuso de poderes (BAKKER, 2005; TUROLLA, 2012).

Variáveis	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.
Renda <i>per capita</i>	120	563,759	153,286	271,999	1162,400
Prestação Privada	120	19,000%	0,395	0,000	100,000%
Prestação Pública	120	81,000%	0,395	0,000	100,000%
Sistema individual	120	3,000%	0,157	0,000	100,000%
Estrutura Física	120	89,000%	0,312	0,000	100,000%
Corpo técnico	120	33,000%	0,473	0,000	100,000%
Captação superficial	120	38,000%	0,488	0,000	100,000%
Captação subterrânea	120	40,000%	0,492	0,000	100,000%
Captação mista	120	22,000%	0,414	0,000	100,000%
Volume médio de produção (m³/dia)	120	192,217	315,374	0,000	984,000
<i>Per capita</i> (L/hab*dia)	118	161,495	40,899	96,610	446,870
Cobrança	120	89,000%	0,312	0,000	100,000%
Taxa/ tarifa	107	12,000%	0,328	0,000	100,000%
Taxa	105	46,000%	0,501	0,000	100,000%
Tarifa	105	44,000%	0,499	0,000	100,000%
Taxa de inadimplência	78	26,000%	0,2405	0,000	98,500
Número de ligações	118	556,182	1169,662	0,000	6543,000
Cobertura	116	95,000%	15,928	0,000	100,000%
Micromedição	120	64,000%	40,204	0,000	100,000%
Macromedição	119	23,000%	41,541	0,000	100,000%
Perdas	116	47,000%	15,583	0,000	83,000%
Possui laboratório	118	51,000%	0,502	0,000	100,000%
Análise de qualidade da água	117	50,000%	0,502	0,000	100,000%
Possui intermitência	117	36,000%	0,482	0,000	100,000%
Reservação suficiente	116	47,000%	0,500	0,000	100,000%
Plano direto	119	9,000%	0,291	0,000	100,000%

Ao analisar o tipo de prestação de serviço, pontua-se também a formação da estrutura física e do corpo técnico. Observa-se que 89% dos municípios apresentam local estrutural adequado, contudo, apenas 33% da análise amostral apresenta corpo técnico capacitado para gerir esse local. Mediante à análise de dados, atenta-se para o baixo percentual relacionado a estrutura de pessoas capacitadas, o que segundo especialistas da área, reflete em uma má governança na prestação do serviço para atender a população.

Ao investigar as captações dos SAA no estado Mato-grossense, observou-se que os tipos são: subterrânea, superficial ou mista. Identificando que 40% dos municípios são supridos exclusivamente pelo tipo subterrâneo e 38% apenas superficial. Além disso, mostra-se que 22% dos municípios são atendidos por captação do tipo mista, ou seja, possui tanto o sistema captado por superficial e subterrânea. Contudo, o melhor tipo de captação para atender a uma cidade é aquele que irá sanar a necessidade da população, com consumo *per capita* adequado às características do município e sem desperdício dos moradores. Segundo a média amostral, o consumo *per capita* é de 161,495 L/hab.dia, e ao compará-lo as informações do SNIS (2016), tem-se que o consumo *per capita* do Mato Grosso é de 154,500 L/hab.dia e do Brasil é de 154,020 L/hab.dia. Pode-se dizer assim que o consumo médio dos 120 municípios é superior ao índice do Brasil e do Mato Grosso, este índice pode estar relacionado a ausência de cobrança pelo serviço de SAA e ao índice de inadimplência.

A cobrança no SAA é realizada em aproximadamente 89% dos municípios em estudo. Entretanto, pode-se observar, na Tabela 1, que a cobrança nestas cidades é feita mediante: i) tarifa, em 44% dos municípios amostrados; ii) taxa, em 46% das cidades; e iii) taxa/ tarifa, em 12%. No entanto, quanto observa-se o tipo de cobrança, pode-se ainda verificar que o percentual médio de inadimplência no SAA é de 26%. Essa última variável se mostrou com baixo número de observações, podendo estar diretamente relacionado às problemáticas de cobrança no SAA, que ainda são realizadas de maneira errônea. Especialistas da área dizem que a cobrança, quando se trata de prestação pública, está diretamente relacionada à política, e as tarifas e cobranças

acabam não sendo realizadas de maneira adequada.

Todavia, para se ter uma cobrança eficaz, deve-se atender a população com água canalizada, ter controle de perda do sistema de abastecimento, assim como a macro e micromedição. Ao aferir a média da variável de cobertura, observou-se que 95% da população é atendida com água canalizada, sendo considerado satisfatório (COSTA *et al.* 2013), e superior à média do Brasil (93%), salvo que na área urbana. No entanto, esse índice não atinge a universalização, que segundo a Lei nº 14.026 (2020), para o serviço ser universalizado a oferta deve atender a 100% da demanda na área urbana e rural (BRASIL, 2020).

Ao averiguar as perdas, verifica-se uma média amostral de 47%, classificado por Tsutiya (2006) como ruim. O indicador médio de perdas no Brasil é 38%; no Centro-oeste, por sua vez, a perda é de 36% e o estado do Mato Grosso é ainda pior com aproximadamente 50% (Trata Brasil, 2018). Logo, essa variável apresentou a média superior ao comparado ao Brasil, bem como ao Centro-oeste, contudo, ao comparar os dados do estado do Mato Grosso e o amostral, identifica-se que eles apresentam valores similares. Cabe ressaltar ainda que o valor ideal para as perdas deve ser inferior a 25% (TSUTIYA, 2006), e mediante as médias apresentadas pelo Instituto Trata Brasil e a amostra, os percentuais brasileiros encontram-se superiores, implicando no desperdício de água dos mananciais e energia.

Quanto a macro e micromedição, a média é de 23% e 63% de equipamentos instalados, respectivamente. Em relação a instalação de macromedição, segundo o SNIS (2018), o Brasil apresenta o índice de 81%, e o Centro-Oeste de 85%. Já o índice médio da micromedição é de 93% no Brasil e 96% no Centro-Oeste (SNIS, 2018). Ou seja, a macro e a micromedição amostral são inferiores aos resultados do Centro-Oeste. Com base em Lima *et al.* (2017), essa diferença de dados em relação a região e os dados amostrados podem estar ligados às falhas existentes nos dados do SNIS.

Continuando as análises relativas à Tabela 2, segue-se observando a presença de laboratórios e realização da análise de qualidade da água no SAA. Dessa forma, verifica-se que 58% dos municípios deste estudo possuem laboratório, porém, apenas 50% realizam análise de qualidade, ou seja, há uma quantidade maior de municípios com laboratório do que os que realizam análise da água. Segundo especialistas da área, isso é decorrente da existência de laboratórios com equipamentos embalados a anos, em decorrência da ausência de corpo operacional ou por falta de produtos e/ou aparelhos. Além do mais, em muitos casos, a água é distribuída sem atendimento ao padrão de potabilidade, podendo até mesmo estar imprópria para consumo.

Para finalizar as análises, em relação a intermitência, o percentual foi de 36%. Essa variável pode transformar a água potável em água inapropriada para consumo humano, pois ocasiona a interrupção do sistema, podendo afetar as condições de salubridade dela.

Visão Geral

Na análise geral da gestão dos serviços de abastecimento de água de Mato Grosso, verifica-se a predominância de um modelo descentralizado com a participação da iniciativa privada em 27% dos municípios. Considerando o aspecto legal, os municípios do Estado contam com lei autorizativa, aprovando as Políticas Municipais de Saneamento e, por consequente, os respectivos PMSBs, sendo de responsabilidade de cada gestor a implementação dos programas, metas e ações previstas nesses planos e ainda a necessidade de estruturação das atividades de prestação, regulação

e fiscalização e controle social.

A cobertura de água no Estado é 95%, porém, o sistema é caracterizado pela ocorrência de intermitência, elevados índices de perdas, baixo controle de qualidade da água tratada e ausência de medidores, comprometendo com isso a universalização dos serviços. De Medeiros *et al.* (2020) complementam que a universalização não envolve apenas o índice de cobertura, mas também engloba também a qualidade da água e do sistema. Ainda, o Instituto Regulador de Água e Resíduos (IRAR, 2007) aborda que a evolução para a universalização deve ser marcada por três fases: i) quantidade; ii) qualidade; e iii) excelência.

Diante desse cenário, os resultados observados configuram uma fragilidade no gerenciamento dos serviços realizados pelas prestadoras responsáveis pelo SAA no Mato Grosso. E a reversão desse quadro requer a implementação de ações tais como: i) alocação de investimentos para melhoria da infraestrutura e capacitação de pessoal; ii) realização de um gerenciamento com excelência; iii) atendimento das exigências e necessidade dos usuários; iv) implantação das ações propostas nos prognósticos do PMSB de cada município, conforme apontados por De Souza e Galvão Jr. (2016).

Conclusões

A água potável é um bem de consumo que deve chegar às casas da população por meio de distribuição e tratamento adequado. Nesse sentido, este estudo apresentou o panorama do SAA do Mato Grosso, estado com modelo de prestação descentralizada, desde o ano de 2000. Para isso, foram utilizados dados inéditos de municípios com população inferior a 50 mil habitantes, ou seja, municípios de pequeno porte.

Este estudo centraliza-se na verificação de como está ocorrendo o gerenciamento dos serviços de água nesses municípios, de forma a permitir a avaliação desse pilar que, junto a existência da legislação e dos instrumentos de planejamento, constituem a base do tripé essencial no SAA para garantir um serviço eficiente. Com isso foram selecionadas 26 variáveis que compreendem os aspectos técnicos, operacionais, organizacionais, econômicos e de qualidade envolvidos na prestação dos serviços.

Ao analisar o panorama, foi possível verificar a fragilidade existente no SAA do Mato Grosso, onde pode-se constatar que, mesmo após duas décadas da descentralização do SAA, muitos municípios sofrem com o descaso do setor, marcado por dificuldades como ausência de capacitação técnica, descaso político, além da falta de conhecimento sobre gestão e gerenciamento do setor.

Nesse sentido, torna-se fundamental que mais análises sobre SAA, não só no Mato Grosso, mas também nos demais estados brasileiros, sejam realizadas, pois o setor é um dos eixos do saneamento e está diretamente relacionado ao meio ambiente, a qualidade de vida e saúde da população e, indiretamente, à redução do gasto com saúde pública. Sendo indispensável pensar no saneamento junto ao desenvolvimento da sociedade.

Com base nas observações, recomenda-se que futuros estudos sejam realizados com intuito em: i) verificar se há diferença entre a prestação pública e concedida; ii) analisar as Agências Reguladoras no Mato Grosso; e iii) elaborar ferramentas que possam auxiliar na obtenção de dados para elaboração de trabalhos com séries históricas, ou seja, não apenas para dados pontuais em municípios com populações inferiores a 50 mil habitantes.

Referências

BAKKER, Karen. Neoliberalizing nature? Market environmentalism in water supply in England and Wales. *Annals of the association of American Geographers*, v. 95, n. 3, p. 542-565, 2005.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. *Manual de Saneamento*. Brasília: 3. ed. rev. 1. reimp., 2006.

BRASIL. *Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000*. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. Brasília, DF: Presidência da República. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9984.htm. Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL. *Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007*. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Brasília, DF: Presidência da República. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 04 dez. 2020.

BRASIL. *Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020*. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Brasília, DF: Presidência da República. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 01 dez. 2020.

BRASIL. *Portaria de Consolidação nº 05, de 28 de setembro de 2017*. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da saúde; Gabinete do ministro. 2020. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/29/PRC-5-Portaria-deConsolida---o-n---5--de-28-de-setembro-de-2017.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020.

CAOVILLA, Marizete; LIMA, RONDON. *A Gestão Municipal dos Sistemas de Água e Esgoto do Estado de Mato Grosso: Uma Abordagem Crítica*. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Física e Meio Ambiente, Universidade Federal de Mato Grosso.

COSTA, Samuel Alves Barbi; CORTÊS, Larissa Silveira; COELHO NETO, Taiana; DE FREITAS JUNIOR, Moacyr Moreira de. Indicadores em saneamento: avaliação da prestação dos serviços de água e de esgoto em Minas Gerais. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 20, n. 2, p. 334-357, 2013.

DE MEDEIROS, Eduarda Lucena, RODRIGUES, Andrea Carla Lima, BARBOSA, Dayse Luna; FEITOSA, Hermínio Cunha Feitosa; COURA, Mônica de Amorim. Avaliação da

qualidade do serviço de abastecimento de água em Campina Grande-PB com o uso de indicadores, incluindo o de satisfação dos usuários. *Revista DAE*. São Paulo, v. 68, n 224, p 135-152. 2020.

DE SOUZA, Joice Andrea; JUNIOR, Alceu de Castro Galvão. *Planos de saneamento básico da bacia do Vale do Itajaí*. São Paulo: Revista DAE, 2016. Disponível em: http://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_203_n_1643.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

GONÇALVES, Ricardo Franci. *Conservação de água e energia em sistemas prediais e públicos de abastecimento de água*. ABES, 2009.

HELLER, Léo.; DE PÁDUA, Valter Lucio. *Abastecimento de água para consumo humano*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006.

HELLER, Pedro Gasparini Barbosa; NASCIMENTO, Nilo de Oliveira; HELLER, Léo; MINGOTI, Sueli Aparecida. Desempenho dos diferentes modelos institucionais de prestação dos serviços públicos de abastecimento de água: uma avaliação comparativa no conjunto dos municípios brasileiros. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 17, p. 333-342, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto interno bruto dos municípios – 2018*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23852-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliarper-capita-2018>. Acesso em: 04 fev. de 2020.

INSTITUTO REGULADOR DE ÁGUAS E RESÍDUOS – IRAR. *Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal 2006*. 2007.

LEONETI, Alexandre Bevilacqua; DO PRADO, Eliana Leão; DE OLEIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 2, p. 331-348, 2011.

LIMA, Eliana Beatriz Nunes Rondon. Desafios da Lei de Saneamento. In: Luiz Alberto Esteves Scalope, Silvia Regina L.S. Oliveira. (Org.). *Seminários Regionais Ambientais*. Cuiabá, 1ª ed. KCM, 2012, v. 1, p. 44-51.

LIMA, Eliana Beatriz Rondon; MODESTO FILHO, Paulo; DE MOURA, Rubem Mauro de Palma. *Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB-106*. 2017. Disponível em: <http://pmsb106.ic.ufmt.br/>. Acesso em: 04 jul. 2019.

PINTO, Luiz Celso Braga. Gestão de perdas no saneamento básico. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; GALVÃO JUNIOR, Alceu de Castro. *Gestão de saneamento básico: Abastecimento de água e esgotamento sanitário*. Editora Manole Ltda, Barueri-SP, 1º ed., 2012. p. 356.

RAZZOLINI, Maria Tereza Pepe; GÜNTHER, Wanda Maria Risso. Impactos na saúde das deficiências de acesso a água. *Saúde sociedade*, v. 17, p. 21-32, 2008.

REIS, Elisabeth. *Estatística multivariada aplicada*. Lisboa. Bookman, 1ª ed. 1997.

RUBINGER, Sabrina Dionísio. *Desvendando o conceito de saneamento no Brasil: uma análise da percepção da população e do discurso técnico contemporâneo*. 2008. Dissertação (Políticas públicas Qualidade de vida Engenharia sanitária Saneamento). Universidade Federal de Minas Gerais. 2008.

SACHO, Sara Duarte; HORA, Karla Emmanuela. *Panorama do Saneamento Básico na Região Metropolitana de Goiânia*. XVII ENANPUR. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5599>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SCRIPTORE, Juliana Souza; TONETO JÚNIOR, Rudinei. A estrutura de provisão dos serviços de saneamento básico no Brasil: uma análise comparativa do desempenho dos provedores públicos e privados. *Revista de Administração Pública*, v. 46, p. 1479-1504, 2012.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. *Diagnóstico dos serviços de água e esgotos*. Site institucional. 2014. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-residuos-solidos/diagnostico-rs-2014>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. *Diagnóstico dos serviços de água e esgotos*. Site institucional. 2016. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2016>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. *Diagnóstico dos serviços de água e esgotos*. Site institucional. 2018. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2018>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SOARES, Raquel; ALTAFIN, Irene.; DUCLOS, Maria Teresa.; DIAS, Samuel Arthur. *Privatização de Companhia Estadual de Saneamento: a experiência única do Tocantins*. 2017.

TOTSUKA, Nemanja; TRIFUNOVI, Natsuko; VAIRAVAMOORTHY, Kala. *Intermittent urban water supply under water starving situations*. 2004.

TRATA BRASIL. *Perdas de água 2018 (SNIS 2016): desafios para disponibilidade hídrica e avanço da eficiência do saneamento básico*. 2018. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/perdas-2018/estudo-completo.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

TRATA BRASIL. *Ranking do saneamento instituto trata Brasil 2016*. 2016. Disponível em: <http://tratabrasil.org.br/component/estudos/itb/ranking-do-saneamento-2016>. Acesso em: 10 jan. 2020.

TSUTIYA, Milton Tomoyuki. *Abastecimento de água*. São Paulo: Departamento de engenharia hidráulica e sanitária da escola politécnica da Universidade de São Paulo. 3ª ed. 2006.

TURINI, Larissa Rodrigues; LIMA, Eliana Beatriz Rondon; MORAES, Gabriel Figueiredo. *Análise crítica da gestão do saneamento do estado do Mato Grosso, Brasil*. Labor & Engenho. Campinas, SP, v.13. Maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8652832/21587>. Acesso em: 13 mar. 2020.

TUROLLA, Frederico Araujo. Regulação do saneamento básico no Brasil. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; GALVÃO JUNIOR, Alceu de Castro. *Gestão de saneamento básico: Abastecimento de água e esgotamento sanitário*. Barueri-SP, Editora Manole Ltda, 1º

ed. 2012. p. 521-540.

YADAV, Major Vikas; SINGH, Niraj Pratap; SHAH, Kalpana A.; GAMIT, Jigar H. Performance evaluation of water supply services in developing country: A case study of Ahmedabad city. *KSCE Journal of Civil Engineering*, 18(7), 1984-1990. 2014.

ZSCHORNACK, Thiago; MATTIODA, Rosana; RIESEMBERG, Rafaela da Rosa Cardoso. Aplicação da ferramenta MASP para direcionamento de ações de combate à inadimplência na Companhia Águas de Joinville. In: *XVII Simpósio de engenharia de produção – SIMPEP*. Bauru: 2010.

DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO ECOLÓGICO E GESTÃO DA PAISAGEM PARA MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE O caso de Jaguari/RS

ECOLOGICAL PLANNING AND LANDSCAPE MANAGEMENT *Guidelines for the little city of Jaguari/RS*

**Silvia Farias¹, Luan da Silva Klebers²,
Luis Guilherme Aita Pippi³ e Vanessa Goulart Dornéles⁴**

Resumo

Discussões acerca da conceituação e estrutura da paisagem são debates cada vez mais pertinentes em um panorama onde se evidencia a importância do espaço público e do espaço natural. O trabalho discute conceitos e abordagens do termo Paisagem e de sua gestão e planejamento. Este artigo é um recorte de um Trabalho Final de Graduação, que objetiva, após breve referencial teórico para subsídio do estudo, a aplicação de algumas metodologias vinculadas à ecologia da paisagem como o método matriz-fragmento-corredor, para a pequena cidade de Jaguari, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul. O resultado do presente trabalho é a caracterização e identificação, após aplicação de diretrizes e estudo de particularidades do município e região, a elucidação, através de mapas temáticos, de uma alternativa do Planejamento Ecológico da Paisagem para a localidade de Jaguari-RS.

Palavras-chave: cidade pequena, gestão da paisagem, planejamento, Jaguari.

Abstract

Discussions about the concept and structure of the landscape are increasingly relevant debates in a panorama where the importance of public and natural spaces are evident. This paper aims to discuss the concepts and approaches to the term Landscape and its planning management. This article is an excerpt from the Undergraduate Thesis, which aims, after a brief theoretical framework for subsidizing the study, the application of some methodologies linked to landscape ecology such as the matrix-fragment-corridor method, for the small town of Jaguari, located in central region of the state of Rio Grande do Sul. The result of the present work is the characterization and identification, after application of guidelines and study of particularities of the municipality and region, the elucidation, through thematic maps, of an alternative of Ecological Landscape Planning to the locality of Jaguari-RS.

Keywords: small town, landscape management, planning, Jaguari.

1 Arquiteta e Urbanista, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (PPGAUP/ UFSM); sisilviafarias@gmail.com.

2 Arquiteto e Urbanista, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (PPGAUP/ UFSM); luan.klebers@hotmail.com.

3 PhD, Arquiteto e Urbanista, professor e coordenador no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (PPGAUP/ UFSM); guiamy@hotmail.com.

4 Dra. Arquiteta e Urbanista, professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (PPGAUP/ UFSM); arq.vanessagorneles@gmail.com.

Introdução

Interpretando o termo Paisagem, de forma geral, sua definição estará habitualmente ligada a elementos do meio natural que se destacam por sua beleza exuberante. Contudo sua polissemia é muito mais complexa visto sua caracterização tão abrangente podendo sofrer modificações nos mais distintos âmbitos. Nos anos 2000, na cidade de Florença é lançada a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), responsável pela criação de um instrumento expedido pelo Conselho da Europa, com o intuito de promover a proteção, gestão e planejamento das paisagens europeias. O documento síntese da conferência cita o termo Paisagem como “parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos” (2000, p. 02).

Já para Jean-Marc Besse (2014) a conceituação de paisagem sofre uma grave conjuntura teórica justamente devido à amplitude de disciplinas que se apropriam dela para seus campos de estudo (como o urbanismo, paisagismo, sociologia, antropologia, geografia, ecologia, biologia, filosofia, história, etc). Dessa forma o autor ainda classifica e divide cada peculiaridade do termo em cinco aspectos que os chama de portas (no sentido de entradas) para a paisagem, sendo (1) uma representação cultural, (2) um território produzido pela sociedade em sua história (3) um complexo sistêmico articulando elementos naturais e culturais numa totalidade objetiva (4) um espaço de experiências sensíveis ou (5) como um local/ contexto de projeto. Ressalta-se ainda que estas portas não atribuem profissão ao conceito, por vezes todas se articulam entre si, representando de fato a complexidade do termo.

Em se tratando de definições nacionais, a Paisagem, de acordo com Macedo (1999, p. 15) é tão somente a expressão morfológica que o espaço físico sofre frente às mudanças sociais e/ou ambientais de um determinado espaço/ tempo, “é constituída pelo relevo, pelas águas, construções, estradas, formas de propriedade do solo, ações humanas decorrentes (como plantios e edificações) e, finalmente, pelo comportamento (individual e coletivo) dos seres humanos”. Devido ao debate sobre a conceituação ser extenso, de forma a seguir os estudos, este artigo tratará de paisagem corroborando com as ideias de Jean-Marc Besse (2014), onde o termo é classificado como a terceira porta através de um complexo sistêmico que articula elementos naturais e culturais em um objetivo conjunto.

É a partir dessa articulação de elementos naturais e culturais que se inicia, através de métodos de análise e leitura, entender o espaço de trabalho, de forma a então propor-se diretrizes e propostas para a área estudada. Com base no sistema estruturado pela mobilidade e funcionalidade deste grande ecossistema da paisagem, tanto pela integração ecológica como mobilidade, o que contribui para propiciar a qualidade de vida urbana e natural da cidade, além de propiciar benefícios individuais, sociais, ambientais, culturais, ecológicos e econômicos. Somado a isso, o planejamento desse sistema é controlado e interligado de forma harmônica à ocupação e usos antrópicos, principalmente quando se encontram próximos aos elementos naturais e permite a conectividade e mobilidade biótica e humana.

Os efeitos oriundos das atividades humanas são denominados de ações antrópicas e constantemente afetam os fatores bióticos e abióticos. Para a compreensão destes fatores bióticos, abióticos e antrópicos é preciso se analisar de forma sistêmica, integrativa e holística, subentendendo que cada sistema ou subsistema desempenha uma ou mais funções e propósitos, portanto uma ou mais mudanças nas variáveis do ciclo geo-biofísico do funcionamento do sistema é capaz de desencadear reações em cadeia, influenciando diretamente em outras variáveis e afetando o equilíbrio do ecossistema (HERZOG, 2013).

O referente artigo tem como finalidade apresentar e elucidar medidas de planejamento ecológico da paisagem do município de pequeno porte Jaguari, localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, microrregião da cidade de Santa Maria, apresenta uma área de 673,401 km² e 11.631 habitantes com economia baseada no setor primário, segundo dados do IBGE (2010).

Planejamento ecológico da paisagem: conceitos para aplicação

Paisagem: conceitos e definições

De acordo com Boullón (2002, p. 116) a definição do conceito de paisagem “é normalmente utilizada para denominar os atrativos naturais e o ambiente natural, embora esse vocábulo seja utilizado regularmente para indicar aquelas partes de tal ambiente que se destacam por sua beleza”. Tratando-se sob um debate ecológico, paisagístico e ambiental, a Paisagem se caracteriza por conformar um mosaico, no qual se sucedem diversas interações e fluxos de ecossistemas e energias, relacionados a ações antrópicas, configurações espaciais e usos do solo. Segundo Macedo (1999, p. 15) a paisagem “é constituída pelo relevo, pelas águas, construções, estradas, formas de propriedade do solo, ações humanas decorrentes (como plantios e edificações) e, finalmente, pelo comportamento (individual e coletivo) dos seres humanos”.

Somado a isso, Gorski (2010, p. 40) explana que “num determinado sítio físico, num contexto de espacialidade e temporalidade, as relações entre homem e natureza compõem a paisagem”. O então resultado de ações de elementos físicos, químicos, biológicos e da intervenção humana no meio, através da mútua dependência, resultam numa união única e indestrutível de constante evolução.

A paisagem não está relacionada somente a sua abrangência espacial, são também identificadas classes de sistemas e unidades que se alteram de acordo com âmbito trabalhado o que propicia novas possibilidades de estudos e abordagens. Ainda, de acordo com Macedo faz-se necessário análises referentes às variações e dimensões das paisagens:

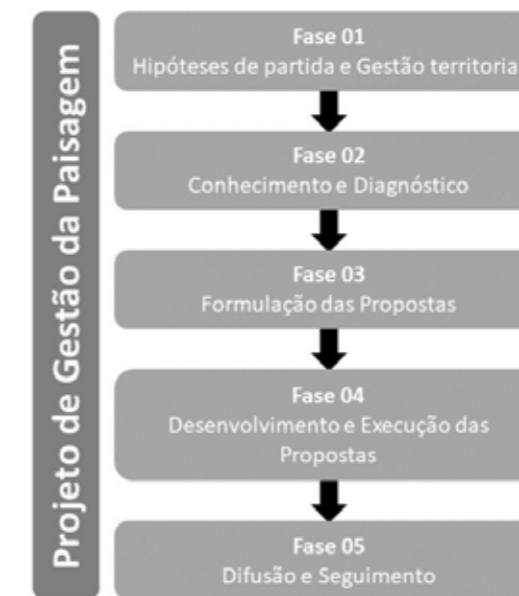
[...] dentro de uma escala de um observador que não pode, devido a limitações físicas, abranger o ambiente terrestre como um todo, dentro do seu campo visual ou de análise, e, portanto, para o ser humano a cada paisagem sempre sucederá outra e assim por diante (MACEDO, 1993, p. 11).

Paisagem: leitura e análise

O estudo da paisagem e seu planejamento começaram a ganhar força a partir da metade do século XX, principalmente por países que passaram por um acelerado processo de urbanização. Nos anos 2000, em Florença, a Convenção Europeia da Paisagem (CEP) sintetiza atividades com aspirações e recomendações para se trabalhar com a paisagem, no quadro 1 é possível listá-las.

Para fazer-se a leitura e análise de paisagens, sendo elas de qualquer escala de trabalho ou nível de urbanização, utilizando como premissas as atividades estipuladas pelo CEP. A exemplificação será feita para o município de Jaguari, localizado no interior do estado do Rio Grande do Sul, com reconhecimento como *Cidade das Belezas Naturais* devido à grande extensão de terras banhadas pelo rio Jaguari (afluente do Rio Ibicuí), além de morros que circundam a cidade.

Atividades definidas pela Convenção Europeia da Paisagem (CEP)	
1.	Identificar e caracterizar as paisagens e as suas principais transformações;
2.	Definir medidas orientadoras para a gestão da paisagem;
3.	Promover a participação pública no decurso da sua implementação;
4.	Definir objetivos de qualidade paisagística para as paisagens identificadas recorrendo para esse efeito à consulta pública;
5.	Proteger a paisagem com vista a preservar o seu carácter, qualidades e valores;
6.	Gerir a paisagem no sentido de harmonizar as alterações a que a mesma vai sendo sujeita em resultado de processos sociais, económicos e ambientais;



Gestão da paisagem

Segundo Busquets e Cortina (2009, p. 3. Tradução nossa), “o conceito de Gestão da Paisagem é de utilização recente, de surgimento mais tardio que outros conceitos do mesmo âmbito, com os que às vezes é confundido”. A partir de diversas definições estipuladas pela Convenção Europeia da Paisagem (CEP) o conceito de Gestão da Paisagem é entendido como:

O processo de formulação, articulação e implantação de uma estratégia voltada para a avaliação de uma determinada paisagem e a melhora da qualidade de vida das pessoas, no âmbito do desenvolvimento sustentável, através do uso de instrumentos adequados, dos programas e ações estabelecidas em um projeto de gerenciamento da paisagem (BUSQUETS; CORTINA, 2009, p. 4. Tradução nossa).

O Planejamento Ecológico da Paisagem, sinônimo do conceito de Gestão da Paisagem, surge como um estudo, através de planos e ações, com o intuito de recuperar, controlar e conservar o ambiente natural. Esse planejamento se utiliza de dinâmicas ambientais locais, bem como as características e elementos da região para a sua constituição, e configura-se como uma ferramenta de gestão, tanto para Unidades de Conservação, como para cidades e regiões. Essas ações e planos são definidas por decisões

Quadro 1 - Aspirações e recomendações estabelecidas na Convenção Europeia de Paisagem. Fonte: Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, reunião ocorrida em Lisboa, 2018.

Figura 1 - Etapas da Gestão da Paisagem. Fonte: Adaptado de Busquets e Cortina (2009, p. 8) pelos autores, 2019. Tradução nossa.

previamente pensadas e planejadas, nos quais são traçados objetivos e formas para concretizá-los.

Busquets e Cortina (2009, p. 8. Tradução nossa), citando a Convenção Europeia de Paisagem (CEP), define o Projeto de Gestão da Paisagem em cinco fases, conforme demonstrado na figura 1.

Assim como as aspirações e recomendações estabelecidas na Convenção Europeia de Paisagem (CEP), elencam atividades a serem executadas ao longo do processo de leitura e análise da paisagem e posterior gerenciamento da paisagem, sua gestão, segundo Busquets e Cortina (2009) é um processo transversal e transdisciplinar.

Suas características fundamentais são dinamismo, participação social, rigor e criatividade na abordagem de estratégias e propostas, onde, ainda de acordo com Busquets e Cortina (2009, p. 34. Tradução nossa), “essas qualidades tornam possível especificar os objetivos, desenvolver as ideias força e criar um argumento adequado para alcançar os objetivos de um projeto de gerenciamento de paisagem específico”.

Jaguari: cidade das belezas naturais

Jaguari significa ‘rio das onças’, pois jaguar é o nome deste felídeo em guarani e o sufixo ‘y’ corresponde a rio, na mesma língua. O nome dispõe de respaldo histórico, já que essas feras causaram muitas mortes entre os índios Guaranis, os primeiros habitantes do local (OLIVEIRA, 2010, p. 10).

A cidade de Jaguari, como muitos outros municípios do Rio Grande do Sul, foi consequência do processo de colonização do final do Império, no século XIX. Esse sistema se deu devido à vinda da corte portuguesa e também pela abertura dos portos, momento em que a imigração passou a ser incentivada.

Conforme apresentado no *Registro da Colônia de Imigrantes de Jaguari e/ou no Registro de Colonos Imigrantes 1888-1906*, no ano de 1888 iniciou-se as primeiras doações de lotes agrícolas. O loteamento e urbanização da cidade foram planejados pelo Eng. José Manuel de Siqueira Couto juntamente com os primeiros imigrantes italianos. Posterior a esses, chegaram à cidade húngaros, poloneses, russos, brasileiros, alemães e outros.

Aos poucos o local foi estabelecendo formas de ocupação colonial. Em outubro de 1889, foi criada, então, a Colônia de Jaguari. No início do século XX, a colônia de Jaguari já alcançava notável progresso, sendo que em 1906 sua população já alcançava 14.500 habitantes, número muito superior ao das vilas nos municípios vizinhos. Com os avanços, a Colônia Jaguari tinha planos de emancipação política desde o início do século XX, no entanto, a antiga colônia converteu-se no 3º distrito de São Vicente (OLIVEIRA, 2010, p. 11).

Somente no ano de 1920 Jaguari cresce a categoria de município, sendo conformado com mais 4 distritos: 1º Sede, 2º Santo Izidro 3º Ijucapirama 4º Taquarichin, que permanece com esta divisão até os dias de hoje.

O território municipal da cidade localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, pertencente à mesorregião do Centro Ocidental Rio-grandense, na microrregião de Santa Maria e tem como municípios limítrofes São Vicente do Sul e Mata ao Sul; Santiago e Nova Esperança ao Norte; Jari e Toropi a Leste e São Francisco de Assis a

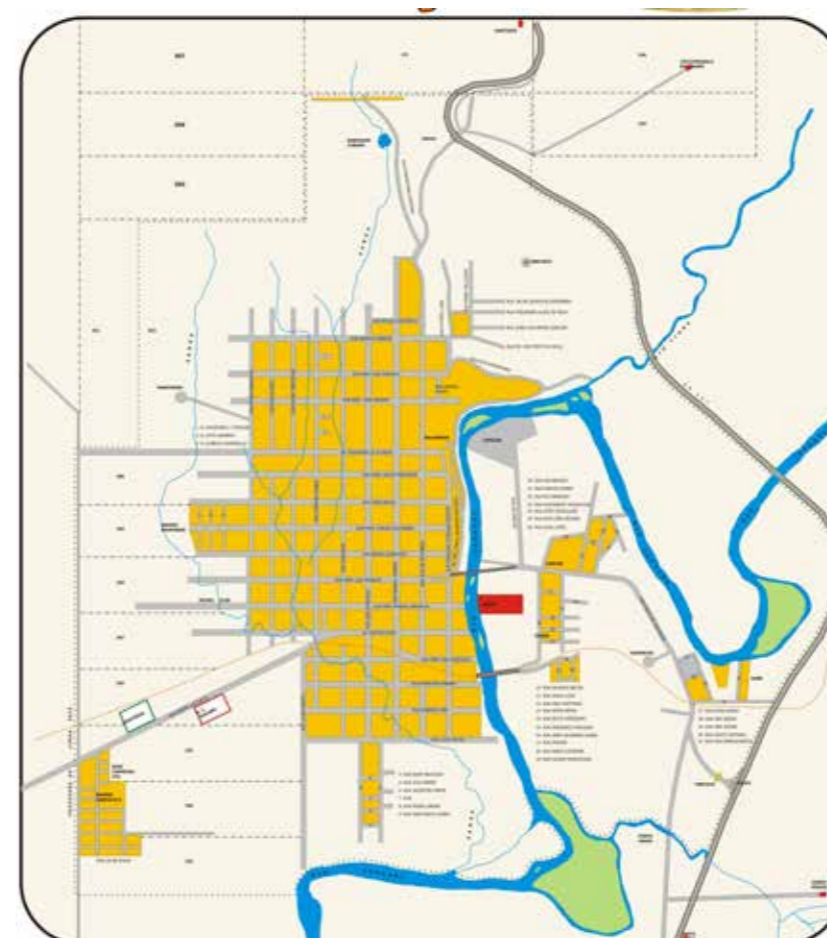
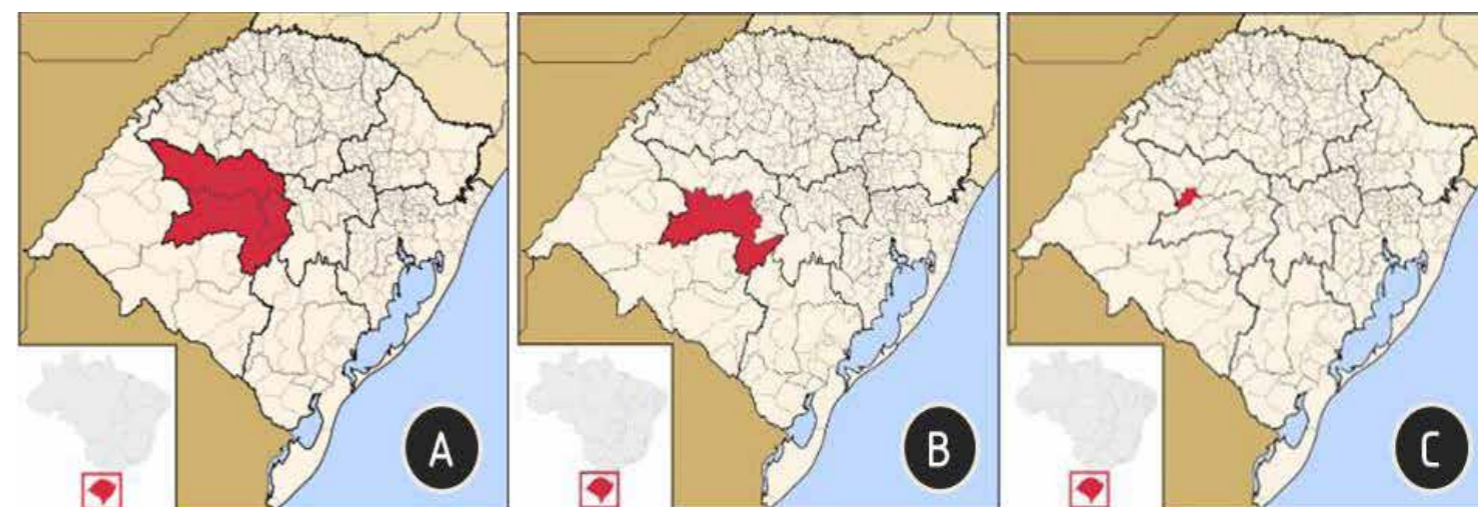


Figura 2 - A) Mesorregião do Centro Ocidental Rio-grandense. B) Microrregião de Santa Maria. C) Cidade de Jaguari. Fonte: Wikipedia, 2015. Figura 3 - Mapa da cidade de Jaguari. Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguari, 2015.

Oeste. Apresenta como via de acesso a BR 287 e está distante aproximadamente 400 km de Porto Alegre, 105 km de Santa Maria – centro geográfico do Estado – e 400 km de Caxias do Sul – berço da colonização italiana do RS.

O município de Jaguari, atualmente com uma população de 11.631 habitantes (IBGE, 2010), e conhecida como a *Cidades das Belezas Naturais*, por sua natureza exuberante, tornou-se Colônia de Jaguari no ano de 1889 e anos mais tarde distrito, em 1893 e somente no ano de 1920, cidade.

Segundo o IBGE (2010), o bioma da cidade de Jaguari é Mata Atlântica e Pampa, com área da unidade territorial de 673,401 km², a cidade é cortada pelo Rio Jaguari, pertencente à Bacia do Rio Ibicuí, maior bacia do Rio Grande do Sul, situada na

fronteira oeste do Estado e compreende parte das regiões fisiográficas da Campanha, Missões e Depressão Central. O município caracteriza-se pela predominância de poucos pavimentos em suas edificações e economia baseada no setor primário.

Planejamento ecológico da paisagem: aplicações para o município de Jaguarí

O Planejamento Ecológico da Paisagem a ser pensado para a área trabalhada no município de Jaguarí, é um estudo, através de planos e ações, com o intuito de recuperar, controlar e conservar o ambiente natural. Esse planejamento se utiliza de dinâmicas ambientais locais, bem como as características e elementos da região para a sua constituição, e configura-se como uma ferramenta de gestão.

Assim, para elaborar os planos e ações da Mobilidade e Funcionalidade Ecosistêmica Global da Paisagem, que contribui para a conexão dos ecossistemas e diferentes espaços livres, a ser empregado, foram caracterizadas e identificadas as distintas estruturas que compõem a paisagem na fase de diagnóstico da pesquisa, tornando-se necessário o estudo de Paisagem bem como os conceitos de Matriz, Fragmento e Corredor.

A paisagem assim fundamenta-se em quatro características mais importantes: estrutura, funcionamento, processos e mudanças. Sua estrutura é formada pelo mosaico territorial e por sua estrutura ecológica, por meio de diferentes combinações espaciais de seus elementos formadores: matriz, corredor e fragmento.

A proposta a ser desenvolvida em Macro Escala para o município de Jaguarí entra, em conformidade com a definição dada por Curado para Ecogênese.

A ecogênese é a reconstituição de ecossistemas parcialmente ou totalmente degradados, valendo-se de uma reinterpretação do ecossistema [...] onde prima pela reconstrução de paisagens que já sofreram profundas modificações em sua estrutura, valendo-se de elementos vegetais autóctones, provenientes de todos os estratos, recompondo suas associações originais (CURADO, 2016, p. 3-4).

Relacionado a isso, concomitante ao desenvolvimento da urbanização sem planejamento e por consequência o desequilíbrio de ecossistemas urbanos no município, faz-se necessário propostas de reintegração entre a cidade e a natureza. Onde o conceito de ecogênese tem notável importância por garantir boa qualidade de vida e conservação da biodiversidade, aliada a malha urbana.

Devido a isso, fez-se necessário o estudo dos conceitos de Matriz, Fragmento e Corredor, onde a Matriz é considerada o elemento dominante da paisagem e de composição mais homogênea. Dentre todos os conjuntos estudados, ela é a que possui os ecossistemas mais conectados; os Corredores também conformam a Paisagem, porém diferentemente da Matriz, tem um maior potencial de conectividade de fragmentos; por serem agentes minimizadores de fragmentos florestais, os Corredores são conectores que viabilizam os fluxos de ecossistemas, contribuindo para sua sobrevivência e preservação de espécies vegetais e animais. Os Fragmentos são caracterizados pelo isolamento e pela perda de habitat.

Essas áreas florestadas são, muitas vezes, interrompidas por barreiras antrópicas, as quais são responsáveis pela fragmentação e redução do sistema de espaços livres vegetados.

Ao fim de todo esse estudo, e de acordo com Pellegrino *et al.* (2006, p. 57) a melhor solução é a criação de um sistema de infraestrutura verde para todo o município de Jaguarí, a qual faz parte de todo esse grande processo de estudo de Mobilidade e Funcionalidade Ecosistêmica Global da Paisagem, interconectando de forma sistêmica espaços vegetados, recursos hídricos, ecossistemas e o homem. Além disso, Pellegrino *et al.* (2006, p. 57) comenta que esses sistemas de espaços contínuos é “selecionado para conectar diversos setores e abrigar funções múltiplas” bem como ordenar a ocupação já consolidada e criar parâmetros e diretrizes para expansão de novas áreas, levando em conta a preservação de fragmentos florestais e cursos d’água em seu estado natural.

A proposta para o município de Jaguarí utiliza de conceitos de Ecologia da Paisagem e Planejamento Urbano, onde:

O ponto principal desta abordagem está no tratamento das áreas verdes, que devem ser entendidas aqui como parte de uma infraestrutura urbana, e não simplesmente como tratamentos de embelezamento. Na realidade as áreas verdes propostas articulam o tecido deste trecho da cidade com o sistema viário e as edificações, abrigando as funções já referidas às já tradicionalmente empregadas como lazer, recreação e contemplação (PELLEGRINO *et al.*, 2006, p. 58).

Assim, a proposta de Mobilidade e Funcionalidade Ecosistêmica Global da Paisagem para o município de Jaguarí une espaços abertos e/ou áreas verdes responsáveis por ligar o meio urbano a regiões vizinhas. Não construídos, esses espaços localizam-se no interior ou nas proximidades das áreas destinadas à construção, vegetados e bastante diversificados quanto a dimensões, exercendo assim múltiplas funções. Dentre essas funções, é possível citar:

- Através da preservação e criação de habitats é seguro a proteção da biodiversidade local;
- Preservação e proteção dos recursos hídricos, juntamente com o auxílio do manejo das águas pluviais, restringindo exposição dos moradores a áreas de risco de enchente;
- Fomento a atividades físicas através do planejamento de espaços de lazer, passeio e recreação;
- Crescimento de atividades culturais e educativas através da integração com espaços livres e iniciativas institucionais;
- Proposta de projetos alternativos de infraestrutura urbana, resistentes ao fator tempo.

Com isso, a infraestrutura verde facilita os serviços ecossistêmicos no momento em que mimetiza as funções naturais da paisagem no perímetro urbano e suas proximidades e permite a mobilidade biótica nessa área.

Diretrizes para aplicações

A proposta em Escala Macro para a cidade de Jaguarí caracteriza-se por qualificações da paisagem e infraestruturas verdes estruturadas como um sistema de parque e sistemas de espaços livres e paisagens interligadas a sistemas de drenagem e tratamentos naturais das águas recolhidas no perímetro urbano do município. Aliado a isso, também serão considerados os espaços livres de edificações que compõem o sistema viário, além dos demais espaços residuais das quadras edificadas.

Este sistema, baseado em um contínuo de espaços livres naturais para os edificados, tem como objetivo básico conectar com segurança os lugares de moradia, trabalho, educação e lazer. A esta função de conexão, são incorporadas outras, com seus outros elementos, de forma a diversificar suas funções e agregar valor à sua existência (PELLEGRINO *et al.*, 2006, p. 58-59).

A proposta para o município de Jaguari busca seguir as seguintes diretrizes:

- Buscar soluções coerentes dos âmbitos: PAISAGÍSTICO, AMBIENTAL e SOCIAL;
- Propor um sistema de infraestrutura urbana que organize a ocupação urbana e reconecte os fragmentos florestais e/ou hídricos existentes;
- Propor um sistema de infraestrutura urbana de aproveitamento de água das chuvas na cidade, além de buscar a sustentabilidade pela conectividade da paisagem e promoção de um paisagismo funcional e menos agressivo ao meio ambiente;
- Preservar áreas de espaços abertos, de usos rural e ambientalmente importantes;
- Propor vizinhanças caminháveis, com espaços diversificados e atraentes, e de acordo com Pellegrino *et al.* (2006, p. 3), com um forte significado de lugar;
- Estimular e direcionar o crescimento da cidade para áreas já construídas e ocupadas;
- Prever zonas de transição entre as áreas já ocupadas, a ocupar, as áreas florestais e as áreas legalmente protegidas (PELLEGRINO *et al.*, 2006, p. 59);
- Garantir a fluidez da drenagem hídrica de forma adequada;
- Assegurar a diversidade dos ecossistemas e sua sustentabilidade;
- Conectar a paisagem por meio de áreas de transição de atividades;
- Conectar as áreas de matrizes com corredores de forma a mitigar os corredores interrompidos e os fragmentos da paisagem;
- Promover através de diferentes práticas a interação e coesão social de forma a promover a integração social destes com a natureza, promovendo a formação do capital social.

Inserção

Para a definição das áreas mais adequadas para cada tipo de uso, empregou-se alguns dos métodos de Pellegrino *et al.* (2006), onde a metodologia aplicada estipula valores intrínsecos e específicos a cada tipo de terra, de modo que certos tipos não de adequam à urbanização, outros tipos de terra são intrinsecamente adequados.

Desse modo, superfícies aquáticas, planícies de inundação, grandes aquíferos de recarga, declividades acentuadas, áreas de conservação permanente, áreas sujeitas à erosão e áreas propícias à agricultura são consideradas inadequadas para o uso urbano. As áreas mais adequadas para o desenvolvimento da urbanização seriam as terras de menor produtividade agrícola e solos mais pobres, normalmente utilizadas por pastagens (PELLEGRINO *et al.*, 2006, p. 59).

Somado a metodologia de valor intrínseco de cada local, também foram utilizados conceitos da Ecologia da Paisagem, onde a paisagem é formada por um conjunto de matrizes, corredores e fragmentos. Essa metodologia apresenta uma visão mais pragmática e estuda os processos de conectividade e fragmentação dos ecossistemas naturais, avaliando a influência humana sobre os processos ecológicos.

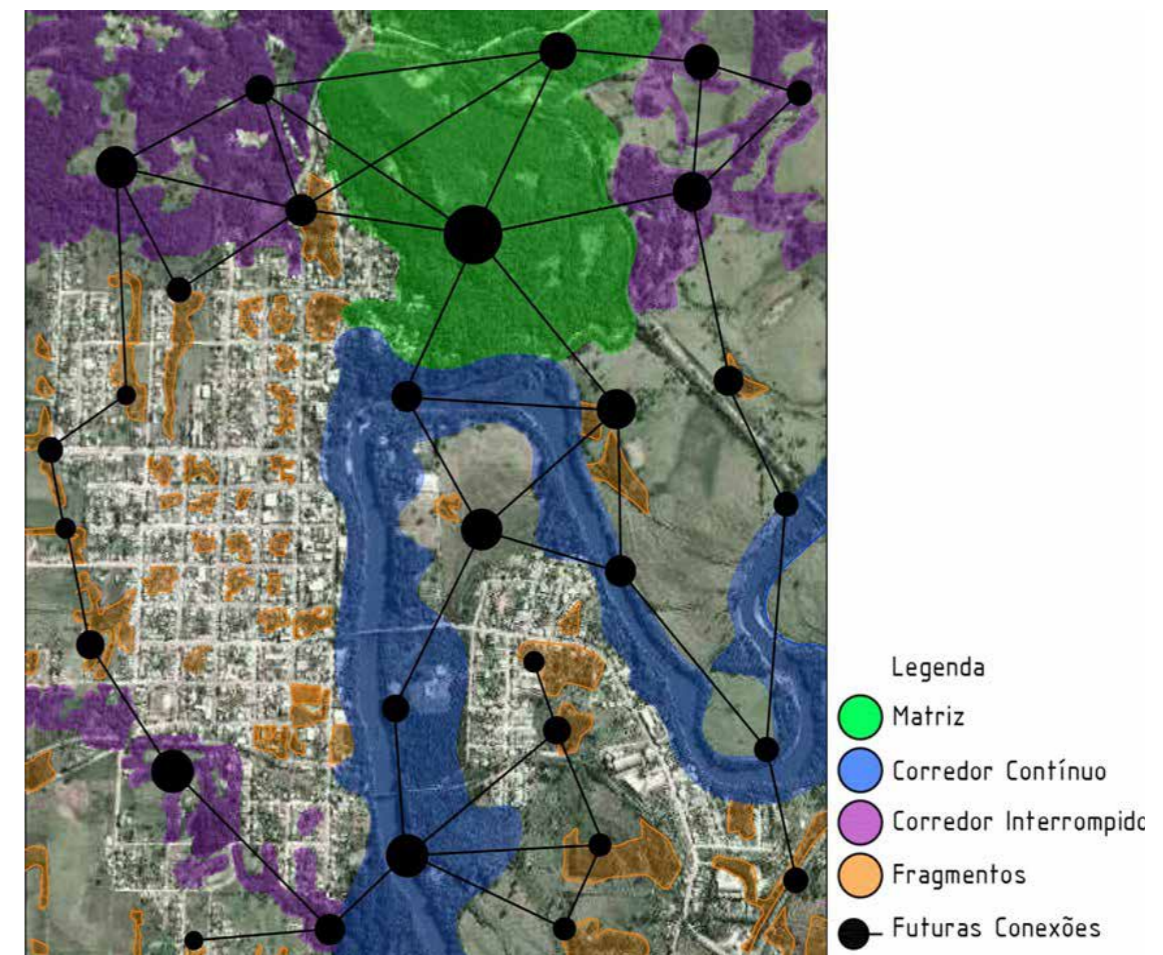


Figura 4 - Aplicação dos conceitos e princípios da Ecologia da Paisagem: Matriz, Corredor e Fragmento realizada na fase de diagnóstico e diretrizes de planejamento da área, com futuras conexões dos espaços livres e paisagens, sem escala. Fonte: Autores, 2015.

Como exemplo de aplicação desses conceitos metodológicos, foram selecionadas áreas-modelo para se adotar o método. Buscou-se no material de diagnóstico da área o estudo dos conceitos de Matriz, Fragmento e Corredor e a aplicação destes ao município de Jaguari. Em seguida, procurou-se por pontos de conexão entre os três princípios e posterior a isso, sentiu-se a necessidade de expandir a área a fim de tornar mais completo o estudo para a proposta dos Sistemas de Espaços Livres e Mobilidade Global.

Para seleção dessa área mais ampla, buscou-se na história do município de Jaguari, no livro *Jaguari 350 Anos de História 1632 – 1982* de Otto Gampert, publicado no ano de 1995, onde conta-se a história de que a colônia foi dividida em linhas que demarcavam os lotes, na época da colonização. As linhas se distanciam 1km entre si e sua nomenclatura é até hoje usada como referência pelos moradores.

Para o referido trabalho, a Escala Macro adotada para as aplicações dos conceitos do texto utilizou-se a área entre as linhas L5 e L10, totalizando 2320,2 ha, onde se localiza a concentração urbana de Jaguari e seu interior rural.

Para essa escala serão adotadas as diretrizes anteriores para assegurar a continuidade dos espaços vegetados e tornar possível a conexão entre fragmentos, corredores e matrizes com a malha urbana, gerando a proposta de um planejado Sistema de Espaços Livres e de Mobilidade Global.

As áreas de transição entre mata e área urbana objetivam fazer uma gradação entre as porções a serem recuperadas, implantadas e conectadas, gerando um importante corredor ecológico e urbano que conectará ecossistemas na área estudada. Além disso, a proposta de parque linear, a ser implantado no município de Jaguari, é uma

Figura 5 - Linhas que demarcavam os lotes na época da colonização, sem escala (em amarelo, o Município de Nova Esperança do Sul; em laranja o Município de Jaguarí).
Fonte: Autores, 2015.

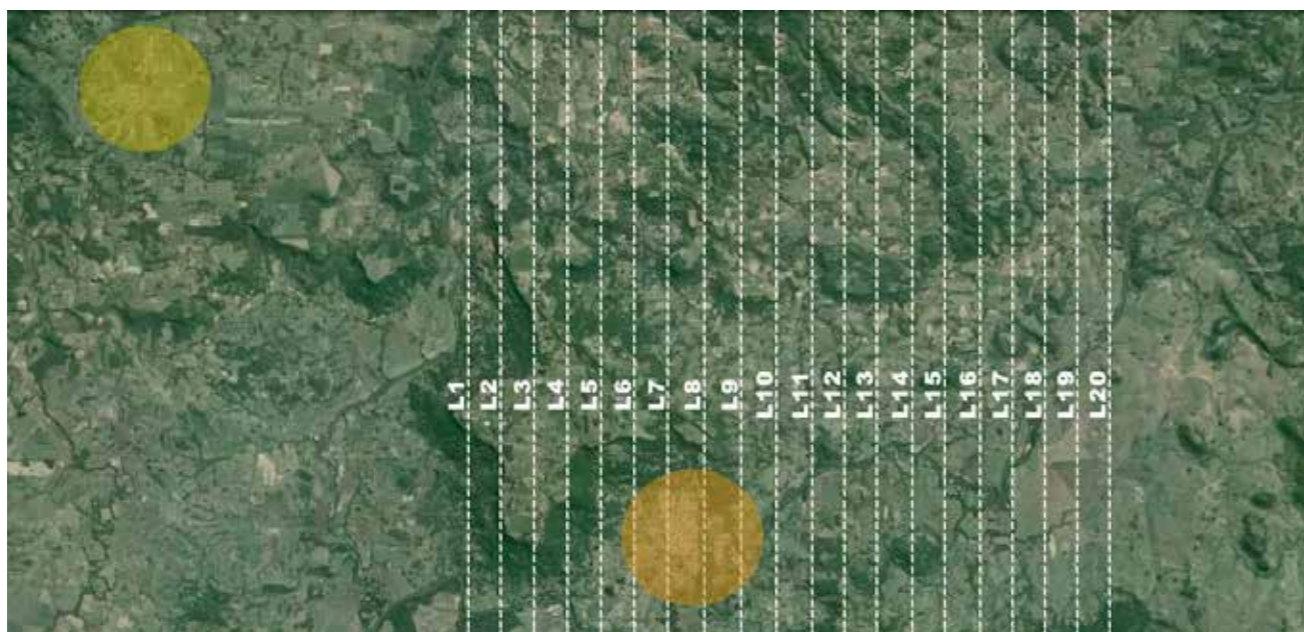
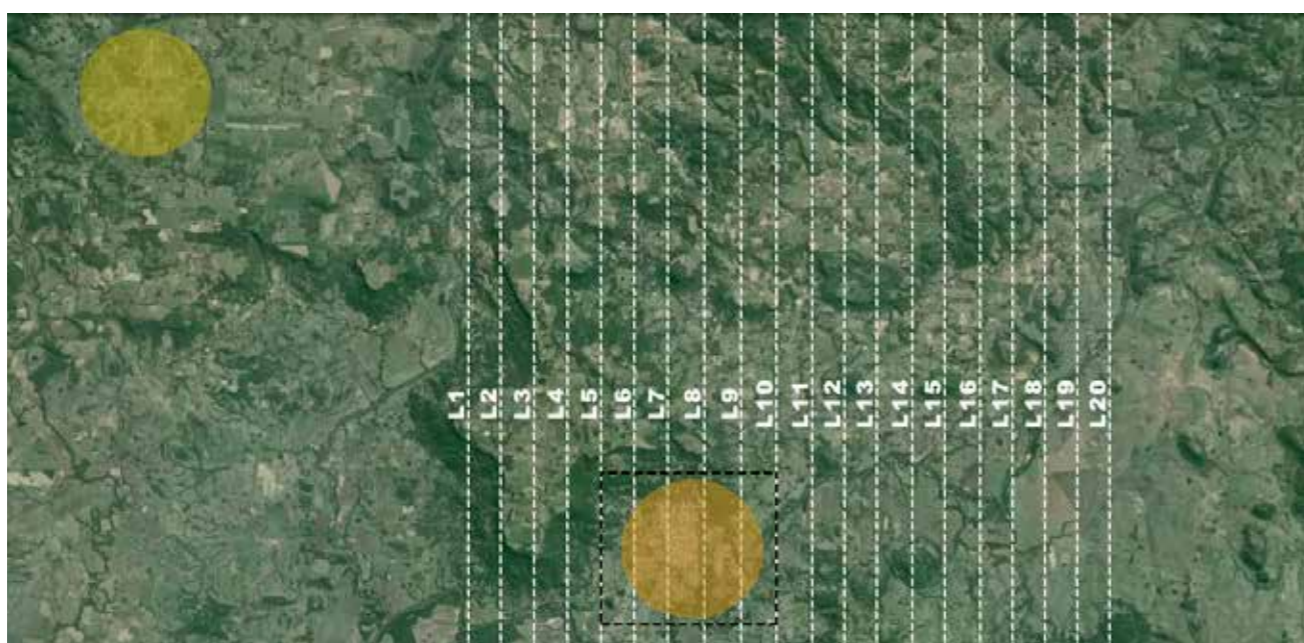


Figura 6 - Área de estudo da Escala Macro, sem escala (em amarelo, o Município de Nova Esperança do Sul; em laranja o Município de Jaguarí).
Fonte: Autores, 2015.



pequena porção de recuperação de áreas de mata ciliar e de qualificação da área ribeirinha do Rio Jaguarí com a retirada em longo prazo da urbanização marginal.

O planejamento do Sistema de Espaços Livres permite, no âmbito municipal garantir a integração do traçado viário, recuos, passeios com a arborização e soluções de infraestrutura verde para a drenagem urbana eficiente, por exemplo, garantindo assim maiores índices de absorção das águas das chuvas, além de diminuir o risco de enchentes.

Nessa escala de município é proposto, por meio de diretrizes a adaptação das vias existentes, as tornando mais agradáveis e de usos múltiplos, aliado ao uso de infraestruturas alternativas. As ruas passarão a ter as seguintes características:

- Promover a integração da arborização das vias e do entorno das edificações com a mata próxima;
- Propor uma hierarquia de vias que valorizem o espaço público e encaminhem a área de um parque linear;

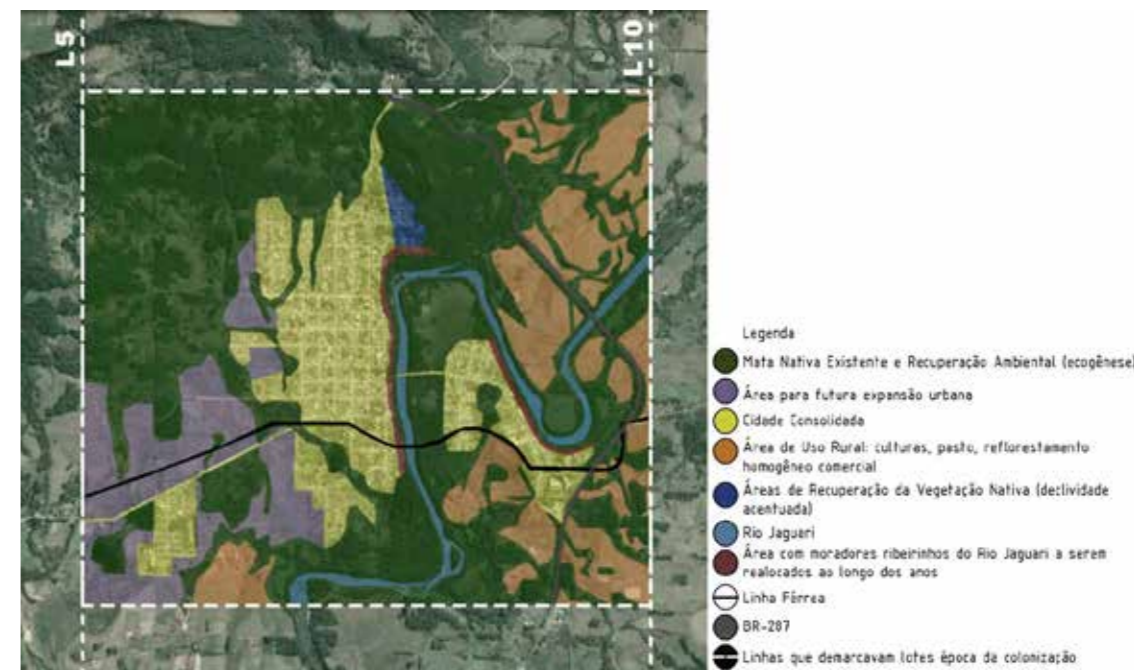


Figura 7 - Mapa com o Plano de Recuperação Paisagístico-Ambiental, sem escala. Fonte: Autores, 2015.

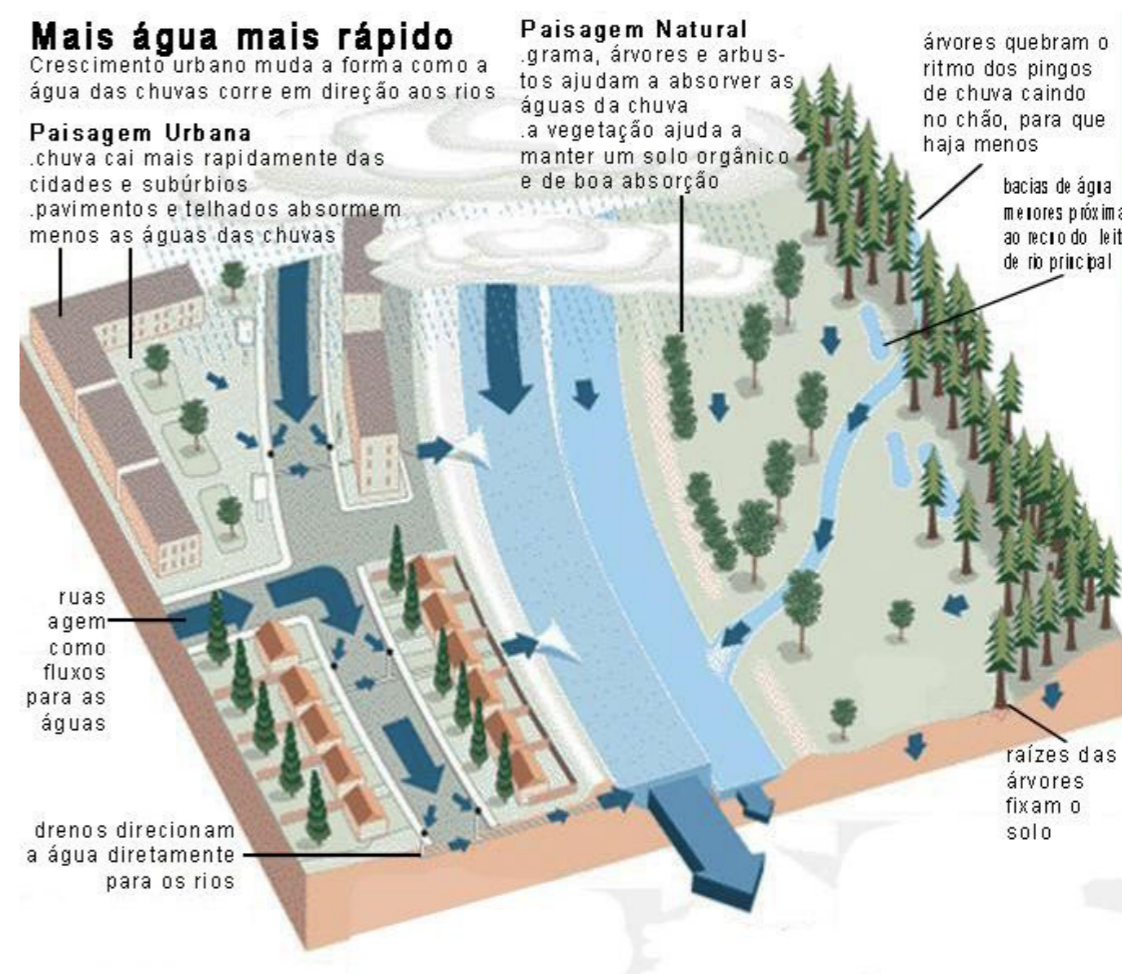
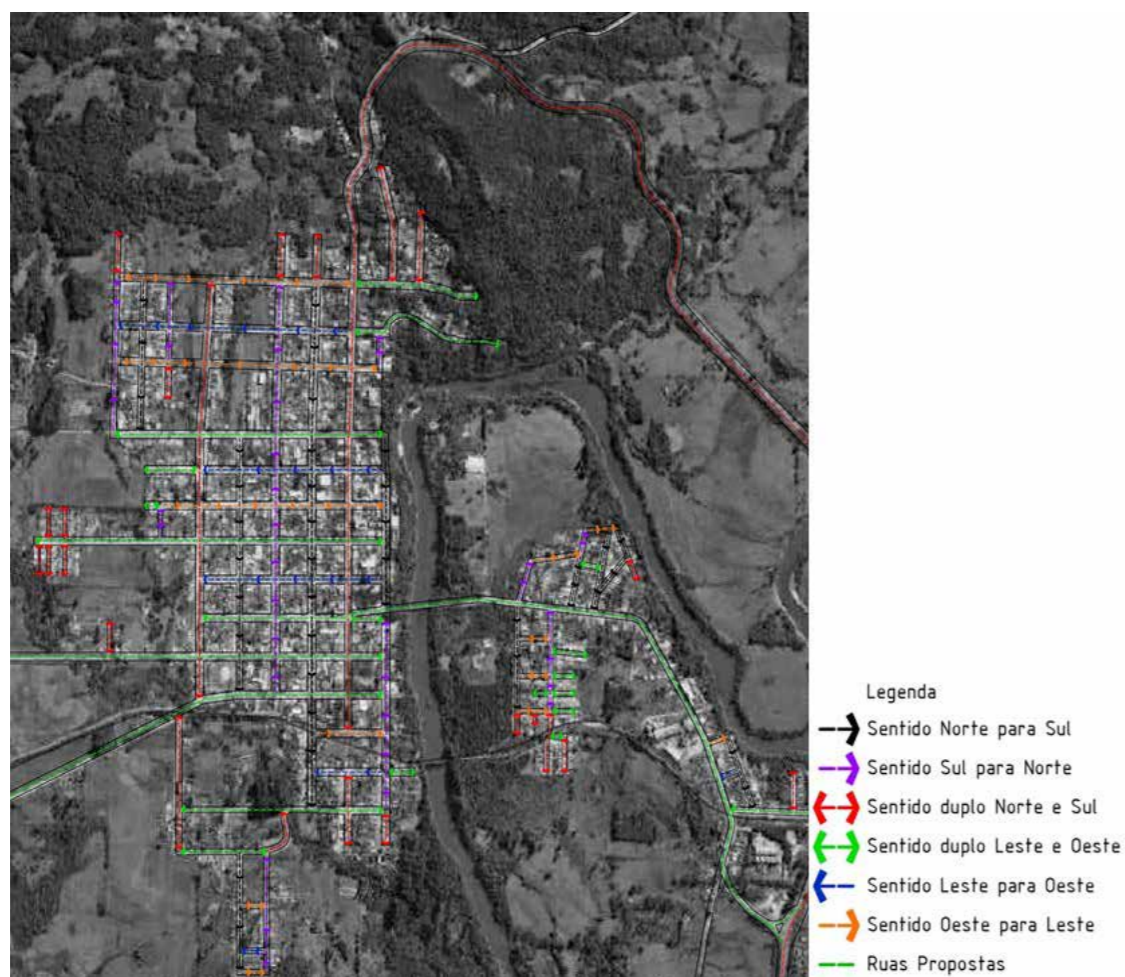


Figura 8 - Esquema do volume, drenagem e velocidade das águas pluviais, sem escala. Fonte: Pippi, 2014. Adaptado por Autores, 2020.

Figura 9 - Fluxo viário proposto para a porção de cidade consolidada do mapa anterior, sem escala. Fonte: Autores, 2015.



- Propor pista multiuso que garanta a segurança aos usuários e incentive o lazer, a recreação e o uso de transportes e mobilidades alternativas na cidade;
- Usar de infraestruturas alternativas para a limpeza, retenção e infiltração da água pluvial.

Para que todas essas medidas sejam possíveis, estudou-se um novo fluxo para as vias de Jaguari, já que atualmente, todas apresentam dois sentidos viários, porém, para que seja possível a aplicação dos princípios de infraestrutura verde e de mobilidade alternativa, foi necessário modificar os sentidos viários.

Essa mudança de sentidos deve-se ao fato de que as ruas, em sua maioria, de 14m, tiveram seus passeios alargados, implantação de jardins de chuva, além de pista multiuso, o que deixou o leito veicular menor, permitindo somente a passagem em dois sentidos, ou em apenas um sentido com estacionamento, como visto na Figura 9.

Em alguns locais têm-se vias menores de 14m, nessas, será retirada a possibilidade de estacionamento, permitindo somente a passagem de carros em um sentido.

O uso de recursos de infraestrutura verde tem o intuito de diminuir e direcionar a vazão da água, além de controlar sua velocidade e prevenir o risco de enchentes. Tais medidas diminuem a poluição, pois as águas vão sendo tratadas por processos naturais através de raízes e pedras, responsáveis por diminuir sedimentos, até desembocar no rio, totalmente filtrada.

No município de Jaguari, na Escala Macro trabalhada nesse artigo, utilizou-se de canteiros pluviais, localizados no decorrer das ruas, para o recolhimento e controle das águas das chuvas. Em bolsões de estacionamentos, faz-se o uso de canteiros



Figura 10 - Perfil da nova estrutura viária para o município, sem escala. Fonte: Autores, 2015.

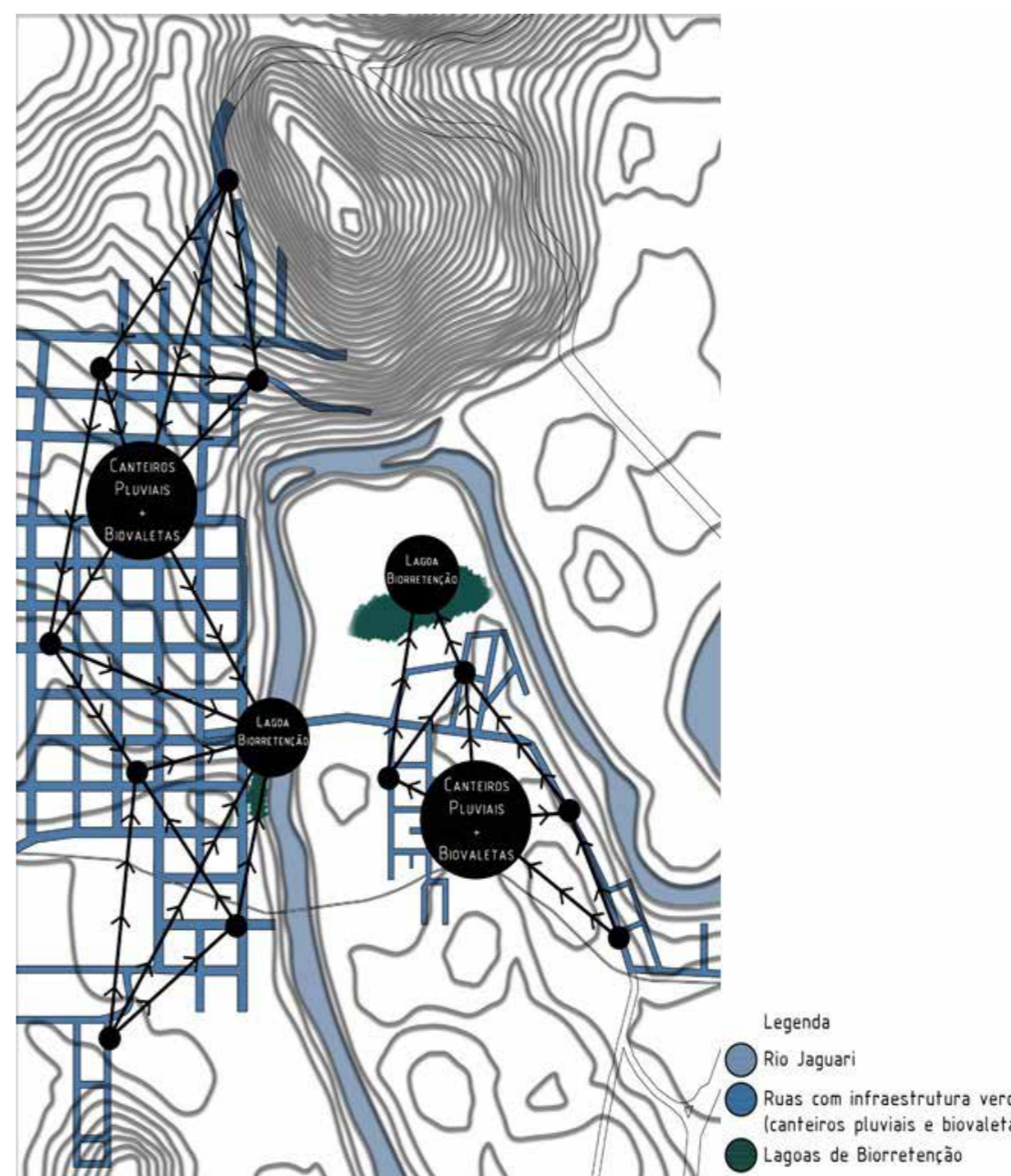
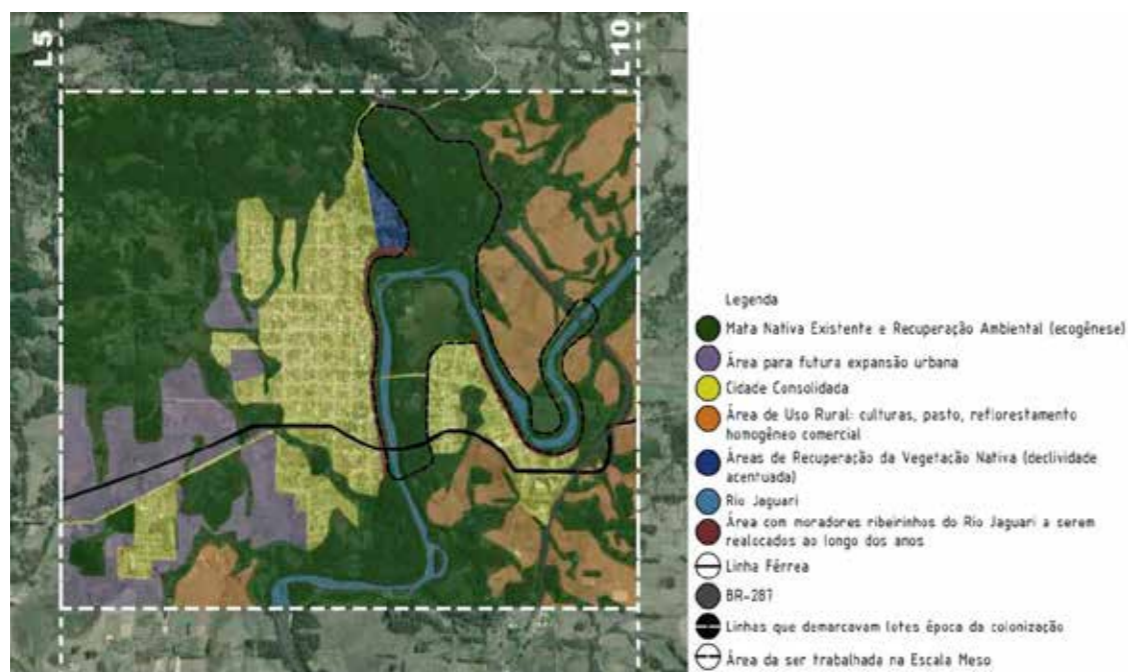


Figura 11 - Esquema da Infraestrutura Verde: redes de drenagem, tratamento e escoamento das águas pluviais no município de Jaguari, sem escala. Fonte: Autores, 2015.



contínuos, denominados biovaletas. A água recolhida nestes elementos desce aos níveis mais baixos da cidade, onde deságua em lagoas de biorretenção, responsáveis por continuar a filtragem das águas através de raízes e pedras. Ao fim de todo esse processo, as águas, já filtradas, são direcionadas ao rio, onde segue seu percurso.

Na Figura 11 é apresentado um esquema da drenagem para o município, na porção de cidade consolidada.

O planejamento total da área do município de Jaguari, através da Mobilidade e Funcionalidade Ecosistêmica Global da Paisagem, transforma a localidade em um sistema integrado à paisagem, onde as características naturais prevalecem, permitindo conectividade de ecossistemas e transformando o meio urbano.

Considerações finais e estudos futuros

Por fim, todas as medidas reunidas no grande Sistema de Espaços Livres proposto para o município de Jaguari, localizado no interior do Rio Grande do Sul, buscam, de maneira integrada, resolver problemas de enchentes e drenagem, sem transferir-las de lugar, além de proporcionar maior qualidade de vida a população da cidade e preservação de ecossistemas. O Rio Jaguari torna-se o ponto central do município, agregando funções multifuncionais e educacionais, dando uma nova perspectiva aos moradores, trazendo como ideia para trabalhos futuros a projeção de um parque para a cidade na área destacada na Figura 12.

O planejamento e posicionamento de área para inserção de um Parque Linear nas margens do Rio Jaguari, que se configura como um corredor verde de grande importância aos ecossistemas locais, além de fazer parte do sistema de Mobilidade e Funcionalidade Ecosistêmica Global da Paisagem planejada para a área de estudo. Por se localizar próximo ao rio, esse corredor verde, agrega diferentes funções à área, além de valorizar ambientalmente e paisagisticamente esse espaço livre.

Os espaços livres são definidos como todos os espaços *livres de edificação*, sendo eles no meio urbano ou não, conformados pelos elementos – ar, água, solo, vegetação, entre outros, servindo de exemplos parques, praças, parques lineares, áreas verdes

e praças. Dessa forma, a área de parque a ser pensada para o município de Jaguari se consolida como um espaço livre dentro da pequena cidade, pois, em concordância com Pellegrino (*et al*, 2006, p. 9), apresenta “usos definidos e socialmente valorizados, ajudando a preservar a biodiversidade e o controle da quantidade e qualidade das águas”.

Futuros trabalhos podem aplicar os conceitos de planejamento de gestão da paisagem trabalhados no presente artigo, utilizando de dinâmicas ambientais particulares de cada localidade, o material gerado pode servir de apoio e auxiliar em trabalhos acadêmicos ou de gestores públicos de municípios, sejam eles de maior ou menor escala.

Referências

BESSE, Jean-Marc. *O Gosto do Mundo: Exercícios de Paisagem*. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do Espaço Turístico*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

BUSQUETS, Jaume; CORTINA, Albert. *Gestión del paisaje: Manual de protección, gestión y ordenación del paisaje*. Barcelona: Ariel, 2009.

CURADO, Mirian Mendonça de Campos. *Paisagismo contemporâneo no Brasil: Fernando Chacel e o conceito de ecogênese*. DOCOMOMO 2016. Disponível em: <https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/145.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

FLORENÇA. CONSELHO DA EUROPA. (Org.). *Convenção Europeia da Paisagem*. 2000. Disponível em: <https://rm.coe.int/16802f3fb7>. Acesso em: 24 out. 2019.

GAMPERT, Otto. *Jaguari 350 Anos de História 1632 - 1982*. Jaguari: Pallotti, 1995.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. *Rios e Cidades: Ruptura e Reconciliação*. São Paulo: SENAC, 2010.

HERZOG, Cecilia Polacow. *Cidade para Todos: (Re) Aprendendo a conviver com a natureza*. Rio de Janeiro: Mauad X, Inverde, 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MACEDO, Silvio Soares. *Paisagem, Urbanização e litoral: do éden à cidade*. São Paulo: FAU-USP, 1993.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro de Paisagismo no Brasil*. São Paulo: Quapá, 1999.

OLIVEIRA, Rosana Prado. *Intervenções em edificações históricas na cidade de Jaguari – RS: Costurando cenários, Reconstruindo memórias*. 2010. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal de Santa Maria.

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita; GUEDES, Paula Pinto. PIRILLO, Fernanda Cunha. FERNANDES, Sávio Almeida. A Paisagem da Borda. In: COSTA, Lucia Maria Sá Antunes (Org.) *Rios e Paisagem Urbana em Cidades Brasileiras*. Rio de Janeiro:

Viana & Mosley/Proub, 2006, v. 1, p. 57-76.

PIPPI, Luis Guilherme Aita. *Social Network Interaction and Behaviors on Recreational Greenways and Their Role in Enhancing Greenway Potential*. 2014. Tese. Universidade Estadual da Carolina do Norte. Raleigh.

POLÍTICA NACIONAL DE ARQUITETURA E PAISAGEM (2018). *Convenção Europeia da Paisagem*. Lisboa. 2018. Disponível em: <http://premiopaisagem.dgterritorio.gov.pt/convencao-europeia>. Acesso em: 24 out. 2019.



GUIA DE PLANEJAMENTO URBANO PARA CIDADES PEQUENAS, DA ONU-HABITAT

Isabella Khauam Maricatto¹, Gabriela Oliveira Wedekin²
e Bianca Ramires Soares³

Resumo

Esta resenha pretende enunciar e descrever o Guia de Planejamento Urbano Incremental Participativo⁴ (PIUP) lançado pela ONU-Habitat, que funciona com o intuito de apoiar o processo de planejamento urbano participativo. Tem como objetivo central amparar a incorporação de planejamento urbano em governos locais e países em desenvolvimento a implementar a Nova Agenda Urbana⁵ (NAU) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁶ (ODS), tendo como foco as cidades pequenas em rápido crescimento. Dessa forma, reconhecendo a necessidade de diretrizes para seu desenvolvimento, o guia representa um avanço para o planejamento urbano das cidades de pequeno porte.

1 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Urbanismo Contemporâneo do PROGRAU/UFPEL. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UEL.

2 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, no Programa Associado UEM/UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPU). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UEL.

3 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa em Urbanismo Contemporâneo no PROGRAU/UFPEL. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAUrb/UFPEL.

4 A publicação foi lançada originalmente em inglês: *Participatory Incremental Urban Planning* (PIUP).

5 A Nova Agenda Urbana (NAU) da Organização das Nações Unidas (ONU) foi aprovada em outubro de 2016, durante a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), em Quito, no Equador. Nasceu como um roteiro para orientar a urbanização sustentável nos 20 anos seguintes. Disponível em: <http://www.fna.org.br/2018/08/16/nova-agenda-urbana-da-onu-desafia-cidades-a-setor-tornar-mais-inclusivas-e-sustentaveis/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

6 Segundo o Site da Confederação Nacional, foi em setembro de 2015 que os 193 países membros das Nações Unidas adotaram uma nova política global: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas. Para isso, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas que visam uma ação conjunta que agrega diferentes níveis de governo, organizações, empresas e a sociedade em geral tanto nos âmbitos internacional e nacional como no local. Essa agenda se pauta em cinco áreas de importância, também chamados 5 Ps: Pessoas, Prosperidade, Paz, Parcerias e Planeta. Disponível em: <http://www.ods.cnm.org.br/agenda-2030>. Acesso em: 09 fev. 2021.

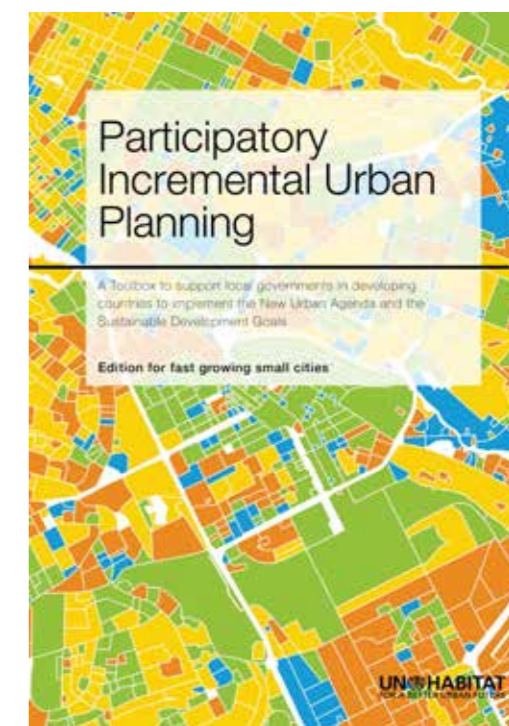


Figura 1 – Capa do Guia de Planejamento Urbano Incremental Participativo. Fonte: UN-Habitat/ Nairóbi, 2020.

Resenha

Lançado em Fevereiro de 2020 pelo Laboratório Urbano da ONU-Habitat⁷, o PIUP, foi apresentado pela primeira vez no 9º Fórum Mundial Urbano que teve como foco temático a implementação da Nova Agenda Urbana adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III⁸. A NAU colabora para a implementação do desenvolvimento sustentável de maneira resiliente e inclusiva, estruturada a partir de metas para as cidades e aglomerados urbanos (UN-HABITAT, 2016).

Nesse contexto, a ferramenta PIUP serve como um roteiro para implementação local da NAU e dos ODS da Agenda 2030. Além dessas duas iniciativas, também é pensada e desenvolvida no contexto das Diretrizes Internacionais sobre Planejamento Urbano e Territorial (IG-UTP), que sugere uma estrutura global para a promoção de políticas, planos e projetos para as cidades e territórios. Conforme Thomaz Ramalho⁹ (2020), supervisor e autor da ferramenta PIUP, partindo de uma leitura estruturada da NAU, cada parágrafo apresenta os objetivos e questões de metodologia urbana que buscam promover o planejamento urbano e territorial integrado, além de ferramentas para expansão urbana planejada. Foram identificados padrões em modelos de planos que não eram acessíveis a governos locais, especialmente quando se referiam às cidades pequenas. As dificuldades de implementação de pequenos projetos urbanos foram identificadas em diferentes cidades, tanto brasileiras como também de vários países como Guiné Bissau, Haiti, Etiópia, Angola, São Tomé e Príncipe, Arabia Saudita,

7 O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) foi estabelecido em 1978, como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I). Com sede em Nairóbi, capital do Quênia, é a agência das Nações Unidas que atua em prol do desenvolvimento urbano, social, econômico e ambientalmente sustentável e promove a moradia adequada para todas e todos. Disponível em: <http://www.circuitourbano.org/>. Acesso em: 17 fev. 2021.

8 Disponível em: <https://www.forumdascidades.pt/content/x-sessao-do-forum-urbano-mundial-abu-dhabi-8-13-fevereiro-de-2020>. Acesso em: 21 fev. 2021.

9 O documento da apresentação está disponível em: <http://www.circuitourbano.org/Apresentacao-da-ferramenta-Planeamento-Urbano-Incremental-Participativo-PIUP.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

Comores, Cabo Verde, entre outros. Assim, o objetivo é orientar os governos locais no desenvolvimento e implementação de um planejamento urbano mais eficaz. O PIUP apresenta uma metodologia passo a passo que possui como alvo líderes municipais, planejadores urbanos, investidores, sociedade civil e setor privado (UN-HABITAT, 2020).

O guia é baseado em um plano de ação, organizado em linha do tempo, simulando uma caixa de ferramentas para a instrumentalização do processo de planejamento urbano participativo, integrando a comunidade com o corpo técnico. Contribui para o planejamento das cidades pequenas a partir da metodologia desenvolvida para diagnosticar, planejar, operacionalizar e implementar processos de planejamento participativo em cidades com capacidades e recursos limitados. Reconhece-se a oportunidade de utilização do guia para a modificação de planos diretores. Assim, seria interessante conciliar a perspectiva do plano com a perspectiva a longo prazo levando em consideração o plano diretor de cada cidade, propondo uma nova geração de planos diretores até 2030 (RAMALHO, 2020).

O PIUP consiste em quatro fases: *avaliação, plano, operacionalização e implementação*. Essa estrutura é subdividida em 15 blocos e 69 atividades, que são apresentadas como um manual técnico para possíveis práticas participativas, delineando caminhos inclusivos e sustentáveis. Dentre as atividades descritas, há aquelas que são consideradas fundamentais, recomendadas e opcionais. O nível de prioridade indica a relevância do desenvolvimento de cada atividade ao longo do processo. Além disso, prevê o tempo de duração que cada atividade requer para ser finalizada. Diferentes níveis de participação são propostos com o intuito de abrir espaço para o engajamento da comunidade no processo.

Nesse sentido, é orientado para impactos reais, e baseia-se nas melhores práticas da ONU-Habitat, abrangendo diretrizes e experiências internacionais, tais como: Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo de Angola; Plano Espacial de Desenvolvimento Sustentável Bissau em 2030; Fundo de Prosperidade Global Futuras Cidades desenvolvido no Brasil em Belo Horizonte e em outros países como Indonésia, Malásia, Nigéria, África do Sul e Turquia. A constatação voltada aos impactos reais fez com que fossem desenvolvidas as fases de operacionalização e implementação. A ferramenta é adaptável aos contextos urbanos. Além disso, é incremental, ou seja, reconhece-se a capacidade de implementação de cada cidade conforme o contexto em que está inserida e alinha os interesses da população ao percurso básico processual que é sugerido. Não sendo completamente linear, é aberta e flexível.

No momento atual, o guia está disponível apenas na versão em inglês. Existe também uma resenha traduzida para o português, publicada no site Archdaily¹⁰, apresentada em tópicos, possui todo o quadro processual do PIUP, englobando todas as ferramentas em que foram produzidas. Entretanto, na proposição apresentada aqui, com o intuito de contribuir de maneira direta para o acesso, complementar as informações e direcionar a ferramenta às fases processuais do guia, alguns blocos selecionados foram esmiuçados e apresentaram os principais registros de propostas e estratégias.

Avaliação

A primeira fase tem o objetivo principal de preparar e entender o contexto e a condição

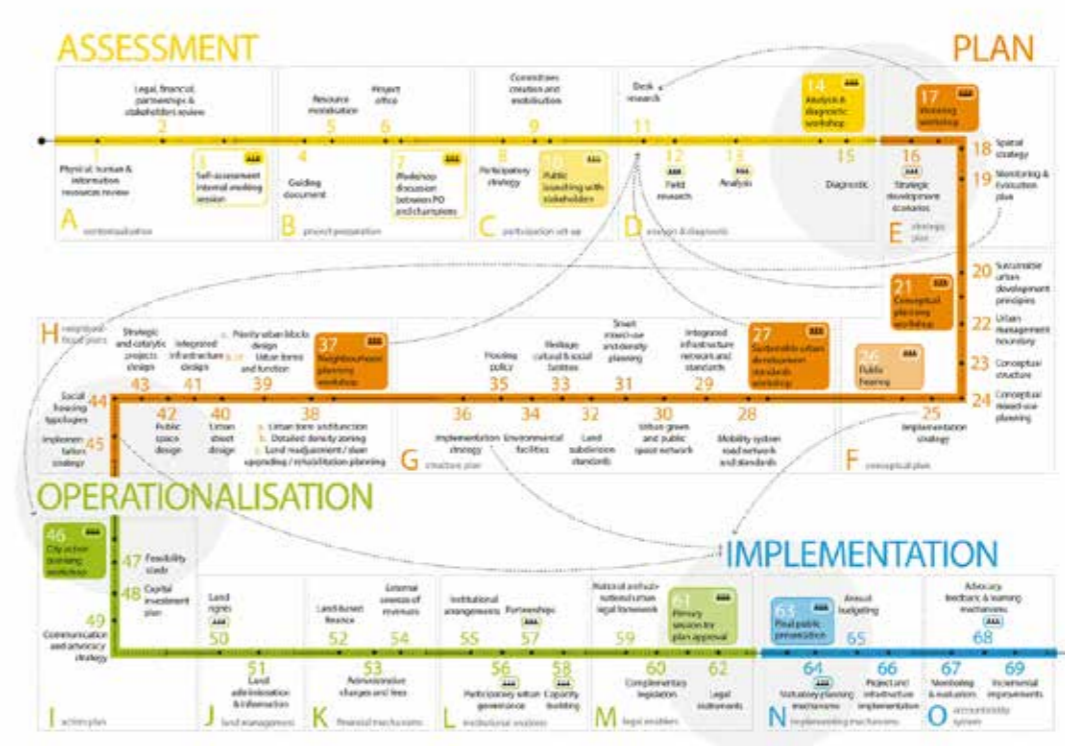


Figura 2 – O Processo PIUP (Participatory Incremental Urban Planning).
Fonte: UN-Habitat, 2020.

atual da cidade. Primeiramente, através da compreensão das atuais condições endógenas e exógenas é identificado os recursos disponíveis para o plano processual. Apoiado nisso, o processo é analisado conforme o contexto e adaptado para a cidade, assim, inicia-se a preparação do projeto, tendo como foco desenvolver um documento guia e estabelecer um time para dirigir o plano processual. Ademais, a participação é fundamental nessa etapa, posto que a cooperação dos participantes locais ajuda a entender melhor o território que está sendo planejado. Dessa forma, um dos blocos desta fase será dedicado à preparação e estabelecimento de mecanismos de participação e estratégias que irão guiar o plano processual (UN-HABITAT, 2020).

A primeira fase Avaliação é dividida em:

- Bloco A_ Contextualização
- Bloco B_ Preparação do Projeto
- Bloco C_ Configuração do processo participativo
- Bloco D_ Análise e Diagnóstico

Como já mencionado, nesta resenha foi feita a seleção de alguns blocos para serem apresentados com mais detalhes. Assim, o Bloco D, Análise e Diagnóstico é um deles.

BLOCO D: Análise e Diagnóstico

Há a definição das bases para as escolhas e decisões a serem feitas pelas partes interessadas ao longo do processo de planejamento, através das principais evidências coletadas. O diagnóstico urbano e territorial visa compreender a estrutura da cidade, desenvolvendo “um *retrato espacial* através de uma compreensão compartilhada e reconhecimento dos desafios territoriais e oportunidades em uma área de planejamento dada ou escolhida” (UN-HABITAT, 2020, p. 41), por meio de diferentes níveis, desde o nível metropolitano e regional até o nível de bairro. A cada nível tem-se diversos tipos de atores que auxiliam no mapeamento. No nível metropolitano e regional, escritórios regionais, equipe técnica municipal, bem como prefeitos e administradores locais, trabalham de maneira integrada. Já no nível municipal, prefeitos e administradores

¹⁰ Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/953576/un-habitat-lanca-manual-para-o-desenvolvimento-urbano-sustentavel-em-pequenas-cidades>. Acesso em: 12 jan. 2021.

locais operam com a equipe técnica municipal e líderes comunitários. Enquanto o nível de distritos, bairros e vilas é composto pela equipe técnica municipal e atuam juntamente com líderes e membros da comunidade (RAMALHO, 2020). Este bloco tratará principalmente do processo de participação, através de diversas atividades com a população, em especial, durante a coleta de dados, pois as comunidades ajudam a entender melhor seu território e arredores. O mapeamento participativo possibilita a identificação dos principais problemas e precariedades que a cidade se defronta, como também suas potencialidades para desenvolvimento futuro (UN-HABITAT, 2020).

Plano

A segunda fase tem o objetivo de desenvolver, primeiramente, um Plano Estratégico com o intuito de oferecer ao Plano Estrutural um quadro estratégico que destaque a visão da cidade para o seu próximo período de planejamento urbano (15, 20 ou 30 anos, por exemplo). Posteriormente, será produzido o Plano Conceitual, um quadro espacial, que ilustrará a disposição conceitual e as principais ideias defendidas pelo plano a ser elaborado. Por fim, o Plano Estrutural detectará as principais utilizações por zona e a localização da infraestrutura. De forma a complementar os três processos de planejamento, serão realizados seminários para assegurar a participação da comunidade neste processo de tomada de decisões.

A segunda fase é dividida em:

Bloco E _ Plano Estratégico
Bloco F _ Plano Conceitual
Bloco G _ Plano Estrutural
Bloco H _ Planos de Vizinhança

BLOCO E: Plano Estratégico

Este Bloco tem o objetivo de formar visões participativas, metas e indicadores para o Plano Estratégico da cidade, o qual ajudará posteriormente no desenvolvimento do Plano Conceitual e na Estrutura do Plano. O Plano Estratégico deve seguir a metodologia para a localização dos ODS a nível municipal. Esta metodologia, já realizada com sucesso em algumas cidades ao redor do mundo¹¹, é usada como base para o alinhamento das prioridades e planos nacionais com os locais, como também, o alinhamento com a agenda internacional indicada pelos ODS (UN-HABITAT, 2020). Dessa forma, é desenvolvida uma abordagem participativa com os grupos de atores que trabalham no território para promover estratégias que facilitem o processo de financiamento (RAMALHO, 2020). Como exemplo dessas abordagens participativas, pode-se apontar, principalmente, duas atividades principais como atributo para exemplificar e explicar como aparece a questão das atividades no documento. Em primeiro lugar, podemos citar como exemplo as atividades da Oficina de Visionamento (Atividade 17, definida no guia como atividade obrigatória) e Estratégia Espacial (Atividade 18, definida no guia como atividade recomendada) presentes neste Bloco E.

¹¹ O guia apresenta que este plano estratégico foi desenvolvido em 20 cidades. No entanto, o documento não menciona com exatidão em quais cidades foram desenvolvidas estas ações e qual o critério de escolha das cidades para a utilização da metodologia do plano estratégico. O evento *Sextas Urbanas* promovido pelo Circuito Urbano 2020, com o intuito de divulgar ferramentas, metodologias e projetos implementados pelos escritórios da ONU-Habitat no Brasil e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a cidade do Rio de Janeiro, apesar de não constituir uma cidade de pequeno porte, é citada no evento como integrante dos locais que receberam as intervenções. Outras localizações também citadas são Bissau em Guiné – Bissau, Ilha de Príncipe em São Tomé e Príncipe.

A primeira atividade escolhida como exemplo, Oficinas de Visionamento, é o ponto de partida para o planejamento de uma cidade por 10 anos ou mais, ou seja, a longo prazo baseando-se nas oportunidades e vantagens comparativas relacionadas ao contexto específico em que são desenvolvidas. Nessa atividade os participantes são divididos em grupos de interesses, por exemplo: grupo voltado para a temática planeta, defende as causas ambientais; grupo norteado pela temática das pessoas, defende as causas sociais; grupo orientado pela causa da prosperidade, defende as causas econômicas (RAMALHO, 2020). Assim, possibilitando a mobilização social para a realização dos interesses pretendidos, através de objetivos, metas e indicadores, que poderão viabilizar transformações para um futuro previsível (UN-HABITAT, 2020). Já na segunda atividade selecionada para este exemplo, tem-se a Estratégia Espacial, onde os resultados da atividade anterior da Oficina de Visionamento são traduzidos espacialmente através de um mapa, no mínimo, podendo ser desenvolvidos mais de um. E também incluindo os objetivos, uma série de projetos estratégicos e catalíticos, alinhados com os ODS e a NAU, que serão delineados para cada alvo e finalmente agregados por objetivo (UN-HABITAT, 2020).

É importante ressaltar que, conforme apontado no próprio Guia PIUP¹², a visão estratégica possibilita moldar um futuro desejado para a cidade. Dessa forma, muitas das questões que afetam as cidades são resultados parciais de uma falta de estratégia de planejamento abrangente antes da tomada de decisões espaciais. O ordenamento do território só é próspero se está vinculado a uma visão de futuro que é holística e realizada coletivamente. Obtendo êxito se tiver uma “dimensão espacial que reflète os traços culturais e físicos únicos de uma cidade”; se fornecer “orientação para as atividades de todos os intervenientes”, encorajando-os a trabalhar de forma coesa e assegurando que todos trabalham para o mesmo objetivo (UN-HABITAT, 2020, p. 57).

Bloco F _ Plano Conceitual

O bloco do Plano Conceitual se baseia no bloco de Análise e Diagnóstico e no Plano Estratégico para desenvolver um quadro conceitual espacializado que ilustra o delineamento conceitual e as principais ideias defendidas pelo plano. O Plano Conceitual é esquemático, com ênfase na comunicação dos princípios de afiliação do plano para não especialistas e o público em geral. Tem início a partir da seleção dos princípios-chaves para o desenvolvimento urbano sustentável, que orientará o plano e focará no desenvolvimento de um quadro conceitual, uma estrutura conceitual e um esquema conceitual de uso misto. Ainda que o Plano Conceitual não responda completamente a todas as exigências do planejamento legal, fornece informações importantes para a gestão urbana de cidades com menor capacidade técnica. O Plano Conceitual pode ser regulamentado como um plano básico para cidades pequenas pela regulação do perímetro urbano e do zoneamento conceitual, com estratégias de implantação específicas que incluem um plano de ação e ferramentas de operacionalização selecionadas, dependendo da capacidade de implementação administrativa da cidade (UN-Habitat, 2020).

Ferramentas de operacionalização

A terceira fase é dividida em:

¹² Esse trecho, citado no PIUP, foi retirado do documento Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) (2014) *Urban Planning for City Leaders*. 2ª Edição, Nairobi, Quênia. Originalmente: *United Nations Human Settlements Programme* (UN-Habitat) (2014) *Urban Planning for City Leaders*. 2nd Edition, Nairobi, Kenya.

Bloco I _ Plano de Ação
Bloco J _ Gestão de Ocupação
Bloco K _ Mecanismos de Financiamento
Bloco L _ Colaboradores Institucionais
Bloco M _ Engajamento do Poder Público

A compatibilização do Plano Conceitual com o Plano Espacial (simplificado), Plano diretor e Plano de implementação a nível do bairro, possibilitam o desenvolvimento mais efetivo, alinhando as propostas e conciliando o contexto apresentado a uma gestão mais integral que é acessada a partir desta fase. De acordo com Ramalho (2020), quatro elementos principais são elencados para a exemplificação da fase de operacionalização, dentre eles estão: a gestão da terra; mecanismos de financiamento; facilitadores de governança ou atores que lutam para a implementação do plano; facilitadores legais que tem como objetivo orientar-se por uma política federal, sendo ela de natureza diversa, até mesmo alimentar. O intuito de se basear nesses aspectos é estabelecer uma segurança jurídica como suporte.

Implementação participativa

A quarta fase é dividida em:

Bloco N _ Mecanismos de Implementação
Bloco O _ Sistema de Responsabilidade

A quarta fase das diretrizes estabelecidas para o planejamento urbano em cidades pequenas é a implementação participativa, que no PIUP foi dividida em mecanismos de implementação e nos sistemas de responsabilidade locais. Na primeira subdivisão deste tópico, nos mecanismos de implementação, se incrementa o processo e como item se explora a apresentação pública final do plano, juntamente com o pensamento da exposição das resoluções deste a todos, após esta etapa, por sua vez, são organizados os mecanismos do planejamento estatutário. Esses mecanismos consistem em um plano com diretrizes e atributos onde o público alvo deve ser orientado a seguir, tendo em vista que o mesmo foi construído junto com a realidade local durante o processo participativo dentre as demais etapas. Dito isto, após o planejamento deste estatuto compoendo as particularidades de cada local, é pensado um orçamento anual para a implementação do projeto de forma participativa, gerindo e incluindo todos os gastos referentes a implementação do guia urbano já adaptado às condicionantes locais, exploradas anteriormente em cada situação. Por fim, neste bloco são desenvolvidos projetos e implementação da infraestrutura necessária previstas no decorrer do processo de projeto e planejamento participativo local.

Assim sendo, o último bloco do guia consiste em uma seção determinada como sistema de responsabilidade, que consiste no monitoramento e avaliação do decorrer das atividades. Também estão incluídas nesta última fase as atividades jurídicas, feedback e mecanismos¹³ de aprendizagem. Por fim, é previsto um item para as melhorias e aprimoramentos incrementais.

13 Informação que não consta no PIUP, no entanto consta na resenha publicada pelo site ArchDaily. Nesse sentido entende-se que ele surge de um outro documento chamado Kalobeyei Settlemente Advisory Development Plan, disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/08/kalobeyei_advisory_development_plan.pdf. Acesso em 27 mar. 2021.

Considerações Finais

OPIUP é um documento que visa apoiar as cidades pequenas em seus desenvolvimentos. Nesse sentido, é importante retomar o conceito de planejamento estratégico em várias esferas, reconhecendo assim a necessidade de diretrizes para desenvolvimento das cidades menores. O guia representa um avanço para o planejamento urbano das cidades de pequeno porte, as quais normalmente não têm recursos para o desenvolvimento de projetos sustentáveis e inclusivos, sem a possibilidade de se ater às necessidades locais e dentro das perspectivas reais de planejamento. Sendo assim, pode ser ressaltado que há uma abordagem participativa de trabalho, em que as propostas visam integrar e construir junto com a comunidade, que auxilia na identificação e no levantamento das questões referentes ao território. Assim sendo, o guia propõe alinhar a comunidade ao corpo técnico, considerando fundamental a participação de diversos atores durante o processo de planejamento. Os documentos que abrangem diretrizes e experiências internacionais já realizadas pelo ONU-HABITAT, mencionados como melhores práticas no decorrer do texto, auxiliam na criação de um repertório e podem ser consideradas complementares ao PIUP. A temática abordada pela ONU-HABITAT é produtora e propositiva, visto que as cidades pequenas possuem uma tendência de urbanização acelerada nas últimas décadas. Vale ressaltar a importância de um planejamento estratégico que visa um alinhamento dos ODS atrelados aos contextos específicos, bem como aos planos diretores municipais e a outras esferas. O PIUP, assim, apresenta um caminho possível para um futuro desejado para as cidades pequenas e construído por todas e todos.

Referências

RAMALHO, Thomaz. *Circuito Urbano*. Sextas Urbanas: Apoiando governos locais para Planos de Desenvolvimento Sustentável. Transmitido ao vivo em 30 out. 2020. Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ikicjGG0Y0U>. Acesso: 16 fev. 2021.

UN-HABITAT. Habitat III. *Nova Agenda Urbana*. Documento adotado na terceira Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Quito, 20 de out. 2016. Online. Disponível em: <https://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil>.

UN-HABITAT. *Participatory Incremental Urban Planning*. A Toolbox to support local governments in developing countries to implement the New Urban Agenda and the Sustainable Development Goals - Edition for fast growing small cities, Nairobi, 2020. Online. Disponível em: <https://unhabitat.org/participatory-incremental-urban-planning-toolbox-a-toolbox-to-support-local-governments-in>. Acesso em: 14 jan. 2021.

ESSÊNCIAS, DE JUHANI PALLASMAA

Encontros fenomenológicos – de um lugar a outro

Ana Paula de Andrea Dametto¹
e Sidney Gonçalves Vieira²

Resumo

Juhani Pallasmaa é um arquiteto finlandês autor de vários artigos que transitam nas áreas da filosofia, psicologia e teoria da arquitetura e da arte. É professor de arquitetura na Universidade de Tecnologia de Helsinque e também diretor do Museu de Arquitetura da Finlândia. Seu entendimento a respeito do fenômeno da arquitetura é multidimensional. Porém, enfatiza em seus escritos a importância da dimensão sensorial. Acredita nos sentidos humanos como elementos essenciais à percepção e compreensão dos espaços em sua integralidade. Escreveu livros como *Os olhos da pele* (2011), *As mãos inteligentes*, *A imagem corporificada* (2013) e *Habitar* (2017). Este livro – *Essências* (2018) reúne quatro ensaios que abordam a ideia de essência na arquitetura. O autor possui uma maneira de escrever e narrar que permite ao leitor desenvolver individualmente as ideias apontadas através de um discurso dialético e pretensamente inacabado.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e Professora de Projeto de Arquitetura e de Paisagismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: anapaula.andreadametto@gmail.com

² Professor Titular do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: sid.geo@gmail.com



Figura 1 – Capa do livro *Essências*. Fonte: Editora Gustavo Gili/ São Paulo, 2018.

Resenha crítica

O primeiro ensaio, *Espaço, Lugar, Memória e Imaginação, a dimensão temporal do espaço existencial*, inicia chamando a atenção para os valores que determinam a qualidade da arquitetura. O autor adverte que na contemporaneidade a singularidade e a inovação são atributos valorizados e associados ao ser espetacular, ao estar estrategicamente diferente. A cultura do consumismo no mundo globalizado conduz à esta visão materialista e simplista. No entanto, acredita que a realidade existencial e vivida é *espessa* e possui muitas camadas em constante oscilação. A Arquitetura seria essencialmente uma forma artística de reconciliação e mediação dos indivíduos com o espaço e o tempo, através dos lugares e das paisagens que externalizam a memória humana. As construções humanas possuem a tarefa de permitir a experiência no presente do passado e compreender o *continuum* das culturas e das tradições. Para além de seus propósitos funcionais e práticos as estruturas arquitetônicas têm uma tarefa existencial e mental significativa ao transformarem espaços anônimos, uniformes e indefinidos em lugares distintos e com significação humana. Segundo ele “toda a paisagem e toda edificação é um mundo condensado e uma representação microcós mica de nosso lugar dentro dele” (p. 15).

A arquitetura funciona como um importante mecanismo de memória na medida que materializa e torna visível a passagem do tempo, dispõe de lugares contentores de lembranças que inspiram a imaginação e a recordação. Segundo o autor “aquele que não consegue se lembrar, tem muita dificuldade para imaginar, pois a memória é o solo da imaginação. A memória também é o terreno da identidade pessoal: somos o que lembramos” (p. 16). Cita o escritor Joseph Brodsky que considera que muitas vezes a imagem das cidades aparece na memória dos indivíduos vazia, sem pessoas. Reflete que parece ser mais fácil para os arquitetos lembrar das construções do que das práticas que acontecem junto a elas. Esta forma de lembrar pode interferir negativamente na maneira como se pensa e projeta os lugares. Por outro lado, estruturas arquitetônicas são objetos que estimulam as recordações e também nos fornecem a sensação que o tempo passou. Nos posicionamos no tempo e no espaço através dos elementos que constituem os lugares, as paisagens. A memória individual

é capaz de proporcionar a sensação de frio e calor, de cheiros e gostos, de sons, de músicas. Não está condicionada ao sentido da visão. Quando estamos envolvidos com a recordação e fazemos parte dela, os espaços não aparecem mais vazios, mas surgem na nossa mente com pessoas. Porém, quanto mais distante a memória, mais fragmentada ela nos parece.

O autor lembra no seu discurso do poder evocador dos fragmentos na arquitetura, tanto aqueles vestígios que aparecem sob a forma de ruínas como outros tipos de fragmentos que têm a ver com a importância dos detalhes em obras de arquitetura. As ruínas fazem recordar que naquele lugar com elementos incompletos viveram determinados indivíduos em outro momento. O fragmento arquitetônico, enquanto elemento de composição, expressa através da sua plasticidade e materialidade um gosto, uma estética, uma escolha dentre tantas outras possíveis. A espacialidade gerada por todos os elementos que compõem os lugares pode emocionar e provocar muitas sensações, tanto positivas como negativas. Também podem evocar memórias e lembranças de acontecimentos passados. Observa que a implantação da memória necessita de uma espacialidade, de um lugar. Esse lugar pode estar nos pequenos objetos que guardamos, naqueles que utilizamos no nosso cotidiano, nos espaços da nossa casa, do trabalho, nas paisagens que nos são familiares, expandindo dessa maneira o senso de identidade pessoal e nos localizando no mundo.

Para o autor, o mundo vivenciado não se resume a matéria e fatos. A vivência pressupõe a escolha, a imaginação, a lembrança, a presença do espírito. Nos mundos mentais há uma fusão entre o vivenciado, o imaginado e o lembrado e isto interfere na percepção espaço/tempo. A existência é plena de significações, intenções e valores atribuídos ao mundo material e espiritual. Para o autor “cada experiência vivida se dá na interface da lembrança e da intenção, percepção e fantasia, memória e desejo” (p. 24). Além dessas vivências individuais, coletivos também compartilham de lembranças que podem ser importantes à identidade cultural, por manterem de certa maneira um elo em razão das memórias vividas. O espaço vivenciado é ao mesmo tempo objeto e contexto, na medida que projeta representações de realidades vividas. A arte e a arquitetura tornam visíveis e perceptíveis essas camadas de tempo. Quando vivenciamos um lugar acontecem trocas sensoriais, experiências corporais e compartilhamentos entre o lugar e o indivíduo. A memória passa a fazer parte do corpo e é através dele que as recordações e lembranças invadem a nossa mente e nos emocionam de alguma maneira.

Segundo o autor as paisagens e as edificações podem ser pensadas como *amplificadoras* de emoções. Acredita que as emoções estão no indivíduo, pois os lugares, por si só, não criam estas sensações. Os sentimentos de pertencimento ou alienação, de convite ou rejeição, de tranquilidade ou desespero retornam a nós através das *auras* dos lugares. Porém, acreditamos que os projetistas, paisagistas, arquitetos e urbanistas, deveriam se debruçar a compreender o que faz um lugar provocar tais sentimentos nas pessoas. A realização de um projeto belo e funcional não é suficiente, há de se projetar obras que provoquem percepções, sensações, fantasias, emoções. O autor considera que

Os artistas parecem conseguir o entrelaçamento entre lugar e mente, memória e desejo humanos muito melhor do que os arquitetos, e é por esse motivo que essas outras formas de arte podem fornecer inspirações tão estimulantes às obras de arquitetura e ao seu ensino (PALLASMAA, 2018, p. 29).

O autor expõe que a *natureza* da arquitetura é lenta e silenciosa, ou seja, não teria o papel de “criar fortes sentimentos ou figuras de primeiro plano, mas estabelecer estruturas de percepção e horizontes de entendimento” (p. 31). Que no mundo acelerado de hoje

esquecemos com muita rapidez. A lentidão e a vagarosidade estão mais vinculadas a memória. Desta maneira, a arquitetura não estaria atrelada a provocar sentimentos extremos e velozes, mas a cumprir um importante papel de proteger as memórias, a autenticidade e a independência da experiência humana. Porém, existem lugares que são criados com a intenção de provocar fortes sentimentos e em geral são objetos de discussões, de polêmica, alguns são bem aceitos outros não. Coloca que há diferentes tipos de arquitetura em relação à memória. Existe aquela que faz lembrar de forma literal, como os exemplares do pós-modernismo, e outra que procura um senso de continuidade e de tempo profundo, como as obras de Alvar Aalto, Dimitris Pikionis e Carlo Scarpa. Esses três arquitetos, o primeiro de origem finlandesa, o segundo grega e o terceiro italiana, tiveram seus trabalhos muito elogiados, atrelados aos preceitos do modernismo, porém, muito preocupados com o entendimento do lugar e contexto, valorizando aspectos da cultura local. Conclui dizendo

[...] somente as obras de arte e arquitetura que estabelecem um diálogo vital e respeitoso com seus antepassados possuem a força e a profundidade para sobreviverem ao tempo e estimularem os observadores, leitores e usuários do futuro (PALLASMAA, 2018, p. 34).

O segundo ensaio *Matéria, tatilidade e tempo, imaginação material e a linguagem da matéria*, é dedicado à reflexão de como a matéria influencia na percepção dos espaços arquitetônicos. Inicia através do pensamento do filósofo francês Gaston Bachelard que trouxe para a arquitetura e o urbanismo importantes reflexões a partir de investigação fenomenológica sobre o imaginário poético, sobre as diferenças entre a imaginação formal e a imaginação material e as conexões com os quatro elementos essenciais da natureza – fogo, ar, água e terra. Reflete que arquitetos no início de carreira tendem a dar mais importância à imaginação formal e conforme vão amadurecendo na sua trajetória profissional a preocupação com a materialidade aumenta. O autor concorda com Bachelard (2013) que distingue a *imaginação formal* da *imaginação material* e afirma que “as imagens que surgem da matéria projetam experiências, recordações, associações e emoções mais profundas e significativas do que as imagens evocadas pela forma” (p. 41). Entende que a matéria, mais do que a forma, provoca sensações e emoções na medida que acionam nossos sentidos.

Podemos pensar que a matéria e o tempo possuem uma relação estreita e importante para a identificação da passagem temporal nos elementos construídos e na relação dos espaços com as sociedades. Quando experienciamos a matéria opaca, as pátinas que se criam sobre ela, os musgos e outros elementos vegetais que surgem e se associam às formas, os gostos expressos nas escolhas dos materiais e dos elementos compositivos, as cores, as texturas, entre outros elementos materiais, imaginamos as dimensões humanas, culturais e temporais de uma ocupação humana. Porém, o autor lembra de um contraponto proposto por uma linha da arquitetura moderna. A busca pela *atemporalidade* foi um ideal e também uma linguagem expressa através da pureza da geometria, da brancura atemporal e da abstração imaterial. Coloca que “as superfícies modernistas em si tendem a permanecer mudas, uma vez que a forma e o volume têm prioridade; a forma é vocal, enquanto a matéria permanece silenciosa ou ausente” (p. 45). Reflete sobre a obsessão pela imaterialidade citando uma passagem sobre a casa de vidro citada por Anthony Vidler e escrita por André Breton em manifesto surrealista – *Nadja*.

Continuo habitado em minha casa de vidro, onde se pode ver o tempo todo quem vem me visitar, onde tudo que é suspenso no teto e nas paredes se mantém como que por encanto, onde descanso à noite em uma cama de vidro com lençóis de vidro, onde quem eu

sou aparecerá para mim, mais cedo ou mais tarde, gravado por um diamante (BRETON apud VIDLER, 1999, p. 218, apud PALLASMAA, 2018, p. 44).

Assim, o autor relaciona as ideias de perfeição e erro e o significado que elas têm no âmbito da arquitetura. A busca do movimento moderno pelo atemporal significa a aspiração por um tempo presente eterno, desconectando os espaços arquitetônicos da realidade do tempo e dos traços do uso. Reflete que parte da arquitetura proposta nos tempos atuais tende a gerar contextos considerando somente o sentido da visão. Coloca que este caráter visual atemporal e imaterial reforça o presente enquanto a materialidade e as experiências táteis “evocam uma consciência da profundidade temporal e do *continuum* do tempo” (p. 45). Porém, a passagem do tempo sobre as edificações é vista de maneira negativa pelos desgastes e deteriorações destrutivas sobre a arquitetura. No entanto, a imperfeição é inerente às coisas e aos seres na medida que há um constante processo de mudança e sinais de vida e tempos variados que não são iguais para todos. Essas irregularidades fazem parte dos processos e reflete que “a vida real é sempre impura e bagunçada, e uma arquitetura profunda sabiamente fornece uma margem para essa própria impureza da vida” (p. 47).

Ao falar sobre a importância das ruínas, tanto as projetadas como construídas, o autor traz uma reflexão sobre a importância das camadas de tempo como uma necessidade humana. Alerta para a maneira como a mídia trata a arquitetura ao valorizar projetos que sofrem com a tendência globalizante e massificadora. No entanto, lembra que existem profissionais que procuram realizar obras que valorizam aspectos locais e regionais, projetando espaços evocadores de “experiências revigorantes de matéria, tatilidade e tempo” (p. 48). O autor afirma que a obra de arte (inclui todas as formas de arte e também a arquitetura) contém duas faces, ou duas realidades. Uma delas refere-se a sua essência material e a outra a sua capacidade evocativa através da *imagem artística e estrutura expressiva*. Diz que ao fruir uma obra de arte a nossa consciência paira entre essas duas realidades. Acredita que a matéria possui uma linguagem própria. Os materiais naturais como pedras, cerâmicas, madeira remetem às suas origens, passam sensações e “relatam o tempo em camadas” (p. 50). Reflete que isto não acontece com os materiais fabricados industrialmente. A arte contemporânea utiliza a materialidade para provocar os sentidos explorando temas como decomposição, destruição, erosão que provocam e despertam experiências sensoriais.

O autor afirma que após a busca do movimento moderno pela imaterialidade, atemporalidade, leveza e autonomia há um movimento contrário em direção ao intimismo, à sensualidade, ao erotismo, e que propõe lugares que gerem a sensação de pertencimento, de aconchego e de lar. Cita mais uma vez Alvar Aalto como um arquiteto que pela década de 1930 procurou fazer uma arquitetura multissensorial, afastando-se do *domínio da retina*. Pallasmaa analisa:

Sua arquitetura não é ditada por uma ideia conceitual focada nos mínimos detalhes – em vez disso, ela cresce através de cenas arquitetônicas separadas, episódios e elaborações detalhadas. [...] Em vez de ter um conceito intelectual arrebatador, o todo é mantido junto por uma atmosfera emocional ou uma chave arquitetônica (p. 53).

Essa maneira de pensar e projetar os espaços implica em um afastamento da ênfase dada ao todo formal, visual e um direcionamento e aproximação à valorização da sensibilidade tátil e materialidade. Os espaços não são feitos mais para impressionar, mas para acomodar e proporcionar conforto aos usuários. O tempo age como coadjuvante para a qualificação dos espaços, os traços temporais são aceitos e

por vezes almejados. Também poderá ser importante para salvaguardar tradições, aspectos culturais e aumentar o sentimento de pertencimento, de conforto sensorial e emocional.

Para Pallasmaa a essência dos espaços está vinculada a uma experiência multissensorial onde os indivíduos os percebem com todos os seus sentidos. Cada elemento constituinte possui a sua função, materialidade e forma e a união de todos e a maneira como se relacionam gera uma compreensão da totalidade. Ele reforça que uma edificação, um espaço, não têm somente qualidades visuais mas também apresentam características táteis, olfativas, gustativas e sonoras. Quando o autor reflete sobre a água e o tempo consegue-se entender a profundidade das relações que existem entre os espaços, o tempo e os elementos da natureza (água, ar, terra, fogo). A água é um elemento muito forte quando presente em um lugar. Ela pode gerar uma experiência tanto de silêncio como de som, de melancolia ou calma, de alegria ou de movimento, de mistério, sensualidade entre outras sensações. A presença da água na literatura, no cinema (nos filmes Andrey Tarkovsky), nas artes plásticas, (nas pinturas de Claude Monet), na arquitetura (projetos de Sigurd Lewerentz, Carlo Scarpa e Luis Barragán) é sempre muito forte e traz emoção.

Acrescenta-se a sua reflexão que nos espaços abertos a água pode aparecer de diferentes maneiras, natural ou construída (mar, lago, córrego, rio, fonte, espelho d'água, etc.), e em geral é ponto focal e de atração para as pessoas pelo que proporciona. O som da água batendo nas pedras, no trapiche de madeira e de água correndo ou caindo; a sensação de temperatura e umidade, de molhado, quente ou refrescante; de um lugar para socializar, fazer esportes ou descansar, o cheiro e gosto salgado da água do mar. Também compara a água na natureza com o fluir e com a persistência do tempo.

Reflete também sobre a *tatilidade e materialidade da luz* na percepção dos espaços construídos e dos lugares. A maneira como a luz penetra os espaços e reflete sobre a matéria, sejam eles abertos (em um bosque por exemplo) ou construídos (no interior de uma edificação) causa determinada sensação. Ela pode aquecer um ambiente ou esfriá-lo, tornar aconchegante, misterioso, ou ainda provocar a espiritualidade (fendas para entrada de luz nas obras de Tadao Ando e Peter Zumthor por exemplo). Conclui dizendo que “A profunda tarefa das artes e arquitetura é expressar não somente ‘a maneira como o mundo nos toca’ mas também como tocamos nosso mundo” (p. 60).

O terceiro ensaio *Aprender e Desaprender, a perspectiva mental na arquitetura e na educação*, reflete sobre sua maneira de ensinar arquitetura e o que acredita ser importante no aprendizado da profissão. Para o autor existem duas perspectivas de ensino com objetivos opostos: de um lado a arquitetura enquanto disciplina separada do indivíduo (prática histórica, técnica, profissional e disciplinar) e outra que leva em consideração o senso de identidade pessoal do(a) aspirante a arquiteto(a) para o aprendizado. Acredita que mais do que *ensinar arquitetura* devem ser trabalhados no indivíduo os *fundamentos mentais* para se tornar um profissional de arquitetura em razão da enorme complexidade deste fenômeno. Diz que é necessário *inflamar* o gosto pela arquitetura e também desenvolver a capacidade de vê-la junto a sua vida.

O autor concebe que a arquitetura não é uma disciplina racional ou claramente definível, pois considera que ela se insere em uma categoria de arte *impura* ou *desarrumada* por reunir e justapor coisas aparentemente irreconciliáveis como a ciência e as crenças, a dedução lógica e a imaginação, os parâmetros factuais e as aspirações internas, as realidades e os sonhos. A conciliação desses conflitos acontece por meio da experiência individual onde o fenômeno artístico ou arquitetônico encontra de maneira emocional a essência pretendida. Ele cita o filósofo John Dewey que em uma de suas palestras diz:

É de consenso geral que o Partenon é uma obra de arte magnífica. Ainda assim, ele tem valor estético somente quando a obra se torna uma experiência [...] A arte sempre é o produto da experiência de uma interação de seres humanos com seu ambiente. [...] A reformulação de uma experiência subsequente por meio das obras de arquitetura é mais direta e mais extensiva do que se dá com qualquer outra forma de arte. [...] Elas não só influenciam o futuro como também registram e transmitem o passado (DEWEY, 1934, p. 4 e 231 apud PALLASMAA, 2018, p. 70).

A arte possui uma amplitude ilimitada na sua apreensão. A depender de quem a interpreta novas conexões e possibilidades se abrem, universos inteiros através da imaginação. Cita Jean Paul Sartre que diz: “Se o pintor nos apresenta um campo ou um vaso de flores, suas pinturas são janelas abertas para o mundo inteiro” (SARTRE, 2001, p. 272 apud PALLASMAA, 2018, p. 70). Com a arquitetura parece também acontecer esse fenômeno, pois uma obra é mais do que a matéria, é como ela confronta o indivíduo em relação ao mundo e à sua existência. Para o autor a obra de arquitetura “[...] cria estruturas para a percepção e horizontes para o entendimento do mundo e nos faz encarar nossa própria existência” (p. 70), pois as experiências de arquitetura não são meras fabricações estéticas, surgem de uma base fundamental da existência. A Arquitetura além de ser uma disciplina está enraizada nas experiências de habitar o mundo.

Pallasmaa acredita que o aprendizado é uma responsabilidade compartilhada entre aluno e professor. Pensa que a experiência autêntica é muito importante no processo de ensino-aprendizagem. Entende por experiência autêntica o enfrentamento das questões impostas por meio da própria vivência. Concorde com a reflexão de Heidegger sobre o ensino quando ele diz que “[...] Ensinar é mais difícil do que aprender porque ensinar exige o seguinte: permitir aprender. O professor de verdade, na realidade, permite nada mais do que isto: aprender a aprender.[...]” (HEIDEGGER, 1977, p. 356 apud PALLASMAA, 2018, p. 73). O autor interpreta o pensamento de John Hedjuk (diretor lendário da Cooper Union School of Architecture de Nova York) quando esse fala que seu método de ensino é por *osmose* dizendo que “[...] uma absorção inconsciente, corporificada e existencial, em vez de um registro intelectual e verbal dos fatos. [...]” (p. 74) revela-se a mais essencial forma de aprendizado. O autor diz que compartilha dessa filosofia educacional e coloca que o conteúdo significativo da educação deveria ser mais existencial e factual por estar mais relacionado às experiências e aos valores. É no processo de aprendizagem que configuramos e moldamos a nós próprios, personalidade, caráter e senso de identidade. Coloca “A essência do aprendizado é a construção gradual de um senso interno de objetivo, responsabilidade, imaginação empática e postura ética; em um senso combinado de humildade com orgulho” (p. 77).

O autor comenta sobre o valor da incerteza na trajetória da profissão de arquiteto e urbanista. Embora sejamos estimulados a procurar certezas e correr o mínimo de riscos, as incertezas nos estimulam a pesquisar, a ter curiosidade e a ir além do esperado. E para admitir as incertezas e experimentar é preciso ter humildade e se permitir recomeçar, desaprender para aprender, esquecer para lembrar. Pensa que a arquitetura, enquanto arte com poder poético, não difere de outras artes com processos criativos e dolorosos. Assevera o autor:

Tenho certeza de que todo verdadeiro arquiteto confessaria ter a sensação de estar totalmente sem sua pele protetora durante as fases mais sutis da atividade de projeto. As inadequações e imperfeições do projeto em questão são sentidas como se fossem distorções

Reflete que no processo criativo a consciência crítica reforçada tende a interromper o fluxo emocional de imagens, de ideias, e esse interesse intelectualizado pode afastar o projetista de um envolvimento mais emotivo e incorporado no âmbito da metodologia do projeto. Ele acredita que fazer arquitetura não é mera solução de problemas, mas é acima de tudo um ato existencial, uma projeção. Portanto, compreender as dimensões do processo do projeto faz parte do ensino de arquitetura, sem menosprezar e subestimar as abordagens analíticas e intelectuais e nem confundir com os processos criativos e emotivos do processo projetual. Ele diz que a maneira como sentimos o mundo nos afeta e influencia no nosso modo de edificar e habitar. Primeiramente é necessário entendermos nossa existência, nossa maneira de viver e reconhecer através da experiência corporificada a forma que habitamos, nossa concepção de mundo e o que valorizamos. Portanto, ao fazer arquitetura o senso mais importante não é o da visão, são todos os sentidos. “Pensamos com nossos corpos, músculos e intestinos tanto quanto com nossas células cerebrais” (p. 82). Estes fundamentos em conjunto com a capacidade de ter empatia são essenciais antes de projetarmos e edificarmos lugares para outras pessoas habitarem.

Além disso, também é necessário reconhecer o lugar, objeto de projeto e intervenção, no sentido de identificar formas de ocupação, práticas cotidianas e culturais, histórias, e principalmente os grupos sociais, seus valores, crenças, tradições e modos de vida. Acrescenta que todo o trabalho criativo está fadado a ser uma colaboração onde artista (arquiteto), seus contemporâneos e predecessores (arquitetos e outros artistas de referência) constroem coletivamente. As obras nascem inseridas no contexto de cada forma de arte. “O *continuum* da tradição fornece os fundamentos dos quais surge todo o significado humano” (p. 86). O significado arquitetônico é sempre contextual, relacional e temporal.

A tradição protege a *sabedoria existencial coletiva* que é transmitida e reinventada a cada geração. A tradição também oferece uma direção à produção do novo. O senso de identidade é construído sobre o *núcleo da tradição cultural herdada* e a partir da *cultura vivida* e de sua *historicidade inerente*. Pallasmaa acredita que os conhecimentos herdados são importantes para que os novos conhecimentos possam ser estruturados e entendidos. O autor acredita ser importante ao estudante de arquitetura um conhecimento amplo de arte e literatura clássicas como pano de fundo e contexto ao entendimento do fenômeno arquitetônico e como base ao pensamento criativo. Em razão disso lamenta a maneira fragmentada como a informação chega aos indivíduos, principalmente pela dominância das mídias de busca digital. Enfatiza a importância dos livros para a internalização de ideias, para a imaginação, criação de repertórios empáticos e experimentação da vida por meio de mentes de outros indivíduos.

O quarto ensaio *A arquitetura como experiência, a fusão entre o mundo e a identidade pessoal*, reflete sobre a ideia da arquitetura ter um papel mediador para uma experiência existencial corporificada. Coloca que a teoria, o ensino, e a prática da arquitetura possuem uma tendência em supervalorizar questões estéticas, enaltecendo os aspectos visuais e estudando as características históricas, funcionais, técnicas e formais de maneira objetiva, focando as obras como objetos físicos e espaços de características geométricas e compositivas. Porém, a complexidade do fenômeno arquitetônico é conflituosa para critérios puramente científicos e técnicos, pois a natureza dessa forma de arte reúne aspectos antagônicos da experiência humana. A sua prática aborda simultaneamente “[...] fatos e sonhos, conhecimentos e crenças, deduções racionais e emoções, tecnologia e arte, inteligência e intuição, bem como as dimensões temporais do passado, presente e futuro” (p. 101). O processo projetual não é linear, nem racional, é iterativo, consiste em inúmeras possibilidades, hesitações,

impasses e escolhas, desvios e recomeços, certezas provisórias ou temporárias, é fruto de uma emergência, ou demanda e necessita gerar um resultado do processo, um produto, em um determinado período de tempo.

Por outro lado, há uma abordagem poética da arquitetura exercitada por arquitetos, teóricos e filósofos da área, que interpretam o fenômeno arquitetônico a partir de suas experiências e crenças. Segundo o autor esse “[...] núcleo poético, experiencial e existencial da arquitetura tem de ser enfrentado, vivido e sentido, e não entendido e formalizado intelectualmente” (p.103). Esta abordagem baseada em *encontros fenomenológicos* tem como base as filosofias de Edmund Husserl, Martin Heidegger, Merleau-Ponty e Gaston Bachelard. Na arquitetura este pensamento foi introduzido por Steen Eiler Rasmussen, Christian Norberg-Schulz, Charles Moore, David Seamon Mugerauer, Karsten Harries, Juhani Pallasmaa, Steven Holl e Alberto Pérez-Gómez. A dimensão poética das obras de arte é fundada a partir da experiência do indivíduo com a obra que a frui e sente a sua essência artística. E no contexto da arquitetura a obra gera “estruturas e horizontes para percepção, experiência e entendimento e, conseqüentemente, em vez de ser o produto final, ela tem um papel essencialmente mediador” (p. 105).

Esta abordagem experimental foca o encontro entre a pessoa e a sua mente com a arquitetura. Neste método fenomenológico não há ideias previamente concebidas, a experiência que determina as emoções e os significados, onde a arquitetura é o objeto/lugar mediador entre o mundo externo e o mundo interno da identidade pessoal, gerando assim *estruturas de percepção e horizontes de entendimento*. O autor coloca como se acontecesse uma troca “[...] quando entro em um espaço, o espaço entra em mim, minha experiência e minha autocompreensão” (p. 107). Ele entende que o significado da arte e da arquitetura está fora da obra em si, pois a obra sempre terá um alcance além dela mesma, rejeitando a ideia da arte como autoexpressão.

Pallasmaa acredita no poder da intuição no âmbito da arquitetura e diz que os *arquitetos profundos* sempre compreenderam de modo intuitivo “[...] que as edificações estruturam, reorientam e sintonizam nossas realidades mentais” (p. 108). Também coloca que pesquisas na área da Neurociência estudam os impactos dos ambientes nas estruturas do cérebro e comportamento humano. Portanto alerta para a responsabilidade do trabalho do arquiteto que através de mudanças físicas nos ambientes projeta realidades experienciais e mentais. O projeto, a obra não são entidades estáticas, são promessas para um determinado tipo de vivência. Acrescenta que para ele (arquiteto, professor e investigador a mais de cinquenta anos do fenômeno da arquitetura) o sentido mais importante na experiência da arquitetura não é a visão mas o senso existencial. Diz o autor que arquitetura é sentida com o corpo e que ela “[...]nos permite habitar na carne do próprio mundo” (p. 113).

Pallasmaa reflete que as percepções não podem ser consideradas experiências, pois são registros de estímulo, sem julgamento ou significado. As percepções dos sentidos juntamente com a memória e também a imaginação constroem uma experiência que se integra e interage com distintas conexões e significados. Lembra que na prática da profissão, na atividade de projeto, intuir ou simular uma experiência de algo que não existe é uma habilidade muito valiosa, porém árdua. Pois intuir um espaço com toda a sua complexidade exige uma capacidade de imaginar, e esta capacidade também requer outra, a de sentir empatia. Coloca que a percepção, a imaginação e a experiência acontecem através dos sentidos. Porém diz que não se refere aos cinco sentidos clássicos propostos por Aristóteles, mas a alguns dos doze sentidos propostos por Steiner: o sentido de ego (identidade pessoal), o sentido de vida e o sentido de auto-movimento. A soma desses três sentidos constituiria o sentido existencial o qual a arquitetura é experienciada.

Sugere que a experiência artística é um fenômeno relacional entre o objeto poético e a mente e o corpo que a vivencia. Lembra que tem surgido interesse no entendimento dos fenômenos que afetam a *experiência atmosférica*, em relação às ambiências. Essas também são formadas por inúmeros fatores diversos como escala, materialidade, tutilidade, iluminação, temperatura, umidade, som, cor, cheiros, etc. Ele coloca que toda a experiência artística e/ou arquitetônica é relacional e que nos estudos relativos a elas é necessário compreender as perspectivas filosóficas relevantes, assim como entender e intuir os fenômenos perceptuais e mentais da memória e da imaginação. Finaliza dizendo que “a fim de compreender a experiência humana, devemos largar os processos semicientíficos de medição e abraçar a coragem e o desejo de viver e abordar a arquitetura diretamente e por meio de nosso próprio ato de viver” (p. 118).

Após a leitura desse livro podemos refletir sobre como poderíamos compreender as essências dos lugares que habitamos e como estes lugares nos influenciam em nossas vidas, hábitos, comportamentos, vivências no tempo presente e também no entendimento do passado e planejamento do futuro. Esses *encontros fenomenológicos* e reflexivos a respeito dos lugares fazem com que possamos desenvolver um senso de empatia tão necessário à compreensão daqueles que projetam arquitetura, paisagens e planejam cidades e regiões. Em relação às pequenas localidades, lugares onde a maioria dos habitantes se conhecem, os aspectos subjetivos e individuais dos indivíduos da comunidade tendem a ser mais expressivos e a terem um peso significativo quando da necessidade de intervenção por meio de projetos.

Durante os processos de reconhecimento dos lugares promover encontros para a discussão de questões subjetivas e significativas (principalmente para o coletivo) amplia a compreensão dos valores, tradições e crenças que orientam uma determinada comunidade. Os arquitetos, urbanistas e paisagistas enquanto agentes de mudanças que interferem nas configurações espaciais, na qualidade das ambiências e conseqüentemente nas formas de viver e habitar os lugares têm uma responsabilidade de longo prazo na vida das sociedades. Entender as sutilezas, compreender e imaginar os possíveis impactos de mudanças aparentemente banais são posicionamentos difíceis, porém parecem ser essenciais para uma intervenção com espírito ecológico em um lugar. É necessário também compreender que sempre trabalhamos sob a luz do presente, embora tenhamos conhecimento do passado e consigamos imaginar um determinado futuro. O reconhecimento da tríade passado, presente e futuro promove um senso de pertencimento em um mundo que se reconstrói em conjunto com a ação antrópica, que flui nas águas do tempo e que é resultado no futuro de nossas atitudes no presente.

Referências

BACHELARD, Gaston. *Water and Dreams: An Essay on the Imagination of Matter*. Dallas, Texas, The Pegasus Foundation, 1983 (edição em português: *A Água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. 2 ed. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2013).

BRETON, André, “Nadja”. In: VIDLER, Anthony. *The Architectural Uncanny*. Cambridge, Massachusetts e Londres, Inglaterra, The MIT Press, 1999.

DEWEY, John. *Art as Experience*. Nova York, Putnam's, 1934.

HEIDEGGER, Martin. What Calls for Thinking? In: *Martin Heidegger: Basic Writings*. David Farrell Krell (org.). Nova York, Hagerstown, San Francisco, Londres, Harper & Row, 1977.

PALLASMAA, Juhani. *Essências*. São Paulo: Gustavo Gili, 2018.

SARTRE, Jean-Paul. What is literature? In: *Jean-Paul Sartre: Basic Writings*. Stephen Priest (org.). Londres e Nova York, Routledge, 2001.

parede branca



TROCAS MIÚDAS, EXPERIÊNCIAS ALAGOANAS

Maria Angélica da Silva¹, Louise Maria Martins Cerqueira² e Ana Karolina Barbosa Corado Carneiro³

Alagoas é uma terra salpicada por pequenas povoações urbanas. Da franja litorânea, vem o epíteto da capital, paraíso das águas. Essas adentram o interior, em inúmeros riachos e lagoas, até tocar o sertão. Nele, outro limite de águas: o rio São Francisco. Assim, duas vocações se estabeleceram com os pés cravados no rural: plantações de cana-de-açúcar e criações de gado.

O gesto de tornar-se urbano aconteceu devagar. Hoje, dos seus 102 municípios, 62 têm menos de 20.000 habitantes (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2021). Neles, ainda se encontra a fisionomia das coloridas casas geminadas, pequenas praças e comércios, onde costuma ser fácil conversar. As pessoas que abrem as portas de suas casas, narram fatos de suas vidas, dentro de antigos modelos dos quais Walter Benjamin (1987) um dia anunciou a despedida falando sobre o ocaso da figura do narrador.

Trazemos o fruto de uma longa itinerância. Buscando levantar referências do denominado patrimônio imaterial no estado, em projeto realizado entre 2015 e 2016, demandado pelo IPHAN (2016), visitamos dezenas destes municípios. Não raro, identificávamos que, quanto menor o lugar, mais ancorado em certas práticas ele estava.

Foi possível acessar locais onde a feira se sobrepõe ao comércio sedentarizado. Por vezes, farta, longa. Noutras, meia dúzia de barracas. Mas ali as normas estão distantes; o boi, o cavalo, o porco, se misturam na cena urbana; as crianças se movimentam entre brincadeira e trabalho. As práticas se valem ainda de forte vínculo religioso, inconfundível na paisagem, mas também fracionado em outros inúmeros lugares, alguns quase domésticos.

A violência habita perto. Enquanto o calendário de pequenas festas anima comunidades, a escassez tem seu lugar na mesa. Então, nosso panorama visual realiza a incursão também por Maceió. Pois na difícil situação de ser pequeno, a atmosfera da cidade do interior se entranha na capital a partir do movimento migratório de milhares de famílias que aportam na cidade grande. Nas palavras de Deleuze e Guattari (2012, p. 45), “jamais nos desterritorializamos sozinhos”. Portanto, no jogo entre mão e objeto, paisagem e rosto, os errantes da pequena cidade inscrevem, na maior, uma expressão de territorialidade diversa da que veio, mas também diferente da que encontra. Paisagens se refazem, sob outros qualificativos.

1 Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal de Alagoas), bolsista CNPQ - Produtividade de pesquisa 2. Doutorado em História (Universidade Federal Fluminense), mestrado em História Social da Cultura (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal de Minas Gerais).

2 Doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal de Alagoas), Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal de Alagoas), graduação em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal de Alagoas).

3 Mestranda em Dinâmicas do Espaço Habitado pela Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal de Alagoas), Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal de Alagoas).

Nesta proposta, as vocações comerciais são ressaltadas, pois expressam bem as ligações entre as diversas capturas e experiências do menor. Seguem também em inúmeras linhas de fuga, indecisas, titubeantes, a partir da ação dos ambulantes que injetam na cidade oficial mercadorias, corpos, barulhos, ofertas. Suas materializações estimulam os cinco sentidos, um outro ritmo também se instala... Os homens lentos, dos quais fala Milton Santos (2008), deparam-se e respondem à velocidade da metrópole.

Ao interseccionar regiões periféricas e centralidades, desconhecem fronteiras. Para além de si mesmos, lugares trazidos pelo habitar pequeno movem-se dentro do que se insiste em chamar urbano, em um mosaico variado e sob diferentes escalas. Entre confluências e incompletudes, põem sob judice os códigos do que é ser cidade no singular.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol. 1. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. Editora Brasiliense, 1987.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2012.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas: Relatório Final Sítio 2*. Acervo DIVTEC IPHAN-AL, 2016.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Municípios alagoanos*. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/municipios/municipios-alagoanos-1>> Acesso em: 29 mai. 2021.













FAVOR NÃO ME
PEDIR NADA
EMPRESTADO

L. ZANUSSI

15/05/2021

ALÉM DAS CHARQUEADAS A comunidade do Passo dos Negros e a potência da arte

**Gabriela Pecantet Siqueira¹, Martha Rodrigues Ferreira²
e Louise Prado Alfonso³**

O *Passo dos Negros*, que está localizado em Pelotas, RS, às margens do canal São Gonçalo, foi local do primeiro porto da cidade, fez parte do trajeto de passagem das tropas e da chegada de pessoas escravizadas à região, o que deu origem ao seu nome. Hoje é uma região da periferia, invisibilizada por anos nos discursos oficiais, mas que se tornou alvo recente da especulação imobiliária (SILVEIRA; ALFONSO; DA CRUZ, 2020). As principais lutas e reivindicações da comunidade que vive ali estão relacionadas à valorização cultural-identitária do local e à sua importância na constituição sócio-histórica da cidade como uma forma de resistência, na tentativa de se manter na localidade.

O presente texto procura apresentar o *Passo dos Negros*, bem como reflexões a respeito das periferias de Pelotas, a partir de colagens digitais elaboradas para o módulo *Além das Charqueadas* na exposição digital *Patrimônios Invisibilizados: Para Além dos Casarões, Quindins e Charqueadas*⁴. O módulo foi fruto de uma parceria entre a comunidade do *Passo*, pessoas da periferia pelotense e o projeto de pesquisa *Margens: Grupos em processo de exclusão e suas formas de habitar Pelotas*⁵. Bem como, foi construído com poemas, considerações sobre periferia, áudios de moradores/as/us⁶ do *Passo*, além de um *tour* virtual pela comunidade.

Com as colagens digitais procurou-se evidenciar a periferia como um lugar que faz-cidade e que dá vida à urbe com movimentos que relacionam as margens e o centro (AGIER, 2015) e, também, valorizar as dinâmicas que tecem as relações entre as pessoas e a periferia. A elaboração das colagens surge em um processo de aproximação do repertório conceitual dos/as/es interlocutores/as/us, no qual a etnografia foi método fundamental, com técnica própria das artes visuais capaz de dar visibilidade aos elementos que compõem o *Passo*, seus *modos de fazer e de criar* como práticas culturais cotidianas (CERTEAU, 2008) em um evento oficial da cidade.

Através destas criações, buscou-se explorar a arte como ferramenta potente em suscitar a atenção às margens, o que na atual conjuntura pandêmica se faz ainda mais necessária. Com a proliferação da Covid-19 as lutas diárias travadas nas periferias se tornaram mais árduas, sobretudo, devido à precariedade da infraestrutura destas localidades. No caso da comunidade do *Passo dos Negros*, a região não apresenta

serviços como abastecimento de água, luz, esgoto, coleta de lixo, transporte coletivo e o atendimento básico de saúde mais próximo está a 5Km (MARGENS, 2020).

Neste contexto, a população inventa formas para subverter as limitações materiais, a especulação imobiliária e os desafios que a pandemia coloca. Cabe à arte somar-se às táticas utilizadas nas práticas cotidianas (CERTEAU, 2008), a arte enquanto manifesto. Foi a partir desta dinâmica que a exposição foi pensada, de forma a escancarar as fragilidades do viver na periferia, considerando as possibilidades da proposição de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida destas comunidades. Se contrapondo assim, a grupos que usam destas mesmas fragilidades para justificar a remoção dessas populações e a elitização destes locais.

Referências

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, v. 21, n. 3. Rio de Janeiro. Dez. 2015.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes. 2008.

DA CRUZ, Larissa; ALFONSO, Louise Prado. *Passo dos Negros: Não há dinheiro que (a)pague essas histórias. VI Congresso de Extensão e Cultura da 5ª Semana Integral da UFPel*. 2019.

MARGENS. Módulo Além das Charqueadas: Na Pandemia. In.: *Exposição digital Patrimônios Invisibilizados: Para Além dos Casarões, Quindins e Charqueadas*. 2020. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/margens/na-pandemia/>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

SILVEIRA, Melina Monks; ALFONSO, Louise Prado; DA CRUZ, Larissa. O. Cidade em disputa: Narrativas do Passo dos Negros em Pelotas, RS. *Revista Iluminuras*, v. 21, p. 444-449. 2020.

1 Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas.

2 Graduada em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas.

3 Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas. Coordenadora do projeto de pesquisa Margens: Grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas.

4 Desenvolvida pelo projeto de pesquisa *Margens* e lançada como parte das comemorações do Dia do Patrimônio da cidade de Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/margens/>.

5 Vinculado ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos - GEEUR, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel.

6 Na língua portuguesa não existe um pronome neutro oficial e no Brasil não é obrigatório o uso da linguagem inclusiva. Contudo, optamos por adotá-la nesta escrita, pois acreditamos que o uso de um vocabulário neutro é fundamental para abranger a diversidade de identidades.

Figura 1 - A colagem traz dois moradores de gerações distintas conectados pela história do Passo dos Negros. O ato de contar torna-se uma forma importante de manter viva as narrativas da comunidade, transmitindo-as de geração para geração. Autoria: Gabriela Pecantet Siqueira, 2020.

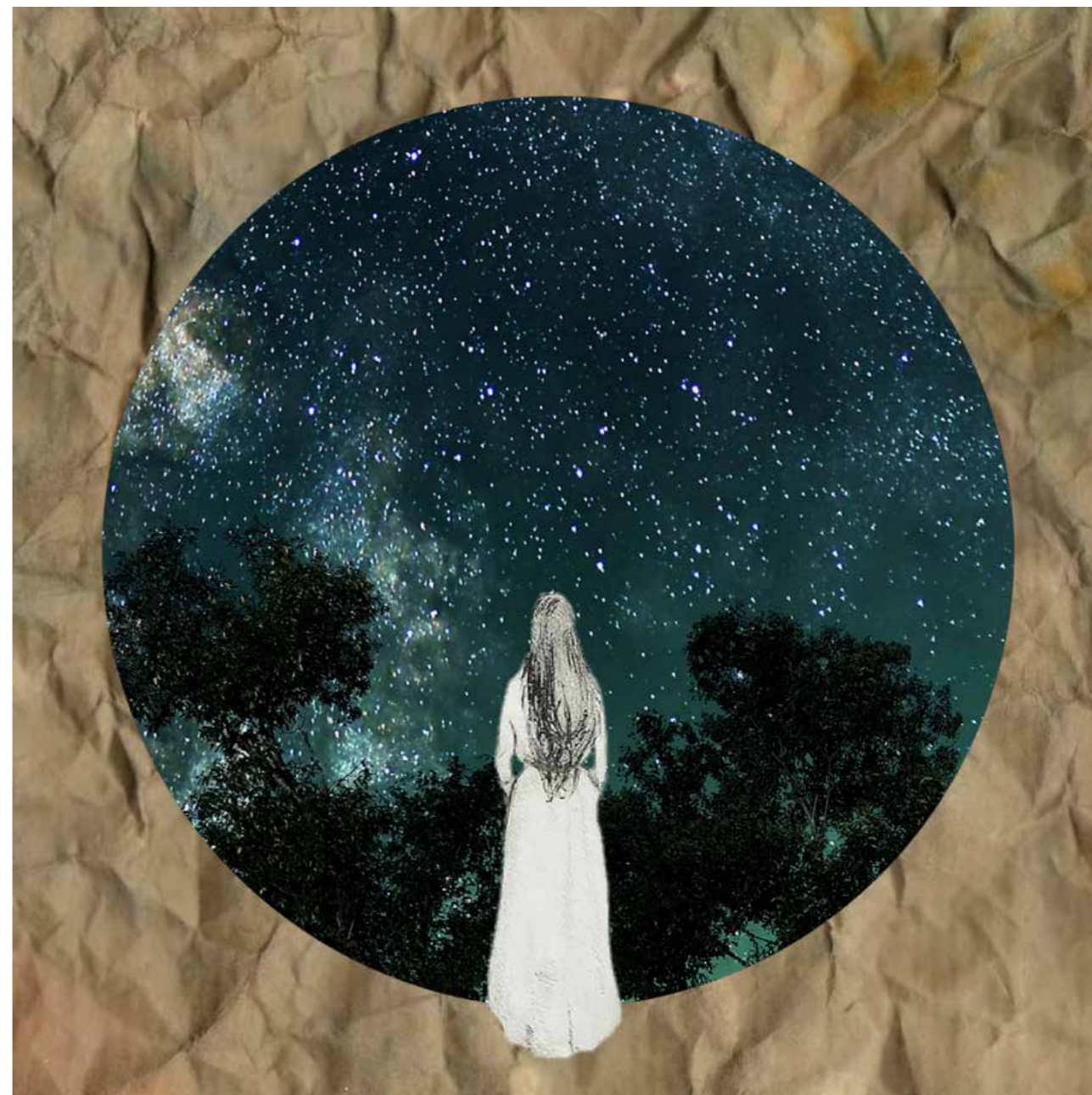


Figura 2 - A noiva de branco é um dos seres que vivem no Passo dos Negros. Contam os/as/us moradores/as/us que uma noiva se enforcou em uma das figueiras centenárias da região e, desde então, quando o sol se põe ela está lá (DA CRUZ; ALFONSO, 2019). Esta narrativa nos apresenta moradores/as/us humanos e não-humanos daí. Autoria: Gabriela Pecantet Siqueira, 2020.

Figura 3 - Há muito tempo a história negra de Pelotas vem se construindo ali, no cotidiano das pessoas, nas suas formas de habitar, movimentar, criar redes, de viver... As práticas, no dia a dia das periferias, falam muito sobre a cidade. Por que estas pessoas têm menos direito à cidade que outros grupos? Autoria: Gabriela Pecantet Siqueira, 2020.

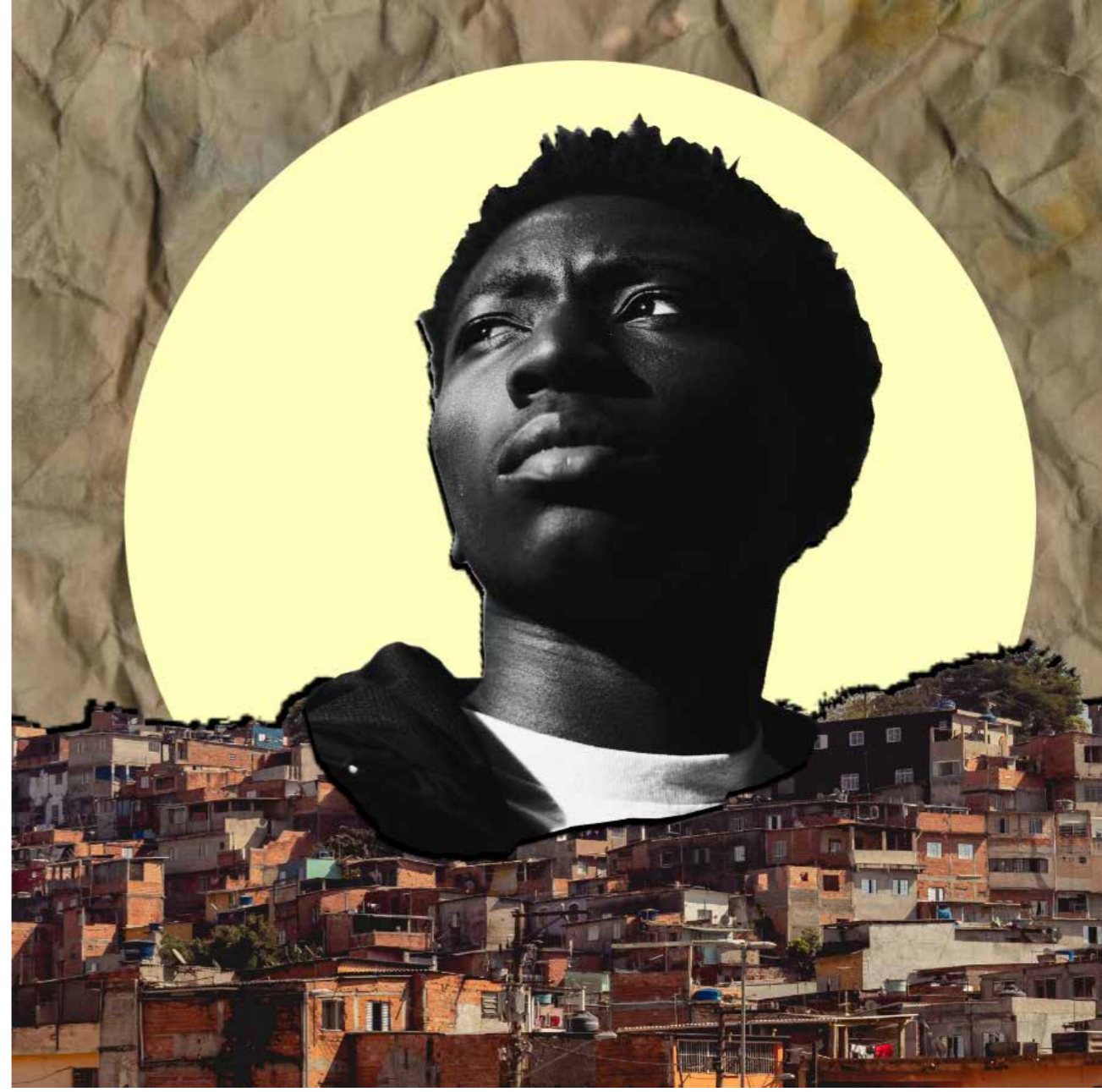


Figura 4 - "Estar às margens não significa estar isolado/a, separado/a do centro, mas estar em intensa relação" (MARGENS, 2020). A valorização da periferia, de seus saberes e olhares, deve contribuir para se pensar a cidade, não apenas em sua virtualidade (AGIER, 2015), mas sim em sua materialidade. A cidade planejada incluindo estes grupos e não expulsando, afastando. Autoria: Gabriela Pecantet Siqueira, 2020.

Figura 5 - A arte possibilita essa visibilidade das lutas e das táticas (CERTEAU, 2008) de resistência das comunidades negras de Pelotas para sua manutenção naqueles que consideram seus territórios. Como isso tem se dado durante a Pandemia? Temos evidenciado que a pandemia escancarou a falta de investimentos públicos nestes lugares. Autoria: Gabriela Pecantet Siqueira, 2020.



Figura 6 - Esta colagem, na exposição, teve como proposta refletir sobre os desafios de moradores/as/us das periferias durante a pandemia. O distanciamento social não é possível em alguns contextos. Como moradores/as/us da periferia podem praticar o distanciamento social, se algumas famílias dividem quartos entre mais de dois membros? Como pensar a prevenção da Covid-19 nas periferias se o saneamento básico é deficiente? Quem pensa a cidade está olhando para as periferias? A partir de quais interesses? Autoria: Gabriela Pecantet Siqueira, 2020.

MICROPAISAGENS DO CAMPUS A UFSM como um local de afetividade e pertencimento do espaço público

*Nati de Castro Fernandes¹, Evelyn Abildgaard²
e Viviane Dal-Souto Frescura³*

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), foi a primeira universidade pública e federal instalada numa cidade do interior brasileiro, ou seja, na década de 1960 existiam apenas as universidades que levavam o nome dos estados da federação. Com a criação da universidade possibilitou-se a redemocratização do ensino, pesquisa e extensão no interior geográfico do país, movimento pioneiro idealizado pelo professor santa-mariense José Mariano da Rocha Filho, que se concretiza até os dias de hoje.

O campus sede da UFSM, localizado no bairro Camobi, proporciona diariamente aos seus usuários distintas formas de contemplação da paisagem. O espaço é marcado pela efemeridade natural e humana, já que o campus possui inúmeros recursos e objetos naturais e artificiais, moradores, funcionários, estudantes, visitantes, animais e plantas que vão e vêm ou permanecem estáticos ali por dezenas de anos.

Ao deslocar-se do seio familiar, como muitos dos mais de 2.000 estudantes residentes da Casa do Estudante Universitário (CEU) oriundos de distintos estados e nações, encontram no espaço público uma forma de se auto proporcionarem momentos de lazer, interação, estreitamento de laços interpessoais e criação de novos conceitos de família. O campus acaba se tornando um quintal aberto para todos.

Afastado do epicentro urbano e de concreto denso, o campus recebe olhares e perspectivas variadas: há quem descubra a cada dia um novo ponto para se apaixonar ou quem já não enxerga mais beleza e a simplicidade essencial da paisagem. É nessas contradições que se produz o debate de ideias nas conversas entre amigos ou até mesmo observando o olhar de um segundo observador.

Nos últimos anos, mesmo com os cortes orçamentários, a UFSM ainda busca preservar uma gama de espécies vegetativas nativas, principalmente, e, algumas espécies exóticas, intervenções artísticas, mobiliários urbanos, edificações, recursos naturais diversos e ecossistemas reconstruídos com o árduo trabalho de paisagismo desenvolvido pelo Colégio Politécnico, Pró-reitoria de Infraestrutura, Jardim Botânico e demais projetos e programas do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Ao mesmo tempo em que nos sentimos pertencentes a este espaço, imediatamente,

consciente e inconscientemente surge a necessidade de mantê-lo, zelá-lo e cuidá-lo. Quem vive no campus se apropria dele através de uma fotografia, construção de uma horta, utilizando varais, roda de conversa com os amigos debaixo de uma árvore enquanto toma um chimarrão ou tererê e come pipoca, colhendo frutos de espécies nativas e até mesmo cuidando dos animais que são frequentemente abandonados pelo campus.

De acordo com dados da *Green Metric 2020*, do *University Impact 2019* e do *Center for World University Rankings (CWUR) 2019*, a UFSM é considerada hoje uma das universidades mais sustentáveis, inclusivas e importantes do Brasil e do mundo, isto porque ela está inserida num contexto ambiental e paisagístico que preserva seus bosques e recursos hídricos, alinha a construção dos espaços com a preservação do seu entorno, instalação de pistas multiuso que incentivam o uso de modais distintos, usinas fotovoltaicas, passeios acessíveis, lâmpadas de *LED* na iluminação pública, posto para carregamento de carros elétricos e muitas outras alternativas.

A seguir, serão apresentadas algumas imagens registradas no ano de 2021 durante a pandemia da Covid-19, que revelam a diversidade existente no campus em termos de formas, cores e texturas e que certamente podem servir de subsídio no processo projetivo e criativo que dialogue com essas características locais. As imagens estão separadas em três níveis: TEXTURA, OLHAR e URBANO.

Referências

DIAS, Maurício. UFSM conquista 25º lugar nacional em ranking de sustentabilidade. *Site Institucional da UFSM*, Santa Maria, 09 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2020/12/09/green-metric/#:~:text=A%20Universidade%20Federal%20de%20Santa,institui%C3%A7%C3%A3o%20ficou%20na%20posi%C3%A7%C3%A3o%20524.>> Acesso em: 02 de fev. de 2021.

História da UFSM. *Site Institucional da UFSM*, Santa Maria, 02 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/historia/>> Acesso em: 02 de fev. de 2021.

UFSM é uma das universidades mais inclusivas e diversas do mundo. *Assessoria de Comunicação e Gabinete do Reitor da UFSM*, Santa Maria, 17 de abr. de 2019. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2019/04/17/ufsm-e-uma-das-universidades-mais-inclusivas-e-diversas-do-mundo/>> Acesso em: 02 de fev. de 2021.

UFSM está entre as universidades mais importantes do mundo, segundo ranking da CWUR. *Site Institucional da UFSM*, Santa Maria, 23 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/sisu/2019/11/23/ufsm-esta-entre-as-universidades-mais-importantes-do-mundo-segundo-ranking-da-cwur/>> Acesso em: 02 de fev. de 2021.

¹ Estudante do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (CAU/UFSM) e do curso Técnico em Paisagismo do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria (Poli/UFSM).

² Arquiteta, docente pesquisadora da Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Nacional del Nordeste (FAU UNNE), bolsista de doutorado do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) com lugar de trabalho no Instituto de Investigaciones para el Desarrollo Territorial y del Hábitat Humano (IIDTHH UNNE CONICET), Resistencia, Chaco, Argentina.

³ Professora Adjunta da UFSM - Campus Cachoeira do Sul. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Santiago - RS. Possui Doutorado em Agronomia na área de Produção Vegetal e Mestrado em Agrobiologia - Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria - RS.



Micropaisagens ao nível TEXTURA. Figura 1 - Samambaia da espécie *Microgramma squamulosa*, conhecida popularmente como cipó-cabeludo incrustada ao tronco do pé de uma árvore. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 2 - Solo erodido pelas ações da água e do vento ao lado da construção de uma nova rua. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 3 - Colmeia de abelhas no tronco de uma árvore. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 4 - Piso de concreto hexagonal reutilizado para a criação de caminhos que levam à uma das hortas dos moradores da casa do estudante. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 5 - Rua de paralelepípedo da Casa do Estudante Universitário da UFSM (CEU) com acúmulo de terra e folhas. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 6 - Tronco do butiazeiro adulto (*Butia capitata*), palmeira nativa do Rio Grande do Sul de grande relevância para manutenção de ecossistemas locais. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 7 - Pequena plantação de "peixinho" (*Stachys byzantina*) em um das hortas da CEU. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; e Figura 8 - Parede do Bloco 46 da CEU com revestimento arranhado devido ao grande fluxo de transporte de móveis e objetos pelas escadas. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021.



Micropaisagens ao nível OLHAR. Figura 9 - Área gramada pelos arredores da CEU II, onde em um pequeno espaço é possível observar inúmeras espécies vegetais. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 10 - Área gramada ressecada devido ao longo período de estiagem e ao fundo três nitidas camadas de tons verdes que representam, na primeira camada árvores nativas ao longo do córrego, na segunda: pés-de-plátano (*Platanus acerifolia*) ao longo da rua e na terceira: pinus (*Pinus elliotii*) do bosque da UFSM. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 11 - Canteiro do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) com grama-amendoim (*Arachis repens* Handro). Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 12 - Cogumelos que são facilmente encontrados pelo campus. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 13 - Forração vegetal ultrapassando os limites do passeio. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 14 - Cacho de frutos do butiazeiro. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 15 - Vista de uma área gramada em aclave. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 16 - Espécies ornamentais cultivadas por morador da CEU. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; e Figura 17 - Videira em um pergolado improvisado de bambú construído por morador da CEU. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021.



Micropaisagens ao nível URBANO. Figura 18 - Matilha de cães reunidos em frente ao bloco 46 bebendo água no poço de água acumulada na calçada. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 19 - Pista multiuso com sombra dos pés-de-plátano. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 20: Pista multiuso paralela à Avenida Roraima. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 21 - Galpões improvisados de diferentes materiais atrás dos Blocos 50s da CEU. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; Figura 22 - Vista da Avenida Roraima, próximo ao acesso principal ao campus. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021; e Figura 23 - Fusca estacionado na rua da Casa do Estudante. Fonte: Nati Castro Fernandes, capturada por câmera de tablet, imagem registrada em 2021.



ISSN 2526-7310

